

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL**

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO

**IDÉIAS EM ORDENAMENTO, CIDADES EM FORMAÇÃO: A
PRODUÇÃO DA REDE URBANA NA PROVÍNCIA DO RIO DE
JANEIRO.**

**Rio de Janeiro
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO

**IDÉIAS EM ORDENAMENTO, CIDADES EM FORMAÇÃO: A
PRODUÇÃO DA REDE URBANA NA PROVÍNCIA DO RIO DE
JANEIRO.**

Tese de Doutorado apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Profa. Dra. Fania Fridman
Doutora em Economia pela Universidade
de Paris VIII, França.

Rio de Janeiro
2006

Ficha catalográfica

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO

**IDÉIAS EM ORDENAMENTO, CIDADES EM FORMAÇÃO: A
PRODUÇÃO DA REDE URBANA NA PROVÍNCIA DO RIO DE
JANEIRO.**

Tese de Doutorado apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em:

Profa. Dra. Fania Fridman (orientadora)

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus

Prof. Dr. Murilo Marx

Prof. Dr. Sergio Nunes Pereira

DEDICATÓRIA

As mulheres da minha família pela força e coragem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a minha família; mãe, pai, irmãos. Não teria sido possível escrever essa tese, que é também parte da minha vida emocional, intelectual e afetiva sem a presença dessas pessoas.

Agradeço aos meus amigos, Teca, Laurentina, Cláudio, Márcia, Maristela, Valter, Eduardo por terem participado direta e indiretamente do processo de construção desse trabalho.

Fico também muito grata ao Antonio e a sua mãe Lea, por dividirem a responsabilidade e multiplicarem o amor da minha filha.

Devo também agradecimentos aos meus colegas de trabalho; Ronan, André, Mirlei, Lúcio, Eduardo, Paula, Carla, Mariana, por me apoiarem em muitos momentos.

Fico imensamente agradecida a toda equipe de trabalho da minha orientadora pelo auxílio prestado no processo de construção desta tese e, principalmente, à Fania por ter participado dessa empreitada, não só como uma orientadora, mas principalmente como uma amiga. Muito obrigado.

Finalmente, gostaria de agradecer a minha filha, que em função do seu encanto, carinho e alegria foi a pessoa que mais me auxiliou nesse trabalho.

RESUMO

A tese discute a produção da rede urbana no espaço fluminense no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade de Campos dos Goitacazes no comando político, econômico e social da região norte da Província do Rio de Janeiro no século XIX. Nosso principal pressuposto é de que as cidades da Província e, em especial, a de Campos constituíram-se em espaços privilegiados para a legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos. Neste caso, os aparatos administrativos instalados nas cidades fluminenses voltados para o controle produtivo, político e social da população formaram uma rede de poder que transformou as relações estabelecidas no interior das mesmas e em seu entorno. Para viabilizar a difusão e perpetuação desse poder, o Estado engendrou uma política de circulação na qual participaram diferentes grupos com interesses antagônicos. Tal política, por envolver grupos de poder localizados em diferentes espaços da Província, esteve no centro do debate da política centralizadora do Império. Portanto, na medida em que os caminhos eram abertos e foram se instalando os aparatos administrativos, como escolas, cadeias, hospitais, postos de fiscalização de rendas, entre outros, os interesses desses grupos e do Estado foram assegurados, o que concorreu para a formação de uma rede urbana, pois permitiu o contato e intercâmbio de mercadorias, pessoas, informações e ordens. Os fluxos dessa rede, comandados pelos grupos sociais localizados na cidade do Rio de Janeiro, foram se consolidando na medida em que os vínculos com as demais cidades se estreitavam e novas redes iam se estruturando, como foi o caso da cidade de Campos dos Goitacazes, que em função do seu histórico papel político e econômico detinha o controle no processo de produção e circulação de mercadorias da região norte/noroeste do Rio de Janeiro durante o século XIX.

ABSTRACT

This thesis discusses the production of the urban space in the fluminense region in the context of affirmation of the Brazilian Empire centralizing political system, identifying the role assumed by the old city of Campos dos Goytacazes in the political, economic and social leadership of the northern area of the Province of Rio de Janeiro in the 19th century. Our main presupposition is that the cities of the Province, and particularly Campos, consisted in privileged spaces for legitimation of the state power, and therefore the state administrative politics can also be understood as the politics of territorial organization of urban spaces. In this case, the administrative apparatus installed in the fluminense cities directed to the productive, political and social control of the population created a power network that transformed the relations established within and around it. To make possible the diffusion and perpetuation of that power, the State produced a politics of circulation with the participation of different groups with antagonistic interests. Such politics, for involving groups of power situated in different parts of the Province, was at the core of the debate on the Empire centralizing politics. Therefore, as the ways were opened and the administrative apparatus was being installed, such as schools, prisons, hospitals, income fiscalization bureaus, among others, the interests of these groups and the State were assured, which contributed to the creation of an urban network, as it allowed the contact, and exchange of goods, people, information and orders. These network flows, controlled by social groups situated in the city of Rio de Janeiro were becoming consolidated as the bonds with other cities were deepening and new networks were becoming structured, as it was the case of Campos dos Goytacazes, which in function of its historical political and economic role, held the control of the production process and circulation of goods in the north/northwest region of Rio de Janeiro during the 19th century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Praça de São Salvador - Século XIX..... | 360 |
| Figura 2 - Construção da Muralha do Rio Paraíba..... | 371 |
| Figura 3 - Construção do Canal Campos – Macaé..... | 372 |
| Mapa 1 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVI..... | 127 |
| Mapa 2 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVII..... | 128 |
| Mapa 3 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVIII..... | 128 |
| Mapa 4 - Caminhos do Sul e de São Paulo para as Minas Gerais..... | 133 |
| Mapa 5 - Principais Caminhos do Ouro..... | 135 |
| Mapa 6 - Caminhos do Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX..... | 151 |
| Mapa 7 - Cidades da Província do Rio de Janeiro - 1840..... | 164 |
| Mapa 8 - Cidades da Província do Rio de Janeiro - 1872..... | 165 |
| Mapa 9 - Cidades da Província do Rio de Janeiro - 1892..... | 165 |
| Mapa 10 - Linhas de ferro construídas e projetadas: 1860-1870..... | 313 |
| Mapa 11 - Linhas de ferro construídas e projetadas: 1870-1880..... | 314 |
| Mapa 12 - Principais Caminhos da província do Rio de Janeiro..... | 315 |
| Mapa 13 - Caminhos de penetração no desbravamento da serra Fluminense - séculos XVI a XVIII..... | 333 |
| Mapa 14 - Caminhos de penetração no desbravamento da serra Fluminense - século XIX..... | 333 |
| Mapa 15 – Campos dos Goitacazes – século XVIII..... | 354 |
| Mapa 16 - Projeto de Construção do Canal de Campos a Macaé..... | 373 |
| Mapa 17 -Planta com indicação do projeto de construção do canal de Campos - Macaé (1846)..... | 374 |
| Mapa 18 - Grandes propriedades em Campos dos Goitacazes – meados do século XIX..... | 396 |
| Quadro 1 - Canais e pontes existentes na Província do Rio de Janeiro até o ano de 1848..... | 273 |
| Quadro 2 - Obras realizadas e necessidades das municipalidades relacionadas à circulação – 1840..... | 326 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Exportação de açúcar das principais capitanias, 1796 - 1807..... | 150 |
| Tabela 2 - Movimento de importações e exportações realizado por embarcações nos portos da Província do Rio de Janeiro – 1839..... | 157 |
| Tabela 3 - Produção Fluminense exportada em arrobas..... | 158 |
| Tabela 4 - Gêneros exportados pelas coletorias dos portos da Província no 1º semestre do ano financeiro de 1849-1850..... | 159 |
| Tabela 5 - Divisão civil, administrativa e eclesiástica da Província do Rio de Janeiro (1849-1890)..... | 183 |
| Tabela 6 - Subsídio dado pelo governo provincial as Câmaras..... | 192 |
| Tabela 7 - Escravos libertos pelo fundo de emancipação..... | 193 |
| Tabela 8 - Receita e Despesa da Província do Rio de Janeiro: 1835 – 1850..... | 202 |
| Tabela 9 - Receita e despesa realizada pela Província do Rio de Janeiro – 1835-1889..... | 204 |
| Tabela 10 - Quadro demonstrativo da Receita Arrecadada da Província do Rio de Janeiro..... | 208 |
| Tabela 11 - Orçamento da Receita da Província do Rio de Janeiro: 1850-1889. | 210 |
| Tabela 12 - Demonstrativo da Receita da Província do Rio de Janeiro Arrecadada do Imposto..... | 213 |
| Tabela 13 - Quadro demonstrativo da dívida ativa existente das Coletorias..... | 216 |
| Tabela 14 - Despesa do Estado do Rio de Janeiro desde o Exercício 1850 - 1889..... | 225 |
| Tabela 15 - Escolas públicas e subvencionadas da Província do Rio de Janeiro..... | 227 |
| Tabela 16 - Total das escolas por Províncias – 1875..... | 228 |
| Tabela 17 - Arrecadação orçada do imposto de passagens de rios, pontes e barreiras..... | 272 |
| Tabela 18 - Estradas Gerais de 1a e 2a ordem e pontes mencionadas pela Diretoria de Obras..... | 306 |
| Tabela 19 - Comparação entre despesa orçada e despesa efetuada..... | 317 |
| Tabela 20 - Despesas em Obras Públicas: 1843-1886..... | 318 |
| Tabela 21 - Despesas da Província por órgão do governo..... | 319 |
| Tabela 22 - Estradas de ferro da Província do Rio de Janeiro mencionadas pela diretoria de obras..... | 320 |
| Tabela 23 - Número de engenhos, engenhocas, lavouras de mandioca, gado vacum, manadas das freguesias de Campos dos Goitacazes no século XVIII (1750-1784)..... | 350 |
| Tabela 24 - Colheitas anuais por freguesia no século XVIII..... | 350 |
| Tabela 25 - Templos, edifícios públicos, estabelecimentos comerciais, agrícolas e industriais e prédios ocupados por particulares em Campos – 1880..... | 377 |
| Tabela 26 - Ocupação da população branca e escrava por freguesias..... | 379 |
| Tabela 27 - Renda provável da Câmara Municipal -1836..... | 386 |
| Tabela 28 - Despesa da Câmara municipal com corpo de funcionários – 1836.. | 387 |
| Tabela 29 - Valor dos gêneros importados e exportados em Campos – 1831.... | 388 |
| Tabela 30 - Exportação do município de Campos pelo porto de São João da Barra – 1839..... | 389 |
| Tabela 31 - Valor e quantidade dos gêneros produzidos nas freguesias de Campos para abastecimento da cidade – 1880..... | 389 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 32 - Exportações realizadas pelo município de Campos – 1880..... | 391 |
| Tabela 33 - Engenhocas e engenhos a vapor –1827-1881..... | 393 |
| Tabela 34 - Total e área das propriedades declaradas no Registro de Imóveis por Freguesia de Campos dos Goytacazes (em hectare)..... | 395 |
| Tabela 35 - População Livre e escrava de Campos dos Goytacazes – 1836*..... | 398 |
| Tabela 36 - População livre e escrava por freguesia em Campos – 1880..... | 399 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. O ESTADO IMPERIAL, A POLÍTICA ADMINISTRATIVA E O TERRITÓRIO | 22 |
| 2.1. AS REFORMAS POLÍTICAS DO ESTADO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES | 22 |
| 2.2. AS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO IMPÉRIO: UMA RELEITURA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO | 45 |
| 2.3. IDÉIAS DE ESPAÇO, NATUREZA, TERRITÓRIO E SEUS NEXOS COM A POLÍTICA IMPERIAL | 52 |
| 2.3.1. Alguns debates sobre sertão, litoral | 53 |
| 2.4. AS PROPOSTAS DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL | 75 |
| 2.4.1. As propostas do Visconde do Uruguai | 78 |
| 2.5. Uma releitura do Ensaio do Direito Administrativo | 80 |
| 2.6. AS PROPOSTAS DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA: O PAPEL DE TAVARES BASTOS | 95 |
| 3. AS CIDADES, OS CAMINHOS E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA | 117 |
| 3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 117 |
| 3.2. O PAPEL DAS CIDADES ANTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO | 119 |
| 3.3. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA PROVÍNCIA DO RIO JANEIRO | 146 |
| 3.4. REDE URBANA E FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO | 167 |
| 4. POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO | 170 |
| 4.1. OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO | 171 |
| 4.2. A FALA DOS PRESIDENTES | 175 |
| 4.3. UMA INTERPRETAÇÃO DAS FALAS DOS PRESIDENTES | 193 |
| 4.4. AS RECEITAS E DESPESAS PROVINCIAIS | 194 |
| 4.5. AS DESPESAS | 224 |
| 4.6. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES | 228 |
| 4.7. A LEI DE TERRAS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NAS CIDADES FLUMINENSES | 231 |
| 4.8. A FORMAÇÃO DA REDE URBANA FLUMINENSE | 248 |
| 5. A CIRCULAÇÃO E OS PLANOS DE VIAÇÃO E SEU IMPACTO NO ESPAÇO FLUMINENSE | 258 |
| 5.1. A POLÍTICA VIÁRIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO | 264 |
| 5.1.1. Estradas Gerais da Província | 289 |
| 5.1.2. Estradas Provinciais de primeira ordem | 290 |
| 5.1.3. Estradas provinciais de segunda ordem | 294 |
| 5.2. EXISTIA UMA REDE URBANA NO ESPAÇO FLUMINENSE | 330 |
| 6. A PRODUÇÃO DA REDE URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES | 340 |
| 6.1. PROCESSO INICIAL DE OCUPAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES | 340 |
| 6.2. A IMPORTÂNCIA DE CAMPOS NA ECONOMIA PROVINCIAL | 357 |
| 6.3. AS PROPOSTAS DE SANEAMENTO E O CANAL DE CAMPOS | 369 |
| 6.4. AS CAMADAS SOCIAIS EM CAMPOS | 376 |
| 6.5. A ECONOMIA E O TERRITÓRIO DE CAMPOS | 385 |
| 6.5.1. A dança das fronteiras em Campos | 399 |
| 6.6. A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, PESSOAS E INFORMAÇÕES EM CAMPOS | 406 |
| 6.7. A REDE URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES | 412 |
| 7. CONCLUSÃO | 414 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 420 |
| 9. ANEXOS | 436 |

1. INTRODUÇÃO

A tese buscou desvendar a rede urbana fluminense do século XIX, com a intenção de preencher algumas lacunas que permanecem a respeito do papel do Estado Imperial no processo de construção/destruição de vilas e cidades que formaram a base do sistema urbano neste período. Com essa perspectiva, identificamos o papel de Campos dos Goytacazes no processo de constituição da rede urbana fluminense.

A despeito da vasta produção intelectual sobre a história das cidades que constituíam a antiga província fluminense e em particular a cidade de Campos, os esforços em associar o surgimento destas aglomerações a uma prática ideológica correspondente à formação do Estado Nacional brasileiro, pareceram pouco claros. Assim, compreender as características do processo de urbanização do espaço fluminense com a intenção de entender como ocorreu a acentuação progressiva das disparidades entre os pequenos, médios e grandes aglomerados através da ação dos diferentes agentes sociais, em particular do Estado, motivou a eleger tal temática para estudo.

Verificamos se os diferentes níveis de acessibilidade nas antigas áreas/regiões da Província, e em particular na cidade de Campos no século XIX estavam vinculados a um embrionário processo de divisão espacial do trabalho, indicador da existência de um mercado/comércio interno e de um processo de urbanização. Acreditamos que a criação e multiplicação das cidades e a alocação de infra-estruturas consolidaram o poder político dos agentes sociais ligados às atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras por um lado, e por outro, a habilidade estatal de regular os fluxos por meio da expansão da rede de administrativa.

Partindo do segundo ponto, a primeira hipótese deste trabalho era a de que as ideologias de caráter geográfico estiveram presentes nas discussões sobre nação, estado, povo, território, cidade e rede e que os políticos fluminenses constituíram-se nos principais atores da difusão dessas ideologias. Estas ideologias, por sua vez, ao serem colocadas em prática por meio da política administrativa que foi privilegiada na Província redefiniram o seu arranjo espacial.

Ao analisar o papel do Estado, por meio da disseminação das instituições públicas que vão compor a cena dos novos e velhos núcleos urbanos, tais como as

cadeias, as escolas, as Câmaras dos Vereadores, evidenciamos o papel destes agentes em diferentes localidades/regiões. Nessa perspectiva, o “espraiamento” do Estado poderia estar associado a um tipo de política territorial que se consagraria nas cidades, o que estaria instaurando uma prática de administração pública que expressaria o jogo de interesses das elites locais e do governo provincial

Neste contexto delineamos a segunda hipótese: a criação e recriação das cidades no espaço fluminense e a sua integração a uma rede de circulação, refletiam o processo de penetração de mecanismos de controle do uso da terra nos diferentes espaços da Província fluminense. Sendo as cidades fluminenses o *lócus* do confronto político e econômico, consagrou-se uma forma de planejamento nestes espaços. A discussão sobre um “possível” modelo de planejamento na antiga Província nos levou, então, à análise do processo de institucionalização das práticas fiscalizadoras via criação de órgãos públicos, prática esta ampliada e aperfeiçoada sob o Império. Desta forma, identificamos no aparato estatal criado com o objetivo de controlar o território, indícios de uma política de planejamento que visava direcionar os fluxos e intentava ampliar o progresso do país. Nesse sentido, a pesquisa avaliou as conseqüências da legislação imperial referente ao uso do solo, em um momento de transição político-administrativa, na qual o Estado buscava consolidar-se como ente responsável pelo ordenamento das relações sociais e, paralelamente, como construtor de um projeto de Nação.

Consideramos, portanto, que os projetos e planos viários e de administração pública constituíram-se numa modalidade de planejamento do Estado Imperial. O que pretendo acentuar neste ponto é que o papel desempenhado pelas elites políticas regionais (os presidentes das províncias), em articulação com os atores locais (representantes das Câmaras), definiram diferentes arranjos espaciais no território fluminense. Esta premissa coloca então a necessidade de aprofundar a tese, já amplamente discutida pelos historiadores, de que os políticos fluminenses forjaram uma identidade nacional ao se aliarem ao Império, assinalando que as discussões que permearam o processo de construção da Nação tiveram efeitos diferentes em cada porção do novo país. Na Província tal processo também foi similar, pois o território fluminense foi resultado da correlação de forças envolvendo as elites regionais e locais. Ou seja, cada região da Província se consolidou ou retraiu em função desse arranjo político e econômico envolvendo diferentes escalas. Assim consideramos que:

a) as propostas dos políticos fluminenses geraram impactos espaciais significativos na Província do Rio de Janeiro, pois num curto período se fundam e refundam cidades, se distribuem e se concentram recursos, se monta e se desmonta uma rede.

b) este impacto criou ou redefiniu o papel dos diferentes espaços - cidades e a hinterlândia na Província fluminense, o que acabou consagrando determinadas áreas como regiões do “mandar” e do “fazer”.

Considerando estes aspectos e ressaltando o papel político e econômico da cidade do Rio de Janeiro, que no século XIX incorpora o sertão, as propostas dos políticos fluminenses promoveram o fortalecimento de um espaço político e econômico com significativa diferenciação interna. Partindo então da premissa que, em decorrência da economia e do papel político das elites locais e regionais as diferentes áreas do espaço fluminense durante o século XIX se especializaram e trocaram bens e mercadorias em um número crescente de cidades, e que tal processo se ampliou na medida em que foram implantadas às atividades de comércio, de serviços e institucionais, discutimos a terceira hipótese, qual seja: desenhou-se neste período um espaço de intercâmbio e de trocas que viabilizou a conexão de diferentes núcleos na Província. Isto é, produziu-se uma rede urbana sob forte impacto de uma política territorial traçada pelo Estado Imperial.

Os argumentos desenvolvidos nesta tese foram estruturados em cinco capítulos, a saber: a) O Estado Imperial, a Política Administrativa e o Território, b) As cidades, os caminhos e a formação da rede urbana, c) Política e Administração da Província do Rio de Janeiro, d) A circulação e os planos de viação e seu impacto no espaço fluminense, e) A produção da rede urbana em Campos dos Goytacazes.

No primeiro capítulo, cujo intuito foi desvendar as matrizes de um pensamento geográfico que esteve presente nos discursos dos intelectuais e de representantes do Estado, inspirando um conjunto de práticas espaciais, buscamos apresentar alguns dos argumentos teóricos desenvolvidos mais recentemente. Estes enfoques partem, de uma forma geral, da idéia de que existiu um discurso geográfico que foi influenciado pelos debates sobre a modernidade e, nesta perspectiva, pelas mudanças epistemológicas pelas quais o discurso científico estava passando. Tais estudos vêm revelando um conjunto de noções e conceitos geográficos associados ao debate do desenvolvimento de uma ciência moderna no Brasil antes de sua institucionalização.

Compreendemos que durante o século XIX as idéias geográficas responsáveis tanto pela difusão de novas visões de mundo, sociedade e natureza, como pela formulação de projetos de ocupação e povoamento do território, estiveram presentes no discurso sobre progresso e civilização dos políticos fluminenses. Em nosso ponto de vista, uma das principais influências deste discurso ficou expressa na discussão e montagem da política de administração do espaço fluminense. Nesse sentido, as propostas de centralização e descentralização do Império sinalizaram alguns aspectos característicos das idéias geográficas modernas, quais sejam: foi responsável pela criação de uma nova ordem e se legitimou ao dar tratamento científico e cartográfico final ao novo mundo e sociedade viabilizando o processo de expansão das fronteiras e fundamentando os projetos de ocupação de diferentes áreas. Nesse sentido tal discurso, amparado em novas representações e imagens do mundo e em novas formas de representação, auxiliou o processo de legitimação dos Estados - Nações, o que veio a tornar o conhecimento dos lugares um saber estratégico para viabilizar o processo de expansão da base física do governo.

Baseando-nos nesse pressuposto, identificamos a partir dos discursos de dois importantes políticos do Império - Paulino José Soares de Souza e Tavares Bastos, o primeiro conservador e o segundo liberal - as idéias e estratégias de consolidação e controle do espaço embutidos nos seus discursos sobre Estado e Sociedade, com a intenção de demonstrar indícios de uma política territorial.

No segundo capítulo, em um primeiro momento, apresentamos o debate sobre o papel das cidades e das redes no processo de formação do território brasileiro. Neste aspecto, recuperamos os trabalhos que discutem tal questão visando identificar como este processo se caracterizou na Província do Rio de Janeiro. Em seguida, analisamos o processo de formação sócio-espacial que definiu o arranjo espacial da Província no século XIX, no sentido de apontar os principais eventos históricos que foram responsáveis pela estruturação do território fluminense. Apresentando a dinâmica sócio-econômica da Província, indicamos que a multiplicação das cidades, vilas e freguesias sinalizava o processo de formação de uma rede urbana.

No terceiro capítulo discutimos como o contexto de luta política e afirmação dos diferentes grupos sociais e econômicos resultou na expansão da rede urbana, ou seja, a rede materializou a complexa vida social e política deste século e,

neste quadro, todo o entrave representado pela dificuldade de transformar a estrutura fundiária prevalecente seja nas vilas e cidades, seja no campo. Neste sentido, o crescimento das vilas e cidades, a discussão sobre limites, a delimitação das terras devolutas, a definição das posturas municipais, a expansão dos aparatos públicos, dentre outros, são processos indicadores de afirmação dos poderes, mas também dos conflitos entre o público e o privado. Para demonstrar tal processo recorreremos às falas do presidente da província, notadamente os discursos voltados para a ocupação do território fluminense, identificando o processo de “espraiamento” do Estado a partir da difusão dos seus aparatos de poder, como escolas, cadeias, redes de fiscalização e também igrejas. Ou seja, verificamos como a política administrativa era pensada e empreendida no espaço fluminense.

No quarto capítulo analisamos a política viária da Província, um dos aspectos centrais da política de administração do Império. Traduzida por meio das diferentes propostas de circulação, procuramos identificar como o processo de discussão e investimentos realizados em obras de circulação no espaço fluminense foi definidor do progresso e fracasso das suas diferentes áreas. Ao analisarmos as mudanças espaciais na Província, como resultado de impulsos econômicos, sociais e políticos intimamente relacionados com o processo de constituição e consolidação do Estado Imperial frente às demandas da Nação brasileira, buscamos compreender de que forma os projetos de construção de estradas, pontes e a alocação de infraestruturas nas cidades e vilas poderiam se constituir numa modalidade de planejamento. Ou seja, como uma prática espacial engendrada pelo Estado Imperial poderia ser entendida também como uma forma de planejamento territorial. Neste caso, diferente do entendimento atual sobre planejamento, associado a uma realidade urbana e industrial, neste trabalho passamos a vislumbrar a possibilidade de operar com este conceito para caracterizar as idéias e ações que foram forjadas pelos grupos dominantes, entre os quais o Estado, visando promover o progresso e a modernização da Província mais importante do Brasil.

No último capítulo demonstramos como se produziu a rede urbana em uma das regiões mais importantes da Província do Rio de Janeiro no século XIX. Identificamos na cidade de Campos dos Goytacazes, uma significativa área produtora de açúcar e gêneros de primeira necessidade voltados para o abastecimento interno da Província, a produção de um espaço de comando regional, centralizado nesta cidade em função do papel assumido por sua elite política e

econômica. Para tanto, recuperamos os principais aspectos da sua formação sócio-espacial para demonstrar como este espaço foi historicamente forjado pelos grupos dominantes ligados à produção do açúcar, se tornando a partir de meados do século XVIII e já no alvorecer do século XIX, uma rica região da Província.

Em linhas gerais, a tese busca resgatar o contexto de produção do espaço fluminense a partir do entendimento de que a rede urbana se constituiu no século XIX, sob forte impacto de uma política territorial. Discute a possibilidade de encadeamento de três hipóteses: a disseminação de idéias e valores iluministas traduzida num discurso geográfico, a incorporação destas idéias numa política territorial empreendida pelo Estado visando o seu fortalecimento e, por fim, o emprego dessas propostas na produção de uma rede evidenciando uma racionalidade política e econômica de uso e controle dos espaços.

Como muitas destas idéias inspiraram práticas e estas se cristalizaram espacialmente, queremos com este estudo demonstrar que, se por um lado, a produção da rede urbana sinalizava o processo de divisão territorial do trabalho que resultou na especialização de algumas áreas, por outro, a existência de inúmeras concepções de progresso e desenvolvimento dos representantes políticos demonstrava a habilidade estatal em conduzir os conflitos entre os grupos dominantes. Neste caso, o estudo da cidade de Campos dos Goytacazes é ilustrativo para a demonstração do papel assumido por uma cidade na produção de um espaço do mandar.

Dessa forma, buscamos demonstrar como os principais dilemas sócio-espaciais enfrentados pelas elites dirigentes deste período - materializados através da existência de diferentes projetos de povoamento e civilização - além de terem ampliado as funções do Estado Imperial, aperfeiçoaram os mecanismos de controle do território, possibilitando, portanto, se pensar num tipo de racionalidade caracterizada por ações pontuais e descontínuas, apesar de articulada a projetos de modernização política, econômica e social do país.

Portanto, com o intuito de compreender os processos econômicos, políticos e sociais que redefiniram o espaço na província fluminense e a cidade de Campos em particular, procuramos nesta tese analisar a formação da rede urbana, levando em consideração a produção física dos aglomerados, a ampliação do poder estatal e o crescimento das atividades de comércio e serviços. Consideramos, como pano de fundo desta discussão, a existência de uma política territorial na Província,

subsidiada pelas idéias e concepções sobre a relação homem-meio, o litoral e o sertão, a civilização e a barbárie, o progresso e o atraso. Estas ponderações nos levam a entender que a urbanização da Província no Rio de Janeiro foi resultado de uma política engendrada por uma elite intelectual que teve grande influência no Império e que suas propostas de integração das atividades econômicas, sociais, políticas e espaciais definiram diferentes territórios no espaço fluminense.

O maior intuito dessa tese foi o de construir uma interpretação do processo de urbanização fluminense com base na proposta de Santos (2001), na qual ao longo de sua trajetória intelectual propôs a necessidade de legitimarmos o estudo do espaço como uma instância do social, base também explicativa da realidade brasileira, porém pouco privilegiada/desprezada nos trabalhos sobre as cidades e o urbano no Brasil. Neste sentido foram objetivos desta tese:

a) Gerais

- Analisar o processo de produção e apropriação da rede urbana na Província do Rio de Janeiro no período de 1850 a 1889, identificando o papel assumido por Campos dos Goytacazes.
- Elucidar as práticas normativas e institucionais realizadas pelos principais atores políticos e econômicos no processo de construção da rede urbana fluminense.

b) Específicos

- Verificar os fatores responsáveis pelo aumento da população e do fluxo de mercadorias nos diferentes espaços da Província;
- Identificar as principais atividades econômicas exercidas nos diferentes espaços da Província;
- Verificar a contingência e a localização dos principais projetos viários e de alocação de infra-estruturas administrativas na Província;
- Identificar a rede de comunicação existente e seu grau de articulação com as diferentes áreas na Província do Rio de Janeiro;
- Reconhecer as principais instituições (escolas, cadeias, órgãos de administração municipais, câmaras municipais, imprensa local, etc.) que passaram a caracterizar a paisagem de inúmeras localidades no espaço fluminense;

- Reconhecer os principais processos normativos responsáveis pela transformação de aglomerados em cidades.
- Identificar o surgimento de camadas urbanas e sua importância política no contexto desses municípios.
- Reconhecer os principais atores econômicos e políticos e seu poder de intervenção no espaço fluminense.
- Identificar as demandas dos atores locais para alocação de infraestrutura e implantação de equipamentos urbanos (cadeias, Câmaras, escolas, etc.)
- Verificar o grau de articulação política e econômica dos agentes locais com o Governo Central.

Metodologia

O primeiro desafio metodológico que se colocou na elaboração desta tese foi o de compreender como uma forma espacial do passado - a rede urbana fluminense - expressava idéias e valores de diferentes grupos sociais. Primeiramente porque as formas, isoladamente, não expressam as idéias e ideais, daí recorreremos à pesquisa das formas imateriais assumidas pelo conjunto de leis e instrumentos normativos que foram constituídos neste período. Na medida em que percebemos que, em todo aparato legal e institucional criado, existem um ou vários discursos que os legitimaram e que nem sempre foram verbalizados, procuramos nos apoiar em estudos históricos e, quando possível, em dados estatísticos que comprovavam ou não a veracidade dos enunciados propalados pelos políticos fluminenses. Compreendemos que apesar dos esforços, as análises empreendidas deixam lacunas pois foram omitida(s), ou precariamente registradas nas chamadas “instituições de memória”, a(s) história(s) de parcelas significativas da sociedade, conservando-se apenas os documentos oficiais que representavam o pensamento dos grupos de poder. Por isso, recorreremos a estudos consagrados pelos historiadores e cientistas sociais e procuramos contextualizar os fenômenos analisados nesta pesquisa, identificando o papel político e econômico dos principais atores produtores de tais enunciados.

Entender, a partir das redes, como o espaço era pensado e produzido, também foi um outro desafio que nos colocou a necessidade de pesquisar a implantação física dos objetos geográficos instalados sobre o solo fluminense com o fim de articular fluxos, idéias, informações e poder em diferentes escalas.

Buscando superar estes desafios e fazer “um estudo genético do espaço como uma materialidade”, nossa pesquisa utilizou diferentes fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias foram trabalhadas como uma ferramenta balizadora para se proceder à periodização. Desta forma, foram empregadas para alimentar a discussão teórica e estabelecer contrapontos com os dados primários utilizados na pesquisa. Os dados primários empregados foram extraídos dos Relatórios do Presidente da Província, Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Relatórios do Ministério da Fazenda, Relatórios da Diretoria de Obras da Província do Rio de Janeiro, Atas do Conselho do Estado, Anais da Assembléia e das Câmaras Municipais e os Registros Paroquiais de Terra. Selecionamos neste material os itens referentes à política fundiária e administrativa do Estado, bem como aqueles que diziam respeito aos projetos de povoamento e civilização da Província. Também destacamos as informações referentes aos investimentos do Estado e das municipalidades na construção de estradas, pontes e obras de infra-estrutura. Levantamos junto à estes documentos os principais produtos que circulavam na Província, os Planos Viários e de Administração, a legislação produzida, a relação de instituições que foram criadas e os principais atores sociais que participaram do processo de formação da rede urbana.

Os dados e informações levantados foram tratados através de técnicas estatísticas e demais formas de demonstração da informação (tabelas e quadro), além de recursos da cartografia. O tratamento dos dados foi também um outro desafio enfrentado na pesquisa, pois se referia a um período anterior onde as informações eram coletadas e sistematizadas de forma diferente, o que implicou na definição de novos critérios para a sua análise. Nesse sentido, complementamos tais indicadores com informações obtidas nos discursos dos elaboradores destes dados e informações, como também em consagrados estudos históricos. As informações qualitativas foram coletadas a partir dos discursos proferidos pelo Estado Imperial sendo estes classificados segundo o seu conteúdo.

2. O ESTADO IMPERIAL, A POLÍTICA ADMINISTRATIVA E O TERRITÓRIO

2.1. AS REFORMAS POLÍTICAS DO ESTADO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Para compreender os meandros da política imperial e a sua função na construção de uma ordem, seguindo José Murilo de Carvalho é necessário analisar o papel que exerceram algumas instituições e reformas implementadas durante o Império. Neste aspecto, desvendar a atuação do Conselho de Estado, bem como o conjunto de reformas legislativas e institucionais que ocorreram nesse período, tornam-se pistas fundamentais para entender as ações e intenções do Estado e dos grupos de poder em um momento conturbado da história do Brasil.

Conforme apontado por Carvalho (2003), uma das mais importantes instituições do Império foi o Conselho do Estado pois nesta eram definidos os planos e projetos para o Brasil, constituindo-se em um dos sustentáculos da política centralizadora do Império.

De acordo com Lyra (1932), a origem dos Conselhos remonta à antiguidade, pois sempre os governantes pediram auxílio a um grupo de homens para tomar decisões de interesse coletivo. No entanto, o modelo que inspirou o nosso Conselho de Estado remonta às instituições francesas do século XVIII.¹

O Conselho no Brasil precedeu à Independência, sendo criado a partir do Decreto de 16 de fevereiro de 1822 que convocou o “Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias”². (ver anexo 1).

Era composto pelos ministros do Estado e por procuradores escolhidos nas paróquias das diferentes províncias e presidido pelo príncipe regente. Tinha atribuições de aconselhar ao príncipe Pedro nos negócios, examinar os projetos de reforma administrativa, propor medidas para promover o desenvolvimento do Brasil e discutir formas para zelar pelo bem das províncias.³ As discussões travadas no Conselho nesse período revelavam o conflito de interesses envolvendo liberais portugueses e brasileiros em função das medidas recolonizadoras tomadas pela Corte, entre as quais cabe destacar: a restrição da autonomia administrativa da

¹ Em Portugal a origem do Conselho era anterior ao ano de 1385 e remonta às consultas tomadas pelo Mestre de Aviz, antes de ser aclamado rei, à Corte de Coimbra sobre os negócios do Estado.

² Este Conselho só começou a se reunir em junho e grande parte das províncias não foi representada.

³ Na primeira fase de existência deste Conselho foram realizados ao todo vinte e oito sessões, sendo a última em 1823.

colônia; a limitação ao comércio e a restauração dos monopólios e privilégios dos portugueses, além do retorno do Príncipe. Essas decisões tiveram uma repercussão negativa e provocaram grande agitação no Brasil, sobretudo nas classes dominantes que viam tais medidas como um ato de traição.⁴ Esta é a razão pela qual tais debates culminaram no que denominou Caio Prado Júnior de “Revolução da Independência”, processo iniciado no desEmbarque da Corte Portuguesa no Brasil em 1808 e encerrado quando da sua emancipação política em 1822.⁵ Para o autor, esse contexto caracterizou-se pela luta da elite política brasileira contra as influências da corte portuguesa sob o príncipe regente, o que teria singularizado nosso processo emancipador dos demais países da América Latina. Um processo que ocorreu sem lutas e participação popular, portanto “à revelia do povo” e consolidado por uma classe dominante com grande influência junto ao imperador. Portanto, constituindo-se como uma simples transferência do poder da metrópole para o novo governo brasileiro, tal processo demonstra que “A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto” (Prado Júnior, 1990:52,53).

Após a Independência, em função das inúmeras crises políticas pelas quais o país atravessava, impulsionadas, sobretudo, pelos gestos de violência praticados pelo imperador, retomaram-se os debates sobre os regimes de representação político para o país e o papel que teria o Conselho do Estado. Conservadores, Exaltados e Moderados confrontavam projetos políticos que supostamente manteriam os interesses da recente nação constituída, isto é, uma discussão que colocava em xeque o poder e a autonomia das províncias e o absolutismo do monarca. Nas palavras de Evaristo da Veiga no jornal Aurora Fluminense, defensor do federalismo e crítico a centralização do poder:

“Por toda parte, se deseja a federação e a reforma, todos a querem e seria uma imprudência não ceder; combate-la enquanto não a julgarei do voto geral; hoje é necessária e pugno por ela, faça-se; mas a ordem e a tranqüilidade presidam a tudo, e a lei á sua própria alteração. Modifique-se o nosso pacto social, mas conserve-se a essência do sistema adotado; dê-se ás províncias o que elas

⁴ Neste aspecto, cabe assinalar que como não era interesse inicial dos grupos dominantes romper com os portugueses, foi admitido, inclusive, um regime monárquico dual em função de seu receio pela instituição de um regime democrático.

⁵ É importante assinalar que neste contexto as discussões, sob forte influência de José Bonifácio de Andrade e Silva, giravam em torno das relações entre Brasil e Portugal, sendo predominante o pensamento de que o país se tornasse uma nação livre.

precisam e lhes pode ser útil, mas conserve-se o Brasil unido e não se afrouxem demasiadamente os laços que o prendem a esta união; faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução. Isto é possível, isto espero que ainda se consiga. (Aureliano Leal, apud, Lyra, 1934:66).

Conforme lembra Prado Júnior (1990), a conjuntura que culminou no projeto de constituição de 1823 prestava, de certa forma, uma homenagem às doutrinas em voga. Portanto, o espírito dos constituintes brasileiros sofreu influência inglesa e francesa, notadamente os princípios filosóficos e políticos do Contrato Social de J.J. Rousseau. No entanto, ao passo que nas nações da Europa esse espírito refletia o poder da burguesia comercial e industrial em contraste com o poder da nobreza e do clero, no Brasil tal movimento foi levado a cabo por representantes do setor rural que se utilizaram desses princípios para combater o poder da burguesia mercantil.⁶ Para Igésias (1993), em função da crise em fins de 1823 generalizou-se a idéia de formação de uma República, que se ampliou frente a ameaça de recolonização. Um ambiente agitado instaurou-se, sobretudo pelos interesses antagônicos entre brasileiros e portugueses. Refletindo esse conflito, o projeto constituinte restringiu os direitos aos estrangeiros, limitando a sua naturalização e acesso a cargos de representação nacional e, também, os poderes do Imperador, valorizando a representação nacional.⁷ Essas propostas criaram um clima de oposição entre os representantes da Assembléia, já que tal projeto refletia os interesses dos proprietários rurais, outrora oprimidos pelo regime da colônia.

Como essas medidas afetavam os portugueses e o Imperador, inúmeros líderes pouco a pouco foram reconquistando os seus cargos e a solidariedade do monarca. O acirramento dos conflitos entre o poder absoluto e os nativistas teve seu desfecho com a queda de José Bonifácio e a sua substituição por um absolutista que dominou o cenário político até a abdicação de D. Pedro I.⁸ A dissolução da Assembléia Constituinte foi, então, o desdobramento desse processo, já que

⁶ “Ora, as idéias centrais dos sistemas políticos e filosóficos que orientam a revolução do Velho Mundo eram justamente estas: liberdade econômica e soberania nacional”. Adotaram-nas por isso os constituintes de 23 porque coincidiam perfeitamente com seus propósitos, porque se adaptavam como luvas – feitas as devidas correções, de que, como veremos, não se esqueceram – ao caso que tinham sob as vistas; e também porque toda a cultura intelectual brasileira da época se formara na filosofia francesa do século XVIII.” (Prado Júnior, 1933:54)

⁷ Ademais propôs a indissolubilidade da Câmara e a sujeição das forças armadas ao parlamento e não ao Imperador. Essas medidas deixavam claro o caráter classista do projeto ao discriminarem os direitos políticos, reservando amplos poderes aos grandes proprietários rurais e excluindo ou limitando esses direitos aos demais grupos. Também suprimiu o projeto, todos os monopólios, privilégios etc para os portugueses, estabelecendo ampla liberdade econômica e profissional.

⁸ Para muitos historiadores com a abdicação de D. Pedro, o processo de Independência se consolidou.

consolidou o poder desses grupos e afastou, conforme aponta Prado Júnior, “a interferência dos adversários nos negócios públicos”.

Assim, com a dissolução da Assembléia Constituinte em 12 de novembro de 1823 foi criado o primeiro Conselho de Estado composto por dez membros escolhidos entre os ministros, incumbidos de elaborar um projeto de Constituição, além de discutir os variados aspectos relacionados aos negócios do governo.⁹ (ver anexo 1).

Na realidade tal Conselho, conforme informa Lyra (op. cit.), estaria responsável por redigir “um código político para tranquilizar o espírito público, justamente apreensivo e alarmado ante as tendências reacionárias do poder”.

Os membros do Conselho criado em 1823 estiverem presentes na primeira e segunda fases de sua existência e foram considerados por inúmeros estudiosos como estadistas argutos e sagazes. Quase todos os conselheiros possuíam curso superior, a maior parte em Direito, e ocupavam cargos políticos e administrativos, portanto com experiências nos vários ramos dos negócios governamentais.¹⁰

Com o agravamento da crise política ocorreu à abdicação do Imperador Pedro I e o estabelecimento da Regência, assim como à modificação da Constituição que estabeleceu a extinção do Conselho de Estado.¹¹ Foram inúmeras as questões levantadas pelos políticos que elaboraram os projetos de extinção desta instituição para justificar o seu fim: o caráter vitalício dos conselheiros, o seu poder decisório em questões importantes do país, como as relações comerciais e a declaração de guerra e paz; a sua vinculação aos projetos políticos do Imperador e, finalmente, a sua falta de habilidade para resolver a crise política que assolava o país. O grande poder do Conselho, portanto, incomodava os políticos opositores e fragilizava as demais instituições, como o Senado e a Câmara, bem como o funcionamento dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Estas justificativas, que podem ser explicadas como uma vitória parcial do projeto liberal, expressavam a

⁹ Constituído de brasileiros natos este Conselho elaborou a Constituição em um mês. Os dez representantes eram: João Severino Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello, Clemente Ferreira França, Mariano José Pereira da Fonseca, João Gomes da Silveira Mendonça, Francisco Villela Brabosa, José Egídio Álvares de Almeida, Antonio Luiz Pereira da Cunha, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Joaquim Carneiro de Campos.

¹⁰ Lyra (1932), analisando as Atas do 1º Conselho de Estado, informa que, das 127 sessões ocorridas entre 1823 a 1834 - período que corresponde aos últimos anos do primeiro reinado e ao início do período regencial - em função do devotamento da instituição ao imperador, havia uma desconfiança dos conselheiros ao espírito liberal, apesar das discussões entre os seus membros revelarem também diferentes posições sobre política.

¹¹ No Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 foi extinto o Conselho de Estado, tendo como justificativa o seu papel de legitimação dos atos absolutistas de Pedro I.

ampliação do poder legislativo e a instauração de um programa que promoveria, paulatinamente, a diminuição do poder do Monarca.

Em função da crise política do Brasil, do golpe de antecipação da maioria de D. Pedro II e da vitória do projeto conservador a partir de 1840,¹² o Conselho de Estado foi restabelecido,¹³ passando a sua existência a ser admitida até mesmo pelos liberais integrantes do Club Maiorista.¹⁴ Na discussão do projeto que restaurou o Conselho, três aspectos foram especialmente debatidos: o seu caráter vitalício, a fixação do número de conselheiros e o perfil político da instituição. Após intensos debates foi acertado que era essencial manter a vitaliciedade dos conselheiros para que se garantisse a independência, a sua imparcialidade e justiça. Para que tais aspectos fossem assegurados foram escolhidos doze conselheiros extraordinários que seriam substituídos em caso de dispensa do Imperador, mantendo uma certa alternância entre partidos. Assim, encerrando as discussões na câmara dos deputados e no Senado, o projeto de restauração do Conselho converteu-se na Lei No. 231, de 23 de novembro de 1841.¹⁵ Nos artigos que definiram a existência dessa instituição ficou estabelecido que o Conselho seria composto por doze membros ordinários e doze extraordinários, além dos ministros, sendo todos escolhidos pelo Monarca. Segundo as determinações contidas no artigo quinto da Lei 231, para serem conselheiros seus membros deveriam pertencer à religião católica apostólica romana, serem obedientes à constituição e às leis e fiéis ao imperador. Seus aconselhamentos, também de acordo com Lei, deveriam ser guiados segundo as suas convicções e visando o bem da nação. De acordo com tais princípios, as atribuições do Conselho de Estado ficaram assim definidas no artigo 4º da referida Lei:

“os conselheiros do Estado serão responsáveis pelos conselhos que

¹² Para Castro (1967) inicialmente os conservadores foram afastados do poder com o término antecipado da Regência em 1840, voltando a ocupá-lo em 1848. Nessa prolongada crise de sucessão se estabeleceram políticas de conciliação, tais como a anistia de 1842 que concedida aos rebeldes da Bahia e demais estados do Nordeste.

¹³ Segundo Lyra (op. cit.), o primeiro a ter a idéia de restabelecer o Conselho do Estado foi Vieira Souto, jornalista e representante do Rio de Janeiro que submeteu a Câmara dos Deputados, em 20 de maio de 1837, um projeto de lei que determinava a criação deste Conselho com as mesmas atribuições anteriores, acrescentando apenas a nomeação e demissão dos ministros. Neste projeto também foi proposta a antecipação da maioria do Imperador para doze anos incompletos.

¹⁴ Refletindo os debates envolvendo liberais e conservadores, foram apresentados inúmeros projetos neste Club, propondo tanto a mudança da maioria do Imperador, como a restauração do Conselho. Com relação ao restabelecimento do Conselho, a discussão girava em torno da possibilidade ou não de sua existência frente à dupla interpretação do artigo 32 do Ato Adicional.

¹⁵ Para viabilizar o funcionamento do Conselho foi aprovado pelo Decreto no. 124, de 5 de fevereiro de 1842 um regimento provisório que dividiu o Conselho em quatro seções, a saber: negócios do Império, negócios da justiça, negócios da fazenda e negócios da Guerra e Marinha.

derem ao imperador, opostos a constituição e aos interesses do Estado, nos negócios relativos ao exercício do poder moderador, devendo ser julgados em tais casos pelo Senado, na forma da lei de responsabilidade dos ministros de Estado”.

Ao Conselho também caberia, como consta no sétimo artigo da referida Lei, consultar todos os negócios do Império decidindo sobre o uso do poder moderador, manifestar-se sobre as declarações de guerra e paz, opinando nas negociações externas e nas questões relacionadas à economia brasileira; posicionar-se nos conflitos de jurisdição envolvendo as autoridades administrativas e judiciárias; nas questões relacionadas aos abusos das autoridades eclesiásticas e em questões legais visando o aperfeiçoamento e execução das leis. No seu artigo sexto ficou ainda definido que o príncipe imperial ao completar dezoito anos iria automaticamente fazer parte do Conselho, sendo os demais príncipes da casa imperial nomeados pelo imperador.¹⁶

Segundo Costa (1999), os poderes excepcionais dos políticos, particularmente daqueles pertencentes ao Conselho de Estado, estavam vinculados à centralização excessiva do sistema político brasileiro, que subordinava as províncias ao governo central, os governos municipais às províncias e colocava o poder judiciário, a Igreja, o Exército e até os empresários à mercê dos políticos que integravam a referida instituição. Assim, associado ao governo central, o Conselho controlava as taxas de importação e exportação, a distribuição de terras desocupadas, os bancos, as estradas de ferro, as sociedades anônimas, assim como determinava a política de mão de obra e os empréstimos realizados pelo governo.¹⁷

Carvalho (2003) afirma que o Conselho do Estado foi o principal órgão da monarquia, pois era nesta instituição que as decisões mais importantes eram tomadas, ou seja, a partir do Conselho que se condensava a opinião dos eminentes líderes políticos dos grandes partidos e dos principais administradores públicos.¹⁸ Constituído por um grupo que compartilhava visões de mundo semelhantes,

¹⁶ Tanto o Imperador, quando os príncipes da casa imperial, não entrariam no número fixado para a composição do Conselho.

¹⁷ Até 1881 nenhuma sociedade anônima poderia funcionar sem a autorização do Conselho de Estado. Tal fato se constituiu num dos argumentos que os liberais, entre eles, Tavares Bastos, utilizava para criticar os excessos da política centralista.

¹⁸ O autor também coloca que a leitura das Atas do Conselho, por expressavam um discurso mais franco do imperador e dos conselheiros no trato das diferentes questões, é uma pista para entender o emaranhado de relações políticas do período imperial, sobretudo porque as reuniões do Conselho eram restritas e a maior parte dos assuntos tratados estava relacionada a um problema concreto de política pública.

assumiram os conselheiros o topo da hierarquia política, sendo responsáveis pelas principais mudanças legais e administrativas que ocorreram no Império. Apesar de não se constituir num “quinto poder” como afirmara José Honório Rodrigues, o Conselho tinha um peso importante nas decisões que eram tomadas pelo Imperador já que, como assinala Carvalho (op. cit.), tal instituição desfrutava de uma certa autonomia. Assim é que os decretos, atos, leis e demais decisões, antes de serem promulgados eram amplamente discutidas pelos conselheiros, sendo alvo de seus pareceres e opiniões. Esta autonomia, de acordo com o autor, fortalecia um etos, ou seja, suas atitudes marcavam um posicionamento que era votar de acordo com as suas próprias convicções políticas e científicas, portanto, alheios aos partidos. Essa postura consolidaria um espírito de corpo e um sentimento de independência que imprimia um tom de orgulho aos conselheiros. Por outro lado, Carvalho revela que os conselheiros pareciam estar sempre em posição defensiva, uma vez que se preocupavam em justificar para os políticos opositores a sua presença no Estado e o seu papel constitucional. No entanto, para o autor, como de uma forma geral os conselheiros expressavam uma parcialidade em favor do sistema, notadamente o Poder Moderador e as propostas de centralização, o Conselho de Estado foi a instituição que melhor expressou o modelo de política, economia, Estado e administração do Império.

Martins (2005) concorda que no Império o Conselho do Estado tinha um significativo papel político e econômico, mas acrescenta que era a rede de influências familiares e o poder econômico dos conselheiros que mais se pronunciava neste órgão, pelo menos na seção da Fazenda.¹⁹ De acordo com sua análise, o Conselho do Estado no século XIX refletia o vício herdado do período colonial que era o controle dos cargos administrativos e as atividades econômicas pelas famílias que desfrutavam de maior prestígio.²⁰ Assim, tanto no setor político, como o financeiro, especialmente a seção da Fazenda do Conselho de Estado, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e demais empresas públicas e privadas, a rede de parentesco era a que definia a escolha e distribuição dos cargos. Com isso, a elite empresarial, que se manteve próxima às instituições financeiras

¹⁹ Seu trabalho identifica a origem social dos conselheiros, demonstrando tanto a sua inserção num grupo familiar de prestígio, como a sua vinculação com as atividades econômicas mais importantes.

²⁰ As carreiras e trajetórias profissionais dos Conselheiros articulavam-se às suas estratégias no campo econômico. Muitos desses conselheiros tiveram origem nas atividades comerciais dos seus antepassados, tais como a economia açucareira do Nordeste e do Rio de Janeiro e a exploração do ouro em Minas Gerais.

governamentais e privadas, obteve espaço para o seu desenvolvimento, favorecendo-se dos privilégios garantidos por esses cargos públicos, tais como o acesso às informações e os investimentos diretos ou indiretos nos seus negócios particulares. No entanto, afirma Vieira (op cit), os maiores beneficiados pelas ações do Conselho eram os grandes fazendeiros, mas não só aqueles do Vale do Paraíba do Sul, conforme frisara Mattos (1987), mas também os localizados na região do sul do Minas e, até 1870, os representantes do café da província de São Paulo.²¹ Identifica, no entanto, que os fazendeiros eram também comerciantes, financistas, capitalistas, rentistas, ou seja, dificilmente exerciam apenas uma atividade e, após 1860, comprova, a partir da listagem de seus bens, que vultuosos investimentos eram realizados em atividades urbanas, notadamente a compra de imóveis urbanos, título e ações. Seu trabalho demonstrou também que, apesar de não acumularem grandes fortunas, os conselheiros faziam parte do grupo que detinha 10,2% da renda na Corte do Rio de Janeiro. Por fim, conclui que os conselheiros estavam envolvidos em negócios de famílias e detinham um vasto capital imaterial, fato que possibilitou o crescimento de uma rede de privilégios garantindo a ação política de determinados grupos durante o Império.

Restabelecido em 1841, conforme já apontado, o Conselho refletia os embates políticos que giravam em torno da maioria e, também, as disputas de poder entre liberais e conservadores. Por isso, o motivo de sua existência e os seus amplos poderes no Império era uma das razões da oposição inicial dos liberais. No entanto, na tese de Carvalho, o cerne do pensamento político das elites nesse contexto pode ser desvendado na medida em que se percebe que as concepções aparentemente opositoras se articulam em torno de interesses comuns e de uma idéia de ordem, fato revelado pela alternância de liberais e conservadores ocupando as cadeiras no Conselho, sobretudo nas últimas décadas de sua existência. Ao identificar as idéias que construiriam esta “ordem” que caracterizou o período imperial, desvenda as estratégias engendradas pelos grupos dominantes para serem membros do Conselho do Estado, revelando que para a participação no mesmo era preciso ter tido experiência em órgãos administrativos, gozar de prestígio

²¹ Lembra a autora, que o Imperador também reforçava seu poder central ao manter próximo de si as famílias com maior poder econômico, no entanto relativiza as colocações de José Murillo de Carvalho quanto à formação de um espírito de corpo dos conselheiros que imprimiram um tom público às suas ações, bem como as afirmações de Mattos (1987) com relação à influência da elite fluminense no processo de consolidação do Estado Imperial.

político e ter representação política.²² Argumenta que a grande vitalidade desta instituição não estava, necessariamente, vinculada ao número de sessões realizadas, afirmando que entre os anos de 1842 e 1882 ocorreram apenas 271 sessões, reunindo-se os conselheiros, em média, cinco vezes por ano.²³

Para Lyra (1934), o novo Conselho manteve as mesmas funções daquele que existiu anteriormente, mas na prática sempre tentou ampliar o seu poder junto ao Imperador. Este, por seu turno, habilmente neutralizou por meio do Conselho a sua influência junto ao Senado, fato que permitiu uma negociação permanente com os partidos mais influentes.

Na visão de Joaquim Nabuco manteve o Conselho, “por muito tempo o sabor, o prestígio de um velho Conselho Áulico conservado no meio da nova estrutura democrática, depositário dos antigos segredos de Estado, da velha arte de governar, preciosa herança do regime colonial, que se devia gastar pouco a pouco” (Nabuco, apud Lyra, 1934:85).

Na concepção de Mattos (1987), o que ficou configurado neste contexto eram as matrizes de um pensamento conservador, pensamento este que se baseava nas idéias contidas na política de centralização. Nesta linha, a idéia de um poder forte em contraposição a um poder fraco, onde o poder forte estava vinculado a um Estado centralizado e poder fraco a um Estado descentralizado. O poder forte passou a se concentrar nas mãos dos saquaremas, daí a sua tese de que no “tempo dos saquaremas” foi montado um arranjo institucional que dominou a política imperial no Brasil. Esta dominação implicou na incorporação de concepções de política, administração e Estado que passaram progressivamente a ser utilizadas como justificativas para sustentação das idéias de um poder forte e responsável pela manutenção da ordem pública e da liberdade.

No poder forte o Imperador reina, governa e administra, ou seja, a sua consolidação reflete a capacidade de expansão do poder regulatório e a sua existência é garantida a partir da criação de um “poder administrativo”. Neste sentido, a idéia de um caráter apolítico da administração pública estava ligada à própria constituição e fortalecimento do Estado, o que lhe permitia “ser o um elemento da conservação e progresso acima das disputas políticas e das agitações

²² Chama atenção que dos 72 conselheiros, 54 eram formados em Direito e tinham experiência em magistratura, além de 47 destes já terem sido presidentes de província.

²³ De acordo com as informações das Atas do Conselho, das 690 resoluções elaboradas entre 1842 e 1882, em 579 havia consenso entre os conselheiros e 111 havia discordância ou concordância parcial. (Carvalho, 2003).

revolucionárias que atingiam o Poder Político”. (Mattos, p. 197).

A idéia ressaltada no discurso do Visconde do Uruguai – um representante do Conselho - de que uma política administrativa era distinta de uma proposta de centralização governamental, é compreendida por Mattos (op. cit.) como um dos subterfúgios empregados pelos conservadores para justificar as ações de um Estado centralizador e a manutenção dos interesses dos grupos de poder. Por isso é que as idéias do Visconde baseavam-se em parte de alguns ensinamentos de Tocqueville em “A Democracia na América”, para distinguir a centralização política ou governamental da administrativa, ressaltando as vantagens daquela para o fortalecimento do Estado, “muito embora a organização administrativa pudesse dispensá-la em parte” (Visconde do Uruguai, apud Mattos, p.197). Daí a sua defesa na decomposição do poder executivo, que deveria ser forte, e a constituição do que Mattos denominou de um “Poder Administrativo”.

Alguns cientistas políticos afirmam que a ampla burocratização do Estado neste contexto, mobilizada pelos interesses da política centralizadora, está relacionada ao processo de formação de um Estado patrimonialista. Ressaltando que os interesses privados se impunham à ordem (instituição) pública, Faoro (1958) destaca a expansão das funções do Estado no Segundo Reinado, afirmando que o seu caráter burocrático,²⁴ constituiu-se num mecanismo que consolidou um Estado Patrimonial. Para ele, no século XIX o bacharel jurista veio a ser equivalente ao desembargador português do século XVIII, ou seja, era um ator que tinha um papel universal em termos políticos. No Segundo Reinado, instalado no governo, o bacharel perde a identidade da origem, aderindo aos inimigos de seu pai e seu avô, para realizar a missão de engrandecer o Estado. Assim, para o autor, a substituição do estamento aristocrático pelo burocrático teria reconfigurado o papel do Estado como agente central no modelo de desenvolvimento, promovendo a consolidação de duas forças: o estamento burocrático, povoado de funcionários, e o comércio, alimentado pelas graças e favores do governo.

“O bacharel-magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia – seria na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do pater-familias, o aliado do Imperador contra o próprio pai ou o próprio avô; o médico, o desprestigiador de medicina caseira, que era um dos aspectos mais sedutores da

²⁴ Faoro (op.cit) afirmava que o estamento burocrático foi recrutado nas escolas de jesuítas, nas escolas jurídicas e nas escolas militares.

autoridade de sua mãe ou de sua avó, senhora de engenho. Os dois, aliados da cidade contra o engenho. Do Estado contra a Família.” (Faoro, op. cit., p.226)

Costa (1999) discute a importância do bacharel, figura que também Gilberto Freire atribui peso e desenvolvimento expressivo durante o século XIX. Para a autora há um certo exagero nas colocações sobre a supremacia desse profissional, já que sua atuação estava, via de regra, pautada nos interesses dos grandes fazendeiros. Afirma que esses profissionais eram originários de famílias do campo e foi a partir da montagem de uma rede de influência junto ao Imperador que tais profissionais passaram a ocupar os altos cargos públicos. Portanto, apesar de apregoarem métodos mais modernos na economia, política e educação, era a sua vinculação com a classe de proprietários rurais que mais ficou pronunciado em sua carreira política, fato que se manifestou pela defesa do latifúndio e da escravidão durante longos anos do Império.

Carvalho (2003), no entanto, desdobrando um dos aspectos discutidos por Faoro, demonstra como era constituída a burocracia imperial. Dividida vertical e horizontalmente, distinguia-se pela sua história, maior ou menor nível de profissionalização, estruturação e grau de coesão, sua posição no organograma do Estado e, por fim, por sua natureza política. Segundo tais divisões, informa que nos mais altos cargos da burocracia estavam os juizes, ministros, diretores e presidentes das províncias. No nível eclesiástico estavam o arcebispo, o bispo, o cônego, o monsenhor e o pároco. A burocracia militar, composta pela forças da Marinha e do Exército, os profissionais com maior nível hierárquico e, portanto, com maiores salários, eram o Marechal e o Brigadeiro - Marinha e o Almirante e Capitão - Exército. Ressalta que ao lado dos profissionais ligados a fiscalização, a burocracia judiciária e militar eram as que tinham maior importância, sendo as que primeiramente se organizaram em termos profissionais. O clero, pertencente às duas burocracias, também tinha um papel significativo tanto do ponto de vista político, como administrativo.²⁵ Em termos de burocracia proletária, que ocupava o maior e mais diversificado número de profissionais, encontravam-se grupos com menor nível de profissionalização e, também, mais heterogêneo em termos de origem social.

²⁵ Informa o autor que as burocracias militar, judiciária e eclesiástica por serem mais profissionalizadas definiram com maior rigidez as fronteiras sociais, no entanto para aquele que conseguisse ter acesso a um cargo, era possível alcançar o topo de uma carreira.

Embora analisando o final do século XIX, parece interessante relacionar a tese de Décio Saes (1985) à de Faoro (op. cit.) sobre a constituição da burocracia no Brasil, como uma das formas de legitimação de um poder constituído por um Estado burguês em formação. Para o autor, com a função de unificar o povo e a nação e impedir a organização da classe explorada, a nova racionalidade das instituições governamentais demonstra que estava se formando um Estado burguês ao final do período imperial. Revela Saes (op. cit.) que neste contexto, devido a uma série de mudanças institucionais e administrativas teria se constituído um caráter pré-burguês caracterizado pela luta para autonomização das ações do Estado, o que resultou no nascimento ou na intenção de criar de novas instituições, separando paulatinamente “coisa” pública e “coisa” privada. Ao demonstrar como ações dos entes públicos se desenvolviam naquele contexto é que sua tese questiona a existência do Estado como simples reflexo das relações de produção, indicando que foi preciso, anteriormente à consolidação da burguesia enquanto classe, a organização de uma “máquina pública”. Sua tese investiga a trajetória a partir do qual se organizou o sistema jurídico-político e a criação de instituições públicas, processos esses que foram essenciais para a definição de uma nova forma econômica e de um novo arranjo político e social. Ao analisar essa trajetória propõe-se a responder a seguinte questão: como se estabeleceu a relação entre forma política e forma econômica? Influenciado pelas análises de Marx e Engels, de Lênin e Poulantzas, em especial do seu conceito de Estado em Geral,²⁶ reexamina a origem do Estado burguês, demonstrando que suas raízes já estavam plantadas no final do século XIX ²⁷ e, baseando-se na análise de Poulantzas identifica o duplo efeito da formação da estrutura jurídica do Estado: o efeito isolamento, transformando os agentes em sujeitos jurídicos- políticos e o efeito representação da unidade que vai promover a reunião dos indivíduos isolados, em parte por ele mesmo, num corpo político - o povo-nação. Por outro lado, ao questionar como se diferencia o Estado burguês, como estrutura, dos demais tipos de Estado, o autor coloca a necessidade de fazer uma decomposição analítica deste agente em duas

²⁶ É importante lembrar que embora a noção de Estado tenha sido compreendida como a responsável pela reprodução das relações de produção e de dominação de uma classe sobre as demais, Marx, ao identificar as diferentes meios de dominação engendrados nas estruturas de produção escravista, feudal e capitalista, de certa forma, abandona o conceito de *Estado em geral*. (Saes, 1985) .

²⁷ Neste caso, vai criticar o trabalho de Octávio Ianni “ Estado e Capitalismo e Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).

partes: o sistema do direito e a do burocratismo, afirmando que os aspectos jurídicos-políticos fazem parte do mesmo corpo.

Para Mattos (1987), apesar de existirem diferentes teses que interpretam a formação do Estado neste período e que tenham validade muitos dos argumentos levantados, é possível articular os diferentes pontos de vista ao se constatar que havia escassez de recursos para ampliação do quadro administrativo, o que levava, invariavelmente, os grupos com poder econômico a ocuparem cargos políticos, um processo de “seleção natural” que definia a priori aqueles que podiam fazer parte do corpo de burocratas do Estado. Esse mecanismo, orquestrado pelo Imperador e auxiliado por grupos políticos, teria revelado uma lógica do Estado Imperial e uma estratégia de cooptação dos grupos de poder que estavam localizados em diferentes circunscrições administrativas. Assim, interpretando o processo de formação do Estado no século XIX, Mattos (op. cit.) revela que, devido às questões apontadas, o governo teve dificuldade de impor suas normas e que a separação do público e do privado foi marcada sempre pelo conflito. Apesar disso, no entender de Mattos (1987), a política administrativa implementada no Segundo Reinado foi responsável pelo surgimento de espaços “neutros”, o que permitiu distinguir e ampliar o poder do Estado.

“No fundamental, aparente irredutibilidade entre a ordem privada e o poder público não deixava de ser a expressão das tensões inerentes a uma constituição, a tensão dos caminhos tortuosos trilhados pelo plantador escravista, ao lado dos negociantes e burocratas, em sua transmutação em classe senhorial.” (Mattos, op. cit.: p.209).

Um dos caminhos para aproximar os interesses privados dos públicos, conforme assinala Mattos, era a promoção de políticas para melhorar as condições físicas das estradas e a instalação de equipamentos públicos, fato que permitiria ampliar as trocas, tanto econômicas, quanto políticas.

“Governar a Casa era exercer, em toda a sua latitude, o monopólio da violência no âmbito daquilo que a historiografia de fundo liberal convencionou chamar de poder privado (...) e Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange ao mundo do trabalho (...) Governar o Estado era, no fundo e no essencial elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal”(op. cit. , p. 119 e 120).

Os homens públicos, pretendendo difundir uma idéia de civilização e costurar as alianças com os proprietários de terra e escravos e com os negociantes, passaram a assumir o controle e o gerenciamento de uma série de atividades identificadas cada vez mais como públicas - a instalação de prisões, de escolas, casas de Câmaras, de programas contra pestes e epidemias, entre outros. Assim atendendo as diferentes necessidades e interesses, a construção do “público” se confundiu com a construção de um Poder Administrativo, o que tornou necessária a promoção de políticas que visavam identificar as potencialidades dos diferentes espaços. Portanto, a definição de uma política administrativa e, conseqüentemente, as reformas que foram implementadas exigiram do Estado a adoção de uma série de providências, entre as quais a elaboração de cartas topográficas, delimitando os territórios das circunscrições administrativas, judiciárias e eclesiásticas e a coleta de informações estatísticas. Estas medidas, além de tornarem mais ágil a ação dos agentes da centralização, viabilizaram a definição de novas estratégias para captação de recursos e riquezas nas diferentes localidades.

Neste contexto, segundo Mattos (op. cit.), foi que se estabeleceu uma verdadeira “teia de Penélope” , ou seja a atuação dos agentes administrativos no exercício de suas funções e o papel da política administrativa teve inúmeros significados durante o Império. Esta teia pode ser decifrada a partir da análise das estratégias de cooptação adotadas pelo Governo Geral na definição dos cargos intermediários “geralmente localizados no círculo provincial”, o que articulava os interesses provinciais aos do Governo Geral. Assim, a definição do que era um emprego público provincial e municipal se constituiu num mecanismo que acabou por transformar os empregados públicos municipais, provinciais e gerais numa representação hierárquica do poder do Estado Imperial. Os agentes administrativos passaram, então, a representar em seu conjunto e apesar das diferenças internas, um bloco homogêneo que legitimava o poder e os interesses de um Estado em formação. Além destes agentes, também o papel da imprensa e, particularmente, o papel dos relatores locais como difusores de ideais de centralização do Estado contribuíram para a superação das concepções localistas em proveito de uma concepção mais estatal.²⁸

²⁸ “Os mais importantes atores políticos nessa sociedade predominante agrícola eram os chefes rurais, muitos dos quais tornaram-se membros do gabinete ministerial ou até primeiro ministros”. (Graham, 2001:11)

Conforme já apontado, algumas reformas administrativas foram implementadas neste contexto visando atender aos propósitos do Estado Imperial e de sua política administrativa. Assim é que, com a perspectiva de ampliar o conhecimento das pessoas e de promover o seu controle em diferentes espaços, foi instituído o novo Código do Processo Criminal em 1841.²⁹ Conforme assinala Mattos (op. cit.) os centralizadores objetivavam, com tais mudanças, melhor conhecer o cotidiano de diferentes áreas, tarefa esta que passou a ser assumida pelo chefe de polícia. Competia a este ator tomar conhecimento das pessoas que iriam habitar em um distrito, conceder passaportes e obrigar vadios, mendigos, bêbados, prostitutas e turbulentos a assinar termo de bem viver, além dos legalmente suspeitos de cometer algum crime, o termo de segurança.³⁰ Também cabia vigiar as sociedades secretas e coibir os ajuntamentos ilícitos, inspecionar os teatros e espetáculos públicos, organizar a estatística criminal das províncias e, por meio dos seus delegados, subdelegados, juizes de paz e párocos, o arrolamento da população.³¹ Ao se definirem as incumbências para o exercício da Polícia Administrativa e judiciária,³² tal reforma também esteve relacionada às estratégias do Estado em fixar uma nova hierarquização do poder disseminada pelo Governo-Geral desde a Corte. Assim, o esvaziamento do poder do juiz de paz e a redefinição do seu papel faziam parte de um jogo que visava elevar o poder dos chefes de polícia, passando estes a serem nomeados pelo Imperador e localizados no município da Corte e nas capitais.³³

A reforma da Guarda Nacional como uma das estratégias da política centralizadora é discutida por Basile (1990). O autor afirma que tal proposta visava, entre outros aspectos, limitar o poder local, até então responsável pela segurança

²⁹ Baseado no projeto de Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 1830 foi criado o Código Criminal que tinha como proposta dominar o poder arbitrário do Imperador, sobretudo em relação aos crimes políticos. Neste sentido, classificou os crimes em públicos, particulares e policiais. Durante a Regência instituiu-se em 1832 mudanças neste Código, ampliando o poder do juiz de paz, redefinindo assim a relação de forças entre o Executivo e o Legislativo.

³⁰ De acordo com o autor, a nomeação para delegado nos municípios e subdelegados junto aos distritos ainda era mais importante do que se refere ao cumprimento das leis e, também neste caso, os cargos eram distribuídos segundo o poder econômico.

³¹ Crítico a esta Reforma, Tavares Bastos afirmava que as mudanças nas atribuições e cargos eram equivocadas, pois além de privarem a liberdade necessária para se atingir o progresso, era impossível o Estado administrar locais que apresentavam diferenças significativas por meio de uma estrutura administrativa centralizada.

³² O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça “como primeiro Chefe e centro de toda a Administração policial do Império; os Presidentes das Províncias, “como seus primeiros Administradores e encarregados de manter a segurança e tranqüilidade pública, e de fazer executar as Leis”; os Chefes de Polícia no Município da Corte e nas Províncias; os Delegados de Polícia e Sub delegados nos Distritos de sua jurisdição; os Juizes Municipais nos Termos; os Juizes de paz nos Distritos; os Inspetores de Quarteirões; e as Câmara Municipais nos municípios” (Mattos, p. 211)

³³ Esta Reforma, na concepção de Tavares Bastos, seria também mais uma estratégia que impedia a liberdade e o progresso das províncias.

pública e privada. A pretexto de melhor organizá-la, a reestruturação da Guarda Nacional promoveu uma centralização das funções exercidas pelos oficiais e suboficiais, passando então a ser determinada uma nova forma de nomeação.³⁴ Esse empreendimento resultou numa organização das funções do Estado que teve de estruturar sua força militar, junto às províncias.³⁵ Assim, a reforma fez com que a Guarda Nacional ficasse subordinada ao ministro da Justiça, sendo substituídas as eleições dos oficiais pela nomeação. É dessa forma que “(...) a Guarda Nacional foi o mais eficiente e poderoso agente difusor das noções de ordem, disciplina e hierarquia, da associação entre unidade do Império e unidade da nação, do estabelecimento de relação entre Tranqüilidade e Segurança Pública e Monarquia” (Mattos, 1986:213-214). Para Graham (2001), no entanto, a Guarda Nacional ampliou a ação das elites políticas e econômicas locais e regionais, vindo a ocupar as altas patentes na Guarda Nacional, o cargo de delegado de polícia e de juiz substituto. A sua participação garantia aos senhores de engenho e fazendeiros o controle político sobre os seus territórios, além de assegurar aos demais fazendeiros o exercício de autoridade, garantindo, então, a ampliação do poder local e o fortalecimento do poder real. Segundo o autor, uma das formas utilizadas pelas lideranças locais para dar visibilidade ao seu poder ocorria através das vestimentas, pois por meio delas ficavam demarcadas a sua posição social e a sua autoridade política. Esta opinião é compartilhada por Uricoechea (1978) na medida em que caracteriza a instituição como uma associação voltada para a dominação patrimonial. Argumentando que o poder central não possuía capacidade administrativa de controlar os poderes locais, estabelecia-se uma troca de favores entre os mesmos baseada no reconhecimento e na concessão de privilégios dos chefes locais.

Independente se a Guarda Nacional levou a ampliação do poder geral ou aumentou a influência do poder local, importa ressaltar o papel exercido pela justiça criminal na formação do Brasil, ou seja, como o desenvolvimento das instituições relacionadas à justiça expressou a luta por diferentes projetos políticos. No contexto assinalado o conflito entre um projeto de caráter liberal, impulsionando mudanças

³⁴ Este ponto de vista também foi discutido por Francisco Falcon, Edmilson Rodrigues e Margarida Neves que definiram a Guarda Nacional como um instrumento de consolidação do governo imperial, afirmando-se em torno de uma lógica ambígua.

³⁵ Embora atendendo a tal perspectiva, a Guarda Nacional refletia os graus hierárquicos da sociedade, ou seja, em cada localidade, as maiores patentes eram ocupadas pelos cidadãos mais abastados.

nas formas de julgamento, descentralizando o poder e redefinindo as funções dos profissionais da justiça e polícia,³⁶ e um de caráter conservador que foi responsável pela ampliação do poder de decisão na esfera central. Neste caso, a história da consolidação do Brasil independente esteve relacionada à constituição de um mecanismo de repressão e dominação, cuja maior expressão foi a reforma do Código Criminal.

O novo Código Comercial de 1850, considerado uma das propostas liberais mais importantes do período, sistematizou a legislação que anteriormente vigorava.³⁷ Sua promulgação passou a regulamentar a “febre de negócios” provocada pela liberação dos capitais anteriormente aplicados no tráfico negreiro e pelos investimentos estrangeiros.³⁸ É importante lembrar que, após a proibição do tráfico, iniciou-se uma nova fase econômica marcada pelos empreendimentos comerciais e industriais, surgindo bancos, companhias e grandes projetos de construções. Além disso, o Estado expandiu as suas funções através do aumento do investimento na construção de escolas e demais instituições. Também foram ampliadas no Segundo Reinado as atividades de comércio, a abertura de estradas e alocação de infra-estrutura, fomentando uma frente constituída pelo comércio e pela burocracia. Na realidade, alguns autores argumentam que o esforço de codificação do século XIX teve como proposta central separar a posse da propriedade, tendo em vista que inexistia um código civil extensível a toda população. Dessa forma, coube às leis comerciais regular as relações privadas entre indivíduos em situações que, de outra forma, seriam regidas pelo direito civil, particularmente o da família. Assim, obrigações, contratos, sucessão, herança, locação, hipotecas etc eram regulados pelo direito comercial.

³⁶ Cabe ressaltar que a Guarda Nacional foi criada em 1831 como decorrência das desconfianças em relação ao Exército, visto como um instrumento do poder imperial. Tendo em vista tal quadro, criou-se uma *Milícia Cidadã*, baseada em instituição francesa similar, na versão liberal tinha como princípio confiar a segurança aos seus cidadãos proprietários. Desta forma, a justiça incorporou o que mais tinha de moderno em termos de prática de justiça européia, como o julgamento por júri, o *habeas-corpus* e o juiz de paz eleito e extinguiu os antigos corpos de milícias e ordenanças e a Guarda Municipal.

³⁷ Conforme coloca Basile (op.cit), a proposta de mudança se arrastou durante seis anos, antes de ser aprovada.

³⁸ O novo código comercial expressava o conflito nas formas de regulação do comércio, especificamente as reclamações dos comerciantes brasileiros em relação ao corpo de leis, interpretado como inadequado às mudanças pelas quais o Brasil estava passando. Dessa forma, o novo Código desmoralizou os interesses contidos em instituições que outrora eram responsáveis pela regulação do comércio, como fora a Real Junta do Comércio, criando os Tribunais do Comércio. Tal perspectiva abriu espaço para o estabelecimento de uma nova correlação de forças que passou a intervir significativamente nas questões relativas à vida comercial. Cabe ressaltar que em 1875, um decreto legislativo extinguiu os Tribunais do Comércio, reintroduzindo o antigo sistema de juntas comerciais, com competência restrita ao registro de empresas. Esta reforma aboliu o colégio de comerciantes com poderes para instruir processos de falências onde eles próprios poderiam ser a parte interessada.

No que diz respeito ao clássico papel do Estado em drenar recursos de distintas áreas, a partir do convencimento dos grupos sociais que estes seriam melhor aplicados para o benefício da nação como um todo, a proposta centralizadora possibilitou, conforme aponta Villela (op. cit.), aumentar o poder arrecadatório do governo geral e diminuir o das províncias, pelo menos na sua fase política mais atuante.³⁹ Como os recursos do império eram provenientes basicamente dos impostos arrecadados pelas atividades de importação e exportação, a sua extrema centralização dificultou o crescimento das províncias, ficando estas subordinadas aos favores do Governo Geral.

Para Villela (2003) o caráter centralizado da repartição dos recursos públicos já estava pronunciado desde a Constituição de 1824 quando se definiu que os Conselhos Gerais das Províncias estariam proibidos de propor ou deliberar “sobre imposições cuja iniciativa é da competência da Câmara dos Deputados” (Buescu, apud Villela, 2003). Porém, tal caráter ainda ficou mais explícito quando da promulgação da Lei do orçamento de 1833-1834 ao definir o que seriam rendas públicas discriminando, pela primeira vez, o que era “Receita Geral” e “Receita Provincial”. Na primeira eram detalhadas na referida Lei os direitos arrecadados nas alfândegas sobre importações, exportações e baldeação, os direitos de armazenagem, de ancoragem e faróis, siza de bens de raiz e vendas de próprios nacionais e, na segunda, as contribuições de polícia, décima urbana, direitos de portagem e aguardente, venda de próprios provinciais, impostos de casas de leilão e moda etc. Argumenta Villela (op. cit.) que a arrecadação das províncias equivalia em média a 20-25% das receitas do governo central, o que ficava aquém de seus gastos.⁴⁰ A pouca arrecadação das províncias induziu os governos provinciais a criarem impostos e taxas com o intuito de elevarem a sua receita, o que gerou uma série de conflitos entre o Governo Geral e as Províncias. Em função desse processo e da indefinição nas leis orçamentárias provinciais criadas além do caráter controverso ou mesmo, conforme assevera o autor, inconstitucional de muitas das disposições provinciais, o governo imperial solicitava a opinião da Seção de Fazenda

³⁹ Por isso que para Tavares Bastos, a montagem e papel dos órgãos de fiscalização, a maneira de captar e aplicar os recursos, ou seja, a repartição do que era arrecado e gasto pelo Estado era injusta e comprometia o crescimento das províncias e municípios, tanto devido a sua extrema centralização, como porque estas apresentavam grandes diferenças de renda, população e grau de civilidade.

⁴⁰ Analisando os 836 balanços de receita e despesa das províncias entre os anos de 1840 a 1889, o autor constatou déficits em 50,2%.

do Conselho de Estado, que avaliava se a legislação orçamentária provincial estava ou não em conformidade com a Constituição do Império.⁴¹

Conforme disse Lyra (1978), o papel da política financeira do Império ficou também expresso a partir da nova organização que o Ministério da Fazenda assumiu a partir de 1850, sobretudo com a ampliação das suas funções por meio da reforma de Itaboraí.⁴² O fortalecimento desta instituição foi redefinido após a promulgação do Decreto 734, de 20 de novembro de 1850 que criou a suprema administração da Fazenda que passou a ser constituída pelo Tribunal do Tesouro, composto do Ministro da Fazenda, presidente, e de quatro conselheiros, a saber: o diretor geral das rendas públicas, o diretor de despesa pública, o diretor geral da contabilidade e o procurador fiscal do tesouro.⁴³

A promulgação da Lei de Terras, também considerada uma das mais importantes reformas liberais empreendidas, cujos objetivos seriam discriminar as terras públicas e privadas, promover a colonização indígena e fundar povoações refletiu os embates entre os diferentes grupos políticos em torno de um projeto de modernização mais adequado ao país. Segundo Faoro (1958), esta Lei tinha também como proposta limitar a expansão do latifúndio ao pretender dar destino agrícola às terras, sendo que o seu maior interesse era fortalecer a política centralizadora do Segundo Reinado hostil à classe proprietária. Para sua efetivação foi necessário estruturar vários órgãos, com destaque para a Repartição Geral de Terras, instituição responsável por medir, dividir, discriminar e conservar as terras devolutas.⁴⁴

Basile (op. cit.) informa que a formulação inicial da Lei de Terras causou grandes polêmicas, sobretudo porque criou um imposto territorial, além do

⁴¹ Assim, entre 1842 e 1867, das 881 consultas feitas àquela Seção, 226 versavam sobre a constitucionalidade das leis de orçamento das provinciais.

⁴² Segundo Martins (2003), D. Pedro II tinha grande confiança em Joaquim José Rodrigues Torres -visconde de Itaboraí, sempre recorrendo-lhe em momentos de crise financeira. Este foi reconhecido pelo acúmulo de experiências adquiridas na área econômica, sendo ministro da Fazenda em várias gestões, presidente do Conselho de Estado ocupando a referida pasta em 1852 e 1868. Também foi deputado e primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro em 1835 e senador em 1844.

⁴³ Na perspectiva de Faoro (1958), o Tesouro Público durante o Segundo Reinado representava o interesse da classe lucrativa, que sendo filha da cobiça era animada pelas atividades comerciais e industriais em expansão. Assim, em nome do progresso, o Tesouro alimentava estes setores com concessões de crédito público, emissões e garantias de juros, entre outras regalias. Desta forma: "Sob a tutela do Tesouro Público, o mais poderoso Deus do Olimpo, a política e o dinheiro davam-se as mãos, girando em torno do contribuinte escorrachado, formando as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social". Alimentando-se dos favores dos advogados administrativos, os industriais aproveitaram do regime patrimonialista para garantirem seus benefícios.

⁴⁴ A Repartição Geral de Terras, no ano de 1860, foi transformada em Diretoria da Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

dispositivo que viabilizava a expropriação das terras sem uso agrícola, medida inclusa no projeto original da Lei elaborado por Bernardo Pereira de Vasconcellos.⁴⁵ Os protestos da classe de proprietários rurais ocasionaram a suspensão das cláusulas mais polêmicas e, passados sete anos, o projeto foi aprovado tornando-se a Lei 601 de 18 de setembro de 1850.⁴⁶ Se, no seu processo de aprovação, a Lei não sofreu grandes resistências pelos grupos que estavam no poder, a sua implementação ofereceu grandes dificuldades. Até mesmo a proposta de atrair imigrantes se constituiu, em parte, num fracasso sobretudo porque as condições oferecidas aos europeus que se dirigiram para os Estados Unidos eram bem melhores daquelas ofertadas pelo Brasil. Assim, conforme coloca José Murilo de Carvalho (1998), ao sofrer um veto dos barões, teria a Lei de Terras favorecido a concentração fundiária no Brasil. Para o caso da Província fluminense, também foi esta conclusão a que chegou Motta(1998).⁴⁷

Neste sentido, os conflitos relacionados às reformas do Código Criminal, do Código Comercial, da Guarda Nacional e da Lei de Terras, além de um conjunto de medidas de âmbito administrativo implementadas neste contexto refletem a nova divisão dos poderes administrativos e políticos, indicando estratégias de difusão desse poder a partir do domínio de novos espaços, notadamente aquelas referentes às obras de administração, como o levantamento de dados e confecção de mapas, a construção de prédios públicos e a realização de melhoramentos. Esse conjunto de

⁴⁵ Baseado no plano G. Wakefield que foi elaborado para colonização e ocupação de terras na Austrália, este projeto foi modificado pelo ministro da Marinha em 1843. Através desse Plano foi proposta a aquisição de terras devolutas somente por compra e venda, a revalidação das sesmarias concedidas até julho de 1822 e a legitimação das posses, a exigência de registros de todas as terras, a criação de uma taxa de revalidação e de um imposto territorial sobre a terras, tendo direito de serem confiscadas caso não se pagasse o imposto por mais de três anos. (Basile, 1990). De acordo com Faoro (1958), a legitimação das terras foi a mais importante mudança da Lei, pois atribuiu ao ocupante radicado e que cultivasse, o título de domínio, através do qual se admitia a legitimação das posses adquiridas por ocupação primária ou por posse. No entanto, embora existisse um grande número de posseiros e a Lei propusesse o povoamento e a colonização, esta acabou por reforçar as posses de grande extensão.

⁴⁶ Os argumentos contrários a implantação deste imposto era o da não existência de um cadastro rural e o baixo nível de acumulação de riqueza das propriedades rurais.

⁴⁷ Ao analisar os impactos da Lei de Terras na Província fluminense, Motta (op. cit.), vai colocar as estratégias dos grandes e pequenos proprietários para garantir os seus domínios territoriais. A autora lembra que passados vinte anos após a promulgação da Lei de Terras, havia reclamações nos relatórios oficiais que ressaltavam a impossibilidade de discriminar as terras devolutas. Tal fato refletia as enormes dificuldades de implementação, seja pelo receio dos grandes proprietários em legalizar as suas propriedades, seja pela falta de estrutura dos órgãos responsáveis. Na concepção da autora, a omissão dos fazendeiros e municipalidades sobre os terrenos devolutos, além da dificuldade em legitimar as posses e revalidar as sesmarias indicava a pouca eficácia da legislação da terra. Mesmo com essas dificuldades, Motta não descarta a fórmula inteligente empregada pelos senhores de terra e os lavradores com vistas a garantir os seus interesses. Ao analisar os Registros Paroquiais, acredita pouco ou quase nenhum êxito à política fundiária empreendida na Província, embora revele as estratégias do grande e do pequeno proprietário, diferenciadas em cada região da Província, no sentido de garantir seus interesses frente à nova regulamentação. De qualquer forma, na sua conclusão, vai confirmar o poder dos grandes fazendeiros fluminenses que forjaram os limites das suas propriedades e omitiram a existência de terras públicas, garantindo a manutenção e a expansão de suas propriedades.

medidas podem ser entendidos como um exercício de vigilância, controle e representação de estratégias de consolidação de uma política centralizadora do Estado que, em muitos casos, devido à escassez de recursos, foi assumida por particulares. Os obstáculos frisados pelos representantes políticos e assinalados por Mattos (1987) para a elevação do Brasil à esfera de um país civilizado - um Estado Moderno- passaram a ser aqueles relacionados à constituição e distribuição dos agentes administrativos públicos, isto é, os agentes da centralização conforme apontado por Visconde do Uruguai.

Basile (1990), ao analisar os aspectos políticos que caracterizaram a segunda metade do século XIX, também vai identificar a atuação do gabinete conservador e o seu papel à frente da Câmara e do Conselho do Estado. Formados majoritariamente pelos saquaremas ⁴⁸ realizaram uma série de reformas em 1850, dentre as quais a proibição do tráfico negreiro, a promulgação da Lei de Terras e do novo Código Comercial e a modificação da Guarda Nacional. Considerando o impacto dessas mudanças, discutidas amplamente desde a Independência do Brasil, o autor afirma que o ano de 1850 foi considerado pela historiografia como um marco decisivo no processo de consolidação do Estado Imperial.

Ao discutir as estratégias de consolidação dos saquaremas no Império, Mattos (op. cit.) reconhece uma mudança no discurso daqueles pois deslocaram o tema “ordem” para o tema “civilização”. Para tanto, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império assumiu o papel de conhecimento da população do Império, de cuidado com a saúde pública e de controle sanitário, de organização do ensino primário na Corte e do superior em todo Império, da administração dos hospitais e regulamentação das habitações urbanas (cortiços), da supervisão dos templos de cultos não católicos, do controle das eleições, além da supervisão dos presidentes das províncias. Essas atribuições do Estado difundiriam os valores, as normas e os padrões que distinguiam as “nações civilizadas” das demais. Ou seja, a organização de um olhar dominante e vigilante pressupunha a centralização, de uma nova concepção de Estado e, conseqüentemente, de um novo arranjo institucional. Neste caso, a idéia de civilização manifestava-se tanto no controle sobre as infrações quanto na moldagem daqueles que deveriam ser civilizados. Civilizar, então,

⁴⁸ Da “trindade saquarema” faziam parte Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), Eusébio de Queiroz e Rodrigues Torres. Estes, por meio da força e do consenso, cooptaram os opositores, reunidos na força liberal, conseguindo com que os mesmos aderissem ao princípio de ordem.

significava disseminar em pontos distantes do território, um conjunto de regras, costumes e valores que os saquaremas acreditavam ser mais adequados ao país.

Em termos de visão de mundo, conforme afirma Carvalho (2003) ao analisar a ação dos saquaremas, cuja grande parte era de conselheiros do Estado, desenvolveu-se entre estes atores uma posição eurocêntrica que se manifestava nas idéias de que o Brasil pertencendo à esfera da civilização cristã-européia tinha que civilizar o povo, apesar de não haver acordo na forma como isto aconteceria. As imagens e representações do Brasil feitas pelos conselheiros estavam vinculadas à sua posição social, refletindo-se nos interesses de consolidação de um formato de Estado. Essa perspectiva fazia com que a massa de população livre quase não fosse alvo dos debates, sendo incluídas na pauta apenas quando se discutiam os impostos e as eleições. No entanto, era consenso que o povo não era capaz de participar da vida pública.

Por outro lado, a defesa do Estado era contra o poder da Igreja e, neste sentido, a palavra soberania era manejada com o intuito de afirmação interna do poder estatal. Uma política centralizadora tinha como pressuposto básico a conquista da civilização, o que tornava necessário redefinir novas ações para que nascesse um novo tipo ideal de povo e nação. Assim, independente das diferenciações que pudesse ter o Brasil, os políticos centralizadores pretendiam homogeneizar regras e procedimentos legais e administrativos para que o país se tornasse mais civilizado. Defendendo também o progresso e a civilização, os liberais como Tavares Bastos propunham uma política descentralizadora que seria viabilizada se fossem consideradas as diferenciações sócio-espaciais - a topografia, o número de população, as divisões territoriais, as comunicações etc. No entendimento dos conservadores, eram exatamente as diferenças entre as províncias que tornavam necessária a instituição de um modelo político com vistas a homogeneizar costumes e regras para o conjunto da nação, o que garantiria a manutenção da unidade do império. No entanto, as diferenças provinciais deveriam moldar as políticas específicas de administração, ou seja, o processo de disseminação de idéias deveria atender às particularidades de cada espaço provincial.

“A ação vigilante pedia o poder estivesse localizado “mais e mais longe”, de modo a estar todo o território, abrangendo todos os súditos que ele continha” (Mattos, 1986:203).

Com a perspectiva de civilizar e controlar as mais distantes áreas, a cidade parece ter assumido um papel essencial, aquele de “recuperar o valor que a tradição ocidental lhe atribui de foro da liberdade”, ou seja, um local para a disseminação de modelo de civilização. Constituindo-se como espaço do capital mercantil que refletia os interesses de burocratas, negociantes e plantadores além de espaço de criação de uma idéia de “ordem”, foram nas cidades que os saquaremas pretenderam submeter a todos os habitantes, o controle do Estado. Por outro lado, disseminar também a idéia de progresso, a noção de civilidade e a necessidade de unidade e integridade do território brasileiro. As idéias centralizadoras e, em sua contraposição, as descentralizadoras apresentavam, então, nos espaços da cidade como lócus para a sua disseminação, articulando-se e manejando-se as idéias do poder central, regional e local. Nestes espaços hierarquizados segundo uma lógica de instalação das instituições de mando se reproduziam os interesses dominantes uma vez que aí estavam concentradas as instituições políticas e econômicas. Segundo Mattos (1987), a intenção dos saquaremas se estendia até mesmo nas freguesias do sertão que estavam submetidos aos poderes locais. Desejavam tais atores, a partir da sua política de centralização, manter permanente contato e impedir que a desordem e a barbárie se disseminassem e por isso era necessário montar uma rede de administração com o objetivo de romper o isolamento destas áreas, promover a sua vigilância e disseminar um ideal de progresso. Desta forma, sua tese discute que foi a partir das cidades, em especial da Corte do Rio de Janeiro, que as elites políticas e econômicas das demais regiões foram cooptadas e passaram a aceitar as ordens emanadas do poder central.

Graham (2001) reconheceu um esforço hercúleo no sentido de afirmação do poder do Estado assinalando inclusive que o seu processo de formação poderia se estender até a metade do século XIX. No entanto discorda da perspectiva que o poder absoluto de uma elite localizada no Rio de Janeiro teria sido capaz de unificar a nação. Assinala, portanto, que foram as elites regionais, em função dos conflitos intra-provinciais, que pouco a pouco foram se convencendo da necessidade de fortalecimento do governo central, abrindo mão de parte de seu poder. Ou seja, as crises ou o clima de desordem teriam “temperado o desejo de autonomia” e que o Estado Imperial articulava “vantagens especiais e individuais que os homens prósperos distantes do centro obtinham do Estado que construíram. Assim foram a

ameaça de desordem no interior das próprias províncias e a dificuldade de controlar os “desapropriados”, aliada à possibilidade de desunião e de formação de várias repúblicas, que irão engendrar novas formas de controle social promotoras de uma maior articulação dos interesses provinciais aos gerais. Processo longo e marcado por disputas entre os poderes regionais e centrais, teve início no final da década de 1830 e perdurou até 1850 – caracterizou-se por uma mudança gradual no pensamento das elites regionais em relação à sua lealdade para com o Imperador. Assim:

“O apego a região não desapareceu, mas o apego à nação expandiu-se muito. Os dois focos já não pareciam mais como mutuamente excludentes. Das transações políticas diárias, surgia o sistema nervoso da lealdade que mantinha o país unido” (Graham, 2001:14).

2.2 AS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO IMPÉRIO: UMA RELEITURA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

As idéias e matrizes que constituem o pensamento social brasileiro sobre o Império vêm se apresentando em inúmeras teses, das quais destacamos a de Lemos (1996) que identifica a influência do pensamento eclético nos políticos fluminenses, na análise de Otávio Ianni (1992) que destaca algumas características do ideário social, a discussão realizada por Carvalho (2003), Mattos (1987) e Costa (1996) sobre a política imperial e aquelas dos geógrafos Machado (2001), Moraes (2002-2003) e Magnoli (1997-2002) que, mais recentemente, vêm apontando a emergência de um discurso geográfico nas propostas dos intelectuais do Império e da República, fornecendo-nos um ponto de vista historiográfico a partir da leitura do território.

Debruçando-se na identificação das idéias de governo e da sociedade dos representantes políticos fluminenses, Lemos (op.cit) discutindo a obra de Mattos (1987) revela que os fundadores do Império do Brasil José Bonifácio de Andrada e Silva, Dom Pedro I, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo Ferreira da Veiga e do Padre Diogo Antonio Feijó, entre outros, herdaram os fundamentos europeus do “mundo do governo”, do “mundo do trabalho” e do “mundo da desordem”. Devido ao papel de Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai) e Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso

Câmara, aqueles “três mundos” tomaram forma nas propostas que unificaram o Império.

Mattos (op. cit.) afirma que estes “três mundos” representavam a clivagem entre os elementos constitutivos da sociedade imperial e expressavam o sentimento aristocrático e o seu caráter colonial e escravista. Apesar de se tangenciarem, tais mundos se individualizaram no Império, fato observado a partir da distinção que passou a existir entre “coisa” e “pessoa” e da hierarquização dos indivíduos.⁴⁹ Ancorados nas idéias dos liberais estrangeiros, sobretudo na de Jeremias Bentham e James Mill, as relações jurídicas, notadamente os direitos civis, refletiam dois atributos essenciais que caracterizavam estes mundos: a liberdade e a propriedade. São estes atributos que vão definir os cidadãos e não cidadãos no Império excluindo ao mesmo tempo os escravos, já que nem eram consideradas pessoas, e sim coisas. Baseando-se nestes fundamentos que irão se configurar na sociedade civil, a idéia do “estranho”, sujeito social destituído de propriedade e, portanto de liberdade - um quase cidadão.⁵⁰ Este postulado reforça também a idéia de que a felicidade é um estágio a ser alcançado quando os cidadãos se propõem a acumular cada vez mais bens, pois “a felicidade era igual à quantidade de prazer individual menos sofrimento” (Mattos, op. cit. p.115). Como a quantidade de riquezas proporciona felicidade, este será o critério válido para se ter acesso à liberdade. Tendo em vista que na sociedade imperial, a propriedade de escravos era um atributo de grande valor, a posse desse bem distinguia o poder e o status social. Esta distinção aparece ilustrado no texto constitucional de 1824, sobretudo nos artigos que definiam aqueles que poderiam ser considerados cidadãos ativos e não ativos, isto é, aqueles que em função da renda poderiam votar. Portanto, a adjetivação “ativo e não ativo” estava vinculada à renda dos eleitores e à sua possibilidade de ter liberdade. Os cidadãos ativos pertenciam ao que Mattos (op. cit.) denominou de mundo do governo, ou seja, aqueles que possuíam bens e liberdade e que por isso podiam votar e serem eleitos, portanto, os únicos integrantes da sociedade política conforme afirmou o Marquês de São Vicente, um dos

⁴⁹ Alimentado por ideais burgueses, a representação do mundo do governo e do trabalho permitiu a manutenção dos monopólios da mão de obra e da terra, dos negócios e da política e, também, dos homens por meio da administração civil e militar, leiga e eclesiástica, ou seja, serviram para distinguir e sustentar as classes sociais que detinham o poder (Mattos, 1987).

⁵⁰ Comentando a análise feita por José Antônio Pimenta Bueno em “Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império”, Mattos (1987) afirma que no texto da Constituição de 1824, os “estranhos” não eram apenas os estrangeiros, mas aqueles que, implicitamente, não possuíam os atributos essenciais para serem considerados cidadãos: a liberdade e a propriedade.

saquaremas. Seriam esses os verdadeiros representantes da “boa sociedade” e os únicos capazes de governá-la. Por outro lado, o mundo do trabalho era constituído por aqueles que não possuíam capacidade de governar e que sujeitavam-se, mas não sem conflito, aos ditames das classes sociais que detinham poder econômico e político.

O conflito permanente entre esses dois mundos em função das crises econômicas e políticas levou ao aumento dos movimentos de rebeldia. Em função deste contexto, outros atores passaram a compor e a disputar o poder político, passando tal processo a ser interpretado pelas lideranças políticas como sendo resultado da desordem do país. Devido ao clima de instabilidade deste período e o incômodo provocado pela ação destes grupos, as elites políticas cada vez mais discutem e propõem novas medidas para minimizar a “intranqüilidade e segurança”. Neste contexto iria se configurar o que denominou Mattos (op.cit.) mundo da desordem. Neste grupo, constituído de homens livres e pobres, estavam os excluídos do mundo do trabalho e do mundo do governo, ou seja, àqueles que não trabalhavam e nem tinham acesso aos bens.

Para Graham (2001), estavam se afirmando neste contexto as classes sociais que se definiam por oposição a outras classes, “especialmente aos escravos, mas também à plebe urbana rude e inquieta”. A classe senhorial, identificada como a responsável pelo governo, abraçou uma ideologia da ordem defendida por advogados, juízes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas. Assim, “o processo de formação dessa poderosa classe emergiu um forte Estado centralizado um aparto coercitiva, mas também um instrumento de orientação intelectual e moral, o que levou a expansão do poder dessa classe tanto horizontalmente por todo o território, quanto verticalmente atingindo toda a população e disseminado dela da civilização.”(op. cit., p.6).

Os três mundos discutidos por Mattos (1987) e identificados por Graham (op. cit.) como constitutivos das classes sociais durante o Império reforçam, portanto, a necessidade de se analisar o papel dos fundadores e dos consolidadores do Império e as suas estratégias para a conservação desses mundos, processo lento e conflituoso, mas que marcou a construção das identidades de classe no período imperial.⁵¹ Tal período que se caracterizou pela incorporação das idéias dos liberais

⁵¹ Cabe salientar o papel que o Romantismo teve como movimento que procurou exaltar as características raciais, de língua, de costumes e etc, elaborando uma idéia de identidade característica do país neste contexto.

burguesas e do nacionalismo romântico, através dos postulados da soberania nacional e popular foi marcado, também, pela emergência e difusão de um longo debate sobre política pública e administrativa, o que demonstra a influência da elite dirigente e de suas idéias de povo, nação, território e Estado.

Na visão de Lemos (1996), a elite dirigente teria sido influenciada inicialmente pela corrente do pensamento denominada “empirismo mitigado”⁵² cuja herança adveio do século XVIII, período no qual foram colocadas em prática as idéias ilustradas, mas depóticas do Marquês de Pombal no Brasil. Essa corrente, que se constituiu numa reação à filosofia escolástica aqui disseminada pelo trabalho dos jesuítas, foi impulsionada pela abertura do movimento filosófico português. Este considerava o princípio científico da dúvida e da experiência e preconizava o uso de uma gramática portuguesa e o estímulo ao estudo de línguas vivas e da retórica.⁵³ Um dos intelectuais que aderiram a esta corrente foi Silvestre Pinheiro Ferreira, considerado um dos mais expressivos pensadores lusitanos nas primeiras décadas do século XIX. A importância e significação de sua obra “permitiu à cultura luso-brasileira integrar-se à Época Moderna e superar as insuficiências do empirismo mitigado” (Lemos, op. cit.: p. 107). No Brasil, Silvestre Pinheiro Ferreira dedicou-se ao magistério e manteve um curso de iniciativa particular no Rio de Janeiro do qual resultou a obra “Preleções Sobre a Teoria do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia”. Participando do governo de D. João VI, este pensador influenciou o modelo político adotado no Brasil ao passar de uma monarquia absoluta para a monarquia constitucional. Para Cunha (1986 apud Lemos, 1996), Silvestre Pinheiro Ferreira deixou uma significativa contribuição aos debates sobre

⁵² Segundo a autora, essa corrente originou-se de um movimento antiescolástico no século XVIII e teve como elemento catalisador as cartas de Verney - *Verdadeiro Método de se Estudar* - publicada em 1746. Este documento foi elaborado por Luís António Verney (1713-1792), natural de Lisboa. Filho de pai francês e de mãe portuguesa, Verney estudou filosofia na Casa do Oratório em Lisboa e na Universidade de Évora e com 17 anos de idade terminou o bacharelato em Filosofia, licenciando-se após dois anos na mesma área. Partiu então para Roma, freqüentando o curso de Teologia. Ao regressar para Portugal, dedicou-se ao ensino e em 1749 recebeu ordens presbiterais. As cartas de Verney foram redigidas sob a forma epistolar e se apresenta dividida em dez cartas. Tratava de questões relacionadas com as disciplinas lecionadas na época e com questões pedagógicas. A pedido do rei D. João V, Verney inicia a sua colaboração com o processo de reforma pedagógica de Portugal, sob influência do pensamento de John Locke. Após a divulgação do seu programa de renovação, o *Verdadeiro Método de Estudar*, assistimos à ultrapassagem do reinado da escolástica dos jesuítas medievalizantes, expulsos por Pombal, e sua substituição no ensino pela empreendedora Congregação do Oratório, edificadora da modernidade científica no ensino superior. Nesse sentido, sua proposta constituiu-se na base para a reforma da Universidade de Coimbra e na ação decisiva do Marquês de Pombal, que ao fechar o colégio de Coimbra, permitiu que o pensamento francês tivesse maior penetração. Cabe também salientar o desenvolvimento da chamada Filosofia Natural que passou a ser considerada cadeira universitária em Portugal após a reforma pombalina e a criação da faculdade de Filosofia.

⁵³ Os princípios filosóficos que caracterizariam o pensamento português teriam assimilado juntamente com as idéias novas, as tradicionais teses da escolástica de modo que configuram-se, para Lemos (1996), como eclético.

liberalismo no Brasil, assim como à discussão sobre a importância de cada nação se desenvolver de acordo com as suas características culturais, industriais e de matéria-prima.⁵⁴ A importância política de Silvestre Pinheiro Ferreira também foi discutida em Carvalho (2003) ao atestar a sua contribuição no debate sobre Direito Constitucional e a influência de suas idéias no pensamento político que foi modelado no Brasil neste período.

Para Lemos (1996), a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira teria contribuído para a conformação do eclétismo, vertente que vai caracterizar o pensamento das elites brasileiras após a Independência. A inteligência brasileira teria, então, aderido a fórmulas mais moderadas cujo objetivo seria garantir a unidade nacional e o sistema monárquico.⁵⁵ Com isso, desenvolveu-se no Brasil um liberalismo particular no qual traços da sociedade tradicional se mantiveram.⁵⁶

Este liberalismo na visão de Mattos (1987) possuía um duplo movimento que distinguia o Estado imperial e a classe senhorial. Ao se emancipar da tutela metropolitana e organizar um novo Estado soberano que reproduzisse os interesses das elites, as idéias liberais no Brasil conservaram as estruturas sociais e econômicas de um sistema de clientela e patronagem, distinguindo-se assim da verdadeira essência do liberalismo europeu. Neste sentido, acompanhando a discussão de Schwarz (1997), Costa (1999) revela que o liberalismo no Brasil se constituiu para alguns numa arma ideológica, responsável pela manutenção dos interesses dos representantes das elites políticas e econômicas e, portanto, conforme apontam alguns estudos historiográficos, “não foi um simples gesto de imitação cultural” (op. cit: 134).

Também para Costa, o discurso liberal teria tido papéis diferenciados em função dos contextos específicos que marcaram o processo de consolidação da nação brasileira. Em um primeiro momento, se constituiu numa arma contra o domínio metropolitano desdobrando-se em propostas para diminuir o poder do

⁵⁴ A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, ao se filiar aos quatro grandes modernos (Bacon, Locke, Leibniz e Condillac), caracterizou-se como um sistema abrangente, distinguindo-se três domínios: a teoria do discurso e da linguagem, o saber do homem e o sistema do mundo.

⁵⁵ De uma forma geral, os intelectuais brasileiros são originários, principalmente, das camadas econômica e politicamente dominantes e das classes médias urbanas, tendo estas elites uma relação estreita com as idéias discutidas na França e Alemanha e, também, com os Estados Unidos. Para uma análise mais detalhada sobre a influência desse grupo, ver Moraes, Reginaldo; Antunes, Ricardo; Ferrante, B. (org). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵⁶ Assevera a autora que o Romantismo no Brasil também não aderiu às concepções do liberalismo europeu, fundamentado na idéia do contrato entre a sociedade e o Estado, preferindo optar por transformações lentas e sem violência. Daí, apesar de não romper com os fundamentos europeus, o ideário romântico e, sob sua influência, a escola do historicismo no Brasil teriam se caracterizado pelo seu aspecto conservador.

imperador e destruir as instituições obsoletas do período colonial. Neste aspecto os liberais eram revolucionários na política e conservadores em relação às questões sociais.

“da mediação entre o liberalismo econômico, nas relações externas de produção, e as relações escravistas nas fazendas, derivaria, entre as faces contraditórias da mesma unidade econômica, o *juste milieu* ... que visava uma síntese, uma política gradual de desenvolvimento (...). (Mercadante, 1978 apud Lemos, 1996:111).

Numa segunda fase, as idéias liberais sofreram significativas transformações, mais vinculadas à manutenção dos interesses das elites econômicas e políticas. Neste sentido, tanto os liberais como conservadores, que se revezam no poder, concordavam que o Brasil deveria manter a estrutura agrária, baseada no grande latifúndio monocultor e na escravidão.⁵⁷ Outra particularidade do liberalismo no Brasil seria a sua vinculação com a Igreja e com a religião. Assim, conforme assinala a autora:

“O *bourgeois gentilhomme*, típico da elite brasileira, empresário e aristocrata, ávido de lucros e de títulos de nobreza, assumiu uma posição ambígua em relação à ética burguesa e ao capitalismo” (Costa, op. cit., p. 11).

Para Lemos (1996), o ecletismo que influenciou os políticos liberais teria ascendência do filósofo francês Victor Cousin, cujas idéias penetraram no Brasil durante o período de 1840 a 1880. Essas concepções filosóficas direcionaram a formulação do pensamento da elite nacional pois, ao mesmo tempo em que pregavam mudanças a partir de princípios mais racionais, buscavam adaptá-las à realidade local. Assim, doutrina cousiniana esteve representada pelos discursos e estratégias utilizadas pelos políticos fluminenses com destaque para Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai) e Domingos José Gonçalves de Magalhães (Visconde de Araguaia) defensores do Império constitucional, da mão de obra escrava e da conservação das províncias para garantia da ordem política e a manutenção da unidade no Brasil.⁵⁸

De acordo com Ianni (1992), o pensamento social brasileiro estruturou-se em torno das idéias do presente, das relações entre o passado e o presente e das

⁵⁷ É dessa forma que a autora afirma que após a Independência tinha ficado claro que tipo de país queria se constituir e, nesse sentido, que projeto liberal este deveria assumir.

⁵⁸ Os intelectuais que consagraram a hegemonia da corrente eclética no Brasil eram os professores de filosofia do colégio Pedro II: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Nunes Ribeiro e Torres Homem.

possibilidades do futuro, caracterizando-se assim por diferentes concepções de progresso e de sociedade. Sem se debruçar na identificação dos filósofos que influenciaram tais idéias, assinala que o ideário do progresso, no tempo imperial equivalente à modernização, levou os intelectuais a se aliarem ao Estado e à burguesia realizando importantes reformas institucionais e sociais. A intelligensia brasileira, questionando o atraso da nação, elaborou inúmeras teses nas quais foram identificadas, entre as causas de seus males, a herança colonial e a composição étnica. Utilizando-se dos axiomas como ordem, equilíbrio, civilização e progresso, noções que nasceram no bojo do sistema moderno, foram propostas soluções políticas para a superação do atraso firmando-se, então, o pensamento liberal, positivista, evolucionista e darwinista, expresso nas idéias de pensadores como Tavares Bastos, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e Machado de Assis, entre outros, cujas interpretações sobre o Brasil evidenciam “o ecletismo, o anacronismo e o exotismo”. Segundo Ianni (op. cit.), a história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional, preocupação renovada na medida em se colocam novos desafios, tais como o que se revelou quando o Brasil declarou a sua Independência em 1822, quando foi abolida a escravidão e proclamada a República em 1889 e foi deflagrada a Revolução de 1930.

Na interpretação de Machado (2000) os debates disseminados pelos intelectuais que compartilhavam a crença no progresso no final do século XIX e início do XX foram influenciados pelos geógrafos europeus e pelas idéias difundidas pela nascente ciência moderna. Analisando as matrizes do pensamento geográfico no Brasil no final do século XIX a partir das transposições de conceitos advindos da Europa, a autora revela que as idéias geográficas modernas foram costuradas no bojo de um acirrado debate sobre a possibilidade de transformação do meio físico e social do país. Ou seja, as discussões sobre a melhor forma de desenvolver a Nação, frente a uma realidade sócio-espacial complexa, engendraram uma heurística geográfica híbrida, traço que se manifestaria através da incorporação de três mecanismos: o gradualismo, a adaptação e o essencialismo.⁵⁹

Segundo Machado (op.cit), a proposta de uma mudança gradual que obedecesse aos princípios de ordem advém da doutrina positivista inspiradas na filosofia de Augusto Comte e introduzidas no pensamento geográfico, a partir da denominação de “geografia social”. Tais idéias apregoavam um processo gradual de modernização no Brasil, diferentemente do *spencerianismo* preconizado na Europa. O caráter híbrido do discurso geográfico teria se manifestado por uma interpretação particular feita pelos intelectuais brasileiros às obras geográficas, entre elas as de Friedrich Ratzel, com o seu discurso de adaptação das espécies. Foi introduzida no Brasil por

Moraes (2002) argumenta que as idéias geográficas já estavam impregnadas no pensamento político brasileiro desde a colônia. No entanto a partir de meados do século XIX, quando a Nação brasileira está em processo de consolidação, uma nova concepção de país vai identificá-lo não apenas com sua sociedade mas com seu território. “O Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não como uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial” (Moraes, op.cit: 115-116).

Na conclusão de seus artigos, Machado e Moraes afirmam a importância do pensamento geográfico no Brasil, tanto na tradução de idéias de outros lugares do mundo como na constituição de estratégias e modelos para melhor compreender e enfrentar a realidade. As interpretações do Brasil sob influência de idéias geográficas contribuíram para o desenho das instituições políticas e para a adoção de determinadas práticas modernizadoras que se cristalizam na sociedade. Veremos a seguir algumas idéias geográficas que contribuíram para a constituição do pensamento brasileiro.

2.3 IDÉIAS DE ESPAÇO, NATUREZA, TERRITÓRIO E SEUS NEXOS COM A POLÍTICA IMPERIAL.

Conforme já apontado, o pensamento social brasileiro e sua correlação com as noções de espaço, território e natureza vem sendo analisado por inúmeros cientistas sociais preocupados em desvendar a história de um pensamento geográfico nacional. Iremos destacar nesta seção algumas destas análises com o objetivo de discutir as influências das idéias geográficas no pensamento liberal, notadamente aquelas incorporadas nas políticas de administração implementadas durante o Segundo Império. Ao assinalarmos algumas destas concepções do pensamento social brasileiro, queremos demonstrar a ascendência de alguns postulados no momento em que o país estava discutindo o seu projeto de Nação. Dentre essas idéias destacaremos a discussão sobre a centralização do poder, a

Capristano de Abreu (1853-1927) e serviu para contrabalançar a ênfase do discurso da raça e do ambiente físico, amplamente difundido pelos intelectuais alinhados a diferentes correntes evolucionistas. A idéia de uma heterogeneidade dos povos, engendrada pela grande diferenciação geográfica, esteve também presente nos discursos dos intelectuais, notadamente conservador de Oliveira Viana. O tamanho extensivo do território, a dispersão da população e a diversidade geográfica brasileira teria sido responsável pela fragmentação do poder governamental, uma vez que o isolamento e o processo de adaptação às condições locais criaram tipos de organização política fragmentados em poderes locais.

distribuição dos recursos a partir da manutenção das províncias, a disseminação de escolas, o equilíbrio de poderes garantido pela força da monarquia e do poder moderador e a defesa dos interesses internos através da manutenção do regime escravo. Esses processos demonstram a importância do pensamento eclético, híbrido, positivista, evolucionista presente nas obras dos mais destacados representantes políticos e intelectuais do Império. Caberia aqui levantar duas questões: a) como as diferentes idéias de Brasil se expressavam nas políticas de administração que foram adotadas, b) de que forma essas idéias influenciaram na política territorial? Estes questionamentos nos levam a reafirmar que o processo de delimitação de um espaço de vivência e produção, processo esse organizado socialmente, é a projeção territorializada das relações de poder do Estado Imperial. Neste aspecto, as relações de espaço e poder poderiam ser compreendidas como relações sócios - políticas por excelência.

Baseando nestes pressupostos, discutimos a atuação de dois atores políticos que influenciaram o pensamento e a ação do Estado na tentativa de desvendar os fundamentos territoriais de suas propostas - uma política territorial do Estado. Discutimos, portanto, a hipótese de que as idéias sobre liberalismo, povo, nação e civilização, amplamente debatidas neste contexto foram traduzidas nos projetos e planos de ocupação, bem como na discussão sobre o modelo de Estado a ser implantado.

2.3.1 Alguns debates sobre sertão e litoral

Idéias de espaço e natureza, amplamente apontadas em estudos historiográficos, constituem-se em pistas para se entender melhor o Brasil no século XIX. Tal perspectiva, embora não desdobrada em alguns estudos, indica a dimensão que a noção de espaço adquire nas visões de Brasil dos políticos e intelectuais que fundam e consolidam a idéia de Nação e de Estado. É dessa forma que Mattos (1987) assinala que na discriminação dos três mundos – mundo do governo, mundo do trabalho e mundo da desordem, a representação de diferentes espaços é mobilizada, sobretudo a partir da contraposição dos habitantes do sertão – ferozes, sem moral, religião, instrução e bárbaros - aos habitantes do litoral, civilizados.

Para Lima (1999), o tema do isolamento no interior, que marcou o debate dos intelectuais do século XIX e análises empreendidas nas três primeiras décadas

do século XX, sinalizava um desconforto dos intelectuais frente ao “outro” que estaria no “outro” Brasil pronto a ser conhecido, decifrado e civilizado. Identifica no paradigma da civilização as diferentes correntes intelectuais que buscavam explicar o Brasil - tanto aquelas filiadas à tradição ibérica como as de tradição francesa predominante nos meios ilustrados.⁶⁰ A visão desses intelectuais denotava a sua identificação como “estrangeiro” frente aos “homens rústicos”, “pouco civilizados” que habitavam o interior.⁶¹ As análises realizadas por importantes intelectuais brasileiros que acentuavam a relação de similaridades entre as experiências norte-americana e latina, tema amplamente discutido no século XIX, sublinhariam uma perda do ethos europeu e contribuíram para formação de uma nova sociabilidade. Nos temas como americanidade da história brasileira haveria uma convergência entre o pensamento dos cientistas e literatos pois a tênue fronteira que separava ciência e literatura no final do XIX denota a importância do discurso produzido por intelectuais e romancistas como veículo de construção da nacionalidade. Nesta linha, a autora, ao destacar o papel do Romantismo e do Naturalismo, identifica uma tendência de entendimento da natureza adotando-se uma perspectiva ambientalista na análise do homem. Portanto, Homem e Natureza apareceriam fundidos como sujeito de uma história que vai ser contada por meio da identificação dos tipos regionais presentes na literatura que vai se desenvolver a partir de então.⁶² Lima (op.cit) observa ainda a relação entre o desenvolvimento da literatura regionalista e o debate envolvendo a idéia de modernização, industrialização e urbanização. Nesta linha a abordagem literária e científica, ao enfatizar o litoral em contraste com o sertão, discurso que denotaria uma ambivalência da representação geográfica e social, intentava tanto explicar o Brasil como civilizá-lo.

Contribuindo também neste debate Moraes (2003) afirma que a idéia de sertão constitui-se em um discurso de valorização dos espaços que tem como estratégia a atribuição de características negativas a alguns lugares. Tal discurso revela os interesses de valorização e / ou desvalorização das áreas, mas também de sua apropriação material e simbólica. A importância da ideologia do sertão tem como

⁶⁰ Havia uma polêmica que girava em torno dessas filiações, fato que os dividiu em americanistas e iberistas. No entanto, segundo Lima (op.cit), as duas filiações desconsideravam a realidade do Brasil e as suas especificidades históricas.

⁶¹ Por outro lado, também o “outro” foi identificado como o típico representante da nação, daí o pensamento dos intelectuais caracterizar-se pela ambivalência.

⁶² Segundo Rouanet (1999), a vinculação entre a “Escola Romântica” e a questão da nacionalidade não foi privilégio do Brasil, constituindo-se numa “epidemia” que dominou o pensamento ocidental durante todo o século XIX.

objetivo promover a sua ocupação e, neste sentido, está relacionada à qualificação de uma dada localidade - sua valorização simbólica. Assim, a partir dos discursos sobre sertão e litoral pode-se detectar as estratégias dos intelectuais e políticos em viabilizar projetos de ocupação e/ou disseminar um modelo de civilização, o que demonstra uma política de indução quanto ao uso futuro dos espaços que conduziu o domínio territorial e a construção de uma identidade espacial.

“Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou segmentos da sociedade” (Moraes, op. cit., p.14).

Operando como uma noção de escala, também a imagem do sertão como o de áreas isoladas e longínquas produzidas pelos agentes do progresso, revelaria uma lógica de ocupação que teve como suporte um sistema de referências ditado pelos interesses de domínio e controle sobre determinados espaços. Portanto, a partir de critérios classificatórios passaram a ser definidos os atributos dos diferentes lugares - perto e longe, atrasado e moderno, civilizado ou arcaico - esboçando-se desta forma uma idéia de contato. Desta forma, a construção das imagens do sertão estaria expressando os interesses em transformar “zonas de domínio incompleto” ou “áreas estagnadas ou decadentes” em um território urbanizado, seja a partir de projetos visando a sua integração, seja visando uma maior aproximação ou contato.

A contribuição de Moraes (op. cit.), ao destacar a criação de “uma imagem espacial” nos projetos políticos do Estado cujo objetivo concreto era a sua apropriação material e simbólica, acrescenta um “tempero” à análise de Mattos (1987) sobre as estratégias do Imperador e do Conselho de Estado na distribuição dos empregos públicos. Conforme apontado anteriormente, a distribuição dos cargos públicos bem como a determinação de suas atribuições, estiveram ligadas a uma estratégia de domínio político, econômico e social. Tal objetivo levou a elite dirigente a promover uma série de reformas administrativas nas quais um dos critérios era a distribuição e definição de atribuição segundo as circunscrições espaciais. Poderíamos então discutir se tal estratégia estava ou não vinculada a uma prática

geopolítica tomando emprestada a análise de Moraes (2003) sobre a operação com o conceito de escala para demonstrar que, na implementação das reformas administrativas, o manejo das idéias “perto” e “longe”, “atrasado” e “civilizado” levou as elites a proporem políticas concretas para viabilizar o contato com áreas longínquas, investindo em obras em diversos pontos do Brasil, com destaque aquelas relacionadas à construção de estradas, além da criação e reformulação de diversos órgãos. Por outro lado, os debates apontados nos Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro e os discursos de alguns atores políticos do Império ao indicarem a necessidade de discutir os recortes das províncias e municípios, seriam reveladores dessa perspectiva.

Por outro lado, Grahan (2001), ao propor uma nova interpretação de um tema recorrente nos estudos historiográficos, qual seja, como o Brasil se constituiu enquanto nação e porque não se fragmentou conforme ocorreu nos demais países da América Latina, apresenta uma importante contribuição ao debate sobre a relação espaço - Estado Imperial. Inicialmente recuperando a gama de interpretações sobre o processo de nascimento e consolidação do Estado- Nação brasileiro, identifica os seguintes pontos de divergência: quais foram os atores, grupos, camadas sociais responsáveis pelo nascimento da nação brasileira? O Estado (enquanto corpo), as elites políticas e a influência de suas idéias liberais, as elites econômicas (plantadores, donos de escravos e comerciantes), ou já existia uma idéia de nação - uma pré-idéia de nação, antes da proclamação da Independência, forjada pela oposição aos portugueses? A partir destes questionamentos, o autor afirma que, da mesma forma que nos demais países da América Latina, no Brasil a nação não existiu antes do Estado, ponto de vista que corrobora a tese de Hobsbawm (1998) quando analisa este processo na Europeu. Por outro lado, assinala o papel das elites regionais no processo de consolidação do Estado brasileiro, conclusão que em nosso ponto de vista vai deslocar do centro para a periferia a questão do poder de afirmação daquele em todos seus âmbitos. Neste aspecto, aponta o autor que, a afirmação do Estado esteve diretamente relacionado aos interesses dos terratenentes e escravocratas que pouco a pouco passaram a ocupar o poder, o que revelava uma estratégia em busca de sua própria legitimidade.

“Eles desejavam fortalecer a hierarquia porque ela validaria a sua própria posição local predominante. E todos podiam agora concordar que aquelas disputas

locais entre si ameaçavam a ordem e tinham de ser resolvidas de alguma outra maneira. Para alcançar esses objetivos, eles construíram um estado central, simbolizado no imperado. A Monarquia tinha sua utilidade” (Graham, 2001: 11).

O fato é que, independente do peso dos atores políticos e econômicos localizados no centro ou na periferia do sistema,⁶³ neste contexto ocorreram mudanças institucionais concretas que espalharam o poder do Estado, revelando-se por meio da criação de novas instituições, negócios (inclusive os relacionados à difusão como a imprensa), medidas administrativas, de punição e de recolhimento de taxas e impostos, tudo isso a indicar, em nosso ponto de vista, uma operação com as questões espaciais. Assim, o desenvolvimento de uma idéia de Estado - Nação esteve relacionada a uma prática espacial - partindo dos atores localizados nos municípios e províncias em sua permanente relação com o centro de poder - que vinculou propostas de mudanças com uma série de contingências locais e regionais. Também neste caso, a idéia de contato e as operações de caráter espacial no sentido de integrar o local com o central foram implementadas por meio da política administrativa.

A análise de Magnoli (2003), ao identificar as estratégias dos atores políticos e econômicos como indicadores de uma política territorial, acrescenta um outro ponto de vista para se refletir sobre este contexto de consolidação do Estado e suas ações administrativas. Para o autor, a formação do Estado -Nação brasileiro esteve vinculado ao mito da existência de um território nacional prévio, mito esse que foi disseminado pelas elites.⁶⁴ Este mito, que orientou as decisões no período imperial, definiu um conjunto de estratégias no sentido de manter a indivisibilidade do território brasileiro, garantindo a apropriação de novas áreas e a cooptação de diferentes grupos.

O mito da indivisibilidade do território teve origem no século XVIII quando uma rede de intercâmbio foi estabelecida para viabilizar trocas econômicas e políticas em diferentes áreas do território nacional, o que revelava uma nova estratégia de controle de diferentes áreas e o conflito da metrópole portuguesa com a Espanha.⁶⁵ Assim, a criação das companhias de comércio no Brasil com suas

⁶³ Novamente lembrando que é neste ponto sua discordância com Mattos (1986) quanto à centralidade dos cafeicultores localizados nos arredores do Rio de Janeiro no processo de construção do Estado.

⁶⁴ Mito que para o autor foi erroneamente interpretado, ou mesmo, oculto na historiografia nacional.

⁶⁵ O primeiro passo neste empreendimento foi dado quando da definição do Tratado de Madri em 1750. A costura deste Tratado, na concepção de Magnoli (2003), contribuiu para “dissolver a fronteira imaginária” estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas o que assinalará uma nova estratégia geopolítica e as “novas

sedes localizadas em Lisboa se constituíu no cerne da era Pombal, pois estabeleceu um novo mecanismo de controle entre metrópole e a colônia. Argumentando que as iniciativas não podem ser interpretadas apenas como um novo modelo de organização administrativa, mas sim como uma política territorial que visava assegurar o maior controle sobre diferentes áreas do Brasil, o autor assinala que o fim das capitânicas hereditárias e a definição das novas capitânicas abrangendo diferentes e estratégicos pontos do território, associada à definição de um novo modelo de administrá-lo, garantiu novas “frentes de apropriação territorial”. Além de estabelecer novas redes de intercâmbio, esta política também refletiu os interesses sobre os denominados “fundos territoriais” o que determinou uma apropriação real e simbólica do território brasileiro, estrategicamente manejado para a “produção de provas de soberania”.

No entanto, apesar desta estratégia ter viabilizado o processo de apropriação e valorização territorial, promovendo a integração dos mercados nas escalas nacional e regional, não uniu o território brasileiro do ponto de vista político. Com a crise do sistema colonial, tornou-se necessário estabelecer o que existia apenas como um projeto, isto é a unificação territorial, fato que asseguraria a apropriação de novas áreas e a garantia de sua unidade. É este fundamento que vai fazer com que o Estado Imperial defina novas ações no sentido de assegurar a apropriação e valorização do território brasileiro.

O poder imperial se consolidaria, então, como resposta à ameaça de desintegração republicana e por meio dos instrumentos de uma política territorial que passou a ser traçada. É portanto tal processo que vai instaurar um viés centralista, tanto do ponto de vista político como administrativo no Império brasileiro, fortalecendo o poder executivo nas diferentes esferas do Estado marcando a distinção entre Estado e oligarquias.⁶⁶ O esvaziamento político das províncias seria um meio para garantir a lealdade a um projeto maior que era a integridade do território e a renúncia a um poder de decisão regional. Outro mecanismo apontado por Magnoli (op. cit.) que configuraria uma projeto territorial do Império seria a produção de territórios imaginários amparada pela doutrina das “fronteiras naturais”,

operações territoriais da administração pombalina”. Também o Tratado de Santo Ildefonso e Badajós teriam contribuído para a reafirmação do referido mito, adquirindo, no entanto, novos significados.

⁶⁶ Este processo ficará evidente quando foi promulgada a Constituição de 1824, sobretudo na definição da divisão espacial do território, passando as províncias a serem consideradas circunscrições territoriais da unidade geral, uma divisão administrativa que descartaria o seu papel político.

estabelecida no século XVIII e utilizada pelos diplomatas para a discussão dos limites do território brasileiro.⁶⁷

Concluindo seu artigo o autor assinala que no período imperial foram moldadas novas estratégias visando assegurar o uso futuro do território - um esforço de clarificação e racionalização dos espaços - estabelecendo-se novas formas de obediência que estavam vinculadas às exigências administrativas, militares, comerciais e religiosas.

Para Chauí (2004), apoiada na discussão proposta por Hobsbawn (1998), o princípio de nacionalidade no Brasil, da mesma forma que em outros países surgiu no século XIX. Tal princípio, reflexo dos dilemas da economia política liberal originada entre o período de 1830 a 1880 e disseminado pelos economistas alemães, afirmava que um território extenso e uma população numerosa eram essenciais para a existência de um Estado-Nação, ou seja, as idéias estavam amparadas na articulação entre nação e território. Assim, conforme aponta a autora, o surgimento do Estado moderno, definido por um território e demarcado por fronteiras políticas e administrativas, foi o que consolidou a idéia de Estado-Nação no Brasil. Desta forma:

“Dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteiras tornaram-se os princípios definidores da nação como Estado” (Chauí, op. cit.: p.17).

O estabelecimento deste ente jurídico resultou de um lento processo de inclusão dos habitantes num mesmo território e sob a mesma administração, oferecendo proteção em troca da garantia de lealdade ao regime estabelecido. Daí que a idéia de nação decorreu do processo de fortalecimento da imagem de um país sem lutas entre as diferentes e antagônicas classes sociais. Também de acordo com a autora, do princípio da nacionalidade deriva a segunda idéia sobre o Estado-Nação que é a da necessidade de conquista e expansão dos territórios, e, por conseguinte, a idéia de “unificação nacional”, processo este que justificou a atuação de uma elite intelectual e seus esforços no sentido de unificar a língua.

Para a autora, o processo de produção dos semióforos se constituiu em uma das estratégias utilizadas pelo Estado - Nação para impor o seu poder, ressaltando que, no contexto de formação dos Estados, a exaltação do patrimônio geográfico da nação foi um dos semióforos mais eficientes. Assim, afirma que as

⁶⁷ A doutrina imperial de limites foi elaborada por Duarte da Ponte Ribeiro, responsável pela organização de 180 memórias sobre as fronteiras brasileiras.

imagens da natureza foram utilizadas tanto para assegurar a unificação do território, como para estabelecer as fronteiras e implementar os projetos de expansão e unificação dos diferentes lugares e grupos sociais. Neste contexto, o Estado constituiu-se como agente responsável pela unificação e progresso de um território, considerado legítimo para abrigar o povo-nação.

Numa outra perspectiva, Mota (1998) ao discutir as proposições e metodologias necessárias para se compreender o Brasil, apresenta alguns desafios a serem superados para detectar as matrizes de um pensamento brasileiro características das elites após a Independência. Um destes desafios seria ampliar a interpretação sobre a idéia que a natureza adquiriu neste contexto, analisando suas formas de representação, ou seja, identificar o peso que o espaço natural adquiriu na construção do imaginário brasileiro. O peso dessas representações pode ser interpretado, em parte, pela formação em ciências naturais e aplicadas dos homens da Independência. Daí que, neste contexto, cabe destacar a ampliação dos estudos sobre o mar, tendo em vista o seu uso para a navegação e transporte de mercadorias, e os estudos sobre as florestas, rios e montanhas devido à necessidade permanente de seu desbravamento, circulação e conquista de novas áreas. Também as representações das paisagens expressas nas pinturas, aquarelas e nos desenhos de inúmeros viajantes difundiram e internacionalizaram os produtos naturais.⁶⁸ Desta forma afirma a importância de se entenderem melhor os estudos de Geografia e as Corografias para uma melhor compreensão do contexto político e socioeconômico que caracterizou o Brasil no século XIX.

É desdobrando um destes aspectos apontados acima que Freitas (2003) discute a importância dos trabalhos dos “naturalistas-geógrafos” na produção de imagens e representações sobre o Homem, a Natureza e o Território a partir do XVIII e início do XIX. Contribuindo para a história do pensamento geográfico, seu texto

⁶⁸ Mas não é só o peso da natureza e das distâncias que o autor discute em seu texto: o forte “traço senzaleiro”, alimentando uma consciência conservadora que vai sustentar o pensamento e a prática política do Brasil pós Independência, a contribuição dos estudos clássicos que propiciaria rever e refinar algumas teses já debatidas; o estudo e o emprego dos conceitos como classe, Estado, revolução, tentando superar um desafio que é desvendar as matrizes de um pensamento social; o entendimento da conexão entre expansão européia e história das mentalidades no Brasil, buscando compreender as idéias e práticas liberais que foram adotadas no Brasil; o desenvolvimento de uma nova sociabilidade induzida pela troca de mercadorias, sobretudo quando as relações com a Inglaterra se intensificam; o estudo sobre o peso dos nativos e a construção de imagem de um Brasil, sobretudo expressos na literatura Romântica; o peso da violência exercida sobre os nativos e negros; o peso do poder do Imperador, o peso do mundo exterior no delineamento do nacional e, finalmente, as idéias de cidade no sentido de entender como viviam as pessoas e os usos feitos nestes espaços.

revela como a descoberta de novos lugares propiciada pelas expedições científicas que se ampliaram no Brasil neste contexto.

Segundo a autora, no período reconhecido como “século dos grandes viajantes ao redor do mundo”, inúmeras expedições ocorreram no país com o objetivo de conhecer e classificar os homens e as coisas. Tal classificação desenvolvida pela idéia de um providencialismo, aliada a de utilitarismo, era subjacente à crença do progresso e da civilização. De acordo com Freitas (op.cit.), as incursões no território brasileiro propiciadas pelas expedições francesas e os relatos de seus viajantes são pistas para compreender o processo de legitimação das ciências naturais e de afirmação de uma idéia de nacionalidade. Nesta linha, identifica nos trabalhos realizados pelos denominados “naturalistas geógrafos” a origem de um discurso científico da Geografia moderna responsável pelo desenvolvimento de uma nova concepção de território. Por sua vez, o descobrimento de um novo mundo e de novos lugares tornou possível a mudança semântica da noção de “natureza”, que passou a incluir o Homem e o Território. O desenvolvimento dos referidos conceitos, verificado em inúmeros trabalhos conduziram a uma outra imagem de homem: este deixou de ser selvagem para ser natural. Para a autora, decifrando o mundo a partir de seus hábitos e costumes, os viajantes franceses passaram a enxergar neste novo Homem, o Outro.⁶⁹ No entanto, conforme já apontado, esta mudança de concepção, ou seja, o reconhecimento das diferenças étnicas, de tipos e costumes dos homens, somente foi possível a partir da transformação da idéia de território, propiciada pela descoberta de novas áreas, tais como o Brasil e a América. Assim: “Teve que ser construída, por nossos viajantes, a idéia de um território, para que se tornasse possível nele localizar o homem desses “novos mundos” (Freitas (2004, p.144). Foi, então, no reconhecimento do território brasileiro que existia além do litoral, que ocorreu a construção de uma concepção de “um território portador da natureza”.⁷⁰

Para Bicalho (2003), as expedições do século XVIII refletiam o clima cultural e ideológico da Época das Luzes: “um interesse pelo exotismo típico do

⁶⁹ Tornando os estudos sobre o Homem um objeto científico que passou a compor os novos campos disciplinares, como a antropologia, a etnografia, a lingüística, além dos estudos de raça. Também para Bicalho (2003), o contato e o confronto dos europeus com povos em estado selvagem teria criado uma imagem de oposição que vai redimensionar a visão do mundo dos europeus e contribuir para o desenvolvimento do humanismo e da antropologia. Articulando o conhecimento científico com os conhecimentos políticos surgiram os administradores -filósofos e os filósofos-homens das ciências.

⁷⁰ Decorrente desse processo, as pinturas passaram, cada vez mais, a expressar os hábitos e costumes dos nativos que ocupavam as novas áreas descobertas.

Iluminismo” - o desenvolvimento das ciências e da Razão, a curiosidade pelos fenômenos da natureza, a consciência planetária e um certo olhar voltado para “selvagem”. Por outro lado, as expedições revelavam a política metropolitana preocupada em defender o seu patrimônio colonial e a expansão do poder da Metrópole.⁷¹ Os relatos das expedições tiveram grande importância ao difundirem os costumes e maneiras de viver de povos estranhos e, com o tempo, passaram a ser mais detalhados e completos, o que revelou o aprimoramento de uma nova narrativa, própria às exigências do espírito ilustrado. Despertando grande curiosidade nos cientistas e filósofos sobre as sociedades não europeias, tais relatos promoveram o nascimento de novos campos de conhecimentos. Assim, com o passar dos anos, esses documentos se constituíram em um gênero literário que teve grande circulação na Europa, fazendo parte dos arquivos das bibliotecas de grandes filósofos contemporâneos.

“(…) as primeiras viagens mais sistemáticas àqueles mares e regiões, se legaram para a posteridade informações preciosas – embora fragmentadas e imprecisas -, não estavam imbuídas do sentido que passariam a ter na segunda metade dos setecentos, situando-se antes num contexto de pirataria e de corso, tendo como alvo e desafio ao monopólio espanhol e a rapina de suas riquezas coloniais. Posteriormente, tais viagens passaram a ser amplamente documentadas, editadas, traduzidas, reeditadas e compiladas contendo uma enorme extensão geográfica e uma vasta diversidade de informações sobre povos exóticos” (Bicalho, 2003, p.106).

As inúmeras viagens realizadas pelos viajantes à cidade do Rio de Janeiro teriam contribuído para o amplo conhecimento deste espaço, tais como, as suas riquezas naturais, a sua economia, as formas de administração, as formas políticas, a sua força militar, informações relacionadas a sua sociabilidade e os tipos e costumes de seus habitantes. Para a autora, não é possível dissociar as viagens e as informações obtidas dos países visitados das justificativas filosóficas e das modificações político-estatais do século das Luzes, pois foram tais perspectivas que lhe deram concretude. Ou seja, foi o desenvolvimento das ciências e a emergência

⁷¹ Os estrategistas coloniais, administradores-filósofos, tinham como função contribuir para o desenvolvimento das colônias e para o aperfeiçoamento de técnicas visando facilitar a produção e o melhoramento do comércio.

de instituições de caráter científico, além das demandas políticas e econômicas, que viabilizaram o crescimento das expedições.⁷²

Neste aspecto, cabe salientar o papel exercido pelas Sociedades Geográficas e pela nascente Geografia como instituição e saber que se estruturaram para viabilizar a expansão de um modelo civilizatório europeu, bem como para possibilitar o conhecimento das colônias, convertendo-se no que Capel (1981) afirmou “em uma ciência al servicio de los intereses imperialistas de los países europeos” (op. cit.: p.173.).⁷³ De acordo com o autor, além de ter tido grande importância para o desenvolvimento da ciência geográfica no âmbito das Sociedades Geográficas que foi possível ampliar a expansão colonial.⁷⁴ Neste sentido, o surgimento de inúmeras sociedades no século XIX na França, Londres, em Berlim, Genebra, México, Frankfurt, Brasil, Quebec, Rússia, Nova York, Madri refletiam os interesses em políticas expansivas nos seus diferentes âmbitos, embora, em todas elas, as viagens e a exploração de novas áreas se constituíram no maior interesse.⁷⁵

A partir de 1880, quando essas instituições passaram por uma nova fase de expansão, como consequência da política colonialista e dos nacionalismos, ocorreu uma maior difusão dos trabalhos realizados pelas Sociedades Geográficas. Paralelamente, assistiu-se à institucionalização da ciência geográfica na Europa, ampliando-se suas preocupações com os estudos dos países de outros continentes.

“A um período de crecimiento lento, entre 1821 y 1870 suceden dos decênios de crecimiento exponencial em el que el número de sociedades se duplica cada 10 años aproximadamente: em 1869 existían 20 sociedades, em 1877 había 40 y em 1889 su número había pasado a 80” (Capel, op. cit., p.184.).

⁷² Da mesma forma que a Geografia, a Antropologia teria também emergido como um saber conservador e vinculado aos interesses imperialistas manifestados pela emergência e difusão das Sociedades Geográficas em todos os continentes. No caso da Antropologia, também os trabalhos que foram realizados no século XIX ocorreram, essencialmente, em territórios coloniais recebendo auxílio dos seus governos que tinham interesse em ampliar a exploração dos povos.

⁷³ A preocupação com o conhecimento dos povos estava vinculada tanto à necessidade de ampliação do comércio, como também às recomendações de Ratzel que frisava a importância de se conhecerem todos os aspectos dos povos para se poder atuar sobre os mesmos, fazendo-se então necessário o reconhecimento da língua, formas de pensar, situação geográfica, costumes, clima, entre outros.

⁷⁴ “se fundan sociedades geográficas apadrinhadas por los gobiernos y por la burguesia emprendedora, la cual busca apasionadamente las informaciones susceptibles de dirigir la política de reparto del mundo y de atraer hacia la aventura los efectivos necesarios para la conquista y la explotación” (George, apud Capel, 1983:p.174).

⁷⁵ Cabe lembrar que nos países menores, o nascimento das Sociedades Geográficas não estava necessariamente relacionado aos objetivos imperialistas, mas em explorar e conhecer novas áreas, motivados pela curiosidade. Nas antigas colônias, como o México e o Brasil, tais instituições contribuíram para o projeto construção de uma identidade nacional.

Constituída por militares, naturalistas, navegantes, comerciantes, políticos, eclesiásticos, os objetivos das Sociedades Geográficas, como assevera Capel (1983), eram amplos, incluindo um leque de propostas que iam desde o conhecimento dos aspectos fisiográficos e socioeconômicos dos povos até o estabelecimento de estações meteorológicas, astronômicas e estudos etnográficos. É nesta linha de reflexão que parece interessante pontuar a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),⁷⁶ criado em 1838, e da Sociedade Brasileira de Geografia (1883) como instituições que se estruturaram em torno desse movimento de afirmação de um discurso científico moderno, no interesse de construção de uma nacionalidade e da exploração de novas áreas no âmbito do sistema mundial capitalista.

Buscando identificar a relação entre o Estado e a produção do discurso historiográfico no Brasil do século XIX, Guimarães (1998) afirma que a fundação do IHGB retrataria um movimento comum em toda a Europa: pensar a sua história. Isto revelaria a emergência de uma nova narrativa, deixando de ser o historiador um “*homme des lettres*” para ser um pesquisador. Tal movimento, que assinalava também o nascimento e afirmação dos Estados Nações, teve no caso brasileiro processo similar, embora tenha se diferenciado em muitos aspectos, pois aqui a construção de uma identidade nacional não se forjou em oposição a um “Outro”, mas sim vinculado à manutenção de um Estado monárquico.⁷⁷ Com este propósito, os historiadores do IHGB se incumbiram da tarefa de desvendar esse país diverso e dar uma interpretação à emergente nação,⁷⁸ cuja definição ficou atrelada à idéia de civilidade européia excluindo, por meio da produção de imagens, a maior parcela da população.

“A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo” (Guimarães, 1988:8).

⁷⁶ A idéia de criação nasceu no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) fundada em 1827. Para melhor compreensão deste processo ver a este respeito SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827 – 1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Niterói, 1979. Tese de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF.

⁷⁷ O grande inimigo do Brasil seria, conforme assinala Guimarães (1988), as repúblicas latino-americanas, o que teria ajudado na definição da política externa brasileira durante o Segundo Reinado.

⁷⁸ É neste movimento que Adolfo Varnhagen ofereceu uma proposta de compreender a nação brasileira não em oposição ao Outro, no caso o português, mas na continuidade de sua tarefa civilizatória.

Nos estatutos de criação do IHGB ficou estabelecido que cinquenta membros faziam parte da entidade, dos quais a metade eram historiadores e a outra metade cumpriram a tarefa de geógrafos.⁷⁹ Demonstrando a vinculação direta do Imperador e de suas políticas de afirmação da nação brasileira com os rumos da entidade, o autor assinala que a maior parte de seus custos era mantido pelo Estado, ou seja, 75% do orçamento da instituição no ano de 1843. Guimarães (op. cit.) também ressalta a inspiração francesa no IHGB e a sua composição constituída por uma elite política que compartilhava uma visão de mundo semelhante originada, em grande parte na Universidade de Coimbra. Como Carvalho (2003), percebe a vinculação entre a elite intelectual e política, baseada em mecanismos que estavam presentes na estrutura centralizada do órgão. Conforme apontado pelo autor, as informações produzidas e coletadas nas províncias deveriam ser centralizadas no Rio de Janeiro que, além de canalizar os documentos, relatórios, informações, seria também responsável por disseminar as informações.

Ao analisar as revistas trimestrais publicadas pelo IHGB, assinala que três temas prevaleceram, quais sejam: a questão indígena, as viagens e explorações científicas e o debate das histórias regionais,⁸⁰ temas esses relacionados ao clima político da época, portanto especialmente voltados para os debates ligados à questão nacional. Queremos ressaltar o conjunto das atividades desenvolvidas pelo IHGB no sentido de reforçar a tese discutida por estudos recentes da emergência de um discurso geográfico moderno, pautado na relação natureza e sociedade, e na vinculação de diversos campos disciplinares tais como a Geografia, a Geologia e a Antropologia. Indiquemos ainda como tais campos ampararam uma política territorial do Império, conforme apontam os estudos de Magnoli (2003) e Moraes (2000-2002.).

Para ilustrar o primeiro aspecto é interessante observar o trabalho de Domingues (2000) em que apresenta a vinculação da Geografia com a Antropologia e sua ligação com a ideologia nacional. Da mesma forma que os autores citados anteriormente, o contexto político e o rol de demandas socioeconômicas, notadamente as relacionadas ao povoamento e à mão de obra, tiveram grande importância política no contexto de afirmação do Império brasileiro, contribuindo

⁷⁹ “Já pela adjetivação presente e seu nome Histórico e Geográfico, fica claro o projeto da instituição de trabalhar com o instrumental da história e da geografia” (Guimarães, 1988: p.14).

⁸⁰ De acordo com o autor, o privilégio no tratamento desses temas estaria tanto vinculado às discussões do período, notadamente aquelas relacionadas à mão de obra e miscigenação, como também teria seguido as recomendações do alemão Karl Friedrich von Martius (Como se deve escrever a História do Brasil) que foi premiado e se tornou num guia para os estudos que se desenvolveram na instituição.

portanto com os planos e projetos da elite dirigente. Neste aspecto desdobra a análise realizada por Guimarães (1998) quanto ao papel do discurso historiográfico visando forjar uma nacionalidade, revelando a importância do discurso produzido pelas denominadas ciências naturais em sua articulação com a Geografia. A difusão de novos saberes esteve relacionada ao desenvolvimento das comissões científicas brasileiras e estrangeiras tais como o Museu Nacional, o IHGB, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o Instituto Politécnico e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

No contexto de afirmação das ciências naturais no Brasil, o tema espaço passou a ter grande importância, contribuindo para a construção de uma imagem nacional, isto é, ganharam peso as noções de civilização e barbárie cada vez mais vinculadas aos lugares conhecidos e por conhecer. Este processo, também impulsionado pelo aumento das expedições, ampliou conhecimentos fisiográficos e etnográficos, vinculando os campos de conhecimento em muitos dos trabalhos produzidos. Conforme foi assinalado por Guimarães (1998), neste período um dos temas que tiveram maior destaque na revista trimestral do IHGB foi o relacionado às expedições e isso estava relacionado aos objetivos da instituição em forjar uma história nacional. Domingues (2000) assinala o papel desta e de outras revistas especializadas produzidas no interior das instituições científicas, como difusoras das ciências naturais, articulado com um discurso geográfico, sem no entanto ignorar a importância da história. Neste aspecto identifica a vinculação dos conhecimentos sobre o meio físico e suas diferenciações com os estudos sobre o Homem, relacionando, portanto, o nascimento da Antropologia com o da Geografia no Brasil. Assinala que, no “mapeamento do exótico”, a vinculação presente da Geografia e Antropologia refletia o desenvolvimento das ciências naturais desde o século XVI até o XIX, na qual “chegou-se à interpretação da natureza como um conjunto localizado no espaço onde os seus elementos formadores apareceriam interligados” (Domingues, op. cit.: 95).

A relação entre os diferentes campos de conhecimento, notadamente da Geografia e da Antropologia, esteve presente quando foi instituída uma comissão de etnografia cujo objetivo era “dar suporte à história do Brasil”. Foi com a perspectiva de compreender como as diferenças entre as espécies animais e vegetais estavam relacionadas aos diferentes lugares e às práticas humanas paralelamente à exigência de classificação, que ganharam corpo os estudos sobre as diferenças

entre os espaços. Nestes, inúmeros campos disciplinares também passaram a constituir tais comissões científicas, ampliando-se, portanto, os trabalhos sobre astronomia que, segundo a autora, estiveram também relacionados ao processo de valorização de determinados territórios. Também ressalta a participação de cientistas europeus no Brasil que iniciaram os trabalhos fundamentais de delimitação do litoral, de reconhecimento da biogeografia da Amazônia, de estudos da população e de geologia, entre outros.⁸¹

Argumentando, também, a importância do estudo das instituições do Império que tinham a função de reconhecer o território, Souza (2001) amplia a possibilidade de compreender a ciência geográfica como reprodutora de uma ordem capitalista, afirmando que estas instituições foram portadoras de um discurso científico moderno que passava por transformações em suas noções, tanto do ponto de vista epistemológico, como metodológico. Ao lembrar que o estudo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro⁸² poderia revelar a história desta ciência no Brasil, antes da sua institucionalização,⁸³ coloca o desafio de investigar este órgão como sendo enunciador de um discurso geográfico científico, rico de possibilidades.

Acrescentando mais um ponto de vista a esta discussão, Figueirôa (2000) assinala que, para melhor compreendermos o sentido do saber científico e o papel das instituições, é fundamental investigarmos a história da Geografia bem como dos demais campos de conhecimento, inserindo-as em um movimento mais amplo, qual seja: o da história das ciências e das instituições científicas. Contribuindo, assim, para o debate sobre a necessidade de compreender como as ciências foram se forjando enquanto discurso e constituindo campos disciplinares, debates estes renovados a partir de 1970, a autora revela a vinculação entre a história da História Natural e a Geografia. Apresenta, portanto, o papel de eminentes personalidades do Império, como partícipes desse movimento de constituição e afirmação do campo de conhecimento da História Natural bem como a emergência e

⁸¹ Destacam-se, neste contexto, as contribuições de Amedée Ernest Barthélemy Mouchez sobre o litoral do país, Alexander von Humboldt (1769-1859) sobre biogeografia da Amazônia, John Mawe sobre condições de vida da população, Wilhelm Ludwig Eschwege (1777-1855) sobre geologia e geomorfologia, a dupla Johann Baptist Spix (1796-1870) e Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) sobre botânica e etnologia, Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) sobre biogeografia e geografia geral, Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) sobre biogeografia e geomorfologia, Elisée Reclus (1830-1905) sobre geografia regional (Almeida, 2000).

⁸² A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi constituída em 1883 com um caráter nacional. Em 1946 passou a se chamar Sociedade Brasileira de Geografia.

⁸³ Na historiografia só a partir de 1930, quando foram criados os cursos de Geografia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, além da Associação dos Geógrafos Brasileiros e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é que a ciência geográfica passou a ter status científico.

ampliação destes conhecimentos por meio das instituições científicas. Com o objetivo de “descrever, nomear e classificar” os objetos naturais, as ciências naturais contribuíram para a descoberta e exploração de novas terras e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades econômicas.

Argumenta que os conhecimentos denominados como “naturais” estavam inscritos em contextos políticos e culturalmente bem marcados, portanto, é preciso desenvolver os olhares sobre as instituições científicas pois estas se constituem em uma pista para se entender tanto o desenvolvimento de diferentes campos científicos como também os objetivos políticos, econômicos, sociais e culturais dos grupos que detinham o poder. Ou seja, os conhecimentos e as instituições além de estarem vinculados aos projetos expansionistas das Metrôpoles serviram, também, para consolidar os emergentes Estados Nacionais. Nesta perspectiva demonstra que, com desenvolvimento dos denominados “serviços geológicos” e o aparecimento de suas instituições especializadas durante o século XIX, houve um desdobramento das noções de natureza que passaram a ser reconhecidas como “recursos naturais”. A investigação de novas áreas bem como o mapeamento destes recursos requereram levantamentos de campo envolvendo um conjunto de profissionais, desenvolvendo-se nas denominadas Comissões Científicas inúmeros e importantes trabalhos. Por meio da análise daqueles trabalhos, das instituições e dos atores que produziram tais conhecimentos, pode-se compreender o desenvolvimento e articulação de inúmeros campos científicos que mais tarde foram institucionalizados e, também, os projetos políticos, econômicos e culturais de cada contexto.

Investigando a constituição do saber Geográfico desde o período colonial, o trabalho de Pereira (1994) oferece mais uma pista para compreender como os discursos sobre natureza, sociedade, homem, povo e nação foram se cristalizando e articulando com as demandas políticas e econômicas próprias a cada contexto.

O autor assinala que, durante os séculos XVI e XVII e até fins do XVIII, os saberes relacionados à geografia tinham um sentido único e estavam concentrados em torno da atividade histórica e matemática, havendo o predomínio no continente europeu de descrições geográficas lineares ou literárias com espírito enciclopédico que se refletiram no Brasil desde a Carta de Pero Vaz Caminha até os trabalhos de Aires de Casal. Existia um predomínio de trabalhos da geografia

matemática, concentrando as atividades nas explorações costeiras em detrimento do interior que, a seu ver, eram puramente literárias.

“as primeiras, focalizando o traçado das costas, dos cursos d’água, dos alinhamentos montanhosos e a localização dos vários agrupamentos humanos, as segundas, aninhando, de mistura com verdades e fantasias, as observações dos autores e os ensinamentos destes, adquiridos no seu contato mais ou menos prolongado com a terra e os respectivos habitantes.” (Pereira, 1994, p. 351).

Para o autor, foram o desenvolvimento científico da Europa, após o século XVII, e o contato com as ciências naturais que impulsionaram a Geografia no Brasil, sendo incorporados outros métodos de análise. Assim, a produção geográfica dos três primeiros séculos da história do Brasil, caracterizada pela descrição foi abandonando as antigas abordagens e passou a incorporar os métodos científicos relacionados à geografia moderna.⁸⁴ A partir do século XVIII, em função da necessidade de demarcações dos limites e fronteiras no Brasil, os trabalhos de geografia tiveram grande impulso, fato este relacionado à mudança de papel da Universidade de Coimbra e demais instituições na formação dos cientistas e profissionais.⁸⁵ Cabe novamente salientar o contexto característico da época das Luzes e o desenvolvimento da ciência e da razão, fatores que suscitaram a curiosidade pelos fenômenos da natureza e uma certa consciência planetária da missão civilizatória do homem europeu. No século XIX, já sob influência de Humboldt e Ritter, considerados os pais da Geografia Moderna, observou-se mais claramente uma transição dos métodos da geografia clássica para a geografia moderna, tendo destaque no Brasil o decênio de 1860-70 quando os estudos e explorações hidrográficas tiveram forte impulso.⁸⁶ Como ressalta Pereira (op. cit.) as obras e trabalhos realizados durante o século XIX ganharam relevo a partir dos naturalistas que visitaram e exploraram o Brasil, pois subsidiaram muitos trabalhos de cunho geográfico que foram produzidos.⁸⁷ Assinala neste sentido o contato

⁸⁴ No entanto, ao descrever as contribuições dos exploradores, ressalta alguns trabalhos, como o alemão George Marcgrave que esteve no Brasil em 1637 período no qual Recife foi ocupado pelos holandeses.

⁷⁹ Neste aspecto cabe salientar a incorporação da Filosofia Natural como cadeira universitária após a reforma do Marquês de Pombal. Na Universidade de Coimbra e na Academia Militar foram formados os homens que participaram das partidas de demarcações constituídas após a celebração do Tratado de Santo Idelfonso. (Bicalho, 2003).

⁸⁶ Neste contexto, ressalta-se os trabalho de Eduardo José de Moraes na classificação de bacias hidrográficas brasileiras segundo a sua importância para navegação e sua distribuição geográfica.

⁸⁷ Neste contexto, conforme já colocado, aprimorou-se a geologia, a mineralogia, a antropologia e os campos internos da própria geografia com o desenvolvimento de uma geografia agrária, física e urbana.

destes naturalistas com o IHGB e a influência dos estudos realizadas em diferentes províncias do Brasil.

Destacando e enumerando os trabalhos realizados por estes atores e informando a sua precedência em termos de desenvolvimento de campos de conhecimento, tanto internos como externos à geografia, como a geologia, antropologia, mineralogia etc, aponta o importante papel desempenhado pelos manuais e dicionários de síntese nacionais e estrangeiros que foram elaborados nas primeiras décadas do século XIX. Tais manuais, amplamente divulgados, serviram, inclusive, para fomentar o ensino de Geografia no Brasil e no exterior.⁸⁸

Assinala, também, o papel do IHGB na definição de normas e comissões científicas que se especializaram nas explorações geográficas realizadas no Brasil, notadamente o trabalho de Guilherme Schuch Capanema que ajudou na organização da “Bibliografia Geográfica Brasileira”. Afirmar, como os autores já citados, que a revista do IHGB, bem como a do Instituto Arqueológico, a do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, de São Paulo e a revista “O Patriota”, a Comissão Geológica do Império e a Escola de Minas de Ouro Preto,⁸⁹ o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paulista e o Museu Goeldi, constituíram-se em importantes veículos de divulgação da nascente ciência geográfica. No entanto, para o autor, a ânsia de divulgação destes trabalhos, próprias ao espírito da época, prejudicou a sua qualidade, fazendo com que não refletissem o novo estágio que se encontrava a Geografia nos países europeus.

Por fim, coloca que a ciência geográfica no Brasil refletiu as demandas de um contexto político, econômico, social e cultural marcado por grandes incertezas sobre o futuro, afirmando que apesar de existirem inúmeros trabalhos, estes caracterizam-se pela grande diversidade de métodos e por não terem uma continuidade, conforme a tradição de inúmeros campos de conhecimento. Também assinala que os trabalhos não refletiram os avanços atingidos pela Geografia nos mais adiantados Estados da época.

⁸⁸ Na primeiras décadas do século XIX foi publicada na Alemanha uma obra de John Christoph Guts-Muths que era uma síntese das observações e estudos realizados no Brasil. Os volumes XIX e XX foram redigidos por um antigo professor de Karl Ritter. No Brasil em 1851 publicou-se um compêndio de Tomás Pompeu de Sousa Brasil que foi adotado em quase todas as instituições de ensino, além deste muitos outros manuais sobre o Brasil foram lançados no país e no exterior. (Pereira, op. cit.).

⁸⁹ Esta instituição sofreu forte influência de Charles Frederik Hartt que, por sua vez, foi influenciado por estudos realizados na escola americana. Os trabalhos ligados a geografia física e os de geomorfologia realizados em inúmeras províncias brasileiras foram influenciados pelos estudos realizados neste Instituto a partir da segunda metade do século XX. Também o avanço da geografia física ocorreu em função dos trabalhos realizados pela Escola de Minas de Ouro Preto, inaugurada em 1872.

Na visão de Lencioni (1999), a ruptura com o modelo clássico de Geografia ocorreu quando o projeto de construção política e ideológica da nação brasileira exigiu a produção de um novo discurso. Na mesma perspectiva de Moraes (op.cit.), assinala que a Geografia moderna se assentou na exaltação das riquezas naturais, na promoção de campanhas de povoamento e de comissões científicas de exploração com o intuito de realizar o projeto de unidade nacional. Nesta linha identificou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como o escopo da ideologia de construção da nacionalidade brasileira.⁹⁰ Salienta que as matrizes do pensamento geográfico do IHGB ficaram evidentes em 1840, quando o IHGB expôs em sua revista a posição de que:

“ (...) o objetivo da Geografia é o estudo da superfície da terra; mas não merecera o nome de ciência se contentasse de estudar somente as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna. As emigrações, dos povos; as descobertas, que abreviem os espaços mais distantes, as plantas e animais que servem à vida do homem, por ele transportados de um país a outro (...) a terra cobrindo-se de cidades (...) tudo isso pertence à História, mas pertence também à Geografia, porque estes fenômenos tem uma imediata relação com o espaço, e sobre ele exercem uma bem clara influência.” (Lencioni: op. cit., p.97).

Um dos debates de caráter geográfico que esteve presente no discurso das elites brasileiras no Império foi o da necessidade de definir novos critérios de repartição dos territórios. Como seriam definidos espacialmente os poderes do Estado, da Igreja e da sociedade e melhor utilizados os recursos da população, expressariam preocupações em adotar critérios mais eficientes de forma a promover o crescimento do Império e garantir a ordem e o equilíbrio da Nação. Ainda segundo Lencioni (op.cit), esta preocupação ficou mais explícita quando adotou-se a proposta de divisão do Brasil sob quatro pontos de vista: o primeiro que ressaltava o aspecto administrativo e apresentava as províncias do Império; o segundo, relativo ao poder eclesiástico, aquele correspondente ao poder judiciário (comarcas) e, por último, uma divisão segundo os distritos eleitorais.

⁹⁰ A importância do estudo geográfico, na construção da consciência nacional, teria sido reforçada no Império por meio do *Atlas do Império do Brasil* (1868) do professor Candido Mendes de Almeida. Através dessa obra o autor expressaria o atraso em que se encontrava o estudo da Geografia e a importância desse conhecimento.

É neste contexto de produção de novas idéias, de desenvolvimento de novos campos científicos, de nascimento de novas instituições, de grande efervescência de trocas estrangeiras (econômicas, políticas e culturais) que se desenvolveu uma nova forma de administração política do território, de instauração de uma política territorial conforme apontam alguns analistas. Sob tais condições, conforme já indicado, que nascem ou são reelaboradas noções de natureza, de espaço, de território que, como apontam Chauí (2004), Moraes (2003) e Lima (1999), passam a ser manejadas na forma de símbolos carregando, portanto, inúmeros significados que fomentam um sentido de nação ao Estado recém criado e induzem uma concepção de progresso. Conforme aponta Magnoli (2003), tais noções foram utilizadas como provas de soberania atendendo questões de caráter externo como a demarcação de fronteiras para garantir os interesses de uma política imperial extremamente centralizada (Mattos, 1987). Tal política, protagonizada por grupos de poder (Prado Júnior; Gorender; Carvalho; Graham) foi gestada no interior das instituições científicas, apoiando-se em diferentes discursos e campos de conhecimento. Domingues (2000) Guimarães (1998), Figuerôa, (2000) Souza (2001) e Pereira Lima (1999) assinalam os interesses políticos, econômicos, sociais e culturais e, também, a legitimação do discurso científico moderno, notadamente o da Geografia. Ao desencadear novos campos científicos e contribuir para a construção da noção de espaço e território, conforme apontou Freitas (2003), ficou evidenciado o papel que a Geografia assumiu, papel este que se pronunciou quando foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que participou ativamente nos seguintes processos: construção de imagens do Brasil, produção de novas noções sobre natureza, espaço e território e de um discurso afinado com os métodos de uma Geografia Moderna e, por fim, legitimador de uma nova nação.

Ao endossar a idéia de que a nação precedeu o Estado, uma visão que legitima a ação conservadora deste último, confrontamos com um desdobramento teórico deste campo de investigação que procurará investigar as raízes da formação de uma consciência territorial de pertencimento baseada nos discursos de alguns atores políticos responsáveis pela política de administração levada a cabo no Segundo Reinado. Tais discursos, que cumpriram a tarefa de produzir provas de legalidade físico-territorial do Estado-Nação, tomaram por base diversas formas, configurações geográficas, denominações e domínios jurisdicionais, legais e administrativos para se afirmarem. Portanto, compreendemos que, embora o debate

dos intelectuais, jornalistas, romancistas procurasse resgatar a memória do país como um instrumento fundamental para a afirmação da nacionalidade brasileira, aquele que foi produzido pelos seus “administradores públicos” se constituiu em importante instrumento para análise de uma política territorial. Desta forma, reconhecemos nestes discursos - manejados para unificar fisicamente o território e garantir a sua continuidade - idéias de espaço, território, natureza (já transformada em recursos) que serviram como subsídio à política territorial privilegiada. Assim, tendo como suporte as propostas de constituição do Estado monárquico, período marcado pelo processo de unificação do Estado brasileiro, ressaltamos os debates sobre a ausência de uma administração política e econômica aos moldes dos países civilizados como sendo um dos eixos estruturadores da política imperial. Conforme destacado pelos principais representantes do Império, os desafios enfrentados para o progresso e civilização do Brasil poderiam ser resolvidos se houvesse maiores investimentos na construção de estradas, pontes e aterramento em áreas alagadiças; se postos de arrecadação fossem implantados em diferentes pontos do território visando uma maior organização das rendas públicas e se fosse adotado um regime político que garantisse uma perfeita representação provincial, refletindo uma relação de equilíbrio de poderes e distribuição de recursos. Na mesma linha, as elites ressaltavam a necessidade de definição de uma política administrativa, processo este viabilizado a partir de maiores investimentos do Estado e de um maior esclarecimento sobre a importância de introduzir os fundamentos teóricos do direito administrativo. Nesse sentido, a separação do direito civil, praticado para os entes privados e o direito administrativo, representante da causa pública, seria uma medida necessária para viabilizar uma “perfeita” relação de forças entre o poder público e privado permitindo, assim, a permanência e consolidação do Estado nas mais distantes localidades.

É nesta perspectiva que notamos uma relação entre política administrativa e território, ou seja, fundava-se no século XIX⁹¹ uma política de ordenamento territorial quando se discutiam e experimentavam-se modelos políticos e administrativos no Brasil. Nesse sentido, as propostas de administração que foram elaboradas buscando superar os desafios para tornar o país mais unificado e

⁹¹ Obviamente muito do que existe em termos de direito administrativo foi herdado do período colonial, no entanto, compreendemos que quando o Brasil tornou-se independente novos desafios surgiram para a elite política permanecer no poder, desenhando-se, então, novas possibilidades de administração do Brasil.

civilizado indicam a construção de um arranjo político que teve como diretriz a afirmação do poder de um Estado territorial. Portanto, os enunciados da política administrativa constituíram-se em propostas de uso e controle do território já que foram estruturadas para permitir uma maior representação do Estado nos lugares e, nessa linha, das atividades e do poder nele concentrados. Neste caso, compreendemos que a ação administrativa incorporou uma visão positivista de nação, povo, Estado, direito e de administração do território por estarem inseridos no debate sobre a necessidade de trazer o progresso à nação. Tratava-se de uma visão dos modernos da época que se alimentava nos dilemas vivenciados naquele contexto que poderiam comprometer ou não o futuro do país.

“Uma administração positiva deve se firmar pelo seu caráter científico e prático, o campo dos favores e apoios políticos podem causar prejuízos aos serviços administrativos e gerar inclusive desmoralizações. O único eficaz, que pode ter encontra-se na separação entre o que é político e administrativo” (Uruguai: ? p. 89).

É nesta linha que a discussão sobre a melhor forma de representação do poder se tornou central para o Estado Imperial, um problema que era compreendido como um empecilho ao desenvolvimento da nação. Portanto, os debates sobre “centralização” e “descentralização” capitaneados pelos intelectuais que compunham o corpo do Estado e pelos agentes do poder econômico, vão redimensionar a discussão sobre como os diferentes poderes podem se fazer representar na escala da Nação recém constituída. Desta forma, as discussões sobre o melhor modelo de administrar o país, a nosso ver, além de apontar a disputa entre os setores opostos, revelam os fundamentos territoriais que deram suporte à representação política que foi privilegiada. Com isso, as propostas de uma maior ou menor centralização do poder além de indicarem um jogo de escalas, evidenciam os atributos materiais e sociais do espaço/território usado, processo este que traz à tona os interesses dos agentes locais, regionais e nacionais.

Neste aspecto, compartilhamos das discussões de Costa (2000) quando analisa a representação do poder adotada recentemente no Brasil e suas implicações com o território que existe uma relação entre administração do Estado e seu espaço. Entretanto, identificamos que também no século XIX, tendo em vista a necessidade de afirmação do novo Estado-Nação, as propostas administrativas tinham relação com o território. Neste sentido, elas são pistas para explicar a organização espacial das sociedades nas escalas local e regional do Brasil Império.

Compreendemos, então, que esses debates revelavam duas formas de uso do território, indicadoras de propostas de concentração e de desconcentração espacial dos poderes políticos, econômicos e sociais. Por outro lado, conforme apontam historiadores e cientistas políticos, as diferentes concepções de sistemas de representação do poder indicavam o contexto de crise política sendo, portanto, sinalizadoras de dois projetos hegemônicos para o país aparentemente antagônicos.

Na próxima seção analisaremos a relação entre espaço e administração pública por meio dos discursos de dois importantes atores do Império: Visconde do Uruguai e Tavares Bastos. Representando um dos principais políticos do Império, o pensamento do Visconde do Uruguai se notabilizou pela defesa e organização de uma política administrativa e pela construção de uma rede de administração. Esta rede, por ser descentralizada, não poderia ser montada sem que fossem observadas as circunstâncias físicas do território, tais como a insuficiência da divisão territorial, da população e da riqueza. Para o Visconde do Uruguai tais circunstâncias influenciavam na organização política, administrativa e judiciária que poderia ser instalada. Por outro lado, Tavares Bastos defendia a total descentralização dos poderes e serviços administrativos, compreendendo a necessidade de aumentar a liberdade e de responder com maior sucesso às demandas locais e regionais. Apesar de terem diferentes concepções de Estado e interesses antagônicos, o pensamento de Visconde do Uruguai se aproximava as de Tavares Bastos no que se refere à necessidade de se instaurarem mecanismos para promover a civilização a partir de uma ação administrativa descentralizada. É neste aspecto que os dois pensadores, mesmo sendo opositores manejam dialeticamente as idéias liberais amplamente discutidas no Brasil naquele momento.

2.4 AS PROPOSTAS DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA DO BRASIL

O contexto que fez emergir o debate sobre como promover o desenvolvimento do país é caracterizado pela falta de definição de uma política econômica e pela frágil estrutura do Estado. Vivia-se um momento em que se colocavam novos desafios para o país enfrentar. Problemas como o de grupos que reivindicavam o poder, as questões relacionadas à criação e abastecimento das cidades, os referentes ao crescimento da população urbana livre, a insurreição dos escravos e, finalmente, mas não menos importante, a frágil estrutura política e

administrativa do Estado brasileiro, preocupavam o Estado, sendo elaboradas, então, muitas propostas. Refletindo os embates entre os poderes locais e central e a luta pela afirmação do público sobre o privado em meio a uma conjuntura de crise econômica, social e política, os intelectuais do corpo do Estado propuseram modelos de administração visando garantir o progresso e civilização do novo país. Os debates sobre o modelo de representação do poder baseavam-se nas idéias e propostas das nações desenvolvidas como a França, os Estados Unidos e a Inglaterra. Noções de democracia e teorias do Estado foram confrontadas, fervilhando nas Assembléias, no Senado e nas Câmaras uma discussão acalorada sobre a melhor forma de organização política, econômica e espacial do território brasileiro. Inserida neste contexto e expressando a luta ideológica e intelectual travada nos circuitos políticos e acadêmicos da época, duas teses de como governar o Brasil se disseminaram: a tese centralista e a que propunha a descentralização. Expressando pontos de vista filosóficos e políticos aparentemente diferenciados, os defensores das respectivas teses deram o pontapé inicial ao debate que se prolongou durante décadas.

Os principais atores dessa discussão foram Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), representante da elite intelectual e político fluminense que inicialmente era defensor ferrenho da centralização do poder, e Tavares Bastos, que em seu livro “A Província” publicado em 1870, defendia a implantação do federalismo no Brasil utilizando como exemplo o modelo norte-americano.⁹²

Sumariamente, para os defensores da tese centralista uma melhor administração do Império implicava numa divisão não só dos poderes mas numa organização espacial que canalizasse os recursos para o governo central; daí a proposta de diminuição dos poderes das províncias e a definição de instrumentos que permitissem a drenagem dos recursos para o governo central. A grande

⁹² Para Reichardt (1942), o modelo federativo foi influenciado por Montesquieu em o “Espírito das Leis”, no entanto, a propaganda federalista através da imprensa americana, particularmente por meio do livro “O Federalista”, publicado pelo inglês Madison Hamilton e Jay - cidadãos de Nova York - foi de suma importância para a difusão das idéias federalistas, inclusive no Brasil. Foram os publicistas que, através da imprensa, redigiram 85 artigos voltados para a divulgação de um sistema político que visava o fortalecimento do poder central. Tal meta se daria a partir da abdicação por parte dos estados do seu poder em favor da soberania da União, interessada em manter a paz exterior e a segurança interna. Como princípios federalistas estavam colocados: a distribuição dos poderes em departamentos regulares, a introdução de contrapesos e freios legislativos, a instituição de tribunais compostos de juízes inamovíveis, a representação do povo à legislatura por deputados eleitos. Além disso foi incorporado mais tarde, o alargamento do sistema político das unidades estaduais, formando uma união indissociável. Do ponto de vista das rendas, a União teria independência fiscal, ou seja, estabelecia direitos tributários próprios de arrecadação. No sistema federalista apregoadado, os órgãos judiciários tinham um importante papel pois se constituíam em intérpretes da Constituição Federal.

centralização política revelaria, como afirma o Visconde do Uruguai em sua obra “Ensaio Sobre Direito Administrativo”, um forte poder administrativo geral, contrário à ação e competência das autoridades locais. Por outro lado, a tese federalista defendia uma maior divisão dos poderes entre as autoridades provinciais e o governo central que permitiria maior autonomia política e financeira das localidades.

A nosso ver, os diferentes perfis do Brasil traçados pela elite intelectual no século XIX indicam que as suas propostas estavam relacionadas às idéias e concepções de controle de fluxos de produtos, de população e de ordens. Ou seja, os debates dos pensadores sobre direito político e administrativo, como é o caso daquele feito pelo Visconde do Uruguai sobre o melhor arranjo jurídico do poder, sinalizam uma lógica de uso dos espaços visando a unificação política e territorial do país. A idéia apresentada sustenta-se tanto nas discussões dos intelectuais que acentuavam a necessidade de melhor administrar o território tendo em vista o estado “deplorável” da administração da justiça (sic), bem como nos dados e informações constantes nos relatórios da Província do Rio de Janeiro, conforme analisaremos no terceiro capítulo desta tese. Esses dados revelam que associadas ao crescimento da rede de estradas, coletorias e barreiras, ampliaram-se as funções militares e fiscalizadoras do Estado. Tais indicadores levam a acreditar que, embora com efeitos limitados, a política imperial promoveu a expansão do poder público e das atividades econômicas unificando os diferentes interesses dos agentes de produção. Tal aspecto nos faz retomar a tese da existência de uma política de ordenamento territorial que se expressou através das medidas administrativas que fortaleceram o Executivo e, conseqüentemente, diminuíram o poder das Assembléias Provinciais e das Câmaras, ou seja, a ampliação da escala nacional e a aparente diminuição da escala regional e local. Neste aspecto, cabe destacar a reforma do Ato Adicional realizada em 1840 que reduziu o poder das Assembléias Provinciais e reintroduziu o Conselho de Estado, com amplos poderes.⁹³ Esta medida, conforme asseveram seus defensores, visava recuperar a “Razão Nacional” em detrimento de “vozes mesquinhas de influencias locais e de interesses particulares”.

Estamos sugerindo que as diferentes estratégias discutidas pelas elites do Império definiram uma nova lógica de uso do território que se difunde material e

⁹³ Faoro (1958) assinala que a reforma do Ato Adicional, além de restringir os poderes estabelecidos pelas Assembléias e Câmaras, desde o primeiro artigo diminuiu o poder da polícia ficando esta compreendida apenas a polícia municipal e administrativa, excluindo portanto, a polícia judiciária que era, no entender dos conservadores, atribuição do poder central.

simbolicamente para atender a propósitos doutrinários do Estado em suas diferentes instâncias, demonstrando portanto, uma racionalidade que foi longamente constituída tendo em vista as contingências sócio-espaciais do território brasileiro. Procurando comprovar nossa hipótese, analisaremos a seguir, as propostas de administração desse período, expressas nos discursos proferidos pelo defensor da tese centralista - Visconde do Uruguai - especialmente discutida em sua obra “Ensaio Sobre Direito Administrativo” e da tese da descentralização apresentada por Tavares Bastos em seu livro “A Província”. Procuramos com essa discussão demonstrar dois aspectos: em primeiro lugar, a vivacidade que o tema espaço adquiriu nas propostas de administração discutidas e implantadas durante o período imperial e, em segundo, reafirmar que uma política de ordenamento territorial teve suas raízes neste período e consagrou-se a partir da produção de uma rede de estradas articuladas a um circuito produtivo que se estabeleceu nos novos embriões urbanos criados no século XIX, conforme veremos nos próximos capítulos.

2.4.1 As propostas do Visconde do Uruguai

Paulino José de Oliveira Soares de Souza, presidente e vice-presidente da Província do Rio de Janeiro e, posteriormente, Ministro dos Negócios Estrangeiros, destacou-se pelo seu papel como construtor do Império.⁹⁴ Em sua trajetória profissional ocupou cargos na Intendência Geral de Polícia como Juiz do Cível da 2ª Vara da Corte⁹⁵ e em demais órgãos, tendo sido designado em 1833, devido ao seu serviço exemplar, a fazer parte da reforma legislativa do país. Foi de sua autoria as propostas de mudanças de órgãos e serviços, assim como a estruturação do partido conservador.⁹⁶

Entre os anos de 1831 e 1837, o cenário político no qual se deu a atuação inicial de Paulino e de seu grupo foi o de luta política, quando então os Caramurus à direita e os Exaltados à esquerda disputavam o poder. Pertencente à nova geração de políticos que se afirmou no poder por meio de alianças com os grandes proprietários rurais, Paulino teve uma destacada atuação, ao mediar

⁹⁴ De acordo com Carvalho (2002), a vida política de Paulino teve início com a criação de laços de parentesco entre vários políticos jovens e sem fortuna que se casaram com filhas de proprietários rurais do Rio de Janeiro a partir de 1831.

⁹⁵ Cargo oferecido por seu amigo Honório Hermeto, seu colega de Coimbra.

⁹⁶ Da qual fazia parte também Honório Hermeto Carneiro Leão e Joaquim José Rodrigues Torres.

disputas e solucionar, em parte, os conflitos sócioeconômicos que colocavam em risco a unidade da nação. Do conjunto de propostas que tiveram participação dos moderados,⁹⁷ grupo a que se filiava à época destaca-se a promulgação do Ato Adicional de 1834 que ampliou o poder das províncias por meio da criação das Assembléias Provinciais, o que possibilitou-lhes, além de arrecadação de renda própria, a ampliação do poder de seus presidentes.⁹⁸ Segundo Iglésias (1993) outra medida importante foi a promulgação do Código de Processo Criminal em 1832 que permitiu a ampliação do poder dos municípios ao criarem a figura do juiz de paz - eleito pelos cidadãos - e o júri, o que promoveu uma reforma expressiva no sistema de justiça até então vigente.

Paulino foi colocado como moderado para eleição da primeira legislatura da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro na chapa por Evaristo da Veiga iniciando, como afirma Carvalho (2002), a sua carreira política. No ano de 1836 ocupou o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro, mandato interrompido em função da oposição a Diogo Antonio Feijó mas reiniciado após a renúncia deste regente. Assumindo o poder em pleno Regresso⁹⁹ elaborou, entre os anos de 1840 e 1841 juntamente com Bernardo Pereira de Vasconcelos, a mudança do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal e a lei do Conselho de Estado.¹⁰⁰ (ver anexo 2).

Tais medidas, consideradas de caráter centralizador, diminuíram o poder das Assembléias Provinciais e ampliaram o poder do Executivo. Apesar de radicais e alvo de duras críticas dos políticos liberais, as medidas do Regresso, passados dez, anos não incomodavam tanto quanto anteriormente.¹⁰¹ Na concepção de Carvalho (op.cit), este processo pode ser explicado pelas alianças feitas entre os liberais e caramurus que permitiram a alternância de poder, costurando os interesses das camadas sociais hegemônicas e o acordo entre as elites, supostamente opositoras, em torno de um projeto comum. Na visão de Gorender (2000), esses interesses,

⁹⁷ Do grupo dos moderados destacava-se Evaristo da Veiga, o padre Diogo Antônio Feijó, Honório Hermeto e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

⁹⁸ Na concepção de Carvalho (2002: 16) “para se chegar perto do modelo de federalismo norte-americano, faltou apenas a introdução da eleição dos presidentes da província”.

⁹⁹ Momento político caracterizado pela participação ativa dos políticos conservadores no poder e pela adoção medidas de ordem administrativa e política que redefiniram o arranjo institucional anterior. Conforme coloca Iglésias (op. cit.), esta denominação ficou em oposição ao Progresso, amplamente pregado nos oitocentos pelos liberais. As medidas do Regresso ganharam corpo com a renúncia de Diogo Antônio Feijó.

¹⁰⁰ Segundo Carvalho (2002), as leis do Regresso promoveram uma série de revoltas nos líderes liberais, sobretudo nos políticos mineiros e paulistas.

¹⁰¹ Para o autor, as preocupações dos políticos que disputavam o poder a partir de 1850 relacionavam-se à política externa, sobretudo a questão do tráfico de escravo.

coordenados nacionalmente por uma classe dominante, estavam relacionados à defesa da instituição escravista.¹⁰²

Paulino tornou-se visconde em 1854 quando assumiu a missão de representar os interesses brasileiros na discussão sobre as fronteiras com a Guiana francesa. Ainda segundo Carvalho (op.cit), sua estadia na Europa mudou sua direção política após o retorno ao Brasil. Impressionado com as instituições francesas e com menos disposição de participar de disputas políticas, Paulino se dedicou aos estudos e à família, afastando-se gradualmente de sua carreira. Neste contexto é que vai se consagrar como eminente teórico do Estado ao lançar em 1862 “Ensaio Sobre o Direito Administrativo”, na qual se difundiram as principais idéias sobre direito administrativo e estrutura do Estado. (Lemos,1996).

A leitura dessa importante obra demonstra quais os principais temas debatidos no século XIX e as suas idéias sobre administração, quais sejam: como legitimar o Estado e como se fazer representar nos diferentes pontos do território, como promover a disseminação de uma rede de administração e o progresso no Brasil. No preâmbulo do “Ensaio sobre Direito Administrativo” estas preocupações ficam expressas quando apresenta as instituições administrativas da França e da Inglaterra que, no seu entender, explicavam o nível de desenvolvimento desses países. Ou seja, o desenvolvimento destas nações estava vinculado diretamente ao elevado grau de organização das suas instituições administrativas. Esta convicção apoiava seus argumentos, especialmente aquele que reforça a necessidade de promover uma mudança na forma como o Brasil deveria organizar as suas instituições e a maneira de administrá-las.

“Estou convencido de que as nossas instituições administrativas requerem, sobre muitos pontos, sem alteração de bases constitucionais, desenvolvimento e melhoramentos consideráveis, preenchidas muitas lacunas que apresentam.” (Visconde do Uruguai: 2002, p.74)

2.5 UMA RELEITURA DO ENSAIO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

A preocupação inicial de Uruguai era a de situar o campo em que estava

¹⁰² Para o autor: “A instituição escravista adquiriu, em nosso país, o máximo peso registrado no continente americano e se generalizou de norte a sul. O interesse na defesa da escravidão era comum a todas as províncias, ainda que com uma significação desigual (Gorender, 2000:13-14)

inserido o Direito Administrativo e, por isso, ocupa-se em tecer considerações acerca das divisões e concepções que existiam sobre a matéria, para então situar o Direito Administrativo que estaria inserido no Direito Público interno ou constitucional.¹⁰³ O direito administrativo - ramo subordinado ao direito constitucional - tinha como função organizar internamente o Estado regulando as ações entre os diferentes agentes com os objetivos de promover a execução material dos diferentes serviços prestados e definir as regras de relacionamento entre os entes públicos e privados. Portanto, o direito administrativo no país poderia ser definido pelo jogo complexo das regras ou leis que determinavam as relações entre administradores e administrados. Do ponto de vista técnico teria como atribuição regular todas as matérias do Estado, tais como a segurança, a propriedade, os socorros públicos etc., ficando incumbido de organizar a forma como estes serviços seriam prestados, distribuídos e controlados de forma igualitária.

De acordo com o Visconde, a implementação de uma política administrativa - acervo de normas que estavam inseridas no direito administrativo - promoveria maior liberdade, assegurando o desenvolvimento do país ainda que fosse necessário mudar a legislação e considerar os aspectos práticos, ou seja, avaliar as instituições administrativas existentes. Outro aspecto levantado por Uruguai foi o da necessidade de ter apoio da opinião pública para implementação das propostas do Estado, uma vez que avaliava que somente a instituição de um espírito público era capaz de legitimar as mudanças. Para ele, a organização administrativa era um atributo essencial, um instrumento fundamental do poder Executivo governamental, um meio que o Estado deveria adotar para estabelecer contato com os particulares e receber suas reclamações. “o poder político é a cabeça, administração o braço (...) O poder público serve-se da administração para fazer prevalecer o seu sistema, e dar aos serviços públicos um impulso em harmonia com suas vistas”. (Visconde do Uruguai, p.91)

Conforme descrito pelo Visconde do Uruguai, o imperativo de distinguir o que era público e privado - entre o direito administrativo e o civil - não negava a relação entre ação administrativa e civil, mas sim reforçava a necessidade

¹⁰³ Adotando a concepção de Luis Firmin Laferrière, professor de Direito Administrativo da faculdade de Rennes e diretor-geral das faculdades de Direito francesas. “O direito administrativo propriamente dito, diz ele, é a ciência da ação e da competência do poder Executivo, das administrações gerais e locais e dos conselhos administrativos, em suas relações com os interesses ou direitos dos administrados ou com o interesse geral do Estado” (Laferrière, apud Visconde do Uruguai, 2002: 84).

institucional de constituir uma ordem política capaz de garantir o progresso da nação, resguardando os interesses públicos.

(...) A organização, formas e ação administrativas estão intimamente ligadas com a organização, formas e ação dos poderes políticos. São, portanto, ainda que vivam e se movam separadamente, inseparáveis e dependentes dos princípios em que se baseia a organização política”(Visconde do Uruguai, op. cit. p.89).

Para autor, a necessária consolidação do poder administrativo não implicava numa autonomização deste em relação ao poder político uma vez que este era secundário e subordinado ao poder político, daí que a diferença entre um poder e outro era a estrutura organizacional montada para o seu exercício. Neste caso, para uma perfeita organização administrativa era necessário montar um grupo de agentes de ordens diversas disseminados pelas diferentes circunscrições territoriais.

Dando continuidade aos seus argumentos, Uruguai procura diferenciar o poder administrativo em relação ao legislativo, afirmando que os atos daquele estavam subordinados ao legislativo, cabendo à administração, ou seja, o estabelecimento de um conjunto de regras e medidas especiais e locais para colocar em prática as leis do Estado. Ao discutir a distinção entre o poder administrativo e judiciário, Uruguai expressava a sua insatisfação com as “invasões” do Judiciário e indicava a necessidade de rever o Código Penal. Reclamando que a “invasão” estava vinculada à imperfeição no modelo de organização portuguesa herdado, o autor afirma que no passado:

“Incumbia as autoridades judiciárias, a administração de muitos ramos e a solução de muitas questões de natureza contenciosa administrativa. Reunidos nas mãos do mesmo poder, não se discriminava o contencioso judiciário e administrativo (...) Cabe ao poder Judicial punir os crimes e regular os direitos privados, por meio da aplicação especial das leis da ordem penal e civil. O poder administrativo aplica as leis de ordem pública e de interesse mais ou menos geral. Procede por meio de execução geral e providências gerais, salvo quando decide sobre dificuldades especiais tais que opõem o direito dos particulares à execução de medidas de interesse geral, o que dá lugar ao contencioso administrativo. (...) O juiz não tem, ou pelo menos não deve ter, poder discricionário. Limita-se a aplicar as leis em sentido estrito e rigoroso; prescinde da equidade, ainda que a aplicação rigorosa da lei fira. Os juizes são ou devem ser inamovíveis, perpétuos e independentes, e as suas

decisões quando passam em julgado são irrevogáveis e soberanas. A administração, pelo contrário, atende à equidade, às circunstâncias, tempos, lugares e interesses, e não pode deixar de ter, até certo grau, e estabelecido pelas leis, um certo poder discricionário. O interesse público é sua lei suprema. Dá conta de seus atos que podem ser modificados e revogados. Seus agentes não são inamovíveis, nem perpétuos, nem independentes, podem ser mudados e demitidos. É portanto de sua natureza movediça e sujeita a variar à medida que variam os objetos e interesses dos quais se ocupa” (Visconde do Uruguai, pgs.100-102).

No que se refere às instituições que deveriam dar suporte às ações do Estado e uma eficiente prática administrativa, Uruguai afirmava a necessidade de fortalecimento do Conselho do Estado.¹⁰⁴ Para o autor, as desconfianças da oposição em relação ao papel dessa instituição contribuíram para tornar as suas ações ineficazes. Argumentando que nem mesmo o Ministério, composto por homens de diferentes partidos, tinha dúvidas da importância do Conselho para resguardar os interesses do Estado. Portanto, as divergências relacionadas ao número de membros do Conselho e o seu caráter vitalício não descartava a sua precedência. No seu entender, o Conselho deveria ter caráter vitalício para assegurar maior independência dos seus membros, além de resguardar e sustentar o poder moderador. No dizer do Visconde:

“os fatos têm desmentido os declamatórios e apaixonados vaticínios, com que foi acolhida e pragueja essa instituição. O que mais encarniçadamente a combater, fez depois parte dessa corporação, e havia de reconhecer em sua consciência (faça-lhe essa justiça) a sem razão das suas prevenções”. (Visconde do Uruguai, p.253).

Posicionando-se acerca da política de centralização afirmava que um Estado centralizado era fundamental para garantir o progresso e a civilização de uma nação e que a fraqueza do poder central era a responsável pelo declínio de inúmeras nações.¹⁰⁵ Dialogando com os liberais, colocava que era necessário relativizar as informações obtidas sobre o sistema federativo adotado nos Estados Unidos, sobretudo no que dizia respeito ao seu genuíno papel de representar a pura

¹⁰⁴ Ele vai apresentar os resultados de seus estudos sobre os Conselhos de Estado na França, Inglaterra, Espanha e Brasil.

¹⁰⁵ Para Uruguai, a centralização de um Estado estava relacionada à sua organização política e administrativa e as circunstâncias das sociedades ao longo de diferentes épocas

expressão do liberalismo.¹⁰⁶ Neste aspecto, reforçava a necessidade de constituir um poder forte, entendido como um poder centralizado baseado nos ensinamentos de Trolley:

“é a unidade da nação e a unidade do poder.É ela que leva às extremidades do corpo social aquela ação que, partindo do seu coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo. A unidade na administração, diz Cabantous, é designada com o nome de centralização. Consiste na subordinação dos administradores locais à autoridade central, a qual os nomeia e demite, e reserva para si a decisão dos negócios mais importantes. Na linguagem política e administrativa, observa Blauche, a palavra centralização exprime o fato, recorda o pensamento de uma Constituição, de uma organização, cujo princípio consiste em que cada um dos elementos que a compõem parte do mesmo ponto central ou para ele converge, a fim de concorrer para a combinação de suas ações respectivas para um fim comum”. (Visconde do Uruguai, p.430-431)

Defendendo, então, uma maior centralização do Estado, argumentava a importância de uniformizar regras e procedimentos para que a unidade do país fosse assegurada, ainda que considerasse que a maior ou menor concentração dos poderes dependia das especificidades de cada nação. Baseado nesta premissa, afirmava a importância de se distinguir a centralização política da administrativa, ressaltando a necessidade de resguardar os interesses comuns em todas as partes da nação, tais como os negócios externos, as obras e o estabelecimento de empresas. Desta forma afirma:

“Concentrar em um mesmo lugar ou na mesma mão o poder de dirigir os primeiros é fundar o que se chama de centralização política ou governamental. Concentrar do mesmo modo o poder de dirigir os segundos é fundar o que se chama centralização administrativa”. (op. cit., p 432).

Afirmava que nem a centralização, nem a descentralização deveriam ser exageradas, pois ambas ofereceriam ganhos e vantagens, mas os seus excessos e abusos poderiam gerar grandes inconvenientes. O excesso de centralização do Executivo inibiria as localidades em vários aspectos, criando uma espécie de dependência que não era benéfica para o país. Tal processo tenderia a ampliar o número de funcionários, inchando a máquina administrativa e acarretando maiores

¹⁰⁶ Neste ponto fez referência a Guerra da Secessão (1861-1863) enfrentada pelo país para demonstrar os problemas do modelo federativo.

despesas com ordenados, gratificações e aposentadorias. Portanto, na aplicação dos princípios da centralização se deveria distinguir os serviços e funções que poderiam ser mais ou menos centralizados. Assim, afirmava que era necessário sujeitar a uma centralização maior, os negócios de maior importância, a uma centralização média os de importância secundária e, a uma central mínima ou a uma descentralização completa, os negócios de interesse local. Não era prudente na visão de Uruguai regular de longe os pequenos negócios que só poderiam ser tratados no lugar.

Argumentava, por outro lado, que a descentralização implementada a partir de 1834 ampliando o poder das províncias também tinha concorrido para a maior centralização nas províncias de muitas funções, engessando os municípios e a sua autonomia.¹⁰⁷ Desta forma tal proposta provocou sérios problemas no país, contribuindo para o seu esfacelamento. Mudanças como as que ocorreram no Código de Processo, por exemplo, que criou um tribunal parlamentar com poder, inclusive, de julgar os crimes do Imperador, e aquela promovida pelo Ato Adicional de 1834 e a Lei que o sucedeu, instituindo um novo regimento para os presidentes das províncias, geraram inúmeros conflitos internos, desestabilizando o poder do Império. No seu entender, havia justificativa para se promover a descentralização de alguns serviços no país, fazendo-se necessário definir as atribuições das diferentes esferas do governo, ou seja, tornava-se indispensável promover a descentralização e definir as atribuições de um poder central e provincial para que os mesmos pudessem se harmonizar e evitar conflitos. Portanto, para Uruguai era necessário promover uma certa descentralização, mas era preciso discutir como tais princípios seriam incorporados, tendo em vista que:

“Há duas descentralizações, uma que aproxima o governo dos administradores, outra a qual, quando e onde se pode isso fazer sem perigo, encarrega os administradores de se administrarem a si mesmo(...) A centralização é essencial, não pode deixar de existir quando se trata de interesses comuns e gerais a uma sociedade. É então o laço que une. Daí a um município a faculdade de entender em negocio que afetam toda a província ou diversos municípios; à província o direito de tomar resoluções que entendam com os negócios e interesses

¹⁰⁷ Sua argumentação se dirigia à proposta de descentralização dos liberais, afirmando que a despeito de terem reclamado uma maior liberdade em relação ao poder central, não dava nenhuma liberdade aos municípios.

de outras ou de todo o Império, e tereis a anarquia e a dissolução da sociedade” (Uruguai, p.435-436).

Para Uruguai era indispensável que a descentralização fosse apenas administrativa para se evitarem conflitos de atribuição de poderes, como o que tinha ocorrido quando fora promulgado o Ato Adicional. Para o autor, a confusão criada por esta Lei teria deixado indefinidas as atribuições de legislar sobre os vários assuntos do Império, além de qual o poder responsável pela realização de determinados serviços. Com isso as Assembléias Provinciais passaram a legislar sobre jurados, juizes de paz, juntas de paz, juizes municipais, de órfãos, de direito e promotores, ou seja, passaram a ter um grande poder. Tal processo gerou conflitos intra e interprovinciais, além de problemas com o poder central devido à invasão de suas atribuições em todas instâncias do poder.

Por outro lado, colocava que a maior ou menor centralização dependia das circunstâncias do país, da educação, dos hábitos e caráter nacionais, e não somente da legislação. Confrontando os argumentos favoráveis à descentralização apoiados, sobretudo, nos exemplos dos Estados Unidos e da Inglaterra, argumentava que a situação dos habitantes destes países era bem diferente da do Brasil, pois aqueles possuíam educação, hábitos e caráter, não oferecendo risco à unidade do país devido ao grau avançado de civilização dos mesmos.

“É certo que o poder central administra melhor as localidades quando estas são ignorantes e semibárbaras e aquele ilustrado; quando aquele é ativo e estas inertes; e quando as mesmas localidades se acham divididas por paixões e parcialidades odiantas, que tornam impossível uma administração justa e regular. Então a ação do poder central, que está mais alto e mais longe, que tem mais pejo e é imparcial, oferece mais garantias”. (op. cit. p.437)

“Há duas descentralizações, uma que aproxima o governo dos administradores, outra a qual, quando e onde se pode isso fazer sem perigo, encarrega os administradores de se administrarem a si mesmo (...) A centralização é essencial, não pode deixar de existir quanto se trata de interesses comuns e gerais a uma sociedade. É então o laço que une. Daí a um município a faculdade de entender em negocio que afetam toda a província ou diversos municípios; à província o direito de tomar resoluções que entendam com os negócios e interesses de outras ou de todo o Império, e tereis a anarquia e a dissolução da sociedade”. (Visconde do Uruguai, p.435- 436).

Demonstrando como as questões espaciais deveriam ser consideradas para a implementação de uma obra administrativa, Uruguai ressaltava a necessidade de averiguar a realidade socioeconômica e espacial de um país para assim compreender quais instituições estariam mais compatíveis com a realidade da época e com as demandas locais, provinciais e nacionais. Colocava que na França, país onde a centralização era maior, o sucesso de sua política não se devia apenas às mudanças institucionais, mas também às condições favoráveis naturais que apresentava, o que teria permitido facilitar a comunicação e a integração do seu território. Para o autor, a eficiente administração daquele país estava relacionada à sua posição geográfica e à sua topografia que favoreciam os recortes espaciais e o contato de diferentes partes do seu território.¹⁰⁸ Portanto, ao afirmar as vantagens que a centralização oferecia ao processo de legitimação do Estado, argumentava que uma das suas funções era integrar o sul e o norte do Império que, por apresentarem diferenças climáticas, de território, espíritos, interesses, comércio, produtos e estado social, deveriam ser alvos de políticas uniformes.

“As condições topográficas de um país; a dispersão ou concentração da sua população; as divisões territoriais; a sua extensão; a facilidade ou dificuldade das comunicações; o maior ou menor número de homens habilitados para a gerência dos negócios nas localidades, a maior ou menor confiança que, em geral, podem inspirar; a maior ou menor harmonização entre os interesses econômicos das diversas frações do território, são circunstâncias de alto valor, que muito cumpre consultar e atender para a maior ou menor centralização”. (op. cit. p. 437-438).

Apresentando as vantagens oferecidas pela centralização para o progresso do país, afirmava que a unidade do Império não seria possível aquela, exemplificando que era por meio de uma política centralizada que seriam asseguradas a unidade da moeda, a ordem e a uniformidade da magistratura, a segurança geral, a construção de fortalezas, a melhoria dos canais, a construção de estradas gerais e de caminhos de ferro, a resolução dos problemas municipais de agricultura, o estímulo ao crescimento de determinadas áreas e as questões de excesso de poder em algumas localidades.

¹⁰⁸ Colocava, também, que devido o país não ser dividido por rios imensos, montanhas ou desertos, foi permitido conectar o seu território, ampliando o seu caráter nacional, processo que foi favorecido pelas divisões territoriais.

Por outro lado, Uruguai apontava alguns inconvenientes de seu uso excessivo, tais como a dificuldade de atender aos interesses de um país com extenso território, pouco povoado e apresentando uma natureza muito diversa, além de ser pouco conectado. Assim, afirmava que o excesso de centralização tenderia a “retirar a vida dos membros para concentrá-lo no coração”.

Questionava Uruguai o que era melhor para o país: a centralização ou a descentralização? Em sua concepção o melhor era a combinar dois formatos, ou seja, era fundamental procurar o justo meio, atendendo à realidade específica do país.

“Não procurar o melhor em abstrato, teoricamente e no papel, mas o que é relativamente possível arrecadar, resignar-nos aos inevitáveis, ou procurar atenuá-los, e esperar do tempo, do desenvolvimento do espírito público e do senso prático da população, aquele maior grau de melhoramento que podem atingir as sociedades humanas” (Uruguai p. 444).

A legitimação do poder do Estado foi um dos aspectos desdobrados em sua obra, o que em nosso entender levou este autor a propor mecanismos para legitimá-lo. Como coloca Costa (1999), ampliaram-se os debates sobre a estrutura de poder que o Estado deveria assumir, sendo as discussões e reformas do Código de Processo Criminal e a do Ato Adicional representativas destas disputas.

O segundo aspecto observado em seu texto foi a filiação no seu pensamento à matriz positivista revelando a influência teórica, notadamente dos mestres franceses, no pensamento e nas ações dos principais ideólogos do Estado. Neste sentido, a discussão sobre a necessidade de separação dos poderes e funções dos diferentes órgãos - assegurando o funcionamento harmônico de um sistema administrativo e sem contaminação dos interesses privados - a criação e redefinição de instituições para melhor representar os interesses do Estado e a necessidade de difusão de uma estrutura administrativa nas mais distantes localidades. Esta matriz também se manifestaria na preocupação do autor em discutir a cientificidade do direito administrativo, preocupação expressa no capítulo intitulado “O Direito Administrativo constitui ciência?”.

Advogando como sendo científicos os princípios do Direito Administrativo em função do seu caráter e natureza distinta, afirmava os problemas em diferenciar

este campo dos demais.¹⁰⁹ Sugeriria a incorporação de métodos científicos para se atingir a perfeição, como a análise e a síntese.

“O espírito de análise dos tempos modernos, as necessidades da civilização, a divisão dos poderes, a necessidade de procurar garantias para os direitos, trouxeram, com o andar dos tempos, a discriminação e a classificação das atribuições relativas à execução das leis e à administração das sociedades, e portanto a criação de uma ciência distinta e separada, chamada direito administrativo” (Visconde do Uruguai, p. 11)

Para Paulino, esses métodos, auxiliados pela estatística - instrumento que forneceria a base das informações - iriam possibilitar melhor eficácia nas ações do Estado, isto é, constituíam-se em princípios de eterna verdade, fixos, válidos e aplicáveis em qualquer país. No entanto, para o autor, apesar da doutrina científica ser a mesma, o seu modo de organização variava em função das circunstâncias do meio que era diferente em cada país.

“Há com efeito regras de administração as quais devem ser apropriadas ao caráter nacional, aos costumes públicos, aos hábitos religiosos, à natureza do clima, às produções do solo, aos recursos da indústria, à posição topográfica do país, finalmente a todos as circunstancias que caracterizam a existência de uma nação.” (op. cit, 113)

Conforme notamos em seus argumentos para justificar a política administrativa e a maior centralização do Estado, os princípios norteadores do Direito Administrativo, verdades inquestionáveis que dariam suporte a uma ação administrativa eficiente, estariam em estreita relação com a divisão política que o território assumiria. Ou seja, para a implementação de uma política administrativa, os governos deveriam garantir uma perfeita repartição espacial, daí que uma divisão harmônica do território era um critério essencial para facilitar a administração de um país. Assim, para o autor, as divisões espaciais permitiriam: “prestar mútuas facilidades às administrações de diversa natureza, e dão lugar a que se auxiliem reciprocamente uma vez que estejam em harmonia. Deve, portanto, cada uma das

¹⁰⁹ Para Visconde do Uruguai a ciência da administração teve origem no trabalho do mestre e criador o barão De Gerando, que no início do século XIX, reuniu, classificou e publicou mais de oitenta mil textos de leis e regulamentos sobre os assuntos administrativos, e no de visconde de Cormenin (Louis- Marie de Lahaye – 1788-1868) que: “reuniu em feixe os grandes princípios encerrados nos textos, e que constituem os laços invisíveis que os unem”. (Visconde do Uruguai, p.112). (...) “A ciência administrativa moderna, na parte relativa ao direito administrativo, nasceu na França e tem sido quase exclusivamente tratada pelos escritores, muitos dos quais imprimem nela o tipo de suas instituições peculiares, e portanto daquela excessiva centralização e minuciosidade regulamentar e fiscal que as caracteriza” (op. cit., p. 113)

ditas divisões coincidir o mais possível com as outras. Todas elas devem ser formadas em atenção ao território, à população, aos impostos que pagam e aos meios de comunicação: combinados esses elementos quanto seja possível combiná-los”. (op. cit, p.115).

Notamos neste ponto a preocupação do autor com a questão do espaço e, também, com a definição de territórios neutros e administrados pelo poder do Estado. Tal aspecto deu visibilidade às seguintes questões sócio - políticas e espaciais: quais os critérios necessários para se proceder a divisão de um território? Qual a divisão territorial que melhor representava os anseios do Estado? Quais as variáveis que melhor espelhavam a realidade espacial? Estas e outras questões foram discutidas pelo autor em várias partes do livro e em especial no capítulo intitulado “Influência da Divisão Territorial, População e Riqueza”.

Aqui Uruguai discute a adoção de novos critérios para a divisão dos territórios, baseando-se em alguns atributos do espaço, tais como as pessoas, as atividades econômicas, as instituições, o grau de riqueza, as comunicações e o relevo. Afirmava que a ausência de critérios para a demarcação dos termos, comarcas, freguesias, vilas e municípios beneficiavam aqueles interessados nos resultados eleitorais, prejudicando os interesses da nação como um todo. Desta forma afirmava que:

“As influências eleitorais fazem, desfazem divisões, segundo as alianças que contarem e defecções que sofrem, dividem, subdividem, tornam a dividir a seu talante, e conforme lhes vai melhor nos seus cálculos eleitorais. Os partidos locais batem-se com essas divisões, e a organização e leis gerais que com elas se avenham como puderem” (op.cit 120).

Os conflitos decorrentes da má divisão dos territórios estavam relacionados à imperfeição da legislação, notadamente aquela referente às atribuições da Assembléia Provincial que, além de ter criado inúmeros conflitos nos municípios, dificultou a implementação de uma política administrativa.

“Estariam as Assembléias Provinciais no seu direito criando as novas comarcas, termos ou freguesias? Sem dúvida; que o Ato adicional é claro. Arrogar-se-ia portanto a Assembléia Geral o direito de inutilizar aquele direito. Não há direito contra direito. A Assembléia Geral, não podendo revogar o ato, inutilizava-o indiretamente, teríamos o espetáculo do poder geral inutilizado, por virtude de uma lei, atos legítimos e competentes, embora muito inconvenientes, de outro poder, o

qual, posto que secundário, não seria subordinado àquele na hipótese! Dar-se-ia um conflito criado, autorizado pela lei, cuja única solução seria a não execução legal de outra lei à qual constitucionalmente nada faltaria, para por ela se fazer obra! Teríamos uma lei autorizando a não executar outra lei! Que exemplo! O qual não poderia senão contribuir para tirar ainda mais força moral às Assembléias Provinciais.” (op. cit, p.122)

Baseando seus argumentos em fundamentos de caráter espacial e influenciado pela experiência francesa e norte americana, o autor sugere tanto a mudança na legislação, no sentido de resolver os problemas decorrentes de sua confusa interpretação, como também a adoção de novos critérios para repartição dos territórios. Tais critérios deveriam considerar o tamanho do território, a população, os impostos e as comunicações. Era fundamental, segundo Uruguai, promover uma melhor administração do país para garantir, na medida do possível, o estabelecimento de circunscrições territoriais harmonicamente parecidas umas com as outras. Neste sentido:

“A extensão territorial é por si só uma base insuficiente, porquanto uma porção do território, porventura o mais considerável, pode estar coberta de matas ou pântanos; outra porém, insignificante pela extensão povoada toda, de modo que não haja compensação.

A igualdade da população formaria divisões de uma desigualdade extraordinária, quanto a extensão, e seria uma base extremamente variável, que exigiria continuas modificações, à medida que aumentasse ou decrescesse sensivelmente a população. A proporção dos impostos faria depender somente da riqueza as comodidades e direito dos cidadãos, e constituiria uma base tão variável como a precedente e como as condições econômicas dos povos.

Sendo cada um desses elementos por si só insuficiente, é preciso combiná-los. O território, naturalmente invariável, fixa a mobilidade dos outros dois elementos, riqueza e população, que variam continuamente, porque a massa da riqueza e população, que variam continuamente, porque a massa da riqueza e da população raramente é estacionária. Aumenta ou decai. As divisões políticas, administrativas e judiciárias e a organização política, administrativa e judiciária são coisas que têm entre si a ligação a mais íntima, e devem estar em completa harmonia. (Visconde do Uruguai p.115-116).

Ainda com referência à sua discussão sobre os atributos espaciais, Uruguai afirmava que um dos fatores responsáveis pelo atraso do país era a dispersão populacional devida à falta ou à insuficiência de comunicações e, neste sentido, colocava a necessidade de construir de estradas articulando os principais núcleos. No entanto, ressaltava que estas não deveriam ser construídas aleatoriamente, mas sim organizadas como um sistema com a função de proporcionar maior funcionalidade e operacionalização à administração pública. Segundo Uruguai, a falta de uma comunicação eficiente era prejudicial ao governo, pois “embaraça mais os melhoramentos das nossas divisões territoriais e da nossa administração” (Visconde do Uruguai, p.119).

Ao discutir o exercício e funções de uma autoridade administrativa, o autor manifestava, também, a articulação da política administrativa com o espaço. Discorrendo sobre as dificuldades da ação administrativa, afirmava que as Câmaras Municipais tinham atribuições confusas e indistintas em função da falta de articulação entre as mesmas e da dificuldade de contato. Por outro lado, colocava que a ação administrativa deveria ser confiada a uma série de agentes dispostos hierarquicamente, em harmonia com as divisões territoriais. Deveriam estar no centro destas circunscrições territoriais os agentes superiores, pois estes imprimiriam movimento às mesmas e, na periferia, os agentes que ocupariam os cargos secundários. É dessa forma que, no nosso entendimento, idéias de alcance, extensão, rede e escala estão forjadas em seu discurso sobre política administrativa.

“São agentes diretos administrativos no centro do Império os ministros. São agentes diretos nas províncias os presidentes. Chamam-se agentes diretos porque estão em imediato contato com o chefe do poder Executivo ou seus ministros” (Visconde do Uruguai, p. 203).

Ao passar grande parte desta obra denunciando a desorganização administrativa do país, afirmando inclusive a imaturidade e o caos nas instituições existentes, caracterizadas, no seu entender, como confusas sobretudo no que se referia aos assuntos políticos e administrativos, o autor quer afirmar a necessidade de conduzir a política do Brasil adotando novos princípios administrativos, o que implicava na mudança e definição de novas instituições e novos espaços.

Para Carvalho (2000), as considerações feitas neste contexto por Uruguai indicam uma crítica, ou auto-crítica, que ocorreram tanto em função das

influências teóricas, sobretudo após o retorno da Europa, onde tinha passado alguns anos como diplomata, como também pela experiência adquirida nos anos em que exerceu o cargo de presidente da Província do Rio de Janeiro. Por outro lado, os rumos que o Estado vai assumir a partir de 1853 também iriam desencadear um conjunto de reflexões no Visconde, insatisfeito com a política de conciliação introduzida pelo marquês do Paraná, seu antigo amigo.

Para Mattos (1987), apesar de conservador, o pensamento de Visconde do Uruguai não era norteado apenas em formulações gerais e abstratas, mas sim em circunstâncias concretas, dilemas específicos enfrentados no Brasil naquele contexto. Tal fato reafirma a vinculação de suas idéias com os interesses dos grupos hegemônicos e a mistura de coisa pública com os interesses privados.¹¹⁰ Assim, a defesa de um governo forte e centralizado era, também, a defesa pela ampliação dos recursos financeiros para o governo central, de modo a legitimar um modelo de política e sociedade.¹¹¹ Portanto a constituição de um “Poder Administrativo” era a garantia de disseminação dos interesses políticos, econômicos e culturais de determinados grupos, em especial “os saquaremas”, junto ao Estado.

Em nosso entendimento, a produção de diferentes espaços é resultado de um processo onde estão presentes estruturas estatais que atuam em diferentes níveis e escalas. Partindo do princípio que o papel indutor das políticas públicas na criação de novas localizações atua no sentido de consolidar paisagens, podemos concluir que as preocupações do Visconde do Uruguai se vinculavam, também, com o controle e transformação de diferentes espaços. Neste sentido, revela a correlação de forças sociais que definiram, ao longo da história, as diferentes formas e funções adquiridas pelas regiões. Portanto, as propostas de Uruguai sobre organização administrativa do país, ao indicar um caminho para a harmonização, o desenvolvimento e consolidação do Estado com poderes descentralizados, revelava a preocupação com a permanência de um poder forte e central. Neste aspecto, ao propor a centralização, de um lado, e uma relativa distribuição de poder e renda entre as províncias de outro, estaria o pensamento do Visconde do Uruguai articulando, paralelamente, os princípios de centralização e descentralização. Esta

¹¹⁰ Um dos interesses privados que assegurou o consenso deste grupo foi a manutenção dos monopólios da mão de obra o que, para um grupo de cientistas sociais, teria definido a política externa brasileira que passou a ser conduzida para resistir à pressão britânica.

¹¹¹ Neste caso, a viabilização de uma política financeira se daria por meio dos empréstimos externos e pela drenagem das rendas provenientes das taxas cobradas sobre produtos importados.

articulação, ao deixar clara a necessidade de adaptar as propostas às circunstâncias pelas quais o país estava passando, evidenciava a tentativa de promover uma nova reordenação dos espaços e da sociedade.¹¹² Assim, as propostas de organização administrativa de Uruguai que revelavam a preocupação em superar as barreiras políticas e de se promover a unidade do país, tendo em vista a falta de contato com as distantes localidades e o grande poder dos agentes locais revelavam, portanto, indícios de política territorial.

Concluindo este ponto, queremos ressaltar a partir do discurso do Visconde do Uruguai a idéia denexo causal entre o homem e o espaço e de outro, entre o Estado e o espaço. Este aspecto está, em nosso ponto de vista, implícito nas idéias de Uruguai sobre o Estado, sobretudo no modelo administrativo que propôs. A ameaça crescente do poder central frente ao poder das províncias e municípios, bem como a sua filiação a grupos conservadores, elementos que vão engendrar a construção de um discurso e a proposição de estratégias de extensão do poder estatal, aparecem em toda a sua obra. Portanto, as suas idéias sobre administração independente, descentralizada e neutra forjam um dos seus ideais que era o de unificar o Estado Imperial. Como nos ensinam os historiadores em todo o período do Primeiro Reinado e da Regência, marcado pelo processo de consolidação da Independência, estabeleceu-se a montagem do aparelho do Estado e as iniciativas destinadas a manter a unidade territorial-nacional e pelas lutas no interior das classes dominantes pelo poder, tanto a nível central, quanto provincial e local. Associando tais ensinamentos aos da Geografia e da Ciência Política, poderíamos dizer que estas lutas revelavam aspectos comuns em todo Estado nascente, quais sejam: os esforços no sentido de centralizá-lo. Neste aspecto, o contexto que vai instaurar a disputa entre autonomia das províncias e fortalecimento do governo central, demonstra como uma política administrativa se faz necessária para promover o controle dos impostos e os efetivos militares e a difusão de aparatos institucionais que vão ser responsáveis por expandir ordens e idéias.¹¹³

¹¹² Na visão de Lemos (op.cit), o realismo de Paulino, matriz que o filiará ao historicismo vincularia, portanto, o seu pensamento eclético ao de Victor Cousin.

¹¹³ O direito administrativo, conforme já assinalado, é a ciência da ação e da competência do poder Executivo, das administrações gerais e locais, e dos conselhos administrativos, em suas relações com os direitos ou interesses dos administradores, ou com o interesse geral do Estado (Visconde do Uruguai).

2.6 AS PROPOSTAS DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA: O PAPEL DE TAVARES BASTOS

Formado em Direito na antiga província de São Paulo, Tavares Bastos iniciou sua carreira política participando ativamente das sociedades acadêmicas desta instituição e colaborando em revistas literárias e filosóficas. Recebeu o grau de Doutor em Direito em 1859, passando em seguida a residir no Rio de Janeiro. Ali foi nomeado oficial de secretaria da Marinha, sendo exonerado do cargo em 1861 em função do discurso que proferiu sobre os negócios daquela Arma. Aos vinte e dois anos foi eleito três vezes deputado geral por Alagoas juntamente com José de Alencar, João Alfredo, José Bonifácio, o Moço, entre outros. Sua vida política alcançou maior visibilidade quando passou a ser publicista junto à tribuna parlamentar. Em 1861 publicou o panfleto “Os males do presente e as esperanças do futuro”, com o pseudônimo de “Um Excêntrico”. Passou a discutir os problemas do Brasil nas Cartas que publicava sob o pseudônimo de “O Solitário” no Correio Mercantil, de Francisco Otaviano, reunindo-as nas Cartas do Solitário, publicadas em 1862. Participando ativamente da discussão sobre a constituição de uma política de navegação no Brasil, integrou equipes de trabalho tanto no Rio do Prata, como na Amazônia.¹¹⁴ Preocupado com as questões do Estado, discutiu no Parlamento propostas que visavam separar a Igreja e o Estado, além de temas como a imigração e a reforma eleitoral e parlamentar.¹¹⁵ Ao publicar em 1867 “Reflexões sobre a imigração”, deixou de ser deputado devido à sua oposição ao gabinete conservador. Suas idéias opositoras, no entanto, continuaram a ser difundidas, juntamente com Lafayette Rodrigues Pereira, por meio do Diário do Povo, além de sua colaboração no jornal “A Reforma” do recém-fundado Clube da Reforma (1869). No entanto, conforme ressalta Evaristo de Moraes Filho em “As idéias fundamentais de Tavares Bastos”, sua carreira política também foi marcada pela preocupação com as questões sociais e econômicas do seu tempo, sobretudo com a escravidão, a imigração, a livre navegação do Amazonas, a educação e a questão religiosa, aspectos que pudemos perceber no livro “A Província”.

¹¹⁴ Em viagem de estudos e observações para Amazônia resultou o seu livro “O vale do Amazonas”, publicado em 1866.

¹¹⁵ O panfleto “Exposição dos verdadeiros motivos sobre que se baseia a liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado”, publicado em 1866, com o pseudônimo de Melásporo, resultou desta discussão.

O livro “A Província”, publicado em 1870, é considerado a sua mais importante obra, tornando-se bastante conhecida pela sistematização das idéias federalistas que aí estão registradas. Tavares Bastos ressalta, de uma forma geral, a importância de se repensar o sistema político do Brasil, considerando que este se constitui em um organismo que produz a virtude cívica do patriotismo.¹¹⁶ Conforme analisaremos a seguir, o autor se propõe a discutir a viabilidade do modelo federalista no Brasil à luz das transformações ocorridas com a Reforma do Ato Adicional que suprimiu o poder das províncias. Com relação ao sistema político, afirmava que o poder fortemente concentrado institui um estado social de inércia que favorecia o despotismo, portanto, a centralização não poderia coexistir com a República pois criava um país oficial diferente em termos de sentimentos, opiniões e interesses de um país real. No que tange à política administrativa, ressaltava que os seus métodos reforçavam a idéia de um poder público despótico, argumentando que o corpo de funcionários que se formava para atender ao Estado se aperfeiçoava na elaboração de estratégias de manutenção do poder, tornando-se ágil na arte de manipular os sufrágios e na distribuição de recursos. Nesse sentido, “consagra-se exclusivamente á tarefa de conquistar e conservar maiorias no parlamento: todos os interesses ficam subordinados a este interesse” (Tavares Bastos, p. 9)

Considerado por alguns um panfleto em prol da descentralização discute, a partir de incursões teóricas em vários temas, uma nova proposta de administração política para o Brasil, se posicionando em assuntos econômicos, políticos e sociais. Compreendia que os problemas que o país enfrentava naquele contexto tinham suas raízes no modelo agroexportador, na escravidão, no excessivo centralismo político, na organização administrativa, nos processos eleitorais e na incapacidade dos governantes em entender como o modelo federalista poderia se tornar viável no Brasil. E é neste último ponto que mais desenvolve argumentos para convencer seus opositores de que tal modelo poderia promover o progresso e o desenvolvimento do país.¹¹⁷

¹¹⁶ Após a publicação deste livro, Tavares Bastos continuou a discutir propostas desenvolvimento para o Brasil, sugerindo mudanças no regime eleitoral.

¹¹⁷ Sua vida política se encerra em 1874 quando foi acometido de pneumonia, falecendo em 3 de dezembro de 1875, em Nice, no sul da França.

Iniciando sua obra, Tavares Bastos afirmava que o sistema político era um dos móveis do organismo social pois era o responsável pela produção da virtude cívica do patriotismo, aquecido pelo sentimento de liberdade. Por isso, argumentava que um poder fortemente concentrado promoveria um estado social de inércia, inibindo o progresso do Brasil.

“Um falso systema politico que dá ao governo excessiva responsabilidade, não lhe permite a compensação de auxiliares idôneos. Na estufa da centralização não se desinvolvem as aptidões” (op. cit., p.34).

As críticas ao governo centralizado, idéias que estavam expressas no primeiro e segundo capítulos do referido livro, ficaram mais evidentes quando o autor afirmou que, pelo fato do poder centralizado causar “apoplexia no centro e paralyisia nas extremidades” poderia ser considerado uma forma atrasada de governo, tornando-se necessário substituí-lo, exemplo das nações mais desenvolvidas onde “a forma federativa de governo um facto politico do Novo Continente quase inteiro”

“Constituindo dest’arte o poder, o governo representativo não póde ser, com effeito, mais que uma sombra, na phrase do grande orador da Restauração. Tendo a centralização por alvo dominar, esta necessidade impõe-lhe, como elemento indispensável, um numero illimitado de agentes, organizados com a hierarquia militar, que é o seu typo e seu ideal.” (op. cit., p. 9)

No seu entendimento, o apoio excessivo na centralização produziria um governo cego e obstinado, o que poderia levar o Estado a ter um poder monstruoso. Assim a organização administrativa de um governo centralizado, pressupondo uma melhor forma de organizar e administrar o país, não permitia a distribuição com justiça dos recursos do Estado mas um instrumento para garantir a sua manutenção. Neste aspecto, as instituições estatais se estruturariam exclusivamente para a conquista e conservação do poder, ficando os demais interesses subordinados a este. A tarefa de escolher os funcionários tornava-se a missão fundamental neste modelo, ficando a seu critério a arte, inclusive, de manipular os sufrágios.¹¹⁸

Argumentando sobre os limites da centralização, afirmava Tavares Bastos que as suas propostas estavam sendo paulatinamente transformadas em leis administrativas o que, além de diluir o seu caráter político e ameaçar a paz pública,

¹¹⁸ Com relação às pequenas funções públicas, que também enveredariam neste propósito, estas seriam organizadas estrategicamente para a disseminação de um formato de administração que também serviria para a conservação de um poder, causando, por isso, uma deformidade em sua estrutura.

retardava o progresso material do país. Neste ponto, o autor vai ressaltar as diferenças regionais do Brasil para demonstrar como era insustentável um governo que mantinha um controle extremamente centralizado num país que apresentava grandes diferenças internas, tais como a disposição geográfica da população e sua estimativa de crescimento nas diferentes regiões, a composição étnica, os aspectos físicos de cada lugar e a situação geográfica. Neste sentido, para Tavares Bastos:

“Eis-ahi porque, ainda quando não a condemnasse a triste experiência dos povos, a centralização seria no Brazil um facto meramente official, sem base nas supostas relações da vastíssima circumferencia do Estado com o centro improvisado pela lei. (...) Póde-se, por ventura, desprezar tão poderosa causa physica no momento de emprehender sérias reformas no nosso actual systema administrativo?” (op. cit, p.24)

As diferenças regionais do Brasil e a proposta de administração, na visão do autor, agravariam os problemas nas mais diferentes localidades pois: “a uniformidade, vicio inerente á centralização, lentamente transformou o Brazil em monarchia eoropea” (op. cit., p.26).

Ao discutir a Lei municipal de 1828 que definia as atribuições das Câmaras municipais, afirmou que tal estatuto legal estava condenado a não dar certo pois não se ajustava à diversidade do país, ou seja, uma organização teórica de governo local não poderia ser a mesma em todos os lugares. Argumentou que o caráter mecânico das leis e a sua uniformidade, sempre comprometeram a sua execução, fazendo com que, em muitos casos, a legislação só existisse no papel. No entanto foi justamente este critério utilizado para justificar a criação de novas leis o que, no seu entender, além de ter reforçado o absolutismo, reprimiu a liberdade individual.

Ao discutir o papel da educação no Brasil, Tavares Bastos levantou algumas objeções no discurso dos conservadores para justificar a política centralizadora. Colocava que a falta de educação dos povos, argumento utilizado pelos opositores para justificar a centralização, não tinha validade, mas sim a falta de liberdade, pois esta é que reprimia o desenvolvimento das províncias. Portanto, a ausência ou a baixa educação dos povos estava relacionada a falta de liberdade das províncias e sem a liberdade nenhum país poderia se desenvolver uma vez que “excita o sentimento da responsabilidade, o culto do dever, o patriotismo, a paixão do progresso” (op. cit., p.32)

Por isso, afirmava o autor que:

“a instrução, a imigração, a emancipação, não perderam menos com essa ausência de espírito provincial, do que os melhoramentos que mais ferem a vista, as estradas, os canaes, os vapores (...) “Toda tutela prolongada produz infalivelmente uma certa incapacidade, e esta incapacidade serve de pretexto para continuar a tutela indefinitivamente” de onde saem estes tutores, não é da população que é declaradamente considerada menos capaz. É o diploma e a veste de uma farda que torna o homem superior? ” (op. cit., p.32.).

Para o publicista a centralização criava um inchaço burocrático, cenário propício para se instalar a corrupção e a má gestão dos recursos destinados às províncias. Neste aspecto, dois pontos principais foram destacados em seu discurso: a necessidade de se ter uma magistratura independente do poder Executivo e a garantia das liberdades individuais. Tais aspectos foram discutidos em seu livro quando o autor apresenta o modelo federativo americano e a autonomia das colônias inglesas. Seus argumentos procuravam demonstrar os diferentes formatos que o sistema federativo poderia adquirir e a importância de experimentar tal modelo no Brasil. Influenciado pelo modelo federativo adotado nos Estados Unidos, era o poder conferido pelas instituições judiciárias:

“(...) dá relevo original às instituições judiciárias dos Estados-Unidos, não é somente o cuidado com que formou-se ali um poder independente da acção do governo, mas a parte importantíssima que na política e na administração cabe aos juizes. E’ o poder judicial encarregado principalmente da defesa da Constituição; é o grande poder moderador da sociedade, preservando a arca da aliança de agressões, ou venham do governo federal ou dos governos particulares” (op. cit., p.51)

Para Tavares Bastos, a reação conservadora não só converteu o departamento francês em província, diminuindo a sua autonomia, como também fez com que os delegados do poder executivo intervissem em negócios puramente provinciais e até municipais:

“sob os nomes de conselhos de província e de agentes administrativos, tem sido vulgarizadas, quer por meio de projectos de lei, quer por certos livros, esta nova tentativa de centralisação” (...) O que se pretende, pois, sinão augmentar funcionalismo suprefluo, sem mera imitação dos conselhos de prefeitura de França?” (op. cit., p.102-105).

Os agentes administrativos, funcionários responsáveis pela fiscalização dos negócios provinciais, seriam meros representantes do poder imperial sendo sua ação marcada por uma inconstitucionalidade manifesta. Portanto, a atuação do agente administrativo, interventor dos negócios municipais, representaria uma derradeira conquista do Imperador uma vez que, em sua concepção, era necessário reformar a instituição municipal, tornando-a mais prática, e restituir a sua autonomia. Por fim, o importante era propor um complemento ao sistema esboçado no Ato Adicional de 1834, o que necessariamente impunha a criação de um poder legislativo nas províncias com administração própria. Neste caso era importante refletir sobre às circunscrições da descentralização e regulamentá-las.

À luz das experiência norte-americana, Tavares Bastos colocava, então, a seguinte questão: “onde ficam, á vista de um facto semelhante, as estreitas doutrinas dos publicistas francezes sobre a symetria e hierarchia administrativas? Onde fica o principio de que os agentes da administração dependem do poder executivo sómente, como delegados da autoridade, como mandatários da sua confiança?” (op. cit., p 49).

Parafraseando Odilon Barrot, Tavares Bastos colocava que os destinos da monarquia no mundo moderno dependiam da habilidade dos governos em tornar o sistema um instrumento flexível às exigências do progresso. Por isso, afirmava a necessidade do povo conhecer melhor o sistema constitucional praticado nas colônias, como a do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, para entender como o modelo federalista não comprometeria o poder do Estado, mas sim o auxiliaria. Tomou como exemplo o caso do Canadá, que teria conseguido desenvolver o seu comércio em poucos anos apesar de ter menos da metade da população do Brasil e com grande parte de suas terras localizadas em áreas geladas. Também usou o caso da Austrália, que de uma possessão sem recursos, havia desenvolvido em 1866 um comércio superior ao do Brasil.¹¹⁹ Portanto, à luz destes e outros exemplos, advogava a necessidade de apreciar as vantagens incomparáveis da administração independente, das liberdades civis e políticas para o progresso do país.

Iniciando a segunda parte do livro, o autor discorre sobre as instituições provinciais que poderiam promover as mudanças necessárias na estrutura administrativa do país, ressaltando o avanço alcançado quando promulgado o Ato

¹¹⁹ Também para Tavares Bastos o desenvolvimento destas áreas estava vinculado ao emprego de suas rendas no que considerava as duas forças modernas de uma nação: a estrada de ferro e a instrução popular.

Adicional de 1831 que tornou o Brasil uma monarquia federativa. Dizia ele que o sistema criado pelo Ato Adicional constituiu-se numa tentativa de descentralização ao substituir instituições que privavam de liberdade, mas também considerava que as mudanças realizadas precisavam ser aperfeiçoadas. Neste aspecto, está dialogando com os conservadores, em especial com Visconde do Uruguai.

Para ele, a mudança promovida pelo Ato refletia os anseios da legislação que o precedia e procurava dar uma resposta democrática ao abrir o Conselho do Estado e decretar uma Regência que seria nomeada pelo povo através de voto além da criação de um poder legislativo provincial. Sob este prisma, ao fundar novas instituições - que passaram por dificuldades iniciais de funcionamento - era injusto o ataque feito pelos opositores à ineficácia da proposta elaborada.¹²⁰

“Mas as confusões que ocorreram na pratica de instituições novas, a inexperiências dos homens públicos, a exageração com que fazia-se avultar os erros de funcionarios ignorantes, o calculo dos que viram com tristeza arrebatarse da capital grande somma de poder e de influencia, - tudo concorreu precipitadamente para o descrédito do largo pensamento esboçado na reforma de 1834. Uma interpretação reclamou-se, logo dous annos depois, no sentido centralizador” (Tavares Bastos, p. 86)

Reportando-se às mudanças promovidas pelo Ato Adicional, Tavares Bastos lembrava que um significativo avanço tinha ocorrido no regime, porque as províncias passaram a ter o direito de elaborar suas constituições por meio de Assembléias. Tais mudanças também declararam que o governo fosse provisoriamente vitalício na pessoa do imperador D. Pedro II, e depois temporário na pessoa de um presidente das províncias confederadas do Brasil.¹²¹ Na época, assevera o publicista, os dois partidos - Moderado e Exaltado - concordavam em adotar as bases democráticas de um governo descentralizado, discordando somente na forma como funcionaria a instituição central.¹²² Foi somente com a instauração do movimento do Regresso, composto majoritariamente por políticos de Pedro I e de

¹²⁰ Além disso, o Ato Adicional criou tribunais nacionais e provinciais, sendo os primeiros responsáveis pelas questões de interesse geral – nacionais - e daquelas que envolviam as relações internacionais. Em torno dos interesses gerais estariam previstos os códigos civil, comercial e penal, e as garantias de liberdade constitucional, o julgamento pelo júri, os recursos para a superior instância, o que reservava às províncias a legislar matérias de interesse local.

¹²¹ Além disso, foi também proposto - e negado - que a religião fosse considerada um negócio da consciência e não estatuto da lei.

¹²² Para Ferreira (2001), também na proposta de Tavares manteve-se o espírito conciliador pois havia sido concedida aos “restauradores”, a manutenção do poder moderado e o Senado vitalício e, aos Exaltados, a proposta de criação das Assembléias Provinciais com amplos poderes.

liberais convertidos, que se restabeleceram as idéias européias de monarquia unitária.

Dialogando com o Visconde do Uruguai, concordava que foram insuficientes os recursos do Estado para inibir os abusos das Assembléias provinciais e os excessos cometidos pelos seus representantes, o que redundou em enormes dificuldades para a implementação das propostas descentralizadoras. No entanto, embora admitindo que existissem problemas para o funcionamento do judiciário, não havia razão para eliminar o poder das assembléias provinciais, mas sim definir melhor a competência destas instituições. Portanto, não se justificavam as acusações feitas pelos conservadores de que o funcionamento das assembléias dissolveriam a nação, pois o progresso de algumas províncias tinha ocorrido em função dessa prerrogativa. Nesse sentido:

“lei chamada da interpretação foi, todos o sabem, o acto mais enérgico da reacção conservadora: limitando a autoridade das assembleias provinciaes, permitiu a criação da policia uniforme em todo o império e a militarisação da guarda nacional, instituições posteriormente organisadas com symetria a que só faltam os retoques propostos recentemente. Não interpretava-se, amputava-se o acto adicional; e tudo sem os tramites de uma reforma constitucional: obra por esses dous motivos igualmente odiosa”. (Tavares Bastos, p.80 e 81).

Criticando a reforma do Ato Adicional elaborada pelos conservadores, Tavares Bastos afirmava que as mudanças realizadas anteriormente foram inúteis e que todos os esforços e conquistas, alcançados em muitos lugares, deveriam ser retomados. No entanto, para o publicista, o que se fortalecia a cada ano era o ideal de um governo centralizado, subsidiado por uma política administrativa. Desta forma as leis criadas a partir de 1840, como as do:

“Dezembargo do Paço”, “sobre a administração da fazenda pública, juízes de paz, câmaras municipaes, e organização judiciaria ou código do processo, acometteram e destruíram o systema politico e administrativo anterior á independencia”. (op. cit., p. 82).

Tavares Bastos argumentava que o Visconde do Uruguai, em seu livro “Estudos Práticos sobre Administração das Províncias”, tinha avançado em alguns pontos em relação à necessidade de descentralizar alguns serviços e, neste sentido, já havia esboçado uma reação contrária a Lei de 1840. Este avanço estava expresso na incorporação de algumas idéias liberais, sobretudo na concordância parcial sobre

o poder de legislar das Assembléias provinciais acerca das aposentadorias, jubilações e reformas dos empregados provinciais, conceder pensões por serviços feitos à província, estabelecer processos quando fossem decretadas suspensões e demissões aos magistrados; permitir a instalação de estabelecimentos literários e científicos; lançar nos regulamentos sobre instrução penas contra contravenções não contempladas pelo código criminal etc. Da mesma forma que o Visconde do Uruguai, também condenava expedientes administrativos que suprimiam o direito das Assembléias em proceder a divisão civil e judiciária do seu território. No entanto concordava que era preciso organizar uma lei geral para definição de regras que considerassem o número de habitantes, a superfície e a riqueza de cada território.

Na segunda parte do livro, Tavares Bastos discorria sobre o papel das Assembléias e demais instituições políticas e as atribuições dos deputados, senadores e presidentes, com o intuito de questionar o sistema eleitoral até então vigente. No que se refere ao sistema eleitoral é importante frisar que enxergava como maior defeito o fato das Assembléias provinciais não representarem os anseios dos municípios. Tarefa essencial para o funcionamento dos estados federados, defendia, então, a eleição dos presidentes e a redefinição de suas atribuições,¹²³ tornando-os legítimos mandatários do povo. Assim, colocava que um presidente de província não ficasse envolvido em questões meramente administrativas, pois estas atribuições deveriam ficar a cargo de comissários da administração central.¹²⁴ Ou seja, ao lado do presidente eleito, autoridade executiva da província, propunha que coexistissem independentemente dele um inspetor da fazenda nacional, um representante das alfândegas, todos os agentes do tesouro, o comandante das armas e chefes militares, os comandantes das divisões navais, os diretores de arsenais etc. O que o autor frisava era a necessidade de separar as funções administrativas das políticas para dar maior agilidade aos negócios da província e promover os melhoramentos públicos necessários. Neste sentido, sua proposta também se aproximava da discutida pelo Visconde do Uruguai.

¹²³ Eleito e seguindo um mandato, poderiam os presidentes dar continuidade às suas ações, o que cessaria a instabilidade nas decisões. Por outro lado, estimularia o caráter nacional do povo e diminuiria a impopularidade das medidas adotadas até então.

¹²⁴ Neste caso ele propõe que o presidente das províncias tenha residência nas mesmas, conforme ocorre nos Estados Unidos: isso evitaria que “no espaço de 45 anos (1824 a 1869) o Maranhão conta 73 administração, exercidas por 53 cidadãos diversos. O meio termo é de 7 mezes e 11 dias para cada uma. A maior foi de 3 annos e 9 mezes, serviço effectivo. O mesmo se póde repetir de quasi todas as províncias, e depois de 1850 o mal aggravou-se consiravelmente. Nas maiores províncias, em regra, o presidente renova-se em cada verão, depois de incerradas as camaras.” (Tavares Bastos, p 131).

Esta agilidade seria difícil de alcançar na organização proposta pelos conservadores, pois seu modelo dificultava a realização de tarefas importantes tais como: a elaboração de uma carta topográfica, de um plano de estradas, a navegação dos rios, portos etc. Para Tavares Bastos, um dos empecilhos criados pela reforma era a vinculação dos cargos públicos à política do governo central. Assim, além dos interesses políticos prevalecerem na escolha dos representantes provinciais, também havia a diversidade de situações de cada representação provincial.¹²⁵ Por outro lado, afirmava que a administração e finanças do governo estavam comprometidas com as obras de luxo nas capitais e no estabelecimento de empresas sem utilidade.

Por fim encerra este ponto afirmando que, apesar da Lei de 1834 ter incorrido no erro de engessar a administração das municipalidades, a censura promovida pela interpretação do Ato Adicional realizada em 1840 ainda era pior, já que impedia que qualquer reforma municipal fosse realizada, ou seja, seu excesso de uniformidade não considerava as condições particulares de cada região e lugar do Brasil. Mais uma vez dialoga com o Visconde do Uruguai acerca dos problemas da extrema centralização, dando resposta ao mesmo sobre a questão da falta de autonomia das municipalidades promovidas pelo Ato Adicional de 1834. Discorrendo sobre as municipalidades e os problemas decorrentes da extrema centralização dos serviços, conforme proposta dos políticos conservadores, Tavares Bastos afirmava que a força policial e a justiça local deveriam ser de competência do poder legislativo provincial, conforme proposto na Lei de 1834. Na realidade, assevera o autor, a esmagadora uniformidade nas organizações da justiça, da polícia e das municipalidades comprometia a implementação de medidas administrativas. Esta extrema uniformidade também o levou a criticar a Lei de 1º de outubro de 1828 que instituiu normas gerais para o funcionamento das municipalidades. Frente à situação provocada pela mudança da legislação ocorrida em 1840, colocava a necessidade dos municípios promulgarem leis, conforme as suas condições peculiares, uma vez que a realidade era muito diversa e uma lei uniforme não poderia dar conta das diferentes situações vivencidas em cada município.

¹²⁵ “O presidente é no Brasil, um instrumento eleitoral, é por meio d'elle que se elege periodicamente a chancellaria do nosso absolutismo dissimulado. Montar, dirigir, aperfeiçoar a machina eleitoral, eis a sua missão verdadeira, o seu cuidado diurno e nocturno.” (Tavares Bastos, p.136).

Assim:

“a administração dos interesses coletivos que constituem o município, o serviço das vias de comunicação, as ruas, os jardins, os lugares de logradouro publico, a iluminação, as águas, a irrigação, os esgotos, os incendios, a escola, o hospital, o cemiterio, e tantos outros, não offerecem em parte alguma typos uniformes em importancia ou grandeza. (...) A extensão e riqueza dos municipios urbanos ou ruraes, o gráu de adiantamento dos povos, as circunstancias phisicas e a densidade da população variam profundamente em cada uma das partes do imperio, no norte, no centro, no sul, no oeste; variam mesmo, com feições pronunciadissimas, nas diferentes comarcas de uma mesma provincia.(...).Essa diversidade de circunstancias locaes devêra influir no modo de organizar-se o governo interno de cada provincia (...). Assim, nas vastas aglomerações de povo, nas metrópoles commerciaes ou políticas, seria a instrucção objecto exclusivo de uma administração privada; os incêndios, de outra igualmente a policia das ruas e praças”. (op.cit. p. 143 -144).

Quanto às demais mudanças instituídas a partir de 1840, sinalizava a da polícia que passou a ser centralizada nas mãos do ministro da justiça. Criticando também esta mudança, considerava um retrocesso em relação à Lei de 1832 que reconhecia ser a polícia local pertencente a uma autoridade local, ser eleita e estar sob a incumbência de um juiz popular, o juiz de paz.

“O código do processo, em summa, instituía uma policia local, delegada a uma autoridade electiva local, e lhe dera por substitutos os seus immediatos em votos. A lei de 3 de dezembro organisou uma policia hierarchica, com um exercito de supplentes igualmente nomeados fora da acção local” (Tavares Bastos, p. 167).

A organização da polícia, era condenável porque detinha um poder imenso, constituindo-se em um sistema primitivo regido por leis uniformes em todo império. Tal organização refletia o princípio da hierarquia administrativa e a paixão pela simetria. No caso do Código de Processo Criminal, imaginava-se um país com o mesmo nível de civilização, de moralidade, de respeito à lei e da aversão ao crime. Por que, perguntava ele deveriam se sujeitar todas as províncias e localidades do Brasil a instituições administrativas idênticas? De acordo com o publicista não existia maior interesse para os indivíduos do que a segurança de sua vida e propriedade, isto é a prevenção do crime e sua repressão, por isso não havia justificativa para tamanha centralização. Assim: “a sociedade tomada em seu todo, a nação inteira,

não é de modo algum mais interessada na boa politica do que cada uma das pequenas espheras locais que constituem esse todo” (Tavares Bastos p.170).

Propor adaptações segundo a realidade de cada província e município, no seu entendimento, não era deixar de lado certas regras gerais que deveriam constar no processo civil e criminal. No entanto, existiam questões que deveriam ser resolvidas de acordo com cada província, pois “é a experiência de cada província que póde aconselhar o modo mais vantajoso de constituir em cada cidade, villa ou aldêa, uma força auxiliar da policia: e algumas o tentaram em varias epocas”. (Tavares Bastos, p.184).

Para ele a Lei de 1831, imitando a legislação dos EUA procurou evitar abusos experimentados pelo poder policial já que garantia a eleição dos postos, comprometendo mais o povo com esta questão. Este avanço teria sofrido um retrocesso com a interpretação do Ato Adicional, um dos gestos mais centralizadores do governo, constituindo-se em um atentado contra a liberdade do povo. Tendo em vista este quadro, propôs que duas mudanças fossem realizadas no poder judicial: uma magistratura independente do poder executivo e a garantia da liberdade individual. Em sua concepção a independência do magistrado era fundamental para garantir os direitos dos cidadãos, evitando os excessos de poder. É nesta linha que argumentava que a “teoria da uniformidade judicial” não considerava as diversidades das províncias, ou seja, constituia-se em um empecilho ao desenvolvimento das províncias e municípios. Segundo suas palavras:

“impedir as províncias de formarem as suas justiças de primeira instancia, dando umas a certos juizes attribuições que não exercessem em outras, variando cada uma a composição dos tribunaes locais á medida das circunstancias, era roubar-lhes a iniciativa em assumpto que não póde ser bem regulado sem attenção ás condições peculiares de cada região de um vastíssimo Estado(...) O governo municipal não consiste somente nos serviços, por assim dizer materiais, de aqueductos, calçadas, illumination, jardins, caminhos, etc. Ao governo municipal importa o modo de se exercitar a jurisdicção no civil e no crime, com elle se intrelaça a administração da justiça na sua esphera inferior”. (op cit., p.200-201).

Para o autor, além de causar uma série de problemas, a proposta de centralização era responsável pela extrema dependência das províncias em relação à do Rio de Janeiro, o que fazia com que mais da metade das províncias no Brasil – nove ao todo – viessem buscar justiça nos tribunais desta. Desta forma era preciso

fixar o ordenado e o número dos juizes, decretar a união ou separação das varas, regular a natureza dos ofícios de justiça, entre outras medidas, para que a competência provincial fosse assegurada.¹²⁶

O autor argumenta que foi incompleta a reforma administrativa proposta pelos centralizadores, pois esta não definiu a competência do poder provincial em relação aos tribunais locais. Estes e outros aspectos fizeram com que ele considerasse incoerentes as mudanças propostas. Argumentava que, se as províncias tinham que arcar com o ônus das despesas provenientes da criação de novos termos e comarcas, deveriam também ter benefícios e legislar sobre a justiça.¹²⁷

Quando inicia a discussão sobre os interesses provinciais,¹²⁸ Tavares Bastos colocava que era necessário estabelecer a linha divisória entre o poder local e geral em assuntos comuns e indicar as principais medidas que deveriam ser adotadas nas Assembléias. Era então fundamental que o povo atingisse a civilização e, para isso, afirmava que as restrições à abertura de estabelecimentos escolares nas províncias eram arbitrárias. Em sua concepção, o regulamento geral que estabeleceu o fechamento das escolas e a negação de títulos de professor, bem como a limitação ao funcionamento de estabelecimentos de ensino privados, impediam o desenvolvimento do país. Por outro lado, afirmava a necessidade do Estado investir mais na construção de escolas e na contratação de professores, já que considerava o ensino independente de seita religiosa e obrigatório para todas as crianças. Buscando viabilizar as suas propostas sobre ensino, Tavares Bastos argumentava que era preciso refletir como seriam mantidas as escolas nas províncias, sugerindo, então, a cobrança de uma taxa. Afirmava que esta taxa seria de muita valia pois permitiria a arrecadação de recursos para melhorar a educação em várias áreas. Colocando que nenhum sistema de instrução eficaz funcionava sem recursos,¹²⁹ afirmava que esta fonte de receita possibilitaria aos municípios

¹²⁶ Era preciso, então, não temer a impunidade do crime, mas sim a prepotência da autoridade, pois o crime prevenia-se elevando o nível moral do cidadão “fazendo-o amar a paz e a liberdade, facilitando-o trabalho e a riqueza, ilustrado-o e educando-o por uma instrução primaria completa, largamente difundida pelo paiz inteiro” (op. cit., p. 223)

¹²⁷ A tendência da reforma realizada em 1835 era “accommodar as justiças das leis philippinas e do código do processo às circunstancias locais, para que d’ahi sahisses a melhor policia administrativa, a melhor policia judiciária, o melhor regimen municipal.”(p.202).

¹²⁸ Constante na terceira e última parte do livro, os interesses provinciais assinalados por Tavares Bastos são: Instrução Pública, emancipação, associações, imigração, obras públicas, receita e despesa, negócios gerais.

¹²⁹ Para justificar sua proposta apresentou os investimentos feitos em outros países e a importância do emprego de uma taxa similar no Brasil para permitir a instalação e manutenção dos estabelecimentos escolares nas diferentes províncias.

constituírem um programa de ensino público que se sustentaria com professores bem pagos e paulatinamente ampliaria o número de escolas em cada distrito. Como nos Estados Unidos, ele propunha a construção de escolas sem distinção de sexo no campo na cidade. Argumentava, também, que o governo deveria dar maior prioridade às escolas agrícolas, afirmando que estas instituições poderiam ser um pré-requisito para os futuros candidatos aos empregos provinciais

Um outro interesse provincial era a emancipação dos escravos, uma condição sine qua non para o desenvolvimento do país. As questões que Tavares Bastos apresenta eram de como proceder neste processo de libertar os escravos sem comprometer o desenvolvimento. Em primeiro lugar o Estado deveria regular a matéria, indicando os procedimentos necessários para viabilizar tal processo sem causar fortes impactos ao crescimento do país. Com esta perspectiva, apresentava uma proposta, que já havia sido discutida desde 1865 de promover uma abolição gradual, mecanismo que obedeceria a um cronograma e seria iniciado, primeiramente, nas províncias de fronteiras¹³⁰ Por outro lado, também propôs o fim do tráfico costeiro e aquele intraprovincial. O processo de emancipação escrava, segundo ele, teria maior eficácia se o governo aumentasse os serviços de exportações dos produtos brasileiros empregando homens livres. Argumentava que este recurso poderia servir para angariar simpatia dos povos estrangeiros e diminuir as imposições colocadas aos produtos tropicais na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Por outro lado, colocava que as províncias deveriam contribuir para a obra de emancipação levantando preliminarmente o número de escravos, sua distribuição pelo território e, sua profissão e para esta tarefa, seria necessário montar repartições de estatísticas. Indicava, também, a criação de taxas de importação e exportação de cativos e enquanto o parlamento não proibisse totalmente o tráfico, era preciso instituir impostos severos sobre casas de venda, depósito e aluguel de escravos. Afirmando que a cobrança desses impostos poderia gerar mais recursos para as províncias, aconselhava a introdução de um imposto territorial que seria aplicado de acordo com as características dos municípios e províncias. Tal imposto, além de ser mais uma fonte de recursos, cumpriria a tarefa de reduzir as áreas incultas, constituindo-se num meio de oferecer terra barata ao

¹³⁰ Propôs também que estas fossem indenizadas e nas províncias com menor número de escravos não houvesse indenização.

imigrante e ao liberto. Por fim, posicionando-se sobre a importância da emancipação para o país, Tavares Bastos colocava:

“Eil-o, portanto, assaz indicado o alvo dos nossos esforços: emancipemos e eduquemos. A despeza que com isso fizermos, civilizando infelizes compatriotas, é muito mais eficaz para o nosso progresso do que a difícil importação de alguns milhares de imigrantes. (...) Dêem-nos estradas que diminuam os gastos de produção, policia que garanta a vida e a propriedade sem vexar o trabalhador, escolas que elevem o nível moral do branco e do negro e preparem o melhoramento dos processos agrícolas; e o Brazil entrará suavemente no período dos seus grandes destinos . Estrada, policia, escolas: antes, durante e depois da abolição, eis a missão das províncias”. (Tavares Bastos, p. 276-p.278)

No processo emancipatório, a província teria um papel fundamental pois, além de ser o espaço onde poderiam ser gerados os recursos, ali seria possível conhecer-se melhor a população. Neste sentido defendia, conforme tinha sido proposto em 1834, a liberdade dos indivíduos para formarem associações provinciais, confiando às assembleias provinciais a tarefa de aprová-las. No seu entendimento, era errôneo impedir as Assembleias de aprovarem a criação de companhias e que o regime instituído em 1860, impedindo a constituição de sociedades anônimas, violentava o direito de liberdade.

No que refere à política de imigração - outro interesse provincial – Tavares Bastos afirmava que as províncias deveriam administrar as terras para introduzir os imigrantes, mas reclamava que o poder imperial impedia a realização desta tarefa através do seu Conselho do Estado. Em sua concepção, tal procedimento era contraditório pois o Ato Adicional havia determinado que tais instâncias promoveriam, paulatinamente, o estabelecimento de colônias. Acionando mais uma vez o exemplo norte-americano, afirmava que a política de introdução dos imigrantes deveria estar a cargo dos entes federados ¹³¹e não concentradas no governo central. Para ele, era preciso definir a competência dos poderes central e provincial em relação à política de imigração, separando as atribuições de cada instância governamental, pois:

“Estamos persuadidos de que uma das mais poderosas causas do naufrágio de tantas tentativas de imigração tem sido a louca pretensão de se dirigir

¹³¹ Nos Estados Unidos, o governo federal era responsável por trazer os imigrantes, cadastrá-los e vender as terras nacionais, no entanto, cada estado era responsável na promoção de políticas para atrair os imigrantes.

do Rio de Janeiro as complexas operações de um serviço disseminado por tão vasto paíz” (Tavares Bastos,p 292).

Portanto era condenável, na sua concepção, o excesso de centralização da política de imigração, sobretudo pelas dificuldades de comunicação dos núcleos de colonos estabelecidos em províncias longínquas em relação à capital do Império. Seria, então, mais fácil o contato dos colonos com a autoridade da província onde estava localizado do que com o ministro das obras públicas da corte, pois: “As distâncias, a falta de comunicações, aumentaram os inconvenientes de pequenos negocios tratados por via de correspondencia. É mister construir uma capellaou abrir um caminho? Começa a popelada, repetem-se informações, vão e vem os documentos, enchem-se, e o nucleo criado sob os melhores auspicios, pára, ou definha, ou dissolve-se. Quando tantas vezes foi retardada por mezes, por annos, opagamento de contas insignificantes, até de salarios de trabalhadores, ou a autorisação de despeza urgente” (op. cit. p. 293)

Em função das distâncias e da dificuldade de comunicação defendia, mais uma vez, o reestabelecimento das competências, argumentando que as mesmas poderiam definir melhor a forma de organização de suas instituições locais. No caso dos imigrantes, se as assembleias fossem as responsáveis em definir sobre a matéria, isso iria facilitar e agilizar os procedimentos para a sua realização. Argumentando que o mais importante trabalho a ser feito pelo governo central era a discriminação das terras públicas, demarcando as propriedades públicas e privadas e não a centralização do serviço de imigração, afirmava a necessidade do governo resolver os “imbróglios” relacionados à questão das terras. Também colocava que o sucesso de uma política de imigração estava relacionada à introdução de pequenas propriedades, a independência do povo e a garantia do sufrágio ao trabalhador livre além de sua remuneração.

Outro interesse provincial elencado por Tavares Bastos seriam as obras públicas, função que também tinha sido afetada pela política centralizadora. Para ele, a determinação deste serviço pelas Assembleias poderia acelerar o desenvolvimento das províncias ao decidirem sobre as obras mais importantes. A decisão sobre a necessidade de uma obra ficando concentrada nos Conselhos de Estado, impedindo que as províncias realizassem as mudanças necessárias. Assim, o Aviso de 1860 congelou a possibilidade de crescimento das províncias pois impediu às Assembleias decidirem sobre a concessão de empresas de navegação

nos rios percorridos no seu território e de outros serviços que poderiam ser prestados por sociedades anônimas. Portanto, as leis promulgadas aniquilaram o espírito público nas localidades¹³², inviabilizando, inclusive a arrecadação de recursos pecuniários nas províncias e a autorização para firmarem contrato com empresários. Em particular, o Aviso de 1860 promoveu um estado de inércia nas províncias impedindo-as de melhorarem os seus portos, o seu comércio e as condições de navegação. Desta forma:

“A nenhuma provincia se deve recusar o immediato melhoramento de porto aberto ao comercio exterior, mórmente áquellas onde existem estradas de ferro. Por outro lado, nada mais injusto também do que privar qualquer dellas, ainda as menores, de uma outra cousas (op. cit. p. 324)

“(…) o que se deve prohibir ás nossas provincias é que firmem accordos políticos,mas não ajustes parceas sobre interesses economicos e serviços de utilidade commum” (Tavares Bastos, p. 318)

Assim, além da legislação impedir as Assembléias provinciais de decidirem sobre as obras de melhoramentos nos portos, também dificultava o estabelecimento de convênios entre as províncias. A função de construir as estradas atribuída aos governos gerais teria ocorrido de forma bem tímida, bem como o projeto de ligação das províncias do litoral às províncias do interior. Para Tavares Bastos, um dos critérios necessários para se construir estradas, caminhos de ferro e melhorar os portos nas províncias era a existência de um núcleo comercial, sendo tais serviços essenciais para o progresso das localidades. Uma obra que considerava fundamental para o país era a constituição de uma rede de telegráfos já que, na sua concepção, a existência deste serviço permitiria o contato do Estado com a população e a difusão dos valores morais e patrióticos.¹³³ Afirmava nesta linha ser fundamental a criação de novas instituições para se difundir a idéia de democracia e a nomeação de agentes para auxiliarem nesta tarefa. Para ele, eram as enormes distâncias que faziam do Brasil não um povo, mas um aglomerado de colônias reunidas no Rio de Janeiro. Assim, para o autor, um dos maiores erros da administração imperial seria o de não ter priorizado serviços que melhorassem as condições materiais do país, o que dificultava o contato entre as diferentes áreas.

¹³² Refere-se não só ao Aviso de 1860, mais à Lei de Polícia e Justiça (1841) e a da Guarda Nacional (1850).

¹³³ Afirmava a existência de uma linha ligando o Rio de Janeiro a Campos, outra o vale do Paraíba e uma terceira, ainda não concluída, que ligaria o sul à capital do Império.

No que se referia às receitas e despesas – outro importante interesse provincial - Tavares Bastos afirmava que também a política centralizadora teria sido prejudicial às províncias. As inconveniências daquela refletiam-se nos orçamentos do governo no qual ficava evidenciados gastos excessivos com o pagamento de funcionários, luxos administrativos, subsídios estrangeiros e despesas excessivas na centralização. Seria necessário aumentar a tributação local, pois quanto mais rica uma localidade mais deveria pagar impostos. Para garantir a legitimidade na cobrança dos impostos, Tavares Bastos propôs a eleição de agentes locais, argumentando que somente estes saberiam reconhecer as necessidades coletivas de cada localidade. Também afirmava que era necessário distinguir as fontes de receita, uma vez que colocava a dificuldade histórica de classificar o que eram impostos locais e gerais. Baseado em idéias federalistas, considerava que os impostos federais deveriam ser aqueles de importação porque recaíam nos assuntos de caráter nacional, mas considerava ainda a possibilidade de haver uma jurisdição cumulativa para a arrecadação destes impostos. Discutia também como conveniente a introdução de um imposto territorial, considerando a sua pertinência para resolver as necessidades locais. Para tanto era fundamental:

“Acelerar a divisão das terras, combater a tendencia para desdemidas propriedades incultas, é remover o mais formidavel abtaculo ao estabelecimento de immigrantes espontaneos nos districtos proximos dos actuaes mercados” (Tavares Bastos, p. 355).

Aliado à cobrança do imposto territorial, o autor propôs também que o Estado comprasse as terras lindeiras aos futuros caminhos de ferro para que fossem vendidas ao imigrantes. Por outro lado, ressaltava que umas das propostas mais importantes era dar maior liberdade às províncias definirem sobre a necessidade de criação de impostos, tais como o de circulação. Nesta linha, seria interessante que fosse estendido o direito de cobrança de impostos e taxas para serviços relacionados à exportação, uma vez que tal possibilidade ampliaria os recursos nas províncias.¹³⁴ Argumentava, portanto, que era injustificável a uniformidade nas taxas de exportação proposta pela política centralizadora, pois considerava que em cada área as condições de produção, comércio e circulação eram diferentes. Nesta perspectiva questionava a mesma cobrança de impostos nas províncias que eram

¹³⁴ Para estimular o crescimento de algumas áreas era necessário que o governo abrisse mão deste recurso para não encarecê-lo.

beneficiadas por melhoramentos ou por fatores naturais, como a proximidade de rios e áreas planas, daquelas que não apresentavam condições favoráveis. Para finalizar, asseverava a necessidade de transferir para as províncias certas rendas do tesouro nacional, dando possibilidade às mesmas de crescerem.

No último capítulo da obra, Tavares Bastos afirmava a necessidade de conhecer melhor o território brasileiro para que as suas propostas de descentralização fossem viabilizadas. Neste aspecto, colocava que era necessário um “sério estudo de nossa geografia política”, tarefa que se propôs a apresentar ainda que timidamente, conforme suas palavras.

Em primeiro lugar afirmava que um dos erros da Constituição foi ter dividido politicamente as províncias do Brasil de forma semelhante. Assim existiam:

“Grandes provincias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrarios, que em demasia prejudicam aos interesses dos povos; - há por outro lado, verdadeiros desertos, com muitas dezenas de milhas de leguas quadradas, convertidos em provincias ou incluídos nellas, quanto melhor fôra repartil-os em certo numero de districtos administrativos” (Op.cit. p 388).

As divisões existentes mantinham uma situação favorável para o Rio de Janeiro e prejudicavam as demais províncias, pois existiam regiões tão isoladas que apenas funcionavam para garantir a representatividade política daquela. Ou seja, as divisões existentes refletiam o jogo político prevalecente, por isso se o Império se empenhasse em melhor agrupar as comarcas, menos pretexto haveria para negar o direito das províncias de terem maior liberdade em sua administração. Argumentava que não era favorável dividir o Brasil apenas no papel, mas sim considerar os inúmeros aspectos da realidade do país, tais como: o clima, a tradição, a história e o comércio dos povos.

Em primeiro lugar queremos ressaltar no discurso de Tavares Bastos aquilo que Bobbio (1986) discute sobre a teoria liberal do Direito, sugerindo que os postulados apresentados por ele estão em sintonia com o processo de passagem da irresponsabilidade para a responsabilidade jurídica de cargos, órgãos e funções, e a substituição da força arbitrária por poderes juridicamente controlados e disciplinados, ou seja, sua proposta dizia respeito às conquistas da técnica do Estado de Direito e da reflexão liberal. Nessa linha, se colocava a favor da transformação do Estado absolutista e arbitrário num Estado de direito, estendendo o mecanismo de sansão, da base para o vértice da pirâmide jurídica, isto é dos cidadãos para os governantes.

Queremos também ressaltar em seu discurso a inclusão da problemática espacial em todos os argumentos empregados para a implementação de uma política federativa e naqueles acionados para justificar a incoerência da excessiva centralização. Destacamos, portanto, a vivacidade do tema espaço, território e rede nas propostas de difusão da educação, naquelas relacionadas à política de emigração e emancipação, nas voltadas para o aumento dos impostos, nas referentes à ampliação do comércio e, por fim, nas direcionadas às obras públicas, enunciando a nosso ver uma lógica espacial refinada. Por outro lado, também queremos sublinhar algumas semelhanças em suas propostas de descentralização com as apresentadas por seu opositor, o Visconde do Uruguai. A primeira diz respeito à importância que o tema civilização adquiriu nos dois discursos, o que revela uma visão quase que missionária levada a cabo pelos intelectuais do Império. Sugerimos que essa perspectiva foi amparada na construção de imagens espaciais - em geral negativas - mas que serviram e foram utilizadas para legitimar as propostas de mudança. Por outro lado, encontramos semelhanças na política de descentralização de Tavares Bastos com a proposta de descentralização administrativa apresentada por Uruguai, o que estaria indicando a filiação desse pensamento ao liberalismo e ao movimento de legitimação do discurso científico na política de administração.

Por fim, destacamos na discussão dos autores a construção de um sistema jurídico-político para o Brasil que, independente de ser mais ou menos centralizado, apoiou-se numa estratégia territorial, definindo diferentes arranjos espaciais. Como a legalidade é qualidade do exercício do poder, e para compreendê-la é preciso contextualizar o papel do Direito e as funções de controle e estímulo que exercem numa dada sociedade, é preciso assinalar que qualquer estrutura jurídica montada pelo Estado quer representar os cidadãos, o que significa representar o lugar que habitam, com a sua história, as atividades e os interesses nele concentrados. Essencialmente, um sistema de representação reflete tanto a composição diferenciada da sociedade, como também do território, portanto, quem e o que deve ser representado é uma questão que sempre norteou o debate sobre o poder de representação dos Estados em suas diferentes instâncias. Assim, a representação política reproduz interesses que são fixos, definidos e associados a espaços particulares. Conforme aponta Santos (2002), a norma é constituinte do

espaço geográfico e como tal reflete um jogo de escalas, o que define diferentes arranjos espaciais.

Por fim, considerando os aspectos levantados pelos historiadores e pela recente produção geográfica, queremos ressaltar nos discursos proferidos pelos representantes dos órgãos de administração política do Império indícios de uma política de ordenamento territorial tendo como suporte as contingências sócio-espaciais. Isso porque consideramos que os discursos dos agentes políticos e a criação de órgãos voltados para o reconhecimento dos lugares e da sua dinâmica constituíram-se em bases de domínio sobre os diferentes espaços. Isto é, foi na base de construção dos aparatos administrativos do Estado Imperial em diferentes áreas que se efetivou o controle dos diferentes fluxos.

A análise dos grupos integrantes do Estado durante o período imperial que visavam a manutenção da unidade política e administrativa do Brasil, apesar de ser algum tempo objeto de estudos historiográficos, recentemente vem sendo alvo de uma nova interpretação na qual se procura associar as suas estratégias como constituintes de uma prática espacial. Trabalhamos com a perspectiva da existência de um discurso e de uma racionalidade que direcionaram as ações políticas do Estado nesse contexto.¹³⁵ Entendemos que tal racionalidade estava expressa na montagem simbólica e instrumental do aparato do Estado voltado para a coleta e distribuição de impostos, a disseminação de instituições públicas, como escolas, hospitais e casas de caridade, cadeias, Câmaras etc, além dos caminhos, pontes e estradas. Tal processo envolveu inúmeros agentes e também gerou conflitos de toda ordem, impulsionando um discurso e uma prática administrativa onde a questão do espaço físico ficou evidenciada. Buscamos nos próximos capítulos explicar como e porque alguns desses objetos geográficos - as cidades e as vias de circulação - passaram a ter centralidade nas políticas adotadas e se multiplicaram na província fluminense a partir dos seguintes pressupostos: a) as cidades constituíram-se no local para a reprodução do Estado Imperial e b) as vias de circulação seriam os meios físicos responsáveis pela disseminação do poder e, nesse sentido, sua expansão indicava uma política de conquista de espaços ainda não apropriados pelo Estado. Partindo destes pressupostos, abordaremos a expansão dos equipamentos

¹³⁵ Moraes (2002) e Machado (2001), embora enfocando aspectos diferentes compartilham de algumas idéias que são trabalhadas nesta tese, quais sejam: as elites brasileiras, ao pensarem nos problemas do Brasil e proporem novas soluções estariam, já algum tempo, utilizando-se de um discurso geográfico.

do Estado como elemento difusor da rede urbana no espaço fluminense e constituinte de um projeto que visava a ocupação e o povoamento desse território. Nesta perspectiva, a discussão sobre a ação urbanizadora da monarquia será compreendida como um mecanismo de integração econômica e política que envolveu a elaboração de um discurso e de uma prática espacial.

3. AS CIDADES, OS CAMINHOS E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitos trabalhos discutem que, já no período colonial, a constituição e o fortalecimento de um território uno e indivisível resultou num empreendimento concreto do Estado em fundar cidades, vilas e povoações no Brasil.¹³⁶ Ou seja, visando atender às demandas específicas, a política do Estado se caracterizou pelo crescimento e disseminação de instituições públicas em espaços estratégicos. Tal processo, ampliado a partir do século XVIII em função da política centralizadora de marquês de Pombal, se reconfigurou no XIX quando novos dilemas passaram a preocupar as elites políticas e econômicas. Portanto, para um grupo de pesquisadores de história urbana, o processo de consolidação do Estado no período colonial ocorreu a partir das cidades, tendo em vista que se constituíram em um locus de disseminação da ordem, poder e de trocas. E, também, do conflito.

Após a instalação do Império brasileiro, as preocupações com o crescimento e distribuição de obras e instituições públicas e privadas ampliaram-se em função da necessidade de contato com as diferentes áreas. Dessa forma, cada vez mais as cidades passaram a se constituir em espaços de afirmação do poder de um Estado - Nação, estruturando-se em redes, ou seja, as cidades no Brasil, locais onde o poder estatal era representado (simbólica e concretamente), se constituíram como um espaço de confronto de idéias, emanção de poder e de ordem e troca de produtos, embora apresentando um baixo índice de mercantilização.

Conforme já assinalado no primeiro capítulo, um dos temas debatidos pelos historiadores do Império era qual o espaço, do centro (das capitais, no caso do Rio de Janeiro) ou das periferias, (dos centros menores), que redefiniu as relações políticas e econômicas naquele contexto. Neste sentido, os historiadores divergem sobre o grau de influência que determinados grupos, localizados no centro e na periferia exerceram na vida política e econômica do país. Tais pontos de vista revelam, em nossa concepção, a capacidade que alguns espaços adquirem ao

¹³⁶ Embora um significativo número de estudos discorde dessa proposição, afirmando que os núcleos urbanos no período colonial tiveram um papel pouco significativo, com exceção das cidades portuárias onde se concentrava a maior parte das funções urbanas. O argumento central é de que as condições de produção vigentes nos primeiros séculos da colonização brasileira não foram capazes de favorecer o desenvolvimento dos núcleos urbanos e muito menos de gerar valores burgueses associados ao fenômeno urbano.

disseminar idéias e ideais e ao definir sobre a sua conformação e seu destino.¹³⁷ Compreendemos, portanto, que a produção da rede urbana envolveu, além dos requisitos subjetivos ligados à afirmação dos poderes, aqueles relacionados à implantação de materialidades como, por exemplo, a construção de estradas e a instalação de aparatos técnicos e administrativos destinados a cumprir funções como a de circulação e de troca. A centralização de uma dada função em determinados locais indicaria, então, hierarquias, elemento intrínseco e produto de um jogo de poder envolvendo diferentes agentes sociais e escalas de influência. Ou seja, o poder do Estado, seja ele emanado do centro ou advindo da periferia, revelaria indícios de uma rede urbana, sinalizando, portanto, os diversos usos feitos no território e a capacidade de definição dos usos futuros.

Em suas relações com o território, o estudo das redes no século XIX nos conduz à compreensão das estratégias utilizadas pelo Estado Imperial ao produzir tanto novos espaços, inspirados pelas idéias de controle e civilização, como locais de fluxos, conectando diferentes cidades em função das novas demandas políticas e econômicas. Assim, o estudo da rede revela o caráter uno e múltiplo do espaço fluminense e a análise da sua produção, expressa as articulações políticas, econômicas e sociais existentes em diferentes níveis de representação espacial, demonstrando como o jogo de escalas é materializado através da produção das redes. Neste sentido, o processo de criação de redes é também um processo de criação/ampliação da diversidade espacial, da superposição/justaposição de escalas, da hegemonia e da instabilidade do território fluminense.

A partir destes pressupostos, pretendemos neste capítulo discutir a relação cidade e Estado em diferentes contextos de formação do Brasil no sentido de compreender os indícios de formação de uma rede urbana na Província do Rio de Janeiro no período imperial. Neste aspecto, o objetivo é analisar o papel das cidades e das redes de comunicação com o propósito de desdobrar o debate sobre a constituição de uma política territorial no Rio de Janeiro vinculada a uma prática de administração política que se disseminou a partir daquelas.

¹³⁷ Espaço neste caso entendido como portador de homens, instituições e objetos técnicos.

3.2 O PAPEL DAS CIDADES ANTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Um dos trabalhos que instaurou esta discussão foi o artigo de Deffontaines (1944) demonstrando a origem e a função de vários aglomerados no Brasil. Tal estudo, ainda que não credite as cidades brasileiras em comparação às européias um papel importante na vida econômica e política nos quatro primeiros séculos iniciais de ocupação, revela a sua importância num contexto marcadamente rural.¹³⁸

Segundo seu estudo, as cidades no Brasil tiveram várias origens, a saber:

a) cidades originadas por reduções - aldeamentos¹³⁹ (grupos de famílias indígenas, reunidas por missionários - burgos de catequização - que tinham como objetivo disseminar um ideal de civilização e a fé católica). Alguns destes núcleos, embora tendo problemas de existência em função da ambição do conflito com fazendeiros e Estado, após a expulsão dos jesuítas, foram embriões de muitas cidades.¹⁴⁰

b) cidades de origem militar – muitos aglomerados litorâneas surgiram da necessidade de defesa, se multiplicando, sobretudo, após a descoberta do ouro em Minas. Nos pequenos Arraiais - locais onde se extraía ouro – não surgiram cidades, posto que a atividade mineradora era nômade e realizada nos aluviões dos rios em torno dos maciços.¹⁴¹ No entanto, a busca do metal levou à abertura de caminhos que seguiam em direção ao sopé dos morros, estabelecendo-se então núcleos fixos de população que se tornaram mais tarde urbanos. Tal processo promoveu a disseminação no século XVIII de suntuosas cidades, cuja paisagem se contrapunha a do campo.¹⁴²

¹³⁸ Para Deffontaines (1944) a vila não foi uma unidade de povoamento, uma vez que a população vivia dispersa no campo. A vida econômica e social teve que se adaptar a essas circunstâncias, caracterizando-se por ser nômade.

¹³⁹ Independente da ordem religiosa, as aglomerações eram concebidas num plano onde se estabelecia, diante da igreja, uma praça retangular - o largo da matriz – e dos lados se distribuíam geometricamente as casas dos índios.

¹⁴⁰ No Nordeste e Norte e mesmo Sudeste do Brasil, conforme afirma o autor, muitas das cidades guardam a denominação de Missão. Apesar disto “esta tentativa de povoamento aglomerado pelas *reduções* abortou em quase toda parte; acontecimento capital: esses primeiros grupamentos de evangelização poderiam ter dado ao Brasil uma rede de partida de pequenas aglomerações e constituir para o país o que as paróquias forneceram a antiga França.” (Deffontaines, op.cit.: 143).

¹⁴¹ Exceção a essa regra foi à cidade de Mariana.

¹⁴² A necessidade de transporte do ouro concorreu para a intensa circulação de produtos e mercadorias necessários para a manutenção dessa atividade, o que levou o surgimento de inúmeros aglomerados nas estradas que se tornaram mais estáveis do que as cidades surgidas pela mineração.

c) cidades nascidas de pousos: originadas pelos trabalhos realizados por tropeiros que, na concepção do autor, eram mais transportadores do que produtores e constituídas de gente pobre, tais núcleos refletiam a grande obra de difusão de hábitos, costumes e idéias da sociedade colonial.¹⁴³ Ao penetrarem nos sertões através de estradas, traçadas por suas próprias necessidades, os tropeiros previram paradas, repousos e pousos que, com o correr dos tempos, tornaram-se pequenas cidades. Cabe ressaltar que algumas dessas paradas se tornaram obrigatórias, sobretudo em função da necessidade de controle e de fiscalização do ouro recolhido. Tais pontos, os Registros, foram também locais que se tornaram futuras aglomerações.¹⁴⁴ Também em decorrência do estabelecimento de pousos, muitas cidades originaram-se dos caminhos alternativos criados para escapar do controle do ouro e, também, daqueles que serviam para o transporte do sal e boi - caminho de boiada.

d) cidades de navegação - cidades que nasceram em decorrência do transporte fluvial, sendo responsáveis pelo surgimento de um conjunto de portos de madeira, estabelecidos em função do desenvolvimento da navegação a vapor. O povoamento das margens devido à atividade comercial fez nascer inúmeras cidades ribeirinhas no Amazonas e São Francisco.

e) cidades de vias férreas - muitas cidades tiveram sua origem e decadência quando foram estabelecidas as estradas de ferro. A “morte” das cidades - principalmente aquelas que se fixaram nos portos da costa para onde se dirigiam às tropas de burros - deveu-se à perda das funções anteriormente exercidas por alguns aglomerados urbanos. Das cidades que surgiram em função da via férrea, destacavam-se as de boca do sertão que se localizavam nas estações terminais - ponta da linha. As estações localizadas em cruzamentos ou entroncamento também deram origem a inúmeras aglomerações. O desbravamento das terras virgens localizadas nessas estações finais promoveu a sua ocupação e posterior valorização dos terrenos.

¹⁴³ Deffontaines (op. cit.), os tropeiros constituíram-se em “um dos principais agentes da unidade brasileira”.

¹⁴⁴ Os Registros constituíam-se em livros fiscais do século XVIII localizados em postos onde se documentava o comércio do ouro e das demais mercadorias. Nesses Livros, não só as mercadorias eram registradas, mas também informações referentes aos passageiros, a origem e destino das cargas e características culturais dos passantes. Dada a importância dessa documentação, os Livros são uma importante fonte para identificar os traços socioeconômicos e culturais da sociedade colonial, tais como formas de alimentação e vestuário, os ornamentos e mobiliários consumidos e origem e relação entre as cidades.

O número de povoações que nasceram em função do estabelecimento de estradas levou o autor a concluir que a cidade no Brasil era resultado da circulação, muito embora tenha identificado o aparecimento de vários aglomerados urbanos como decorrência do isolamento, tais aquelas originadas a partir da instalação dos patrimônios religiosos e leigos. Ou seja, a vida social, relacionada às atividades religiosas, levou as pessoas anteriormente isoladas no campo a procurarem se estabelecer em torno de uma igreja e de uma praça.¹⁴⁵ Nesta linha, Deffontaines (op. cit.) afirmava que as cidades no Brasil não necessariamente responderam às demandas de comércio, uma vez que este era realizado por vendedores e mascates que circulavam de fazenda em fazenda, mas à vida social, de se tornar sociedade, de romper a monotonia do sertão.

“A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de atração a toda a população, muito ligada a uma religião de cerimônia e de forma; ela é também o centro de estado civil para os nascimentos, casamentos, enterros. Às vezes a cidade não tem vida senão nos dias de missa, nos domingos, durante as festas e, sobretudo, durante a novena do santo padroeiro da aglomeração; durante a semana, a cidade fica vazia, quase todas as casas fechadas, os habitantes retornam para as suas fazendas; denominam-se vilas de domingos...” (op. cit., 1944: 209).

Os patrimônios religiosos que deram origem às aglomerações tiveram seus terrenos doados à igreja ou a um santo, ou seja, o ato de fundação de um patrimônio urbano era um ato piedoso, mas também, conforme lembra o autor, um ato social e comercial. Com o desenvolvimento do patrimônio das cidades, estes “atos piedosos” geraram significativos lucros para alguns agentes em decorrência da comercialização de seus terrenos e do estabelecimento de pousos e pontos de comércio.¹⁴⁶ O doador do terreno tinha que definir um plano para a futura povoação, o estabelecimento de dimensões de lotes e datas, e sua distribuição, além da localização de praças.¹⁴⁷ As cidades nascidas do isolamento no Brasil localizavam-se, sobretudo, nos atuais estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo.

¹⁴⁵ A praças serviam como ponto de parada. “fazer praças é o principal emprego do tempo dos habitantes” e as casas ao redor em geral eram os palacetes que foram construídos pelos principais fazendeiros das cercanias.

¹⁴⁶ Cabe lembrar que não necessariamente foi um padre o responsável pela administração do patrimônio, se estabelecendo inclusive muitos falsos padres para realizar tal empreitada em função dos benefícios gerados.

¹⁴⁷ Como possuía o controle sobre tal processo se apropriou e reservou grandes parcelas de terra

As cidades criadas a partir dos patrimônios leigos tiveram sua origem na doação de terrenos de um fazendeiro que se tornou o futuro loteador dessas terras e responsável pela venda ou aluguel dos lotes e despesas relacionadas à construção de praças, vilas, ruas e canalização de água. Nesta linha, tal agente tornou-se legítimo povoador - um “plantador de cidades”.¹⁴⁸

Para o autor, as cidades brasileiras, diferentemente das européias, eram caracterizadas por serem instáveis e não fixas - “cidades em eclipse” fato que fez com que inúmeros núcleos desaparecessem em pouco tempo, ou mesmo existissem só no papel. Esse processo foi entendido como resultante do estágio em que se encontrava a divisão do trabalho no país e do incipiente ou inexistente mercado nestes espaços, o que impediu a formação de regiões e, neste sentido, o intercâmbio entre os núcleos, inibindo o seu desenvolvimento e impossibilitando a sua permanência. Assim, para Deffontaines (1944), a rede urbana que se formou teria sido muito mais resultado da vontade dos homens - dos “plantadores de cidades” - do que reflexo do desenvolvimento de um mercado, daí a sua grande instabilidade.

“Ela não foi absolutamente constituída por alguns raros pontos de urbanização comandados pelo meio, mas ao contrário por um surgimento de cidades novas mais ou menos efêmero e aleatório. A sua própria instabilidade foi a causa da sua multiplicidade (...) Todas as ocasiões são boas para que surjam cidades: evangelização, minas, circulação, grandes trabalhos, o próprio isolamento e talvez esse principalmente. A semente urbana flutuava em estado latente e procurava o menor terreno favorável para desabrochar e tentar a sua sorte” (Deffontaines, op.cit:307).

Reis Filho (1968) ao discutir a formação de uma rede urbana no Brasil assevera que tal processo foi decorrente de uma nova racionalidade do Estado no uso dos espaços, revelando que essa lógica consagrou-se no século XVIII devido às mudanças na política colonizadora de Portugal, associada ao maior poder da burguesia comercial. Para o autor, desde o marquês de Pombal já havia uma política urbanizadora que se consagrou pelo viés centralizador do governo português a partir de então. Identificando no traço centralizador da Coroa no século XVIII uma estratégia que visava diminuir o poder dos grandes proprietários rurais e da Igreja,

¹⁴⁸ A laicização dos espaços foi acompanhada pela mudança da nomenclatura das cidades que passaram a adotar o nome dos seus fundadores ou de personagens políticos de relevo.

até então com amplos privilégios, teria sido o estímulo à criação de povoações uma das formas utilizadas pelo Estado para exercer tanto o controle espacial dos fluxos de mercadorias que deveriam ser taxadas, quanto o controle da população. As mudanças redefiniram também o poder da Igreja, levando à instalação de novos bispados, processo acompanhado pela transferência de corpos de profissionais como os engenheiros e os militares. Tais camadas sociais passaram a influir nas decisões futuras relativas aos novos aglomerados.

Com relação à economia urbana, o autor coloca que as mudanças políticas corresponderam também às mudanças econômicas, pois uma parcela do que ele chamou de “mercado urbano” metropolitano também foi transferido para o Brasil, tais como as Companhias de Comércio. Nesta perspectiva foram instalados nas cidades os aparatos administrativo civil e militar, base representativa do poder do Estado. Apoiado em Caio Prado Júnior, Reis Filho (op.cit.) coloca que neste contexto desenvolveu-se um pequeno comércio e ofícios mecânicos, exercidos por pequenos sitiantes que residiam na periferia dos centros maiores.¹⁴⁹ Tais atores introduziram “uma faixa de acomodação na rígida divisão social anterior, constituída por senhores e escravos” (op.cit.:107).

A rede urbana que foi se formando no século XVIII, graças em parte ao sucesso da mineração, portanto concentrada na antiga região Leste, como já afirmara Aroldo de Azevedo (1958), ao articular os grandes centros aos menores, devido ao controle político e comercial dos primeiros, consolidou o poder dos comerciantes, dos funcionários e dos militares. Desta forma, na concepção de Reis Filho (op.cit.), ao iniciar a terceira década do século XVIII a rede urbana brasileira já tinha adquirido um certo dinamismo em função do aumento da produção exportável e da ampliação das culturas de subsistência. Portanto, concluindo seus argumentos, afirma que as novas estratégias de regulação dos espaços, associadas ao incentivo à criação de vilas, foram componentes nucleares do sistema social e espacial da Colônia.

Delson (1979) também afirma uma estratégia de dominação dos espaços a partir das cidades se configurando desde do século XVIII em função da política centralizadora do Marquês de Pombal. Para a autora, neste contexto teria se disseminado um sistema racional de distribuição de terras que, combinado com a

¹⁴⁹ Para o autor, essas camadas constituídas de negros libertos, mulatos, índios e foragidos não estavam ligados diretamente aos interesses da colonização.

construção vilas planejadas no interior do Brasil, revelou o compromisso de Portugal com o absolutismo e as idéias iluministas e aspectos de uma política de planejamento. Essa política estava assentada em diferentes estratégias, entre as quais a construção de povoações, a distribuição de terras e de funcionários, a constituição de núcleos de povoamento e a ocupação do sertão.¹⁵⁰ A política colonial, articulada a um plano de ocupação, tinha como alvos a diminuição dos poderes locais e a garantia da posse das terras ameaçadas pela Espanha, paralelamente à afirmação da Coroa.¹⁵¹

Na perspectiva de Corrêa (1989), ao estudarmos a rede urbana é necessário fazer uma periodização sócio-espacial. Ao empregar esta proposta na análise da rede urbana da Amazônia, afirma que em cada momento de produção desta região havia uma interseção conflituosa das diferentes instâncias do Estado e que as cristalizações urbanas que surgiram deste processo refletiram-se no jogo de escalas envolvendo diferentes atores. No estudo em tela identificou sete períodos de produção da rede urbana na Amazônia, destacando em cada contexto os eventos mais significativos do processo de articulação entre as cidades.¹⁵² Chama a atenção em seu trabalho o período considerado áureo de formação da rede urbana a partir de 1750 até 1780, aproximadamente, quando novas áreas foram incorporadas à economia colonial demandando um esforço por parte da Coroa no sentido de controlar as atividades produtivas, via criação de novos núcleos. Tal política, sob auspícios do Marquês de Pombal, sustentou-se com a criação e ação da Companhia Grão Pará fundada em 1755.¹⁵³

A análise de Corrêa (1987), embora destinada a desvendar a produção da rede urbana na Amazônia, se aproxima da tese de Azevedo, Reis Filho, Delson, entre outros, ao identificar uma mudança na política de urbanização a partir dos

¹⁵⁰ Para demonstrar tal perspectiva, a autora levanta uma série de plantas de cidades que foram originadas neste século no interior do Brasil.

¹⁵¹ Tendo em vista a disseminação de um ideal de laicização e de uma nova racionalidade portuguesa, as cidades brasileiras seguiam um modelo que reproduziam as existentes na Metrópole, refletindo um certo mimetismo físico e geográfico.

¹⁵² O primeiro período foi iniciado com a criação de Belém, o segundo com a expansão dos fortes a partir do século XVII, o terceiro, pela rápida expansão e dinamismo da economia sob égide da Companhia Geral do Grão Pará que se estendeu do século XVIII até a década de 70, o quarto marcado pela estagnação que se estendeu desde esta data até o século XIX, o quinto pelo *boom* da borracha que ocorreu do final dos XIX até meados do século XX, o sexto pelo processo de estagnação que caracterizou o período de 1920 até 1960 e, por fim, o sétimo iniciado a partir de 60 até os dias atuais, caracterizados por significativas mudanças na vida econômica e urbana na Amazônia.

¹⁵³ Empresa que articulava os interesses da Coroa portuguesa com o capital comercial.

setecentos, como resultado de uma nova relação estabelecida pelo Estado e pela burguesia nos aglomerados urbanos.

Santos (1968), ao contrapor a suposta informalidade interpretada por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” como uma característica do pouco apreço e do descuido dos colonizadores portugueses se comparado aos espanhóis, forneceu, também, um quadro explicativo sobre a formação das cidades no período colonial. Seus argumentos demonstram que havia uma racionalidade na forma de instalação das cidades brasileiras refletindo as influências mouras dos projetos elaborados pelos portugueses. Na perspectiva do autor, as influências do estilo arquitetônico foram se transformando no decorrer do século XVIII, quando um traçado mais regular, característico das idéias renascentistas e barrocas, passaram a se impor nas cidades portuguesas constituídas no ultramar. O ideal de laicização dos espaços se pronunciaria por meio de um conjunto de normas de controle manifestado tanto na legislação, que passou a ser mais rigorosa, como na forma e nas plantas das cidades que foram sendo pensadas e, mais tarde, criadas. Esta nova racionalidade também ficou visível nos documentos e cartas elaboradas que passaram a incorporar novos conhecimentos, traduzindo-se na separação das áreas segundo as suas funções e usos, o que concorreu para a substituição paulatinamente da “traça orgânica pela plasticidade urbanística nas cidades”. Sobre este aspecto Reis Filho (1968) revelou o emprego de dois tipos de política pelos portugueses quando instalavam vilas e cidades no Brasil. Nas cidades fundadas pela Coroa havia uma maior preocupação com o traçado, indicando uma racionalidade na forma de pensar e planejar os espaços dos aglomerados urbanos; já nas vilas, esse processo foi mais livre, ficando a cargo das municipalidades a arrumação do chão público.

Para Bicalho (2003), a discussão sobre a similitude topográfica das cidades coloniais portuguesas como obra do acaso ou fruto de uma intenção determinada é de certa forma inócua, pois antes da conquista dos portugueses, muitas cidades já existiam, ao passo que outras se localizaram em rotas comerciais milenares de povos nativos. No entanto, argumenta a autora em seu texto que é preciso analisar a função política, econômica e estratégica desses espaços no seio do Império, pois isso revelaria as estratégias de domínio luso no além mar. Como os espaços da cidade se constituíram em pontos nevrálgicos para a consolidação do território brasileiro, o seu estudo seria um ponto de partida para desvendar o papel

dos diferentes agentes sociais em permanente luta pelo poder. Afirma que apesar da cidade luso-brasileira ter herdado uma série de mecanismos políticos, jurídicos, administrativos, fiscais e militares, a sua estrutura e função não representaria a transposição simples da legislação ou instituições de Portugal.¹⁵⁴ Desta forma, para a autora, as cidades brasileiras se singularizaram em função dos problemas e dilemas específicos enfrentados pela colônia, o que teria levado a Metrópole a formular regras e a por em prática medidas particulares nestes núcleos urbanos. Com isso, as cidades luso-brasileiras apresentavam aspectos específicos tanto no que se refere à ordenação de seu espaço urbano, quanto à regulamentação de seus usos e costumes.

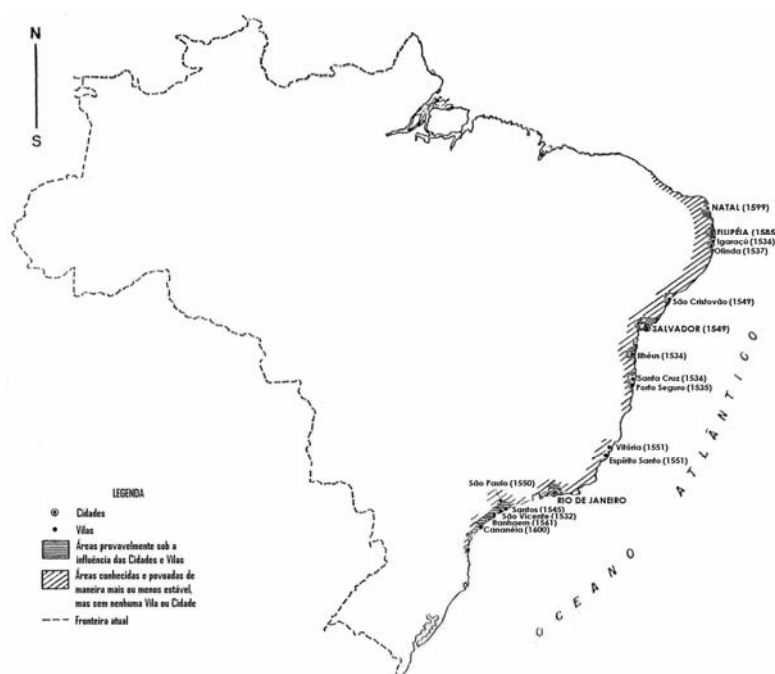
Conforme apontou Marx (1991), do ponto de vista dos usos e dos costumes dos habitantes, as cidades portuguesas herdaram regras da legislação eclesiástica, sendo as Ordenações um instrumento que orientou a legislação urbana que vigorou durante o período colonial. No entanto, as definições estabelecidas por esses instrumentos legais foram sendo ampliadas na medida em que novas situações foram surgindo, sendo então “completadas na prática e segundo as necessidades cotidianas e extravagantes, pragmáticas etc, combinaram-se com a legislação eclesiástica na configuração das cidades coloniais portuguesas e na regulamentação de suas dinâmica interna”.(Bicalho, apud, Marx, 2003).

O estudo de Azevedo (1956) sobre a formação das cidades no Brasil não assinalava explicitamente uma articulação entre a disseminação desses “objetos geográficos” a uma lógica de dominação dos espaços através do Estado. No entanto, sua obra levanta a necessidade de considerarmos os aglomerados urbanos fundados nos quatro primeiros séculos e, neste sentido, o fenômeno urbano em diferentes contextos. Cabe ressaltar as questões levantadas ao final desse estudo quando se propõe a dialogar com Oliveira Viana sobre a suposta característica anti-urbana do Brasil, argumentando que o fenômeno urbano, menosprezado pelo cientista político, deve ser considerado frente à expansão dos núcleos urbanos a partir dos séculos XVIII e XIX.

¹⁵⁴ Discutindo o trabalho de José Manuel Fernandes, Bicalho (2003), refere-se a um conjunto legislativo vasto elaborado pela Metrópole que irá regulamentar a constituição e o traçado urbano das cidades portuguesas na América e no Oriente. A adoção de uma normatização reguladora da espacialidade física conduziu progressivamente à modificação do modelo urbano tradicional de expansão, chegando a um modelo mais próximo da cidade colonial espanhola.

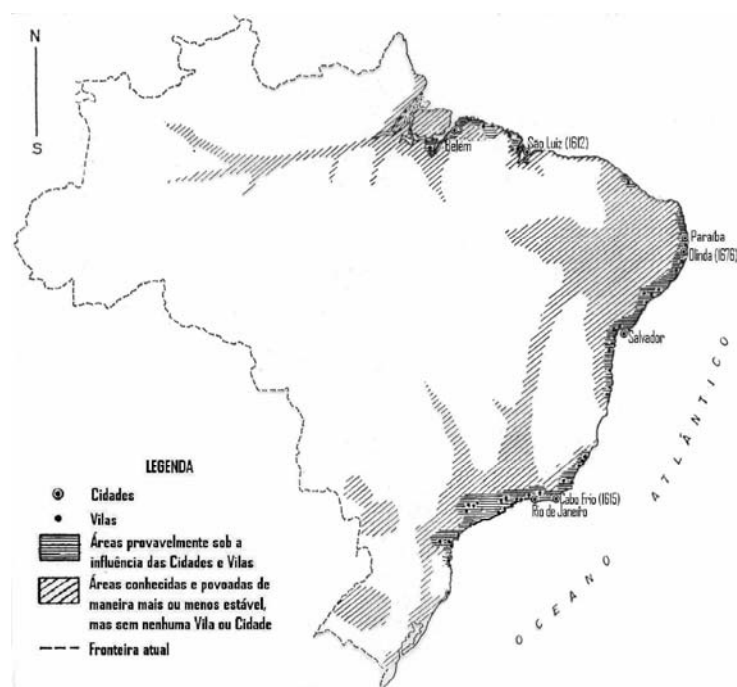
Em seu artigo afirma que, em função de uma nova conjuntura política e econômica, o processo de disseminação das cidades a partir do século XVIII teve como característica a libertação da orla atlântica em consequência da conquista do Planalto Atlântico e da própria Amazônia. Neste processo, duas áreas em função do seu dinamismo econômico e político apresentaram uma intensa urbanização: a região baiano-nordestina e a paulista-mineiro-fluminense. (ver mapas 1, 2 e 3). O fenômeno de multiplicação dos aglomerados urbanos no Brasil foi um processo característico dos setecentos em função da economia do ouro que promoveu um surto urbanizador na região das Minas.

Mapa 1 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVI



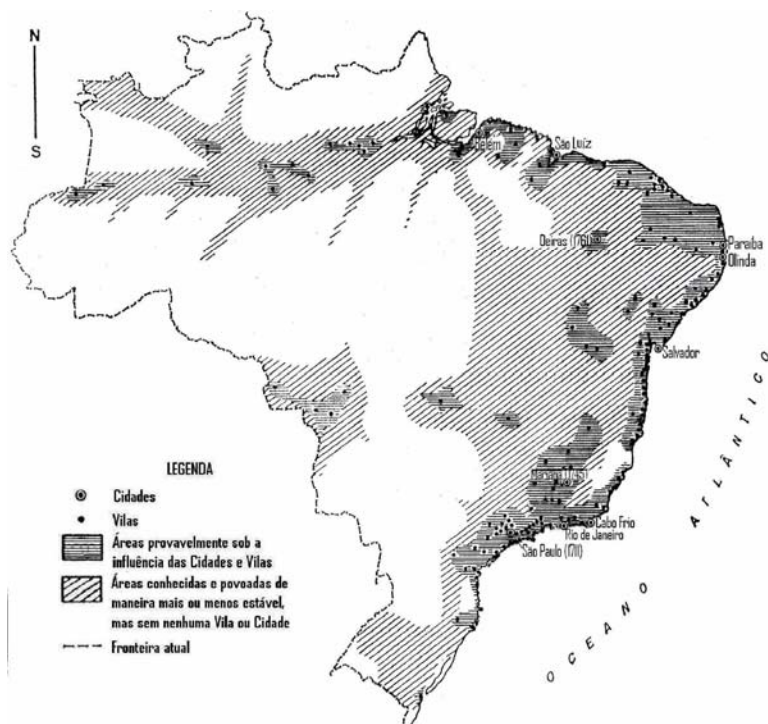
Fonte: Retirado de Azevedo, Aroldo, 1956, p. 30.

Mapa 2 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVII



Fonte: Retirado de Azevedo, Aroldo, 1956, p. 38.

Mapa 3 - Marcha do Povoamento no Brasil - Século XVIII



Fonte: Retirado de Azevedo, 1956, p.48

Azevedo (1956) ressalta que apesar das primeiras décadas do século XIX terem sido marcadas por um refluxo no processo de urbanização no Brasil, a partir da Independência existiam doze cidades e duzentos e treze vilas no país fortemente concentradas na antiga região Leste, sendo que as duas mais populosas e importantes eram o Rio de Janeiro e Salvador. O processo de disseminação das aglomerações urbanas a partir de então esteve relacionado ao papel político e econômico da região Leste, face ao desempenho do café no Rio de Janeiro que promoveu um processo de fragmentação do solo e, conseqüentemente, a constituição de novos núcleos urbanos.

Preocupando-se em desvendar o papel dos agentes modeladores das cidades no período colonial, o texto de Vasconcelos (1997) aponta a necessidade de se criarem novos termos e conceitos para melhor entender a estrutura e funcionamento desses espaços. Essa preocupação conduz o autor a identificar a Igreja, as Ordens leigas, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais como os principais agentes que interferiram na produção e estruturação das cidades brasileiras no período colonial.

No que se refere ao papel da Igreja, o autor lembra a sua articulação com o Estado e o poder local que, em maior ou menor grau, determinava as relações políticas, sociais e econômicas no interior das cidades. Essa vinculação, estabelecida não sem conflito, caracterizava-se pelos amplos poderes do clero secular e regular, o que os tornavam responsáveis pela definição da localização das igrejas matrizes e das áreas territoriais correspondentes às suas paróquias. Segundo Vasconcelos (op. cit.), as divisões em paróquias e freguesias tiveram uma importância fundamental na estrutura sócio-espacial e administrativa dos espaço citadinos,¹⁵⁵ processo esse relacionado às inúmeras funções exercidas pelos conventos e igrejas, servindo de hospedaria, depósito de dinheiro, além de fortaleza e quartel.

As ordens leigas também cumpriram um papel importante no processo de ocupação e modelação das cidades coloniais.¹⁵⁶ As áreas ocupadas pelas confrarias

¹⁵⁵ Além de seus domínios se constituírem em vetores de expansão urbana, os missionários, por meio das ordens religiosas, tiveram um importante papel no processo de disciplinarização dos índios e conquista de territórios, tendo destaque a ordem dos jesuítas. Tal opinião é compartilhada por Costa (1999), que afirma ser a função religiosa uma das mais importantes no período colonial, constituindo a Igreja não somente o centro das práticas religiosas, como da sociabilidade e de vida cultural.

¹⁵⁶ Embora essas instituições se organizassem independentemente da Igreja Católica, mantinha vínculos estreitos com a mesma.

e irmandades nas cidades distinguiam os seus poderes econômico e político, localizando-se as instituições com maior poder próximas ao centro e as pobres, na periferia.

O Estado se afirmava por meio do seu poder político, econômico e militar, constituindo-se num agente de fundamental importância, já que era responsável pelo sustento dos funcionários, em dar apoio às atividades econômicas e na regulamentação do uso dos espaços. Na medida em que as décadas avançavam, o Estado ampliava o seu domínio, que se manifestava no território das cidades pela localização e distribuição dos prédios “públicos”. Ou seja, os edifícios da Coroa de maior importância ocupavam os espaços centrais, em geral as praças, as fortificações - que se estabeleciam em função da necessidade de defesa - tinham sua localização definida a partir de uma série de critérios.

Os agentes econômicos, tais como os proprietários rurais, os comerciantes e financistas e os artesões também contribuíram para o desenho e estrutura das cidades coloniais. Inicialmente os que possuíam maior poder eram os donos de terra que cultivavam gêneros agrícolas voltadas para a exportação. Os proprietários agrícolas eram em geral membros das Câmaras e integrantes de irmandades e ordens religiosas e, em grande parte, possuíam propriedades no centro das povoações. Os comerciantes tiveram especial destaque nas cidades portuárias e exerciam a função de importadores e exportadores. Seu prestígio e poder aumentaram no final do século XVII, fato que contribuiu para o aumento dos conflitos com os demais agentes.¹⁵⁷ Dentre os comerciantes, os que mais possuíam poder eram os traficantes de escravos enquanto os artesões tinham menor prestígio. No entanto, os artesões organizados em torno de confrarias e irmandades, apesar de não possuírem destacado poder, exerceram atividades essenciais nos núcleos coloniais, pois foram os responsáveis pela construção de inúmeras igrejas nos núcleos urbanos.

A população livre - um esboço de classe média - e escrava também foram importantes agentes modeladores dos núcleos coloniais. A população branca, formada de pequenos assalariados livres, exercendo funções “públicas”, foi responsável pela construção da maior parte das residências nas cidades. A

¹⁵⁷ Também exerciam atividades econômicas, no entanto, com menor peso, os proprietários de armações de pesca de baleia, os proprietários de grandes embarcações, os proprietários de saveiros e os proprietários de escravos de ganho.

população escrava livre e os escravos de ganho competiam pelo mercado central e realizavam uma série de trabalhos urbanos, desde o doméstico, até serviços de limpeza, carregamento de água, despejo de resíduos, artesanato, comércio, transporte de pessoas e mercadorias etc. Neste sentido, Vasconcelos (op.cit.) reafirma a necessidade de criar novos conceitos para se entender a dinâmica política, econômica, social e espacial da cidade colonial de modo a melhor compreender o papel exercido pelos agentes responsáveis pela produção dos espaços urbanos.

Discutindo um desses agentes que tiveram importante função no período colonial e o processo de povoamento do Brasil a partir de espaços irradiadores, Conduru (1987) apresenta o papel das fortificações e dos agentes que as implantavam a partir do século XVIII. Assinala em seu artigo a importância dos cartógrafos e engenheiros-militares, como agentes construtores de novas espacialidades, revelando a ampliação do seu poder junto às localidades. Discute a função dos espaços fortificados como pólos difusores de povoamento, demonstrando a importância que passou a ter a localização das fortificações como espaços desencadeadores da ordem, atrativo populacional e, finalmente, presença do Estado.¹⁵⁸ Em decorrência de tal processo, o autor assinala que os planos de fortificação passaram a se constituir, no século XVIII, em planos de urbanização. Este aspecto, embora não detidamente analisado em seu estudo, já havia sido apontado em Azevedo (1957) quando discutia a constituição de uma rede de fortificação na medida em que o projeto de colonização de Portugal avançava, identificando, então, os “lugares fortificados” - feitorias - como os mais remotos embriões de cidade.

Apontando a conformação de um comércio interno vinculado ao dinamismo da economia do ouro, o trabalho de Zemella (1951) também é uma pista para compreender o papel das cidades e das redes no século XVIII. Muito embora sua obra esteja voltada para a análise do processo de desenvolvimento da região de produção e abastecimento nas Gerais, seu estudo desvenda a criação e ampliação de um núcleo populacional de alto poder aquisitivo no sertão brasileiro após a descoberta do ouro e a transformação urbana e regional do Brasil, particularmente

¹⁵⁸ Delson (1979) identifica a ascensão social dos engenheiros-militares como resultado da política centralizadora de Portugal que implicou na implementação de um conjunto de medidas de âmbito territorial que visava diminuir o poder dos grandes proprietários localizados no interior, resolver os problemas de fronteira e de contrabando do ouro.

da região de Minas que passou de uma área produtora para abastecedora. Essa transformação, que estava relacionada à política de incentivo ao povoamento implementada por Portugal,¹⁵⁹ foi determinada pelo alto dinamismo das Gerais e do seu mercado consumidor e propiciada pela abertura de caminhos e crescimento do transporte do ouro e demais mercadorias provenientes de inúmeras regiões do Brasil.

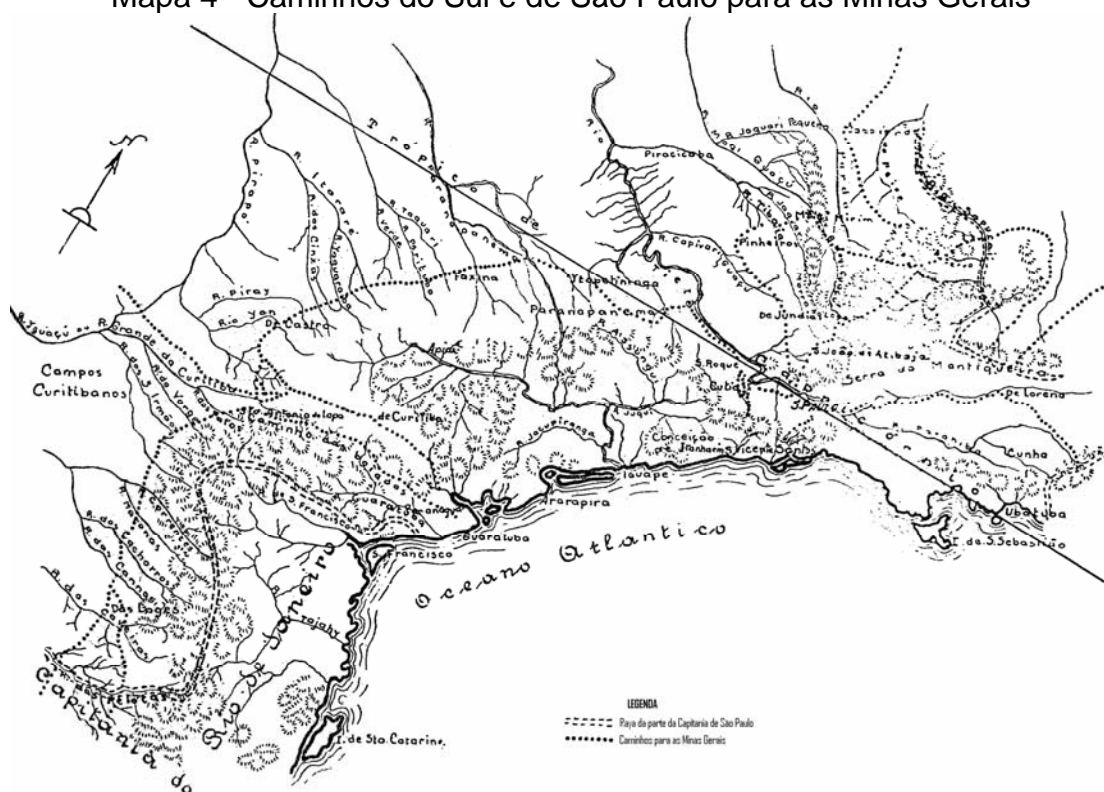
O primeiro mercado se estabeleceu em função da via de comunicação Planaltina, tendo em vista a descoberta do ouro pelos paulistas. Os caminhos, apesar de penosos e longos, eram cheios de vida e movimento e incessantemente percorridos por levadas de forasteiros e tropas de mercadores.¹⁶⁰ O intercâmbio entre as localidades aumentava paralelamente à produção de ouro, razão que explica o crescimento da produção de artigos dos oficiais, alfaiates, sapateiros, artesões, agricultores e produtores de gado. Capristano de Abreu (1975) lembra que, por volta de 1740, os paulistas mineravam ouro desde as serranias do Espinhaço até os chapadões dos Parecis. O aumento da mineração, a ocupação de inúmeras regiões, associado ao incremento da importação através do porto de Santos, modificou o papel de Piratininga e demais regiões que se especializaram em fornecer gêneros para os mineiros.¹⁶¹ (Ver mapa 4)

¹⁵⁹ A partir da investigação de cartas régias do século XVIII, a autora assinala as conseqüências do *rush* que afetou as praças européias e africanas em direção às Minas, processo que ocorreu no Brasil e em Portugal e que causou grande preocupação nas autoridades portuguesas por ter provocado o despovoamento e conseqüentemente falta de braços para trabalhar no campo em inúmeras regiões. Essa situação levou a Coroa a adotar medidas impedindo a imigração de portugueses e de moradores das cidades litorâneas do Brasil. "(...) Eu cada dia me acho mais só, assim de soldados como de moradores, porque o excesso com que fogem para as minas nos dá entender que brevemente ficaremos sem ninguém. Também suponho que V.S. assim o experimenta porque das minas me escreve o Cônego Gaspar Ribeiro que he tanto o excesso de gente que entra pelo sertão da Bahia que brevemente entende se despovoará essa terra..." (Ms. do Arquivo Nacional, Coleção Governadores do Rio de Janeiro, Livro XIII A, f. 273, apud Zemella, 1951).

¹⁶⁰ Da luta contra os indígenas surgiram Paraguaçu e Ilhéus. Em torno de São Paulo prosperava grande número de vilas: Mogi das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiá, Sorocaba, localidades que tiveram florescimento anterior ao surto do ouro. (Abreu, 1975).

¹⁶¹ Abreu (1975) lembra que as *bandeiras* e os conquistadores (homens contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões) concorreram antes para despovoar do que para povoar o Brasil, já que tal processo foi caracterizado pela captura dos índios, causando morte pelos maus tratos e pela guerra, além da disseminação de epidemias em função do contato com os brancos. Também afirma o desaparecimento de inúmeras aldeias e aldeamentos como fruto desse empreendimento.

Mapa 4 - Caminhos do Sul e de São Paulo para as Minas Geraes



Fonte: retirado de Zemella, Mafalda 1951, p. 135.

No caso do Rio de Janeiro, esse mercado foi estabelecido com a abertura do Caminho Novo, propiciando mais rapidamente o seu transporte para as Gerais.¹⁶² Esse processo incrementou a produção de mercadorias na cidade e na região fluminense, deslocando geograficamente o centro de comércio, anteriormente em São Paulo e, mais tarde, o centro político.¹⁶³ Em decorrência disso, o porto do Rio de Janeiro passou a ser a principal área de escoamento de produtos abastecendo Minas de vidros, espelhos, sedas, damascos, pelúcias, baixelas, vinhos, azeites, armas, pólvora etc, destacando-se, entretanto, no comércio de escravos em função dos elevados lucros.¹⁶⁴ Com o tempo aumentaram os currais, lavouras e engenhos nos caminhos fluminenses, passando a região a se especializar no abastecimento das Gerais e da cidade do Rio de Janeiro. Fridman (1999) informa que existiam três caminhos ligando o porto do Rio de Janeiro com às Minas no final do século XVIII. O primeiro era conhecido como Estrada Geral, pertencente à antiga Estrada de Santa

¹⁶² De acordo com Furtado (1987) a concentração de ouro no Rio de Janeiro foi tamanha que ao tempo do governo do Conde de Rezende havia na cidade 375 mestres e 1.500 oficiais ourives.

¹⁶³ Em 27 de janeiro de 1762 foi promulgada a Carta Régia que ordenava os vice-reis que residissem no Rio de Janeiro, no entanto a efetivação dessa mudança somente ocorreu em 1763. (Furtado, 1987).

¹⁶⁴ O Rio de Janeiro passou a assumir o papel de único porto do ouro e dos diamantes para a Metrópole após o fechamento do porto de Santos pela Carta Régia de 1711. Tal Carta teve o objetivo impedir o contrabando com as Províncias do Prata, através da Colônia de Sacramento.

Cruz dos jesuítas e passava pelas freguesias de Inhaúma, Irajá, Jacutinga, atravessando os rios Meriti, Pavuna, Sarapuí e Taipu. Os outros dois partiam do porto da Estrela e subiam pelos vales dos rios Pilar e Inhomirim.

O mercado baiano desenvolveu-se em função das comunicações terrestres de São Paulo e por via fluvial, através do rio São Francisco e seus afluentes. Anteriormente a descoberta do ouro, conforme lembra Abreu (1975), nas proximidades do rio São Francisco morava Domingos Afonso, cujas terras foram doadas pela Coroa.¹⁶⁵ Nessa região multiplicaram-se as fazendas de criação de gado, constituindo-se novos caminhos. Por ser uma zona antiga de povoamento foi possível desenvolver ainda mais o seu comércio de gado e demais gêneros alimentícios, já em parte existente, com o aumento da demanda nas Gerais. Dessa forma, tal região constituiu-se em área fornecedora de produtos europeus para às Minas em função da proximidade dos seus portos com a Europa e, apesar da proibição dos portugueses, também fornecedora de escravos.

Os produtos europeus, intermediados pela Metrópole devido à proibição do comércio do Brasil com os demais países, chegavam à região das Gerais através dos portos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Santos. Em função de Portugal interceder nos negócios realizados com a Inglaterra, França, China, Índia, este obtinha grandes lucros através das suas Companhias especializadas. Desta forma:

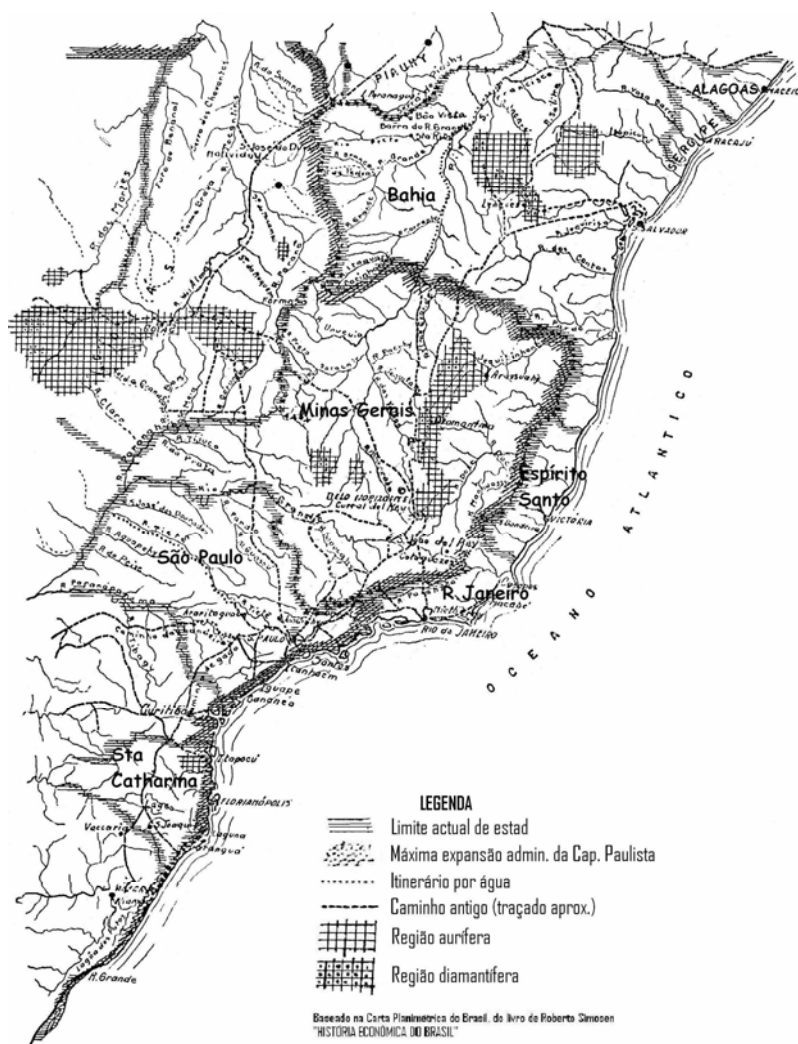
“O ouro brasileiro que foi para a Europa, em pagamento dos artigos importados legalmente ou contrabandeados, somado ao que foi para o Real Erário, em pagamento dos vários impostos, causou profundas repercussões na economia internacional. O ouro do Brasil deu o primeiro impulso à formação dos grandes estoques desse metal e contribuiu para que fossem adotados como base única do sistema monetário em muitos países, notadamente na Inglaterra que adotou o monometalismo.” (Zemella, op.cit.: 90-91).

O mercado Platino se especializou no fornecimento de gado bovino, cavalar e muar já estabelecido desde do século XVI para abastecer os mineradores localizados na região dos Andes. Com o sucesso da economia do ouro no Brasil, este mercado se deslocou para a região das Gerais, constituindo-se correntes

¹⁶⁵ Esta região era anteriormente controlada pelos jesuítas. A expansão dessa área ocorreu através do desbravamento e apropriação de terras dos indígenas, realizadas por inúmeros atores, entre eles, Domingos Afonso que se adiantou nas águas do São Francisco encontrando nesta área inúmeros rios. Abreu (1975) lembra que a invenção de passar o gado nos rios caudalosos teria se constituído num grande marco na história do Brasil realizada por intrépidos conquistadores, pois permitiu a conquista das margens dos rios São Francisco como Frei Martin de Nantes em 1672 e 1673 - um missionário capuchinho.

comerciais que se dirigiam nos lombos de burro para o seu abastecimento. Tendo em vista que o principal meio de transporte eram os muares, as áreas de criação deste animal aumentaram e novas regiões foram conquistadas.¹⁶⁶ Segundo Zemella (1951) o comércio de bestas de carga foi um importante fator para expansão geográfica em direção à região sul e, também, no desenvolvimento de núcleos coloniais hispano-americanos, enriquecidos em função do intercâmbio com os tropeiros brasileiros. Além disso, tal comércio foi fundamental para o desenvolvimento de São Paulo, pois se constituiu numa importante fonte de riqueza, atraindo povoadores para a região do Planalto, outrora abandonada em função do êxodo dos seus habitantes para a região das Minas. (ver mapa 5).

Mapa 5 - Principais Caminhos do Ouro



Fonte: retirado de Zemella, Mafalda P. 1951, p.106.

¹⁶⁶ Em princípio os animais seguiam por terra até Laguna e daí eram transportados por mar, desembarcando em Santos e no Rio de Janeiro. Em 1738 um caminho foi aberto pelo tropeiro Christovão Pereira, ligando Campos do Viamão a São Paulo.

Por fim, o mercado africano foi consideravelmente ampliado na medida em que novas jazidas iam sendo descobertas, embora a princípio tenha gerado problemas nas regiões agrícolas e promovido a elevação do preço do escravo. Destacavam-se neste comércio a Bahia, Pernambuco, Santos e Rio de Janeiro, este privilegiado a partir da abertura do Caminho Novo. As conseqüências da economia do ouro foram o incremento da cultura do tabaco, do açúcar, do aguardente e dos panos de algodão na Bahia e Pernambuco, o desenvolvimento de canaviais e multiplicação de engenhos de aguardente na Capitania do Rio de Janeiro, o desenvolvimento da navegação e o aparecimento do comércio nacional.

O movimentado comércio do ouro criou mercados em diferentes regiões brasileiras desenvolvendo pela primeira vez um expressivo comércio interno, voltado para a subsistência. Tal mercado se desenvolveu com a abertura de caminhos ligando o sertão ao litoral, o que integrou diferentes áreas a partir da venda de muares. Por sua vez, o aumento do consumo redefiniu as áreas de produção das regiões Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Sul que se especializaram para atender o rico mercado localizada na região das Minas. Houve também o aumento das importações européias em função da elite que se constituiu nesta região, fato que teve reflexos nas cidades portuárias responsáveis por este comércio. Outro impacto foi o crescimento da população brasileira, notadamente nas regiões diretamente vinculadas à exploração do ouro, onde se assistiu uma intensa migração. Também a comercialização legal e ilegal de negros aumentou em função da demanda na região das Minas, tendo esse processo nas regiões da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, uma repercussão direta no sistema agrícola, manufatureiro e comercial. Surgiram atores sociais significativos como o tropeiro¹⁶⁷ e outros profissionais ligados às atividades urbanas. Por fim, Zemella (1951) assinala que os sentimentos nativistas e a afirmação do Rio de Janeiro como capital nacional, bem como o fortalecimento da unidade nacional, também foram impactos da expressiva economia do ouro. Tal ponto de vista é compartilhado por Furtado (1987) que informa que, no século XVIII, o triângulo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo tornou-se o mais poderoso na balança econômica- demográfica do Brasil, a ponto,

¹⁶⁷ Os produtos (gêneros, tecidos, utensílios) que o tropeiro comercializava eram provenientes das cidades e vilas localizadas no litoral. Em geral, os tropeiros possuíam recursos que aplicava na compra de animais e mercadorias, bem como em títulos de crédito, obtendo elevados lucros com esse comércio. Esses atores, grande parte constituído de reinóis, cristãos novos e ciganos, com o tempo foram enriquecendo e passaram a desfrutar de grande prestígio social e político.

conforme já colocado pelos demais autores, de ter deslocado a capital administrativa do Brasil para o Rio de Janeiro.

A base dessas análises está em Prado Júnior (1933) que informa que, a partir da segunda metade do século XVII, em função do aumento da riqueza e do desenvolvimento econômico do país, desenvolveu-se uma economia mobiliária, detentora de crédito e envolvida com as atividades comerciais. Esses grupos passaram a disputar espaço e poder com a aristocracia rural e a nobreza e foram os responsáveis pelo desenvolvimento das cidades litorâneas onde se fixaram, transformando-as em centros populares. Lembra o autor que, por esses grupos serem constituídos de portugueses, entraram em conflito com a aristocracia fundiária nacional, fator que vai desencadear mudanças políticas e econômicas nos decênios seguintes. O prestígio dos portugueses deslocou pouco a pouco a autoridade política das mãos dos proprietários rurais e, também, dos funcionários reais. Esse processo concorreu para a ascensão política dos comerciantes que passaram a disputar cargos da administração municipal, até então monopolizados por funcionários portugueses. No século XVIII, em decorrência do novo sistema administrativo, assistiu-se à diminuição do poder das Câmaras e o aumento do poder político da Metrópole. Com a abertura dos portos em 1808 e a mudança de estatuto político do Brasil, os comerciantes portugueses viram-se prejudicados, pois inúmeras restrições foram-lhes impostas, além do fim de muitos dos seus privilégios.¹⁶⁸

Outro ponto de vista sobre o papel das cidades no século nos setecentos foi discutido por Monte-Mór (2001). Assemelhando-se em alguns pontos com a análise de Zemella (1951), para ele Minas Gerais teve grande importância no desenvolvimento de uma cultura urbana que se desenvolveu no século XVIII tendo em vista que a economia do ouro formou uma região que se especializou dando apoio às atividades mineradoras. De acordo com seus argumentos, essa região constituiu-se em um primeiro esboço de integração do Brasil, pois articulou as cidades e regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, estendendo-se do Rio Grande do Sul a Piauí e Amazônia. Apesar da fragilidade resultante da dificuldade de comunicação e contato¹⁶⁹ - ou como prefere Santos (1989, 2001), em decorrência

¹⁶⁸ Esses impactos decorreram do impulso do comércio com as outras nações, notadamente com os ingleses.

¹⁶⁹ A lógica de povoamento ficou expressa nas cartas régias e ofícios que foram criados no final do século XVIII, na qual o governo de Portugal incentivava a abertura de caminhos para facilitar a comunicação às Gerais,

das características do meio técnico, a rede de lugares centrais que se desenvolveu na região de Minas teve impactos diretos na organização do seu espaço interno e da sua hinterlândia, transformando-se, por algumas décadas, no maior centro motor da economia brasileira.

O processo de formação de uma rede urbana foi decorrente do caráter extrativo da atividade mineradora que exigiu a concentração e centralização de inúmeras atividades numa mesma localidade. Tais núcleos passaram a se especializar em determinadas funções, tais como a reprodução, consumo, circulação, distribuição e gestão de diferentes produtos. Fruto da necessidade de realização dessas atividades e do desenvolvimento de diferentes camadas sociais, as cidades mineiras aceleraram a formação de uma cultura urbana, sobretudo pelo elevado crescimento das migrações internas e externas e do contato com diferentes culturas.¹⁷⁰ Assim, a concentração destas atividades implicou na formação de uma região que atendia às demandas da economia urbana, o que engendrou uma divisão social do trabalho, segundo a lógica da economia vigente.

Afirma o autor que a urbanidade que caracterizou a cidade manufatureira, desde meados dos setecentos, era uma realidade na região de Minas constatada pelos seguintes indicadores: as cidades mineiras apresentavam uma expressiva população livre (às vezes maior do que a escrava, caso exemplar no Brasil naquele contexto) e uma classe média urbana que se desenvolveu graças ao comércio e artesanato. Tais grupos estavam a par das novas exigências culturais daquele contexto e exerciam de forma ampla e diversificada as funções urbanas centrais, sendo responsáveis pela geração de manifestações artísticas.¹⁷¹ A constituição de mercados urbanos expressivos e sofisticados - um sistema urbano jamais visto na colônia - permitiu a acumulação de riquezas individual e coletiva, notadamente nas organizações laicas que passaram a ter papéis importantes.

Para Monte - Mór (op.cit.) é fundamental compreender o papel assumido pelos núcleos urbanos de mineração antigos, (coketown) para identificar a sua função como desencadeadoras de transformações no espaço rural e não ao

tomando providências no sentido de viabilizar a passagem de rios, a abertura de roças nos caminhos que seguiam em direção às Minas e o estabelecimento de estalagens.

¹⁷⁰ Monte-Mór (2001) lembra os trabalhos de Caio Pardo Júnior e Celso Furtado que assinalam o grande fluxo migratório interno e externo em direção à região de Minas Gerais no século XVIII em decorrência da economia do ouro. Por outro lado, Zemella (1951) assinala que a política de imigração inicialmente incentivada por Portugal constituiu-se numa política fiscal e não social.

¹⁷¹ Disseminando-se as obras de artes plásticas, de arquitetura religiosa, pública e civil, na música, nos movimentos literários, na imprensa e na organização política.

contrário.¹⁷² Essa possibilidade poderia elucidar questões relacionadas à formação sócio-espacial das cidades mineiras cuja origem e desenvolvimento esteve vinculada às atividades de mineração, ou seja, a explicação de um espaço que desencadeou profundas transformações regionais e na própria estrutura produtiva do campo. Para o autor, a cidade surgida da indústria mineradora tinha ao mesmo tempo função comercial e política e teve seu desenvolvimento associado aos avanços na economia agrícola, conseqüentemente a concentração urbana. Ou seja, seu crescimento não implicou em avanços tecnológicos na agricultura, ao contrário, tal processo elevou à demanda de produtos agrícolas e, conseqüentemente, ao aumento nas rendas e mercados, transformados em regionais.¹⁷³ De acordo com o autor, em Minas, diferente do que ocorria nas demais regiões do Brasil, a urbanização se deu a partir de um espaço de produção “industrial”, espaço esse que se confundiu com as atividades ligadas ao comércio e ao poder, caracterizando-se, portanto, por uma série de conflitos que expressava os diferentes interesses do Estado, da Igreja, dos comerciantes dos financistas, dos homens livres e escravos. Desta forma:

“À medida que o mais produto social extraído no campo da colônia ganhou importância, também o ganharam as vilas e cidades, fortalecendo-se e acentuando as contradições do sistema” (op.cit., p.2).

Finalizando seus argumentos, Monte-Mór (2001) afirma que atividade aurífera que durou cerca de cinqüenta anos, desenvolveu uma economia regional integrada cuja herança deste dinamismo foi o desenvolvimento da futura nação que nasceu moderna. Tamanha era a importância dessa região e da atividade do ouro que Minas transformou-se em capitania, separando-se de São Paulo e Rio de Janeiro, o que conferiu a posição de capitania mais populosa do país até 1940.¹⁷⁴

Ressaltando a constituição de um mercado interno, o trabalho de Fragoso (1992) também assinala importância das trocas de produtos em algumas cidades no período colonial, tese que questiona a inexistência ou frágil importância de uma

¹⁷² Tal proposição foi exemplificada a partir da tese de Jacobs (1969) que discute como as áreas produtivas localizadas nas cidades podem desencadear organizações urbanas - regionais bastante complexas.

¹⁷³ Tal perspectiva poderia levar, inclusive, à discussão sobre organização de uma região econômica que não necessariamente fosse resultado de uma evolução histórica na qual a cidade política transforma-se em uma cidade comercial e, finalmente, em um núcleo industrial, conforme sugerido por vários autores.

¹⁷⁴ A Capitania de Minas se separou do Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1709, no entanto ficou vinculada à capitania de São Paulo. Em 1720, em função do dinamismo da economia do ouro, tornou-se independente de São Paulo. Em 1776 a população das Minas Gerais era 319.796 habitantes, no final do século era 650.000 habitantes, superando a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. (Zemella, 1951).

economia interna no contexto do Brasil colonial, conforme apontado por alguns estudiosos. Para o autor, existiu um mercado interno que tinha uma dinâmica própria, paralelamente ao mercado externo no período colonial. Este mercado localizava-se, primordialmente, na antiga região mineradora, região, como observaram Azevedo (1956) e Reis Filho (1968), que a partir dos setecentos, caracterizou-se pela proliferação de cidades.

Analisando o papel exercido pelas chamadas atividades acessórias no processo de constituição de uma renda urbana e regional,¹⁷⁵ o autor afirma que apesar de termos uma economia escravista agro-exportadora, a história colonial do país é bem mais complexa. Assim, fatos como a existência de um mercado pré-capitalista estruturado em torno da compra e venda de escravos, de gado, de charque e de alimentos agrícolas influíram na reprodução das atividades agro-exportadoras, estas reguladas por relações capitalistas. Em sua concepção, apesar de nos oitocentos a economia se caracterizar por uma precária divisão social do trabalho e por uma circulação limitada de mercadorias (baixos índices de mercantilização), foi nesta época que se presenciou o crescimento da população urbana, os primeiros passos da industrialização, com a formação de seu capital industrial e de sua classe operária, sendo tal processo lento e tenso.¹⁷⁶ Portanto, é importante considerar o peso dos segmentos econômicos ligados ao mercado interno, aliado à *plantation* escravista, pois foi na articulação desses setores que as condições para acumulação endógenas afirmaram-se, embora variando em ritmo e nível.

Maurício de Almeida Abreu no seu artigo *Pensando a Cidade no Brasil do Passado* aponta também a necessidade de considerarmos a importância da cidade no Brasil antes da sua industrialização. Resgatando inúmeros autores que escreveram sobre a temática, o seu artigo pretende relacionar o pensamento urbano que surgiu na medida em que as cidades brasileiras foram evoluindo. Argumenta que a historiografia clássica, apesar de utilizar diferentes enfoques, consolidou um

¹⁷⁵ Denominação dada por Caio Prado Júnior às atividades, notadamente as de subsistência, que se estruturaram nas cidades e tornaram-se bastante importantes a partir do século XVIII, quando então se observa um movimento contínuo de crescimento das aglomerações urbanas devido ao afluxo de imigrantes internos e externos e à instalação de equipamentos com fins institucionais.

¹⁷⁶ O autor revela através das informações contidas nas balanças do comércio externo do Rio de Janeiro entre 1796 e 1806 - principal praça mercantil do país nos oitocentos - que de um saldo negativo na balança comercial, a economia passa a ser superavitária. Afirma que tal fato estaria relacionado às remessas de metais e dinheiro amoeado que passaram a pagar as contas, através das transações internas. Na realidade, o autor quer frisar que a riqueza produzida internamente por uma multidão de plantadores de fubá, milho, toucinho ou mulas nos vários mercados regionais foi o que tornou possível a economia exportadora pagar as suas contas.

tipo de interpretação na qual a constituição de uma economia agrária exportadora impediu o desenvolvimento das cidades, tendo estas o papel limitado de intermediar a vida do colono (isolado no campo) com o rei, por meio poder local, exercido pelas Câmaras. Então, neste caso, a tese colocada é a de que não existia possibilidade de acumulação interna, uma vez que havia uma total autarquização do rural da forma como coloca Oliveira Viana – “os centros urbanos eram centrífugos para as classes dominantes”. Esta tese, na perspectiva de Abreu, vem sendo questionada a partir dos trabalhos de Verger, (1987), Schwartz, (1988), Fragoso, (1992), Fragoso e Florentino, (1993) que apontaram uma maior complexidade da economia e da sociedade brasileira durante a colônia, em especial, a partir do século XVIII.

O autor informa que, a partir do século XIX, uma nova realidade passou a caracterizar as cidades brasileiras em função das mudanças promovidas pela mineração e, em seu rastro, o aumento do comércio, a ampliação dos núcleos, o crescimento populacional e a diversificação dos grupos sociais (surgimento de categorias profissionais como militares, médicos, professores e burocratas). Do ponto de vista das cidades, observou-se a partir deste século, a disseminação de novas concepções de espaço físico que passaram a incorporar dois tipos de reflexão urbana: o pensamento dos engenheiros militares - já existente e voltado para a defesa e provisão de infra-estrutura - e o pensamento higienista. Abreu (op.cit) afirma que o primeiro pensamento vai identificar o espaço da cidade como perigoso, consagrando, portanto, uma idéia de vigilância e controle através da polícia. Com relação ao pensamento higienista, de origem fisiocrata - a população era tida como um recurso a ser preservado e a preocupação maior foi a adoção de uma polícia médica. As matrizes desses dois pensamentos, conforme afirma o autor, se confundiram muitas vezes.

O pensamento higienista no Brasil teve maior importância a partir da autorização do ensino médico no Brasil e a instalação da Sociedade de Medicina no Rio de Janeiro em 1829.¹⁷⁷ Ao longo dos oitocentos, uma elite intelectual médica foi sendo formada, sobretudo após a criação das faculdades de medicina na capital do Império e em Salvador com o surgimento das associações científicas médicas, como

¹⁷⁷ Foi fundada pelos franceses Xavier Sigaud e Jean Maurice Faive, pelo italiano Luis Vicente de Simoni e pelos brasileiros Soares de Meirelles e José Martins da Cruz Jobim. Este último presidiu tal instituição entre 1842 e 1872.

a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e a Sociedade de Medicina de Pernambuco, respectivamente fundadas em 1835 e 1842.

Estudos realizados por Kuri (1990) sobre a Academia Imperial de Medicina assinalam que tal entidade era um aparelho ideológico do Estado, sendo seus membros integrantes de uma fração intelectual da classe dominante, interessada, como as demais, na consolidação do Império e da manutenção da ordem escravista. Coelho (1999), estudando as profissões imperiais, demonstrou o quanto as atividades médicas estavam vinculadas com a política repressiva Estado, sobretudo em matéria de higiene, pois o “policimento” médico (o controle dos corpos e das suas transgressões higiênicas - criar animais às soltas pelas ruas por exemplo) se articulava à ordem pública e, ao mesmo tempo, era aí que o seu frágil *status* ganhava reforço oficial.

A partir dos anos 50 do século XIX, em função das epidemias, o Governo Imperial através da Junta Central de Higiene passou a intervir nos governos municipais exigindo o cumprimento de normas e hábitos de higiene. Na década de 1860, com a proliferação de uma imprensa especializada em Medicina, disseminada pelos próprios médicos, especialmente após a fundação em 1862 da Gazeta Médica do Rio de Janeiro e da Bahia em 1866, tal elite profissional se consolidou, sobretudo a partir de 1870, em função dos impactos da revolução pasteuriana (a descoberta dos micróbios como agentes patológicos). Assim, seus discursos, seus saberes e suas práticas científicas revolucionaram a prática política e econômica do país e das localidades.

Neste aspecto é interessante observar, apenas a título de exemplificação, o papel destas elites e de seus órgãos difusores, através do discurso do Dr. José Martins da Cruz na ocasião de abertura do curso de medicina legal da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dizia ele que a medicina deveria servir ao corpo social, ajudando os legisladores e os magistrados a desenvolver novas concepções e a cumprir seus deveres. Para Cruz, o campo denominado de “medicina política” deveria ser constituído tendo em vista intrínseca relação entre as instituições sociais e a natureza humana. Tal campo teria como função aplicar de forma contínua os verdadeiros princípios da saúde pública, da administração e a da justiça, constituindo-se em objeto definitivo da conservação da sociedade, da tranqüilidade dos estados e, por conseguinte, da liberdade, da fortuna, da vida e honra de cada membro do corpo social.

Tendo em vista o discurso apontado, poderíamos colocar que a composição das elites intelectuais médicas também apresentava traços da inteligência brasileira do século XIX, revelando assim sua missão civilizatória, conservadora e senhorial. Tal intelectualidade ou vinha das próprias famílias de abastados senhoriais ou estava comprometida com elas através de relações clientelistas com o Estado Imperial. Dessa forma, tais elites constituíram um tipo de intelectual orgânico a serviço da ideologia dominante, principalmente quando ocupavam cargos públicos importantes, como diretor de uma faculdade de Medicina, ou como chefe de uma inspetoria de saúde pública provincial, entre outras.

No século XIX assistimos também ao desenvolvimento e valorização do saber dos engenheiros, sobretudo após a implantação das redes ferroviárias e da “febre” que tal empreendimento resultou em termos de política pública e econômica. Ainda que desde o século XVIII existissem aulas de fortificação e de artilharia no Rio, os engenheiros passaram a ser cada vez mais requisitados devido à importância que as ferrovias e estradas adquiriram a partir de 1850 na economia brasileira, passando a ser identificados como representantes do progresso e da modernização. Assim, tal conjuntura favoreceu a maior inserção dos engenheiros nos debates nacionais, sobretudo com a ampliação dos serviços urbanos, tais como a abertura de estradas, a medição de lotes, o esgotamento sanitário e os transportes coletivos. Conforme apontam os historiadores, o engenheiro passou ser uma das categorias mais importantes em termos de profissionais liberais. Nesse sentido, durante o Império brasileiro, tal profissional foi o que melhor se adaptou ao discurso do Estado na medida em que se constituiu como porta voz de um conhecimento racional, aplicável e moderno.

De acordo com Bresciani (2002), o saber dos engenheiros esteve vinculado à “obsessiva” preocupação com os fluxos que se assistiu na Europa desde no século XVIII, em função da criação e proliferação de ruas e estradas e do estabelecimento de instituições especializadas neste ramo.¹⁷⁸ Discutindo as origens do saber sobre a cidade, revela a autora que houve uma articulação do saber médico com o do engenheiro e, apoiando-se nos estudos de François Béguin,¹⁷⁹

¹⁷⁸ No caso da França, a autora aponta a criação da “Ecole des Ponts et Chaussées” que foi fundada em 1747 com o objetivo de orientar a construção de pontes e fortificações, portanto com caráter militar. No final deste século, estes engenheiros passaram a ser formados na “Ecole Polytechnique”.

¹⁷⁹ O autor aponta também as reformas de infra-estrutura realizadas na Inglaterra como sendo tão emblemáticas, portanto modernas, quanto as que ocorreram em Paris na gestão de Haussmann.

sugere que os dados sensíveis sobre as cidades se articulavam aos dados técnicos, topográficos e geológicos desenvolvidos no XIX. Neste sentido, afirma que para compreender a história das cidades é necessário articular os saberes que a ela se vinculam como os da medicina e engenharia.¹⁸⁰

Uma outra importante contribuição à análise do papel das cidades no Brasil foi o trabalho de Marx (1991). Compartilhando da opinião de que a partir do século XIX, as cidades brasileiras passaram a ser alvo de preocupação do governo imperial, seu estudo discute a instrumentalização do Estado em todos os seus níveis a partir da promulgação de inúmeros regulamentos, tendo destaque a Lei de 1828 que foi elaborada para regular os usos e as atividades nas cidades brasileiras.¹⁸¹ (Ver anexo 3).

Ressaltando o papel da Carta de 1828, Marx (op. cit.) coloca que, embora esta nova normatização tenha se deparado com uma estrutura administrativa herdada do período colonial e com a indefinição quanto à questão da terra, tal regulamento deixou reflexos importantes na maneira como a terra urbana passou a ser concedida. Desta forma, no sentido de resolver as novas e velhas questões relacionadas ao acesso a terra tais como o povoamento, a instalação de infraestrutura, o incremento econômico, o controle da população e a disseminação de um modelo de civilização, esta Lei expressaria um conjunto de intenções que revelaria o novo papel assumido pelo Estado naquele contexto. Essas mudanças, na perspectiva do autor, se expressariam até na maneira como passaram a ser representadas as cartas e mapas, sendo adotada uma nova racionalidade que denotaria o movimento de separação do público e do privado, visível na forma como as cidades serão erigidas e os equipamentos públicos distribuídos nos seus espaços.

Também revela a importância da Lei de Terras, enquanto um instrumento de transformação das áreas urbanas no século XIX, apesar de assinalar que tal instrumento tardou em substituir o regime sesmarial.¹⁸² Assim, apesar de afirmar que o processo de mercantilização promovido por essa Lei conviveu por muito

¹⁸⁰ Sugere também a identificação dos filantropos, dos poetas, da economia e da política para o melhor entendimento sobre as cidades.

¹⁸¹ A Lei de 1º de outubro de 1828 disciplinou a vida dos municípios, extinguindo o cargo de juiz-de-fora, o que concorreu para o esvaziamento da função política das Câmaras.

¹⁸² Conforme aponta Faoro (1958) de 1822 - data da Independência do Brasil - até 1850, não havia uma legislação de regulasse o acesso à terra no Brasil, fato que levou a um processo de ocupação das áreas consideradas públicas.

tempo com a concessão de datas partilhadas do rossio e com o antigo sistema enfiteutico em algumas glebas, a opinião de que houve mudanças significativas nos núcleos urbanos brasileiros foi destacada como sendo decorrente do processo de afirmação do Estado, mais atuante a partir de então. Assim, com a promulgação da Lei de Terras em 1850, a questão da concessão das terras públicas e privadas no Brasil tornou-se decisiva, pois passaram a ser necessárias o parcelamento do solo, a estipulação por escrito de suas frações em planta e no próprio local e a demarcação dos seus limites e área. Como conseqüência de uma nova maneira de entender e disciplinar o domínio da terra por parte do Estado, houve uma mudança na relação dos patrimônios leigos e dos loteamentos urbanos, fato este que vai transformar a paisagem no campo e na cidade.¹⁸³

Neste sentido, Marx (op. cit.) afirma que a Lei de Terras foi a pedra angular do novo sistema de regulamentação de terras no Brasil e que a tensão entre o chão público e o privado foi paulatinamente ganhando expressão nas cidades, mesmo naquelas pequenas e distantes. Assim, na medida em que os núcleos cresceram, a questão do espaço ganhou relevância e, por conseguinte, a necessidade de definição da propriedade pública e privada. Outro aspecto apontado foi aquele relativo às novas normas de definição do arruamento, do alinhamento e do nivelamento das vias, largos e jardins, que se tornaram exigências do poder público para exhibir seus controles policial, tributário e espacial.¹⁸⁴

Compartilhando da opinião apresentada pelos autores de que o espaço das cidades imprimiu mudanças políticas e econômicas significativas desde o século XVIII, apresentaremos a seguir alguns aspectos que caracterizam formação sócio-espacial da Província do Rio de Janeiro com o intuito de compreender a rede fluminense no contexto de afirmação da Nação brasileira, portanto no bojo de formação de uma política administrativa - de uma política territorial empreendida nos espaços citadinos.

¹⁸³ Sua discussão remete à análise feita por Pierre Monbeig quando investigou o crescimento do patrimônio laico, paralelamente à expansão da cultura cafeeira e o crescimento da rede de cidades.

¹⁸⁴ Marx (op.cit), vai assinalar que os centros dessas cidades vão ter o mesmo padrão urbanístico, implantados “em suaves declives, com planta em tabuleiro de xadrez dominado pela igreja matriz e seu largo, apresentado feição típica de fundações de um outro tempo, da república, do Estado que se remodelava, agora separando a Igreja, e de um outro sistema de aquisição e de transmissão da terra, agora já assentado e triunfante”. (Marx, op.cit.: 106).

3.3 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA PROVÍNCIA DO RIO JANEIRO

Ao analisarmos a formação territorial da Província do Rio de Janeiro - uma formação sócio-espacial por excelência - ¹⁸⁵ não poderíamos esquecer a sua articulação com as demais áreas, em particular, ao processo de multiplicação de vilas e cidades que teve seu auge na região de Minas devido à economia do ouro. Conforme analisa Zemella (1951), as mudanças operadas nesse quase meio século de auge desta atividade transformou várias regiões do Brasil, influenciando também os países europeus e africanos. Seu trabalho, ao enfatizar a região das Gerais, uma realidade espacial específica, não deixa de apreender a totalidade resultante desse processo, ou seja, a criação de uma região inserida de forma particular no movimento universal do capitalismo. Ao detectar esse aspecto, o trabalho de Zemella (op. cit.) articula o conceito de escala, o que significa afirmar que a questão do lugar, da região e da particularidade e singularidade estão intrinsecamente ligados a uma dinâmica sócio-espacial mais ampla.

Com base nesta perspectiva analítica, estaremos privilegiando na análise da Província do Rio de Janeiro, a sua formação sócio-espacial, compreendendo que o arranjo espacial de cada contexto é resultante da mediação entre meio e técnica, ou seja, o uso e a função dos espaços mudam em decorrência das circunstâncias de cada lugar e do grau técnico da sociedade, (Santos, 2001). Nesta perspectiva, para compreendermos como o território fluminense se transformou ao longo dos séculos torna-se necessário fazer uma análise do papel exercido pelos agentes sociais tendo em vista que a produção do espaço fluminense foi resultado das lutas empreendidas pelos mesmos. ¹⁸⁶

A partir desta escolha dividiremos esta seção em duas partes: na primeira apresentaremos os principais eventos que desencadearam o povoamento da Província do Rio de Janeiro nos primeiros três séculos de ocupação e, na segunda, com o intuito de discutir o papel do Estado na produção da rede de cidades, discutiremos as principais mudanças espaciais decorrentes da política de integração do espaço da Província a partir da Independência.

¹⁸⁵ Em "Por Uma Geografia Nova" Santos (2002) afirma que as formações históricas são espaciais - elas existem espacialmente e, portanto, torna-se necessário compreender que a diversidade histórica das diferentes formações capitalistas também se traduzem em diversidade espacial.

¹⁸⁶ Santos (2001) assinala que a constituição dos espaços do "mandar" e do "fazer" estão diretamente vinculados à criação e recriação dos arranjos espaciais.

3.3.1 Apropriação do território fluminense no período colonial

As terras incorporadas ao território da Capitania, depois Província do Rio de Janeiro, foram doadas pela Coroa a Martim Afonso de Souza - capitania de São Vicente¹⁸⁷ - e a de Pero Góes da Silveira - Capitania de São Tomé, depois Paraíba do Sul. Sua ocupação primitiva, embora inicialmente dificultada pela presença francesa na Guanabara em meados do século XVI, foi impulsionada devido ao receio de Portugal em perder seus territórios. Neste aspecto, a criação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro resultou dos esforços para controlar o território brasileiro tornando-a, na concepção de Reis (1967), a cabeça de um distrito que se consolidou rapidamente a partir da ocupação. Ou seja, a fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565 ocorreu por questões de segurança e defesa do território já que ainda não se esboçava claramente uma política de colonização para o Brasil.¹⁸⁸ No entanto, esse e outros eventos demonstram que a conquista e povoamento da cidade e da Capitania do Rio Janeiro estavam articulados à colonização promovida por Portugal a partir do século XVI, processo que envolveu diferentes setores e interesses da burguesia mercantilista.

Segundo Lamego (1963), a ocupação do território fluminense ocorreu de maneira diversa e motivada por inúmeras circunstâncias, o que teria conformado três segmentos diretores que caracterizaram a sua evolução: a Baixada da Guanabara, a Serra, conhecida também como Sertão do Leste, e a Baixada Campista. Nesse processo, dois centros de irradiação demográfica se estruturaram: o da Guanabara, que resultou do desbravamento de várias zonas serranas desde os limites de São Paulo, até os extremos orientais do Sertão do Leste, e o seguimento que surgiu a partir da ocupação da planície campista, onde um expressivo agrupamento conseguiu se consolidar no século XVIII após o fracasso da capitania de São Tomé.

Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, a Baixada passou a ser paulatinamente ocupada, tendo o seu desenvolvimento se processado na medida

¹⁸⁷ “Depois de instalar São Vicente, Martim Afonso transpôs a serra de Paranapiacaba e criou outra vila, que posteriormente mudou de sede e nome, transformando-se insensivelmente na atual cidade de São Paulo”. (Abreu, 1977:34). Na perspectiva de Prado (1961) a capitania de São Vicente se divergiu das demais por dirigir “seus filhos” para o interior da colônia ao invés de mantê-los na costa

¹⁸⁸ Seu sítio inicial - a Vila Velha, localizado na entrada da baía de Guanabara entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão, serviu de base para o ataque definitivo aos franceses e a dominação das águas. A partir da vitória portuguesa, a cidade foi transferida para o morro do Castelo, devido à existência de água, de bons ventos e de segurança, passando as autoridades civis, militares e religiosas a se estabelecerem, após a doação de sesmarias, em todo o seu termo.

em que a cidade aperfeiçoava a sua forma de controle sobre os demais espaços.¹⁸⁹ Monopolizando os intercâmbios realizados em sua hinterlândia,¹⁹⁰ a cidade do Rio de Janeiro aos poucos ampliava as suas funções portuária e comercial. Antes mesmo do final do século XVI já estava ocupada parte da hinterlândia carioca, às margens da Baía e as freguesias rurais.¹⁹¹ Essa ocupação concorreu para a penetração no interior fluminense no século seguinte, processo esse que teve como elementos desencadeadores a instalação de engenhos de açúcar e de fazendas para exploração de madeira, localizados próximos aos rios da Baixada. Junto às margens desses rios estabeleceram-se os portos fluviais do Grande Magoé, velho da Piedade ou de Iguaçu, Iriri, Pilar ou Estrela ou Charem e Inhomirim.¹⁹²

Segundo Maia Forte (1928), inúmeras fazendas foram doadas na região do recôncavo da baía de Guanabara nos anos seiscentos em direção a Cabo Frio, a saber: sesmaria concedida a Cristóvão Monteiro, para José Adorno (Peratinim), Simão Mota (rio Magé), Luiz de Góis (rio Iguaçu), Jácome Lopes e Jacome Dória (rio Corumiri), em Cabo Frio, Alexandre Dias (sertão do rio Suruí) Jacome Pinheiro (sertão do Piaçava, da aldeia de Itambi), Duarte Martins Mourão (Magé), Cristóvão de Barros e Miguel de Moura (sertões do rio Macacu), Antonio Fonseca (rio Inhomirim), Brás Cubas (rio Meriti) e Pedro Cubas, em Jacutinga). Nestas fazendas foi o plantio do açúcar que dominou nos primeiros séculos de ocupação.

A ocupação da Baixada se processou em quatro pontos diferentes: Cabo Frio,¹⁹³ Baía de Guanabara, região de Ilha Grande e proximidades da foz do Paraíba como consequência da doação de terras, da plantação de cana de açúcar e da pecuária. Dos séculos XVI até o XX, a cana de açúcar representou a principal atividade econômica da Baixada, estabelecendo-se logo após a expulsão dos

¹⁸⁹ Reis (1967) ressalta que o quadro urbano do Rio de Janeiro era constituído pelos núcleos de São Gonçalo e São Lourenço, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Cabo Frio, Barra de São João da Praia, Macaé, Barra de São João e as cidades criadas em função da necessidade de conquista do interior foram Magé e Campos dos Goitacazes.

¹⁹⁰ Destacou-se como uma das primeiras sesmarias concedidas na Baixada a de Cristóvão Monteiro, que se localizava na parte meridional e media quatro léguas. Essas terras mais tarde doadas para os padres da Companhia de Jesus se multiplicaram. Os jesuítas realizaram nesta sesmaria melhorias, desenvolvendo diversas atividades, como cultivo e a criação de gado. Com a expulsão dos religiosos transferiu-se para a Coroa os seus domínios e, após a Independência, passaram essas propriedades a pertencer ao Império brasileiro, denominando-se - Fazenda Imperial de Santa Cruz - hoje abrangendo mais de dez municípios do estado do Rio de Janeiro.

¹⁹¹ Fridman (1999) citando Lamego (1945) lembra que apenas um porto e uma cidade monopolizavam o mercado e satisfiziam as necessidades de intercâmbio de toda a vasta zona do recôncavo.

¹⁹² Para Bernardes (1995), apesar da grande importância desses portos fluviais no processo de povoamento, nenhum deles cresceu a ponto de influenciar a transformação dos povoados em vilas.

¹⁹³ Fundado no século XVII como uma feitoria, Cabo Frio constituiu-se no marco inicial de povoamento do território fluminense. Em 1685 existia em Cabo Frio uma povoação com nome de cidade e uma fortaleza sem gente, umas poucas dúzias de habitantes portugueses e uma aldeia de índios.

franceses em 1567. A chamada “zona velha” do açúcar se caracterizou pela existência de médias e grandes propriedades que se instalaram principalmente próximas às bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Pilar, Saracuna, Inhomirim, Suruí, Magé, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba. O bom êxito dessa cultura, aclimatada à região, concorreu para a multiplicação dos engenhos que se espalharam desde os extremos costeiros de Parati e escarpas serranas até as planícies de Campos.¹⁹⁴ Nos dois primeiros séculos de ocupação, em função do sucesso dessa atividade, a cidade de Campos, anteriormente à abertura do Caminho Novo, já se destacava como uma grande área produtora e exportadora do açúcar. Canabrava (1951) lembra que, a partir do século XVII, o plantio e desenvolvimento do açúcar permitiram a participação do Brasil no comércio mundial, suplantando a primazia da madeira e, em função dos elevados lucros propiciados pelo cultivo da cana, o governo português estimulava a sua produção por meio de isenção de impostos.¹⁹⁵

Atribui-se ao bom desempenho da economia açucareira no século XVIII até as primeiras décadas do XIX no Rio de Janeiro, o apoio governamental e a evolução dos preços no mercado internacional, sobretudo nos períodos de conflito que ocorreram nos Estados Unidos quando de sua Independência e, na França - 1780 a 1806 - quando a produção das Antilhas francesas diminuiu. Foi no governo do Marquês de Lavradio (1769 a 1779) que se assistiu o maior incremento da sua produção com a instalação de inúmeros engenhos nas terras fluminenses.¹⁹⁶ Desta forma entre 1771 a 1778 foram criados 158 engenhos na Capitania, que somados aos 163 existentes perfaziam ao final da administração do Vice-Rei cerca de 321 unidades de produção (Wehling, 1982).

Caracterizava-se a produção açucareira da Província por pequenas unidades produtoras e pela utilização de técnicas rudimentares. Ainda de acordo com Wehling (op.cit.), em um total de 321 engenhos, 7,6% eram grandes (produziam mais de 40 caixas - 1.400 arrobas/ano), 24% eram médios, produzindo entre 20 a 39

¹⁹⁴ Cabe ressaltar que o bom desempenho da economia do açúcar entre os anos de 1780 a 1820, isto é, em um momento de declínio da mineração, foi responsável pela recuperação parcial da economia colonial. Tal processo ocorreu tanto pela melhoria da produção do açúcar voltado para a exportação, como também pela diversificação dos produtos exportáveis, como o anil, o algodão, os couros e o tabaco. (Wehling, 1982)

¹⁹⁵ No século XVII foi a produção do açúcar do Nordeste que mais contribuiu no comércio mundial, tanto por apresentar melhores preços, como em função de sua melhor qualidade.

¹⁹⁶ Canabrava (1951) coloca que a partir da segunda metade do século XVIII a produção dos engenhos elevou-se em função das melhorias técnicas, como a utilização do bagaço de cana como combustível, sobretudo no Nordeste. De acordo com a autora a água foi primeiramente empregada como motor do engenho, mas já no século XVI apareciam os engenhos movidos a força animal..

caixas com 700 a 135 arrobas por ano e 68,4% eram pequenos, produzindo 19 caixas com 675 arrobas por ano. Vale ressaltar que Campos era o distrito que no século XVIII concentrava um maior número de pequenos engenhos. No distrito de Campos, em 1778, dos 103 engenhos novos apenas um poderia ser considerado como grande. De acordo com o autor entre o período de 1779 e 1789, as exportações do açúcar mantiveram-se inalteradas, multiplicando-se a partir de 1779, em função da melhoria dos preços.

No processo de recuperação agrícola que ocorreu no Brasil no século XVIII, a produção da Província teve um papel destacado. De acordo com os dados da tabela 1 podemos observar que, ocupando o terceiro lugar em diversos anos, a terra fluminense passou a ser a maior área produtora do Brasil a partir de 1798, com exceção do ano de 1800.

Tabela 1 - Exportação de açúcar das principais capitânicas, 1796 – 1807

| Ano | Rio de Janeiro | Bahia | Pernambuco |
|------|----------------|---------|------------|
| 1796 | 475.672 | 676.163 | 502.538 |
| 1797 | 222.551 | 248.696 | 201.470 |
| 1798 | 801.088 | 434.468 | 342.695 |
| 1799 | 523.868 | 373.168 | 417.114 |
| 1800 | 153.035 | 339.718 | 365.296 |
| 1801 | 870.202 | 598.985 | 647.753 |
| 1802 | 674.481 | 163.662 | 452.857 |
| 1803 | 520.771 | 498.458 | 302.490 |
| 1804 | 397.514 | 343.357 | 436.971 |
| 1805 | 444.315 | 499.307 | 559.725 |
| 1806 | 568.640 | 450.628 | 670.633 |
| 1807 | 561.945 | 511.292 | 421.104 |

Fonte: Relações Parciais dos Mestres de Campo ao Marques do Lavradio. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 46: 289.

Segundo Wehling os fatores que estavam associados à recuperação e destaque nas exportações do açúcar da Província a partir de 1790 foram: a) investimentos contínuos do marquês de Lavradio e de Luis de Vasconcelos e Sousa, b) maior quantidade de engenho em relação à Bahia e Pernambuco, c) maior grau de inovação da produção, d) ocupação de novas terras em direção a Angra e Parati e ao sul e ao norte Campos, e) maiores investimentos na ampliação dos engenhos e estabelecimento de novas unidades a partir de 1796.

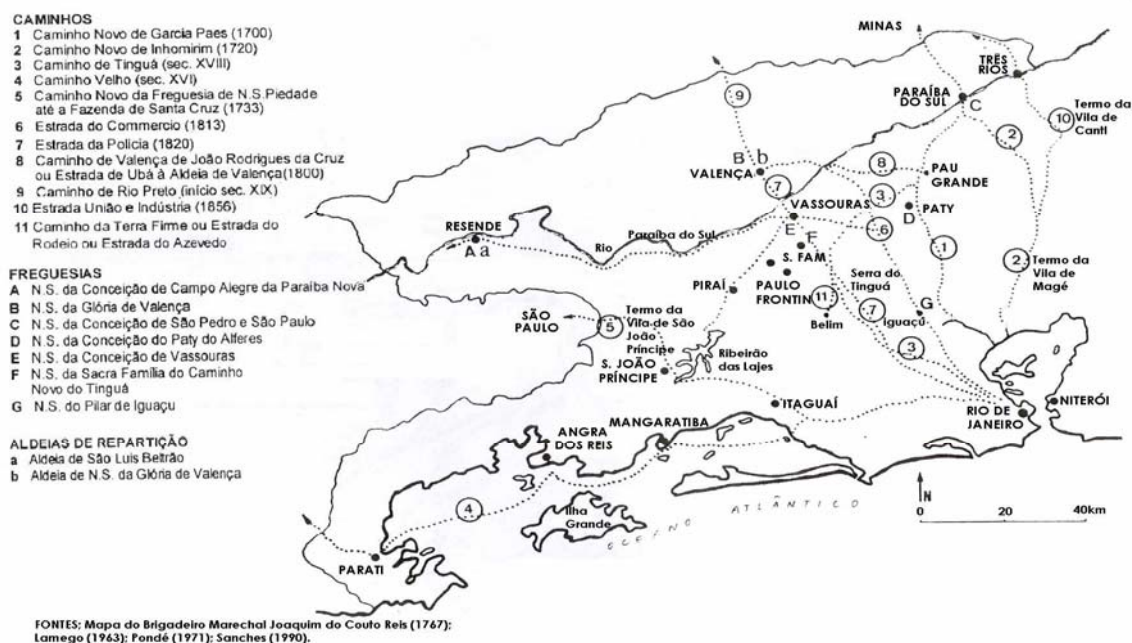
O sucesso da cultura da cana levou à ocupação do entorno da baía de Guanabara com pequenos núcleos que se comunicavam com o mar através dos rios

que nela desembocavam. Nestes rios - principais meios de comunicação entre a baixada e a baía de Guanabara nos primeiros séculos - pequenas embarcações transportavam o açúcar, os legumes e a farinha de mandioca. Segundo Oliveira (1966), a região de Parati foi a que primeiramente se destacou na produção da aguardente e a região norte fluminense ocupada, inicialmente com o gado, teve destaque no século seguinte.

Cabe ressaltar o desenvolvimento da pecuária nesta região que paralelamente à atividade dos engenhos de açúcar - com maior peso a partir do século XVII - foi responsável pela apropriação de novas áreas devido às incursões em direção aos Campos dos Goitacazes, levando o seu desbravamento e conquista no século seguinte. Discutiremos melhor este aspecto no último capítulo desta tese.

Conforme coloca Deffontaines (1944 e 1951) a causa da origem de inúmeras aglomerações no Brasil estava associada às mais variadas formas de circulação. Também na Província do Rio de Janeiro tal processo ocorreu, uma vez que o surgimento de várias cidades esteve vinculado à abertura no século XVI de vias como o Caminho Velho, que ligava a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo e, mais tarde, o Caminho Novo, que assegurou o controle e acesso às Minas Gerais e a futura transferência da sede do governo para a cidade em 1763. (ver mapa 6)

Mapa 6 - Caminhos do Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX



Fonte: retirado de Fridman, Fania. A formação da rede urbana no Sertão do Oeste fluminense, 2002.

Conforme discute Fridman (2002), a abertura de caminhos no chamado sertão oeste esteve vinculada a um plano de povoamento, cujos resultados redefiniram a paisagem nesta região da Capitania e depois Província do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o *rush* do ouro foi o responsável pela ocupação do interior fluminense, processo que se acelerou com a abertura de novas picadas e a intensificação do povoamento nas margens das respectivas vias com ranchos, roças, estalagens e pequenos povoados. Ao longo desses caminhos instalaram-se registros, pousos de tropas, estalagens e pequenas casas, bem como postos de fiscalização tributária e, nas redondezas, fazendas voltadas para a produção de alimentos, visando o abastecimento dos mineiros. Cabe assinalar o desenvolvimento de uma praça mercantil localizada na cidade do Rio de Janeiro em decorrência do comércio do ouro, processo que financiou a expansão açucareira na antiga Capitania durante o século XVIII e a explosão cafeeira no XIX. Para Reis (1967), no entanto: “É certo que o interior da Capitania do Rio de Janeiro, ao transferir para ela a sede do governo do Estado Brasil, não compunha uma região de povoamento continuado. Ao contrário, o que ocorria era justamente a descontinuidade da ocupação” (op.cit., p.316).

No século XVIII o ouro e as pedras preciosas das Minas eram provenientes do Caminho dos Guainases, trilha aberta pelos índios que passava pelas baías de Angra e Sepetiba, Parati, São Paulo, Santos, Ubatuba e as Minas, seguindo o roteiro dos bandeirantes. Conforme informa Fridman (1999), devido aos perigos enfrentados para percorrer o Caminho Velho, sobretudo em função dos piratas,¹⁹⁷ e a necessidade de melhor controlar o transporte do ouro, o rei aprovou em 1725, a demanda do coronel general de São Paulo Rodrigo César de Meneses de efetivar a comunicação terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro, o chamado Caminho Novo e da Piedade.¹⁹⁸ De acordo com Abreu (1975), o paulista Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Paes, conhecido como o governador das esmeraldas, se ofereceu ao governador Artur de Sá para abrir um outro caminho de comunicação direta entre a região das Minas e o Rio, que ficou conhecido como

¹⁹⁷ Guaratiba constituía-se em uma das mais importantes passagens do ouro vindo das Minas pelo Caminho Velho. Em função da sua costa ser pouco fiscalizada era visitada constantemente pelos piratas.

¹⁹⁸ Esse caminho transpunha a serra da Mantiqueira até alcançar Taubaté e depois Parati, seguindo por terra até a cidade do Rio de Janeiro. Abreu (1975) coloca que os caminhos entre São Paulo e Rio de Janeiro eram bem variados e muitos moradores da “serra acima” procuravam saída para as águas da ilha Grande ou Angra dos Reis, pois era mais fácil o transporte por terra ou por pequenos navios a vela até a capital.

Caminho Novo. Aceito pelo governador, o caminho ia beirando o Paraibuna até o Paraíba do Sul e, transpondo a divisória deste, dirigia-se ao rio Morobaí ou Pilar.¹⁹⁹

No período do ouro, de acordo com Fridman (op. cit.), foram erigidos os registros de Itaguaí, Piranema, Curral Falso, da Ponte, do Pouso rio, do Morro da Onça e das Caveiras, sendo criados inúmeros povoados que se transformaram mais tarde em vilas e cidades, como a de Paraíba do Sul e Pati dos Alferes.²⁰⁰ O processo de formação da hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro se apoiou no transporte marítimo e fluvial, responsável pelo escoamento dos produtos provenientes de inúmeras regiões da Baixada. O serviço de transporte de mercadorias era realizado em embarcações próprias e aquele para a população, prestado pelo governo, constituía-se num tipo de serviço “público”. Tendo em vista o papel assumido pelos portos e ancoradouros nesse contexto, a autora sugere que tais espaços constituíram-se em vetores de expansão ou atração de uma localidade no Rio de Janeiro.

A rede de cidades do Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XVIII apresentou grande crescimento em função da penetração dos conquistadores no território, propiciado pela multiplicação dos caminhos, o que na perspectiva de Abreu (op.cit.) foi fator responsável pela prosperidade da cidade de São Sebastião. Neste contexto surgiram inúmeras núcleos, tais como São Pedro de Aldeia, Iguacu, Inhomirim, Miriti, São Gonçalo, Itaboraí, Porto das Caixas, Rio Bonito, Capivari, Araruama, Cantagalo, Paraíba do Sul, Pati do Alferes, Itaguaí, São João Príncipe, Campo Alegre, dentre outros. Cabe assinalar que nos setecentos, o porto a serviço da produção açucareira tornou-se também do ouro e na baía de Guanabara, em frente à cidade do Rio de Janeiro, ancoravam navios de guerra para comboiar a frota que seguia anualmente para Portugal.

Segundo Reis (op.cit.), a Carta da Capitania elaborada por Manuel Vieira de Leão em 1767, a pedido do Vice-Rei, é um indicador do povoamento da

¹⁹⁹ “Três foram os primitivos caminhos que puseram em comunicação a cidade do Rio de Janeiro com as terras de além Paraíba do Sul e Paraibuna. Rodrigues Pais, partia no norte do Pilar, transpunha a serra, passava as roças Marcos da Costa nas cabeceiras do rio Santana, Pati etc. O segundo, depois de passado o Paraíba do Sul, desenvolvia-se pelas margens do Piabanha e Inhomirim: de Inhomirim vinha-se embarcado para o Rio; a praia dos Mineiros era o ponto de desembarque. O terceiro, vulgarmente chamado caminho novo, passava por Meriti, Maxambomba e Sacra Família. Todos os três se reuniam na bacia do Paraíba do Sul e transpunham a divisa das águas para a Guanabara, onde feneciam.”(Abreu, 1975).

²⁰⁰ De acordo com Rahy (1999), a cidade de Cantagalo foi a única que teve seu desenvolvimento diretamente vinculado ao sucesso da mineração, pois nesta foi encontrado ouro no final do século XVIII nos aluviões dos rios Negro, Grande e Macuco. Porém, devido à inexpressiva produção, tal atividade teve duração reduzida, passando a região a ser ocupada efetivamente no século seguinte com a introdução da cultura cafeeira.

Capitania do Rio de Janeiro nesse período. Nesta, além de estarem indicadas as atividades econômicas que prevaleciam na região, tais como o açúcar, o gado, o anil e o tabaco, apareciam também as áreas ocupadas pelas respectivas culturas, o que indicava a extensão da ocupação nos subúrbios da cidade, no brejal dos Goitacazes e nas cercanias do Rio de Janeiro. O autor assinala que no governo do marquês do Lavradio existiam no distrito de Guaratiba, cujos limites iam de Itaguaí a Jacarepaguá, 57 engenhos, 88 casas de farinha, 6 fábricas de anile 8 olarias, 13.1167 cabeças de gado e uma população de 17.927 pessoas, entre as quais 10.064 eram escravos.²⁰¹ No governo do conde de Resende ampliou-se a exportação de açúcar - cerca de 800.000 arrobas que se destinavam para o exterior. O café, introduzido no final deste século na cidade do Rio também se desenvolveu: de 57 arrobas em 1779 exportadas para Lisboa passou em 1797, em função das condições favoráveis da terra, para 8.302.²⁰²

Oliveira (1966) afirma que devido à fertilidade do solo fluminense no litoral, desde meados do século XVI, as ilhas da Guanabara ficaram conhecidas como ilhas dos “sete engenhos”. Analisando também o mapa elaborado do sargento - mór, Vieira Leão, elaborado em meados do século XVIII, afirma a autora que existiam nas terras fluminenses o engenho do Mato, do Monte Vedio, do Pacheco, do Somidouro, de Codeço, do Carmo, da Covanca, do Brejo, da Portela, o engenho Novo, de El Rey, dos Afonsos, da Caxoeira, do Lamarão, do Juari, de São Bento. Havia também destacado em outros pontos do mapa a palavra engenho ou a marca de pequenas engenhocas produtoras de aguardente.

O Rio de Janeiro consolidou-se neste contexto como o principal entreposto comercial, abastecendo de alimentos, vestuários, utensílios, ornamentos entre outros produtos provenientes de Portugal às Minas e, mais tarde, a Goiás e ao Mato Grosso. Ou seja, desta cidade exportava-se a produção da sua Capitania e das regiões interiores que nele tinha a sua porta de saída. O papel comercial desempenhado pela cidade e Capitania do Rio de Janeiro estava em

²⁰¹ Também afirmava que em Campos em 1783 havia 128.580 arrobas de açúcar sendo produzidas em pequenos engenhos. “Entre 1769 e 1783 haviam sido montados 223 engenhos e engenhocas. S. João do Meriti, Pilar Santo Antônio de Jacaretinga. N. S. da Piedade contavam 24 engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente, produzindo 51.858 arrobas de açúcar e 1.561 pipas de aguardente” (Reis, p.317).

²⁰² Lamego (1963) informa que as primeiras mudas de café foram introduzidas na cidade do Rio de Janeiro na chácara dos Barbadinhos e no convento de Santa Teresa, seguindo sua plantação em direção aos sítios localizados nos seus subúrbios. Tal cultura alastrou-se pelos morros dessa cidade, ocupando as encostas da Tijuca, Marapicu e Carioca, avançando em direção às pequenas elevações da Baixada Fluminense, desde Parati até a serra do Mar em Campos.

correspondência com sua importância política, cuja origem se manifestava desde os anos de 1572 quando fora escolhido como sede do governo do Sul em função de sua posição estratégica. Sua projeção, estabelecida a despeito de inúmeros conflitos com outras regiões, como São Paulo e Bahia, se consolidou quando passou a ser sede da capital do governo no século XVIII devido aos interesses portugueses em legitimar o seu território no extremo sul e do contrabando do ouro. Desta forma, a cidade tornou-se uma extensão da metrópole dominante, se afirmando como centro de uma rede urbana ao drenar recursos provenientes de outras regiões e prestar serviços em escala microrregional, distribuindo bens e ordens da rede de cidades controlada pela metrópole portuguesa. Com a evolução da rede de transporte, a sua função vai se consolidar progressivamente ao reter parcela do excedente econômico da sua zona de influência a partir do controle do trânsito e da prestação de serviço para as demais cidades.

A importância da cidade foi ampliada com a transferência da família real portuguesa, passando a cidade e sua Capitania a desfrutarem de um novo *status* em função do título de capital do vasto império luso-brasileiro.²⁰³ Uma série de mudanças de caráter administrativo foi realizada, sendo criados em 1808 os serviços de polícia - Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil - órgãos ministeriais como Ministério do Reino, da Marinha e Ultramar, Guerra e Negócios Estrangeiros, o Desembargo do Paço, Junta do Comércio e demais entidades como o Jardim Botânico, a Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura, a Imprensa Régia, a Escola Médica - Cirúrgica, a Biblioteca Real, o teatro São João entre outros. Os aparatos burocráticos voltados para o atendimento de fins políticos, sociais, econômicos e culturais implantados no século XIX possibilitaram à elite política e intelectual entrar em contato com os costumes das civilizações distantes e a ter acesso a seu acervo científico e cultural, instaurando-se novas formas de vestir, se alimentar e habitar. Cabe ressaltar que com a revogação do tratado que proibia a circulação e comércio com os estrangeiros, bem como o estabelecimento de atividades industriais, as relações da cidade e da Província com o exterior intensificaram-se e chegaram estrangeiros de várias partes do mundo, com

²⁰³ No Almanak do Rio de Janeiro para o ano de 1827, no item denominado "Notícia Topographica do Brasil", informa que o Império do Brasil no ano de 1827 dividia-se em 19 Províncias, a saber : Cisplatina, São Pedro, Santa Catharina, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goyaz, Minas Geraes, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahiba, Rio Grande, Ceará, Piauí, Maranhão, e Pará. (In. RIHGB, 1973, p.144)

destaque aos ingleses e franceses, o que desenvolveu ainda mais o comércio do Rio. Em 1822, existiam 1.619 casas de negócio e o movimento do porto, que em 1808 era de 765 navios portugueses e 83 estrangeiros, passou a ser em 1810 de 1.214 portugueses e 42 estrangeiros. Desta forma as mudanças institucionais e as novas circunstâncias políticas e econômicas resultaram numa série de melhoramentos e no crescimento da cidade, que expandiu ainda mais a sua base geográfica.²⁰⁴ A evolução da cidade, segundo Reis (1967), pode ser constatada a partir das informações constantes nas Cartas elaboradas em 1808 e de 1820, esta última registrando uma mudança significativa no sítio.

“Em 1817, saíam pelo Rio 680.000 arrobas de açúcar, 320.000 de algodão, 298.999 de café, 80.000 quintais de fumo e 512.000 peças de couro” (Reis, op.cit., p.325). O crescimento e a diversidade da pauta de exportação e importação refletiam o desenvolvimento da cidade e da Capitania e a sua importância política e econômica no Brasil no segundo decênio do século.²⁰⁵

Do ponto de vista populacional, ao encerrar-se o século XVIII havia 168.709 habitantes, dos quais 82.444 escravos e 86.324 pessoas livres, em 1821 a população passou para 332.656, das quais 158.881 eram livres e 173.75 escravos.²⁰⁶ O incremento populacional deveu-se em parte ao dinamismo econômico da região no início do século XIX, a despeito da crise política pela qual estava passando o Brasil. Cabe ressaltar que no século XVIII existiam 161 engenhos açúcar e 253 de aguardentes e somente em Campos este número era de 324.

Considerando a importância dos portos do litoral e do comércio existente entre diferentes localidades na Capitania do Rio de Janeiro, podemos observar a partir do quadro abaixo o movimento de importação e exportação no ano de 1839. Conforme os dados indicam, o café era o principal e mais avultado ramo de exportação dos portos de Parati, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e, talvez, Cabo Frio. Importante lembrar que parte dos produtos da Província fluminense era conduzido por terra para o grande mercado da capital. Ou seja, a produção agrícola escoada principalmente do porto de São João era vendida na cidade do Rio de Janeiro.

²⁰⁴

²⁰⁵ “Da Inglaterra, importavam-se produtos manufaturados, de Portugal, comestíveis, louça e peças de uso doméstico diário, da França, artigos de luxo, móveis, bebidas, fazendas, dos portos africanos, escravos, dos Estados Unidos e Buenos Aires, trigo”. (Reis, op.cit.. p. 325)

²⁰⁶

Tabela 2 - Movimento de importações e exportações realizado por embarcações nos portos da Província do Rio de Janeiro - 1839

| Portos | Nº das embarcações | Toneladas | Tripulações | | |
|-------------------|--------------------|-----------|-------------|----------|-------|
| | | | Livres | Escravos | Total |
| São João da Barra | 93 | 6276 | 466 | 265 | 731 |
| Angra dos Reis | 24 | 962 | 92 | 62 | 151 |
| Macaé e S. João | 24 | 380 | 54 | 91 | 145 |
| Cabo Frio | 22 | 920 | 79 | 60 | 169 |
| Itaguaí | 22 | 1051 | 75 | 89 | 161 |
| Mangaratiba | 12 | 850 | 36 | 67 | 103 |
| Parati | 6 | 371 | 25 | 23 | 48 |
| Total | 203 | 10810 | 827 | 657 | 1484 |

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1839.

Assinalando também a importância da economia fluminense e dos fluxos comerciais no decorrer do século XIX, podemos notar a partir das informações da tabela 3 os itens que compunham a pauta de exportação do Rio de Janeiro. Conforme indicam os dados, o açúcar apresentava uma expressiva produção no início do XIX, mas ao final do século sofreu redução significativa. Seguido do açúcar, o comércio de peles era o que mais se destacava neste período. A produção do fumo e do algodão variou pouco nas duas primeiras décadas dos 800, elevando-se a partir da segunda metade do XIX.

Tabela 3 - Produção Fluminense exportada em arrobas

| Ano | Açúcar | Aguardente (canados) | Fumo | Algodão | Peles | Café |
|-----------|-----------|----------------------|---------|---------|---------|------------------|
| 1823 | 1.206.250 | - | 61.860 | 35.592 | 273.540 | - |
| 1825 | 1.116.900 | - | 48.541 | 13.604 | 261.910 | - |
| 1826 | 1.025.250 | - | 62.247 | 17.796 | 384.178 | - |
| 1828 | 1.062.609 | - | 56.626 | 19.760 | 207.277 | - |
| 1861 | | | | | | 7.554.735 |
| 1862 | | | | | | 5.136.564 |
| 1863-1864 | 574.503 | 553,682 | 98.140 | 30.402 | - | 4.869.182 (1863) |
| 1864-1865 | 283.177 | 596,579 | 87.021 | 31.201 | - | 5.479.544 (1864) |
| 1865-1866 | 194.310 | 470,953 | 98.253 | 216.323 | - | 6.284.651 (1865) |
| 1866-1867 | 212.058 | 676,100 | 105.661 | 169.635 | - | 7.072.961 (1866) |
| 1867-1868 | 227.557 | 944,052 | 156.73 | 397.202 | - | 9.308.654 (1867) |
| | | | | | - | 7.775.790 (1868) |
| 1870 | 163.195 | - | 89.679 | 281.273 | - | - |

Fontes: Reis, p. 331, Relatório do Presidente da Província, 1871 e Relatório do Ministério da Fazenda 1871. Organizado da autora.

Conforme indicam os dados da tabela 3, o açúcar e o café eram os principais itens exportados pela Província do Rio de Janeiro. De acordo com Reis (1967) tamanha era a importância destas atividades que se integravam à pauta de exportação do país, confundindo-se com o setor agro-exportador nacional. Em crise no século XVIII, o setor açucareiro buscou se modernizar no século seguinte adotando novos processos de beneficiamento. Com a introdução do vapor a partir de 1815 e a criação de engenhos centrais, novidades que se completaram em 1880, com a implantação das usinas, a produção de açúcar ganhou maior dinamismo, embora formas atrasadas de produção permanecessem.

Na tabela 4 estão descritos os produtos que eram exportados para a Corte e utilizado tanto para o abastecimento de seu mercado, em crescente expansão, como para serem vendidos para o exterior. Confrontando os dados da tabela 2 e 4 podemos concluir que a produção de gêneros como o milho, mandioca, feijão e aguardente eram produzidos, sobretudo na região norte e noroeste fluminense e escoados através do porto de São João da Barra, o mais movimento da Província.

Tabela 4 - Gêneros exportados pelas coletorias dos portos da Província no 1º semestre do ano financeiro de 1849-1850.

| Coletorias | Milho (*) | Feijão (*) | Arroz (*) | Amendoim (*) | Algodão (*) | Café da Província do Rio (**) | Café da Província de São Paulo (**) | Café da Província de Minas Gerais (**) | Total da produção do café (**) |
|---------------------------|-----------|------------|-----------|--------------|-------------|-------------------------------|-------------------------------------|--|--------------------------------|
| Parati | 16 | 16 | 14 | | | 29.103 | 35.211 | - | 64.314 |
| Angra dos Reis | - | | | | | | | | 469.371 |
| Mangaratiba | - | | | | | | | | 398.189 |
| Itaguaí | - | | | | | | | | 188.120 |
| Cabo Frio | 144.506 | 27.740,5 | 194 | 5.249,5 | 21 | | | | 69.393 |
| Macaé | 2:5126 | 1.104 | 22 | - | - | | | | 113.923 |
| Rio de São João | 8.826 | 1.808 | 288 | 4 | 1 | | | | 46.657 |
| São João da Barra | 42 | 4.252 | 24 | - | 113 | | | | 42.623 |
| Total | 155:826 | 35:100,5 | 542 | 5.253,5 | 136 | 1.147.130 | 245.460 | | 1.392.591 |
| Portos da baía de Niterói | - | - | - | - | - | 1.314.562 | | 343.872 | 1.658.434 |
| Total Geral | - | - | - | - | - | 2.461.693 | 245.460 | 343.872 | 3.051.026 |

(*) Alqueires; (**) Arrobas

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1850.

De acordo com a tabela 4, o principal produto econômico exportado pela Província era o café. As demais culturas foram pouco a pouco perdendo espaço frente à produção cafeeira que se expandia no Rio de Janeiro no século XIX. Dessa forma, a rubiácea que em 1835 atingia 1.738.000 arrobas, em 1840 passou para 5.616.00, em 1850 - 5.730.000 e em 1867 - 9.300.00. Em 1870, o Rio de Janeiro produzia quase 70% do café do Brasil (Matos, 1948). A partir de então, a produção do café e conseqüentemente as rendas relacionadas à sua comercialização começaram a despencar, conforme os dados do relatório da Província em 1877 gerava 92.575:504\$064 decresceu para 1.728:259\$379 em 1883. (Relatório do Presidente da Província, 1885). Por outro lado, notamos a partir dos dados das

tabelas 3 e 4 que produtos como o algodão e o fumo ganharam espaço no decorrer da década de 1860, ao passo que o açúcar e a aguardente foram perdendo terreno.

Apesar da crise da lavoura cafeeira, sobretudo a partir de 1870, “o ouro negro” promoveu uma significativa mudança no espaço fluminense, levando à ocupação do Vale do Paraíba do Sul em direção a São Paulo por grupos originários da cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo e também de Minas, estes em função da exaustão da atividade mineradora. Para Lamego (1963), a cultura cafeeira produziu uma verdadeira revolução no espaço fluminense devendo-se a ela o desbravamento da serra e a transformação significativa desta região num curto espaço de tempo. Assim, em decorrência dessa opulenta cultura, desenvolveram-se inúmeras cidades como Resende, São João Marcos, Rio Claro, Piraí, Barra Mansa, Barra do Piraí, Valença, Santa Teresa, Vassouras, Paraíba do Sul, Sapucaia, Carmo, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Vergel, Cordeiro, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Madalena, Trajano de Moraes, São Francisco de Paulo, São Fidélis, Cambuci, Pádua, Miracena, Itaperuna e Bom Jesus, além de dezenas vilas, povoados e arraiais da Baixada.

“Novas estradas, vendas e pousos, capelas e paróquias, tudo isto surge quase de improviso com a opulenta economia do café que, andante sempre, transforma tudo à sua passagem. Estira infindáveis fileiras de tropa pelos caminhos, articula pontes sobre os rios, estreita comunicações, constrói estradas de ferro, impulsiona o comércio, multiplica a população, levanta palácios imponentes em plena brenha e espalha por todo o vale privilegiado cidades às dezenas” (Lamego, op. cit, pág.7).

Conforme já colocado, o café foi responsável pelo desenvolvimento de muitas cidades alterando as suas funções políticas, econômicas e sociais, como Parati que se transformou no segundo maior porto do Brasil meridional e Barra de São João, um dos mais importantes portos do norte fluminense. O crescimento populacional, econômico e político das cidades fluminenses foi acompanhado pelo aumento das vias de comunicação, sendo, sobretudo, ampliada a rede de estradas que representavam os principais troncos comerciais da Província. Tornaram-se, também, freqüentes a navegação entre o Rio de Janeiro e os portos fluviais e marítimos por onde eram transportados produtos como cerâmica, artefatos de palha, melado, rapadura, doces, aguardente, açúcar, algodão, cereais, toucinho, carnes

preparadas, mercadorias, não somente provenientes da Província, mas produzidas em Minas Gerais e São Paulo. (Matos, 1949).

Cabe ressaltar que importantes transformações sócio-espaciais na Província durante o século XIX deveram-se ao sucesso da opulenta cultura da cana de açúcar, que se expandiu de forma significativa nas regiões sul e norte fluminense desde o século XVI. Desta forma, paralelamente às mudanças nas relações políticas e socioeconômicas geradas pelos elevados lucros do café, também se assistiu a transformações sócio-espaciais decorrentes dos lucros da produção e exportação da cana-de-açúcar realizada principalmente na região de Campos.

No entanto, a revolução provocada pela rubiácea representou um duro golpe nas vilas e cidades que tinham nascido à beira de rios e nos pontos iniciais da cordilheira, como Iguaçú, Pilar, Estrela, Inhomirim e Porto das Caixas. Exercendo significativa função de transbordo de produtos nas primeiras décadas do XIX, tais cidades assistiram à sua decadência econômica tão logo se desenvolveram outros caminhos e novas prioridades foram eleitas pelo governo provincial. Tal processo viria a se consolidar com a introdução da estrada de ferro, que diminuiu de forma significativa o comércio exercido nestas localidades através de seus portos.

Com a extinção do tráfico de escravos, a economia fluminense a partir de 1850 sofreu um baque, crise que na década de 60 ficou mais explícita com a queda nas exportações do café. Tal processo tendeu à especialização e ao respectivo abandono da produção de alimentos passaram a ser importados, elevando ainda mais os custos de produção e a manutenção da mão de obra cativa. Em função de um número limitado de fazendas ter incorporado métodos modernos de produção, o nível de produtividade da Província não conseguiu aumentar, o que concorreu para a ascensão da lavoura no oeste paulista que elevou a sua produção a partir de 1870. No caso do açúcar, os impactos da extinção do tráfico foram ainda mais dramáticos, ao gerar uma queda abrupta nas taxas de produção. Este processo promoveu a saída de um elevado contingente populacional e o fechamento de muitos engenhos. Analisaremos com maiores detalhes tal processo no último capítulo desta tese.

Ampliaram-se as discussões sobre os rumos da lavoura, o que foi caracterizado segundo Carvalho (2003) pelo efervescente debate sobre o futuro do país. De acordo com o autor, os intelectuais e políticos reconheciam que o Brasil dependia da riqueza agrícola, no entanto, esta não era considerada como o caminho

ideal para o desenvolvimento do país. Este aspecto foi verificado em várias falas dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, sobretudo a partir de 1870, quando a crise da lavoura assolava a região fluminense. Argumentavam os presidentes que a forte dependência econômica do café também fora responsável pela decadência dos outros gêneros alimentícios na Província, o que levava à necessidade do governo incentivar a produção das demais culturas.

A partir de 1870 o quadro econômico agravou-se ainda mais, o que concorreu para o esfacelamento das bases do sistema monárquico e o crescimento das reivindicações de autonomia em diferentes regiões da Província. Tal processo se acelerou após a adesão do Imperador ao movimento abolicionista²⁰⁷ e pouco a pouco a Monarquia foi perdendo a sua base de sustentação política, já que muitos dos deputados e senadores do partido Conservador, sobressaindo-se Paulino José Soares de Souza, visconde de Uruguai, eram opositores ferrenhos destas idéias. Cabe ressaltar que muitos dos republicanos argumentavam quanto à grave crise ocasionada à lavoura e à ordem pública caso os escravos fossem libertados; neste sentido também se opunham ao seu fim imediato.²⁰⁸

Até meados de 1880 os partidos monárquicos exerciam o monopólio efetivo na representação da Assembléia Provincial, possuindo o maior assento nesta instituição, quadro este que se manteve até a Proclamação da República. O partido Liberal, minoritário, começou a ocupar mais espaço junto ao governo fluminense quando se vincularam aos conservadores. Foi a partir dessa articulação que as idéias republicanas se fortaleceram e, associado ao movimento em prol da República de São Paulo, tal proposta culminou com o fim do regime monárquico e com a Proclamação da República em 1889.

Vale lembrar que o partido Republicano Fluminense foi fundado durante o Congresso Republicano Provincial realizado em 13 de novembro de 1888. Neste

²⁰⁷ A crise se ampliou ainda mais quando foi promulgado o regulamento de 1888 criando uma nova tabela de impostos sobre indústrias e profissões, ainda que em 1887 tenha sido suprimido o imposto sobre exportação do açúcar beneficiando os proprietários rurais. Os comerciantes de Niterói e Campos, as maiores cidades fluminenses, entraram em atrito com o governo e se recusaram a pagar o imposto.

²⁰⁸ Na Assembléia Provincial, Francisco Portela, médico residente em Campos, foi um dos primeiros republicanos influentes da Província que reivindicava a instalação da República. Presidido por ele em 18 de março de 1888 reuniu-se o Congresso Agrícola de Campos que aprovou moção ao governo imperial, pedindo o fim da escravidão. Seguiu-se da libertação maciça de escravos, medida que foi imitada pelos municípios de São João da Barra, São Fidélis, Macaé, Petrópolis, Cantagalo e Nova Friburgo. Vale lembrar que em 1881 o presidente mencionava no item do relatório "tranquilidade pública e segurança individual" que tinha sido abortado o plano de insurreição dos escravos na freguesia de Campo Belo, em Resende. Dizia que alguns criminosos prometendo liberdade aliciaram escravos para saquear as fazendas e povoações dos municípios, mas que fugiram tão logo o plano foi descoberto pelas autoridades. Em 1882 e 1883 relatos do presidente assinalam insurreições de escravos e problemas na administração da justiça em algumas localidades.

evento foram lançadas as bases para combater a monarquia e um plano para apoiar os ex-proprietários de escravos dissidentes do sistema monárquico.²⁰⁹ Ou seja, até 1888 o movimento republicano do Rio de Janeiro era inexpressivo, ampliando-se a partir de então graças à propaganda feita principalmente por Silva Jardim, que viajou para diversas partes da Província com o objetivo de difundir suas idéias. Posteriormente criaram-se mais de 30 clubes republicanos no território fluminense, o que teve impacto nas eleições para deputados, pois cada vez mais os partidários das idéias republicanas ocuparam cadeiras na Assembléia.

As transformações políticas e econômicas da Província significaram mudanças na sua ordem espacial. Dessa forma, ao longo do século XIX ampliou-se a sua base urbana e seus núcleos pouco a pouco se constituíram em locais onde despontaram novas oportunidades de trabalho, moradia e lazer. Nas cidades, as idéias de emancipação dos cativos, de construção de uma nova civilidade e de um novo ideal político, social, econômico e cultural se fortaleceram, desenvolvendo-se formas de trabalhos e ação que singularizaram a atividade exercida pelo escravo urbano do rural e do branco pobre. Desta forma foi possível observar uma relativa mobilidade das camadas inferiores da sociedade como decorrência do crescimento das atividades citadinas, tais como o artesanato, o pequeno comércio e os serviços que permitiram a ascensão dos grupos sociais não necessariamente vinculados à produção agrícola. Mas, apesar disso, a conciliação de interesses envolvendo as oligarquias agrárias - em geral representantes das Câmaras - particularizaram o papel de nossas cidades e dos grupos sociais que dela faziam parte, em relação às européias, pois a rede de serviços públicos e privados nelas implantada esteve na maior parte das vezes vinculada ao regime de clientela, o que reforçava a dependência dos grupos urbanos aos agrários.

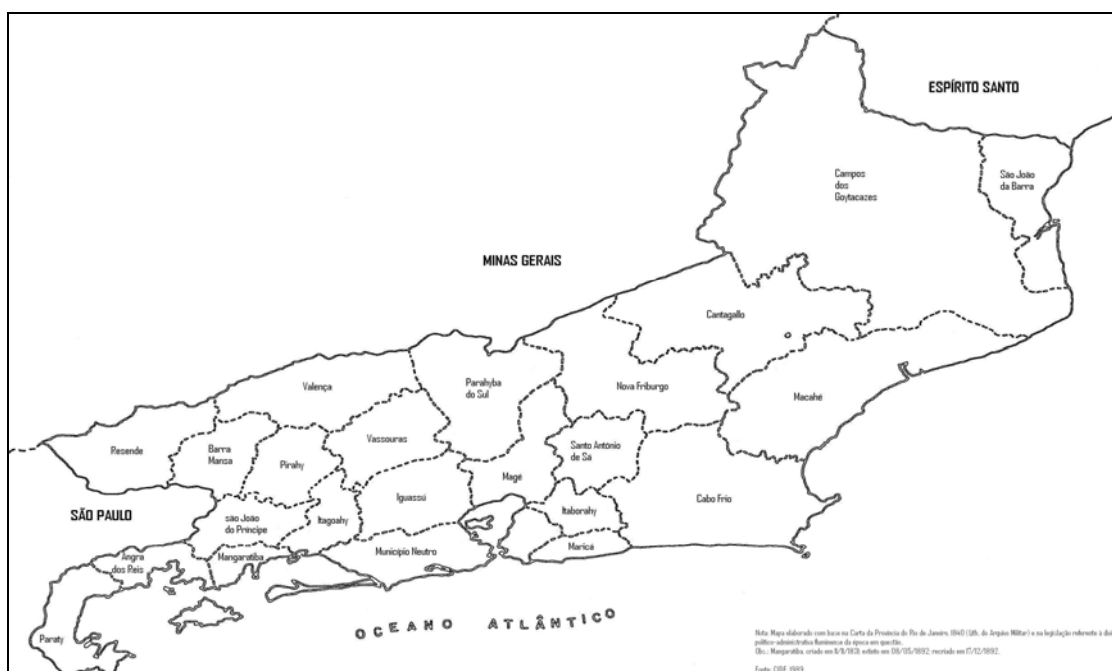
Portanto, concordamos em parte com Deffontaines quando se reporta à característica instável das cidades brasileiras. Notamos que no caso do Rio de Janeiro no século XIX tal processo não pode ser explicado apenas pela fragilidade do mercado ou mesmo inexistência deste, uma vez que em algumas cidades fluminenses existiram trocas expressivas de bens e um certo nível de especialização

²⁰⁹ Ao contrário do Manifesto Republicano Paulista de 1873, no manifesto do Rio não era mencionada a questão do federalismo, um ponto central de diferenciação do sistema monárquico. Na perspectiva de alguns historiadores, a omissão do Rio de Janeiro a esta questão refletia os diferentes interesses econômicos e políticos da Província fluminense.

que inclusive foi responsável pela formação de uma rede urbana. Tal instabilidade, a nosso ver, esteve relacionado aos vínculos políticos que asseguraram que certos grupos locais obtivessem privilégios em detrimento de outros, levando à “morte” de parte significativa das funções exercidas em inúmeros núcleos urbanos, mas não ao seu desaparecimento. Neste sentido, o que melhor caracterizou a dinâmica do espaço fluminense a partir de meados do XIX foi o nascimento de cidades e a perda das funções econômica e política de um número significativo delas.

De acordo com os mapas 7, 8 e 9 podemos notar que o século XIX caracterizou-se pelo processo de criação de inúmeros municípios na Província do Rio de Janeiro, o que transformou a paisagem das regiões voltadas para a produção do café, localizadas, sobretudo, no Vale do Paraíba ou do Caminho Novo para São Paulo, mas também aquelas relacionadas à produção do açúcar na região de Campos e do sal em Cabo Frio. Desta forma, a marcha de povoamento para o interior foi acelerada pela multiplicação de cidades, anteriormente freguesias, vilas e arraiais, e pelo processo de criação de estradas e caminhos. (ver anexo 4).

Mapa 7 - Cidades da Província do Rio de Janeiro - 1840.



Mapa 8 - Cidades da Província do Rio de Janeiro – 1872



Mapa 9 - Cidades da Província do Rio de Janeiro - 1892



Fonte: retirado de CIDE, 1989.

O novo centro econômico que despontou a partir de 1860 com o deslocamento dos cafezais para a região leste da Província, entre Cantagalo e Paraíba do Sul, foi responsável pela criação de novas cidades e a decadência de

antigos núcleos portuários que, anteriormente, cumpriam significativo papel no escoamento das mercadorias provinciais. Conforme podemos notar nos mapas acima tal processo promoveu, paralelamente ao retalhamento das terras fluminenses, o crescimento da área de alguns municípios, instaurando uma verdadeira “dança das fronteiras” entre 1840 a 1888.

Ao ter como proposta “a conquista do interior”, a política territorial adotada na Província parece ter tido grande êxito, pois conseguiu ao mesmo tempo promover o povoamento do sertão e legitimar o poder imperial. Neste sentido, conforme coloca Lamego (1963), em torno da proposta de unidade nacional, o Imperador, por meio de acordos estabelecidos com a aristocracia rural, teria levado a “civilização” ao sertão fluminense.

Conforme apontado pelo autor, o trabalho realizado pelos “barões do café”, associado ao Estado Imperial, visava povoar e desbravar o sertão fluminense e teria sido motivado por razões telúricas e culturais mas, sobretudo em face do desempenho da cultura cafeeira, imprimiu uma série de mudanças na região:

“O Império deu à terra fluminense uma densa rede ferroviária, e ao mesmo tempo um plano de rodovias compatível com as suas necessidades e que ainda hoje subsiste. (...) graças a ele, foi introduzida no Brasil a navegação fluvial a vapor nos rios da baixada em busca de pontos iniciais de várias estradas da Serra. Essa navegação, porém, desapareceu com as estradas de ferro, mesmo a do Paraíba indo até São Fidélis ou se internado pelo Muriaé até Cardoso Moreira. (...) De fazenda em fazenda, podia-se ir por toda a Serra ou descê-la para os vários portos de mar. Em certas zonas, como nas terras da família Clemente Pinto, em Cantagalo e Nova Friburgo, e nas dos ricos senhores de Vassouras, Marques de Valença e Barra Mansa, boas estradas carroçáveis completadas por numerosas pontes construídas pelos barões do café, permitiram o tráfego de toda sorte de veículos” (op.cit., 1963:409-13)

No que se refere ao papel dos barões do café, Lamego (op.cit.) afirma que estes foram os maiores planejadores do espaço fluminense, destacando-se tanto no investimento de estradas de ferro, como em rodovias, o que promoveu a penetração no sertão fluminense e o retalhamento da terra em milhares de propriedades agrícolas.²¹⁰ Frisou também o papel da juventude da região do Vale do

²¹⁰ De acordo com o autor a mais notável rodovia do Império era a União Indústria que, seguindo do vale do Piabanha, atravessava o Paraíba por uma ponte de ferro. Era considerada uma das melhores estradas do

Paraíba fluminense que se dirigiu para as academias superiores existentes em Recife, em São Paulo e no Rio, ocupando postos relativos às profissões liberais e às altas esferas da vida parlamentar e política do país. Este aspecto é ressaltado pelos historiadores que afirmam o poder dos políticos fluminenses no processo de tomada de decisões e na constituição da Nação no período imperial, muito embora alguns trabalhos venham recentemente destacando as influências dos líderes de outras Províncias no arranjo político e econômico naquele contexto.

Apesar de podermos relativizar vários aspectos nas conclusões deste autor sobre o caráter civilizatório dos principais agentes que interferiram na produção do espaço da Província fluminense, sobretudo pelo direcionamento positivista de sua abordagem, chama a atenção os dados apresentados sobre a produção das redes ferroviária e rodoviária empreendidas no Império. Para o autor, o Império teria dado, além de uma densa rede ferroviária, um plano de rodovias que, pelo seu volume e técnica, ainda se apresentava compatível com as demandas da República Velha.²¹¹

Portanto, as questões como abastecimento da Província, conquista do sertão, aumento da rendas e legitimação do poder imperial que fundamentaram as propostas de incentivo à produção em pequenos lotes e, nesta linha, o estímulo à imigração e a criação de núcleos coloniais, a política de abertura de estradas e o incentivo à criação de vilas e cidades, nos pareceram eficazes, apesar do pouco sucesso alcançado em algumas áreas.²¹²

3.4 REDE URBANA E FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

As considerações levantadas pelos autores sobre o surgimento dos aglomerados urbanos no Brasil colonial e imperial remetem às análises realizadas por Lefèbvre (1991) ao discutir o papel das aglomerações no âmbito de constituição do sistema capitalista, questão central para compreender a criação e recriação das cidades naquele contexto.

mondo, constituindo-se numa revolução em termos de transporte no Brasil. Iniciada em 1852, permitiu a travessia da serra do Mar em carruagens do Rio de Janeiro a Minas Gerais.

²¹¹ Para Lamego (1963) durante a primeira fase da Primeira República houve um acréscimo de menos de um terço das vias férreas já existentes. Reafirmando o caráter revolucionário da política imperial em termos da produção do sistema de transporte, apresenta em seu texto as ações implementadas pelo governo, tais como a navegação a fluvial e a vapor nos rios da Baixada e a construção de várias estradas da Serra.

²¹² Por terem sido estas propostas contrárias aos interesses dos grandes proprietários, geraram inúmeros conflitos que ocasionaram o abandono de muitas delas.

As cidades exerceram um papel fundamental no âmbito de constituição do sistema capitalista, tendo em vista a mudança operada pela sociedade em função da divisão do trabalho e o surgimento de um novo tipo de regulação (política, econômica e social), operada pela centralização do poder do Estado. Tal processo consagrado nas urbis veio a se consolidar na rede de cidades ligadas por estradas, vias fluviais e marítimas, levando o predomínio de uma cidade sobre as demais. Segue-se que a sociedade no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tendeu a se constituir em uma *rede de cidades*, com uma certa divisão de trabalho (técnica, social e politicamente) feita entre os aglomerados urbanos ligados por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias. Pode-se pensar, como coloca o autor, que a divisão do trabalho não foi nem tão extremada, nem tão consciente para que determinasse associações estáveis e o fim das rivalidades e concorrências, fato inclusive assinalado por Deffontaines (1944) para o caso da rede de cidades criadas no Brasil. Esse sistema urbano não chegou a se instalar. “O que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e feito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital” (Lefèbvre, 1991: 5).

Apesar do autor estar analisando o papel das cidades européias, é interessante, pelo menos à primeira vista, identificar traços similares no processo de constituição do sistema urbano no Brasil no século XIX, tendo em vista a redefinição aqui da política, da economia e do espaço. A questão que se coloca é compreender até que ponto as cidades brasileiras, em especial as fluminenses, foram ou não suporte de um novo “modo de viver”, comportando sistemas de objetos e valores diferentes do campo neste período.

Entendemos que a formação de rede de cidades no Brasil revelava uma prática espacial cuja manifestação mais expressiva veio do fato de ter promovido uma maior mobilidade do espaço, revolucionando as relações estabelecidas entre campo-cidade. Tal processo por envolver um jogo de escalas, na qual o poder central teve um importante papel, veio demonstrar a capacidade de alguns agentes, entre eles o Estado, a Igreja e os grupos constituídos de comerciantes e financistas, em delimitar o seu poder político, econômico e social. No nosso entender e, nesse caso, complementando a discussão realizada por inúmeros historiadores, a constituição de um Estado Moderno e a função de um suposto “Poder

Administrativo” esteve diretamente vinculado à definição de uma estratégia espacial, uma estratégia que se sustentava a partir da articulação de diferentes escalas e, também, pelo “desejo” das sociedades modernas em dominar o homem e a natureza a partir da Razão. Nesse processo, cabe lembrar que a nova forma de ver a cidade denota tanto a transformação da sua materialidade, como o desenvolvimento de uma representação conceitual do mapa em escala. Ou seja, as novas formas de ver e representar a cidade expressaram novas concepções sobre espaço, que passaram a articular os meios artificiais aos naturais, os órgãos da maquinaria urbana - as infra-estruturas - e os componentes físicos do terreno. Este processo, conforme já apontado, estava articulado ao desenvolvimento de diferentes saberes, como os cartográficos, médicos, técnicos, geológicos, políticos etc.

Compreendemos que no Brasil colonial e Imperial o Estado foi o intermediador privilegiado das forças externas e internas que atuaram num dado território. Como mediador dessas relações, o Estado produziu espaços, criando e recriando, em menor ou maior grau, rugosidades. Os novos objetos técnicos surgidos com a proliferação das cidades como a sua rede institucional revelam, conforme aponta Santos (2001), um novo estágio técnico da sociedade. Nesse caso as discussões sobre formação sócio-espacial, articuladas ao conceito de escala assinalado por Milton Santos em inúmeros trabalhos, ajudam a compreender o papel da Província do Rio de Janeiro, a partir da sua formação territorial. Concordamos então com este autor que, ao analisar as redes, identifica, por meio das técnicas, diferentes usos feitos nos territórios, fato que as tornam mais ou menos suscetíveis à mobilidade das pessoas, mercadorias e ordens.

4. POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Partindo do pressuposto que a cidade representa os esforços de disseminação de modelos ideais e de racionalização de diferentes sonhos como, por exemplo, o da existência de uma ordem, entendemos que a discussão e montagem dos aparatos administrativos nas cidades fluminenses se constituíram em mecanismos para a perpetuação do poder, isto é, de concretização de uma política administrativa que visava, entre outros aspectos, conjugar os interesses do poder central, regional e local. Dessa forma, o seu crescimento se vinculou também à criação de uma rede burocrática que se disseminou com o fim de levar o progresso e civilização aos locais que mantinham pouco ou quase nenhum contato com a Corte. Ao lado do artesanato e do comércio, das letras e artes, a burocracia e a política constituíram-se veículos de ascensão social que propiciaram a que muitos dos filhos ilegítimos de brancos, como Torres Homem, José do Patrocínio, André Rebouças, Olavo Bilac e Gonçalves Dias ocupassem cargos no Conselho de Estado, no Senado, no Corpo diplomático ou na mais alta direção administrativa da Província do Rio de Janeiro na qualidade de presidente. Ademais, foi também por meio dos cargos públicos de segundo e terceiro escalões, constituídos por brancos pobres e escravos libertos, que as camadas médias urbanas foram se formando, dando uma nova feição aos aglomerados urbanos fluminenses do século XIX. Portanto, cremos que na Província do Rio de Janeiro o processo de conquista espacial ganhou impulso quando se instalaram nas cidades os aparatos administrativos de controle político, econômico e segurança. Pode-se dizer que em algumas, por desempenharem certas atividades econômicas, criou-se uma base de serviços necessários à circulação e ao controle, o que determinou uma forte concentração econômica, política e social principalmente a partir de meados do século XIX. Esta concentração hierárquica do poder e do dinheiro, associada às formas de controle sobre a distribuição de terras e a consolidação do poder público, estruturou interna e externamente os vínculos econômicos, políticos e espaciais das diferentes áreas do território fluminense. Neste jogo de poder envolvendo a escala local, regional e nacional, a Província vai se consolidando como um espaço de produção e distribuição de mercadorias, ordens e informação, ou seja, a rede urbana vai se construindo. A ação do Estado, neste sentido, se consagra nas cidades por meio do enraizamento de práticas e normas sociais e na territorialização de seus objetivos e

metas. Portanto, os suportes ou, no dizer de Santos (2002), próteses, criados pelo Estado viabilizaram o exercício do seu poder e a sua expansão em áreas até então pouco exploradas.

4.1. OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Conforme discutimos no segundo capítulo, a Província do Rio de Janeiro ao longo do Império destacou-se pelas atividades econômicas baseadas no café e no açúcar e pelo seu papel político. Teve na esteira dessa economia a multiplicação de vilas e cidades, dominadas por grupos detentores de grandes fortunas e que exerceram importantes funções políticas. Durante a segunda metade do século XIX, apoiada num sistema político-administrativo extremamente centralizado que incluía a nomeação dos presidentes das Províncias e a absorção de grande parte das receitas tributárias por ela arrecadadas, a monarquia enfrentava com dificuldade temas como abolicionismo, alargamento da representação, a separação entre Igreja e Estado, administração dos interesses nacionais frente ao capital estrangeiro e a melhoria das condições de vida nos núcleos urbanos. Tendo à frente na Câmara dos Deputados e no Senado, representantes do Partido Conservador como os parlamentares Domingos de Andrade Figueira e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, a Província fluminense tornou-se a base de sustentação do Império.

Quando promulgada a Carta Constitucional em 1824,²¹³ aparecia a Província do Rio do Janeiro ainda com a denominação de Capitania, fato que não ocorreria com as demais regiões que passaram a ser denominadas de Províncias, tendo seus próprios presidentes.²¹⁴ A mudança administrativa remonta ao Decreto promulgado em 1817 que acabou com a denominação de Capitânicas e passou a designar as circunscrições administrativas do Brasil, como Províncias, sendo suprimidos os cargos de Capitão Geral e Governador e estabelecendo-se uma Junta Provisória composta de sete membros, incluindo o Presidente para as Capitânicas de

²¹³ De caráter centralizador, a Constituição do Império não considerava a eleição de titulares para o poder executivo provincial. Em seu artigo 165 ficava estabelecido que em cada Província haveria um presidente nomeado pelo Imperador e que este poderia removê-lo quando entendesse. O artigo 71 da Constituição dava direito aos cidadãos de intervirem nos negócios de sua Província através do Conselho Geral da Província.

²¹⁴ De acordo com Reis (1967), a nova Província resultava, na sua base física aquilo que nos idos coloniais havia formado as Capitânicas da Paraíba do Sul, Cabo Frio, São Tomé e trechos de São Vicente. Os municípios de Campos dos Goitacazes, São João da Barra e Parati, transferidos em meados do século XVIII para São Paulo e Espírito Santo, em 1832 voltaram à Província fluminense. Cabe ressaltar que este Ato criou também o Município Neutro - capital do país – ficando, portanto separado da Província do Rio de Janeiro.

maior categoria e de cinco membros para as circunscrições menores (Souza, 1877).²¹⁵ A administração do Rio de Janeiro em 1824 não era realizada por um presidente, mas sim por um Ministro do Império,²¹⁶ sendo a sua vida política regida no campo municipal, o que dava um caráter particular à sua administração.²¹⁷ Com a revogação do artigo 72 da Constituição pelo Ato Adicional, instalou-se a Assembléia, ganhando a Província do Rio de Janeiro sua autonomia política. A cidade do Rio de Janeiro, desmembrada da Província por este Ato, passou a ter seu governo constituído de vereadores e uma direção formada pelo Ministro do Império. Cabe ressaltar que alguns historiadores afirmam ter sido o desmembramento da Corte da Província a fórmula encontrada pelas autoridades para fugir das interferências dos elementos regionais, garantindo uma maior liberdade administrativa da cidade em relação às demais áreas da Província fluminense.

Passando a gozar de autonomia a partir de 14 de outubro de 1834, tomou posse no Rio de Janeiro o seu primeiro presidente, Dr. Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraá. A Assembléia Provincial, composta por trinta deputados, reunia as figuras da mais alta projeção regional e nacional como Evaristo Ferreira da Veiga, João Paulo dos Santos Barreto, José Clemente Pereira, Paulino José de Sousa Soares, entre outros. De acordo com Reis (1967), os presidentes nos primeiros anos de administração da Província enfrentaram grandes dificuldades em função da falta de recursos para administrá-la e para atender as demandas exigidas pelos municípios.

Segundo Tapajós (1984), o executivo provincial - a cargo dos presidentes, era constituído pela autoridade administrativa mais elevada e suas atribuições permaneceram quase as mesmas durante o Império.²¹⁸ De acordo com a Lei no. 40, de 3 de outubro de 1834,²¹⁹ os presidentes da Província tinham as seguintes atribuições:

²¹⁵ Quando da Independência, o Brasil possuía 17 Províncias, incluindo a Cisplatina, passando, após o ano de 1823, a serem administradas por Presidentes nomeados pelo governo do Rio de Janeiro. As questões relacionadas aos limites dessas Províncias, embora já existissem, aumentaram ainda mais após a promulgação desta Constituição.

²¹⁶ Que tinha as atribuições dos presidentes de Província, quais sejam: baixar instruções, fixar diretrizes e administrar a vida política e econômica da área.

²¹⁷ Até 1828, as Câmaras continuaram a exercer as mesmas funções que anteriormente foram determinadas no período colonial. No caso do Rio de Janeiro, desde o Ato Régio de 1757 existia um Senado da Câmara. Consta no Almack no ano de 1827 que a Câmara de Deputados do Rio de Janeiro era composta pelos seguintes nomes: Manoel José de Souza França, Joaquim Gonçalves Ledo, Monsehor Pizarro, José Clemente Pereira.

²¹⁸ Em seu impedimento poderiam substituir por ordem numérica, seis vice-presidentes, todos também de livre nomeação e demissão pelo imperador.

²¹⁹ Antes dessa Lei, a Constituição determinava no título VII, cap. 1, art. 165 que em cada Província deveria existir um presidente nomeado pelo Imperador. No entanto, a primeira lei regulando o governo das Províncias

- executar e fazer as leis;
- exigir, para esse fim, quaisquer informações dos empregados gerais ou provinciais;
- inspecionar todas as repartições para conhecer o estado delas e tomar providências necessárias para a regularidade de seus serviços;
- dispor da força, quer do exercício, quer da polícia, a bem da segurança e tranqüilidade públicas;
- prover definitivamente os empregos públicos quando as leis lhe dessem essa competência e, provisoriamente, quando o provimento desses empregos pertencesse ao governo central;
- cometer a empregados gerais negócios provinciais e vice-versa;
- suspender qualquer empregado por abuso, omissão ou erro cometido em seu ofício, promovendo imediatamente a responsabilidade do culpado;
- cumprir e mandar cumprir todas as ordens e decretos do governo geral sobre qualquer objeto da administração da Província;
- receber juramento e dar posse aos empregados, cujo exercício se estendesse a toda a Província ou a uma comarca;
- decidir temporariamente os conflitos de jurisdição que se suscitassem entre as autoridades da Província;
- participar ao governo geral os embaraços que encontrasse na execução das leis e todos os acontecimentos notáveis ocorridos na Província ou imediações, ajuntando-lhe reflexões sobre a origem, circunvizinhas e resultados dos mesmos;
- informar com brevidade os requerimentos ou representações que, por seu intermédio, se fizessem ao governo geral e bem assim dizer sobre as promoções dos militares que serviam na Província;
- conceder licenças aos empregados públicos, observados os limites de sua competência legal.

Todos os serviços provinciais estavam subordinados ao presidente, auxiliado principalmente pelo chefe de polícia que exercia a sua autoridade por meio de delegados, subdelegados e inspetores na capital nos municípios e nos distritos e podia empregar a força policial aquartelada localizada na sede da capital ou distribuída nos destacamentos do interior. Ainda competia ao presidente da Província, inspecionar os serviços realizados nas repartições gerais visando assegurar o interesse público.²²⁰ Tamanha era a responsabilidade do presidente que o exercício de administrador da Província por vários anos se constituiu em um treinamento de quase todos os ministros de Estado.

A maneira como era organizada a administração da Província variava muito em função da atuação dos deputados que compunham a Assembléia aos quais cabia, entre outras atribuições, legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica. De uma maneira geral, os órgãos da administração eram, além da secretaria do governo, as diretorias de obras públicas, instrução pública, força pública e da Fazenda. A justiça, organizada de forma centralizada, estava distribuída em comarcas, termos e distritos.

Após eleição foi instalada em Niterói pela primeira vez em 1835 a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, sendo constituída de trinta deputados. Nomeado em 20 de agosto de 1834, Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí,²²¹ inaugurou a vida política da Província, dando os passos iniciais para a organização da sua administração e da justiça. Apesar de existirem outras propostas de localização da capital, como nas cidades de Campos e de Santo Antônio de Itaboraí o local escolhido para a administração foi a Vila de Praia Grande.

Os municípios eram administrados pelas Câmaras de acordo com a Lei de 1º de outubro de 1828 e, mais tarde, a 9 de janeiro de 1881. Essas Câmaras eram eleitas com mandato de quatro anos, variando o número de vereadores de acordo com a população das cidades e vilas.²²² De caráter meramente administrativo, os municípios estavam vedados a decidir sobre qualquer jurisdição contenciosa, cabendo-lhes prover por meio de posturas os seus alinhamentos, limpeza, iluminação e descongestionamento das ruas, cais, praças, conservação e

²²⁰ As atribuições foram complementadas, mantidas e regulamentadas posteriormente por meio de leis ordinárias, cabendo salientar às do Ato Adicional.

²²¹ O Visconde de Itaboraí era formado em Coimbra, tinha exercido a profissão de magistério, jornalista político, matemático, além de ter sido Ministro do Estado, Deputado e Senador.

²²² O seu presidente era o vereador mais votado e suas sessões ordinárias ocorriam de três em três meses.

reparos de muralhas feitas para a segurança dos edifícios. Atribuía-se também às municipalidades a construção e consertos de prisões, estradas, caminhos, calçadas, pontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras obras em benefício da coletividade, como o estabelecimento de cemitérios, o asseio e higiene dos logradouros públicos, a demolição de edifícios em ruínas, aterros, escavações, esgotamento de pântanos e canalização de águas. Além disso, decidir sobre o estabelecimento de feiras, mercados, currais e matadouros, a construção e reconstrução de prédios particulares, sobre incêndios, loucos, embriagados e animais soltos nas ruas, depósitos inflamáveis, fabrico e venda de pólvora e fogos de artifício, matadouros, a não deteriorização de gêneros alimentícios e aferição de pesos e medidas. De acordo com Lyra (1941), os orçamentos, a criação de impostos e as operações de crédito, além da prestação de contas, estavam subordinados aos conselhos municipais sujeitos à aprovação da Assembléia Provincial.²²³ Com respeito às obras públicas, somente as de pequeno vulto eram realizadas pelas municipalidades, cabendo-lhes as demais aos indivíduos ou empresas que se submetiam às licitações públicas. Os arrendamentos, trocas ou venda de próprios municipais dependiam de aprovação das Assembléias provinciais ou dos presidentes das Províncias, além de criteriosas formalidades administrativas. Com relação à arrecadação e aplicação das rendas, havia um controle das Assembléias e cabia ao procurador das Câmaras prestar contas de três em três meses sobre as rendas municipais.

4.2. A FALA DOS PRESIDENTES

A política administrativa da Província caracterizou-se pelo embate permanente entre os líderes políticos do governo imperial - os presidentes da Província - os deputados da Assembléia e os representantes das Câmaras. Os primeiros, nítidos por voz da política administrativa centralizadora do Império, foram atores que tiveram um papel significativo no espaço fluminense. Os deputados provinciais eram, em sua maioria, representantes da elite política e econômica do Rio de Janeiro, sendo muitos desses, conforme já colocado, aliados do imperador. As Câmaras exerceram também um importante papel, ainda que as leis e decretos

²²³ Exceção da Corte do Rio de Janeiro onde o Governo Geral era o responsável pela aprovação, de acordo com a Lei no. 108, de 26 de Maio de 1840.

promulgados no contexto imperial tenham limitado suas atribuições. No entanto, não só os vereadores atuavam em prol de suas localidades, muitos dos presidentes e deputados provinciais destacaram-se na defesa de questões relativas aos municípios onde tinham vínculos familiares, políticos e econômicos. Neste sentido, por meio dos discursos do presidente podemos identificar os principais aspectos relacionados à administração provincial e local, constituindo-se em documentos imprescindíveis ao estudo da identificação da organização política, socioeconômica e espacial das Províncias. Passemos então a analisar alguns elementos de seu discurso ao longo do século XIX.

De acordo com o que foi discutido no primeiro capítulo, um dos temas que era alvo de debates entre liberais, como Tavares Bastos, e conservadores, como Visconde do Uruguai, dizia respeito aos limites que a lei de organização das Câmaras imprimia aos municípios - Lei de 1º de outubro de 1828. Apesar de alegarem motivos diferenciados, tanto os liberais como os conservadores concordavam que tal estatuto deveria ser reformulado, sobretudo em função do processo de multiplicação de freguesias, vilas, curatos e cidades.

É possível detectar tais questões pelas demandas apresentadas pelas Câmaras municipais através do destaque dado às municipalidades nos Relatórios do Presidente da Província a partir de 1844. Assim, os pedidos para alocação de infraestrutura, bem como de prestação de serviços, cresciam na medida em que novas cidades, vilas, freguesias e curatos foram sendo criados, processo ininterrupto a partir de 1840. Por outro lado, ampliaram-se também os conflitos em função da indefinição das atribuições das Câmaras e do governo provincial com relação às obras públicas e à instalação de equipamentos, como escolas, cadeias, casas de Câmara. Conforme veremos nas falas dos presidentes da província, aos conflitos relacionados ao poder de decisão de cada localidade, somaram-se os estabelecidos entre as municipalidades decorrentes da criação de novas circunscrições territoriais. No que se refere ao papel das Câmaras, podemos verificar nos discursos pronunciados durante praticamente todo período imperial que havia problemas relacionados à indefinição de suas atribuições.

Segundo o primeiro presidente da Província, Joaquim José Rodrigues Torres, as Câmaras não tinham condições de arcar com todas as atribuições determinadas pela Lei de 1º de outubro de 1828 uma vez que não dispunham de recursos para promover melhoramentos em seus municípios, tais como:

conservação nas estradas, construção de prédios públicos como escolas, cadeias, pontes, canais e casas de Câmaras, entre outros. Sugeria, tendo em vista o grau de carência das municipalidades, que se criasse uma administração especial e local e que se destinasse renda para consertos e reparações de estradas. Para o presidente, o desenvolvimento dos negócios municipais era dificultado pelo nível de desorganização das Câmaras, pela falta de integração dos municípios e pelo despovoamento da Província. Nesse sentido, colocava a necessidade de intervenção do governo provincial para a implementação de melhoramentos materiais, em especial em obras de circulação, visando o bem público. Afirmando a necessidade de fortalecer o mercado, expunha para os representantes da Assembléia, a importância de refletir sobre a prioridade das obras de circulação, já que em sua perspectiva as estradas facilitariam a condução de produtos para o seu interior, integrando os seus diferentes mercados. Além de defender a construção de vias de circulação, o presidente tinha como proposta conhecer as prioridades das localidades para uma maior eficácia administrativa e racionalidade nos investimentos. Nesse sentido, levantava a importância de estruturar órgãos voltados para a coleta de informações. Colocava que a extinta diretoria de obras, outrora encarregada de fazer o arrolamento anual da população, estava agora responsável pela administração das obras públicas.²²⁴

“O conhecimento de huma ou outra localidade da Provincia não he para isso sufficiente; cumpre conhecel-as todas, e ter bem estudado a estatística e topographia do território”. (Relatório do Presidente da Província, 1835: pág. 7)

Anos mais tarde, apontavam os presidentes da Província com relação ao papel das Câmaras que:

“A experiência de mais de doze annos decorridos depois da promulgação da Lei do 1º de Outubro de 1828, nos certifica, que alguma cousa falta na Instituição dos nossos Municipios, para que o serviço publico delles, encarregado inteiramente pela Lei ao cuidado dos seus Vereadores, se faça com aquella ordem. Por outra parte, devo também dizel-o., que os deve felicitar que esta Assembléa tem do cofre Provincial supprido constantemente a muitas despezas ordinárias dos mesmos Municipios, levantou entre elles pela maior parte a falsa persuasão de que todas as obras Municipaes, ou a maior parte dellas, devem ser feitas pelo Governo

²²⁴ Tendo em vista estas demandas, o presidente mandou organizar uma diretoria visando organizar os melhoramentos, notadamente os relacionados à circulação do país.

da Provincia, á custa dos seus cuidados, e por conta da Thesouraria della” (Relatório do Presidente da Provincia, 1841, p.2) E ainda:

(...) Chama a vossa attenção, Srs., sobre as Municipalidades da Provincia: os Termos de algumas d’ellas tem sido tão reduzidos que a sua renda não chega para pagamento dos Empregados; e assim se achão impossibilitadas de promover os importantes objectos, que ao seu cuidado confiou a Lei, que as instituiu (...) Cumpre que cuides dos meios de augmentar suas rendas, e de melhor arrecadar, e fiscalisar as que ora tem. A profusão, com que algumas, com uma renda aliás dominuta pagão os seus empregados assalariados, deve ser corctada; cumpre attender que alguns serviços erão antigamente prestado gratuitamente, ou por exígua paga, e talvez melhor” (Relatório do Presidente da Província, 1842:p 6).

“As Camaras Municipaes não tem podido fazer aos seus Municípios todos os bens, que teve em vista a Lei de sua criação. Muitas causas, que para isso concorrem, nascem dos vícios orgânicos destas Corporações, por que a Lei do 1º de Outubro de 1828, e outras confiarão-lhes muitos encargos, e importantes attribuições, sem lhes deixar todavia alguns dos meios, de que dispunhão as antigas camaras” (Relatório do Presidente da Província, 1844: 21) .

“(...) Ou seja, pela pouca renda d’estes corpos meramente administrativos, ou pela difficuldade de se reunirem freqüentemente os seus membros, ou por outras causas,o certo he que as camaras municipaes não tem podido fazer aos respectivos municípios todos os bens, que a lei do 1º de outubro de 1828 prometia.” (Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1846-1847, p.68)

“A adminstração municipal resente-se em geral dos inconvenientes de sua lei orgânica, que se acha na mais completa desharmonia com índole e lettra da legislação moderna. Mesmo quando essas corporações fossem sempre formadas de pessoas as mais bem intencionadas, e que por sua intelligencia podessem supprir de algum modo á fraqueza e defeitos, de sua organização, ainda assim os maus efeitos de uma lei não apropriada ás circumsstancias se farião sentir. É evidente, e geralmente reconhecida em todo império, a necessidade de se alterar a instituição d’esses corpos, ao mesmo tempo deliberativos e executivos, restringindo, definindo e precisando suas diversas attribuições, no interesse da boa gestão dos negócios locaes, e segundo os princípios de uma bem entendida centralisação” (Relatório de Presidente da Província, 1848. p.39)

As falas dos presidentes assinalam problemas na organização política e administrativa das municipalidades frente à legislação promulgada durante o Império que restringia o papel das Câmaras. Nos seus discursos, a precariedade ou inexistência de infra-estrutura estava relacionada à multiplicação de municípios e vilas que vinha ocorrendo sem nenhum critério. Assinalamos que tais discursos revelam problemas no processo de repartição do território, diretamente vinculado à manutenção da ordem política e econômica vigente no Segundo Reinado. Com relação a este aspecto vários pronunciamentos foram feitos ao longo do Império. Em 1835 o 1º presidente da província, indicando a precariedade do serviço de administração da província, fazia o seguinte comentário:

“Bem ao facto estaes, Senhores, dos graves defeitos da organização das Camaras municipaes, e quando soffrem por isso os negócios, que pela Lei do 1º de Outubro de 1828, lhes forão confiados; e se na alçada da Assembleia Provincial não cabe remediar a todos os inconvenientes que dahia provêm, compete-lhe legislar sobre a parte mais importante dos objectos cuja administração pertence dos Conselhos Municipaes; quero dizer, pontes, canaes e estradas publicas. Se nossa Províncias estivesse por modo povoada, que fosse possível estreitar consideravelmente os Districtos Munipaes, sem corre-se o perigo de ahi não encontrar-se o numero sufficiente de indivíduos habilitados para desempenhar os empregos que essas divisões exigem; se não torne possível dar-se nas deliberações das Camaras Municipaes, vistas as interrupções de suas sessões e muitas vezes falta absoluta de suas reuniões, a promptidão reclamada pelo bem publico, se não fora em fim a falta de empregados que efficazmente podessem executar o que pelas Camaras fosse deliberado, seria minha opinião que todas as obras e melhoramentos materiaes, que só dizem respeito a cada Conselho fossem por elles mesmos promovidos.” (Relatório do Presidente da Província, 1835, p. 5-6) Conforme apontavam os Relatórios da Província para o ano de 1849, na criação de novas vilas seria importante:

“Uma lei por tanto, já por vezes solicitada, que regulasse esta matéria, tomando por base a população e desenvolvimento do commercio e da industria local, e suas proporções, exigindo certos esclarecimentos e dados positivos, que cortasse as pretenções e ambições desarrasoadas das localidades” (Relatório da Província, 1849: 16).

Informava o presidente no relatório de 1851 a existência de vinte e oito municípios na Província e anunciava a futura criação de mais dois, através da Lei provincial de 19/05/1846 e a de no. 503 de 19 de abril de 1850, e a elevação para vila das freguesias de São Fidélis de Sigmaringa.²²⁵ Declarava o mesmo presidente, já em 1849, a necessidade de coibir a criação e transformação de curatos e estas, mais tarde, em vilas,²²⁶ argumentando a necessidade de considerar a riqueza dos lugares, o tamanho da sua população, as distâncias e os meios de se prover às paróquias para elevação das localidades. Alegando que, dos vinte e oito municípios, apenas a metade tinha acomodações para realização dos serviços públicos e os demais nem mesmo casas próprias para as Câmaras, afirmava a importância de coibir o processo de criação de cidades. Nesse relatório, ao levantar as condições materiais dos municípios, colocava a necessidade de resolver os problemas de falta de escolas e professores,²²⁷ da precariedade da força policial²²⁸ e dos serviços de saúde²²⁹ e a desorganização das informações.²³⁰ Tendo em vista elevar o grau de ilustração do país, afirmava que o investimento em escolas era essencial para melhor organizar a estrutura administrativa da Província. Expunha também a dificuldade de arrecadação das rendas e a precariedade dos prédios que acomodavam as cadeias, escolas e Câmaras, apesar de colocar que a arrecadação

²²⁵ Argumentando o desenvolvimento da área e a criação de um Liceu nesta localidade, os representantes de Campos pediram a elevação desta freguesia. No entanto, segundo o presidente, até aquela data, os moradores não tinham cumprido as determinações legais e, por isso, tal localidade ainda não tinha mudado de estatuto. Informava a existência de oito comarcas na Província e a necessidade de uma melhor demarcação nas mesmas, sobretudo as de Itaboraí, Cabo Frio, Maricá e Saquarema que tinham sido reunidas num mesmo Termo, dificultando a ação da justiça. Além disto, alegava que as distâncias entre as comarcas dificultavam o comércio.

²²⁶ Havia segundo ele 80 freguesias e curatos e, desses, 43 eram providos de párcos.

²²⁷ Neste aspecto levantou o número de escolas existentes na Província - 117 públicas e 40 particulares, estimando a existência de uma escola para cada mil habitantes.

²²⁸ Discutindo a necessidade de um maior investimentos e organização dessa instituição, o presidente apresentou como a Guarda Nacional estava organizada na Província: era dividida em oito comandos superiores, cada um deles compostos de duas legiões. Cada legião abrangia um ou mais município, sendo os batalhões responsáveis por fiscalizarem as freguesias. Apesar dos problemas, em função do novo regulamento no. 722 de 25/10/1850, o presidente colocava que em 43 freguesias da Província o alistamento tinha sido concluído, segundo o estabelecido pela Lei. Também afirmava que foram criados Conselhos nas freguesias e a escolha dos oficiais seriam "d'entre as pessoas de prestígio, actividade e intelligencia nas freguezias em que devão servir; a permanência dos postos e as providencias da lei e regulamentos do governo, a par dos esforços da presidência farão (Relatório do Presidente da Província, 1851:p.6-7).

²²⁹ Colocava a disseminação da febre amarela nos municípios localizados na Baixada em função dos pântanos e levantava o número de casas de caridade.

²³⁰ Questão considerada de grande necessidade e que ainda apresentava problemas de administração. Os dados recolhidos sobre os municípios estavam organizados no Archivo Estatístico (outrora pertencente à Diretoria de Obras Públicas) que passou a ser o órgão responsável pela elaboração de mapas e relatórios contendo diferentes informações. Tendo em vista a necessidade de levantar informações sobre a população da Província, o diretor do Archivo sugeriu a organização de comissões locais em todas as freguesias para a elaboração de mapas e que ficariam encarregadas de distribuir a todos os subdelegados, inspetores de quarteirão e párcos.

da Província tinha tido um saldo positivo para aquele ano e que os impostos que mais avultavam depois do café era o de barreiras.²³¹

No fim da legislatura como vice-presidente da Província, o comendador João Pereira Darrigue Faro apresentava ao conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 1851 reclamações sobre a sobrecarga dos cofres públicos com as despesas dos municípios e alertava novamente:

“A necessidade de coibir a imprudente criação de villas e freguezias foi attendida por uma lei especial. Hoje não se concederá algum daquelles favores a povoações mesquinhas, sem importancia e sem representação, como por vezes se tem feito, em prejuízo dos cofres geraes e Províncias e do serviço publico” (Relatório do Presidente da Província, 1851: p.6).

Em relatório apresentado no ano de 1869 aparecia ainda esta questão e o presidente da Província Diogo Teixeira de Macedo fazia o seguinte pronunciamento em relação ao papel dos municípios:

“Esta útil instituição ressenete-se dos defeitos de sua organização. Dependentes em tudo da assembléa e da presidência da provincia, e dispondo de escassos recursos, que em algumas dellas são absorvidos pelas despezas do pessoal, não têm as Camaras Municipaes a necessária iniciativa, e vivem pela parte de expediente. Cumpre, todavia, não attribuir somente aos vícios da lei, o que é também devido á índole de nosso povo, que está sempre á espera da acção do governo em tudo que diz respeito aos interesses communs da sociedade.

(...) Enquanto, porém, uma reforma qualquer não satisfazer a tão grande necessidade, convêm proporcionar ao elemento municipal, tanto permitam as faculdades da lei, os meios de poderem promover os melhoramentos locais, e dar-lhes mais acção n'quillo que interessa peculiarmente ao município. Determinar quaes esses serviços, traçar uma linha demarcadora do que deve estar a cargo das municipalidades, e do governo provincial, é necessidade e geralmente sentida”. (Relatório do Presidente da Província, 1869:26).

Nos anos de 1870 e 1880, as discussões referentes às municipalidades continuaram a merecer atenção dos representantes do governo provincial. No entanto, o discurso sobre o papel das municipalidades sofreu alteração em função

²³¹ Afirmava que o imposto sobre consumo de aguardente era o que gerou maior renda e que o de meia sisa – transmissão de escravos- era o mais sujeito a fraudes. Apresentava também o crescimento do imposto de décima urbana que apesar de ter sido maior que o orçado, tinha sido menor que o ano anterior.

da mudança de composição da ordem política que resultou num maior poder dos liberais junto ao governo provincial. Desta forma, os discursos sugeriam que os governos passaram a ser mais favoráveis às demandas requisitadas pelas municipalidades.

“Seria conveniente que as camaras municipaes tivessem na distribuição dos impostos os meios necessários para que ellas realisassem os serviços locais e que estes bem definidos e caracterisados, de modo que a administração provincial se occupasse exclusivamente de desenvolver os melhoramentos provinciaes (...)” (Relatório do Presidente da Província, 1871, p. 4).

Em 1885, o presidente da Província apresentava as limitações das Câmaras municipais, afirmando que: “(...) as camaras não prestam á policia das povoações, á administração e economia dos municípios, ao desenvolvimento e progresso de suas fontes de vida e bem estar social, todo serviço que podem prestar” (Relatório do Presidente da Província, 1885, p.36).

A despeito das colocações contrárias à repartição do território a partir da criação de novas vilas, freguesias, curatos, termos, notamos que tal processo intensificou-se paralelamente aos discursos contrários. De acordo com as informações da tabela 5 observamos o aumento significativo de freguesias e termos, isto é, as divisões administrativas, judiciárias e eclesiásticas existentes na Província, que cresceram durante todo o século XIX. Acompanhando a evolução do quadro civil, religioso e administrativo houve um aumento dos funcionários públicos, incluindo os padres mantidos pelo Estado. As escolas, as cadeias, os quartéis também cresceram, ampliando-se, assim, os investimentos com delegados e subdelegados, juizes, advogados, engenheiros, professores, entre outros.

Tabela 5 - Divisão civil, administrativa e eclesiástica da Província do Rio de Janeiro (1849-1890)

| Anos | Comarcas | Termos | Cidades | Freguesias | Curatos | Vilas |
|-------------|-----------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|--------------|
| 1849 | 8 | 20 | 7 | 81 | 1 | 20 |
| 1850 | - | - | - | 96 | 8 | - |
| 1851 | 8 | | 28 | 80 | | |
| 1857 | 11 | 29 | | | | |
| 1860 | 11 | 29 | 30 | 113 | | |
| 1864 | 12 | 33 | 33 | - | - | - |
| 1866 | | | - | | | 19 |
| 1870 | 12 | 33 | | 119 | 1 | |
| 1875 | 22 | 32 | | | | |
| 1880 | 24 | 34 | - | - | - | - |
| 1885 | 25 | - | 36 | - | - | - |
| 1890 | - | - | 39 | - | - | - |

Fontes: Relatórios do Presidente da Província - 1835-1889, Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1890. Organizado pela autora.

O aspecto conflituoso decorrente da multiplicação e divisão do território fluminense não deixou de ser mencionado pelo governo ao longo do século XIX e, direta e indiretamente, os presidentes alegavam as despesas e os inconvenientes políticos decorrentes do processo de repartição do território.

Em um primeiro olhar o processo de multiplicação das diferentes repartições espaciais da Província poderia revelar a vitória do poder local sobre o provincial, sobretudo a partir de 1870, este último aprovou a liberação de subsídios para as Câmaras municipais com o fim de auxiliá-las em obras de melhoramentos. No entanto, paralelamente às conquistas das municipalidades, novas formas de controle da província desenvolveram-se, ampliando-se assim os seus serviços (obras, escolas, hospitais etc.) e, simultaneamente, o quadro de funcionários públicos. Neste sentido notamos a partir das falas dos presidentes da Província, os mecanismos adotados pelo governo provincial articulado ao poder central que subordinavam as Câmaras à Assembléia do Rio de Janeiro reforçando, não sem conflito, a dependência dos grupos urbanos em relação às oligarquias rurais que controlavam as legislaturas, a administração e a justiça. A subordinação para aprovar as posturas municipais e a autorização de qualquer obra ou melhoramento nas cidades à Assembléia era um indício das estratégias adotadas pelos políticos centralizadores que tiveram grande eficácia durante quase quatro décadas do XIX,

mas também sintoma de que tal política só teve durabilidade a partir de uma permanente negociação com os representantes das localidades.

No que se refere aos equipamentos e serviços públicos voltados à disseminação da ordem e à civilização nas Províncias, como escolas, hospitais, casas de caridade, edifícios de Câmara e cadeias, foram inúmeras as declarações dos presidentes. Desta forma, desde o primeiro presidente foi colocado que eram inadmissíveis os reduzidos gastos do governo provincial e a carência de escolas e de professores especializados, tendo em vista que:

“A despeza feita com este ramo de serviço publico fora sem duvida huma das mas justificadas, se dela a tirasse toda a vantagem possivel (...). Para promover o desenvolvimento da Província, as escolas poderiam contribuir pois os conhecimentos que ahi se adquirem são indispensaveis, não só para tratar dos negócios domesticos, mas ainda para bem desempenhar todas os deveres de cidadão” (Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1835: 3-4).

Também afirmava o presidente a necessidade de ampliar o serviço de saúde pública, embora argumentasse que o Governo Geral enviara cirurgiões e boticários para diversos lugares em função das epidemias que assolavam na Província.²³²

Com relação às casas de cadeia e aos edifícios construídos com o fim de abrigar as câmaras municipais, o presidente recomendava a necessidade de expandir os prédios em todas as vilas e municípios e direcionar investimentos para sua manutenção, bem como ampliar e armar o corpo policial. Esses investimentos possibilitariam que as vilas e cidades desfrutassem de maior segurança e tranqüilidade pública.²³³

No relatório de 1838, cujo presidente era Paulino José Soares de Souza, visconde de Uruguai, as preocupações referentes às escolas, edifícios para Câmara, cadeias e demais equipamentos, continuavam a merecer atenção. Comunicava a existência de vinte e uma escolas públicas de primeiras letras, sendo duas de

²³² Afirmava que o termo de Magé era o que mais tinha sofrido com o problema das epidemias devido à grande quantidade de pântanos na região. Ele solicitava a quantia de 48:000\$000 para a abertura de canais e dessecamento dos pântanos, visando melhorar a agricultura e a comunicação entre as áreas produtoras.

²³³ Neste aspecto colocou que a Guarda Nacional da Província encontrava-se totalmente desarmada e que eram necessárias 7.000 armas para completar o armamento de todas as legiões, o que implicaria num gasto de 50:000\$. Também apontava a necessidade de distribuir a Tropa policial para os pontos mais importantes da Província.

meninas, frequentadas por 65 meninas e 599 meninos.²³⁴ Afirmava o presidente que a falta de edifícios nas vilas e povoados, a desorganização material das escolas, os reduzidos compêndios e a diversidade dos que eram utilizados, além da extensão do território e as enormes distâncias, dificultavam a difusão dos serviços de educação. Segundo Paulino, tais problemas constituíam-se em obstáculos para se estabelecer um sistema de ensino uniforme e regular na Província.

“Parecera-me portanto necessario que primeiramente em cada Cidade, ou Villa, depois nas povoações de cada Municipio, em que houvessem ou fossem creadas Escolas, construissem as Municipalidades huma casa para Escola com as precisas accomodações para os Professores, conforme huma planta organizada com as disposições e todas as condições necessarias, sendo o edificio maior ou menor, segundo as necessidades actuaes e augmento presumivel da população” (Relatório do Presidente da Província, 1838, p.5).

Ainda neste ano colocava o presidente que a despesa feita para construir edifícios escolares deveria ser dos municípios, assim como ocorria em outros países, porém considerando que não era interessante alugar prédios para instalação de escolas, as municipalidades mais pobres deveriam ser autorizadas a contraírem empréstimos para a sua compra.

No que diz respeito à questão da segurança, afirmava o presidente a insuficiência do corpo policial e sugeria o fornecimento de destacamento para sete comarcas tendo em vista a necessidade de condução de presos e recrutas a grandes distâncias. Comunicava os elevados gastos com obras públicas e vencimentos de empregados de diferentes ramos de serviço, além de dívidas dos anos anteriores e, com o objetivo de diminuir tais despesas, suspendera uma série de obras na Província. Dizia Paulino que não atribuía a diminuição da renda ao sistema de fiscalização da Província e às negligências dos empregados, mas fraudes nas guias do café provenientes da Província de São Paulo, além dos problemas com os negociantes daquele produto.²³⁵

²³⁴ Dizia que seis professores eram formados em Escolas Normais, sete tinham sido isentos dessa formação em tais cursos de acordo com a legislação e seis precisavam freqüentar Escolas Normais de acordo com a Lei de 4 de abril de 1835. Informava a existência de 13 alunos matriculados na Escola Normal da Província e sugeria que os recursos fossem ampliados para possibilitar o aumento do número de alunos.

²³⁵ Informava que os Registros de Parati, da Pedra e Pouso Seco eram os que mais entravam o café de São Paulo e os do Rio Preto e Mantiqueira, o de Minas. Nestes Registros, o presidente tinha solicitado uma maior fiscalização visando acabar com as fraudes, o que resultou em um aumento de arrecadação nos anos seguintes.

Tendo em vista tal quadro, o presidente mandava suspender as obras da estrada da Polícia, naquela que de Angra dos Reis seguia para Resende, nas estradas do Comércio e do morro da Viração e nas obras de construção da ponte na Vila da Paraíba. Também reduzia pela metade as consignações de construção da estrada da Serra de Itaboraí e dispêndios com a instalação de cadeias dessa vila e da vila de Maricá, além de suspender obras de construção de estradas em Cantagalo. Reconhecendo os prejuízos decorrentes dessas medidas, argumentava a sua importância para o pagamento das dívidas da Província. Por outro lado, o presidente agradecia o empenho dos proprietários de Vila do Porto das Caixas, de Paraíba do Sul, de Itaguaí, Angra dos Reis e Inhomirim pelo adiantamento de recursos próprios para continuidade de obras de construção de inúmeras estradas.

No relatório de 1840, cujo presidente continuava a ser Paulino José Soares de Souza, levantaram-se as prioridades para melhor fiscalização das rendas da Província, tendo em vista a continuidade das fraudes enfrentados nas recebedorias. Esses problemas, na sua concepção, estavam comprometendo a arrecadação das rendas do café, do açúcar e demais produtos provinciais. Propunha, neste sentido, a melhoria dos serviços de Barreiras nas estradas por onde circulava os produtos de maior valor e indicava a arrematação deste serviço nas estradas da Serra da Estrela e na vila de Paraíba. Apresentando os inúmeros conflitos das guias que provinham de São Paulo e Minas Gerais e das decorrentes da Província do Rio de Janeiro, o presidente discutia a importância de tomar providências, alegando a existência de problemas na declaração da quantidade e tipo de café produzido.²³⁶

Considerando o “culto público” um serviço de grande utilidade para a Província, o presidente apresentava a necessidade de arrematar ou consignar esse serviço visando dar continuidade aos consertos das igrejas ou mesmo construir

²³⁶ Coelho (1984) discute os conflitos envolvendo as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e as negociações entre os presidentes das respectivas Províncias em função das taxas cobradas pelo embarque do café. Revela que diversas foram as reclamações da Câmara de Bananal ao presidente da Província de São Paulo devido às medidas arbitrárias tomadas pelo presidente do Rio de Janeiro, como por exemplo, a de recusar, através da Mesa Provincial do Consulado da Côte, as guias que acompanhavam o café paulista, a pretexto de não terem declarado corretamente a procedência do gênero. De acordo com a autora, as medidas adotadas pela Província do Rio de Janeiro faziam com que o governo fluminense arrecadasse os direitos pertencentes à Província de São Paulo, se apropriando dos seus impostos. Afirma também que durante longos anos, a arrecadação foi um dos maiores problemas entre as duas Províncias em função das exigências do Rio de Janeiro do pagamento de 20% sobre o total arrecadado do café paulista que se dirigia ao porto do Rio de Janeiro. Coloca que devido a estes conflitos foi estabelecido um acordo entre as duas Províncias, baseado no total de exportações realizadas em São Paulo e Rio de Janeiro e adotado medidas visando diminuir as fraudes nos Registros, dentre as quais, a remoção dos Registros de Parati e Mambucaba.

novas matrizes em cerca de vinte e quatro localidades da Província do Rio de Janeiro.²³⁷

No que se refere ao serviço de saúde e caridade pública, Paulino apresentava os problemas decorrentes das epidemias que atingiam sobretudo os pobres e o aumento das doenças nas épocas de chuvas, elevando a taxa de mortalidade. Tendo em vista esse quadro, afirmava a necessidade de aumentar os investimentos em obras visando dissecar as áreas pantanosas, a constituição de uma polícia sanitária e a organização de um serviço regular de socorros públicos, sobretudo nas épocas de maior ocorrência., argumentando que poderiam contribuir para a melhoria da agricultura, da habitação e da navegação dos rios. Com relação ao corpo policial da Província, pedia que a legislação fosse seguida, ampliando a força policial em circunstâncias extraordinárias. Reafirmava a necessidade, já apresentada no relatório de 1838, de construção de um quartel na capital da Província.

Quanto à questão da educação - “instrução pública” - colocava o presidente a existência de vinte escolas em toda Província destinada às primeiras letras que eram freqüentadas por 967 alunos. Colocava que em 1838 existiam vinte e uma escolas e que o número de alunos era 599 e, que em 1839, eram 18 e freqüentadas por 853 alunos.²³⁸ Levantando as demandas municipais nesse ramo, argumentava que os problemas enfrentados estavam relacionados à falta de pessoas idôneas e dedicadas “a penosa e modesta profissão do magistério”.²³⁹

Finalizando esse ponto, o presidente apresentava as providências tomadas pelo governo provincial em relação às obras e melhoramentos nas

²³⁷ As obras citadas foram na matriz da vila de Santa Ana do Pirahy, matriz da freguesia de Santa Ana da Ilha Grande de Fora, matriz da Nossa Senhora da Glória, da Vila de Valença, matriz de Vassouras, matriz da freguesia de Santa Ana de Itacurussá, matriz da Vila de Magé, matriz da freguesia de Guapymerim, matriz de São João de Merity, Igreja de São José da Boa Morte, matriz de Barra Mansa, Igreja da freguesia de Taipú, matriz de Parahyba do Sul - continuidade de obras. As vilas de Cantagalo, Nova Friburgo, Campos, São Gonçalo, na freguesia de Santo Antonio dos Guarulhos em Campos, freguesia de São Sebastião, curato de São Fildelis, vila de Macahé, as matrizes de Paraty, Iguassú, Itaguahy, Marapicú e Inhomirim, matriz de Rezende, Angra dos Reis, Freguesia de Paty do Alferes (contrução de nova matriz a partir de consignação ou arrematação)

²³⁸ “A uniformidade das escolas (qualidade essencial na instrucção primaria); a sua regularisação; um augmento de alumnos, compatível e proporcional ás circunstancias; e a aquisição de melhores professores, são as vantagens, que temos colhido das leis provinciais de 4 de abril de 1835, no.10 e de 2 de janeiro de 1837 no. 1” (Relatório de Presidente da Província, 1840: 15).

²³⁹ Colocava, também, o crescimento das escolas para meninas que em março de 1839 eram freqüentados por 76 meninas e em 1840 por 187. Os municípios onde existiam escolas para meninas eram Magé, Itaboraí, Iguaçú e Cantagalo. Afirmava a dificuldade de colher o número exato de escolas particulares, estimando a existência de 55 freqüentadas por 638 alunos.

municipalidades, além de informar aos parlamentares sobre as demandas requeridas pelas Câmaras ainda não atendidas.

De acordo com as exigências legislativas, as Câmaras municipais tinham que prestar esclarecimentos anuais à Assembléia sobre as despesas e receitas arrecadadas, os investimentos realizados e as demandas que existiam nas localidades. Com relação a este aspecto, cabe salientar que, no ano de 1847, vinte e uma Câmaras entregaram relatórios apresentando o que foi feito e solicitando recursos ao governo provincial e apenas quatro não entregaram. No relatório de 1848–49, catorze Câmaras entregaram os relatórios contendo as informações sobre as obras já concluídas e por concluir e muitas não entregaram. Em 1850, também catorze foram as Câmaras que remeteram os seus relatórios. No relatório de 1850-51, foram dezenove as que apresentaram as necessidades dos seus municípios e, em 1850, treze Câmaras.

No relatório de 1850, o presidente chamava a atenção das eleições que tinham ocorrido em todas as cidades da Província, constituída por noventa e seis freguesias e oito curatos, ressaltando os crimes que ocorreram. Assinalava a necessidade de reprimir a criação de freguesias tendo em vista os gastos realizados com obras para construção e reforma de igrejas. Ao apresentar as questões relacionadas à saúde pública, ressaltava a necessidade do governo em ampliar a vigilância sobre este serviço, dada a negligência de alguns administradores das casas de caridade. Comunicava, também, a existência de quatro estabelecimentos industriais na Província, a saber: fábrica de fundição da Ponta da Areia, de São Aleixo em Magé, as salinas de Cabo Frio e a de criação do bicho da seda em Itaguaí. Os dois últimos estabelecimentos recebiam auxílio da Província.

De 1850 a 1865, os presidentes expressavam através dos relatórios, as mesmas preocupações em relação à política administrativa e questões como a educação, a circulação e as obras nas igrejas, a segurança e a arrecadação de impostos eram destacadas como essenciais para o progresso e civilização da Província. Cabe ressaltar que os temas relacionados à saúde pública sobressaíam nos relatórios quando alguma epidemia proliferava, causando mortes e danos para a lavoura e nos momentos de enchentes.

Em 1865 iniciou-se a guerra com o Paraguai e um trabalho copioso era realizado pelos líderes da Província no sentido de escoltar o maior número de voluntários para o combate. Neste contexto o vice - presidente do Rio de Janeiro,

Tavares Bastos, destacava em seu discurso a dificuldade de aumentar o destacamento provincial demandado pelo governo imperial.²⁴⁰ Em virtude deste problema, assinalava a redução dos gastos, argumentando que queria evitar maior desequilíbrio entre receita e despesa. No ramo da instrução pública, as providências tomadas por Tavares Bastos foram a nomeação de mais professores e inspetores paroquiais e com relação às obras públicas, “talvez o primeiro ramo de administração da Província”, dizia não poder investir mais em função das despesas com a guerra. Colocava, no entanto, a necessidade de instalar uma linha telegráfica, que partindo de Santa Cruz, alcançasse a capital da Corte ligando alguns pontos da Província, e reclamava da interrupção do funcionamento das barcas a vapor que faziam comunicação de Niterói com a cidade no horário entre 22:00 às 6:00. Em julho, na qualidade de presidente da Província, Tavares Bastos se volta para as providências tomadas no sentido de aumentar o número de voluntários para a guerra. Manteve a proposta de não empreender nenhum gasto com a Província em função das despesas com aquela e sugeria que as municipalidades preservassem suas estradas e caminhos. Declarava que era necessário tomar providências no sentido de regulamentar a taxa de compra e venda de escravos e melhorar o regimento dos registros do café e das barreiras através de uma maior fiscalização.

No relatório de 1870, o presidente anunciava a sua satisfação com o término da guerra e a importância de um maior investimento com as estradas, sobretudo em função da precariedade das vias de comunicação para o desenvolvimento da indústria agrícola. Indicando a importância de prolongamento da estrada de rodagem e da estrada de ferro ligando Cantagalo em direção ao Porto das Caixas,²⁴¹ alertava para a necessidade de um maior investimento no norte da Província tendo em vista as lavouras da região de Cantagalo. Dizia também que as municipalidades deveriam investir mais na construção de prédios próprios para instalação de suas cadeias e em obras para a sua conservação. Elencava cerca de 20 localidades onde existiam prédios de cadeias, alertando a necessidade de

²⁴⁰ Colocava que os comandantes superiores de Magé, Estrela e Angra dos Reis e o delegado de polícia de Parati foram os que mais se prontificaram a auxiliar no escoltamento.

²⁴¹ Tinha contratado o Dr. Bernardo Clemente Pinto Sobrinho para construir o prolongamento da estação das Cachoeiras até a vila de Nova Friburgo pelo valor de 1.800:000\$000, obrigando-se o contratante a concluir a estrada dentro de quatro anos e meio e a fornecer todo material rodante, ficando com o uso fruto da via férrea por igual tempo. Também informava que havia mandado pagar a importância de 302.000\$000 para os contratantes responsáveis pelo prolongamento da estrada de ferro de Cantagalo em direção ao Porto das Caixas até a Vila Nova.

aumentar a força policial. Declarava que existiam onze estabelecimentos pios e que a maior parte não tinha renda suficiente para a sua manutenção.²⁴²

Com relação à instrução pública colocava a necessidade de investir ainda mais neste ramo, reportando-se à Lei de no. 1.470 de 3 de dezembro de 1869 que determinava a criação de escolas de ambos os sexos em todas as freguesias e limitava em duas para receberem subvenções, e a Lei no. 1.127 de 4 de fevereiro de 1859 criando o serviço de inspeção geral, que foi ampliado para inspetores das comarcas, através do regulamento de 30 de abril de 1862. Afirmava que devido à extensão do território era necessário restringir ainda mais o círculo dessa inspeção. Argumentava a necessidade de construção de mais escolas em prédios próprios para substituir as que funcionavam em prédios alugados, já que eram muitos dispendiosos, estabelecendo um plano de casas para escolas urbanas e rurais.

O vice-presidente Augusto Nascentes de Azambuja, no ano de 1875, iniciava o relatório afirmando que os serviços que mais deveriam ter investimentos eram os de saúde e caridade pública, segurança individual e tranqüilidade geral, a instrução primária e os melhoramentos materiais. Dizia também ser fundamental garantir a maior moralidade da administração judiciária da Província, com vistas a zelar pelas leis em vigor e preservar a arrecadação e distribuição do dinheiro público. Colocava que, apesar da Província apresentar delicado estado financeiro em função das dívidas, vinha pagando todos os compromissos e ainda restava-lhe um saldo. Apontava as dificuldades que a agricultura e a indústria do país vinham passando e que isso gerava preocupação para o Estado. Nesse sentido, anunciava a concessão através do Banco do Brasil de recursos para beneficiar a lavoura e para ampliar as estradas de ferro, além de reformas na Guarda Nacional. Anunciava a existência de inúmeros projetos visando liberar mais verbas para a lavoura, através da criação de bancos de crédito e o desenvolvimento do ensino técnico e agrícola. Questionava, no entanto, a possibilidade de realização desses projetos em função da reduzida receita da Província.

Quanto à educação dizia que era necessário ampliar ainda mais o quadro de escolas e prometia subvencionar um maior número, uma vez que considerava tal investimento condição do progresso, da civilização e da liberdade. Com relação às prisões, informava que iria submeter à Assembléia um plano para a instalação de

²⁴² Os municípios que tinham tais estabelecimentos eram: Campos Cabo Frio, Magé, Petrópolis, Vassouras, Valença, Resende, Barra Mansa, Parati, Angra dos Reis e Itaguaí.

novas cadeias a serem construídas em outros centros populosos da Província. Dizia que em tal plano procuraria evitar as prisões coletivas tendo em vista os vícios gerados por este tipo de construção. Em 1880 o presidente assinalava as discussões sobre o sistema penitenciário estabelecido junto à diretoria de obras. À luz dos exemplos norte-americano e inglês, apresentava a preferência pela adoção do modelo “Auburn” de penitenciária²⁴³ já que considerava mais adaptada à necessidade da Província. Dizia que o plano de construção apresentado pela diretoria de obras atendia todas as regras da ciência à luz da experiência.

Afirmava o presidente em 1880 que o serviço que tinha merecido mais atenção da Província era o da educação, uma vez que o objetivo era o de difundir o número de escolas primárias e diminuir o percentual de analfabetos. Dizia, no entanto, que a ampliação deste serviço apresentava um problema, pois as escolas ficavam nos centros das localidades e a população vivia em sua maioria internada em trabalhos rurais, portanto, longe das mesmas. Propunha, em função deste quadro, que as Câmaras se responsabilizassem, juntamente com o auxílio de um fazendeiro pela criação de escolas nos núcleos de população rural. Para a sua manutenção, o presidente sugeria a criação de novos impostos, como o fim de subsidiá-las. Colocava, também, a necessidade de se construírem prédios próprios para a instalação das mesmas, pois o cofre provincial estava tendo problemas com o pagamento dos alugueis. Informava que havia distribuído os recursos provinciais aos municípios e a segunda parcela do fundo de emancipação dos escravos. Comunicava que existiam na Província 289.239 escravos, concentrados nos municípios produtores de café e que o de Campos apresentava a maior população escrava, com 31.751 e o de Petrópolis o que tinha a menor parcela, com 648.

No ano de 1885, o presidente informava que o corpo policial da Província era limitado - 734 praças ao total, o que correspondia a mais ou menos vinte policiais por município. Sugeria, então, a sua ampliação para 1.000 praças. No que se refere à instrução pública repetia a fala dos outros presidentes reafirmando que era o serviço responsável pela moralização de todas as classes sociais.

Declarava sua indignação com relação às reclamações das Câmaras, dizendo que apesar de se constituírem no “quarto poder”, sua administração não

²⁴³ A planta do edifício tinha quatro alas em cruz que apresentavam três pavimentos com um corredor central e duas linhas de células ao lado com capacidade para 320 presos em regime de separação individual. De acordo com o sistema “Auburn” seriam construídas duas oficinas dispostas isoladamente na parte posterior ao terreno adjacente.

levava em consideração o rigor técnico. Dizia que o trabalho de administração do governo provincial era indubitavelmente superior ao das Câmaras, portanto as suas reivindicações eram exageradas. Colocava também que o aumento do seu poder de decisão constituía-se num retrocesso frente às idéias do direito público moderno, afirmando que dificilmente se alcançaria um resultado favorável à nação se cada município taxasse e administrasse seus negócios utilizando-se de leis específicas. Por fim, dizia que se as rendas das localidades eram insuficientes, estas estavam em razão direta com os recursos atuais de cada municipalidade.

Revelando a crise pela qual passava a lavoura e os problemas enfrentados ao final do XIX entre o governo provincial e as cidades podemos perceber a partir das informações dos relatórios que o repasse para as Câmaras diminuiu de forma significativa ao longo do período de 1871-1886.

Tabela 6 - Subsídio dado pelo governo provincial as Câmaras

| Subsídio as Câmaras Municipais | 1871 | 1875 | 1881 | 1886 |
|--------------------------------|--------------|--------------|-------------|------------|
| Valor | 217:000\$000 | 217:000\$000 | 26:380\$000 | 7:100\$000 |

Relatórios da Província do Rio de Janeiro, 1872, 1875, 1882, 1887. Organizado pela autora.

Após o pronunciamento do presidente em relação ao poder das Câmaras, este informava que estava distribuindo para os municípios a cota recebida do Ministério de Agricultura e Obras Públicas do fundo de emancipação, criado pela lei no. 1.040 de 28 de setembro de 1871 e que se destinava a auxiliar a libertação anual dos escravos. Comunicava que os recursos deste fundo eram repassados em função do total de escravos existentes em cada município. Dizia que de acordo com o levantamento feito existiam na Província 335.825, dos quais 3.873 cativos alforriados em decorrência deste fundo. Na tabela abaixo estão indicados os recursos destinados do governo central para a libertação daqueles.

Tabela 7 - Escravos libertos pelo fundo de emancipação

| Distribuição | No. De Escravos | Receita | Despesa | Saldo |
|--------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1ª cota | 790 | 643:880\$101 | 678:878\$328 | |
| 2ª cota | 936 | 931876\$620 | 995:790\$644 | |
| 3ª cota | 564 | 473:688\$315 | 517:367\$128 | |
| 4ª cota | 729 | 618:000\$000 | 550:337\$261 | |
| 5ª cota | 345 | 370:800\$000 | 310:103\$469 | |
| 6ª cota | 309 | 382:000\$000 | 173:489\$034 | 276:797\$977 |

Relatório do Presidente da Província, 1885.

4.3. UMA INTERPRETAÇÃO DAS FALAS DOS PRESIDENTES

No que se refere às solicitações para instalação de infra-estrutura notamos que eram mais freqüentes os pedidos para implantação de cadeias, casas de Câmara e júri, escolas, cemitérios e conserto e construção de igrejas. Percebemos que, durante anos, as Câmaras faziam as mesmas solicitações, o que sinaliza a dificuldade do governo provincial em atender às demandas mas, também, um jogo de interesses envolvendo o governo central, regional e local, sugerindo a existência de conflitos políticos e jurisdicionais. (ver anexo 13).

Outro aspecto captado dos discursos dos presidentes da Província diz respeito às prioridades do governo provincial em considerar e atender ou não a um pedido das Câmaras. Certamente, muitos interesses estavam em jogo, pois em alguns relatórios percebemos que apesar não terem cumprido os trâmites legais, os presidentes ressaltavam a necessidade de aprovar/ampliar os recursos para uma dada localidade, ao passo que em outros justificavam a pouca relevância do pedido ou o não cumprimento de suas responsabilidades. De uma forma ou de outra, percebemos que, à medida que os anos passavam, um conjunto de normas legais foi estabelecido para impor às municipalidades o cumprimento de suas atribuições, apesar de constatarmos que por vários anos os presidentes mencionavam a falta de seu cumprimento. Até mesmo a entrega de relatórios - uma obrigação legal -

indicando o andamento das obras consignadas e arrematadas, além dos recursos arrecadados e pagos, era poucas vezes atendida pelos municípios.

Nos discursos proferidos pelos presidentes da Província ao longo desses quase sessenta anos de administração ressaltamos alguns aspectos que foram amplamente discutidos e argumentados pelos administradores nos relatórios, quais sejam: a política viária, as demandas das municipalidades relacionadas à implantação dos equipamentos públicos e as respostas dos presidentes referentes aos esforços de implementação de uma política social por meio da instalação e difusão de equipamentos ligados à educação e saúde, a política repressora adotada e a disseminação dos equipamentos relacionados à promoção da denominada “segurança e tranqüilidade pública” e, por fim, mas não menos importante, os aspectos econômicos ligados à receita e despesa, nos quais pode-se visualizar as contradições entre o discurso e a prática administrativa. Sobre este ponto, analisaremos no próximo item algumas das questões referentes aos recursos arrecadados e despendidos pelo governo provincial.

4.4. AS RECEITAS E DESPESAS PROVINCIAIS

As contas do governo constituem-se num indicador de distribuição do poder e de legitimidade do Estado, sendo possível a partir de sua análise identificar a capacidade do governo em drenar e distribuir recursos. O orçamento provincial, além de indicar a disputa entre o Legislativo e Executivo, sinaliza o conflito entre a burocracia e a máquina do Estado em busca permanente por mais recursos, sem contar os grupos dominantes que permanentemente pressionavam o governo no sentido de extrair mais verbas. Portanto, as contas do governo refletem o conflito interno da elite política que tanto representava o governo em suas diferentes instâncias, como os interesses dos grupos econômicos, entre os quais os grandes proprietários de terra, comerciantes e empresários. No que se refere às despesas, sua análise permite detectar as verdadeiras prioridades do governo, mas também o poder que determinados grupos exerciam sobre o Estado.

No caso do Brasil, as rendas eram divididas em internas, externas e extraordinárias que incluíam loterias, receitas eventuais e depósitos. Em termos de fontes de receita, o Império ainda apresentava uma forte dependência dos impostos cobrados sobre as importações e exportações de mercadorias. Carvalho (2003)

assinala que o imposto de exportação foi mantido em torno de 5 a 7% durante todo o Império, chegando alcançar a cifra de 10% pois eram acrescidos dos provinciais que geravam em torno de 44% do total das rendas. Tal imposto incidia diretamente sobre os grandes latifundiários, daí os debates, sobretudo, ao final do período imperial quanto à sua pertinência. Com relação aos direitos de importação, outros atores econômicos estavam envolvidos e, também, opiniões diferentes marcaram a discussão sobre a sua necessidade. O argumento dos defensores era a facilidade de arrecadação e sua importância para os cofres públicos, os contrários colocavam-no como obstáculo para o desenvolvimento do livre comércio no Brasil e o comprometimento dos postulados da teoria liberal.

As receitas provenientes do comércio exterior (às quais se acrescentavam as classificadas como “Despacho Marítimo”) responderam, em média, 75% do total entre 1844-5 e 1889, e as receitas de Interior, em média, somavam um pouco mais de 20% do total, sendo o restante completado pelas receitas ditas extraordinárias e aquelas “Com Aplicação Especial”. Desta forma, expressando o grau de centralização do Império, as receitas do governo central representavam pouco mais de 80% das receitas de todos os níveis de governo em 1856-7, caindo para 76% em 1885-6. As receitas provinciais, por sua vez, respondiam pela maior parte do restante, cabendo às receitas municipais de 3 a 5% do total.²⁴⁴

De acordo com Tapajós (1984), as receitas das Províncias eram muito desiguais e variavam em função do nível de riqueza das mesmas. Cabe ressaltar que, devido ao papel econômico da Província fluminense, esta era responsável por suprir grande parte das despesas do Império, dada a primazia dos impostos cobrados sobre atividades de comércio exterior centralizado no porto do Rio de Janeiro - principal ponto de entrada e de saída de mercadorias na época. Tal processo, na perspectiva de Villela (2003) foi responsável pelo papel desigual assumido pelas Províncias do Sul e Norte durante o Império, questão já apontada por Tavares Bastos no século XIX.²⁴⁵ Segundo Carvalho (op. cit.), no final do período imperial as queixas dos proprietários do Norte alegavam que os do Sul eram

²⁴⁴ De acordo com Villela (2003) de uma média de 18,9 mil contos no quinquênio 1840-1 a 1844-5, as receitas do governo central alcançaram nos últimos cinco anos do Império 141,7 mil contos, em média.

²⁴⁵ No que se refere à distribuição regional dos déficits, o autor coloca que havia desvantagem das Províncias localizadas no Norte em relação à do Sul. Em média, as Províncias do Sul arrecadaram 64,5% das receitas do governo imperial entre 1844-5 e 1889, com os demais 35,5% sendo coletados no Norte e, marginalmente, na delegacia do Tesouro, em Londres.

privilegiados pelos empréstimos no Banco do Brasil. Por seu turno, os do Sul reclamavam que somente os que tinham padrinhos na Corte conseguiam empréstimo, já que o Banco do Brasil exigia em geral comerciantes como fiadores. Para Tapajós (op. cit.), a Lei de 31 de outubro de 1835 que definiu o que eram rendas gerais e provinciais, por não levar em consideração a extensão territorial, o número da população, a desigualdade dos meios de transporte e comunicação e a economia de cada território, concorreram para aumentar as diferenças de arrecadação das Províncias do Norte e Nordeste em relação às Províncias do Sul e Sudeste, no entanto, o fator preponderante dessa desigualdade foi a deficiente administração deste ramo no Império.

As rendas gerais e provinciais eram estabelecidas por meio desse instrumento legal, que atribuía às Províncias os seguintes impostos: contribuição de polícia, décima urbana, legados e heranças, direitos de portagem, direitos de aguardente, impostos de réis em libra de carne, passagem de rios, novos e velhos direitos, próprios provinciais, dízimos, quota de dizimo do açúcar, quota do dízimo do café, terças partes dos ofícios, direitos de chancelaria, impostos nas casas de leilão e modas, emolumentos de passaportes e de visitas de saúde, impostos sobre seges e bens de evento.

Na perspectiva de Villela (op.cit.), as Províncias enfrentavam dificuldades para expandir a sua base de arrecadação, o que as levou a endividarem-se e contarem com os repasses de recursos do governo central. Analisando o desempenho econômico das Províncias do Brasil, o autor coloca que ocorreu um endividamento do conjunto das 20 Províncias do Império, que chegou a 36 mil contos em 1877 atingindo 61,8 mil contos em 1887. Também afirma que, independentemente desta fonte, por cerca de quinze anos, a partir do ano financeiro de 1839-40, os governos provinciais receberam transferências diretas do governo central, amparadas pela Lei de 22/10/1836, que ainda assim não foram suficientes para reverter os problemas financeiros enfrentados pelos governos provinciais. Sugere o autor, à luz das observações de Amaro Cavalcanti, que a principal causa da insuficiência das rendas das Províncias era a restrição ao poder provincial em matéria tributária, além da dificuldade de calcular as suas despesas e receitas, sendo raros os anos onde houve coincidência de dados do que foi gasto e arrecadado.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, Tavares Bastos em seu livro *A Província* via como a principal causa da insuficiência das rendas das Províncias as restrições ao poder provincial em matéria tributária. Em particular, criticava a interpretação geralmente dada às leis orçamentárias provinciais, onde diversos tipos de taxas incidentes sobre o consumo local ou mercadorias em trânsito eram confundidas com o imposto de importação – esse, sim, inequivocamente afeto apenas às rendas gerais. Uma das formas que propôs para solucionar os problemas fiscais dos governos provinciais era a cobrança de impostos sobre a propriedade que, segundo ele, acrescentaria receita significativa às Províncias. Para Tavares Bastos, a saúde financeira das Províncias somente seria restaurada se fosse adotado no Império o modelo federativo, onde governos sub-nacionais disporiam de recursos para atender as demandas de gastos tipicamente locais, como as despesas em educação, por exemplo. Finalmente, como forma de atenuar a centralização fiscal no Império, ele sugeria a transferência para as Províncias de verbas de receita típicas daquelas unidades administrativas, mas que, pela legislação em vigor, eram carregadas para os cofres do governo central.

Na perspectiva de Visconde do Uruguai, os déficits financeiros enfrentados estavam relacionados à falta de uma política administrativa eficiente e à definição de regras claras para a captação das rendas provinciais, gerais e municipais. Defendia, portanto, a disseminação sob controle do governo geral, de órgãos responsáveis pela arrecadação e fiscalização das diferentes rendas do Estado. No entanto, via como necessário considerar alguns fatores geográficos para melhor administração financeira como o tamanho da população, a extensão do território, as vias de comunicação, a produção econômica de cada lugar etc.

Na Província do Rio de Janeiro as receitas eram provenientes da contribuição de pólvora, décima urbana, legados e heranças, direitos de portagem, direito sobre aguardente, direitos em réis sobre libra de cana, passagens de rios, próprios provinciais, meia sisa de escravos, subsídio literário, dízimos em geral, cotas de dízimos do açúcar, cotas de dízimos do café, terça partes de ofícios, direitos de chancelaria, impostos nas casas de leilão e modas, emolumentos e passaportes e visitas de saúde. Esta série de tributos, muitos originados no período colonial, não era suficiente para suprir as despesas necessárias para organização da vida administrativa da Província. Conforme notamos nos Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro, tanto as receitas quanto as despesas cresceram

durante o Império, o que indica que o Estado além de ampliar a sua capacidade de arrecadação (via maior organização técnica dos órgãos responsáveis, notadamente a diretoria da fazenda), também viu aumentar a sua legitimidade na medida em que passou a investir mais nos chamados “serviços sociais” direcionados às camadas de baixa renda.

Inicialmente, cabia à Tesouraria Geral realizar a entrada de todas as somas cobradas nas repartições de arrecadação da Corte e Província do Rio de Janeiro e aquelas provenientes de quaisquer outras operações de movimento de fundos ou de crédito e a saída de qualquer soma por movimento de fundos.²⁴⁶ A administração da Fazenda nas Províncias, com exceção do Rio de Janeiro, incorporada para os efeitos fiscais ao Tesouro, estava entregue às Tesourarias Gerais, cujas atribuições foram definidas no regulamento que acompanhou o Decreto no. 870, de 22 de Novembro de 1851.

Declarações feitas pelos primeiros presidentes do Rio de Janeiro que culminaram em longos debates e propostas assinalavam a necessidade de se implantarem órgãos de administração frente à indefinição das atribuições dos mesmos para a arrecadação e fiscalização das rendas da Província do Rio de Janeiro. Assim, já no primeiro relatório da Província, Rodrigues Torres colocava que foram consideradas rendas provinciais somente aquelas definidas pela Lei de 8 de outubro de 1833 e que efetivamente se arrecadavam fora do município da capital do Império.²⁴⁷ Comunicava também que a administração e a fiscalização das rendas da Província, que anteriormente estavam a cargo da Tesouraria, tinham passado para a “Estação” por meio do Decreto de 25 de novembro de 1834. Este Decreto estabelecia que o referido órgão pertenceria à autoridade do Governo Provincial.

Argumentava o presidente que, como estava organizada a administração, os problemas de arrecadação e fiscalização dos impostos provinciais e da Corte não

²⁴⁶ Conforme discute Lyra (op. cit.) em “Organização Política e Administrativa do Brasil” o Ministério da Fazenda a partir de 1850 ampliou as suas funções, devido à reforma de Itaboraí – empreendida pelo primeiro presidente da Província - competindo a partir do Decreto 734, de 20 de novembro ao Tribunal do Tesouro a suprema administração da Fazenda. Este era composto do Ministro da Fazenda, presidente, e de quatro conselheiros: o Diretor Geral das Rendas Públicas, o Diretor de Despesa Pública, o Diretor Geral da Contabilidade e o Procurador Fiscal do Tesouro.

²⁴⁷ Afirmava que a legislação deixava de fazer menção à soma de 20% do consumo de aguardente pertencentes à Província, arrecadada na Mesa de Diversas Rendas e, também, do imposto denominado de meia sisa, também arrecadado por esta Mesa. Assinalava que o número pequeno de fábricas de açúcar no Termo da Corte não justificava a incorporação dessa renda pelo município, pois grande produção desse gênero estava localizada fora dos limites da Corte. Esta observação também era feita para o imposto cobrado pela compra de escravos. De acordo a tabela apresentada no relatório da Província de 1850, de 1840 até 1849 o dízimo de açúcar não tinha sido repassado para a Província.

se resolveram. Declarava que havia dificuldade em calcular as despesas e estabelecer as principais demandas da Província recém criada, assinalando a inexatidão do orçamento devido à indefinição dos direitos de arrecadação de impostos pela Província, bem como a prática não profissional da maioria dos coletores. Outro aspecto apontado dizia respeito à dificuldade da cobrança de taxas pela passagem nas estradas.

No relatório de 1838, o visconde do Uruguai colocava que a renda da Província tinha decrescido consideravelmente desde o mês de maio. Apresentava os problemas de funcionamento dos Registros e Coletorias e os relacionados às fraudes nas guias de café provenientes de outras Províncias. Sugeriu a criação de uma repartição própria para o Rio de Janeiro levando em consideração a necessidade de separar os empregados gerais da mesa do Consulado da Corte (do governo imperial), dos empregados provinciais, argumentando o volume de funções desempenhadas pelo governo provincial, sobretudo o da fiscalização das guias nos doze registros e sete coletorias existentes. Esta delicada situação, inclusive indicada pelo Ministro da Fazenda, levou-o a propor o estabelecimento de uma Mesa Provincial no Consulado e a solicitação de um local no mesmo edifício em que se achava a Mesa Geral. Tal instituição foi autorizada pela Lei 6 de maio de 1836. Também solicitava a criação de uma Estação Provincial (já indicado no relatório de 1836) que substituísse a Tesouraria da Província, tendo em vista que os serviços relacionados à arrecadação, fiscalização e contabilidade da Província estavam desorganizados devido à falta de empregados.

(...) “creação de huma Recebedoria Provincial, o mais possivel simplificada, removeria, a meu ver, taes inconvenientes huma vez que se concedesse aos seus Empregados huma gratificação que se arbitraria por cada huma conta atrazada que tomassem, ou por certa quantidade de escrituração tambem atrazada que fizessem, fora das horas destinadas para o serviço da Repartição” (...) Estabelecida porê m essa Recebedoria Provincial, julgo deverá soffrer alteração o systema actual de arrecadação por meio das Collectorias, e que essa alteração terá de trazer com sigo mudança nos impostos provinciaes que as mesmas Collectorias arrecadão”(Relatório do Presidente da Província, 1838, p. 40).

Para Paulino os maiores inconvenientes do sistema fiscal da Província era a cobrança da renda geral juntamente com a provincial. Nesse sentido, julgava conveniente que a arrecadação da Província do Rio de Janeiro fosse realizada por

agentes específicos, cabendo-lhes comissões especiais nos lugares onde conseguissem mais arrecadar. Discorrendo ainda sobre este ponto, o presidente finalizava o relatório colocando uma série de questões relacionadas ao papel da nova repartição responsável pela arrecadação da renda, às atribuições dos empregados e à divisão do poder provincial ou geral em relação à nomeação dos empregados.

Em 1840, ainda na qualidade de presidente, Paulino sugeria a criação de uma recebedoria em todos os limites da Província por onde eram exportados o café e demais gêneros. Dizia que estava enfrentando problemas de fiscalização porque a Tesouraria estava inabilitada para prestar esse serviço em função da negligência de alguns coletores, das dificuldades de contratar indivíduos ativos, honrados e inteligentes, da extensão e grandes distâncias dos distritos onde estavam localizadas as coletorias, da precariedade das vias de comunicação e da dispersão da população.²⁴⁸

Com relação às rendas municipais destinadas a promover a comunicação nos municípios, o presidente declarava que eram insuficientes e, por isso, faltavam recursos para promover o embelezamento das povoações, o estabelecimento de fontes, o calçamento de ruas e o reparo de estradas e pontes. Também afirmava que, por serem obras municipais, não poderiam ser realizadas com recursos dos cofres da Província e completava seus argumentos, dizendo que parte desses inconvenientes estavam relacionados às regras estabelecidas pela Lei provincial de 19 de dezembro de 1836 que dificultava a execução das obras nas localidades. Dizia que para um simples reparo em um pontilhão, cuja importância era reduzida, fazia-se necessária a aprovação em tantos órgãos, que impossibilitava a sua realização. Apesar da promulgação de uma nova lei - no. 14 de 12 de maio de 1838 - que atenuou em parte esses inconvenientes, ainda era preciso ampliar o direito das Câmaras com respeito à implementação de obras em seu municípios:

“Não he possível que esta assemblea se ocupe a tempo de tantas miudezas, e he conveniente deixar tambem ás municipalidades a faculdade de

²⁴⁸ O administrador da Mesa do Consulado da Corte (Ministro da Fazenda) comunicou ser impossível o prosseguimento da fiscalização e cobertura da quota da Província a cargo da mesma Mesa, não somente porque sobrecarregava muito os seus empregados, como também porque a ponte do embarque era muito acanhada para o expediente. Neste sentido dizia que a criação de uma Recebedoria Provincial removeria os problemas de fiscalização.

poderem fazer por si algum beneficio, relaxada assim um pouco a apertada e minuciosa tutela em que vivem” (Relatório do Presidente da Província, 1840: 67)

Dando continuidade aos seus argumentos afirmava que:

“Quase todas ou para melhor dizer, todas as cidades, vilas e povoações da Província começaram como quase sempre acontece, a edificar-se sem plano e nivellamento, para dar ás praças e ruas o espaço e direcção convenientes, prevenir as tortuosidade e viellas nocivas ao aceio e a salubridade. Estabelecer aquella regularidade indispensavel ao seu aformozeamento, e dar prompta expedição ás aguas”. (Relatório da Província, 1840:67).

Informando que tinha exigido da diretoria de obras em novembro de 1839 as plantas levantadas para cumprimento da lei provincial no. 47 de 24 de dezembro de 1836, o presidente comunicava aos parlamentares que as mesmas já se achavam levantadas em grande parte dos municípios e apontava a necessidade de nivelamento em quase todas as localidades.

Essas e outras questões relacionadas à constituição dos órgãos de arrecadação e fiscalização das rendas foram frisadas nos primeiros anos de administração provincial. Observamos que a partir de meados de 1840, em função da maior organização das estruturas administrativas relacionadas às rendas provinciais, tais questões foram substituídas pela explicação das receitas e despesas realizadas pelo governo. Conquanto as reclamações sobre os problemas nos órgãos administrativos da Província ainda merecessem comentários dos presidentes, a maior preocupação passou a ser viabilizar a expansão dos órgãos arrecadadores no território provincial. Iniciemos nossa análise das receitas e despesas da Província do Rio de Janeiro ao longo do período imperial, para a seguir demonstrarmos alguns conflitos relacionados à política fiscal adotada pelo governo provincial.

Conforme podemos notar a partir da tabela 8, talvez como reflexo do aperfeiçoamento nas formas de arrecadação e das reformas implementadas nos órgãos administrativos desde 1835, houve um aumento significativo das receitas arrecadadas pela Província a partir do ano financeiro de 1839-1840. Esta evolução não foi, entretanto, acompanhada nos demais anos financeiros, onde observamos pequenas mudanças em termos de recursos arrecadados e despendidos, ou seja, o comportamento financeiro apresentou pequenas variações até o ano financeiro de 1839 a 1842 para a partir de 1843, apresentar crescimento contínuo. De acordo com

as informações prestadas nos relatórios da Província para o ano de 1835 até 1850, percebemos que foram estruturados diferentes serviços e ampliados o quadro funcional. Este crescimento resultou na reordenação de órgãos em diferentes pontos da Província ou mesmo na instalação de barreiras, coletorias, repartições etc. Além disso, conforme discutimos anteriormente, a divisão administrativa, civil e judiciária transformou-se de forma significativa neste período, o que favoreceu a disseminação das funções e de funcionários do Estado e redefiniu as relações de poder junto às municipalidades. A maior instrumentalização do poder também pode ser percebida através da preocupação manifestada desde o primeiro relatório da Província com a contagem da população. Neste aspecto, a estruturação do “Arquivo Estatístico” em 1850, seguida do censo realizado neste ano e na década de 1870, indicaram os novos rumos em termos de política imperial a partir de então.²⁴⁹

Tabela 8 - Receita e Despesa da Província do Rio de Janeiro: 1835 – 1850

| Exercício | Receita | | Despesa | | Déficit | Saldo |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | Arrecadada | Votada | Votada | Efetuada | | |
| 1835-1836 | 331:483\$683 | 331:483\$683 | 212:986\$000 | 225:558\$668 | - | 105:925\$015 |
| 1836-1837 | 490:000\$000 | 468:405\$670 | 487:164\$500 | 397:129\$719 | - | 71:275\$951 |
| 1837-1838 | 494:536\$000 | 336:895\$591 | 558:850\$644 | 406:838\$866 | 69:943\$275 | - |
| 1838-1839 | 389:600\$000 | 550:893\$371 | 427:634\$000 | 537:333\$694 | - | 13:505\$077 |
| 1839-1840 | 814:100\$000 | 792:765\$850 | 844:100\$000 | 805:615\$014 | 12:849\$164 | - |
| 1840-1841 | 855:100\$000 | 682:595\$506 | 903:266\$332 | 676:975\$253 | - | 5:620\$253 |
| 1841-1842 | 886:540\$000 | 939:797\$234 | 886:540\$000 | 1.039:831\$193 | 100:036\$959 | - |
| 1842-1843 | 855:437\$000 | 1.076:439\$516 | 855:437\$000 | 945:596\$007 | - | 130:843\$509 |
| 1843-1844 | 879:900\$000 | 1.187:982\$242 | 879:900\$000 | 1.118:592\$649 | - | 69:389\$593 |
| 1844-1845 | 957:000\$000 | 1.106:431\$170 | 957:000\$000 | 1.188:787\$303 | 82:356\$133 | - |
| 1845-1846 | 979:140\$000 | 1.104:807\$429 | 979:140\$000 | 1.186:590\$298 | 81:782\$869 | - |
| 1846-1847 | 1.026:000\$000 | 1.915:901\$158 | 1.026:000\$000 | 1.956:364\$761 | 10:463\$603 | - |
| 1847-1848 | 1.150:000\$000 | 2.053:399\$123 | 1.150:000\$000 | 2.030:635\$408 | - | 22:763\$715 |
| 1848-1849 | 1.192:000\$000 | 1.456:125\$067 | 1.176:000\$000 | 1.574:534\$779 | 118:409\$712 | - |
| 1849-1850 | 1.192:000\$000 | 1.846:697\$651 | 1.200:000\$200 | 1.802:591\$715 | - | 44:105\$936 |
| 1850 – 2º semestre | - | 805:651\$783 | - | 750:130\$102 | - | 55:521\$681 |

Fonte: Relatório do sub-diretor da Fazenda do estado do Rio de Janeiro, 1891.

Apesar desses fatores, notamos que nos quinze anos de vida financeira da Província as dificuldades de orçar os gastos permaneceram. Verificamos que em

²⁴⁹ A preocupação com a contagem da população foi um problema que, apesar de ter merecido maior atenção especial em 1850 foi levantado por muitos dos presidentes. Do ponto de vista da administração central, representado pelo diretor do Arquivo Estatístico, faltava interesse das municipalidades para que tal serviço fosse melhor realizado. Os presidentes por seu turno sempre frisavam que a falta de um serviço de estatística mais organizado era uma das causas que justificam os problemas administrativos da Província.

nove anos financeiros o orçamento votado era superior à arrecadação realizada, dificuldade também observada nas despesas votadas e efetuadas. Percebemos que houve uma ligeira margem de diferença entre os saldos e déficits, isto é, de 1835 a 1850 a Província arrecadou mais do que gastou e a despesa superou a receita em seis.²⁵⁰ Também notamos que os anos financeiros de 1844-45, 1845-46 e 1846-47, as despesas foram superiores à arrecadação, apesar de apresentarem crescimento contínuo.

Assinalava o presidente no relatório de 1858, após fazer um balanço financeiro desde de 1834, que as receitas provinciais vinham crescendo, tendo alcançado ao fim de 1857 um patamar nunca antes atingido. Dizia também que na mesma proporção observava um aumento progressivo das despesas, o que resultava em déficits permanentes, sobretudo a partir de 1843.²⁵¹ Atribuía os problemas financeiros à “defeituosa” organização dos balanços e a causas que não iria perscrutar, embora indicasse o impacto da crise mundial de comércio que tinha surtido efeito negativo nas exportações do café, fazendo com que no primeiro semestre de 1858 houvesse um decréscimo de quase 66,5% em comparação ao período anterior.²⁵² Dizia o mesmo presidente, em relatório de 1856, que o café era o elemento vital da Província, constituindo-se em manancial fecundo de recursos, embora questionasse como ela iria aumentar sua riqueza com os avanços da indústria e a permanente dependência deste item na sua vida econômica.

Analisando a tabela 9, observamos algumas mudanças em termos de arrecadação e gastos efetuados pela Província do Rio de Janeiro durante todo período imperial. Diversas questões políticas e econômicas, tais como os elevados investimentos nas estradas de ferro e demais obras públicas a partir de 1850,²⁵³ as crescentes despesas com a guerra do Paraguai,²⁵⁴ a queda da produção do café e a do açúcar a partir de 1870, a proibição, seguida da libertação dos cativos (que

²⁵⁰ Dados da Diretoria da Fazenda da Província do Rio de Janeiro no ano de 1858 não coincidem com os apresentados acima, acusando déficits nas rendas da Província de 1843 até 1857, excetuando-se o 2º semestre de 1850 e o ano financeiro de 1851.

²⁵¹ Declarava, no entanto, que os constantes déficits obrigava o governo a emitir apólices, aumentando ainda mais a dívida da Província. Dizia, no entanto, que naquele ano preferiu contrair empréstimo no Banco do Brasil tendo em vista que a emissão de apólices poderia ser uma transação financeira prejudicial a Província em decorrência da crise pela qual estava passando.

²⁵² No primeiro semestre de 1857 a renda arrecada com a cota de 4% sobre o café foi de 736:763\$096 e no primeiro semestre de 1858 foi de 489:742\$811.

²⁵³ As despesas com este ramo, no entanto, geravam crescentes receitas para o governo imperial.

²⁵⁴ Cabe ressaltar que foram criados os imposto de indústria e profissões de propriedade e de renda em 1867 para suprir às necessidades da Guerra. Carvalho (2003) assinala que a Guerra do Paraguai consumiu 613 mil contos, o que correspondia cerca de 337 milhões de dólares.

implicou na supressão de impostos relacionados à sua compra e venda), o boicote ao pagamento de impostos realizados por alguns municípios, demonstram que apesar das rendas provinciais terem crescido de forma significativa a partir de 1849, as despesas superaram a arrecadação, o que levou a um quadro de déficit consecutivo a partir de 1870, com exceção de alguns anos. Com relação às receitas relacionadas às estradas de ferro, Carvalho (2003) afirma, que no Império, elas eram responsáveis por cerca de 70% do total arrecado no Brasil. Neste sentido, observa que o Estado Imperial era a grande fonte geradora de receita.

Tabela 9 - Receita e despesa realizada pela Província do Rio de Janeiro - 1835-1889

| Exercício | Receita Arrecadada | Despesa Efetuada | Déficit | Saldo |
|-----------|--------------------|------------------|--------------|--------------|
| 1835-36 | 331:483\$683 | 225:558\$668 | - | 105:925\$015 |
| 1840-41 | 662:595\$506 | 676:975\$253 | | 5:620\$253 |
| 1849-50 | 1.846:697\$651 | 1.802:591\$715 | | 44:105\$936 |
| 1855 | 2.361:295\$612 | 1.352:664\$765 | - | 8:630\$847 |
| 1860 | 3.283:290\$160 | 3.296:285\$401 | 12:995\$241 | - |
| 1865 | 2.760:127\$245 | 1.756:112\$743 | - | 4:014\$502 |
| 1870 | 3.061:684\$299 | 3.762.437\$470 | 700:753\$171 | - |
| 1875 | 4.835:459\$427 | 5.060:811\$564 | 225:352\$137 | - |
| 1880 | 4.811:967\$080 | 4.961:037\$147 | 149:070\$067 | - |
| 1885 | 6.585:098\$338 | 6.584:873\$717 | - | 224\$621- |
| 1889 | 5.919:042\$577 | 6.059:485\$878 | 140:443\$301 | - |

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, 1891. Organizado pela autora.

O quadro de déficit provincial observado a partir de 1870 foi uma questão que mereceu dos presidentes manifestações de toda ordem. Visando sanar a saúde financeira da Província, os presidentes apontavam as razões e possíveis soluções para a crise. No relatório de 1871, em função dos problemas da lavoura, o presidente solicitava ao governo geral mais créditos tendo em vista a importância da cultura cafeeira e demais gêneros voltados para exportação da Província.

“Reconheço que o complexo de meios directos e indirectos para o desenvolvimento e distribuição dos capitães e organização do credito, assim como

para supprimento de braços e distribuição da proficuidade territorial é da esphera dos poderes geraes, mas a provincia póde instituir as feiras e exposições publicas, despertar a iniciativa individual e provocar a acção dos poderes superiores do estado, e auxiliial-os afim de dotal-a com credito territorial, necessário e urgente para levantar a lavoura do abatimento, e libertal-a da tabella do credito commercial que lhe concede auxílios com sacrificios superiores aos seus recursos” (Relatório do Presidente da Província, 1871, p.52).

Argumentava que o desenvolvimento da cultura cafeeira, embora tivesse contribuído para o enriquecimento do país e da Província teria, prejudicado a produção dos demais gêneros alimentícios como o açúcar, o feijão, o arroz, o milho e a mandioca, cuja produtividade limitava-se cada vez mais aos fazendeiros e, portanto, encontrava-se em decadência. Neste sentido, solicitava maiores investimentos para outros ramos agrícolas dada a sua importância econômica. Em 1872 dizia o presidente que era decrépito o estado financeiro da Província e isso estava relacionado aos problemas nas formas de arrecadação dos impostos:

“A legislação da provincia sobre impostos não contém systema regular o que é de admirar quando a legislação geral do império não offerece também um systema completo. A legislação geral tributa fontes de renda que devia ser provincial, de sorte que restringe a acção da lei provincial a menos que esta que via sacrificar a materia para obter recursos para as suas necessidades. (...) No estado actual das nossas cousas, attentos os grandes encargos que tem a administração provincial, é impossível que se abastenha completamente de impor sobre exportação, quando esta taxa é a fonte mais abundante da renda publica. Reconheço que a produção agrícola, sendo por assim dizer a industria preponderante e manancial mais preciso da riqueza da provincia devia ser, segundo as regras econômicas, menos onerada do que é para sua maior expansão e recahir o imposto sobre os outros objetos, trabalhos e serviços” (Relatório do Presidente da Província, 1872 p.84-85)

Ainda destacava o presidente naquele ano os problemas fiscais relacionados ao recolhimento do café em Minas Gerais e sugeria, para diminuir as fraudes e os conflitos com aquela Província, que fosse igualado ao imposto arrecadado pela exportação do café no Rio de Janeiro.²⁵⁵

²⁵⁵ Lembra o convênio celebrado em 1850 com a Província de Minas Gerais, visando resolver os problemas das fraudes, e o Regulamento de 1860, assinado depois de encerrado tal convênio. Assinalava, também, as

O vice-presidente, conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, dizia em 1875 que, apesar do estado melindroso, a Província tinha satisfeito todos os compromissos contraídos e pago todos os serviços executados com o material da administração, restando ainda um saldo que poderia ser aplicado no futuro. Em 1882 o presidente discutia a necessidade de criar novas fontes de rendimento frente ao quadro financeiro que a Província se encontrava e argumentava que a divisão estabelecida em 1834 sobre o que era renda provincial e geral deveria ser refeita.

“Pelo que respeita particularmente as Províncias, sem exceptuarmos esta, não chegam se quer suas rendas para acudir aos reclamos das duas maiores necessidades das sociedades modernas e que são ao mesmo tempo dos poderosos agentes da produção: a instrução publica e as vias fáceis e rápidas de transporte”. (Relatório da Província, 1882, p.54).

Para o presidente era necessário, frente à crise financeira da Província, investir na imigração com vistas a promover a transformação do trabalho, sobretudo porque a escassez de mão de obra era um problema concreto. Dizia também que o esquema de subvenções do governo geral que alimentava as Províncias e estas as municipalidades era imperfeito, pois tal modelo expressava o vício de um sistema tributário que não conseguia produzir rendas e transformar a situação econômica do país. Por outro lado, a extrema dependência da Província ao café, que era responsável por quase metade do rendimento, já era por si só um motivo de preocupação. Questionava o que fazer para resolver tal questão, uma vez que não poderia se prescindir do mais rentável produto sem que houvesse uma mudança no sistema tributário. Nesse sentido, propunha a abolição da taxa de exportação provincial.²⁵⁶ Colocava ainda que, mais do que os encargos provinciais, a cobrança de uma taxa uniforme por parte do Tesouro para diferentes produtos, que eram provenientes de diversas zonas e plantados em solos também diferentes, constituía-se em mais um defeito do sistema fiscal da Província. Assinalava, portanto, que as distâncias e a diferença do solo onerava de forma desigual alguns produtos, prejudicando a sua comercialização e, nesse sentido, era necessário mudar a sua

dificuldades da Província de Minas Gerais de entrar em acordo e a importância de uma maior fiscalização do café exportado, tendo em vista que grande parte era declarada de forma irregular.

²⁵⁶ Reportava-se a Tavares Bastos que propunha a criação do imposto territorial mas colocava, utilizando-se dos mesmos argumentos daquele que, como ainda não havia condições de tributar a terra por falta de cadastro e demarcação das propriedades particulares, a primeira solução para o livre comércio era o fim dessa taxa.

forma de tributação. Por fim, assinalava que os impostos sobre o café incididos sobre outras Províncias deveriam ser reduzidos em função das fraudes que continuavam.

Em 1888, o presidente informava que a renda da Província tinha decaído em função da cobrança do imposto dos escravos (dada a sua libertação) e também pela supressão do imposto do açúcar. No ano de 1889 os reclamos sobre a crise financeira da Província continuaram e as medidas adotadas foram pouco originais: empréstimos e diminuição das despesas.

Passemos agora a identificar a origem das rendas provinciais, questão que elucidará os setores mais rentáveis e os de menor significado econômico. Conforme podemos verificar na tabela 10, vinte e um itens compunham a receita provincial entre os anos de 1841 a 1849.²⁵⁷ Deste rol de impostos arrecadados sobressaíam as rendas provenientes do café, aquelas das passagens de rios, as que recaíam sobre o consumo de aguardente, a de meia sisa de escravos e as relacionadas à décima urbana. Sem dúvida, o imposto que mais contribuía para a riqueza da Província era o do café. Mesmo ao final do período, quando se observa a diminuição de sua receita, o café continuava despontando em relação aos demais itens. As receitas provenientes das passagens de rios e pontes tiveram uma evolução significativa – acréscimo de mais de 100% do período de 1842 a 1843, apresentando mudanças pouco significativas a partir de então. Os ganhos relativos ao consumo de aguardente também não sofreram mudanças significativas ao longo do período, perdendo posições com o passar dos anos. O imposto de transmissão dos escravos - meia sisa de escravos - cresceu de forma significativa - quase 100% - do ano financeiro de 1841 –1842 para o ano de 1842 –1843, evoluindo até 1845-46, quando então começou a apresentar queda. A renda proveniente da décima urbana foi a única que neste período que teve evolução permanente, iniciando com 15:995\$152 em 1841-42 para alcançar em 1848-49 a cifra de 59:553\$120. Os

²⁵⁷ O imposto de contribuição de Polícia foi criado pelo Decreto de 13 de maio de 1809 e o Aviso de 4 de dezembro de 1840, a Patente sobre Consumo de Aguardente pela Lei Provincial no. 242, a Décima Urbana pelo Alvará de 27 de junho de 1808 e o regulamento provincial de 7 de dezembro de 1842, a Meia Sisa da venda de escravos pelo Alvará de 3 de junho de 1809 e o regulamento geral de 11 de abril de 1842, as heranças e legados pelo Alvará de 17 de junho de 1809 e o regulamento de 22 de novembro de 1849, o imposto de 2\$000 sobre gado pela Lei Provincial no. 341, os de Bens de Evento através da Lei provincial no. 537 e o regulamento de 1 de agosto de 1830, a Patente sobre o aguardente por meio, as Passagens de rios, pontes e barreiras, a cota de 4% do dízimo do café e os Próprios provinciais pela Lei no.242. Por fim o Produto líquido de loterias para benefício de igrejas e casas de caridades pela Lei provincial no. 179 e 242 e os prêmios de bilhetes não reclamados pelo Regulamento de 25 de junho de 184. (Relatórios da Província 1850-1889). Cabe ressaltar que alguns impostos deixaram de ser provinciais e, por isso, aparecem apenas em alguns.

demais impostos apresentados na tabela geravam rendas que variavam muito em função de circunstâncias especiais, como o relacionado à cobrança da dívida ativa, os selos de herança e legados, os prêmios de loterias não reclamadas entre outros.

258

Tabela 10 - Quadro demonstrativo da Receita Arrecadada da Província do Rio de Janeiro

| IMPOSTOS | 1839-1840 | 1840-1841 | 1841-1842 | 1842-1843 | 1843-1844 | 1844-1845 | 1845-1846 | 1847-1848 | 1848-1849 |
|--|--|---------------------------------------|-------------|--------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| Cobrança da Dívida Ativa (A) | 13:301\$193 | 15:450\$562 | 33:137\$163 | 30:930\$338 | 13:772\$497 | 21:482\$839 | 10:933\$846 | 3:044\$580 | 5:762\$204 |
| Contribuição de Polícia | 6:458\$480 | 5:143\$080 | 6:244\$560 | 6:614\$240 | 7:068\$480 | 7:690\$800 | 9:306\$0800 | 10:001\$920 | 9:521\$120 |
| Décima Urbana | 16:373\$839 | 14:464\$897 | 15:995\$152 | 29:853\$691 | 35:210\$686 | 42:403\$788 | 48:275\$527 | 57:729\$045 | 59:553\$192 |
| Dízimo do Algodão | 10\$387 | 60\$259 | 50\$832 | 47\$892 | 36\$017 | 28\$675 | \$569 | \$ | 1\$750 |
| Dízimo do açúcar (B) | - | - | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Dízimo da Chancelaria (C) | \$ | 14\$944 | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Dízimo de muíças | | | 934\$348 | 421\$421 | 470\$632 | 311\$514 | 403\$063 | 88\$462 | 802\$236 |
| Emolumentos de certidões | - | - | 5\$120 | \$640 | \$320 | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Impostos de 2º réis dobre cabeça de gado e subsídio e literário. | - | - | 5:723\$420 | 6:110\$720 | 5:838\$060 | 8:682\$200 | 10:518\$000 | 9:182\$000 | 7:696\$000 |
| Meia Siza de escravos da Venda de Escravos | 22:865\$012 | 25:793\$598 | 26:708\$654 | 40:312\$377 | 54:769\$084 | 61:740\$621 1 | 81:952\$771 | 71:554\$ 833 | 61:532\$510 |
| Multas | - | - | 4\$270 | 14\$687 | \$ | 23\$100 | 2\$440 | 145\$169 | 186\$766 |
| Novos e Velhos Direitos (D) | - | - | 2:740\$567 | 2:362\$082 | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Passagens de rios, Pontes e Barreiras | 3:552\$575 Portagem: 12:446\$246 | 3:712\$525 Portagem 15:213\$680 | 60:413\$240 | 137:753\$833 | 146:445\$829 | 134:478\$523 | 131:125\$450 | 114:069\$96 6 | 135:751\$341 |
| Patentes Sobre o Consumo de D'Aguardente | 16:057\$456 | 35:624\$562 | 48:103\$400 | 54:741\$007 | 55:516\$393 | 51:856\$175 | 54:432\$000 | 56:212\$000 | 62:492\$900 |
| Patentes Sobre os engenhos e engenhocas (B) | - | - | 12:373\$500 | 8:220\$000 | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Prêmios de Bilhetes de Loterias não Reclamadas | - | - | \$ | 10:416\$000 | 1:140\$000 | 14:830\$000 | 4:420\$000 | 2:470\$000 | 5:100\$000 |

| IMPOSTOS | 1839-1840 | 1840-1841 | 1841-1842 | 1842-1843 | 1843-1844 | 1844-1845 | 1845-1846 | 1847-1848 | 1848-1849 |
|---|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|----------------|--------------------|
| Produtos Líquido de Loterias para Matrizes e Casa de Caridade | - | - | 18:000\$000 | \$ | 11:200\$000 | \$ | 44:400\$000 | 53:300\$000 | 63:600\$000 |
| Próprios provinciais | - | - | \$ | 870\$966 | 1:100\$000 | 700\$000 | 1:208\$400 | 1:209\$000 | 1:167\$400 |
| Quota de 4% do dízimo do café | - | - | 589:511\$967 | 555:923\$482 | 558:387\$812 | 531:066\$900 | 651:937\$182 | 760:542\$461 | 649:489\$030 |
| Selo de herança e Legados | - | - | 44:790\$004 | 59:459\$146 | 55:551\$777 | 27:517\$533 | 48:369\$776 | 81:914\$828 | 105:656\$894 |
| Terças partes de Ofício | - | - | 45\$000 | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ | \$ |
| Soma | - | - | 864:601\$197 | 934:052\$543 | 946:587\$600 | 902:814\$279 | 1.0 98:375\$104 | 1.183:157\$500 | 1.168:313\$34 3 |

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1843 e 1850. Organizado pela autora.

A- A circunstancia de terem os coletores ultimamente feito mais exatas arrecadações dentro dos exercícios respectivos, e ter a Tesouraria arrecadado o que melhor havia de dívida ativa anterior, tem feito diminuir esta arrecadação nos últimos anos.

B- Estes impostos foram abolidos em virtude das leis nº 214 de 27 de maio de 1840, 233 de 24 de Abril de 1841, 341 de 20 de Maio de 1844 e decreto nº 284 de 1845.

C- Este imposto pertence a renda geral e por isso tem deixado de ser arrecadado para a Província.

D- Determinado a lei nº 242 de 10 de maio de 1841 que só de cobrem novos e velhos direitos dos ofícios vitalícios de justiça da Província, tem deixado de se arrecadar esta imposição desde a data da lei por ser a mesma pertencente a renda geral.

(Observações do Contador da Província Narcizo Xavier de Barros),

Podemos perceber que as rendas provinciais não tiveram alteração significativa no período analisado, muito embora o controle sobre sua arrecadação tenha aumentado, conforme destacava o contador responsável pela elaboração desse balanço. Confrontando os dados apresentados nesta tabela com os relacionados às dívidas dos municípios, levantados no mesmo relatório, podemos concluir que devido às medidas de âmbito administrativo o governo imperial ampliou a sua capacidade de drenagem de recursos a partir do ano de 1850, o que promoveu o crescimento da sua arrecadação, sobretudo a partir de 1860, quando observamos uma elevação de quase 100% em relação ao ano financeiro de 1848-1849.

De acordo com os dados apresentados na tabela 11 verificamos que, em um período correspondente a dez anos a começar de 1850 a 1860, a arrecadação do Rio de Janeiro aumentou de forma significativa, muito embora, conforme já destacado, as despesas também tenham acompanhado este crescimento. As informações da tabela confirmam a importância do café como principal fonte de recursos da Província, conquanto ocorresse um aumento progressivo de outras

rendas contribuindo com o montante arrecadado. Conforme destacado no relatório da Província em 1872, do total da renda ordinária provincial em 1871 - 3.336:636\$170, a produzida internamente era de 1.073:561\$570 e as decorrentes de exportação correspondiam a 2.059:000\$000.

Além do café, os impostos que mais contribuía na receita provincial eram a de passagens sobre rios, a meia sisa de escravos, o selo de heranças e legados, a patente sobre aguardente e a décima urbana. As que menos ofereciam rendimentos eram a dos próprios provinciais, o dízimo de algodão, de miunças, o imposto sobre gado e emolumentos. Conforme demonstramos na tabela 11 muitas das pequenas rendas tiveram crescimento com o passar das décadas, ao passo que alguns impostos que inicialmente tinham uma contribuição mais significativa apresentaram queda. No primeiro caso destacamos o imposto sobre o gado que elevou de forma significativa a receita provincial a partir da década de 1870. No segundo caso verificamos o imposto decorrente das passagens sobre rios e pontes que constituía o segundo imposto que mais avultava receita para Província no ano de 1851, passando a ocupar em 1886 o nono lugar.²⁵⁹

Tabela 11 - Orçamento da Receita da Província do Rio de Janeiro: 1850-1889

| Orçamento da Receita | 1850-51 | 1856 | 1860 | 1864 (4) | 1871 (5) | 1875 (6) | 1881 (7) | 1886 (8) |
|--------------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|---------------------------------------|
| Cobrança da dívida ativa | 18:000\$000 | 15:022\$809 | 13:099\$59 | 28:000\$000 | 34:634\$443 | 13:464\$239 | 64:418\$135 | 68:984\$563 6:161\$496 (multas) |
| Contribuição de polícia | 9:821\$600 | 44:706\$765 | 51:640\$000 | 52:946\$050 | 102:210\$000 | 103:161\$000 | 142:546\$950 | - |
| Décima Urbana | 70:941\$680 | 88:614\$771 | 138:405\$931 | 199:131\$782 | 197:975\$631 | 209:895\$438 | 127:032\$213 | 170:564\$649 |
| Dízimo do algodão | \$ | - | - | - | 14:226\$215 | - | - | - |
| Dízimo de miunças | 400\$000 | - | - | - | - | - | - | - |
| Imposto 1\$ sobre o gado | 9:200\$000 | 11:454\$000 | 11:118\$000 | 11:134\$000 | 17:296\$000 | 20:066\$000 | 104:144\$500 (1) | 110:996\$450 |
| Meia sisa da venda de escravos | 60:200\$000 | 185:067\$753 | 250:440\$000 | 253:147\$000 | 170:296\$000 | 237:952\$721 | 108:204\$130 | 144:230\$049 |
| Multas | 652\$000 | 1:228\$080 | | 4:040\$000 | 8:884\$053 | 5:076\$521 | 11:848\$219 | 7:607\$239 |

²⁵⁹ Não estamos considerando as receitas provenientes da dívida ativa dos municípios nesta contagem.

| Orçamento da Receita | 1850-51 | 1856 | 1860 | 1864 (4) | 1871 (5) | 1875 (6) | 1881 (7) | 1886 (8) |
|--|----------------|----------------|--------------------|--------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------------|
| Passagens sobre rios, pontes e barreiras | 157:560\$000 | 156:728\$488 | 167:938\$660 | 169:091\$000* | 76:713\$952 | 71:269\$712 | 49:654\$108 | 33:770\$246 |
| Patente sobre o consumo de aguardente | | 103:645\$000 | 124:025\$000 | 125:335\$000 | 121:783\$000 | 127:100\$000 | 113:855\$000 | 117:790\$000 |
| Prêmio de bilhetes de loterias não reclamados | 4:000\$000 | 5:740\$000 | 31:375\$000 | 25:164\$000 | 14:107\$500 | 25:732\$500 | 8:576\$000 | 10:164\$000 |
| Produto líquido de loterias a benefício de igrejas e casas de caridade | 65:600\$000 | 82:800\$000 | 165:600\$000* * | 186:300\$000* * | 186:300\$000 | 207:000\$000 | 108:300\$000 | 36:675\$000 |
| Próprios provinciais | 1:261\$000 | 2:028\$247 | 1:022\$250 | 1: 320\$000 | 5:582\$600 | 1:055\$050 | 2:413\$437 | 1:032\$362 |
| Quota de 4% do dízimo do café | 680:000\$000 | 1:459:492\$888 | 2.037:786\$852 | 1.712:910\$000 | 1.873:601\$090 | 2.440:938\$581 | 2.051:315\$216 | 1.143:737\$14 6 |
| Selo de heranças e legados | 70:000\$000 | 83:836\$434 | 264:104\$891 | 218:300\$000 | 118:639\$897 | 183:916\$280 | 156:772\$821 | 94:617\$196 |
| Rendimento de penas d'água | - | - | 198\$000 | 1:200\$000 | 5:364\$000 | 5:830\$000 | 10:297\$160 | 19:179\$451 |
| Impostos sobre mascates de ouro e prata | | - | - | 1:300\$000 | - | - | | - |
| Emolumentos | - | 6:886\$398 | 8:754\$898 | 8:016\$000 | 10:213\$033 | 10:599\$854 | 9:030\$932 | 13:503\$900 |
| Bens de evento, menos escravos | - | 9:655\$070 | 938\$850 | 1:557\$500 | 27\$100 | 318\$040 | - | - |
| Rendimento Estrada de ferro Cantagalo | | | | | - | - | 246:412\$066 | 545:844\$594 |
| Rendimento Est. De ferro União Valenciana | | | | | - | - | \$ | \$ (3) |

| Orçamento da Receita | 1850-51 | 1856 | 1860 | 1864 (4) | 1871 (5) | 1875 (6) | 1881 (7) | 1886 (8) |
|---|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Auxílio recebido dos cofres gerais para força pública | | | | | - | - | 22:840\$000 | 14:750\$000 |
| Rendimento extraordinário | - | - | 15:671\$742 | - | | 81:092\$913 | 23:351\$002 | 22:327\$248 |
| Quota de 3% sobre o açúcar | - | - | - | - | 78:805\$230 | 32:928\$000 (?) | | 52:240\$261 |
| Imposto pessoal | - | - | - | - | - | 41:667\$420 | | 135:986\$500 (1) |
| Total | 1.199:680\$28 | 2:322:544\$472 | 3.284:925\$701 | 2.998:982\$332 | 5.116:094\$357 | 6.913:421\$906 | 3.799:979\$710 | 5.551:570\$500 |

Relatórios do Presidente da Província 1850-1889. Organizado pela autora. * agora denominado direito sobre portagem, ** também incluído um percentual para prisões.

- (1) taxa itinerária a que estava sujeito o gado solto.
(2) Denominado neste ano imposto sobre indústria e profissões.
(3) Denominado das ações da companhia União Valenciana.
(4)¹ Acrescenta-se a esta receita rendimentos provenientes da estrada de ferro de Villa Nova a Porto das Caixas (26:324\$177), rendimentos extraordinários (31:789\$918), movimentos de fundos (752:961\$479).
(5) Incluem-se nesta receita a reposição do governo geral de quantias retiradas da renda ordinária da Província para execução do contrato relativo a estrada de ferro de Cachoeiras a Nova Friburgo.
(6) Nesta receita estavam também incluídos os impostos sobre averbação de cada escravo (22:840\$000), imposto anual de 1:000\$000 que pagaria previamente todo negociante de escravos (14:000\$000), o produto de cinco loterias em benefício da instrução pública (92:000\$000) e selo e emolumentos de patentes da guarda nacional (21:743\$770).
(7) A esta receita acrescentam-se imposto de 1:500 sobre averbação de escravos provenientes de fora e 1:000 sobre negociantes de escravos, produto de loterias em benefício da instrução pública, empréstimo contraído pela Província (993:838\$291), hospital de São João Batista de Niterói, o saldo do ano anterior e o movimento de fundos.

Queremos destacar, de acordo com os dados da tabela 11, que o imposto da décima urbana foi o que mais contribuiu para riqueza da Província, tendo um aumento progressivo desde 1840 mas sofrendo uma ligeira queda a partir de 1880, diminuição que refletia os problemas financeiros da Província. No entanto, conforme colocado pelo seu presidente em 1887, tal imposto passou a crescer novamente até 1889. Paralelamente à renda gerada por este imposto, o governo não conseguia ampliar os rendimentos decorrentes das suas propriedades, o que pode ser demonstrado pela receita proveniente do imposto sob a rubrica “próprios provinciais”. A reduzida participação desse imposto nas rendas provinciais indicava a falta de controle das propriedades públicas, questão que refletiu a dificuldade e/ou omissão do Estado em conhecer e demarcar os seus imóveis.

Tabela 12 - Demonstrativo da Receita da Província do Rio de Janeiro Arrecadada do Imposto Décima Urbana

| Ano Financeiro | Valor |
|----------------|--------------|
| 1841-1842 | 15:995\$152 |
| 1850-51 | 70:941\$680 |
| 1855 | 88:614\$741 |
| 1858 | 116:886\$888 |
| 1859 | 129:947\$793 |
| 1860 | 138:405\$931 |
| 1862 | 159:261\$130 |
| 1865 | 199:131\$782 |
| 1867 | 217:946\$214 |
| 1869 | 155:273\$958 |
| 1873 | 209:906\$598 |
| 1878 | 285:904\$086 |
| 1880 | 295:388\$842 |
| 1882 | 381:644\$663 |
| 1886 | 170:564\$649 |

Fonte: Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, 1852, Relatórios do presidente da Província do Rio de Janeiro, 1849-1889. Organizado pela autora.

Outro imposto que apresentou crescimento progressivo foi o de Indústrias e profissões criado, conforme já apresentado, para auxiliar nas despesas da Guerra do Paraguai. Notamos que, a partir de 1870, passou a se constituir num dos que mais geravam renda para os cofres provinciais. Conforme assinalado em Relatório da Província no ano de 1885, tal imposto elevou-se de 1878 a 1884 de 113:498\$5000 para 147:314\$500, com exceção de apenas um ano. O imposto sobre consumo de aguardente, apesar de gerar significativa renda para a Província, teve seus rendimentos reduzidos a partir de 1878. A queda do imposto ocorreu também nos anos de 1878 a 1884, a despeito de ser a aguardente um dos gêneros que mais contribuíam para a geração de renda de várias Províncias no Brasil. O rendimento relacionado à venda de escravos, não obstante representar um avultado recurso para a Província sendo, em alguns anos financeiros, a segunda fonte de rendimento,

vinha decaindo a partir de 1871, apesar de ter oscilado para mais e menos a sua arrecadação nos anos de 1870.²⁶⁰ Tal receita, portanto, tinha anos contados em decorrência da proibição do tráfico.²⁶¹

Destacamos em relação à política fiscal a melhoria nas formas de arrecadação dos impostos, a partir das declarações dos presidentes. Assim, em 1850, o presidente declarava que existiam na Província sete Coletorias de portos e cinco Registros, passando no ano de 1860 a 31 coletorias; no ano de 1889 existiam 55 coletores distribuídos em diferentes pontos.²⁶² Também em 1889 ampliaram-se as Agências e Barreiras, bem como os postos de vigias²⁶³ encarregadas de verificar a origem do café arrecadado e os impostos estabelecidos em estradas, pontes e braças e a taxa itinerária sobre gados solto.

Conforme apontado nos primeiros relatórios da Província, era fundamental organizar os órgãos administrativos, sendo medida necessária identificar o que eram rendas municipais provinciais e gerais. Além disso, os presidentes destacavam a necessidade de adotar medidas que visassem melhorar o esquema de fiscalização, compreendido como ineficiente. A este respeito reclamações sobre as fraudes na comercialização do café permaneceram durante todo o período provincial, bem como os conflitos de limites com as Províncias de Minas e São Paulo, intimamente relacionados com a arrecadação dos impostos. Um dos aspectos que, no entanto, caracterizou a política provincial neste contexto foram os conflitos entre os governos provincial e locais envolvendo questões relacionadas à criação, arrecadação e distribuição dos impostos. Ora entendidos como gerais, ora como provinciais, ora como municipais, a luta pela captação de recursos estava embutida direta e indiretamente nas posturas municipais, nos debates sobre limites,

²⁶⁰ É importante lembrar que em decorrência de medida legal promulgada em 1882 o tributo foi aumentado, daí a elevação de sua renda nos anos de 1880.

²⁶¹ De acordo com informações do presidente em 1885, em 1880 tinham sido vendidos 115.000 escravos e em 1884 apenas 36.800 foram comercializados.

²⁶² Os postos encarregados da arrecadação das rendas e da despesa nos municípios estavam localizados em Araruama, Barra Mansa, Barra de São João, Itaguaí, Macaé, Magé, Mangaratiba, Marica, Niterói, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Paraty, Petrópolis, Piraí, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Sant'Ana de Macabú, Santa Maria Madalena, Santo de Pádua, São Fidelis, São João da Barra, São João Príncipe, Sapucaia, Saquarema, Valença, Vassouras.

²⁶³ As Agências localizavam-se em Barra Mansa, Boa Vista, Barra (São Fidélis), Capivari, Conceição, Pântano, Porto de Avellar, Porto Alegre, Resende, Rio Preto, Sapucaia, Santo Eduardo, São Manoel, Sumidouro, Vargem-Grande, Gamellena, Mar da Hespanha, Porto Novo do Cunha, Pirapatinga, Parahybuna, Santa Izabel. Barreiras de pedágio: Bananal, Itaguaí, Belém, campo Belo, Conseravatoria, Ponte de Campos, Ponte do Desengano, Serra Estrela. Os pontos de vigias em Conceição da Boa Vista, Monte Alegre, Miracema, Porto Novo do Cunha, Pirapetinga, Ponte de São Joaquim, Recreio, Santa Cruz, Santa Delphina, Saudade, Tapirussu e Anta (que servia de barreira de Sapucaia); Pontos de vigias: Áreas, Resende (servindo também de vigia do Registro de Sapucaia, Bananal, Barreada, Capelinha, Passa Vinte, Ponte de Campos, Ponte do rio Preto, São Sebastião e Três Ilhas.

na discussão sobre formas de comercialização de um dado produto, na definição das estradas municipais, provinciais e gerais. Iremos apresentar alguns destes conflitos envolvendo a esfera local e provincial por meio das falas dos presidentes.

Questões diretamente vinculadas ao controle das rendas municipais eram alvo de questionamentos por parte dos representantes da Província e das Câmaras, sendo realizadas permanentes cobranças. As constantes reclamações das Câmaras sobre a insuficiência dos recursos e a resistência das mesmas em prestar declarações sobre sua renda, e mesmo a cobrança de taxas consideradas inconstitucionais, caracterizaram os conflitos entre as autoridades provinciais e municipais. Neste aspecto é ilustrativo perceber a alteração dos discursos dos presidentes e as medidas tomadas pelo governo provincial ao longo desse período. Assim, falas ressaltando a necessidade de prover as Câmaras com maiores recursos, contendo críticas ao regimento dos municípios, estiveram em maior ou menor grau presentes e adquiriram um tom favorável a partir de 1870. Como reflexo das mudanças políticas e, também, da crise econômica pela qual passava a Província, foi aprovado em 1870 um repasse de subsídios para as Câmaras e, em 1886, um projeto alterando a função econômica dos municípios.

Desta forma, os conflitos relacionados ao direito de cobrança de impostos entre as municipalidades e a Província revelavam o quadro deficitário que a maioria dos municípios apresentava. De acordo com as informações prestadas pelo relatório do presidente da província em 1840, no período anterior a julho de 1836 até 1839 havia dívidas em todos os municípios e o total a arrecadar era superior ao que tinha sido arrecadado. Na tabela 13, elaborada pela Diretoria da Fazenda em 1850, foram assinaladas as dívidas dos municípios durante os anos de 1836 a 1849. Os dados confirmam o quadro deficitário apresentado no relatório de 1840, qual seja: os municípios continuavam a apresentar dívidas com o governo provincial. Nesta linha, Campos e Capivari se destacaram por liquidarem as suas dívidas de 1836 a 1843 (Capivari) e até 1844 (Campos). No ano financeiro de 1840-41 observamos um elevado crescimento dos débitos dos municípios, o que pode indicar um aperfeiçoamento nas formas de arrecadação dos impostos realizados pelas coletorias neste ano. No entanto, nos anos financeiros subsequentes, notamos que as dívidas das municipalidades não sofreram alterações significativas, com exceção ao último período assinalado - 1848-1849, onde percebemos que, das vinte e três coletorias municipais, apenas quatro declararam débitos. Nesse sentido, ocorreu

uma redução drástica da dívida municipal que no ano financeiro de 1847-1848, era de 8:106\$215 e passou a ser em 1848-1849 de 1:009\$920. Niterói se destacou por ser o que apresentou em oito, dos treze anos financeiros, o mais elevado débito junto à Província, constituindo-se no maior devedor ao final do período, seguido de Cabo Frio e Magé. Cabe destacar que Niterói e Campos eram os municípios mais ricos da Província.

Tabela 13 - Quadro demonstrativo da dívida ativa existente das Coletorias

| Coletorias | 1866-37 | 1837-38 | 1838-39 | 1839-40 | 1840-41 | 1841-42 | 1842-43 | 1843-44 | 1844-45 | 1845-46 | 1846-47 | 1847-48 | 1848-49 | TOTAL |
|---------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------|-------------|
| Barra Mansa | 277\$350 | 216\$800 | 205\$100 | 206\$200 | 361\$200 | 44\$800 | 112\$000 | 67\$200 | 89\$600 | 67\$200 | 64\$800 | | | 1:802\$250 |
| Cabo Frio | 848\$800 | 1:077\$755 | 942\$055 | 1:036\$299 | 5:070\$400 | 1:007\$440 | 1:509\$908 | 1:489\$568 | 1:294\$127 | 1:082\$616 | 1:112\$196 | \$ | | 17:561\$150 |
| Campos | | | | | | | | | | 2:743\$808 | 1:148\$289 | 1:589\$470 | | 6:281\$367 |
| Cantagalo | | 20\$000 | 39\$700 | 52\$200 | 251\$200 | 87\$200 | 598\$400 | 184\$800 | 266\$400 | 39\$200 | 144\$800 | 300\$800 | | 1:764\$700 |
| Capivary | \$ | | | | | | | 239\$200 | 140\$000 | 208\$800 | 7\$200 | 190\$400 | | 785\$600 |
| Iguassú | 146\$000 | 225\$200 | 174\$000 | 152\$400 | 195\$840 | 125\$000 | 154\$160 | 101\$760 | 89\$820 | 56\$880 | 143\$660 | 199\$404 | 176\$940 | 1:939\$064 |
| Itaborahy | 699\$344 | 695\$982 | 570\$517 | 818\$328 | 1:431\$790 | 1:000\$720 | 1:225\$420 | 543\$236 | 176\$596 | 317\$988 | 908\$403 | 429\$210 | 511\$380 | 10:335\$934 |
| Itagoahy | 66\$400 | 86\$200 | 242\$600 | 235\$200 | 1:442\$400 | 301\$600 | 105\$600 | | 638\$892 | 567\$200 | 357\$552 | | | 3:843\$644 |
| Macahé | 86\$400 | 32\$400 | | \$ | 1:466\$200 | 893\$600 | 794\$116 | 1:147\$520 | 761\$580 | 687\$070 | 825\$940 | | | 6:694\$826 |
| Magé | 2:130\$678 | 1:267\$656 | 1:187\$862 | 1:591\$948 | 3:789\$160 | 579\$087 | 519\$506 | 965\$519 | 1:047\$08 | 1:310\$936 | 540\$322 | 771\$196 | | 15:729\$548 |
| Mangaratiba | 10\$800 | 68\$100 | 2\$400 | 12\$400 | 78\$000 | \$ | \$ | | 50\$400 | \$ | \$ | 741\$780 | | 963\$880 |
| Maricá | 596\$572 | 128\$702 | 181\$748 | 440\$680 | 449\$158 | 423\$156 | 239\$146 | 54\$810 | 94\$638 | 63\$564 | 112\$167 | 318\$281 | | 3:102\$602 |
| Nictheroy | 4:840\$637 | 4:590\$456 | 3:069\$750 | 4:152\$998 | 5:739\$017 | 1:088\$146 | 1:026\$263 | 2:255\$750 | 2:107\$762 | 2:389\$900 | 1:472\$800 | 743\$960 | | 34:476\$839 |
| Nova Friburgo | 36\$200 | 42\$500 | 20\$850 | 24\$478 | 742\$200 | 137\$000 | 132\$800 | 448\$00 | 705\$900 | 409\$840 | 489\$160 | 165\$152 | | 3:354\$077 |
| Parahty | 74\$509 | 104\$725 | 67\$910 | 104\$397 | 170\$397 | 181\$054 | 186\$715 | 367\$824 | 584\$996 | 484\$855 | 364\$495 | 505\$322 | | 3:196\$880 |
| Pirahy | | | 205\$200 | \$ | 4:518\$000 | 1:632\$800 | 1:055\$200 | 586\$000 | 1:150\$000 | 340\$800 | 290\$400 | 306\$400 | 289\$200 | 10:354\$000 |
| Resende | \$ | \$ | \$ | \$ | | 306\$920 | 668\$750 | 791\$250 | 427\$200 | 523\$632 | 849\$230 | | | 3:566\$982 |
| Sto. Antonio de Sá | 23\$200 | 84\$800 | 93\$800 | 82\$000 | 1:970\$400 | 138\$400 | 116\$400 | 69\$600 | 240\$000 | 667\$200 | 72\$000 | 79\$200 | 32\$400 | 3:671\$400 |

| Coletorias | 1866-37 | 1837-38 | 1838-39 | 1839-40 | 1840-41 | 1841-42 | 1842-43 | 1843-44 | 1844-45 | 1845-46 | 1846-47 | 1847-48 | 1848-49 | TOTAL |
|--------------------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|------------------|
| São João da Barra | 558\$200 | 25\$600 | 197\$939 | 213\$674 | 343\$858 | 479\$300 | 528\$954 | 477\$621 | 746\$229 | 690\$501 | 749\$106 | 965\$638 | | 5:976\$622 |
| São João Príncipe | 455\$308 | 366\$698 | 280\$720 | 901\$995 | 8:297\$6 40 | 938\$640 | 736\$120 | 538\$204 | 361\$960 | 828\$940 | 594\$360 | | | 14:125\$985 |
| Saquarema | | | | | | \$ | 421\$600 | 761\$020 | 725\$540 | 353\$780 | 263\$820 | | | 2:525\$760 |
| Valença | 7\$240 | 174\$920 | 826\$386 | 324\$736 | 163\$200 | 547\$820 | \$ | 157\$460 | 415\$520 | 47\$520 | 172\$610 | | | 2:837\$642 |
| Vassouras | 219\$800 | 95\$700 | 109\$000 | 59\$600 | 357\$600 | 273\$600 | 136\$000 | 52\$800 | 248\$800 | \$ | | | | 1:550\$900 |
| TOTAL | 11:107\$8 38 | 9:298\$1 92 | 8:522\$7 37 | 10:389\$ 530 | 37:857\$ 112 | 12:295\$ 395 | 10:087\$ 038 | 11:069\$ 825 | 12:340\$ 968 | 15:684\$ 030 | 10:675\$ 342 | 8:106\$2 15 | 1:009\$9 20 | 156:441\$65 8 |

Fonte: Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1850.

*A dívida da coletoria de Campos de 1836 a 1837 a de 1844 e 1845 não foi mencionado, pois foi arrematada. As coletorias de Capivari, Piraí e Saquarema foram criadas nos anos que iniciaram as suas dívidas. Nos anos em que aparecem cifrões não houve dívida e nos que se acham em branco, a dívida não foi liquidada.

Ilustremos alguns embates relacionados à arrecadação e cobrança de impostos. Em relatório de 1851 o presidente colocava que era necessário regular a melhor maneira de arrecadação dos direitos de exportação pois considerava que alguns taxas deveriam ficar com a Província e não com o governo central. Um outro indício de conflito que marcou a luta pela captação de impostos gerados em determinados territórios municipais foi apresentado pelo presidente em seu relatório em 1862, envolvendo a Câmara de Capivari e Macaé. Esta solicitava ao presidente que fosse aprovada a cobrança de impostos sobre o corte de madeiras em seu município e afirmava que a Câmara de Macaé não queria chegar a um acordo sobre tal cobrança.

No relatório da Província de 1863, cujo presidente era Polycarpo de Leão, foi apresentado o pedido da Câmara de Campos para participação de imposto sobre o cal importado por sua barra e pela barra de Itabapoana. Colocava o presidente que, como a questão sobre a cobrança dessa taxa era um assunto delicado, ainda não tinha um posicionamento. Aparecia também uma representação dos habitantes de São João da Barra contrária às posturas aprovadas por sua Câmara, que obrigavam os moradores a calçarem as ruas, a pagarem taxa para os animais transita-la e para organizar o comércio das freiras. O presidente colocava que tais reclamações à Câmara de São João da Barra dizendo que aprovaria

provisoriamente as posturas desse município e não iria dar atenção aos queixosos, pois eram contrários às disposições relativas ao bom funcionamento do município.

Também havia conflitos decorrentes dos serviços prestados por particulares através de arrematação, como o que apareceu sobre a cobrança de taxas para uma passagem em uma localidade. A Câmara de Cabo Frio reclamava ao presidente que tal serviço era mal prestado e o arrematante não fazia manutenção da barca de passagem, colocando em risco os passageiros. O presidente dizia que não podia impedir o seu serviço devido ao contrato estabelecido, mas que iria verificar as reclamações solicitando à diretoria de obras que intimidasse o arrematante a consertar a barca.

Dando continuidade às formas de controle junto aos municípios, em virtude de uma portaria do governo central, no ano de 1862 ficou determinado que as Câmaras apresentassem informações sobre o saldo que possuíam. Das vinte e seis Câmaras existentes, vinte e quatro declararam apresentar saldo. Nesse relatório, os municípios comunicavam ainda as obras empreendidas e as que tinham em projeto.²⁶⁴ Colocava o presidente José Norberto dos Santos que, em virtude do artigo 21 da Lei no. 1.188, de 23 de agosto de 1860, tinha pedido à Diretoria da Fazenda da Província a organização de modelos de balanço e orçamento e de demonstração das receitas e despesas das Câmaras Municipais. Informava que havia se dirigido à comissão eleita pela Assembléia provincial para examinar as contas dos municípios, mas não obtivera informações sobre o andamento do trabalho de fiscalização. No relatório de 1863 o presidente da Província dizia que vinte e um municípios não tinham remetido os balanços e que iria multá-los, segundo a determinação do artigo 3º da referida Lei. Em 1861 o Diretor da Fazenda levantava novamente a dívida financeira dos municípios, quadro que revelava maiores débitos com o imposto da décima urbana no ano de 1836 a 1850.

Em 1870 o presidente Diogo Teixeira de Macedo informava que, em decorrência da Lei no. 1.478 de 4 de janeiro de 1870, mandara deduzir todos os anos da renda provincial para prestar auxílio às Câmaras municipais, fazendo a divisão de acordo com a receita de cada município nos três últimos anos. Também

²⁶⁴ Informava que as Câmaras de Barra Mansa, Cabo Frio, Campos e Itaguaí não tinham declarado nenhum saldo. A Câmara de Cabo Frio reclamava a perda de território, alegando que a renda do seu município mal dava para suprir o pagamento das despesas para reparar as estradas, pontes, aterros e limpeza de ruas, melhoramentos de fontes de água e desapropriação de prédios. No caso de Campos, a Câmara informava a aplicação de todos os recursos nas despesas do respectivo ano. A Câmara de Itaguaí informava que havia gastado o seu saldo em obras.

comunicava que, segundo esta Lei, as despesas com calçamento, aterro e arborização de ruas, praças e logradouros públicos, construção de casas para sessões das Câmaras e Júri, de audiência das autoridades, cadeias, prisões, praças de mercado, fontes, chafarizes e seus encanamentos, matadouros, cemitérios e estradas municipais eram de responsabilidade das Câmaras. Expunha aos parlamentares sua discordância Que as municipalidades fossem responsabilizadas pela construção de cadeias e prisões, tendo em vista que as Câmaras já tinham muitas incumbências. Por outro lado, colocava que a construção desses edifícios deveria estar de acordo com um plano geral de administração visando uma maior segurança, defesa social, repressão e moralização da sociedade, consoante à importância de cada localidade e aos interesses da justiça penal.

Em 1871 o presidente destacava a renovação das Câmaras Municipais, dizendo que não era só o dinheiro que levaria progresso aos municípios, mas o compromisso público. Ressaltava a importância de continuar provendo as Câmaras de recursos, argumentando a necessidade de tornar a fiscalização mais eficiente. Neste sentido afirmava não compreender:

“A relutância que algumas Camaras oppuzeram à prestação de contas, firmando-se em princípios de dignidade, não tem fundamento razoável. A dignidade, quando se trata de cabedades que administramos, é dar providencias que mais convenientes vos parecerem para obviar abusos possíveis, lembrando-vos que no breve espaço das vossas sessões, e quando negócios de outra gravidade devem occupar vossa atenção, difficil será tomar contas, examinando-as e julgando de sua moralidade” (Relatório do presidente da Província, 1872: 9).

Em 1872 dizia o presidente que não havia arrecado dos municípios a quantia de 43:079\$590, mas que tinha liquidado parte deste débito em 1872. Informava também que os municípios de Campos, Niterói, Santa Anna de Macacu, São Fidélis, São João da Barra, São João Príncipe, Saquarema, Valença e Vassouras estavam devendo ao governo. Declarava que faltava cobrar 550:080\$250 de uma dívida acumulada de 1835 a 1871, que totalizava 1.022:731\$433. Comunicava Josino do Nascimento Silva em 1872 que, com uma pequena exceção, poucas Câmaras tinham remetido o quadro com a arrecadação de sua receita

municipal.²⁶⁵ No ano seguinte, Manoel José de Freitas Travassos também alertava o não cumprimento por parte das municipalidades das obrigações legais, mas argumentava que paralelamente às obrigações estabelecidas para as Câmaras era necessário também reformar a Lei de 1º de outubro de 1828. Neste aspecto admitia as dificuldades dos municípios para sua emancipação e mencionava os progressos anteriormente obtidos pelo Ato Adicional de 1834. No entanto, frente aos estatutos legais que regulavam a vida das municipalidades e sua relação com a Província, argumentava que as reformas iriam se processar com o passar dos tempos. Solicitava, portanto, das Câmaras que reconhecessem os esforços realizados pelo governo provincial no sentido de atender aos seus pedidos. Lembrava a decisão da Assembléia que tinha culminado no Decreto no. 1478, de 4 de janeiro de 1870, favorecendo os municípios, ao conceder um subsídio anual correspondente à importância do imposto da décima urbana cobrada durante um ano em toda Província.²⁶⁶ Apesar disso, mais uma vez lamentava que havia problemas na distribuição dos recursos em função do não cumprimento de inúmeras determinações legais pelas municipalidades, inclusive a do Decreto acima referido :

“Infelizmente, porém, o meio pratico de fazer a distribuição do subsidio e de que não póde a administração prescindir, como ninguem melhor do que esta Assembléa o reconhece, quando se trata de dinheiros públicos pedidos ao contribuinte para prestar contas de seu emprego, que deve ser a utilidade de todos, tem sido difficultado por algumas camaras com prejuizo de todas” (Relatório da Província, 1873:19)

No ano de 1875, o vice presidente da Província do Rio de Janeiro Augusto Nascentes de Azambuja colocava que não entraria mais uma vez na discussão sobre os inconvenientes das municipalidades e comunicava aos parlamentares a remessa do subsídio provincial aos municípios que estavam cumprindo a Lei. Afirmava que nos quatro exercícios anteriores havia déficit nas contas da Província, forçando a administração a alienar as apólices gerais que foram adquiridas com o fim de diminuir a dívida e a emitir novas apólices, contraindo dívidas flutuantes. Dizia que o constante desequilíbrio das finanças da Província

²⁶⁵ No ano de 1873, o presidente comunicava que não iria aprovar a tabela onde estava a receita municipal apresentada pela Câmara de Sapucaia, por ter incluído impostos não previstos legalmente, e colocava a necessidade de primeiramente submeter à Assembléia o exame dessa questão.

²⁶⁶ A distribuição deste recurso seria feita de forma equitativa e proporcional à receita de cada município.

vinha a cada ano se agravando mais e conclamava o patriotismo da Assembléia para resolver esse problema.

Em 1877, o presidente em seu discurso colocava ser de opinião geral, manifestada não só no parlamento como na imprensa, que era necessário promover uma reforma nas leis municipais. Afirmava ainda que esse ponto de vista era compartilhada por políticos de diferentes filiações;

“Como estão actualmente constituídas estas corporações apenas se aproximão da sua raiz democrática pelo elo da eleição; sem meios, sem competência, e sem autonomia, não podem ellas satisfazer os gêneros intuitos que são chamadas a realizar, como peças importantes do grande mecanismo da administração publica. (...) Enquanto pois não chegar a reforma que melhore o actual regimem municipal, só da boa vontade dos homens e do seu patriotismo, depende conservar-se a instituição no grão de prestígio de que a revestio a lei de sua criação” (Relatório da Província, 1877:20).

Salientava neste relatório que, a partir da Lei no. 2.240 de 14 de fevereiro de 1877, considerava como renda municipal o imposto de polícia sobre o gado talhado para consumo público. Argumentava no entanto a necessidade de fiscalizar as despesas feitas pelas Câmaras com o subsídio provincial. Tendo em vista tal questão, informava haver expedido uma circular declarando que a partir de fevereiro de 1877 os municípios só receberiam o subsídio provincial após terem provado o emprego dos recursos recebidos anteriormente, acompanhado de documentos justificando as despesas realizadas. A Câmara de Paraíba do Sul declarava que não poderia executar esta circular pois tal determinação não estava de acordo com Lei e feria uma outra determinação legal estabelecendo que as Câmaras deveriam arquivar os seus documentos originais comprobatórios de despesas. Ainda neste relatório, dizia aos parlamentares que era necessário cobrar dos responsáveis a quantia correspondente ao saldo apresentado das receitas municipais.

Os conflitos decorrentes da indefinição quanto à natureza de uma estrada - provincial, geral ou municipal -, em virtude da cobrança de impostos, também apareceu neste relatório. Afirmava o presidente que fosse suprimido o artigo do código de posturas da Câmara de Cabo Frio pois as estradas que eram consideradas municipais não estavam de acordo com a Lei Provincial de no. 493 de 9 de junho de 1849, determinando o que eram estradas Províncias, gerais e municipais. Também informava à Câmara de São João da Barra o envio da portaria

de 19 de abril de 1877, definindo regras para a cobrança de impostos, para que a mesma resolvesse questões relacionadas a este assunto.

Em 1881, a Câmara de Maricá comunicava que não tinha sido possível enviar o seu balanço de receita e despesas do exercício de 1880, pois os livros contendo tal informação não se encontravam em seus arquivos. Em função dessa denúncia declarava o presidente que um procurador da Comarca iria ao município para averiguar os fatos. O promotor, após a sindicância em Maricá, pediu, abertura de inquérito policial pois tinha verificado que haviam desaparecido livros e talões, tendo sido também extraviados nas administrações passadas bens pertencentes ao município. Neste relatório apareceram igualmente questões representadas pela Câmara de Magé e Cabo Frio relacionadas à taxaço de pequenas fábricas responsáveis pela produção de alguns gêneros, como sabão, vela, farinha. Também informava em 1881 que tinha auxiliado muitas Câmaras por meio dos subsídios. A Câmara de Maricá dizia que não apresentaria o seu balanço conforme solicitado pelo presidente devido a problemas de extravio de documentos.²⁶⁷

Enfim, no ano de 1887, o presidente, discorrendo aos representantes sobre os problemas enfrentados pelas Câmaras, apresentava um projeto de reforma a sua lei orgânica reorganizando o regime das municipalidades. Neste projeto discriminava as funções dos funcionários públicos e ampliava a força e o prestígio de diversos órgãos municipais e paroquiais. Dizia que a reforma iria facultar aos cidadãos o governo de seus negócios locais, colocando que:

“De acordo com as mais sãs doutrinas sustentadas pelos publicistas – a projectada reforma separa inteiramente a deliberação da acção, attribuindo a primeira ás camaras no município e ás juntas administrativas na parochia, a segunda a um agente de execução, cuja autoridade, mais ou menos extensa, varia, conforme a importancia das localidades, ora da nomeação privativa das comarcas, ora do governo, ou nomeada conjunctamente por ambos, mas concentrada sempre em uma só pessoa, de modo a tornar prompta, energica e uniforme a acção administrativa” (Relatório da Província, 1887:25)

Ainda se posicionado em relação ao projeto, informava que a reforma pretendia separar claramente as funções delegadas aos municípios e Província:

²⁶⁷ No relatório de 1883 o presidente discursava aos parlamentares que, devido a críticas de que a receita tinha sido exagerada e a decretação de despesas insuficientes, ele apresentava novos dados. Alertava, no entanto, a necessidade de discutir os impostos arrecadados.

“(...) reforma em questão pretende separar claramente as funções delegadas da administração local, das que lhe são peculiares, dentre estas, distinguindo as que pertencem á deliberação e á acção, discrimina ainda as que são independentes da autoridade superior e as manietadas á tutela, ora do governo, ora das assembléas provinciaes, ora finalmente da assembléa geral, conforme os casos” (op. cit.: 25).

Ressaltando ainda as mudanças promovidas por tal projeto, comunicava que a referida reforma lançava bases para a constituição de novos municípios e paróquias, criando-lhes fontes de renda, estabelecendo um regime que dava autonomia para elaborar os seus orçamentos, administrar a fazenda, a guarda do seu patrimônio e a arrecadação das rendas municipais e paroquiais. Destacava que essas atribuições deveriam, no entanto, ser submetidas à apreciação pública e à responsabilidade civil e criminal. Nesse sentido, tal reforma privilegiava o município e a paróquia, garantindo-lhe uma maior arrecadação. Segundo o presidente, a proposição elaborada era resultado da incorporação das experiências bem sucedidas realizadas pelos municípios e das propostas reclamadas pelas Câmaras, que sugeria considerar as experiências práticas de cada localidade, os negócios e os aconselhamentos das ciências. Também salientava que, as paróquias fossem reorganizadas, deixando de existirem apenas como unidade civil, eleitoral, policial e judiciária, e passando a incorporar a função administrativa. No caso do Rio de Janeiro, oferecia um modelo administrativo semelhante ao da Província, segundo o instituído pelo Ato Adicional.

“A parochia independente, formando a cellula embryonaria da administração, é o complemento do progresso lentamente realizado no estado, onde essa corporação se apresenta com vida própria em todas as outras relações sociaes.” (op.cit., p.26)

Mais uma vez, criticando a Lei de 1^o de outubro de 1828, afirmava que tal instrumento tinha congelado o crescimento dos municípios devido à indefinição das suas atribuições, à confusão das funções de deliberação e ação, além de ignorar as características de cada municipalidade. Dessa forma colocava o presidente que:

“No projeto de reforma que pende da deliberação da assembléa geral dominan, como diz o seu autor, duas idéas capitães;-a 1^a é estimular a vitalidade local, dar liberdade e acção á municipalidade no que interessa só ao município; a 2^a crear, pela intervenção do cidadão nos negócios da localidade, elementos de

educação política que não temos, e sem a qual não conseguiremos habilitar a nação para a verdade e plenitude do systema constitucional” (op.cit., p.27)

Conforme já apontado, as discussões sobre limites envolvendo as localidades e as Províncias, destacada durante vários anos nos relatórios, estavam relacionadas à questão da arrecadação de impostos e afirmação do poder local.²⁶⁸ Assim, não só indicavam problemas fiscais, mais refletiam a preocupação com as formas de controle político e espacial das diferentes instâncias do Estado.

4.5. AS DESPESAS

Iremos analisar as prioridades do governo provincial em termos de administração pública. Conforme pode ser verificado na tabela 14, muitos impostos foram criados e outros incorporados a antigas e novas rubricas. Estas modificações, aliadas à impossibilidade de criar uma série histórica, uma vez que os dados não foram publicados continuamente nos relatórios, dificultam uma análise precisa das despesas provinciais, apenas indicando algumas prioridades. Para contornar este problema, recorreremos, muitas vezes, à explicação financeira fornecida pela diretoria da fazenda e pelos presidentes das Províncias em seus relatórios. Devido à falta uniformidade destes dados, aliada à nossa intenção maior que é compreender os indícios de uma política territorial a partir das cidades, selecionamos apenas alguns itens da discussão sobre receita e despesa para ilustrar este processo.

De acordo com a tabela 14, notamos que as despesas voltadas para cada ramo do serviço público modificaram-se ao longo do período analisado indicando, além da definição de novas prioridades do Estado com o passar dos anos, o amadurecimento de rotinas burocráticas que implicaram na redução de despesas.

²⁶⁸ Colocava que havia vinte e sete coletorias por onde se efetuava a cobrança de alguns impostos que formavam a renda da Província. Cada uma dessas coletorias abrangia um município, excetuando-se a de São João Príncipe que compreendia também o Termo de Rio Claro.

Tabela 14 - Despesa do Estado do Rio de Janeiro desde o Exercício 1850 -1889

| DESPESAS | 1850-51 | 1856 | 1860 | 1864 | 1871 | 1875 | 1881 | 1886 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|------------------------------------|--------------|
| Representação provincial | 41:504\$000 | 46:660\$000 | 37:200\$000 | 37:200\$000 | 35:550\$000 | 138:075\$000 | 69:310\$000 | 104:413\$000 |
| Secretaria do governo | 23:400\$000 | 33:600\$000 | - | 50:040\$000 | 60:935\$042 | 73:200\$000 | 63:360\$440 | 72:0487\$238 |
| Mesa Provincial | - | - | 19:171\$000 | 20:738\$700 | 22:717\$483 | - | 98:236\$803 | 36:758\$318 |
| Administração Provincial | - | - | 203:200\$000 | - | - | - | - | - |
| Secretaria da Assembléia | - | - | 25:200\$000 | 27:400\$000 | 38:331\$052 | - | 43:260\$578 | 71:487\$238 |
| Culto Público | 12:000\$000 | 17:050\$000 | 44:606\$000 | 11:900\$000 | 18:413\$935 | - | 8:687\$844 | 11:851\$235 |
| Arquivo Estatafístico | - | 1:700\$000 | - | - | - | - | - | - |
| Instrução Pública | 111:129\$169 | 177:486\$000 | 295:080\$000 | 239:857\$200 | 338:960\$183 | 892:362\$000 | 565:148\$127 | 770:821\$657 |
| Polícia | 36:700\$000 | - | - | - | - | - | - | - |
| Força Pública | 147:447\$470 | 256:853\$675 | 330:875\$050 | 292:909\$200 | 339:212\$729 | 500:000\$000 | 479:216\$900 | 604:755\$167 |
| Segurança Pública | - | - | 98:779\$000 | 89:054\$000 | 63:069\$697 | 88:846\$000 | 69:099\$268 | 128:202\$088 |
| Saúde e Caridade Pública | 47:120\$000 | 45:920\$000 | 42:300\$000 | 900\$000 | 899\$988 | 82:800\$000 (caridade pública) - | 908\$827 (2) | 999\$995 |
| Iluminação Pública | - | - | 33:400\$000 | 33:400\$000 | 46:384\$302 | - | 93:234\$725 | 117:327\$575 |
| Obras Públicas | 223:320\$000 | 680:941\$915 | 900:000\$000 | 797:771\$398 | 776:619\$032 | 1.038:608\$454 (incluindo iluminação da capital) | 452:774\$343 | 400:231\$558 |
| Diretoria de Instrução | - | - | - | 28:600\$000 | 38:545\$018 | - | 34:409\$815 | 29:840\$636 |
| Diretoria de Obras Públicas | - | - | - | 72:000\$000 | 90:968\$280 | - | 79:267\$997 | 92:203\$743 |
| Diretoria de Fazenda | - | - | - | 53:200\$000 | 63:818\$010 | - | 97:868\$826 | 104:499\$594 |
| Garantia de juros a empresas | - | - | - | 340:586\$500 | 4:099\$033 | - | 17:165\$753 (subvenção a empresas) | 147:932\$000 |
| Empregados aposentados, reformados e em disponibilidade | - | - | 33:040\$208 | 69:815\$711 | 169:030\$390 | 217:000\$000 | 167:785\$357 | 182:131\$976 |
| Fiscalização e arrecadação das rendas (1) | 123:345\$987 | 148:061\$210 | - | - | - | 404:450\$666 (1.1) | - | - |
| Coletorias | - | - | 116:302\$000 | 133:941\$000 | 113:388\$136 | - | 98:236\$803 | 90:788\$576 |
| Agências | - | - | 5.800\$000 | 29:168\$000 | 30:534\$314 | - | 36:810\$343 | 46:653\$630 |
| Barreiras | - | - | - | 24:117\$180 | 4:643\$209 | - | 19:420\$841 | 19:354\$837 |

Fonte: Relatórios do Presidente da Província, 1850-1889. Organizado pela autora.

(1) nesta rubrica estavam incluídos os gastos com a diretoria da fazenda, juízos dos feitos, mesa provincial, coletorias, agências e barreiras.

(1.1) incluindo despesas relacionadas à Mesa Provincial, Diretoria da Fazenda, Juízo dos Feitos, Coletorias, Agências e Barreiras.

(2) acrescentam-se as despesas com hospital no valor de 88:736\$986.

A primeira observação a ser feita diz respeito às despesas para a criação e sustentação da máquina burocrática ligada ao poder legislativo e executivo. Representando um percentual significativo em termos de gastos públicos, poucas alterações ocorreram até a década de 1870, quando os gastos referentes à Representação Provincial, Secretaria de Governo, Mesa Provincial, Secretaria de Assembléia tiveram um ligeiro aumento. Notamos, no entanto, que esse crescimento foi reduzido quase pela metade a partir dos anos de 1880. Cabe ressaltar que esta despesa foi incluída em rubricas diferentes em determinados períodos, dificultando uma análise mais precisa destes gastos. Apenas excetuando-se o ano de 1860, onde obteve maior recurso, o comportamento financeiro da rubrica “culto público” foi linear durante todo o período imperial, demonstrando uma reduzida prioridade deste setor. Devemos, no entanto, relativizar tal afirmativa, pois havia uma substancial despesa do Estado inclusa na rubrica “obras públicas”, onde os gastos referentes a construção e manutenção de matrizes, igrejas e acomodações dos párcos eram realizados. Também indicamos que a criação de freguesias, processo que como ilustramos foi contínuo, implicou, além da construção de matrizes e a acomodação dos religiosos, o seu pagamento, o que ampliava os gastos do governo neste ramo. Os serviços relacionados à saúde e à caridade pública eram os que menos recebiam atenção das autoridades, conquanto fossem amplamente ressaltados os casos de epidemias na Província e a necessidade de organização deste setor. A tabela demonstra que o direcionamento de recursos por parte do Estado foi pouco significativo durante quase todo o período imperial, muito embora tivessem sido ampliados os hospitais e casas de caridade a partir de 1870. Destacamos que as despesas com os hospitais e casas de caridade foram incluídas em outras rubricas em alguns anos, o que também dificulta uma análise mais precisa.

As rubricas “Força Pública”, “Segurança Pública” e “Polícia” sofreram remanejamentos ao longo do período e representavam elevada despesa, ainda que seu comportamento financeiro não sofresse muita variação durante o período assinalado. Observamos o aumento da despesa neste ramo nos anos de 1870, embora a variação de gastos após o mesmo também não fosse significativa. Interessante observar que os aspectos relacionados à segurança pública eram ressaltados nos relatórios da Província como um dos serviços de maior importância. Recursos direcionados aos chamados “melhoramentos materiais” foram os que mais receberam atenção do governo imperial. Com exceção dos dois últimos períodos

assinalados na tabela, foi o ramo do serviço público que recebeu os mais avultados recursos. Conforme discutiremos no quarto capítulo, além da “febre ferroviária” que elevou os gastos do Estado, o serviço relacionado a seu planejamento e fiscalização foi responsável pela elevação do número de engenheiros, desenhistas e demais profissionais que faziam parte do quadro da diretoria de obras, esta também com recursos que se destacavam em relação às demais diretorias provinciais. Cabe ressaltar que as atividades relacionadas à contagem da população, discriminada somente uma vez nas despesas provinciais, foram realizadas durante anos pela Diretoria de Obras. Coletorias, Agências e Barreiras, foram despesas de difícil análise pois mudavam constantemente de rubricas. Observamos, no entanto, que tais serviços refletiam a dificuldade de fiscalização, conforme reclamavam os presidentes da Província, pois seu comportamento financeiro não apresentou significativas mudanças naqueles anos.

O ramo de serviço que apresentou alterações significativas ao longo do período foi o de instrução pública. De médio investimento em seu início, passou a ser o de maior gasto a partir dos anos de 1880. Podemos notar na tabela 15 que houve uma representativa evolução do número de escolas primárias na Província durante o período analisado. Queremos ressaltar que os investimentos em escolas secundárias e Normais foram também ampliados durante o Império.

Tabela 15 - Escolas públicas e subvencionadas da Província do Rio de Janeiro

| Ano | 1840 | 1850-51 | 1860 | 1864 | 1871 | 1874 | 1885 | 1887 |
|-------------------|------|---------|------|-------|-------|------|---------|------|
| Escolas primárias | 22 | 95 | 191 | 164 * | 220** | | 420 *** | 426 |

Relatórios do Presidente da Província - 1835-1890, Diretorias de Instrução da Província do Rio de Janeiro. Organizado pela autora.

*inclusive quatro alemães, **quatro escolas alemães *** 99 subvencionadas

Destacamos que os investimentos em educação não cresceram somente na Província do Rio de Janeiro, mas em todo país a partir de 1870 a 1875, quando sofre uma queda. Estes recursos, conforme podemos observar na tabela 16, eram maiores na Província do Rio de Janeiro no ano de 1875. A questão da educação foi ressaltada desde o primeiro presidente e estava relacionada a uma intenção esboçada pelos líderes do executivo de tornar o povo fluminense mais civilizado.

Tabela 16 Total das escolas por Províncias – 1875

| Províncias | Receita | Número de escolas (públicas e particulares) |
|----------------------|----------------|---|
| Amazonas | 575:488\$520 | 55 |
| Pará | 1.539:670\$000 | 247 |
| Maranhão | 891:200\$000 | 140 |
| Piauí | 848:526:830 | 72 |
| Ceará | 811:929\$655 | 212 |
| Rio Grande do Grande | 318:882\$026 | 142 |
| Paraíba | 777:232\$581 | 141 |
| Pernambuco | 1:512:440\$516 | 467 |
| Alagoas | 713:232\$051 | 222 |
| Sergipe | 607:785\$872 | 166 |
| Bahia | 2.172:493\$000 | 414 |
| Espírito Santo | 900:000\$000 | 131 |
| Município Neutro | - | 134 |
| Rio de Janeiro | 4:200:505\$000 | 655 |
| São Paulo | 1.706:772\$665 | 618 |
| Paraná | 797:985\$965 | 115 |
| Santa Catarina | 811:492\$959 | 134 |
| Rio Grande do Sul | 1.780:648\$000 | 476 |
| Minas Gerais | 1.651:640:000 | 765 |
| Goiás | 147:787\$870 | 82 |
| Mato Grosso | 107:000\$000 | 51 |

Fonte: retirado do Relatório da Província, 1875.

4.6. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES

O processo de regulamentação do uso do solo nas municipalidades sinalizava tanto estratégias de controle por parte do poder provincial como, também, um instrumento utilizado pelas Câmaras para obter maior autonomia política e financeira. Neste caso, os códigos embutiram mecanismos para aumentar a captação de recursos nas cidades e ampliar o controle político sobre o uso dos

espaços. Por outro lado, as posturas municipais indicavam as estratégias políticas adotadas pelo governo provincial em articulação com o poder local, sobretudo em matéria de higiene, sinalizando uma nova forma de controle do corpo e do espaço. Sugerimos que sua aprovação em caráter provisório pela Assembléia indicava o controle do governo provincial sobre as Câmaras e os grupos econômicos locais.

Consideramos que tais códigos estiveram vinculados à definição de uma nova ordem pública, social e cultural, indicando formas mais aperfeiçoadas de administração do território. Assim a forma, a definição das posturas municipais indicava também um maior conhecimento dos espaços das cidades, constituindo-se em mecanismos de apropriação legal de diferentes áreas. As informações referentes às posturas municipais foram registradas nos relatórios a partir de 1860, conforme apresentaremos a seguir.

Informava o presidente da Província, José Norberto dos Santos, no ano de 1862, que vários municípios já tinham os seus códigos de posturas aprovados provisoriamente pelo governo geral, antes do Ato Adicional, como as Câmaras de Campos, Cabo Frio e Santo Antonio de Sá. Declarava, também, que em conformidade com a legislação vigente, havia autorizado temporariamente os códigos de Angra dos Reis, Araruama, Barra de São João, São Fidélis, Saquarema e Valença. Expunha em 1837 que a Câmara de Mangaratiba tinha substituído o código existente, assim com fizeram as Câmaras de Magé em 1857, a de São João da Barra em 1859 e, em 1860, as de Parati e Barra de Piraí. Em 1863 o presidente apresentava as posturas da Câmara municipal da Barra de São João e de Nova Friburgo que iria submeter à sua apreciação, após ouvir a procuradoria fiscal da Província. Em 1875, o presidente comunicava que estava solicitando a autorização da maior parte das posturas, porém colocava que só tinha aceito provisoriamente aquelas que eram reclamadas pelas Câmaras e pareciam mais urgentes. Informava a aprovação do código de postura de Niterói em função do acordo estabelecido pela Câmara com o empresário da praça do mercado determinando o uso daquele espaço. Em 1875 o presidente solicitava aprovação provisória pela Assembléia das posturas organizadas pela Câmara de Sapucaia e Resende. Em 1880 dizia ter deferido as posturas de Niterói concernentes às empresas de remoção de materiais fecais e a de fechamento de casas de negócio aos domingos e dias santificados, assim como comunicava a aprovação provisória de postura semelhante da Câmara de Petrópolis. Em caráter provisório também foram aceitas as de Barra Mansa

relativas aos jardins públicos e ao mercado daquela cidade. Em 1881 dizia o presidente que tinha aprovado provisoriamente as posturas da Câmara municipal de Capivari, de Rio Bonito, de Saquarema e a de Niterói.²⁶⁹ Em 1885 informava que não tinha deferido as posturas de Barra Mansa, Macaé, Cantagalo, Nova Friburgo e Rio Claro, Santo Antonio de Pádua e Campos porque conflitavam direta e indiretamente com os impostos provinciais, excedendo, portanto, a alçada das Câmaras. Colocava que tinha aceito a alteração da postura de Niterói e as modificações nos códigos das Câmaras de Cabo Frio e Macaé e autorizado a de Santo Antonio de Pádua a aplicar e executar provisoriamente o código da Câmara de São Fidélis. Em relatório apresentado em 1886, a autoridade provincial informava que tinha deferido as posturas dos municípios de Campos (relativas ao funcionamento de açougues e emprego de dinamites), as de Carmo (sobre vendedores ambulantes), as de Niterói (sobre a iluminação de pequenas casas e calçamento de frente de prédios e obrigando os proprietários a cobrirem os canos que davam escoamento as águas municipais) e um regulamento que aprovava provisoriamente o matadouro público da Câmara Municipal.

No relatório de 1887, o presidente informava que tinha autorizado a Câmara de São João Príncipe a executar o código de posturas de Maricá, aprovado por lei em 1879. Autorizava também a fixação dos limites e a proibição de cargas pelas calçadas e passeios das ruas e praças e a destruição dos vegetais existentes nos terrenos alagadiços de Niterói, como constava em sua postura. Em Campos aprovava posturas relacionadas à higiene do seu canal e comunicava que tinha aprovado o regulamento de cemitérios de Cabo Frio.

Em 1889, o presidente comunicava consentia a Campos o direito de desapropriar os terrenos necessários ao prolongamento de rua e informava a suspensão de um vereador no município de Carmo.

²⁶⁹ Em Capivari proibia a pesca nas lagoas, córregos e rios dos municípios sem rede ou tarrafa apropriada, a de Rio Bonito relativa à prisão de animais e tropas, carroças e carros de conduzir passageiros, a de Saquarema relativa a currais municipais e a de Niterói que prescrevia aos proprietários a obrigação de limparem as testadas dos terrenos de frente a estradas ou caminhos e a proibição de circulação de animais soltos infectados.

4.7. A LEI DE TERRAS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NAS CIDADES FLUMINENSES

O território fluminense sempre se constituiu em lócus de ações fundiárias, seja no período da concessão das primeiras sesmarias ou no período que se seguiu logo após a expulsão dos jesuítas no século XVIII. Essa situação perdurou mesmo sob a égide da Lei de Terras promulgada em 1850 e de seu regulamento de 1854, definindo um novo regime de acesso à terra que tornou a Província palco das primeiras experiências de discriminação entre as que eram públicas e privadas. Os impactos provocados por esta legislação, apesar de tímidos, foram diferentes para cada região da Província, visto que existiam diferentes grupos/camadas sociais, e a luta pelo uso e apropriação dos espaços esteve relacionado ao maior ou menor poder político destes agentes. Assim, as terras ocupadas pelos índios e pelos núcleos de povoamento, as que se transformaram em patrimônio municipal, as que formavam o patrimônio religioso e, finalmente, as grandes parcelas ocupadas por fazendas e sítios, se redefiniram paralelamente à multiplicação das cidades, vilas, comarcas, freguesias e arraiais no século XIX.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, as disputas territoriais não cessaram na Província. Ou seja, essa Lei refletiu o processo de lutas dos diferentes grupos sociais, mas também a valorização já em curso das terras fluminenses em função da economia cafeeira que demandou um esforço do Estado no sentido de resolver as questões relativas às invasões, tanto nas áreas consideradas públicas, como nas propriedades privadas. De acordo com Motta (1998) inúmeros foram os problemas enfrentados no Rio de Janeiro para implementação dessa Lei, seja porque a Província ainda não possuía uma estrutura administrativa capaz de mapear os terrenos devolutos, indicando o tamanho e o nome do proprietário a despeito da criação de uma “Repartição Geral das Terras Públicas” em 1854, seja porque os párocos, responsáveis pelo registro das terras possuídas, declaravam dificuldades em realizar tal tarefa. Tal dificuldade implicou no processo de invasão do patrimônio dos índios, considerado público, além de constantes conflitos territoriais, conforme apontaremos.

As questões relacionadas à regularização das terras na Província continuaram durante décadas no Império. Para a autora, diversos motivos justificam o fracasso da política fundiária, entre eles a não obrigatoriedade dos fazendeiros e

lavradores em declararem os limites de suas propriedades. Esse problema legal, que fez com que muitos dos Registros Paroquiais na Província não tivessem essa informação, deu margem para a apropriação indevida de terras públicas e privadas e a continuidade dos conflitos.²⁷⁰ Dessa forma:

“O ato de registrar a terra não representava, de imediato, a consagração e legitimação do domínio sobre as mesmas, ou seja, o reconhecimento automático por aqueles que eram ou deveriam ser os seus confrontantes, (...) Assim, os registros paróquias inauguravam o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias em situação de comisso, mas, em ambos os casos, ele não significava que o mero registro tornar-se-ia prova de domínio - não era ainda um título de propriedade” (Motta, op. cit, p.123).

A dificuldade em regularizar as terras públicas não ocorria apenas no Rio de Janeiro. Desta forma, cabe destacar os esforços do governo imperial instituindo uma série de medidas administrativas. Sinalizador desse processo foi a transformação da Repartição Geral Terras em 1860 em uma diretoria da Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com o objetivo de organizar o serviço de regulamentação das terras. Tal diretoria informava no ano de 1861 a dificuldade de fiscalizar, medir e registrar os terrenos devolutos, além de acompanhar as colônias e aldeamentos existentes no Brasil.²⁷¹ Em 1863 esta Diretoria declarava as dificuldades de revalidar as terras nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso tendo em vista que os juízes e comissários não tinham repassado as informações necessárias.

As declarações dos presidentes da Província do Rio de Janeiro ao longo do período imperial demonstram que inúmeros problemas impediam o cumprimento da Lei de Terras. Nestas, os presidentes apresentavam as dificuldades do governo provincial em registrar as propriedades particulares e os terrenos devolutos, além de assinalarem o quadro crítico dos terrenos ocupados pelos aldeamentos indígenas e colônias. Quanto aos terrenos devolutos, colocavam os presidentes que a maior parte dos municípios declarava que não existiam em seu território.

²⁷⁰ Afirma a autora que no município de Magé, dos 846 registros, 585 não constava esta informação e que em Santo Antônio de Sá dos 657 registros, 339 não possuíam tal dado. De acordo com a pesquisa em Cabo Frio, dos 866 registros de terra não observou-se a falta desta informação na maioria destes registros.

²⁷¹ No que se refere às terras públicas, acusava a existência de terrenos em Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e São Pedro, onde indicava a necessidade de proceder à fiscalização e medição dos lotes.

Por outro lado, em tais declarações foram ressaltadas questões relacionadas aos limites intra e inter provinciais, o que indicava conflitos territoriais em diferentes áreas da Província. Cabe ressaltar que a definição dos limites de um território implicava numa maior ou menor arrecadação de rendas e na possibilidade das lideranças locais serem ou não eleitas. Ilustremos este aspecto:

Declarava o presidente, Visconde do Uruguai, em 1840, que a administração da justiça era inquestionavelmente repleta de impunidade e que o estado de incerteza e confusão em que a principal propriedade territorial da Província se encontrava conduzia a numerosas ocorrências de violência, pleitos e represálias. Informava que uma grande parte das sesmarias concedidas não tinham sido medidas e demarcadas e na medida em que a população aumentava, a cultura se estendia e a propriedade se dividia e surgiam mais contestações. Dizia que os problemas aumentavam, pois os conflitos decorrentes da posse da terra eram colocados para juízes leigos resolverem e esses não tinham condições e tempo para deixar suas ocupações particulares e realizar prolongadas medições e vistorias em lugares longínquos. Colocava também que eram poucos os réus que não encontravam protetores, o que contribuía para o descrédito das leis e dos tribunais existentes. O mesmo presidente, Paulino José Soares de Sousa, comunicava em 1838 que as Câmaras de Iguazu e Pirai solicitaram a desapropriação de terrenos para edificação das respectivas vilas, mas esse trabalho não havia sido concluído pelo engenheiro encarregado.

Comunicava que tinha encarregado o chefe da primeira seção das obras públicas para demarcar os limites que separavam os municípios de Valença, Pirai, Rezende e Barra Mansa em vários pontos onde existiam contestações, sugerindo o aperfeiçoamento da carta da Província. Também colocava que a execução das leis provinciais (números: 3, 6, 8, 19, 20 e 37), criando diversas freguesias, e a lei de no. 21 que fixou os limites das de São Pedro e São Paulo, da Sacra Família e da Marapicú, estava dependente das informações das municipalidades. Afirmava que, em função das inúmeras divisões do município de Paraíba do Sul, estavam ocorrendo muitos problemas, gerando inclusive assassinatos de importantes fazendeiros e representantes das Câmaras. Argumentava o presidente que o aperfeiçoamento da carta da Província, que já havia sido litografada, e a organização do serviço de estatística poderiam prestar grande serviço para o desenvolvimento da Província, resolvendo muito desses conflitos. Informava que em

função das providências tomadas no ano de 1839 tinha sido realizada a contagem da população e o resultado desse arrolamento contabilizou 407.212 almas.²⁷²

No relatório de 1846-47, a Câmara de Itaguaí pedia a revogação de uma Lei no. 263 de 29 de abril de 1842, que concedia a Francisco José Cardoso o monopólio do embarque do café, e mencionava a questão da elevação de vilas e arraiais como o do Porto da Estrela e da Barra Grande do Rio São João, afirmando que tal processo deveria ser realizado de forma mais criteriosa para melhor acomodar a povoação. Argumentava que a elevação de vilas e anexações de freguesias, por ser um processo delicado, deveria evitar conflitos de interesses envolvendo as autoridades e as Câmaras que se opunham ao desmembramento de seu território. Neste relatório, o presidente mencionava a desapropriação de terrenos para assentamento da vila de Iguaçu e pedia terrenos que haviam sido incorporados ao município de Vassouras.

Dizia o presidente no ano de 1849 aos deputados da Assembléia que era deficiente a divisão da antiga Província em comarcas, termos e freguesias, ressaltando que os conflitos se ampliavam em decorrência da imprecisão dos limites. Para a autoridade, as confusões estariam dificultando o bom andamento da justiça, daí em seu pronunciamento chamar a atenção da Assembléia para os problemas de limites com a Província de Minas Gerais e o município de Campos.²⁷³

Em 1850 o presidente ordenava que fossem averiguados os limites das vilas de Rio Bonito e Capivari.²⁷⁴ Dizia também que o município de Nova Friburgo tinha pedido revogação da deliberação presidencial que havia alterado os limites da freguesia de São Pedro. Colocava que os limites das freguesias de Magé constantemente estavam sendo modificados e que as leis em vigor tinham trazido prejuízos para alguns municípios que confrontavam com Nova Friburgo e Paraíba do Sul. Também informava que havia problemas na determinação dos limites entre a Província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

²⁷² Afirmava que não foram coletados os dados de sete freguesias e três curatos pois os juizes de paz não tinham enviado os mapas dos quarteirões das freguesias de Inhomirim, Pilar, Iguaçu, Tamby, Santíssima Trindade, Quissaman, e de Paquequer e os curatos foram os das Dores, do Barreto, e de Carapebús.

²⁷³ Souza (1877) afirmava que os limites da Província do Rio com Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo ainda não tinham sido definidos, sendo parte deles estabelecidos provisoriamente pelo Decreto de 19 de maio de 1843. Esta situação estaria aumentando as reclamações dos habitantes das regiões.

²⁷⁴ Informava que o curato de São José tinha sido elevado a freguesia, passando a pertencer ao município de Itaguaí e que a capela de Santa Rita tinha sido elevado à freguesia, passando a ser denominada Santa Rita do Paquequer.

No relatório da Província de 1860, informava o presidente da Província do Rio de Janeiro que iria juntamente com a Província de São Paulo verificar os limites de Resende, Barra Mansa, Bananal e Barreiros, Areias e Queluz, por onde passavam estradas e povoados importantes, através de plantas e levantamentos.²⁷⁵Deste trabalho redundaram duas propostas: a primeira, que incorporava os municípios de Bananal, Barreiros, Areais e Queluz à Província do Rio de Janeiro, e a segunda somente os dois primeiros. Dizia o presidente que, baseado nos relatórios do engenheiro responsável, optava pela segunda proposta em função dos prejuízos sofridos pela Província de São Paulo quando da constituição da Província do Paraná. A questão dos limites internos entre Barra Mansa e Resende, no entanto, continuou, pois no ano de 1880 anunciava o presidente da Província que havia designado uma comissão formada por um engenheiro provincial e dois peritos nomeados pelas respectivas Câmaras, para demarcar os limites destes municípios.

Quanto aos limites com Minas Gerais, informava o presidente em 1860 que os trabalhos estavam no mesmo estado e os conflitos de jurisdição entre as autoridades continuavam. Em 1886, conflitos referentes aos limites com Minas Gerais eram novamente relatados no relatório da Província, o que segundo o presidente estava gerando problemas na cobrança de impostos.

Em 1871 o presidente da Província reportando-se a indefinição dos limites intra e inter provincial dizia que:

“Não é só na parte judiciária que encontram esses inconvenientes. A divisão eclesiástica, administrativa e política, resentem-se da mesma incerteza, e a Presidência é chamada muitas vezes a decidir questões de limites para que lhe faltam os necessarios esclarecimentos” (Relatório da Província, 1872: 12) .

Mais além, o mesmo presidente colocava que, se o corpo de engenheiros fosse maior, a administração da Província seria mais eficiente pois poderia “com facilidade encetar a demarcação dos limites dos districtos, freguezias, termos e comarcas, e dentro de prazo mais ou menos breve teriamos um trabalho completo para remediar esta lacuna” (op. cit, p.12).

No ano de 1875, o presidente da Província comunicava a criação, através da Lei 1.068 de 7/12/1874, do município de Sapucaia que seria constituído de duas

²⁷⁵ Em 1862, a Câmara de Cabo Frio dizia não ter tido saldo em sua receita devido à perda da freguesia de São Vicente de Paulo que passou a fazer parte do município de Araruama. Colocava o presidente que os problemas eram decorrentes da demarcação feita em 1726 que ainda prevalecia, mas que não mais correspondia à realidade da região.

freguesias: a de Magé e de Paraíba do Sul e que para a formação de seu território tinha sido necessária a alteração da divisão dos dois últimos distritos. Informava que muitas queixas tinham ocorrido por parte das duas Câmaras até ter se chegado a um consenso sobre a área desse município. No entanto, em relatório de 1885, reaparecem as questões relacionadas aos limites de Paraíba do Sul e Sapucaia e as autoridades civis e eclesiásticas reclamavam das divisas. O presidente propôs a nomeação de uma comissão constituída por um engenheiro provincial e delegados dos respectivos municípios para definir a linha divisória que os separava. A Câmara de Sapucaia contestou o resultado dizendo que havia sido prejudicada, argumentando que deveriam ter sido aproveitados os limites naturais. Os problemas entre as duas localidades continuaram e a povoação que foi incorporada ao município de Paraíba do Sul reclamava ao presidente que era tributada pelos dois municípios.

O presidente da Província em 1882, chamava a atenção dos conflitos relacionados aos limites dos municípios tendo em vista as eleições.²⁷⁶ Sugeriu que fossem elaboradas leis pelos representantes da Assembléia contendo as divisas municipais. No entanto, em função da eleição, os municípios foram subdivididos em distritos, coincidindo com os limites dos distritos de paz e de polícia, ficando a Província dividida em 41 municípios e subdividida em 191 distritos.

As questões referentes ao patrimônio dos índios na Província mereceram atenção especial no discurso dos administradores públicos, apesar dos relatos revelarem a incapacidade do governo provincial em controlar o processo de invasão em suas terras. O esfacelamento do patrimônio silvícola pode ser verificado quando se analisa o número de aldeamentos que existiam na Província e o que restou tanto em função da invasão dos seus patrimônios por particulares, como por meio da criação de cidades.

Segundo Freire e Malheiros (1997), dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio de Janeiro, que deram origem a muitas cidades e sedes de municípios, apenas quinze conseguiram chegar ao século XIX: Aldeia de São Lourenço (Niterói), São Barnabé (Itaboraí), São Francisco Xavier (Itaguaí), Nossa Senhora da Guia (Mangaratiba), São Pedro (Cabo Frio), Sacra Família de Ipuca

²⁷⁶Neste relatório, a Câmara de São João Príncipe solicitava a revogação de uma portaria que tinha considerado particular um caminho. O acusado pela Câmara enviou despacho ao Presidente que após exame do mesmo manteve a portaria.

(Casemiro de Abreu, Nossa Senhora das Neves (Macaé), Santa Rita (Cantagalo), Santo Antônio de Guarulhos (Campos), São Fidélis de Sigmaringa (São Fidélis), São José de Leonissa ou Aldeia da Pedra (Itaocara), Santo Antônio de Pádua (Santo Antônio de Pádua), São Luis Beltrão (Resende), Nossa Senhora da Glória (Valença), Santo Antônio do Rio Bonito (Conservatória). Com relação a estes aldeamentos informa Silva (1854) que ocorreram invasões nas terras indígenas em inúmeras cidades, tais como Cabo Frio, Itaguaí, Resende e Rio Bonito, processo grande parte atribuído à falta de organização administrativa do Estado e aos interesses dos posseiros. A formação destas cidades, segundo Fridman (1999), revela que o processo de urbanização do espaço fluminense caracterizou-se também pela usurpação de terras dos indígenas

Inúmeras foram as manifestações dos presidentes da Província com o destino das propriedades dos índios. Assim, o primeiro presidente do Rio de Janeiro colocava no ano de 1835 que era necessário melhor administrar aquele patrimônio e sugeria que fossem transferidos para as Câmaras Municipais a administração e rendimentos dos seus bens “ficando, todavia sujeitas ellas aos encargos que eram desempenhados pela Conservatória”. Argumentava que a alienação da maior parte dos terrenos ocupados pelas aldeias reduziria as invasões, como estava ocorrendo em Mangaratiba e Valença onde muitos “intrusos” não pagavam foro à Conservatória dos Índios. Dizia que, do esclarecimento pedido aos juizes dos órfãos sobre as aldeias na Província, tinha sido informado que existiam: a de São Pedro, habitada por 350 indivíduos, onde existia uma igreja arruinada e casa que anteriormente era hospício dos jesuítas, data de terras medindo três léguas de testada, com três de fundos; a de São Barnabé com 114 índios que era formada por uma sesmaria de duas léguas de terra em quadra, com igreja e porto; e a de São Lourenço com 149 índios medindo as terras uma légua de testada e duas de sertão, com uma igreja matriz e uma casa onde residia um pároco.

Em relatório de 1871 informava o presidente que as terras dos índios tinham sido invadidas por intrusos em Niterói (São Lourenço), em Itaboraí (São Barnabé), Cabo Frio (São Pedro), Campos (São Fidelis), Mangaratiba e Resende. Na aldeia de São Lourenço em Niterói existiam 92 pessoas e tinha como patrimônio a sesmaria concedida a Martim Afonso de Souza. Informava que esta tinha, em 1819, 170 adultos e 45 fogos habitados, em 1844 possuía 106 pessoas e 24 fogos e, em 1848, tal número havia sido reduzido para 92. A aldeia de São Bernabé, na

freguesia do Desterro em Itaboraí, era composta de 105 índios e seu patrimônio consistia num terreno onde estava localizada esta freguesia e parte de terreno de Itaboraí que era constituído de uma sesmaria de mais de duas léguas. A aldeia de São Pedro em Cabo Frio era constituída por 903 índios Goitacazes que trabalhavam em pequenas lavouras, em pescaria e serviços. Possuía tal aldeia um patrimônio de três léguas de terras com testada na margem da lagoa do Araruama e cinco de fundos próximo ao rio São João, a aldeia da Pedra e São Fidelis em Campos era formada de 195 índios da tribo dos Coroados que, na maior parte, estavam envolvidos em plantios ou na condução de madeiras em balsas pelos rios Paraíba, Pomba e Negro, medindo o seu patrimônio meia légua de terras. A aldeia de São Fidélis possuía 56 índios, a vila de Mangaratiba, cuja origem era do aldeamento, tinha seu patrimônio reduzido devido a venda de suas possessões, em Resende existiam alguns Puris na freguesia de São Vicente Ferrer, cujo terreno tinha sido concedido pelo capitão Joaquim Xavier Curado. Dizia o presidente que o terreno nunca tinha sido medido, demarcado nem tombado.

Informava que:

“Os Índios vivem miseravelmente por todo o império:-selvagens, vagão errantes pelas matas, sem ter grande parte d’elles o menor vislumbre de civilização:-aldeados com imensos dispêndios, pouco se demorão nos povoados e abandonão para logo as aldeãs quase sempre por ineptidão ou abusos das pessoas que os dirigem; - decedentes dos que forão outrora aldeados, vivem entregues a si mesmos, aos vícios e á indolência própria da raça, defraudados das terras de seu patrimonio, lesados até em seus mais pequenos interesses” (Relatório do Presidente da Província, 1850, p.20).

Nesta linha comunicava que antigas aldeias fundadas em Valença, Mangaratiba e Resende tinham desaparecido totalmente, bem como outras existiam precariamente. No caso de Valença, dizia que alguns índios não tinham domicílio correto e que o governo provincial tinha consignado uma légua de terra onde hoje estava assentado o 1º distrito da freguesia de Santo Antonio do Rio Bonito. Tal distrito estava ocupado por posseiros, intrusos e alguns índios. No caso da vila de Mangaratiba viviam alguns índios próximos a esta localidade. Em 1802 um bispo tinha criado uma paróquia, desmembrando-a da vila Grande e, pouco a pouco, os índios foram vendendo as suas possessões, restando por fim apenas alguns

indivíduos. Em Resende existiam alguns Puris na freguesia de São Vicente Ferrer, anteriormente aldeia de São Luiz.

Ainda com respeito às aldeias indígenas, informava o presidente que tinha sido promulgado um decreto em 24 de julho de 1845 com o fim de melhorar “a sorte de nossos indígenas e promover-lhes um futuro mais feliz”, mas pouco resultado tinha produzido, permanecendo grandes dificuldades para resolver os problemas dos índios e de seus aldeamentos. Problemas de caráter administrativo, do tipo de quem era a responsabilidade de cuidar dos índios, os juizes de órfãos ou diretores da Conservatória e os relacionadas a forma de administrar os terrenos, localizados em áreas distantes, dificultavam ainda mais o cenário. Dizia o presidente que muitos “Avisos” tinham sido criados com o fim de regular a situação dos indígenas e de suas aldeias, como por exemplo, a circular de 17 de outubro de 1846 e o de 24 de agosto de 1847, além de outros, mas continuavam indefinidos muitas questões de caráter administrativo, notadamente as atribuições dos responsáveis pelas aldeias. Tal processo contribuía ainda mais para a invasão dos terrenos dos índios.

Em 1860 informava o diretor geral dos índios para o presidente que, na freguesia de São José de Leonissa, havia meia légua de terra em quadra pertencente ao patrimônio dos silvícolas. Dizia que nenhum lote de terra pertencente àqueles vinha sendo medido e demarcado judicialmente, sendo os limites conhecidos por convenção, o que estimulava a invasão de suas terras. O presidente colocava para a Assembléia que não havia quantia alguma para despende com a demarcação judicial dessas terras mas, com a manutenção da invasão, fazia-se necessário tomar providências.

No ano de 1871 afirmava o presidente que não podia prestar esclarecimentos à Assembléia sobre o estado dos aldeamentos, pois muitos destes tinham sido extintos. Dizia também que nos municípios de Cabo-Frio, Itaguaí e São Fidélis os índios estavam inteiramente dispersos.

Nos demais relatórios esta questão é praticamente abandonada pelo governo provincial, o que pode indicar a falta de controle por parte do Estado no processo de invasão nas terras dos indígenas, como também o fim de muitos desses aldeamentos.

Outra questão relacionada às municipalidades dizia respeito ao cumprimento da lei provincial de 4 de janeiro de 1837 sob o no.3, exigindo que as

Câmaras informassem à Assembléia a relação dos tombos de seus bens nos quais se encontravam as servidões e logradouros de uso público. A este respeito, informava o presidente da Província no ano de 1840 que não existia um tombamento regular organizado nas Câmaras de Paraíba do Sul, Barra Mansa, Piraí, Cabo Frio, Maricá, Macaé, Nova Friburgo, Iguaçu, São João do Príncipe, Mangaratiba, Campos e Angra dos Reis. Dizia que, além de existirem problemas judiciais em algumas Câmaras, em muitas não existiam bens em seu patrimônio. Argumentando ser de fundamental importância o tombamento do patrimônio municipal, o presidente colocava que:

“O tombamento d’essas servidões e logradouros publicos he indispensavel, ainda que d’élle outra vantagem não resultasse senão a de difficultar o abuso com que algumas camaras tem concedido autorisação a particulares para tapar servidões publicas prestadas pelos seus predios e para mudal-as, não obstante ser-lhes isso vedado pelo artigo 41 do seu regimento, visto que a tapagem de um caminho, ou a sua troca por outro que novamente se abre, he uma verdadeira alienação de bens dos conselhos” (Relatório de Presidente da Província, 1840: 67)

O presidente afirmava que a falta de um tombamento, comum em muitos municípios, dificultava o desenvolvimento dos meios de comunicação, gerando instabilidade política e acirrando os conflitos entre o Estado e os interesses privados. Conclamava, então, aos parlamentares que dessem autorização para as Câmaras despenderem recursos para o nivelamento das suas povoações e a implementação do tombamento de seus bens.

Ainda com relação ao patrimônio das Câmaras, informava o presidente em 1871 que diversas portarias tinham sido expedidas pela administração provincial com o fim de adquirir dados para o reconhecimento sobre o patrimônio das municipalidades.²⁷⁷ No entanto, dizia não poder prestar esclarecimentos sobre o assunto pois faltava informações das municipalidades. Ainda neste relatório comunicava que o Ministro dos Negócios do Império tinha exigido desde 1854 que

²⁷⁷ Em relatório elaborado em 1870, comunicava o presidente a existência de propriedades pertencentes às seguintes ordens religiosas: a) Beneditinos - Campos (fazendas com escravos), Cabo Frio (terras de sesmarias), freguesia de Jacutinga – Iguaçu (fazenda com olarias e escravos, Maricá (fazenda de plantação de cereais e criação de gado com 48 escravos), Icarai (terrenos aforados) b) Carmelita Fluminense – Niterói (terreno com casa e capela), Santo Antonio de Sá (fazenda com 62 escravos, 13 arrendadas), Quissamã, em Macaé (fazenda com 27 escravos arrendada), Angra dos Reis (convento e terreno com 87 escravos, uma outra fazendas em Ariró com 123 escravos arrendada e uma com 123 braças de terra e duas pequenas ilhas), Santo Antonio de Sá (um convento abandonado e um patrimônio de terras que estava arrendado), Cabo Frio (convento de Nossa Senhora dos Anjos).

os presidentes informassem sobre a existência das suas terras devolutas, com o fim de serem medidas e demarcadas sem contestação dos posseiros. Tendo em vista tal solicitação, o presidente da Província tinha solicitado as Câmaras municipais informações sobre os seu terrenos devolutos. Naquela ocasião a Câmara de Nova Friburgo informou que existiam alguns terrenos de tamanho reduzido no alto de algumas serras, a de Mangaratiba dizia que nos lugares denominados Ingahyba e Jacarehy existiam terras devolutas, embora estivessem sendo contestadas, a de Rio Claro comunicava que havia terrenos na freguesia de Santo Antonio de Capivari no alto de algumas serras, mas que estavam ocupados por foreiros, a de Itaboraí informava que não havia terrenos devolutos a não ser que se considerassem alguns terrenos onde anteriormente estava assentada uma aldeia.²⁷⁸ As demais Câmaras diziam que não existiam terrenos devolutos e os municípios de Araruama, Barra de São João, Petrópolis, São Fidélis e Saquarema não tinham enviado nenhuma informação. Frente a este quadro, foram nomeados juizes comissários para medir os terrenos adquiridos por posses nos municípios de Cantagalo e Macaé e, mais tarde, no município de Campos, sendo os esclarecimentos relativos a tal medição enviados ao Ministro da Fazenda em 1861.²⁷⁹ Colocava o presidente ser necessário que a Assembléia aprovasse mais recursos para que o governo provincial executasse a medição de terrenos devolutos existentes na Província, concedidos pelo governo geral em 1866.

Em 1885 o relato do presidente apresenta alguns prédios e terrenos que foram desapropriados para fins de utilidade pública: em Angra dois prédios para permitir o trânsito e embelezamento, em Rio Claro terrenos foram adquiridos sem que houvesse problemas com os proprietários, em Santo Antonio de Pádua um prédio foi desapropriado com o objetivo de melhorar a rua e em Niterói terrenos foram adquiridos com o fim de promover o aformoseamento e alinhamento das ruas. Nos relatórios de 1887 e 1889 aparecem mais indicações de desapropriações de áreas particulares para abertura de estradas e implantação de equipamentos como cemitérios.

²⁷⁸ Colocava tal Câmara que as terras do antigo aldeamento de São Barnabé poderiam ser consideradas devolutas, mas estavam ocupadas por arrendatários e foreiros.

²⁷⁹ Tendo em vista que a Repartição Geral de Terras Públicas que existia na Província tinha sido extinta pelo decreto no. 1.575 de 14 de abril de 1861. Vale lembrar que por meio de tal Decreto passaram a ser os presidentes da Província, os responsáveis pelas atribuições da antiga repartição.

A partir das declarações do presidente da província podemos sugerir que, apesar do governo provincial ter cobrado insistentemente das Câmaras e de instituir uma série de mecanismos visando identificar as suas terras e as que pertenciam as Câmaras, as indefinições em relação à propriedade consideradas públicas permaneceram.

No que se refere à questão da colonização, um dos aspectos ressaltados na discussão sobre o modelo de ocupação das terras na Província, também aparecem nos relatórios inúmeras aspectos que demonstram problemas na implementação das propostas de formação dos núcleos colônias. A Lei de Terras - também conhecida como lei de colonização - tinha como objetivo promover o povoamento, a partir da criação de núcleos coloniais. Tal estratégia - expressa em alguns planos e ações governamentais relativos às terras devolutas - pode ser melhor compreendida a partir da análise dos projetos originários à Lei de Terras, cujo propósito seria, na perspectiva de Faoro (1958), “desenfeudar” o solo, subjacente à idéia de diminuir o poder da classe proprietária. A discussão sobre qual o modelo de civilização mais adequado e conveniente para a Província estaria também contida nas idéias de povoamento e colonização, tendo como desdobramento o debate, bastante conflituoso, sobre a pertinência ou não de se criar colônias de povoamento nas terras devolutas com a utilização de mão de obra imigrante. Neste sentido, visando povoar o sertão fluminense com povos civilizados, experimentou-se entre os anos de 1840 a 1870 introduzir tais núcleos. A idéia era incrementar a produção agrícola em pequenas propriedades, utilizando-se de mão de obra livre e, com isso, desenvolver o mercado provincial.

Nesse sentido, a Capitania depois Província recebeu levas de imigrantes estrangeiros, entre os quais suíços, alemães, portugueses, belgas etc, que se estabeleceram em núcleos de povoamento em várias regiões do Rio de Janeiro. Aliada à produção cafeeira que promoveu a entrada de milhares de escravos na Província no século XIX, a implantação desses núcleos teve impacto na estrutura demográfica da Província e, também, na criação de futuras cidades. Desta forma, a disseminação das cidades e vilas no século XIX esteve também articulada à política de criação de núcleos de povoamento, proposta esta praticada antes da chegada de Dom João VI.

Nos relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro do ano de 1843 discutiam-se propostas de ocupação visando fomentar a economia da

Província, controlar os focos de rebelião em diferentes pontos do território e garantir a “segurança da propriedade”. Com respeito ao último aspecto, no discurso deste presidente foi apontado o avanço obtido pela publicação do Código do Processo Criminal, estabelecendo novas regras para os crimes que proliferavam na região, inclusive aqueles relacionados aos limites das propriedades rurais. Seus idealizadores - intelectuais burgueses, originários de importantes setores econômicos, forjavam discursos amparados em teses liberais originárias das nações mais desenvolvidas. Estas idéias, sinteticamente, apontavam para a necessidade de se atingir o progresso e desenvolvimento pela via de investimento em atividades agrícolas e industriais, utilizando-se, na medida do possível, dos “braços laboriosos” dos imigrantes estrangeiros.

A proposta de colonização da Província resultou na criação de vinte núcleos de povoamento. A proliferação destes núcleos coloniais a partir de 1850, apesar de ter tido pouco sucesso, levando o seu abandono já no final do século XIX, remete ao debate sobre os impactos espaciais desses núcleos e sua função no processo de criação de novos aglomerados urbanos. Nesse caso, conforme apontado por Fridman (2001), é necessário considerarmos a prática de colonização na Província como indutora de uma política de urbanização articulada aos interesses políticos e econômicos do Império, ou seja, torna-se importante considerar o aspecto urbanizador que tais propostas assumiram, ao disseminarem um modelo de ocupação de terras e uma proposta de economia baseada na pequena propriedade e no trabalho livre. Esta perspectiva alarga a discussão sobre a necessidade de povoar o território e de conquistar o sertão, discurso presente nas propostas de implantação destes núcleos, colocando a possibilidade de entendermos tais práticas como portadoras de uma nova racionalidade na forma de controle da terra, da economia e do espaço fluminense.

Sobre os conflitos de terra decorrentes da criação dos núcleos de povoamento, um dos aspectos levantados na análise de Fridman (op.cit), identificamos aquele resultante da promulgação da Lei nº 56 de 10 de maio de 1840, ao ler o relato feito pelo presidente da Província do Rio de Janeiro no ano de 1841. Conforme assinalado neste documento, ao desapropriar uma grande quantidade de terras, o referido instrumento legal gerou manifestações contrárias dos grandes e pequenos proprietários no território fluminense.

O controle sobre estes núcleos era permanente, daí a prática administrativa de acompanhar o desenvolvimento da população e avaliar a sua produção agrícola, a despeito dos problemas que ocorriam nos núcleos e nos contratos realizados entre a Província e os empresários. O vice-presidente da Província no ano de 1850, informava terem ocorrido diversos ensaios de colonização, no entanto na maior parte dos casos foram tentativas infrutíferas. Dizia que a colônia de Pedra Lisa, fundada em 1843, havia desaparecido em 1846 e os colonos estavam dispersos e deserdados os açorianos e franceses que haviam sido contratados para trabalhar em obras públicas.²⁸⁰ Além dessa colônia, informava que na Província existiam a de Petrópolis e a do Valão dos Veados, localizada na freguesia de São Fidélis.

Comunicava o presidente que, pelo modo como estava organizada a colônia de Petrópolis, o seu futuro não podia ser agrícola, tendo em vista que as terras doadas para a colonização eram reduzidas. Neste sentido, para sustentarem-se os moradores da colônia tinham que recorrer a outros meios de subsistência além dos rendimentos provenientes do plantio realizado em suas terras.²⁸¹ Neste núcleo havia, em 1850, 475 famílias perfazendo um total de 1.473 habitantes. Possuindo vinte quarteirões, contava tal núcleo com 658 casas concluídas e 38 por construir, 2 hotéis, armazéns e diversas oficinas, além de 4 escolas alemãs. Informava que na colônia do Valão dos Veados - criada em 1847 no distrito de São Fidélis, as margens

²⁸⁰ Em 1858 o presidente da Província informava que a colônia de Pedra Lisa foi criada por decreto em 21 de janeiro de 1842 autorizando o governo imperial a conceder 12 léguas de terra em quadra, ou seu equivalente, juntas e separadas em lugares devolutos, com o fim de se estabelecer colônias agrícolas e indústrias, em concordância com o decreto-lei de 30 de maio de 1840. A medição das terras para o estabelecimento da colônia foi realizada em 1842, através de portaria expedida pelo chefe do distrito, autorizando-se a compra pelo juiz civil dos terrenos compreendidos naquela área. No entanto, ocorreram dificuldades para a implementação do decreto em função da existência de inúmeros posseiros que reclamavam a propriedade das terras. Apesar disso, em 7 de novembro de 1842 a colônia foi estabelecida em terrenos de uma sesmaria de posse de Galvão Freire. Nesta região foram compradas amigavelmente 15 posses, cuja área total perfazia duas léguas. A medição do respectivo terreno teve interrupções devido a discordâncias entre o juiz e o chefe do distrito e em função disso foi suspensa através da portaria de 25 de maio de 1844. Dizia também o presidente que em 1842 um núcleo denominado - Colônia de Nelis tinha se estabelecido fruto da autorização dada pelo governo da Província ao belga Ludgero José Nelis. Este núcleo media meia légua e tinha sido constituído em terrenos de antiga sesmaria, onde seria formada a colônia de Pedra Lisa. Em função de problemas na compra de terrenos e na construção de casas e os relacionados à falta de equipamentos para o seu estabelecimento, a colônia foi abandonada pelos imigrantes e somente dez colonos permaneceram na região. Em 1846, o empresário pediu renovação do contrato, alegando posse de terrenos e falta de cumprimento por parte do governo imperial do contrato, no entanto o governo não autorizou a renovação, alegando a falta de cumprimento de inúmeras cláusulas por parte do empresário. Ainda com relação à Pedra Lisa ocorreram problemas com o francês Luiz José Maria Belgasse, que o governo tinha contratado para o estabelecimento de 600 colonos. Neste contrato o governo tinha concedido duas léguas quadradas em regime de *fatusim* com o fim de produzirem cana e fabricarem açúcar.

²⁸¹ Colocava que enquanto o governo imperial estivesse investindo em obras em Petrópolis, os colonos tinham onde se empregar, mas depois do encerramento dos investimentos seria difícil a sua sobrevivência e, por isso, indicava a urgência em construir a estrada para facilitar o transporte de mercadorias e favorecer o estabelecimento de fábricas na região.

de Dois Rios, havia 15 famílias compostas de 112 indivíduos estrangeiros, entre eles os Belgas, e a existência de uma capela ainda em construção e dois professores. Tal colônia pertencia ao cidadão e empresário Eugenio Aprígio da Veiga. Dizia o presidente que, em função das necessidades pelas quais passava, a colônia tinha solicitado empréstimo, bem como feito o contrato com o empresário responsável exigindo novas condições para o estabelecimento de colônias. Informava também que os colonos Ilhéus e Belgas eram foreiros ao empresário. Por fim, assinalava o presidente a necessidade de ampliar os núcleos de colonização na Província,²⁸² mas alertava a necessidade de:

“crêr que se conclua a lei de terras e de realizarem industrias honestas: e no entanto é demover a emigração sob mais seguras bases e maiores de futuro proveito.” (Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1850, p.20)

Em 1855 o presidente comunicava que na Província do Rio de Janeiro existiam oito colônias: Valão dos Veados (município de São Fidélis), Petrópolis (Estrela), Santa Rosa (Valença), Santa Justa (Valença), Independência (Valença), Coroas (Valença), Retiro (Angra dos Reis), Martim de Sá (Parati). Nas colônias de Valão dos Veados, Petrópolis e Santa Rosa o sistema adotado era de aforamento e nas demais prevalecia a parceria. Existiam um total de 3.569 habitantes em todas as colônias. A que possuía o maior número de população era Petrópolis, com 2.643 habitantes, seguido da colônia do Valão dos Veados, com 329; as demais não alcançavam duzentos indivíduos.

Em 1858, o presidente da Província colocava que muito se tinha discutido sobre colonização e diversas opiniões sobre os diferentes sistemas foram manifestadas. Considerava, portanto, que os colonos não resolveriam a crise iminente da lavoura, mas na contribuição de novos hábitos que auxiliariam o futuro desenvolvimento agrícola da Província. Dizia também ser fundamental que os imigrantes tivessem acesso à terra e todos os benefícios para poder cultivar desde os primeiros anos. Nesse sentido, discutia a importância de garantir uberdade do solo e mercado próximo para que o colono pudesse vender a sua produção. Colocava que o barão de Nova Friburgo tinha informado a existência de 1.000 colonos em suas terras, provenientes de Portugal, e que estes recebiam um jornal

²⁸² Dizia também o presidente a existência de um terreno dentre outros, na posse denominada Paulioca, - no município de Macaé - que poderiam ser aproveitadas para a colonização, mas que estavam sendo invadidos por pessoas que para lá se dirigiam com o fim de cortar madeiras.

por serviços prestados que variava segundo o seu merecimento. Informava que juntamente com seu sócio, o comendador Jacob Van-Erven, montou um sistema de parceria para os colonos casados e que estes estavam estabelecidos em 25 casas. Também dizia que um cidadão - Francisco de Castro Abreu Bacellar fundou um núcleo colonial com cerca de 100 portugueses - onde os serviços de plantação e derrubada de matas eram pagos.

O presidente comunicava que a colônia de Santa Rosa, de propriedade do barão de Baependi, estava progredindo e o número de seus colonos era de 126, sendo 100 alemães e 26 brasileiros. Na colônia do Valão dos Veados existiam, em 1856, 344 indivíduos e, em 1858, 492 habitantes de diferentes nacionalidades, entre as quais franceses, belgas, holandeses, alemães, argentinos. A população dessa colônia se ocupava da agricultura, do culto religioso, e demais ofícios, tais como a instrução primária, na agência do correio, nos ofícios da justiça, trabalhando como serralheiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros e canteiros, maquinistas, oleiro e casas de negócio. Praticava-se também o pasto, a cultura de cereais, café e açúcar. Existiam 94 datas de terras aforadas a chefes de família em foro perpétuo em cerca de 4.000 braças quadradas. No ano de 1857, a colônia tinha exportado 3.000 alqueires de milho, feijão e a mesma quantidade de arroz, além de produzir 1.200 arrobas de café.

A colônia das Coroas, localizada em Valença, tinha sido fundada na fazenda da marquesa de Valença e contava com 172 indivíduos que se dedicavam ao plantio do café. A colônia da Independência, instituída em 1852, possuía apenas 26 famílias compostas por 281 habitantes.²⁸³ A colônia de Petrópolis caminhava progressivamente segundo o presidente.

Em 1860, informava ele que, em função da elevação de Petrópolis em município, iria extinguir a diretoria responsável pela administração da colônia que lá estava assentada em função da incompatibilidade do sistema de administração, passando o município a ser gerido da mesma forma que os demais. Comunicava a existência de dez colônias na Província, quais sejam: Independência, Santa Justa, Santa Rosa, Valão dos Veados, Santa Fé, Sapucaia e São Paulo. Boa Fé, Passa Três, Corôas.²⁸⁴

²⁸³ Tal colônia tinha sido instituída por Nicoláo Antonio Nogueira.

²⁸⁴ A colônia de Santa Justa tinha sido criada em 1852 em Valença pelo proprietário Braz Bellens. Adotava-se na colônia o sistema de parceria. A referida colônia foi fundada no ano de 1845 na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer de Nova Friburgo pelo padre Francisco de Castro Abreu Bacellar. Na colônia de

Com relação à Independência, informava que o número de população desta colônia tinha crescido - de 26 famílias, totalizando 171 indivíduos em 1852, passou em 1860 para 73 famílias e 330 habitantes. Tais famílias ocupavam-se da lavoura, especialmente do café. Na colônia de Santa Justa havia 35 fogos com 141 habitantes e todas as famílias empregavam-se na lavoura. O produto das plantações do café era repartido com o proprietário da fazenda, mas havia também plantação de milho, feijão, arroz etc que os colonos plantavam para o seu sustento. Na colônia de Santa Rosa, de propriedade do conde de Baependy, também se adotava o sistema de parceria, habitando 146 indivíduos. Na do Valão dos Veados residiam 504 habitantes que se ocupavam da lavoura, achando-se plantados 400 mil pés de café. Na colônia de Santa Fé - constituída de 55 habitantes portugueses - os colonos dedicavam-se à cultura do café e da cana. No núcleo de Sapucaia, constituído basicamente de portugueses, existiam 17 famílias, totalizando 46 indivíduos. Nas terras dessa colônia eram plantados café e cana, além de outros gêneros alimentícios para consumo interno. A colônia de São Paulo contava com 28 famílias, somando ao todo 131 pessoas que se dedicavam à plantação de cana, ao fabrico do açúcar e demais gêneros alimentícios. Ainda existiam a colônia de Boa Fé, localizada as margens do rio Negro, no município de São Fidélis, de propriedade do barão de Nova Friburgo, e a de Jacob-van-Erven, a colônia de Passa Três de propriedade do comendador Joaquim José de Souza Breves, localizada no município de São João Príncipe e a das Coroas.

No relatório de 1871 o presidente informava que as tentativas de colonização da Província tinham sido um fracasso, embora reconhecesse a necessidade de se instituir núcleos a exemplo dos países mais desenvolvidos. Demonstrando insatisfação com os rumos da política de colonização da Província dizia o presidente que:

“Diversas tentativas têm sido feitas mas todas mallogradas como as Vallão do Veado, a da Pedra-Lisa, a empreza a cargo de Carlos Nathan e outros. Os terrenos uberrimos que possui esta provincia, e a facilidade de suas vias de comunicação com o litoral e o grande mercado da côrte e a amenidades de seu

Sapucaia tinha se estabelecido no ano de 1856 na fazenda pertencente ao comendador José Ribeiro de Castro as margens direita do rio Muriaé, distante duas léguas da cidade de Campos. O núcleo colonial de São Paulo foi constituído em 1856 em fazenda do mesmo nome de propriedade do Dr. Antonio Ribeiro de Castro, junto às margens norte das cachoeiras do rio Muriaé, em Campos.

clima, tornão fácil a colonização, logo que haja systema nas medidas adoptadas e fiel escrúpulo em sua execução.” (Relatório do Presidente da Província, 1871:56).

Se as propostas de implantação dos núcleos estariam ou não vinculadas a um novo modelo de economia e sociedade foi uma das questões discutidas por Fridman (2001) quando analisou as experiências das cidades de Nova Friburgo e Petrópolis - antigos núcleos coloniais. Ancorados no trinômio povoamento/colonização/urbanização, esses núcleos ilustrariam uma estratégia do Estado e dos agentes privados no sentido de expandir as fronteiras da economia cafeeira, numa área onde o controle político-administrativo se fazia necessário. De acordo com os argumentos de Fridman (op.cit), uma racionalidade estatal próxima à idéia de planejamento passou a ser dominante neste contexto, tendo repercussões importantes na organização do território fluminense no século XIX.

4.8. A FORMAÇÃO DA REDE URBANA FLUMINENSE

A primeira observação a ser feita está relacionada ao perfil dos administradores públicos - os presidentes da Província.²⁸⁵ A proximidade deste governo com o poder central e a sua importância econômica em função do café e do açúcar trouxeram para o governo fluminense figuras de grande prestígio político e econômico no Império. Nos anos de 1835 - 1836 Joaquim José Rodrigues Torres, o futuro visconde de Itaboraí, considerado um economista de larga visão, dirigiu a Província com o objetivo de torná-la um sustentáculo do regime imperial. Itaboraí instaurou o debate sobre a deficiência do sistema arrecadatório do Rio de Janeiro e o questionamento sobre os órgãos de administração voltados para esse fim. Além disso, discutia a necessidade de discriminar de forma mais coerente o que eram rendas provinciais e gerais, questão essa que suscitou longos debates e conflitos envolvendo o governo municipal, provincial e geral. Esse líder conservador foi substituído por Paulino José Soares de Sousa, visconde de Uruguai, que a administrou até 1840.²⁸⁶ Paulino teve uma atuação destacada na Província, sendo o responsável pela organização inicial de inúmeros órgãos de administração. Juntamente com Aureliano Coutinho foi o estadista que mais tempo ficou no cargo

²⁸⁵ Foram quarenta, o número total de presidentes da Província no Rio de Janeiro de 1835 a 1889. Cabe ressaltar que para cada presidente, o imperador nomeava seis vice-presidentes, dessa forma durante vários anos a Província foi administrada por vice-presidentes, o que levou a uma certa descontinuidade das ações.

²⁸⁶ Na época em que assumiu a administração provincial pertencia a ala dos moderado.

de presidente. Em seguida dirigiu a Província o futuro Marquês do Paraná, Honório Carneiro Leão,²⁸⁷ que exerceu o cargo de 1841 a 1843, sendo substituído por Caldas Vianna²⁸⁸ que apesar do mandato de um ano, caracterizou-se pelo jeito arrojado de administrador, sendo substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, a governou de 1844 a 1848. Aureliano Coutinho teve destacada atuação em relação a Petrópolis, sendo um dos responsáveis pela celebração do contrato feito com os alemães em 1845 que deu origem à colônia.²⁸⁹

Devido ao fato daqueles presidentes acumularem cargos, muitos destes afastavam-se da administração constantemente. Assim, nos dez anos iniciais da sua administração, o Rio de Janeiro conheceu cinco presidentes e inúmeros vice-presidentes. A troca permanente dos governantes concorreu para a descontinuidade administrativa nesta região, fato também comum em outras Províncias do Brasil.²⁹⁰ Cabe ressaltar que, a despeito dessa troca contínua de líderes provinciais, os destinos políticos e econômicos da “rica e industriosa” Província mereceram atenção especial de inúmeras lideranças políticas, sendo suas propostas de administração do território alvo de longos debates nas demais instâncias do poder, como o Conselho do Estado, o Senado e os Ministérios. Importante também destacar que os presidentes acumulavam cargo nestas instâncias, portanto, direta e indiretamente participavam das discussões sobre a vida política e econômica do Rio de Janeiro.

Da administração fluminense participaram líderes conservadores e liberais e talvez um dos aspectos que mais chamou a atenção nas leituras desses relatórios foi a maneira semelhante de abordar os diferentes temas e assuntos, tais como a educação, a segurança, os melhoramentos materiais, a saúde e caridade pública, a religião, a relação com os municípios, às atividades econômicas, as terras públicas e as finanças. Ou seja, com exceção ao tema da escravidão, as soluções dadas pelos presidentes (independente da sua filiação política), aos problemas administrativos, políticos, sociais, econômicos e espaciais, eram semelhantes. Sem dúvida que a partir de 1870, quando os líderes liberais tiveram maior espaço junto à

²⁸⁷ Que também se destacou na vida política assumindo o papel de Ministro e Conselheiro do Estado.

²⁸⁸ João Caldas Vianna em 1843 foi responsável pela desapropriação de prédios próximos a margem do Paraíba para a construção de uma muralha em Campos.

²⁸⁹ Alguns historiadores levantam a tese que a substituição de Caldas Vianna por Aureliano Coutinho foi planejado por políticos filiados ao Imperador.

²⁹⁰ Nesse sentido governou a Província o catarinense Manoel José de Sousa França, o mineiro Luiz Antonio Barbosa, os baianos Felisberto Caldeira Brant Pontes, José Maria da Silva Paranhos, Policarpo Lopes de Leão, o goiano Inácio Francisco Silveira da Mota, o paraense Bernardo de Souza Franco.

administração do Rio de Janeiro, algumas alterações na forma de apresentação de determinadas questões se sobressaíram, tal como discutimos com relação ao papel das municipalidades e da escravidão, mas ainda assim, as preocupações sociais (referentes às escolas, à saúde, à caridade pública e à segurança), aquelas relacionadas aos melhoramentos provinciais (daí incluindo as obras nas matrizes), às referentes às terras públicas, não apresentarem mudanças significativas que poderiam diferenciar a gestão de um administrador liberal de um conservador. Assim, concluímos que as duas correntes viam como caminhos para o progresso e civilização da Província um maior investimento no ensino público, a importância de melhorar a eficácia dos equipamentos e “homens” ligados à segurança e justiça e a necessidade de direcionar investimentos em obras públicas, notadamente em estradas.

Queremos assinalar que as preocupações com o que compreendemos como política de ordenamento territorial foram amplamente discutidas pelos representantes do governo provincial e propostas de definição dos termos, freguesias, curatos e municípios, associadas àquelas referentes ao rearranjo dos órgãos respectivos (novos distritos, seções, destacamentos, para os órgãos de segurança e de educação e obras públicas), o rearranjo e ampliação para aqueles voltados para a arrecadação de rendas (coletorias e registros) e ainda as políticas direcionadas à definição do traçado das estradas foram temas que mereceram atenção especial das lideranças políticas. Neste sentido, também ressaltamos que na maior parte dos casos, as propostas dos administradores públicos não tinham diferenças significativas em função das filiações políticas e partidárias. Observamos que uma das idéias que mais motivou as lideranças a discutirem e proporem mudanças espaciais foi o projeto de enriquecer e civilizar a Província, o que implicou em ações concretas do Estado no sentido de se fazer presente em todos espaços do Rio de Janeiro. Daí a preocupação permanente dos governos provinciais em cooptarem os líderes locais distribuídas nos diferentes espaços do Rio de Janeiro. Ou seja, os projetos políticos e socioeconômicos para a Província, apoiaram-se sobejamente em estratégias espaciais.

Portanto, queremos reafirmar que a política de administração ou, como preferimos a política de ordenamento do território, baseou-se na difusão dos órgãos de poder e estes passaram a ser reorganizados em função de um maior ou menor interesse e conhecimento dos espaços da Província: do espaço da justiça

redefinindo e ampliando o número de comarcas, do espaço da igreja a partir da ampliação das freguesias, do espaço do poder local com a criação dos municípios e freguesias e do espaço do poder central com a ampliação dos órgãos e empregos nas diferentes lugares do Rio de Janeiro. Assim, quando Aureliano Coutinho planejava em 1846 elevar à vila e os arraiais do Porto da Estrela sob o argumento da proximidade com Pilar, quando Uruguai ressaltava durante a sua gestão a necessidade definir os limites intra e inter provinciais, preocupação que se estendeu para outros presidentes e mesmo quando Tavares Bastos, líder liberal, ao externar sua preocupação com a “morte” de determinadas povoações em função do abandono das estradas e, por fim, quando João Caldas Vianna propôs a desapropriação de terrenos próximos ao Paraíba na cidade de Campos, visando a construção de uma muralha para proteger das enchentes e também para promover o embelezamento arquitetônica da cidade, estamos certos que suas preocupações não levaram apenas em consideração as questões políticas e socioeconômicas, mas a realidade espacial. Isto é, os espaços que deveriam ser redefinidos (redesenhados) em função dos dilemas enfrentados pelos governos municipal, provincial e geral. Neste sentido, tais presidentes montavam por meio de seus discursos e práticas, os pilares da sua administração - uma política de administração territorial do poder. Este política passou a ser cada vez mais eficiente na medida em que aumentou o conhecimento dos espaços *e de sua gente*.

Queremos então indicar, tomando como empréstimo a tese de Botelho, a vinculação da política censitária iniciada em 1850 como mais uma proposta de construção da Nação e do Estado. Ou seja, o processo de construção da Nação foi também um processo de reconhecimento de seus componentes e do espaço onde habitam, ainda que de maneira hierarquizada. Assim, as preocupações com os levantamentos censitários, um comportamento marcado por um movimento que vai da contagem dos habitantes do Brasil, além dos esforços de aperfeiçoamento das cartas e plantas da Província, constituiu-se num esforço em medir e conhecer a Nação, um interesse ampliado, sobretudo, a partir do Segundo Reinado, quando novos órgãos e empregos irão se redefinir junto ao território visando o cumprimento dessa missão.

Dessa forma, o grau de detalhamento das questões ligadas aos equipamentos, população, rendas, serviços de saúde, obras, dispersas em outros

órgãos que inicialmente ou não se colocavam ou se apresentavam de forma genérica, foram sendo pouco a pouco melhor apresentados.

O aperfeiçoamento no trato das informações e dados da Província do Rio de Janeiro pode ser percebido a partir das falas dos presidentes expressas, principalmente, a partir do relatório de 1840-41. Verificamos que houve um avanço na forma de exposição das questões que ficou evidente tanto na redivisão dos temas e assuntos administrativos no relatório do presidente da Província, na montagem de novos órgãos e na ampliação do corpo de profissionais.²⁹¹ Não obstante a mudança na forma de apresentação dos temas e assuntos administrativos, a criação de novos órgãos provinciais e as tão anunciadas reformas caracterizaram-se pelo conflito envolvendo setores administrativos e diferentes interesses políticos. O uso de instrumentos de comprovação positiva, como tabelas e gráficos, passaram a se constituir numa prática e compunham sempre os anexos dos referidos relatórios. Ademais, plantas, mapas, levantamentos censitários e outros meios de exposição dos temas se tornaram uma constante nos relatórios elaborados a partir de então. Outro aspecto que também chamou atenção foi a necessidade de organizar os arquivos administrativos e separá-los segundo a sua função e uso. Neste sentido, a promulgação de leis, decretos e atos, regulamentos foi uma característica marcante do período imperial.

Portanto, estamos discutindo a formação de uma rede administrativa como resultado dos avanços científicos na política de administração pública, consagrada à medida em que avançaram as formas de controle político e social do Estado nos diferentes espaços. Ou seja, consideramos que o desenvolvimento urbano observado no século XIX, aliado à multiplicação dos serviços burocráticos e de administração, ao crescimento do comércio, à progressiva eliminação do trabalho escravo nos núcleos urbanos, assim como às novas oportunidades de trabalho livre, criaram oportunidades de ascensão de novos grupos sociais. Então, as funções burocráticas e administrativas que ganharam relevo após a Independência e se multiplicaram acompanhando o processo de criação de cidades, freguesias e curatos favoreceram o processo de urbanização, notadamente na Província do Rio de Janeiro. Aliado a este processo, a integração do Brasil nas correntes internacionais do comércio, a maior distribuição de riqueza, paralelamente à formação das classes

²⁹¹ Os relatórios das diretorias passaram a constituir os anexos do relatório do presidente da Província.

médias urbanas e à melhoria do sistema de transporte, foram fatores que incentivaram as funções comerciais e de serviços nos núcleos urbanos, estimulando o desenvolvimento de muitas cidades. Ainda que a manutenção do setor agrário exportador, o reduzido comércio interno, a competição do mercado externo, tivesse limitado o desenvolvimento de muitas cidades e a ampliação dessa rede urbana, é possível detectar o peso assumido pelas atividades e setores ligados à produção interna, o que configura a montagem de uma rede de administração política no espaço da Província.

Assim, entendemos que na medida em que os órgãos de administração na Província do Rio de Janeiro foram instalados nos diferentes espaços, novas funções e usos se consagraram, paralelamente à alteração qualitativa das antigas funções. Tal processo mudou o comportamento político e econômico dos grupos, redefinindo suas formas de ação junto aos diferentes espaços de poder. Consideramos, conforme Santos (2003), que a sociedade se exprime através de processos que, por sua vez, se desdobram através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas. Como as formas são objetos, formas geográficas, jurídicas, institucionais e culturais, mesmo as formas sociais não geográficas terminam por espacializar-se, geografizando-se. Nesse sentido, cremos que as novas funções assumidas pelas localidades a partir da instalação de serviços e equipamentos provocaram mudanças na maneira de exercer uma atividade e no controle sobre as demais localidades, gerando um certo desequilíbrio que foi ao mesmo tempo quantitativo e qualitativo. Tal desequilíbrio, gerador e transformador das hierarquias, deu uma nova significação para cada lugar e espaço da Província do Rio de Janeiro.

Ressaltamos também que o processo de escolha do Estado para a instalação de um dado equipamento ou a instauração de uma atividade, ou seja, como este agente distribuiu a sua infra-estrutura, ou órgãos do poder estiveram relacionados tanto a capacidade de cooptação dos homens e instituições, como o conhecimento dos diferentes espaços. De qualquer maneira, a repartição das infra-estruturas no espaço, pela escolha daquelas que se beneficiam de um determinado setor da produção e da população foi indicativa de que a instância política decidiu consciente ou inconscientemente, as instituições e os homens, segundo características específicas sobre o espaço.

Assim reafirmamos que o sistema de cidades fluminenses constituiu o arcabouço econômico, político, institucional e sócio-cultural da Província. Sua rede urbana, constituída pelo conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte, caracterizou-se pelos fluxos de mercadorias e ordens intercambiados em função da maior ou menor densidade de estradas e infra-estruturas de mando. As relações entre as cidades fluminenses e a sua zona de influência, assim como no interior das próprias cidades, dependeram, portanto, de fatores econômicos, políticos e institucionais, mediados pelo maior ou menor conhecimento sobre os espaços. Sem dúvida que a rede urbana fluminense foi herdada do período colonial em função da instalação da administração da Coroa, mas na medida em que se ampliaram as funções do Império, na medida em que o Estado intentava construir uma nação, a conquista de novos espaços foi se constituindo como uma meta central. As cidades, portanto, tornaram-se os pólos econômicos, políticos e institucionais que viabilizaram tal processo. Obviamente que nem todos os espaços da Província fluminense compartilharam ao mesmo tempo dessas transformações, havendo áreas que se mantiveram à parte desse processo. No entanto assistiu-se, a partir do Segundo Reinado, o aumento dos fluxos de trocas no interior da Província hierarquizados segundo o poder das cidades e região, irradiando pelo território fluminense novas formas de fazer e produzir. É neste quadro que podemos dizer que havia uma rede de poder na Província, com a proposta de unificar os epicentros, localizado nas cidades de maior poder político e econômico. Tal processo vai engendrar um certo nível de complementaridade, isto é, na medida em que o poder do Estado vai se distribuindo espacialmente, redes de contato entre órgãos vão unificando as formas de mandar e produzir. Assim, a formação territorial da Província resultou na definição de âmbitos espaciais internos e externos para o controle do Estado e o desenvolvimento do comércio, reforçando a solidariedade econômica entre os diferentes espaços. Neste sentido, tal processo ampliou o papel do Estado, instaurando novas formas de legitimação do domínio territorial. Conquanto tal processo tenha sido marcado pelo conflito permanente com o poder local e de certa forma a República tivesse sido gestada em função do desconforto com o controle político e econômico do Estado Imperial, acreditamos que durante o Império esse esforço se materializou na rede de cidades que foi estabelecida. Nesse sentido somos levados a suspeitar que, na Província, as cidades que foram fundadas, associadas à rede de circulação e a de administração,

consagraram um tipo de representação e de prática espacial que tiveram um papel importante na organização de decisões institucionais e econômicas. Neste aspecto, surgiram como um projeto moderno, em vias de realização, de uma nova centralidade a do poder.

Compartilhamos, então, das análises feitas por Raffestan (1980) quando discute a idéia da rede associando ao processo de transformação de espaços em territórios, portanto como instrumento de poder. A luta pelo poder de controlar as rotas e a população aponta para a discussão sobre o processo de construção e desconstrução dos espaços, transformados em territórios, processos estes que são inacabados, pois se constituem em um instrumento de poder que está sempre se reconfigurando. O debate sobre redes nos conduz também ao conceito de território de Veltz (1996) como um espaço de controle de acesso.²⁹² Esta perspectiva ilumina o entendimento de algumas práticas estabelecidas no âmbito da Nação brasileira, sobretudo aquela relacionada à montagem de seu aparato fiscal e administrativo nas mais distantes localidades, notadamente na Província fluminense, com a incumbência de disseminar seus valores, de legitimar seu poder e de demarcar o seu território. Tal aspecto assinala a importância da política administrativa do Império já que se constituía numa das políticas estruturadoras do processo de modernização da qual faziam parte as propostas de circulação.²⁹³

Ao analisar a origem do debate sobre o termo rede, Dias (2001) se depara com os projetos de Saint-Simon e seus discípulos que empregaram tal designação para defender a criação de um Estado organizado por cientistas e industriais onde se fazia necessário criar um sistema geral de comunicação. Refutando o controle do Estado no processo de gestão do território e da economia, surgiram também projetos de constituição de um sistema de comunicação visando integrar os mercados regionais franceses. De acordo com Dias, os inúmeros projetos e discussões que são travadas no século XIX na França demonstrariam que tanto as idéias de rede como o seu papel na organização do território não nasceram no século XX. O debate realizado na França e em outros países teve repercussões no Brasil e, conforme foi apresentado, propostas de integração de mercados também

²⁹² O autor ao elaborar o conceito de território pretende identificar, nos tempos de globalização, o papel do Estado enquanto ente definidor de território.

²⁹³ Conforme assinala Fausto (1993), o período imperial foi marcado por lutas e confrontos de diferentes grupos políticos e pela acirrada discussão em torno de diferentes propostas de modernização.

foram elaboradas. Por um lado, buscando dar respostas a uma economia agrário-exportadora em franco processo de expansão e, por outro, tentando criar e integrar incipientes mercados regionais objetivando aumentar os fluxos das mercadorias produzidas em áreas que apresentavam dificuldades de conexão. Também a preocupação com a disseminação de valores civilizatórios e a cooptação de grupos políticos foram bastante ressaltadas.

Neste aspecto é ilustradora a exposição realizada pelo Ministro e Secretário do Estado Manoel Felizardo de Souza Mello que, em 1861, discorre sobre a importância de melhoramento das estradas no Brasil. Para ele, investir em estradas era essencial, pois:

“a necessidade de estabelecer uma rede de estradas menos imperfeitas, do que infelizmente possuímos, e que ligue, pelo menos numa zona lateral de dez léguas, todos os centros produtores com as artérias, que estão em construção; medida que, além de outras vantagens, traria a de fazer convergir para a cultura da terra muitos braços, e importantes capitais actualmente empregados no transporte dos productos commerciaes da lavoura” (Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas (1861: 8)

Por outro lado, o debate sobre criação de estradas conduz à discussão sobre a constituição de um mercado articulado a centros que, em função da importância social e econômica, se distinguem um dos outros. Neste caso, o debate sobre a formação de uma rede urbana está diretamente ligado aos planos de circulação.

Entendemos que no Brasil e conforme veremos, também, na Província do Rio de Janeiro, a idéia de rede já aparecia no século XVIII, porém ganhou força quando o Brasil se emancipa em 1822, já que passa a ser associada à própria constituição da Nação. Conforme iremos discutir no próximo capítulo, o processo de abertura de estradas e de alocação de infra-estrutura sinalizava a habilidade dos grupos de poder e do Estado em decidir sobre os fluxos, manifestando seu poder econômico, técnico, político e social, o que demonstra que a idéia de rede refletia a luta para o controle um espaço, mais tarde, transformado em território, conforme coloca Raffestan (1980).

Como as formas espaciais, os objetos técnicos produzidos no espaço fluminense, em particular a discussão sobre a construção de estradas e criação de cidades, resultou no período imperial em debates envolvendo atores e interesses

ligados à integração espacial que era também política, econômica e social; apresentaremos no próximo capítulo alguns planos e projetos elaborados para o Brasil e na Província neste contexto. Dos debates sobre o papel da circulação no Brasil, importa destacar dois aspectos: o primeiro relacionado à necessidade de integração do Brasil por meio de estradas e rios, considerando estes “objetos geográficos” como elementos difusores do progresso, da ordem e da civilização do país. Neste aspecto, as vias de circulação constituiriam-se em um baluarte do desenvolvimento, cabendo às mesmas o papel de conjugar os interesses políticos aos interesses econômicos. Um debate que reduz, intencionalmente, ou não, os problemas do país à questão da circulação. Por outro lado, ao frisar aspectos ligados, à direção do traçado, os elementos da natureza, como rios, montanhas, vales e as estratégias políticas, os planos de circulação se enquadram no campo da geopolítica já que destacam questões relacionadas ao espaço e o poder. Neste caso frisamos que os planos de viação fizeram e fazem parte de uma política de ordenamento territorial. Discutiremos no próximo capítulo alguns destes aspectos demonstrando como se formou a rede urbana na cidade de Campos dos Goitacazes, região historicamente vinculada à produção de açúcar e distribuição de produtos provenientes das cidades do entorno à sua região e de outras Províncias.

5. A circulação e os planos de viação e seu impacto no espaço fluminense

A promoção de políticas para promover a ligação das áreas, viabilizando a integração do território, sempre foi uma das questões discutidas pelo Estado durante a colônia e, depois, no Império. Essa preocupação no período imperial passou a ser compreendida como um dos maiores problemas políticos do Brasil e encarada como uma falha da política de administração. Estudar, investir e implementar planos visando o aumento da circulação no Brasil e no interior das Províncias tiveram destaque em termos de política pública e grandes investimentos neste setor foram realizados. Os espaços privilegiados para esse debate foram muitos, destacando-se o Clube de Engenharia, a Escola Politécnica, o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas,²⁹⁴ as Diretorias Geral e Provinciais de Obras Públicas, os espaços das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Além desses fóruns, o Conselho do Estado intervinha nas propostas de circulação, definindo as que consideravam ou não de acordo com os interesses da nação. Nesses espaços foram discutidos, elaborados planos e projetos e também fiscalizadas as obras, tanto de interesse nacional, como regional e local. No interior das Províncias, em particular a do Rio de Janeiro, foram constituídas comissões e diretorias voltadas para esse fim, designando a figura do engenheiro para atuar nesse ramo. Conforme já apontando em diversos estudos, os engenheiros tornaram-se os principais atores da política de circulação, assumindo um status político e social representativo, na medida em que passaram a ser identificados como precursores do progresso e da modernização do país.

Os planos elaborados para o Brasil durante o século XIX revelam uma aspiração pela unidade nacional, um desejo que foi traduzido também na discussão sobre a necessidade de implantação das redes de telecomunicações. Nessa linha, os planos estavam em sintonia com as políticas de desenvolvimento, de segurança e integração nacional, sem deixar de lado a sua intenção econômica e o seu desejo de levar a civilização para todos os cantos do Brasil. Como todo plano reflete a mediação técnica entre homem e natureza, a política de desenvolvimento,

²⁹⁴ De acordo com A. Tavares de Lyra (1941), o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criado pela Lei no. 1.067, de 28 de julho de 1860 e teve seu primeiro regulamento aprovado pelo Decreto no. 2.747, de 16 de fevereiro do ano seguinte. Segundo estudo realizado pelo Conselho Nacional de Transporte (1974), desde a criação deste ministério, as questões referentes à navegação fluvial eram alvo de debates, destacando-se o Decreto no. 3.749 de sete de dezembro de 1866 que franqueou a todas as bandeiras a navegação fluvial do Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro, e São Francisco, até Penedo.

segurança e integração nacional, os projetos viários podem ser entendidos como um conjunto de normas técnicas e administrativas que visam orientar e coordenar o desenvolvimento de um país. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a capital foi, via de regra, a área privilegiada do país para propostas visando a sua integração. Compreendendo que o espaço da capital representa e representava, um papel essencial para o desenvolvimento do país, a malha viária pensada para o seu território sempre convergia em sua direção, muito embora os planos ao serem executados acabassem por induzir novos usos do espaço, promovendo mudanças políticas, econômicas, sociais redefinindo, inclusive, o papel da capital.²⁹⁵

Expressando a falta de domínio técnico, em termos de transporte, o período colonial foi caracterizado pela precariedade nos meios de circulação, prevalecendo a via fluvial e marítima como a mais utilizada. Inúmeras foram as propostas pensadas e executadas pela Coroa para melhor promover o comércio e circulação do país. Zemella (1951) e outros historiadores apontam a abertura de importantes caminhos, que sob os auspícios do rei de Portugal, conduziam mercadorias e produtos para diversas regiões e que convergiram, a partir do final do século XVII, para as Gerais em função do seu dinamismo econômico. Os caminhos paulistas, já abertos quando da descoberta do metal, conduziam à região do ouro diversos produtos,²⁹⁶ os caminhos do Rio de Janeiro,²⁹⁷ tanto o Caminho Velho como o Caminho Novo²⁹⁸, constituíram-se nas principais vias de povoamento e de abastecimento das Gerais, e os caminhos baianos que ligavam o Recôncavo às cidades mineiras levando também diversos gêneros.²⁹⁹ Abertos foram, também, caminhos ligando a região Platina às Gerais voltados para o abastecimento de gado

²⁹⁵ De acordo com Benedito Silva, um plano viário pode ser classificado como ocasional, empírico e científico. O ocasional é caracterizado pela não continuidade da resolução de um problema, o empírico é o que surge como resultado de uma ação governamental e o científico pela introdução de normas e procedimentos técnicos, além do domínio de instrumentos eficazes de controle. (Brasil, 1974).

²⁹⁶ Baseando-se em Antonil, (op. cit.) indicou a autora três caminhos: o que transpunha a Mantiqueira pelo vale do Camanducaia, o caminho que passava por Mogi Mirim e o que se utilizava do Embu - o mais freqüentado.

²⁹⁷ O primeiro caminho, denominado "Caminho Velho do Rio de Janeiro" partia da cidade do Rio de Janeiro seguindo por mar até o porto de Parati. Desembarcando neste porto, ia por terra até a Serra do Mar, atingindo Taubaté, onde se entroncava com o Caminho Velho Paulista. Era um caminho considerado perigoso, pois era longo e difícil de ser percorrido em função das barreiras geográficas e porque era percorrido parte em terra e parte pelo mar.

²⁹⁸ O Caminho Novo foi a primeira via de penetração para o sertão que o governo luso mandou abrir no Brasil, com o intuito de incentivar a ocupação da região das Minas e facilitar a passagem de ouro e demais mercadorias. Representou, de acordo com Zemella (op. cit.), uma verdadeira revolução no sistema de comunicação com a região do ouro, pois diminuiu o tempo de percurso, notadamente aquele estabelecido pelo Caminho Paulista. Esse Caminho apresentou inúmeras variantes na região da Baixada Fluminense.

²⁹⁹ Dele fazia parte o rio São Francisco e seus afluentes. Os Caminhos baianos foram abertos anteriormente a descoberta do ouro nas Gerais. Em 1720, por meio de Carta Régia o rei determinava a abertura de um caminho mais curto ligando a Bahia à região das Gerais, sendo o encarregado desta tarefa Antonio Gonçalves Filgueira.

à região. Esses caminhos, articulados aos portos da Bahia, Santos e Rio de Janeiro, propiciaram um intenso movimento de trocas internas e externas. (Ver mapa 5).

Por outro lado, conforme já discutimos no terceiro capítulo, planos e projetos visando povoar o sertão e controlar o poder dos grandes latifundiários foram elaborados e, também, a preocupação com a circulação interna e a integração de cidades e vilas se colocava como um dos critérios para a escolha e implantação dos novos sítios.

Importante reter nesse processo de difusão dos caminhos, as medidas que foram tomadas pela Coroa no sentido de incentivar a ocupação de algumas áreas e, mais tarde, em inibi-la, determinando o controle e a circulação de mercadorias e pessoas em direção a uma região de grande importância econômica. Desse conjunto de medidas cabe destacar aquela referente à proibição de abertura de outros caminhos - os únicos oficiais eram o de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia - em direção às Gerais.

Um dos eventos que impulsionou o comércio interno e externo no Brasil foi a abertura dos Portos às Nações Amigas ocorrido em 1808 e, mais tarde, a Proclamação da Independência em 1822.³⁰⁰ Esses episódios marcaram uma nova fase de desenvolvimento técnico, político e social e inúmeras mudanças ocorreram no espaço brasileiro. Mobilizado por um novo estatuto político e um conjunto de demandas ligadas à pacificação da nascente nação, uma série de investimentos foi realizada, observando-se grande progresso na agricultura, no comércio, na organização política, na indústria e, também, no sistema de transporte e comunicações.

Na opinião de alguns historiadores, as primeiras idéias sobre planos de viação podem ser identificadas na Lei de 29 de agosto de 1828 que estabeleceu um conjunto de regras para a execução das obras públicas, tais como a abertura de canais, construção de estradas, pontes, calçadas e aquedutos, determinando,

³⁰⁰ Prado Júnior (1933) lembra que em função da abertura dos portos, o comércio com o Brasil, incrementado pelo Tratado de 1810, representava nove décimos de todo comércio externo português. A supressão desse privilégio desarticulou muitas das manufaturas portuguesas, pois perderam o espaço exclusivo do mercado brasileiro, o que levou Portugal a uma delicada situação econômica. Em função da crise política e econômica portuguesa, deflagrou-se a Revolução do Porto, que tinha como uma das suas propostas a recolonização do Brasil. Como desdobramento dessa proposta, uma série de insurreições nativas foi deflagrada pelos movimentos populares que se alastraram de norte a sul do país, processo que se acirrou em função da péssima situação econômica e social de grande parte da população. “É do entrechoque dessas forças, procurando cada qual fazer prevalecer suas reivindicações, que resultam os diferentes fatos que constituem o agitado período que se estende de 1821 em diante” (Prado Júnior, 1999:50).

inclusive, uma certa hierarquização na execução dos melhoramentos.³⁰¹ Após votação da Assembléia Geral e ser sancionada por Pedro I, a Lei de 1828 estabelecia em síntese o seguinte:

1º - que as obras que tivessem por objeto promover a navegação dos rios, abrir canais ou construir estradas, pontes, calçadas ou aquedutos poderiam ser feitas por empresários nacionais ou estrangeiros ou através de companhias;

2º - que as obras a serem executadas na Província da capital do Império, ou que interessarem a mais de uma Província, estariam a cargo do Ministério do Império; as que fossem privativas de uma só Província, caberiam ao seu Presidente em Conselho; as que se dessem no termo de uma cidade ou vila, seriam da alçada da respectiva Câmara Municipal;

3º - que a cada projeto de obra, deveria corresponder uma planta, um plano e o orçamento das despesas, elaborados por engenheiro ou pessoa que entendesse do assunto, na falta daquele;

4º - que a planta e o orçamento seriam afixados nos lugares públicos, de maneira que os interessados pudessem fazer observações e apresentar reclamações pertinentes ao projeto;

5º - que aprovada a planta, imediatamente abrir-se-ia concorrência pública, dando-se preferência a quem maiores vantagens oferecesse;

6º - que escolhido o empresário, lavrar-se-ia o contrato.

Em 1835, sob a Regência, portanto em um clima político marcado pela instabilidade, promulgou-se o Decreto no. 101, de 31 de outubro de 1835 que concedia autorização para construção e exploração de estradas de ferro da capital do Império para Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. No entanto, foi com a inauguração da estrada de ferro Dom Pedro II em 1851 que a necessidade de se elaborar um plano geral de viação para todo o Império foi enfatizada. Tal plano deveria se incumbir de propor a ligação do Brasil à República do Paraguai e à Guiana Francesa. (Brasil, 1971).³⁰² (ver anexo 5).

³⁰¹ Esse trabalho assinala também o Decreto promulgado em 23 de outubro de 1832 que organizava a navegação dos rios Doce e Jequitinhonha, a abertura de estradas e a reparação das mesmas em direção a Província de Minas Gerais sobre um plano de viação.

³⁰² Ressalta-se o decreto no. 159, de 15 de janeiro de 1890 que determinava providências para organização de um plano de viação federal e o Decreto no. 524, de 26 de junho de 1890, estabelecendo regras para a concessão de estradas de ferro.

No período regencial, o Conselheiro José Silvestre Rebelo, no ano de 1838, elaborou o plano de viação denominado “Plano Rebelo”. A idéia central desse plano era construir três estradas reais que, partindo da cidade do Rio de Janeiro, atingiriam o Sudeste, o Noroeste e o Norte do país. Esse plano, considerado por analistas em transporte como irreal para época, pode ser considerado uma contribuição teórica importante na discussão sobre a necessidade de integração nacional. (Brasil, 1974). (ver anexo 6).

No ano de 1869 o engenheiro militar Eduardo José de Moraes criou um plano para melhor aproveitar as vias navegáveis do país. Realizando um estudo das principais bacias demográficas do Brasil, assinalava este estudo a potencialidade de uso dessas vias por meio de canais de partilha, investimento que possibilitaria desenvolver uma vasta rede de navegação fluvial, facilitando a comunicação em vários pontos do país. Questões relacionadas à segurança nacional e controle de fronteiras e o acesso a Províncias do Norte, Centro Oeste e Sul, até então fragilmente conectadas foram privilegiadas nesse plano. Por outro lado, este estudo indicava a necessidade de integrar as regiões do Nordeste à capital do Império, articulando o sistema fluvial ao trecho ferroviário já existente. (ver anexo 7).

Preparou-se no ano de 1874/1882 pelo engenheiro Ramos de Queiroz um esboço de plano de viação geral para o Império do Brasil. Nesse, a proposta era integrar o sistema fluvial ao ferroviário com o objetivo de articular o litoral com as demais regiões localizadas no interior e, também, permitir a conexão das capitais das Províncias. O segundo estudo apresentado pelo engenheiro em 1882 destacava a missão civilizadora das estradas e a sua importância para o progresso do país.

“Se o governo não descurasse os exemplos, os conselhos da história, se pensasse que a grandeza deste país está de tudo, na integridade de seu território; se olhando para o futuro, soubesse que a má direção das vias de comunicação é causa de grandes perturbações na vida econômica e social dos Estados, com certeza a política dos nossos governos seria muito outra da seguida até hoje, em relação assunto tão complexo, tão cheio de complicações e escolhos” (Brasil, op cit, apud Plano Queiroz, 1882)

Destacando os diferentes fins que as estradas se destinavam - econômicos, políticos, comerciais, sociais, pessoais e estratégicos, tal plano afirmava a importância da construção de estradas para atender ao maior número de fins, ressaltando, no entanto, o fim econômico. Com essa perspectiva propôs o

investimento no rio São Francisco - um ponto que considerava de referência - para a convergência das estradas de ferro e o aproveitamento de seus trechos navegáveis. Essa possibilidade integraria Províncias localizadas no litoral e no interior, ligando o Amazonas e o São Francisco e, pelo interior do Brasil, doze capitais do Império. A sua proposta também incluía a ligação dos rios da região Sul ao Centro Oeste, integrando áreas pouco articuladas naquele contexto. Na concepção do autor, a comunicação das quatro regiões por intermédio de artérias gerais ligadas às capitais das Províncias, garantiria a representação política das mesmas e, também, a integridade do país. (ver anexo 8).

Elaborado em 1874 pelo engenheiro André Rebouças, outro plano de viação propunha a comunicação do Brasil por via férrea, do Atlântico ao Pacífico, a partir de estradas que ligariam o Brasil em sentido leste-oeste. Projetando um sistema de paralelas e convergentes, sugeria a criação de dez linhas transversais paralelas à base do triângulo - sendo a base o Amazonas - e seis vias troncos convergentes que sairia do alto do Amazonas e as demais bacias hidrográficas, como a Paraná-Araguaia, São Francisco- Tocantins, São Francisco - Gurgéia. (ver anexo 9).

Realizado no ano de 1881, organizou-se o Plano Bicalho de autoria do engenheiro Honório Bicalho. Sua idéia era integrar as vias fluviais e ferroviárias no sentido leste-oeste, utilizando o rio São Francisco, Tocantins e demais afluentes. Com o objetivo de integrar a região Nordeste com o centro do país, propunha a instalação de um tronco misto, prevendo a criação de vias férreas e fluviais que, partindo do Rio de Janeiro, conectaria as regiões Nordeste e Norte. Também partindo do Rio de Janeiro, definia a constituição de uma região central - Grande Central - Sul que seria formada a partir da ligação por via férrea e fluvial à região Sul. Por fim, a partir de um tronco misto no Paraná - aproveitando os rios Paraguai e seus afluentes - e construindo um pequeno trecho terrestre, propunha a integração dessa região ao Amazonas.³⁰³ (ver anexo 10)

Criado por uma comissão designada em 1882 pelo Clube de Engenharia foi elaborado por três engenheiros – A. de Oliveira Bulhões, Ferino José de Melo e Jorge Rademaker Grunewald - um plano geral de viação que ficou conhecido como

³⁰³ Esse plano significou uma reação à mentalidade ferroviária que predominava neste contexto, admitindo a possibilidade de articulação do sistema ferroviário ao fluvial. (Brasil, 1971)

“Plano Bulhões”. Pouco diferiu tal estudo do anterior, apresentando, no entanto, com maior destaque as ligações férreas. Sugeriu a implantação de quatro troncos, a saber: Leste-Oeste, Norte-Sul, Noroeste e Centro-Sul, que possibilitariam a integração das regiões por meio dos rios e das vias férreas. O plano previu também a necessidade de modificar a legislação relacionada à comunicação no sentido de agilizar as decisões do governo central e dar maior operacionalidade ao sistema de transporte. (ver anexo 11).

No ano de 1886 foi apresentado pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - Rodrigo Augusto da Silva - o plano de viação “Augusto da Silva”. Esse plano, levantando os problemas nas vias de comunicação existentes, em particular nas estradas de ferro, tinha como proposta expandir o sistema ferroviário, possibilitando a ligação da Corte às demais capitais, como por exemplo a de Belém. Outros planos foram elaborados após a Proclamação da República, dando continuidade ao debate profusamente discutido durante o Império, notadamente as questões relacionadas ao poder da federação ou da nação em decidir sobre o traçado das vias. (ver mapa 12)

5.1. A POLÍTICA VIÁRIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

O debate sobre os meios de melhor promover o progresso da Província esteve intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento das suas vias de comunicação. Nesse sentido, desde o primeiro presidente da Província que iniciou a gestão da Província em 1835, Dr. Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, foi mandado organizar uma comissão ou diretoria que tinha como propósito planejar um sistema de estradas para atender aos objetivos de toda a Província. Tal diretoria ficaria responsável pela fiscalização dos consertos e reparos das estradas e canais sob responsabilidade das administrações locais e encarregada de examinar todos os planos das obras projetadas, averiguando a direção das estradas que fossem abertas, o estudo das estatísticas e a natureza do terreno. Nesse sentido, afirmava Itaboraí que:

“(...) o melhoramento de estradas e pontes he hum dos fins para que a Assembléa Legislativa Provincial pode com mais vantagem publica usar das facilidades que lhe concede o & 3º do artigo 11 da Carta de Lei de 12 de agosto de 1834” (Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1835: p.31)

Nesta perspectiva, o presidente Itaboraí, apontando um conjunto de prioridades para a construção de estradas, pontes e canais com vistas a facilitar o transporte mais rápido de produtos da agricultura, afirmava a necessidade de realização das seguintes obras na Província do Rio de Janeiro:

a) Para o Termo de Maricá e demais municípios vizinhos: abertura de um canal para ligar a Lagoa de Araruama a de Taipú e essa com a Lagoa de Saquarema e outras intermediárias, possibilitando a comunicação com o município de Maricá.

b) Levantava a importância de dessecar os pântanos e restituir a agricultura na vila de Campos e impulsionar o trânsito entre as lagoas da região, comunicando essa vila à Lagoa Feia, através do rio Uruguai e, por meio deste outras lagoas, viabilizando a comunicação com o rio Paraíba do Sul. Tal obra integraria a vila com a região de Macaé, facilitando a indústria e o comércio do país e a exportação de produtos de Campos em direção ao Rio de Janeiro. Também a abertura de um canal ao norte do Paraíba, comunicando tal rio à localidade denominada de Brejo Grande, possibilitaria o transporte de produtos advindos do sertão do Nogueira. A necessidade de fazer reparos em uma Muralha localizada na beira do Paraíba do sul, além de obras de alocação de infra-estrutura em sua vila também foi levantada.

c) Na vila de Cantagalo, localizada na confluência dos rios Grande e Bengallas, recomendava a abertura de um canal entre esses dois rios para possibilitar a sua comunicação com o município de Campos, ampliando ainda mais a riqueza produzida nesta região. Argumentava o presidente que tal obra facilitaria o transporte de produtos de sua indústria para o Rio de Janeiro.

d) Com relação à vila de Itaboraí, afirmava a necessidade de reedificação de pontes para a passagem nos rios Cassaribu e Tangua e a construção de novas pontes sobre o rio em uma aldeia que conduzisse Itaboraí à Praia Grande e uma para a fazenda dos Duques. Mencionando também outras obras que facilitariam a comunicação com a vila de Itaboraí, alegava o presidente a necessidade de junção de inúmeros rios dessa região, tornando-os navegáveis, obra que facilitaria a condução dos produtos localizados nos distritos de Itaboraí e seu entorno ao Porto das Caixas, localizado no distrito de Magé.

e) Autorizava o gasto de 6:000\$000 para a construção de uma estrada ligando a vila de Macacú ao Porto das Caixas e julgava também necessário, o

investimento em construção de pontes sobre rios localizados na região do entorno desse município.

f) Para o distrito de Magé comunicava a necessidade de consertar a ponte do Cambucá sobre o rio do Ouro localizado na freguesia de Suruhy e o reparo de ponte na freguesia de Inhomirim, além de outras pontes.

g) Para a vila de Praia Grande recomendava a construção de pontes sobre inúmeros rios e promover melhoramentos nas estradas.

h) No município de Parati designava por consignação, o conserto na estrada da Serra de Parati e reclamava que esta consignação não estava sendo paga há oito meses por causa da indefinição sobre o responsável pela obra.

i) Autorizava para Ilha Grande uma consignação no valor mensal de 400\$ reis para o conserto de estrada ligando a vila à São João Príncipe, Resende e Bananal e colocava a necessidade do conserto em pontes localizadas em vários trechos.

j) Para a vila de Mangaratiba o presidente ressaltava a importância dos consertos de uma estrada que ligava a localidade denominada Sacco ao Alto à Serra do Mar, tendo em vista o desenvolvimento do café no distrito de São João Príncipe e alegava a maior conveniência de transportar o produto primeiramente para o porto de Mangaratiba. Com relação à estrada que desde Mangaratiba seguia em direção a Itaguaí, também julgava a necessidade de investimento, tendo em vista a importância dessa comunicação e do comércio entre essas regiões.

l) No caso da vila de Barra Mansa, além de obras como a construção de cadeias e casa de Câmara, recomendava a construção de pontes sobre o rio Paraíba visando facilitar a comunicação dos habitantes que ficaram separados na divisão do Termo dessa vila.

m) Com relação à Câmara de Paraíba do Sul, levantava também a importância de construir uma ponte sobre o rio Paraíba e a instituir uma taxa para a passagem sobre esse rio.

n) No caso de Valença e Resende sugeria, também, a cobrança de passagem por barcos sobre o Paraíba, além de abertura de uma estrada em direção a Ariró no termo da Ilha Grande.

Para o presidente, os habitantes de “cima da serra” eram os mais penalizados pela a falta de comunicação, pois segundo ele:

“além de travessarem íngremes montanhas, tem de percorrer bom numero de legoas para trazerem ao grande mercado do Rio de Janeiro seus valiosos productos. He por isso que devem merecer os mais constantes desvelos o estabelecimento e conservação de estradas; que facilitem a comunicação com aquella fértil porção da nossa bella Provincia” (Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1835, p.26).

Considerando a importância de investimentos nessa área, o presidente encarregou um corpo de engenheiros para realizar um estudo visando melhorar a sua comunicação e, como resultado desse trabalho, os profissionais indicaram a necessidade de aplicação de recursos na região para a construção e reparos de pontes e estradas, sobretudo a de Estrelas, que era a mais freqüentada da Província. Dando prosseguimento ao seu discurso, afirmava que um dos maiores obstáculos para a construção de estradas era a dificuldade dos viandantes em pagar taxas para transitarem pelas mesmas. Para ele, esse problema era decorrente do péssimo estado das vias de comunicação da Província e, também, da falta de profissionais para cobrarem tais impostos. Aliado a isso, levantava a falta de segurança que deixava muitos desses cobradores expostos à violência e resistências dos passantes.

A Lei no. 35 de 6 de maio de 1836, que determinava o orçamento da Província para os anos financeiros de 1836 a 1837, estabelecia em relação às obras públicas que a sua diretoria ficaria incumbida de aprovar os melhoramentos de maior interesse para a Província, com especial atenção para aquelas que estavam em andamento. Nesse sentido, conforme indicado acima, foram enumeradas as estradas, canais e pontes onde investimentos seriam priorizados.³⁰⁴ Conforme notamos, a maioria das vias e localidades ressaltadas fazia ligação dos portos viários do recôncavo da Guanabara e os de Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, com o interior da Província, com o vale do Paraíba paulista e com a mata mineira, pelo Paraíba do Sul ou por Cantagalo. De acordo com o que foi priorizado em termos de obras, conclui-se que a Província era pensada em termos transversais e não longitudinais, ao longo do Paraíba, conquanto decretos promulgados ainda no

³⁰⁴ As estradas eram: Estrada Geral de Cantagalo, Estrada da Serra de Estrela, Estrada de Itaguaí, Estrada da Polícia, Estrada do Comércio, Estrada de Mangaratiba a São João do Príncipe, Estrada de Angra dos Reis a Resende por Bananal e Áreas, Ponte sobre o rio Casseribu, Canal do Nogueira em Campos dos Goitazes, Ponte sobre o rio Paraíba do Sul, Muralha do Paraíba em Campos dos Goitacazes, conserto na estrada Velha da Serra de Parati, reedificação da ponte sobre o Paraíba em Resende.

ano de 1836 indicassem as medidas necessárias para melhorar a navegação na barra de Campos viabilizando o livre trânsito das embarcações do alto mar e a elaboração de um plano de obras com o objetivo de empregar os meios mais adequados para a execução das mesmas, bem como o orçamento e despesas necessárias. Ainda no ano de 1836 foi promulgado o decreto no. 41 de 9 de maio, estabelecendo que o presidente da Província estava autorizado a realizar plano e orçamento de todas as obras que considerassem mais importantes para o desenvolvimento da Província, o levantamento das plantas das pontes sobre os rios Guaxindiba em diversas localidades, acompanhado pelo orçamento de despesas, o estudo da navegabilidade do rio Itaguaí, o exame da estrada de Capivari a Cabo Frio, o estudo da planta e orçamento da estrada de Cantagalo a Campos dos Goitacazes visando o desenvolvimento de lugares mais vantajosos e dos rios Iguá e Várzea para investigar a possibilidade de comunicação e navegação, o exame da estrada da Mambucaba pelas serras da Bocaina a Lorena e o plano e orçamento da despesa para que fosse melhorada a estrada de Niterói a Maricá, através do morro da Paciência.

Em 1840 o presidente Paulino José Soares de Souza apresentou detalhadamente as obras de circulação no interior do Rio de Janeiro. Em decorrência de uma nova forma de administração deste setor, a Província foi dividida em quatro seções e as obras de construção de estradas, pontes e aterramentos ficaram subordinadas à administração de engenheiros que se encarregariam de cada seção, de supervisionar as respectivas obras, levantando o que foi executado, o que foi feito e os problemas nos contratos. O presidente considerava que as obras implementadas pelo governo provincial (por administração) eram mais dispendiosas e demoradas do que as realizadas por meio de arrematação. Levantava, no entanto, a necessidade de melhor organizar esse serviço para que as obrigações dos contratantes ficassem claramente estabelecidas.³⁰⁵ Neste aspecto, considerava que o estabelecimento da diretoria de obras públicas contribuiu significativamente para o desenvolvimento deste ramo na Província, apesar de levantar os problemas que a mesma enfrentava para organizar um sistema de estradas.³⁰⁶ Com essa perspectiva,

³⁰⁵ Mesmo julgando a importância de ampliar a fiscalização por parte do governo e de adotar métodos mais racionais neste setor, Paulino afirmava que na escolha dos arrematantes fosse considerado não apenas o preço oferecido pelos mesmos para execução de uma obra, mas o seu prestígio e reputação.

³⁰⁶ Um dos problemas apontados era a grande demora na sistematização de estudos tendo em vista a mudança sistemática dos presidentes da diretoria de obras, além da falta de contato dos engenheiros encarregados de cada seção. Tendo em vista estes problemas, colocava a necessidade de reformar a Lei que criou esta diretoria,

julgava indispensável a contratação de profissionais habilitados para exercerem tais serviços, afirmando que:

“talvez com muito proveito, pudessem prestar os serviços de obras publicas os aspirantes a engenheiro, sob as ordens e segundo as instruções dos respectivos chefes de seções dos condutores de pontes e calçadas na França. Contribuindo para formar arrematantes hábeis em todos os ramos das obras publicas.” (Relatório do Presidente da Província, 1840:63)

Dizia Paulino que o serviço de obras públicas era um dos mais importantes ramos da administração e que o desenvolvimento de um país estava diretamente vinculado à definição de regras organizadas neste setor.

“A vós, snrs; toca o fundar e desenvolver o nosso direito administrativo, pelo que toca as obras publicas a cargo dos cofres provinciaes, quer sejam feitas por administração, ou por arrematação, afim de que possam ser levadas a effeito com systema, ordem proveito e economia. (Relatório de Presidente da Província, 1840: 63).

No ano de 1842, assinalava o presidente que vultuosos gastos foram feitos para melhorar a navegação dos rios e lagoas, no entanto solicitava maiores recursos e a criação de uma seção na diretoria de obras para incrementar a navegação no interior da Província através de seus rios e lagos. Com relação às estradas, os seguintes esclarecimentos foram dados à Assembléia:

a) estrada de Itaguaí – com trânsito seguro na divisa com o Município Neutro, precisava de reparos no trecho que se dirigia ao alto da serra.

b) estrada de Mangaratiba - colocava a necessidade de maiores investimentos e sugeria que as arrecadações das barreiras fossem utilizadas para viabilizar tal empreendimento. Informava que já tinha realizado a arrematação desta estrada e tal processo havia sido aprovado pela diretoria de obras.

c) estrada da Pedra e São João D'Oliveira - dizia que tinha destinado recursos da barreira da Pedra para viabilizar os melhoramentos necessários.

d) estrada da Mambucaba – tinha realizado o exame e o reconhecimento da obra e, com o seu progresso, informava a necessidade de levantar uma ponte

extinguindo o cargo de presidente e obrigando os chefes de cada seção a se reunirem com o Presidente da Província, sempre que uma obra envolvesse negócios importantes. Além disso, sugeria a organização do arquivo nessa diretoria dirigido por um engenheiro e a sua separação do arquivo da secretaria do governo.

sobre o rio Mambucaba e estabelecer uma barreira para elevar a consignaçoã dessa obra.

e) estrada de Mato Grosso – comunicava o péssimo estado e a dissoluçã da comissão administradora constituída por fazendeiros, substituindo-os por outros. Informava a abertura de picadas que encurtaram caminhos dessa via.

f) estrada do Rodeio – informava que o contrato estabelecido com um cidadão incumbia-lhe de construir pontes de pedra e cal.

g) estrada da Polícia – em função da importância desta estrada, dizia que tinha contratado um coronel e operários para realizarem inúmeros consertos, tais como: alargamento, conservação de valas, reparos na serra.³⁰⁷

h) estrada do Comércio - informava que a parte plana, compreendida entre a raiz da Serra do Tinguá e a vila de Iguaçú estava em bom estado, apresentando inclusive esgotos subterrâneos. Por outro lado, lamentava que apesar das enormes despesas realizadas nesta estrada ainda não se podia transitar de carruagem devido ao elevado declive da Serra, condenado-a a não servir para animais de carga.

i) Pontes e pontilhões – colocava a necessidade de reparação de inúmeras pontes tendo em vista a importância do trânsito de vários gêneros.³⁰⁸

i) estrada da serra do Couto – dizia que estava pronta meia légua de extensão e que os contratos tinham sido estabelecidos para construção de pontes e a sua manutenção.³⁰⁹

j) estrada dos Três Córregos do posto Novo do Cunha – comunicava que estava concluída a primeira porção desta estrada, possuindo vários pontilhões e pontes bem construídas sobre o rio Preto.³¹⁰

³⁰⁷ Dizia que o trecho compreendido entre o alto da serra dos Botaes, realizado por Lucianno Leite Ribeiro e por Joaquim José Teixeira Leite, tinha sido sustado.

³⁰⁸ Estae caminho era uma variante do chamado Caminho Novo. Tinha sido aberto por uma determinação da Junta do Comércio do Rio de Janeiro em 1820 sugerindo a construção de uma estrada que, partindo de Iguaçú, dirigia-se a leste municípios da serra até alcançar Vassouras. Era o caminho preferido para as boiadas e varas de porcos.

³⁰⁹ Informava que esta estrada estava sob responsabilidade do Tenente Coronel Custodio Ferreira Leite e seu irmão Francisco Leite Ribeiro. Também colocava que tinha firmado contrato com o tenente coronel José Pinheiro de Souza Vernek a qual se obrigava durante quatro anos, a contar de 1840, a conservar em bom estado a porção da estrada compreendida entre a encuzilhada com a estrada do Commercio e a ponte do rio do Alferes na fazenda do Pau Grande.

³¹⁰ Informava que uma comissão constituída pelo brigadeiro Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, o padre Manoel Dias Codeço e Luiz de Souza Brandão recebiam uma consignaçoã mensal para empreenderem tais melhoramentos.

l) estrada velha da Estrela – informava que as obras progrediam, sobretudo após contratação de africanos livres para a realização dos trabalhos de extensão.

m) estrada normal da Estrela – dizia que não tinha aparecido nenhum arrematante para contratar a empreitada e em função disso o governo tinha resolvido assumir a sua administração.

n) estrada do Porto das Caixas a Cantagalo – colocava que estavam péssimos todos os três caminhos que conduziam a vila de Nova Friburgo a Cantagalo. Informava que estava investigando uma nova picada para encurtar tal caminho e dizia que se fosse possível iria ordenar a sua abertura.

o) estrada do Cantagalo a Macaé - comunicava que os trabalhos de construção desta estrada estavam divididos em seções e executados regularmente.

p) estrada que de Niterói conduz a Maricá – dizia que estava se deteriorando por causa dos arrematantes que não estavam cumprindo as suas obrigações contratuais.

q) estrada do morro da Viração – informava que consertos e providências estavam sendo tomados para viabilizar a sua conservação.

r) estrada do morro do Cavalão – mesma providência da anterior.

s) estrada de Campos a Niterói – dizia que era a principal estrada da 4ª seção, mas a que apresentava maior incômodo aos viandantes, sobretudo na ocasião das chuvas.

t) estrada de Niterói a Cabo Frio – em função das inúmeras direções desta estrada, o presidente informava que o seu trânsito nos momentos de chuva não ficava interrompido, mas que o trecho de Cabo Frio a Campos era muito perigoso, oferecendo riscos de vida aos passageiros.

u) Pontes: sobre o rio Carrapato na lagoa de Carapebus, sobre o rio Uruguai, da Vala, barco de passagem sobre o rio Macaé, entre outras. Informava os serviços realizados e os necessários a fazer.

Neste relatório constava a existência de 12 barreiras localizadas nas estradas da Estrela, Parati, Comércio, Mangaratiba, Itaguaí, Mato Grosso, Rodeio, Mambucaba, Pedra, Polícia, Cantagalo e na Ponte do Desengano. Os valores arrecadados sob a rubrica “direito de portagem” eram, por ordem de importância: na barragem da estrada da Polícia (15:000\$000), na Estrela (12:000\$000), na Pedra (8:000\$000) e no Desengano (8:000\$000). Através do que era arrecadado pelo

imposto das barreiras notamos a capacidade de controle do tráfego das mercadorias e pessoas que transitavam pela Província e a importância das vias em função da sua maior ou menor circulação. De acordo com a tabela 17 podemos perceber que o referido imposto teve grande incremento a partir de 1842, embora seus rendimentos não variassem de forma significativa a partir de então, observando-se em alguns anos a diminuição dessa renda. Assim, a partir de 1870 tal imposto teve uma queda representativa, o que indicava a diminuição do trânsito em algumas estradas e, também, os investimentos nas vias férreas.

Tabela 17 - Arrecadação orçada do imposto de passagens de rios, pontes e barreiras

| Ano financeiro | Valor arrecadado |
|----------------|------------------|
| 1841-1842 | 60:413\$240 |
| 1842-1843 | 137:733\$833 |
| 1843-1844 | 146:445\$829 |
| 1844-1845 | 134:478\$523 |
| 1845-1846 | 131:125\$450 |
| 1846-1847 | 127:936\$348 |
| 1847-1848 | 114:069\$966 |
| 1848-1849 | 135:751\$341 |
| 1850-51 | 157:560\$000 |
| 1856 | 156:728\$488 |
| 1860 | 167:938\$660 |
| 1864 | 169:091\$000 |
| 1871 | 76:713\$952 |
| 1875 | 71:269\$712 |
| 1881 | 49:654\$108 |
| 1886 | 33:770\$246 |

Fonte: Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1850, 1851, 161,1864, 1865,1875,1881 e 1886. Organizado pela autora.

Por outro lado, podemos notar através do quadro 1 um número significativo de canais, estradas e pontes na Província, o que sinalizava a existência de um tímido trânsito intraprovincial de produtos e pessoas. Comparando as estradas, pontes e canais descritos e as relacionadas pelos presidentes da Província nos seus respectivos relatórios, sugerimos que as de maior importância para a Província eram assinaladas. Ressaltamos que a inclusão e investimentos de algumas estradas em detrimento de outras na pauta de discussão e prioridades dos administradores provinciais estava relacionada ao poder das Câmaras Municipais. Neste aspecto, cabe destacar que a pressão das localidades se tornou mais expressiva nos anos subsequentes quando começaram a aparecer nos relatórios o item “municipalidades”, através do qual as Câmaras enviavam os seus pedidos para o presidente da Província e o mesmo se pronunciava junto à Assembléia.

Quadro 1 - Canais e pontes existentes na Província do Rio de Janeiro até o ano de 1848

| | |
|--------|---|
| Canais | 1) Campos, 2) Macaé, 3) Nogueira (Campos a Lagoa do Fogo), 4) Itaguahy (Francisco José Cardoso), 5) Bracuy, 6) Vala Navegável de Cacimbas, 7) Canalização das Lagoas de Araruama e Cabo Frio, 8) Campos a Macaé, 9) Comunicação do rio Utum com Iguassu |
| Pontes | 1) rio Sarapuhý, 2) rio do Ouro, 3) rio Santa Anna, 4) Itaguahy, 5) Ribeirão das Lages, 6) Bananal em Piraque, 7) Guandu no Bananal, 8) Desengano, 9) Piraí, 10) Paraihyba, 11) Bonga, 12) rio Casseribú, 13) Teixeira, 14) Três pontes na freguesia de Santa Anna, 15) rio Campino, 16) ribeirão dos Fernandes, 17) córrego da Olaria, 18) córrego do Sêcco, 19) rio Paraíbuna, 20) Japuíba, 21) Ribeirão das Lages, 22) Rio Batatal, 23) Pontilhão no rio Moreré, 24) Rio Maranhão, 25) Rio Preto, 26) Estrada da Polícia, 27) 11 pontilhões e uma ponte no córrego Fundo, 28) pontilhão sobre rio Bonito em Vassouras, 29) rio Carrapato na lagoa de Carapebue, 29) rio Ururay, 30) passagem sobre rio Macaé, 31) rio Santo Antônio em Nova Friburgo, 32) Banquete, 33) Pirapissu, 34) |

| | |
|----------|--|
| Pontes | Maturana, 35) Monte Negro, 36) rio Sarapó, 37) Village, 38) rio Parahiba no poço da Espuma, 40) rio Ingahiba, 41) rio Ingahiba. |
| Estradas | <p>1-Nova da Estrela</p> <p>2-Velha da Estrela</p> <p>3-Normal da Estrela</p> <p>4-Geral de Itaguaí</p> <p>5- De Itaguaí à Serra do Picú a Estrada do Presidente.</p> <p>6- Estrada do Cantagalo a Macaé.</p> <p>7- Da Polícia ao Rodeio.</p> <p>8- Do sertão de Muriaé e a cidade de Campos</p> <p>9- Estrada provincial de Mangaratiba</p> <p>10- Estrada de Itaguaí</p> <p>11- que conduzia São João Príncipe a Mangaratiba</p> <p>12- Comércio</p> <p>13- Cantagalo</p> <p>14- Angra dos Reis</p> <p>15- Mangaratiba</p> <p>16- Angra dos Reis para Bananal</p> <p>17- Velha de Parati</p> <p>18- Cabo Frio a Capivari</p> <p>19- Marica</p> |
| Estradas | <p>20- Campos</p> <p>21- Da vila de São João Príncipe.</p> <p>22- Da Polícia</p> <p>23- Da Polícia e dos Botaes</p> <p>24- Do morro das Febres</p> <p>25- dos Botaes</p> <p>26- no lugar denominado Poço da Espuma</p> <p>27- Paraíba até a serra do Baptista</p> <p>28 - de Cesárea</p> <p>29- Ariró</p> <p>30- João Luz até o alto de Quissaman</p> <p>31- na serra do Sorovão</p> |

| | |
|----------|--|
| Estradas | 32- Estrada do Mar de Hespanha 33- Campos a Niterói 34- no brejo do Imbuí 35- do porto da Piedade 36- Atalaia em Niterói 37- Mambucaba 38- da serra do Couto 39- do Vernek 40- dos três córregos ao ponto novo do Cunha 41- do porto de Caixas a Cantagalo 42- de Niterói conduz a Marica pelo mato da Paciência 43- morro da Viração 44- Campos conduz a Niterói 45- Picú 46- Empresa dos Leites 47- de Piraí a Barra Mansa 48- Barra Mansa, Resende à serra do Picu 49- Mato Grosso 50- Aterrado da Vargem 51- das Serras da Pedra de João de Oliveira 52- Japauhyba 53- Magé a Ponte da Sapucaia – conduz a Magé às próximas do Mar de Espanha 54- Minas pelo Carangola 55- Morro do Cavalão |
|----------|--|

Fonte: Relatórios da Províncias 1835-1850.

Aureliano Coutinho, presidente da Província em 1844, informava as modificações no ramo de obras públicas em função da lei no. 316 de 13 de abril de 1844 que aboliu a diretoria de obras e autorizava o governo a empregar os engenheiros conforme julgasse mais conveniente. Reconhecia que era precária a maneira como estavam sendo realizados os serviços nesta diretoria, pois além das seções serem de tamanhos desproporcionais, eram insuficientes para controlar o serviço de obras em toda a região. Tendo em vista tal quadro, propunha a ampliação

do número de seções e que realizasse um levantamento de todas as obras executadas ou projetadas. A proposta de Aureliano, que incluía além da ampliação dos distritos a nomeação de uma junta diretora e inspetora de obras, constituída por profissionais com atribuições próprias, foi rejeitada pela Assembléia, a despeito do presidente assinalar a importância de melhor organizar este serviço.

Em 1850, a diretoria de obras públicas, já restabelecida, foi ampliada, passando a existir sete seções. Neste sentido, as despesas neste ramo aumentaram em decorrência desse acréscimo das seções e do número de profissionais. Adotaram-se também, segundo o presidente da Província, novos critérios para fiscalizar as obras realizadas. Utilizando-se desses novos critérios, apresentou o presidente os consertos e obras concluídas nos sete distritos, sendo distinguidas as obras realizadas pelo governo (por administração) e as que foram arrematadas por particulares através de contratos.

No primeiro distrito foram realizadas obras na estrada Geral de Itaguaí, na de Mangaratiba, na da Pedra e de João de Oliveira, na de Mambucaba, na Velha da Serra de Parati, além de reparos na ponte no Porto de João Gomes, no aterrado da Praia do Sacco em Mangaratiba, no Atalho da vendinha ao Passa Trez e na ponte sobre o Rio Ingahiba. No segundo distrito foram realizados consertos no caminho entre o Catumby e o ribeirão das Lages, em Bocaina do Mendes informava a conclusão da estrada e da ponte do Paraíba e na estrada Nova de Resende ao Ariró,³¹¹ a conclusão da ponte do Ribeirão das Lages e na estrada do Presidente, na barca de passagem do Porto Real, na estrada do Comércio e na da Vila de Iguazu. Na estrada do Rodeio foram realizadas obras para desobstruir os rios e melhoramentos na estrada da Serra, na ponte do Ribeirão do Pocinho e no rio Pavuna, na estrada da Polícia. No terceiro distrito foi autorizado a Câmara municipal de Vila de Iguazu a consertar a ponte do Taquaral, da Sacra Família do Tinguá e o orçamento da ponte do rio Paraíba. No quarto distrito informava obras de corte no Morro da Tapuca com objetivo de estabelecer comunicação com a Praia das Flexas e de Icaraí. Comunicava que já estavam sendo construídas as muralhas do lado da Praia das Flexas, a da gruta da Tapuca e a de descida para Icaraí. Um aterrado na

³¹¹ Segundo Whatlly (1987) esta estrada foi aberta em 1831 por Domingos Gomes Jardim que era juiz de paz e um dos maiores cafeicultores de Resende. Tal estrada reduziu em menos de um terço o tempo levado para o transporte do café até os portos de Angra. No ano de 1831, a Câmara de Resende solicitava ajuda para a conclusão da obra ao governo imperial. O governo provincial argumentava a impossibilidade de ajudar e propunha que os fazendeiros dessem prova de seu patriotismo realizando tal empreitada. Nesta linha sugeriu que o município organizasse a cobrança da taxa de barreira para auxiliar nos serviços.

extensão das muralhas e outro desde a Tapuca até perto do campo do Ingá também tinham sido feitos.³¹² No quinto distrito apontava os consertos na ponte do Gamboa em São Fidelis, os reparos na barca do rio Macaé e a limpeza no rio Paraíba. Em Campos a Macaé comunicava a conclusão de 2,578 braças do canal e a limpeza do rio São Pedro em Macaé.³¹³ No sexto distrito realizaram-se consertos nas estradas de Cantagalo,³¹⁴ na de Cantagalo a Macaé e na de Cantagalo a São Fidelis.³¹⁵ Informava que foram consertadas pontes e pontilhões na estrada do Porto das Caixas e autorizada a construção de seis pontilhões na estrada Geral de Cantagalo ao Porto das Caixas, além da limpeza em vários rios. No sétimo distrito consertos foram feitos na estrada normal da Estrela, nas pontes do Cedro e a do Penedo e, por fim, o empedramento das braças existentes entre a ponte do Cedro e na serra.³¹⁶ Informava que o canal de Magé foi escavado da bacia até o nível do mar, mas que faltava ser aprofundado. Após dar satisfações sobre os serviços de obras prestados pelo governo e por arrematação, mencionou os diversos atos legislativos elaborados no ano de 1849 com o fim de realizar melhoramentos em vários pontos da Província.

Informava também o presidente que o serviço de barreiras estava quase que completamente arrematado, restando apenas as da estrada de Mambucaba devido à reforma porque estava passando. Afirmava ainda que a Província estava lucrando mais com o serviço de arrematações das barreiras do que quando eram administradas pelo governo.

Em 1853, o conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, presidente da Província, informava que tinha mandado organizar todos os ofícios relacionados às obras públicas visando fazer um resumo histórico. O objetivo era esclarecer quando cada obra tinha iniciado, os planos que tinham sido elaborados, o orçamento e dispêndio feito e quais os engenheiros ou responsáveis que estavam encarregadas

³¹² Colocava o presidente que estes trabalhos tinham sido realizados com o valioso auxílio de uma subscrição agenciada por João de Almeida B. Souza, morador de Ingá, além de outras habitantes. Como obras necessárias apontam a do cais de Martim Afonso na passagem de Muruí na estrada Geral para São Gonçalo, a ponte sobre o Imbuassú, a reparação da ponte do Alcântara e do rio da Aldeia e outros consertos na estrada de Itaboraí.

³¹³ A câmara de Campos solicitava a abertura de nova ponte do Gamboa sobre o Vallão na freguesia de São Fidelis e uma nova ponte na lagoa de Carapebús.

³¹⁴ Cabe ressaltar que a Estrada Geral de Cantagalo tinha sido alvo de preocupações do governo provincial desde 1835 quando a lei no 25 de 14 de abril de 1835 autorizou o presidente da Província a contratar uma companhia para viabilizar o conserto e conservação desta estrada com o intuito de permitir o trânsito de carros e carruagens.

³¹⁵ Colocava que tal obra era fruto da ação de vários fazendeiros de Cantagalo que se propuseram a abrir a estrada de Santa Rita até São Fidelis. Essa iniciativa levou o governo a autorizar a construção de duas pontes sobre os rios Grande e Negro

³¹⁶ Informava que vários fazendeiros deram início aos reparos do Caminho da Serra da Taquara.

pela realização das mesmas. Dizia que tal medida visava resolver alguns problemas existentes na direção deste setor. Com relação ao imposto de barreira, informava a existência de dez postos, sendo sua arrecadação neste ano, por ordem de importância, a seguinte: Estrela (30:060\$000), Polícia (26:000\$000), Mangaratiba (18:650\$000), Comércio (12:050\$000).³¹⁷

Conforme podemos notar o rendimento da estrada da Estrada teve um crescimento de mais de 100% de 1843 a 1853, passando de 12:000\$000 para 30:060\$000, ao passo que a estrada da Polícia teve um decréscimo neste período. O aumento e a diminuição destes rendimentos indicam os novos papéis que as vias passaram a assumir ao longo do tempo, mas também um maior controle nas formas de arrecadação de impostos em determinados espaços.

Em 1858, o presidente da Província expunha uma espécie de plano viário que em sua concepção poderia levar o progresso, “a prosperidade pública”, não só ao Rio de Janeiro, como à nação. Colocava que os investimentos em estradas - “um veículo condutor da civilização e da indústria, do pensamento e da ação, da inteligência e do trabalho” era de fundamental importância para a Província. Nesse sentido, além de informar as providências tomadas pela administração no sentido de dar uma nova direção ao serviço de obras públicas, também declarava que a diretoria iria se incumbir de proceder os serviços estatísticos. Considerando a importância de se estabelecer a contagem da população e de criar uma repartição voltada para este fim, o presidente colocava que por enquanto tal serviço deveria ficar sob responsabilidade desta diretoria, argumentando serem os engenheiros os profissionais que mais conheciam o território, portanto os mais aptos e idôneos para realizarem tal serviço.

Ao apresentar as suas idéias sobre circulação na Província, o presidente afirmava a necessidade de investir prioritariamente nas seguintes vias:

a) via férrea Pedro II – argumentando que o veículo iria unir, além das Províncias de São Paulo e Minas Gerais, a estrada do Porto das Caixas à raiz da Serra. Dizia que quando ficasse pronta em toda a sua extensão, poderia transportar os produtos e viandantes daqueles municípios, de parte de Cantagalo e das vizinhanças localizados na linha baixa serra.

³¹⁷ Nas demais o rendimento era o seguinte estrada da Pedra (9:016\$320), Cantagalo (9:000\$000), Itaguaí (7:100\$000), Mambucaba (4:721\$640), Parati (3:939\$480). As passagens de barcas ofereciam os seguintes rendimentos: Ponte do Desengano (11:200\$000), Paraíba (9:000\$000), Macaé (1:650\$000), Ubá (650\$000), rio São João (370\$000) e rio Portinho (200\$000).

b) Estrada de Niterói a Campos – priorizada esta via, colocava que em pouco tempo se constituiria numa das artérias mais comunicativas e aproveitáveis da Província em direção ao rio Paraíba, além da Pedro II.

c) Via férrea de Mauá, desde o sopé da serra da Estrela até o porto da Estrela na margem da Baía.

d) Estrada União Indústria - ligaria diversos pontos da Província de Minas Gerais com parte da Província do Rio de Janeiro, atravessando uma distância de doze léguas até a cidade de Petrópolis e daí seguindo pela estrada Normal da Serra da Estrela e pela linha férrea Mauá. Poderia comunicar-se com a Corte por meio da navegação a vapor, transportando um grande volume de produtos para as localidades.

e) Estrada de Mangaratiba - que ligaria diferentes pontos da Província de São Paulo e Minas Gerais a do Rio de Janeiro.

f) Estrada do Presidente Pereira - que seguindo à Geral em direção noroeste da Província e com uma extensão de cerca de doze léguas, ligava a localidade de Belém ao Paraíba e, brevemente, chegaria ao rio Preto, limite com a Província de Minas Gerais. Poderia servir, então, na sua linha de quase vinte léguas, aos importantes municípios de Vassouras, Valença, além de servir para alimentar a primeira seção da via férrea Pedro II.

g) Estrada do Presidente - comunicava Itaguaí com a Província de Minas, atravessando os municípios de Piraí, Barra Mansa e Resende. Dizia que o ramal que estava sendo concluído de Piraí até Belém, deveria igualmente ser um tributário copioso da linha férrea.

h) Estrada de Magé a Sapucaí - embora declarando que tal estrada não era em toda sua extensão de rodagem, a companhia responsável por sua construção estava procurando adaptá-la a este serviço. Ela dava trânsito à produção de todo lado norte da Província, ligando-se a várias artérias. Dizia que se partisse do centro e transpusesse a serra, atravessando lugares no interior da Província, poderia distribuir sua rede de caminhos vicinais e convergentes para as mesmas, oferecendo uma dupla vantagem de ser estradas nacionais adaptadas ao mesmo tempo ao trâmite peculiar da Província.

O presidente argumentava que estas idéias, embora já discutidas, vinham se tornando uma convicção, na medida em que cada vez mais acreditava que tais investimentos iriam fortalecer a economia da Província e do país. Argumentava que,

ao invés de grandes dispêndios em investimentos com estradas que só serviam aos interesses locais, a Assembléia refletisse o quanto seria mais proveitoso que maiores investimentos fossem feitos em grandes vias, atravessando a Província em várias direções. Desta forma, seu plano indicava a importância de canalizar recursos para construir vias extensas, desenhando os traços cardeais do novo sistema de viação. Argumentava que as linhas acessórias se desenvolveriam na medida em que o progresso alcançado pela economia impusesse o auxílio de novas estradas. Colocava, então, para os líderes parlamentares que:

“Limitemos-nos, enquanto aguarda-nos a solução de grande sucessos, enquanto estudamos e buscamos compreender, a concluir o que temos começado, a melhorar e conservar o que temos acabado. Beneficiando as estradas que hoje possuíamos, com alguns ramaes conveniente derivados dos centros productores para essas vias que vem ter ao nosso principal mercado, podem ellas bastar, durante essa expectativa, para o transporte de nossa produção” (Relatório do Presidente da Província, 1858 p.83).

O vice-presidente da Província colocava no ano de 1858 numa exposição feita à Assembléia, que o serviço de obras, em geral feito por arrematação, constituía-se numa luta entre o arrematante, desejoso de lucros, e o governo, interessado em melhorar as estradas. Informava que muitos problemas administrativos estavam ocorrendo, atribuindo tal fato à precária fiscalização das obras e os abusos praticados pelos viandantes. Assim, com o intuito de diminuir os conflitos nos contratos efetuados entre o governo e os arrematantes, solicitava aos líderes locais o auxílio na fiscalização das obras, já que argumentava ser um serviço público que beneficiava a todos. Finalizando tal preocupação, o vice-presidente apresentava os problemas nos contratos estabelecidos para construção de inúmeras estradas, inclusive aquelas que anteriormente tinham sido levantadas como prioritárias pelo presidente da Província neste mesmo ano.

Na estrada União Indústria,³¹⁸ dizia que, segundo o engenheiro responsável pela fiscalização da obra, existiam trechos que estavam incompletos e

³¹⁸ Matos (1949) coloca que a União e Indústria foi construída por Mariano Procópio e foi a mais importante estrada antes da era ferroviária. Iniciada em 1852, pretendia tal estrada complementar o plano de Barão de Mauá de construção de uma estrada de ferro. Por meio da lei provincial 51, de 1854, o governo concedeu empréstimos à companhia, com garantia de 5% sobre o capital da mesma para a sua construção, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Iniciada em 1856, somente alcançou Juiz de Fora em 1861. Em 1864, em função dos problemas na companhia, tais como a falta de capitais, as dívidas e a concorrência da estrada Pedro II, a empresa foi encampada pelo governo imperial, de acordo com o decreto 3.325, de 29 de outubro de 1864. No ano de 1869, a companhia foi obrigada a transferir para a Pedro II o seu transporte de carga.

levantava a necessidade de alargamento e empedramento de algumas seções, além da construção de algumas pontes, segundo o que tinha sido estabelecido pelo contrato. Apesar destes problemas, colocava o vice-presidente que a 1ª seção desta estrada tinha condições de trânsito. De acordo com o engenheiro responsável, o governo deveria pressionar a companhia para que se resolvessem problemas, notadamente na 2ª seção da estrada, no trecho que partindo de Petrópolis ia em direção ao Paraíba. Havia também problemas relacionados à cobrança de taxas de barreiras, estabelecidos pelo governo e muitas vezes reclamados pela empresa cobradora. Tal foi o caso da União Indústria que dirigiu em 1858 ao governo provincial um ofício solicitando o acréscimo de recursos na cobrança desse tributo. Argumentava que tinha esse direito de acordo com uma das cláusulas do contrato estabelecido entre o governo e a empresa. Neste caso, o governo provincial não autorizou o acréscimo da taxa, argumentando que não tinha o mesmo entendimento da empresa quanto a este direito. Lembrava a mesma que havia cláusulas que não estavam sendo cumpridas e que, portanto, tal acréscimo não se justificava.

Com relação a esta estrada, chamava a atenção em 1861 o ministro de Agricultura, Viação e Obras Públicas, que a companhia a partir de empréstimos concedidos pelo governo, achava-se onerada por dívidas e muitos erros tinham sido cometidos. Argumentava aos representantes da Assembléia Geral que os favores prestados a esta companhia deveriam ser repensados, no entanto solicitava que mais uma vez fosse concedido um privilégio a esta empresa. Colocava, baseado nas informações do diretor de obras públicas do governo geral que se não fossem concedidos tais privilégios era impossível dar continuidade às obrigações da empresa. Por outro lado, afirmava que dada a sua importância para a agricultura e o comércio, o impedimento do trânsito na mesma iria causar grandes transtornos à economia do Brasil.

Na estrada de Mangaratiba, de acordo com o vice-presidente, reclamações de líderes locais,³¹⁹ comerciantes e os próprios relatos da diretoria de obras demonstravam que a Província tinha tido prejuízos no contrato estabelecido com a empresa responsável. No entanto, apesar das reclamações de abusos e erros cometidos pelos responsáveis, o contrato foi renovado, sob condição de pagamento de multas pelas falhas cometidas.³²⁰ No atalho que comunicava Parati à vila de São

³¹⁹ Alguns líderes argumentavam que a estrada só favorecia alguns municípios.

³²⁰ O vice-presidente dessa empresa era o Barão de São Gonçalo.

Paulo, considerado de significativa importância para a vida econômica da Província, o presidente propunha que algumas cláusulas desse contrato fossem afrouxadas para viabilizar o andamento dessa obra. Na estrada do Picu, informava a mudança direção da mesma e solicitava a aprovação da Assembléia. Quanto à estrada do Passa Vinte,³²¹ informava o pedido da Câmara de Barra Mansa em investir na construção deste trecho, argumentando a importância dessa via para o desenvolvimento do comércio de gêneros alimentícios estabelecido com a Província de Minas Gerais e com a Corte do Rio de Janeiro.

Em 1859, o presidente informava que investimentos, consertos e demais intervenções foram feitos nas seguintes estradas:

a) estrada de ferro Mauá - considerada de grande valor.

b) estrada União Indústria - obra realizada pela Província e recursos do governo central, era de fundamental importância para o desenvolvimento do país, mas considerando que tal estrada beneficiava mais a Província de Minas Gerais, considerava que o governo central deveria dar mais auxílio a tal empreendimento.

c) estrada de Mangaratiba – ainda que considerada a primeira das estradas que mais solidamente foram construídas, vários problemas nas obras e falhas na fiscalização vinham comprometendo o seu futuro e os capitais empregados. Tendo em vista tal quadro e considerando a necessidade de diminuir os prejuízos deste empreendimento para a Província, solicitava o presidente um maior rigor na fiscalização e providências no sentido de diminuir os conflitos.

d) estrada do Presidente Pereira – considerava a necessidade de empedrar alguns trechos, sobretudo em função das chuvas e em função da importância que tal estrada prestava para auxiliar a via férrea Pedro II.

e) estrada do Parati - entendida como uma das mais importantes da Província, colocava a necessidade de dar continuidade às obras de reparos e ampliação.

f) estrada do presidente - necessidade de reparos em função dos estragos causados pelas chuvas.

³²¹ Colocava que o trânsito de gados, porcos e demais gêneros vinha sendo prejudicado pelo estado em que se encontravam algumas das estradas existentes. Neste sentido, a Câmara de Barra Mansa solicitava ao governo provincial o investimento em tal obra para garantir a prosperidade local, considerando que, além de encurtar o caminho até Minas Gerais, (partiria de uma ponte sobre o rio Paraíba, seguindo em direção a Passa Vinte, localizada em Minas Gerais) diminuiria os prejuízos provocados em seu comércio devido à implantação da estrada de ferro.

g) estrada de Barra Mansa até Resende – solicitações da Câmara de Barra Mansa pedia o reparo de tal estrada tendo em vista o seu mau estado.

h) estrada da Polícia - comunicava que tinham sido contratados serviços para melhorar tal estrada e que estavam seguindo corretamente.

i) Comércio - colocava a necessidade de realizar reparos e comunicava que tinha ordenado um engenheiro para proceder tais serviços.

j) Estrela - informava a conclusão de consertos.

l) São Fidélis a Cantagalo – ordenava os engenheiros a calcularem despesas para realizar os melhoramentos necessários.

m) São Fidélis a Santo Antônio de Pádua – comunicava a demanda dos moradores dessas localidades e levantava a necessidade de se estabelecer essa ligação para viabilizar o transporte de produtos. Informava que tinha solicitado um engenheiro para realizar estudos visando examinar tal proposta.

n) Estrada ao aterrado de Capivari – informava que estava fazendo um orçamento visando prolongar esta estrada.

o) canal do Nogueira - dizia que tinha levantado orçamento para reparos neste canal tendo em vista que a Câmara de Campos e o engenheiro deste distrito haviam comunicado estar danificado em função das enchentes do rio Paraíba.

p) canal de Campos a Macaé – comunicava que os trabalhos estavam prosseguindo, mas informava que as chuvas tinham danificado este canal

q) Pontes - da Barca em São Fidélis (contrato para barca de passagem), do rio Mato Alto em Capivari (orçamento e consertos), do ribeirão do salto (autorização para construção), do rio d' Aldeia (organização de um projeto para construção), sobre o rio Grande (arrematação para construção).

r) Estradas de Ferro: Pedro II (continuidade nos trabalhos da 2ª seção), Porto das Caixas a Cantagalo (empréstimos do governo geral para iniciar tal empreendimento), Niterói a Campos (iniciavam-se os trabalhos preparatórios para a construção da primeira seção, mas ainda não havia sido aprovado pela Assembléia tal projeto em função dos empresários não terem apresentado o plano e orçamento de todas as obras necessárias para realização de tal investimento.³²²

³²² Com relação a esta estrada, o presidente colocava que as duas primeiras seções desta obra só iriam beneficiar os municípios da capital (Niterói), de Itaboraí e Rio Bonito. Segundo ele, além destes municípios não serem ricos, eram servidos pela navegação de cabotagem realizadas nos portos situados na Baía de Niterói por um preço reduzido. Dizia também que os municípios mais importantes só iriam ser beneficiados quando ficasse pronta a parte mais extrema dessa linha, isto é, quando chegasse a Campos.

Em 1860, o presidente colocava que, apesar do sistema mais indicado para organização das vias de comunicação ter sido o de arrematação, os problemas nos contratos e as fraudes estavam levando a repensar essa preferência e a optar pela maior participação do governo nesse serviço, sob “excelente” responsabilidade dos engenheiros. Em termos de investimentos em obras continuava a mesma convicção dos anos 50, qual seja: prioridade de construção ou manutenção de longas estradas que partiriam de diferentes pontos em direção às estradas de ferro, os quais se constituiriam em centros de distribuição dos fluxos.

O presidente também propunha, baseado nas informações da diretoria de obras, melhoramentos nos rios, canais e lagoas utilizados para a circulação nos municípios da Província. Assim, comunicava a existência dos seguintes municípios que eram ou poderiam ser beneficiados por investimentos em obras de canalização e drenagem: Angra dos Reis, Araruama, Barra Mansa, Barra de São João, Campos, Capivari, Estrela, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Parati, Resende, Rio Bonito, Santo Antonio de Sá, São Fidélis, São João da Barra e Valença.

O presidente da Província, no ano de 1862 trazia à baila a discussão sobre a importância de elaborar uma carta itinerária que constasse as vias de comunicação existentes, as designadas e as que deveriam servir de centros de convergência para outras estradas, tais como a estrada de ferro Pedro II e a de Cantagalo, a estrada União Indústria e as artérias que convergiam em direção ao rio Paraíba do Sul. Reclamava a inexistência de um plano para classificar as estradas, considerando a sua importância para subsidiar a escolha das despesas de construção e conservação das vias. Dizia que a falta de um plano levava a Província a se responsabilizar por vultuosos gastos com estradas, pontes e canais de serventia duvidosa.

No relatório de 1864, o presidente colocava que tinha se decidido sobre as estradas mais importantes para atender os interesses industriais da Província e, nesse sentido, contribuir para a sua progressiva civilização.³²³ Afirmava, então, que maiores investimentos fossem realizados em estradas contínuas dando prosseguimento às já construídas no Rio de Janeiro e nas Províncias limítrofes,

³²³ Cabe ressaltar que as Câmaras também pressionavam a administração provincial decidir sobre quais eram as estradas locais e Províncias.

indicando a priorização dos investimentos nas seguintes vias:³²⁴ a) entroncamento da estrada de Passa Vinte e Bom Jardim (de Minas), b) Estrada do Presidente, de além Paraíba a Conservatória, c) Estrada de Nova Friburgo a Cantagalo, d) Estrada do Sumidouro até Nova Friburgo, e) Estrada de Ferro do Porto das Caixas a Vila Nova (em discussão).³²⁵ Além destas, informava que tinha tomado providências para melhorar o trânsito em inúmeras estradas, pontes e canais e de que tinha prestado informações sobre os contratos reincidentes em função de problemas.

Neste relatório, comunicava a existência e o necessário aproveitamento de alguns rios e canais, informando as providências que foram ou deveriam ser tomadas no sentido de melhorar o trânsito através dessas vias de escoamento. Neste sentido, comunicava aos representantes da Assembléia o estado dessas vias e portos, dando em alguns casos sugestões para o melhoramento no transporte:

1- Porto de São João, no rio Paraíba - Dizia que o serviço de reboque estava sendo feito por um vapor de propriedade de Isidro Antonio dos Passos e que o mesmo recebia subvenções. Colocava a existência de problemas para a renovação do contrato com este empresário, pois o mesmo queria dobrar o preço cobrado por tal serviço. Informava também que havia problemas de segurança nas embarcações. Mediante os apelos das Câmaras de Campos e São João da Barra, que desejavam que o contrato fosse renovado em função da importância de tal serviço para o comércio dessas localidades, informava que estava tomando providências para resolver o imbróglio entre o empresário e o governo provincial.

2- rio Paraíba - afirmava a importância desta via para o desenvolvimento da Província atestada por estudos exploratórios.

3- confluências do rio Paraíba - indicava a necessidade de proceder estudos para exploração do rio Pomba tendo em vista a necessidade de comunicar o vale do rio Doce com o Pomba e este com a via férrea D. Pedro II, através de um ramal de estrada iniciando em Porto Novo da Cunha articulado com São Fidélis. Dizia que tal obra tinha como propósito desenvolver o comércio interno da Província e o estabelecido com Minas Gerais e Espírito Santo, dando escoamento aos produtos agrícolas da zona banhada por esses rios e seus afluentes.

³²⁴ A diretoria de obras no ano de 1866 era dividida em seis distritos e 12 circunscrições, cada qual abrangendo de dois a três municípios, com exceção das circunscrições do primeiro distrito que abrangiam mais de três cidades e localidades.

³²⁵ Tal a priorização de gastos para a estrada estava em discussão em virtude da falta de entendimento no orçamento feito pelo empreendedor – visconde de Barbacena – com o orçamento apresentado pela diretoria de obras que era menor.

4- navegação do rio Piraí, principalmente o Passa Três até a barra no Paraíba - dizia que era uma idéia recomendável e que era necessário maior empenho para viabilizá-la tendo em vista os progressos obtidos para a Província com esta ligação. Colocava que a conexão desta via fluvial com a via férrea D. Pedro II facilitaria a abundante produção do distrito de Passa Três e dos municípios que circundavam como Piraí, São João Príncipe, Rio Claro, Arrozal, possibilitando uma condução cômoda e rápida até os mercados da Corte. Informava também que esta navegação já tinha sido experimentada e que pelos relatos era de fácil acesso por embarcações a vapor, sendo necessário remover alguns obstáculos nos trechos encachoeirados.

5- rio Itabapoana - informava que tinha aberto a navegação a vapor nas águas deste rio.³²⁶ Dizia que a abertura desta via tinha possibilitado maior rapidez no trânsito de mercadorias, o que iria favorecer o futuro comércio e lavoura de vários municípios, além de, pelo menos, três Províncias. Colocava que, com mais alguns melhoramentos no trecho percorrido, tal serviço iria possibilitar a melhoria do comércio favorecendo a empresa e o público.

6- Rio Macacu – colocava que a partir de contrato celebrado e retificado entre os anos desde 1842-62 obrigava-se a companhia União Niteroiense, concessionária da empresa Sampaense, realizar serviços de navegação a vapor entre a cidade do Rio de Janeiro e o porto de Sampaio pelo rio Macacu. Informava que a empresa tinha obrigação de desobstruir e canalizar a foz do rio, de modo a possibilitar a sua navegabilidade em diferentes épocas. Declarava, no entanto, que a companhia não tinha executado as suas obrigações contratuais, o que estava comprometendo o comércio estabelecido por tal rio através de barcas. Além disso, tal serviço estava dando prejuízos ao comércio através da estrada de ferro de Cantagalo, ficando este parado à espera da chegada das mercadorias provenientes do porto de Sampaio. Comunicava que tinha mandado o empresário responsável dar satisfações sobre as reclamações recebidas.

7- canal de Magé - em virtude de acordos legais nos anos de 1856 e 1858, firmados entre o governo com a companhia União Niteroiense para melhoramento e navegação do canal de Magé, obrigando aquela a prestar serviços de transporte através de barca e escavação permanente de canal, informava que,

³²⁶ Tal serviço era prestado pela associação de dois empresários: o comendador Carlos Pinto de Figueiredo e o major Joaquim Pereira de Oliveira.

após exames realizados e das queixas relatadas pelos jornais, a empresa não estava cumprindo o acordo. Dizia ter mandado o engenheiro chefe do distrito realizar minuciosa inspeção no canal para dar informações sobre o seu estado de navegabilidade e os meios empregados pelo empresário para o cumprimento das cláusulas do contrato.

Em 1865 Tavares Bastos, ao discorrer sobre a questão das estradas, colocava que devido à abertura de trânsito público pela estrada de ferro Pedro II e a navegação a vapor do rio Pirai, tornando certas vias pouco freqüentadas, o comércio de muitas localidades estava em decadência. Tal processo comprometia a existência de muitas povoações e favorecendo outras. Neste sentido, instava a administração provincial tomasse providências para reverter tal quadro, sugerindo maiores investimentos em reparos e conservação nas estradas com pouco trânsito.

Em 1871, a diretoria de obras públicas da Província do Rio de Janeiro apresentava um plano intitulado “Plano Geral de Viação para a Província do Rio de Janeiro”, tendo como principal proposta estabelecer:

“Comunicações faceis entre os diversos centros de produção d’esta provincia e os mercados ou portos do littoral, utilizando-se tanto quanto possível as vias navegáveis, que incontestavelmente offerecem o meio de transporte mais econômico, e as vias férreas, que exercem incontestável superioridade sobre os restantes meios de communicações, attenta a sua velocidade e barateza possível” (Relatório da Diretoria de Obras Públicas, 1871, pág. 3)

Segundo o diretor de obras públicas, o desenvolvimento da Província após a implantação da ferrovia Pedro II, Cantagalo e a construção do ramal de Valença, além da projeção de outras vias férreas, tinha alterado as idéias anteriormente apresentadas em relatório de 1865 sobre a circulação no Rio de Janeiro.³²⁷ Desta forma, este documento expressava as mudanças necessárias no sistema de viação da Província, incorporando, neste sentido, as novas demandas.

328

De acordo com o diretor, a primeira modificação foi na forma de classificação das estradas, adotando-se um princípio diferente da Lei no. 1478 de 4

³²⁷ De acordo com o diretor de obras públicas em 1865, foram as vias fluviais que alimentaram as idéias sobre circulação da Província.

³²⁸ Em 1870, o presidente da Província apontava a necessidade de maior investimentos nas estradas, associado aos realizados nas vias de ferro, e indicava a importância de fechar um contrato para prolongamento da estrada de Cantagalo, argumentando que esta seria a principal artéria que ligaria o norte da Província.

de janeiro de 1870 que estabelecia o que eram estradas gerais, provinciais e municipais. Argumentava que a experiência tinha demonstrado problemas nesta classificação que prejudicavam as rendas fluminenses. Dizia que, de acordo com este critério legal quase todas as estradas eram classificadas como provinciais, o que concorria para elevados gastos do governo. Neste sentido, propôs que fossem consideradas estradas provinciais apenas as que prestassem grandes serviços ao comércio e a agricultura do Rio de Janeiro. A partir desse pressuposto, dividia este tipo de estradas em três classes, a saber: 1ª classe - compreendiam as estradas gerais, isto é, aquelas que faziam limites com outras Províncias. As despesas de construção, melhoramento ou conservação deveriam ficar a cargo dos cofres gerais, sendo utilizados os recursos provenientes da taxa de barreira para auxiliar em tal serviço. Das estradas de 2ª classe faziam parte aquelas de reconhecida utilidade para o desenvolvimento da indústria agrícola e comercial da Província. Nestas, os cofres provinciais deveriam arcar com todas as despesas necessárias ao seu desenvolvimento, sendo auxiliado pelo governo geral quando as estradas abastecessem as Províncias limítrofes. Como a importância destas estradas estava diretamente vinculada ao papel dos centros agrícolas, o diretor subdividiu-as em três categorias, denominado-as de “ordem”. As estradas de primeira ordem eram aquelas que percorriam os centros mais significativos de produção, servindo como via de exportação de produtos da lavoura, as de segunda ordem, embora também fossem utilizadas para exportação de mercadorias, percorriam centros com menor importância econômica e as de terceira ordem eram aquelas classificadas como estradas municipais. Nas estradas de primeira e segunda ordem, os custos de conservação deveriam ser regulares e ficar a cargo da Província, no entanto as de segunda ordem, os serviços de conservação não precisavam ter a mesma regularidade que o anterior. Nas estradas de terceira ordem, por integrarem municípios e freguesias, as responsabilizadas pelas despesas deveriam ficar a cargo dos governos locais.³²⁹

Também colocava que para melhorar as estradas era necessário mudar o sistema de arrecadação, pois se cobrava, independente do trecho percorrido, o mesmo valor. Afirmava que a falta de proporcionalidade dessas taxas era prejudicial

³²⁹ Embora lembrando que as rendas dos municípios eram reduzidas para tal empreendimento, afirmava a importância desse investimento por parte das municipalidades para o seu progresso. Por outro lado, lembrava que os municípios recebiam subsídios dos cofres provinciais para realização deste serviço.

aos cofres provinciais, argumentando que a consideração desse novo critério poderia contribuir para o aumento das receitas da Província. Concluídas tais considerações, o diretor apresentou em seu relatório as principais vias de comunicação que faziam parte do referido plano, segundo a classificação adotada. Assim, subdivididas em gerais e provinciais, foram classificadas como gerais 9 estradas e como provinciais 37, sendo 28 de primeira ordem e 9 de segunda ordem. Inúmeras recomendações foram feitas para a conservação e ampliação dos caminhos e estradas, destacando-se aquelas compreendidas no grupo de primeira ordem, na qual o diretor colocava a necessidade de maiores investimentos. Desta forma, segundo os critérios eram as seguintes estradas gerais e provinciais do Rio de Janeiro.

5.1.1. Estradas Gerais da Província

1) União Indústria - Apesar de ser considerada a mais importante de todas, com cerca de 112 Km ou 144 Km segundo Matos (1956), vinha sendo menos utilizada após a construção da via férrea Pedro II. Iniciava na cidade de Petrópolis, percorrendo uma parte deste município, atravessando o Paraíba do Sul e transpondo o rio Paraíba até entrar na Província de Minas.

2) Mambucaba - Começava na povoação de Mambucaba, no município de Angra dos Reis, e seguia em direção à Província de São Paulo. Quando se bifurcava em Porto Grande, lançava um ramal para Areas e outro para o Cunha, ambos situados na Província de São Paulo. Apresentando 50 quilômetros de extensão, dizia o diretor de obras públicas que, por ter sido mal construída, apresentava problemas de trânsito, sobretudo nas estações chuvosas. Segundo a diretoria, por servir mais a Província de São Paulo e não atravessar áreas de grande importância agrícola, em tal via apenas era empregado para a sua conservação o produto das barreiras, a cargo da Câmara de Angra dos Reis.

3) Ariró - Comunicava a localidade de Ariró à Província de São Paulo. Apresentava 17 quilômetros de extensão. Dizia o diretor que tal estrada não prestava a menor utilidade à lavoura do Rio de Janeiro, servindo apenas para alimentar o comércio do porto de Ariró.

4) Pedra - Partia do porto de Jurumenrim ³³⁰em direção ao município de Angra dos Reis, até internar-se na Província de São Paulo, dando trânsito a um pequeno trecho do município de Bananal. Com 17 Quilômetros de extensão, era de menor importância que a anterior, servindo praticamente aos interesses da Província de São Paulo. Para esta estrada, o diretor de obras julgava que nem os cofres provinciais, nem os gerais deveriam investir, sobretudo porque perdeu seu papel com a implantação da ferrovia Pedro II

5) Presidente - Esta estrada ligava a Província de Minas Gerais à capital do Império, atravessando os municípios de Iguazu, Vassouras e Valença. Era dividida em quatro seções: a primeira, com 36 quilômetros de extensão, ia desde o rio Pavuna, na divisa do município Neutro, até a ponte sobre o rio Santo Antonio do Mato. A segunda, com 23 quilômetros, seguia daquela ponte à de Simão Antônio e as terceira e quarta seções, com 48 quilômetros, partia desta ponte em direção à cidade de Valença. Apesar de ter tido grande utilidade, a construção de outras vias que encurtaram o caminho em direção à Corte e a via férrea Pedro II diminuiu o seu papel de integrar os vários municípios da Província do Rio de Janeiro a Província de Minas Gerais. As duas seções, por servirem a cidade de Barra Mansa e a freguesia de Campo Belo, devem, no entanto, merecer atenção dos cofres provinciais.

6) Mato Grosso - Esta via ligava a estrada do Presidente, que terminava na fronteira da Província de Minas, à estrada da Polícia. Apesar de percorrer os municípios de São João Príncipe, Itaguaí e Iguazu, em uma extensão de 66 quilômetros não prestava grande utilidade à Província do Rio de Janeiro, sendo sua conservação a cargo da Câmara de Itaguaí.

5.1.2. Estradas Provinciais de primeira ordem

1) Estrada de Belém a Cacaria – 20 quilômetros de extensão e 5 metros e largura, ligava a freguesia da Cacaria no município de São João Príncipe ao município de Itaguaí, transpondo vários rios e entrocando-se com a 1ª seção da estrada do presidente.

2) Estrada de Belém ao Pati dos Alferes - com extensão projetada de 26 quilômetros e largura de 5 metros, serviria para transportar os produtos dos

³³⁰ Guimarães (1944) informa que em 1845 existia em Jurumirim uma das mais importantes casas comerciais do sul do país, possuindo três navios a vela e dezesseis barcos.

municípios de Pati dos Alferes, de Sacra Família do Tinguá e de Sant'Anna de Palmeiras em Iguaçu para o mercado da Corte.

3) Estrada da estação de Sant'Anna à vila do Piraí - medindo cerca de 13 quilômetros, dividia-se em duas seções, sendo que a primeira ainda em construção - iria da estação do Sant'Anna a vila do Piraí e a segunda desta vila à freguesia de Passa Três.

4) Estrada da Barra do Piraí à ponte do Zacharias sobre o rio Preto – com 62,3 quilômetros de extensão, tal via era considerada uma das mais importantes tributárias da estrada de ferro D. Pedro II. Esta estrada começava na margem esquerda do rio Paraíba, em frente à freguesia do Piraí, e atravessava as freguesias de Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas, Santo Antonio do Rio Bonito e Santa Isabel em Valença, prolongando-se até o interior da Província de Minas Gerais.

5) Estrada da Vargem Alegre a freguesia das Dores - possuía 6 km de extensão e 3,8 metros de largura e dava saída através da via férrea Pedro II, aos produtos da freguesia de Nossa Senhora das Dores e de uma parte de São José do Turvo em Piraí, além de parte oriental de Barra Mansa.

6) Estrada da Volta Redonda - partindo da estação de Volta Redonda e se estendendo até o município de Barra Mansa, possuía 38 km de extensão.

7) Estrada do Passa Vinte – media 40 quilômetros de extensão e ia desde a cidade de Barra Mansa até o porto do Sampaio, próximo à Província de Minas. Recomendava o encurtamento da distância desta estrada, mediante a construção de uma ponte sobre o rio Paraíba.

8) Estrada da Barra Mansa ao município de Rio Claro – ainda não construída, era intenção do governo através dessa via ligar o município de Barra Mansa a Rio Claro, localizado na Província de São Paulo, aproveitando um caminho já aberto. Esta via, que tinha sido projetada para alcançar 26 quilômetros, teria como função não só transportar a produção de Barra Mansa, mas também as do município localizado ao norte do Rio de Janeiro.

9) Estrada de Campos Bello ao Picú - a extensão dessa estrada era de 33 quilômetros e sua largura de média de 5 metros. Servia mais aos interesses da Província de Minas, mas em virtude da lei no.1543 de 10 de dezembro de 1870, mudando o seu traçado, esta via auxiliaria o escoamento da produção do Rio de Janeiro.

10) Estrada da Polícia - somente a última seção desta estrada, abrangendo 26 quilômetros de extensão, era de grande interesse para a Província, já que transportaria os produtos de Valença, onde estava assentada a via férrea Pedro II, até a margem direita do rio Preto, em Minas.

11) Estrada do Comércio - com cerca de 115 km de extensão, começava na vila de Iguaçu até a margem direita do rio Preto, em Minas, onde terminava. Era considerada uma das mais importantes vias, e através dela transportavam-se os produtos de Pati dos Alferes, Valença, Vassouras, Iguaçu e de portos fluviais na Província de Minas em direção à Corte. No entanto, com a construção da via férrea Pedro II, o tráfego desta estrada foi reduzido apesar de, nas últimas seções compreendidas entre Vargem Grande até a estação do Comércio, ser bastante utilizada pelos lavradores da freguesia de Pati dos Alferes.

12) Estrada do Ubá – mandada construir e apresentando distância de 12 quilômetros, atenderia a freguesia de Pati dos Alferes, pois seria interligada à via férrea Pedro II.

13) Estrada do Presidente Macedo – Iria ligar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição à estação de Entre Rios da via férrea Pedro II. Tal estrada, com projeto de extensão de 10,7 quilômetros, partiria da povoação da Bemposta, até encontrar-se com a estrada União Indústria.

14) Estrada da Aparecida a Sapucaia – estrada projetada com 26 quilômetros de extensão, serviria para estabelecer comunicação entre a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Aparecida, em Magé, a uma das estações da via férrea Pedro II. Se construída, substituiria o tráfego de 120 quilômetros entre a referida localidade até a Corte. Considerava, no entanto mais vantajosa tal ligação pelo fato do transporte de trem ser mais barato e rápido.

15) Estrada do Sumidouro – o governo provincial tinha mandado proceder estudos para viabilizar o transporte mais rápido (por via férrea) dos produtos provenientes da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Paquequer em Nova Friburgo, atualmente escoado pelo porto de Magé. Tal estrada, com cerca de 33 quilômetros de extensão, sendo mais curta que a de Magé, contribuiria para o progresso da freguesia de Paquequer.

16) Estrada das Duas Barras - propôs o melhoramento da estrada que de Duas Barras (Cantagalo) seguia para a vila de Nova Friburgo, com o intuito de entroncar-se com a via férrea Pedro II e viabilizar o transporte mais rápido e barato.

17) Estrada de Cantagalo – com extensão de 60 quilômetros e largura de 4 metros, esta via ligava cidade de Cantagalo à vila de Nova Friburgo, sendo uma das mais percorridas da Província. Com a inauguração de uma estação em Nova Friburgo, tal estrada deixaria de ser transitada em pelo menos 30 quilômetros.

18) Estrada de Santa Rita ao vale do Rio Grande – sugeriria a abertura desta estrada, pois encurtaria o transporte das mercadorias da freguesia de Santa Rita até Cantagalo, encurtando o caminho em 26 quilômetros.

19) Estrada de São Francisco de Paula ao vale do Rio Grande - com o prolongamento da estrada de ferro de Cantagalo, seria necessário a construção de uma estrada para transportar os produtos provenientes da freguesia de São Francisco de Paula, no município de Santa Maria Madalena, até esta estação férrea.

20) Estrada de Santa Maria Madalena à freguesia de São Sebastião do Alto - tal estrada estava destinada a ser um importante tributário da via férrea de Cantagalo, ligando a freguesia de São Sebastião do Alto ao município Santa Maria Madalena, caso melhoramentos fossem realizados.

21) Estrada Normal da Estrela – era uma das vias que mais avultavam recursos para a Província. Com 13 quilômetros de extensão e 6 metros de largura média, começava na raiz da serra da Estrela e terminava na cidade de Petrópolis, ligando a estrada União Indústria à via férrea de Mauá. Em função do desenvolvimento da estrada de ferro Pedro II sua importância decaiu, servindo apenas aos estabelecimentos agrícolas situados na parte sul do município de Paraíba do Sul e à exportação do carvão e outros gêneros poucos importantes do município de Petrópolis.

22) Estrada de Pedro do Rio a ponte do Fagundes – constituía-se numa importante tributária da estrada União Indústria, convergindo produtos de uma parte do município de Paraíba do Sul. Apresentava 13 quilômetros de extensão e 4,4 metros de largura, começando na estação de Pedro do Rio da estrada União Indústria e terminando na ponte do Fagundes.

23) Estrada Silveira da Motta – comunicava a estação da Posse da estrada União e Indústria com a freguesia de São José do Rio Preto, em Paraíba do Sul. Apresentava 26 quilômetros de extensão e 4 metros de largura média. Era dividida em duas seções e pela via conduziam-se produtos provenientes da estrada de Magé a Sapucaia.

24) Estrada de Niterói a Maricá – apresentava 40 quilômetros de extensão e por ela percorriam os produtos decorrentes dos municípios de Maricá e de parte de Saquarema.

25) Estrada de Niterói a Campos – possuía 396 quilômetros de extensão e 5 metros de largura média, percorrendo os municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Barra de São João, Macaé, Campos, dentre outros. Era dividida em seis seções e prestava importante serviço ao escoamento da produção de inúmeras localidades. Na seção compreendida entre Macaé e Campos, que dava saída a significativa produção de gêneros agrícolas na zona que atravessava, era considerada de primeira ordem, sobretudo porque o canal de Campos ainda não prestava uma navegação regular.

26) Estrada da vila de São Fidélis à freguesia de Santo Antonio de Pádua - com 178 quilômetros de extensão, esta via ia da sede da freguesia de Santo Antonio de Pádua até o ribeirão de Santo Antonio dos Brotos, que limitava com a Província de Minas Gerais. Por prestar importantes serviços à lavoura de São Fidélis, as freguesias de Santo Antonio de Pádua e Monte Verde, bem como de pontos no sul de Minas, necessitava de reparos. No entanto, lembrava o diretor que se fosse concedido o privilégio solicitado por um cidadão para a construção de uma via férrea entre a vila de São Fidélis à freguesia de Santo Antonio de Pádua, tal despesa seria dispensável, limitando-se somente a alguns trechos.

27) Estrada de Muriaé – Esta estrada, que possuía 88 quilômetros de extensão, merecia ser melhorada pois através dela provinham produtos oriundos da região banhada pelo Muriaé, povoada de importantes estabelecimentos da lavoura.

28) Estrada da Limeira – Dividida em três seções, tal estrada iniciava no porto da Limeira até a fronteira de Minas Gerais. A segunda seção ainda não estava concluída, e a terceira precisava de melhoramentos. Tal obra teria como objetivo reduzir as despesas com o escoamento da produção de Carangola e Itabapoana.

5.1.3. Estradas provinciais de segunda ordem

1) Estrada do Rodeio - com 13 quilômetros de extensão e 4,4 metros de largura, esta estrada dava trânsito dos produtos da lavoura dos municípios de Sacra Família de Tinguá e de Vassouras, notadamente ao gado mineiro que descia pela estrada da Polícia.

2) Estrada de Vassouras – apresentava 23 quilômetros de extensão e 5,5 metros de largura média. Era dividida em duas seções, a primeira iniciada na cidade de Vassouras e a segunda partia da estrada do Pocinho até a estação dos Mendes, onde estava a via férrea D. Pedro II.

3) Estrada de Parati – da cidade de Parati chegava à Província de São Paulo, percorrendo uma distância de 20 quilômetros. Estava mal construída e com trechos apresentando elevados declives que impediam o trânsito de produtos. Servia para alimentar o comércio de Parati com a Província de São Paulo. Se a via férrea alcançasse a Província, seu trânsito seria ainda mais reduzido.

4) Estrada de João de Oliveira – ligava o porto de Jerumirim com a localidade denominada de Pouso Seco, junto aos limites da Província de São Paulo, percorrendo os municípios de Angra dos Reis Rio Claro, em uma extensão de 62 quilômetros e com 4,4 metros de largura. Tal estrada perderia sua importância com a extensão da via férrea e a melhoria da estrada que ligava Barra Mansa ao Rancho dos Negros.

5) Estrada da Japuhya - percorria o município de Angra dos Reis e apresentava 20 quilômetros de extensão e 5 metros de largura. Também perderia importância com o decréscimo do tráfego da estrada de João Oliveira.

6) Estrada do Presidente Pedreira – atravessava os municípios de Vassouras e Valença e terminava na freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Valença. Apresentava 81 quilômetros de extensão e 5 metros de largura média. Apesar desta via ter prestado valiosos serviços à lavoura dos municípios que percorria, além daqueles localizados no sul de Minas, tinha decaído de importância na medida em que a estação D. Pedro II ia se ampliando.

7) Estrada da raiz da serra da Estrela à vila deste nome. – apresentando 13 quilômetros de extensão e 4,5 metros de largura média e tinha maior importância antes da inauguração da estrada de ferro Mauá, pois dava saída através do porto da Estrela aos produtos que desciam pela estrada Normal. Seu uso destinava-se somente ao transporte de pólvora da Estrela e do carvão de Petrópolis em direção à Corte.

8) Estrada do Jundiha ao Campo do Pinhão – partindo da mata do Jundiha, atravessava os municípios de Saquarema e Rio Bonito, entroncando-se com a estrada de Itaboraí. Apesar de apresentar trechos com elevados declives que

impediam o trânsito de carroças, conduzia uma parte dos produtos do município de Saquarema.

9) Estrada de Capivari ao Rio Bonito – com pouco mais de 46 quilômetros e 5 metros de largura, tal via prestava serviço a freguesias localizadas no município de Capivari.

Informava o diretor de obras que as estradas de Mangaratiba e de Magé a Sapucaia tinham sido construídas por particulares. A primeira possuía 28 quilômetros de extensão e servia aos municípios de Mangaratiba e São João Príncipe. Devido a problemas apresentados nos contratos, estava sob responsabilidade do governo.³³¹ A segunda estrada possuía 112 quilômetros de extensão e os serviços de conservação eram auxiliados pelos cofres provinciais. Afirmava que tal via tinha deixado de ter importância em função dos agricultores darem preferência à outra estrada.

No seu plano também existiam propostas de abandono das estradas da Ventania, do Santíssimo, do Mar da Hespanha, da Cachoeira e de Barra do Piraí a Barra Mansa em função de terem sido substituídas por outras e perdido a utilidade. Quanto às estradas municipais, existirem inúmeras ligando internamente as localidades, mas que não tinha como descrevê-las, nem mapeá-las com exatidão. No entanto, chamava a atenção das municipalidades para investir neste ramo. Finalizava este ponto afirmando a conveniência de no futuro reconhecer a necessidade de construção de outras estradas provinciais de segunda ordem.

Com respeito às vias férreas, afirmava que a mais importante estava sob responsabilidade do governo, constituindo-se em um dos principais troncos do sistema de viação da Província.³³² Possuía uma extensão de 420 quilômetros, sendo que 288,5 quilômetros estavam entregues ao tráfego e 132 Quilômetros em construção. Esta ferrovia era interessante não só por percorrer os inúmeros

³³¹ A estrada de Mangaratiba tinha sido concedida ao desembargador Joaquim José Pacheco em 1855 para a sua construção, ligando Mangaratiba à vila de São João Príncipe, mediante a concessão do privilégio exclusivo da cobrança de barreiras por trinta anos. Informava que só tinha sido construído o trecho compreendido entre a vila de Mangaratiba e São João Príncipe, apresentando 28 quilômetros. A companhia tinha falido e o governo assumiu a responsabilidade de conservar e melhorar tal via em função de fraudes na cobrança da taxa de barreiras.

³³² Partindo da cidade do Rio de Janeiro, dirigia-se para o noroeste, atravessando o município Neutro, bem como os de Iguazu, Vassouras e Piraí, chegando até o rio Paraíba, junto à barra do Piraí. Neste trecho, dividia-se em dois ramos que se estendiam pelo vale do Paraíba. Um dos ramos percorria o território dos municípios de Piraí, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, atravessando o Paraibuna, até penetrar em Minas, tornando a passar para o Rio de Janeiro e correndo pelo extremo norte do município de Magé. Transpunha o Paraíba nas proximidades da estação de Sapucaia, seguindo para Minas em direção ao porto do Cunha. O segundo ramal percorria os municípios de Piraí, Barra Mansa e Resende, transpondo os limites desse município até penetrar na Província de São Paulo.

municípios, mas também por atravessar uma parte de Itaguaí, São João Príncipe, Friburgo e Cantagalo, encontrando estas localidades um meio de transporte de fácil acesso, além de econômico para o transporte de produtos das suas lavouras. O ramal de Valença que ligava a cidade de Valença a estação do Desengano - da via férrea Pedro II - prestava importante serviço à lavoura deste município, conduzindo os produtos das freguesias de Nossa Senhora da Glória, de São Sebastião do Rio Bonito e parte de Santa Teresa. O ramal do Bananal, ainda não concluído, ligaria o “rico” município de Bananal, localizado na Província de São Paulo à estação de Barra Mansa, pela via férrea Pedro II, calculada a extensão da linha em 33 quilômetros.³³³ A estrada de ferro de Cantagalo possuía duas seções: a primeira, com 9 quilômetros de extensão, estava compreendida entre os portos de Vila Nova e a estação do Porto das Caixas, e a segunda, com 39,5 quilômetros, ia desde o porto das Caixas até Cachoeiras.³³⁴ O diretor considerava tal estrada de fundamental importância para a saída dos produtos do município de Santo Antonio de Sá e de grande parte dos municípios de Nova Friburgo e Cantagalo. Argumentava que, quando a segunda seção fosse aberta ao tráfego, serviria a outras localidades, como a freguesia de São Francisco de Paula, pertencente ao município de Santa Maria Madalena e a de São Fidélis. Sua proposta, portanto, era prolongar a via além da vila de Nova Friburgo em demanda do fértil vale do rio Grande, onde existiam numerosos e importantes estabelecimentos rurais que tinham dificuldade de transportarem seus produtos devido às precárias vias de comunicações. Também indicava a ampliação desta via nos principais centros produtores por meio de ramais convergentes em direção às suas estações principais, com o objetivo de elevar o tráfego. Sobre o ramal de Rio Bonito a Capivari, integrado à estrada de ferro de Cantagalo, dizia que além de dar saída aos produtos dos municípios citados, também aliviaria os cofres provinciais com despesas de conservação das estradas ordinárias que ligavam estes municípios à via férrea de Cantagalo. A estrada de ferro de Mauá, pertencente a uma companhia anônima, tinha extensão de 19 km. Anteriormente prestava valioso serviço mas, pelo fato de parte de seu tráfego ter

³³³ Informava o presidente que, apesar do governo imperial ter concedido privilégio aos engenheiros Manoel Antonio da Silva Reis e Antonio Alves da Silva e Sá para a construção de um ramal destinado a estabelecer tal ligação, ainda não tinha conhecimento se os concessionários haviam iniciado os estudos.

³³⁴ Tal linha partia do porto da Vila Nova, localizado na margem esquerda do Macacu, e percorria os municípios de Itaboraí, Santo Antonio de Sá e Nova Friburgo, terminando na vila desta cidade. Neste ponto principiava uma estrada ordinária em direção à cidade de Cantagalo. Comunicava o diretor que a primeira seção estava sob responsabilidade do governo e a segunda a cargo de uma companhia anônima.

sido absorvido pela Pedro II, tinha decaído a sua importância, servindo apenas aos municípios de Petrópolis, Estrela e uma parte da freguesia de Cebola e São José do Rio Preto, localizado no município de Paraíba do Sul. A estrada de ferro de Petrópolis a Águas Claras, com ramal em Teresópolis, poderia dar saída a abundante produção da freguesias de São José do Rio Preto do município de Paraíba do Sul de forma mais econômica e rápida. Autorizada pela Lei de no. 1407 de 24 de dezembro de 1868, a estrada de ferro de Campos à freguesia de São Sebastião, passando por São Gonçalo, tinha sido projetada para ter extensão de 19,8 quilômetros. Tal obra facilitaria o transporte dos produtos da zona que atravessa, constituindo-se num poderoso elemento de progresso.

Com relação aos canais que iriam ampliar a comunicação intraprovincial, o diretor assinalava a importância de seis, destacando o que ligava Campos a Macaé. Este canal tinha sido determinado pela necessidade de estabelecer uma navegação regular entre as duas cidades, com o intuito de escoar produtos exportáveis provenientes dos municípios de São Fidélis, Campos e Macaé, evitando assim a difícil navegação pela barra do rio Paraíba do Sul. No decorrer de suas obras, o referido canal apresentou inúmeros erros que provocaram o desmoronamento de suas margens e a sua obstrução, impedindo a navegação regular em inúmeros trechos. Apesar de não preencher todos os requisitos pelos quais justificou-se sua construção, o mesmo era de utilidade incontestável para o transporte de mercadorias dos respectivos municípios, tanto para saída de sua produção voltada à exportação, como para abastecimento interno. Neste sentido, o governo provincial em 1868 e em 1870 tinha concedido privilégio por vinte anos para o estabelecimento de navegação a vapor neste canal e nos rios Macabú, Imbé e Uruguai e empréstimos para a construção de canais visando interligar o rio Paraíba e o extremo sul da lagoa Feia ao canal de Campos.

Quanto ao canal do Nogueira, com 6 km de extensão, que ligava Brejo Grande (localizado às margens do Paraíba) a Campos, o diretor colocava que tinha importância limitada pois atravessava áreas sem grande utilidade agrícola. Informava que há oito anos o canal não prestava mais nenhum serviço, estando praticamente todo obstruído, mas em função do dispêndio feito pela Província nas obras e das dívidas do arrematante, seria interessante prolongar esta via até a localidade chamada de sertão do Itabapoana, na qual existiam importantes estabelecimentos agrícolas.

O canal de Cacimbas, com 14 quilômetros de extensão, apesar de apresentar problemas na sua construção, prestava importantes serviços a lavoura das freguesias de São Francisco de Paula, no município de São João da Barra. Dizia o diretor que seria conveniente se ele fosse prolongado até a lagoa de Guaximimba para melhor alimentar este canal e proporcionar o dessecamento de terrenos localizados próximos a esta lagoa. Neste sentido, propunha que o governo provincial concedesse empréstimo à companhia para a implementação destas obras, sob o risco desse canal se deteriorar pela situação em que se encontrava.

O canal de Magé, com 2,5 quilômetros de extensão, comunicava a referida cidade à Baía do Rio de Janeiro, prestando importantes serviços aos municípios de Cantagalo, Friburgo, Paraíba do Sul e Magé, bem como a diversos pontos localizados ao sul da Província de Minas Gerais. Tinha grande importância quando dava saída para o litoral dos produtos provenientes da estrada que descia de Magé a Sapucaia, mas perdeu esse papel na medida em que os produtos em direção à Corte passaram a percorrer outros caminhos. Neste sentido indicava que não se investisse neste canal, sobretudo porque estava em grande parte obstruído.

O canal de Itaguaí, com 2,55 quilômetros, tinha grande importância antes da construção da via férrea Pedro II, pois através dele o comércio e os produtos da lavoura dos municípios de Resende, Barra Mansa, Piraí, Itaguaí e parte de São João Príncipe seguiam em direção à Corte, através do porto de Itaguaí. Após a implantação da via férrea, tal canal servia apenas aos estabelecimentos agrícolas da freguesia da vila de Itaguaí e do município de São João do Príncipe. Informava que se encontrava obstruído em diversos pontos por falta de conservação e só era possível navegação em pequenas embarcações.

Com relação aos rios, o diretor indicava a existência de treze rios e duas lagoas exercendo importante papel em termos de circulação intraprovincial. A principal artéria fluvial era o Paraíba, já que atravessava vários municípios da Província escoando a produção da lavoura fluminense, mas também da Província de São Paulo. Era navegável em alguns trechos, pois apresentava diversas quedas d'água e bancos de pedra. Argumentava o diretor que ofereceria grandes vantagens ao comércio de Campos, São Fidélis e São João da Barra se os melhoramentos fossem realizados no canal de Campos a Macaé e a estrada de ferro projetada para estas duas cidades fosse implantada.

No rio Itabapoana, que servia de limite da Província do Rio de Janeiro com a do Espírito Santo, existia um serviço de navegação a vapor que tinha perdido a importância devido ao pouco povoamento do vale deste rio. No entanto argumentava o diretor que, quando se estabelecesse a ligação deste vale a Carangola, onde existiam significativos estabelecimentos agrícolas, este transporte poderia prestar importantes serviços para as Províncias de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Pelo rio Muriaé eram exportados os produtos da lavoura do município de Campos e de alguns localizados no sul de Minas, além do transporte de madeiras provenientes do seu curso superior. Projetava-se construir uma estrada de rodagem no ponto onde este rio deixava de ser navegável, atravessando terrenos onde estavam localizados importantes povoados e estabelecimentos agrícolas.

Sobre o rio Macabú, que atravessava os municípios de Santa Maria de Madalena, Macaé e Campos, dizia estar sendo utilizado por pequenas embarcações e balsas que transportavam madeiras. Esperava-se que com a concessão dada a um empresário em 1868 para o estabelecimento de navegação a vapor, o comércio por esta via de comunicação fosse ampliado, sobretudo nos municípios de Santa Maria Madalena, Campos e Macaé. Sobre o rio Uruguai que atravessava a lagoa de cima, a lagoa Feia e Campos, esperava-se que, com a concessão do governo provincial, começasse a funcionar a navegação a vapor nesta via, proporcionando importantes serviços à lavoura da freguesia de Santa Rita de Campos.

Com referência ao rio Macaé, por onde desciam importantes produtos agrícolas para o porto do mesmo nome, propunha o diretor que alguns trechos fossem desobstruídos para garantir a melhoria na navegabilidade. Colocava que o rio São João precisava sofrer intervenções para melhor concorrer à prosperidade dos municípios de Capivari e Barra de São João. Informava que o rio Macabú, com navegação a vapor em alguns trechos, percorria os municípios de Santo Antonio de Sá e Itaboraí, alcançando na direção noroeste a baía de Niterói. Por esta via desciam produtos dos municípios de Nova Friburgo, Santo Antonio de Sá, Itaboraí, Rio Bonito, Capivari, parte de Saquarema e Cantagalo, além de madeiras. Esperava-se que a circulação nesta via fosse ampliada tão logo os trilhos de Cantagalo fossem prolongados, o que proporcionaria o incremento do comércio de produtos provenientes de Cantagalo, Santa Maria Madalena e de São Fidélis.

O rio Iguaçu tinha tido um importante valor no passado, pois transportava gêneros da lavoura de grande parte do município de Vassouras, Valença e Iguaçu, bem como diversos produtos da Província de Minas Gerais. No entanto, após a construção da via férrea Pedro II e com a finalização do trecho que de Belém seguiria a Pati dos Alferes, os estabelecimentos comerciais deixariam de utilizar tal via.

O rio Inhomirim servia para o transporte de produtos dos municípios Estrela, Petrópolis, Paraíba do Sul e o lado oriental de Vassouras e Valença, além de diversos pontos do sul de Minas. Com a implantação da linha férrea Mauá, apenas Petrópolis e Estrela ainda utilizavam essa via como meio de transporte. Por só poder ser percorrido em embarcações pequenas, o rio Itaguaí apresentava importância limitada.

O rio Pirai era utilizado para comercialização de produtos desse município, realizada por pequenas embarcações. A navegação do rio Bananal interessava às freguesias de Espírito Santo e São Sebastião, pertencentes ao município Barra Mansa, além da freguesia de Bananal, situada na Província de São Paulo. O diretor, no entanto, colocava que se a via Pedro II criasse uma estação no município de Bananal ligada a uma outra em Barra Mansa, esta via iria reduzir o seu papel.

Quanto às diversas lagoas que eram navegáveis, destacava a Feia e a de Araurama como as que apresentavam maior importância em termos de circulação de produtos. A primeira, localizada no município de Campos, e a segunda em Araruama, ofereciam vantagem para o comércio dos municípios. Dizia que, apesar do governo provincial ter concedido a um empresário o direito de estabelecer navegação a vapor, este ainda não tinha assinado o contrato.

Em 1875 afirmava o vice-presidente que, devido aos problemas financeiros, não havia ampliado o investimento em obras, aprovando apenas as de maior necessidade. Dizia que tinha tomado providências para que o trânsito regular de mercadorias não cessasse nas principais artérias de exportação dos produtos da lavoura indicando a necessidade de melhorar e completar a rede de vias de comunicação ordinárias. Neste sentido, informava que tinha elevado os trilhos das vias férreas em 112,581 metros e que havia feito investimentos para prolongamento da linha de telégrafo.

“É indispensável que todos os centros productores tenham meios de transporte barato e, portanto, convem cuidar na substituição gradual dos antigos caminhos (onde só é possível o transporte das mercadorias às costas de animais de carga), por estradas mais aperfeiçoadas, onde o trânsito de veículos de rodagem há de trazer sensível redução nas despesas com que são onerados os lavradores.”(Relatório do Presidente da Província, 1875:33)

Assim, em função das dificuldades financeiras da Província, informava o vice-presidente que não tinha ampliado o quadro de obras em andamento para não aumentar as despesas e que só tinha autorizado aquelas de indeclinável importância. Dizendo que todos os centros produtores deveriam ter meios baratos para conduzir suas mercadorias, afirmava que era conveniente que fossem substituídos gradualmente todos os antigos caminhos onde era possível transportar as mercadorias nas costas de animais de carga “por estradas mais aperfeiçoadas, onde o trânsito de veículos de rodagem há de trazer redução nas despesas com que onerados os lavradores” (Relatório do vice-presidente da Província, 1875, p.33)

Nesse sentido, dizia que as vias férreas eram o complemento indispensável às estradas e que, ao se estenderem sobre o território fluminense, estavam diminuindo os investimentos dos cofres provinciais neste setor. Tendo em vista sua importância, prestava esclarecimentos sobre as seguintes estradas de ferro:

a) Cantagalo - tinha ampliado sua linha em 112.581 metros e já estava aberta para tráfego público em duas seções, b) Ramal de Cantagalo – estavam adiantados os trabalhos que ligariam a cidade de Cantagalo; a 3ª seção, estando prestes a ser entregue ao tráfego público, c) estrada de ferro de Niterói – a companhia ferro-carril niteroiense estava passando por dificuldades econômicas e por isso os trabalhos não estavam tão adiantados. Tal fato estava acarretando prejuízos aos cofres da Província tendo em vista que o governo tinha concedido empréstimos com garantia de juros para a empresa, d) estrada de ferro de Macaé a Campos – sem ônus para o governo, esta estrada, apesar de ainda não concluída, oferecia boas condições de segurança e o trânsito pela mesma estava ocorrendo de forma regular, fazendo inclusive que fossem aumentada o número de viagens por vapores que navegavam da estação de Imbetiba para o porto do Rio de Janeiro, e) estrada de ferro de Campos a Carangola – estava constituída para realizar tal obra e os estudos preliminares já tinham sido executados, f) ferro carril da estação do

comércio ao porto das flores – tinha sido renovado o contrato em 16 de abril ficando o empresário da linha autorizado a prolongá-la até o porto das Flores. Declarava que tinha considerado caducos vários contratos em função do não cumprimento das cláusulas por parte dos empresários.

Informava que serviços nas estradas de maior trânsito da Província estavam sendo realizados e que tinha contratado uma turma de cantoneiros para consertos na estrada na serra da Estrela. Comunicava a abertura de créditos extraordinários visando criar abastecimento de água em Niterói e apresentava as despesas feitas para melhorar a navegabilidade do canal de Campos. Colocava que, em virtude dos problemas nos contratos com inúmeras empresas, tinha decidido aplicar multa nas que tinham prorrogado os seus compromissos. Dizia que era necessário aumentar a fiscalização nos contratos realizados entre o governo e particulares e informava a aplicação de um dispositivo criando uma multa nos contratos que não estavam cumprindo os prazos estabelecidos. Tendo em vista essas novas regras declarava que tinham caducado diversos contratos celebrados entre a Província e empresários e que alguns contratantes tinham desistido de prorrogar os contratos. Considerando de grande importância para a agricultura e o comércio o canal de Campos, informava a necessidade de sua conservação e a autorização para a existência de um serviço regular no sentido de manter a sua navegabilidade. Dizia também que algumas estradas provinciais estavam sendo reparadas e que havia uma turma de cantoneiros consertando a estrada da Estrela.

Nos relatórios de 1880 e 1888, o diretor de obras públicas comunicava que estavam funcionando no Rio de Janeiro inúmeras estradas de ferro e que também havia planos de expansão e construção de outras. Enumerava, como nos anos anteriores, as obras que estavam concluídas ou sendo executadas, informando o andamento dos serviços, o valor das obras e os responsáveis.³³⁵ Também foram levantados nos respectivos relatórios da diretoria de obras os melhoramentos realizadas nas estradas de primeira e segunda ordem, nas pontes, matrizes, escolas, cadeias e hospitais. Outros serviços a partir de 1870 passaram a ser também executados ou fiscalizados pela diretoria de obras, como de iluminação pública, instalação de linha de telégrafo e abastecimento de água. Como nos anos anteriores, foram apresentados os contratos efetuados, as despesas realizadas,

³³⁵ No ano de 1880, dizia que os melhoramentos materiais que mais careciam de atenção na capital da Província eram o abastecimento de água e a construção de uma penitenciária.

problemas de falta de cumprimento das cláusulas com os contratantes e nas obras, além de sugestões. Cabe assinalar que, os contratos efetuados neste ano tinham como prazo um ano e que em alguns casos, o diretor informava o cancelamento do contrato pela falta de cumprimento das cláusulas.

Na tabela 18 estão relacionadas as estradas que foram mencionadas nos relatórios de 1871, 1880, 1885 e 1889. Conforme podemos perceber, um número significativo de estradas estava presente nas três relações descritas pelos diretores de obras. Observamos que muitas destas estradas mudaram de classificação, passando a ser de primeira ou segunda ordem, deixando, portanto, de ser alvo de intervenções do governo e de particulares. Este foi o caso da estrada da Polícia que, com 133 quilômetros de extensão, exercia importante papel no abastecimento de gado da Província de Minas, para vários municípios da Província e da Corte, mas teve seu trânsito retraído com a abertura da estação Pedro II. A diminuição de fluxo desta estrada já era observado a partir década de 1840, quando verificamos que deixou de ser a via que mais captava recursos pela taxa de barreira. A redução do tráfego foi um processo verificado também em alguns trechos da estrada do Comércio, que era uma das mais importantes vias da Província, conforme já anunciava o diretor de obras em 1871, que assistia tal processo ocorrendo com a construção dos trilhos Pedro II. Conforme podemos notar no quadro, o sinal da perda de importância desta estrada está representado na mudança de classificação: em 1871 era considerada de primeira ordem e, em 1880, alguns de seus trechos passaram a ser considerados de segunda. Outras, como foi o caso da estrada de Ubá a Pati dos Alferes, que em 1870 ainda era um projeto, passaram a ser alvos de investimentos nas décadas seguintes, o que indicou o importante papel assumido pela região a partir de então. Conforme podemos observar no quadro esse foi também o caso da estrada de Belém a Pati de Alferes e a de Barra Mansa em direção ao Bananal. Com relação a esta última, cabe lembrar que em muitos relatórios da Província, a Câmara de Barra Mansa sugeria a ampliação e conservação desta estrada, argumentando sua importância para o comércio da localidade e de outros municípios.

Observando a tabela também notamos que de 1871 a 1888 muitas estradas deixaram de ser consideradas de primeira ordem, diminuindo de forma significativa do período correspondente a 1871 e 1880. De uma maneira geral, notamos que houve reduções de estradas classificadas neste grupo e ao mesmo

tempo substituição por outras vias. Tal processo, em nosso entendimento, pode estar relacionado a uma maior pressão das localidades para que investimentos dos cofres provinciais fossem realizados em estradas que servissem as mesmas, como também um maior conhecimento do território pelos técnicos do governo. Por outro lado, a opção do governo provincial em assumir a direção deste serviço, que significava interferir no traçado e escolher os atores responsáveis por sua execução também sinaliza uma maior instrumentalização do Estado e sua intenção de ordenar os fluxos econômicos, políticos e culturais, através destes fixos.

Tabela 18 - Estradas Gerais de 1ª e 2ª ordem e pontes mencionadas pela Diretoria de Obras

| 1871 | 1880 | 1885 | 1888 |
|-------------------------------------|--|---|--|
| União Indústria (Geral) | Barra Mansa ao Bananal até fronteira com São Paulo | Barra Mansa ao Bananal | Barra Mansa a Bananal |
| Mambucaba (Geral) | Volta Redonda ao Amparo | Barra Mansa a Passo Vinte | Volta Redonda a Amparo |
| Ariró (Geral) | Barra do Piraí a ponte do Zacarias | Volta Redonda ao Amparo | Vargem Alegre ao Turvo |
| Pedra (Geral) | Sant'Anna a Piraí | Vargem Grande Alegre ao Turvo | Ubá ao Pati dos Alferes |
| Presidente (Geral) | Belém a Pati dos Alferes | Santo Antonio Bonito a ponte do Zacarias, sobre o rio Preto | Belém ao Pati |
| Mato Grosso (Geral) | Comercio ao Porto das Flores | Santa Tereza ao Porto das Flores | Entre Rios a Bemposta |
| Belém a Cacaria | Ubá ao Pati dos Alferes | Ubá ao Pati dos Alferes | Sant'Anna de Macacu ao Curato de Gaviões |
| Belém ao Pati dos Alferes | Sapucaia a Aparecida | Belém ao Pati dos Alferes | Niterói a Marica |
| Sant'Anna a vila do Piraí | Posse a São José do Rio Preto | Entre Rios a Bemposta | Santa Maria Madalena ao Triunfo |
| Barra do Piraí | Raiz da Serra da Estrela a Petrópolis | Niterói a Marica | Comércio a Vargem Grande. |
| Vargem Alegre a freguesia das Dores | Sant'Anna de Macacu ao curato dos Gaviões | Santa'Anna de Macacu a Gaviões. | Sapucaia a Aparecida |

| 1871 | 1880 | 1885 | 1888 |
|--|--|---|--|
| Volta Redonda, Amparo até Barra Mansa | Rio Grande ao Sumidouro | Rio Grande as Duas Barras | Macuco a Santa Maria Madalena |
| (Barra Mansa até o porto do Sampaio) Passa Vinte | Porto de Macabu a Santa Maria Madalena | Santa Maria Madalena ao Triunfo | a Divisa ao Passa Vinte. |
| Barra Mansa ao município de Rio Claro | Boa Vista ao Alto da Serra do Picu * | Do Porto Novo do Cunha ao Carmo | Aldeia da Pedra ao porto fronteiro a estação dos Três Irmãos. |
| Campos Bello ao Picú | Angra dos Reis ao Rio Claro, por Capivari* | Da Aldeia da Pedra ao ponto fronteiro a estação Três Irmãos. | Arrozal a Itaguaí. |
| Polícia | Vargem Alegre ao Turvo * | Do Comércio a Venda da Vargem Grande | Pedro do Rio a Ponte do Fagundes. |
| Comércio | Comércio a Vargem Grande* | De Sampaio a Aparecida | Carmo ao Córrego da Prata |
| Ubá ao Pati dos Alferes(ainda não construída) | Teresópolis a Mage* | Da Posse a São José do Rio Preto | Barra Mansa ao Passa Vinte.* |
| Presidente Macedo | Valença a ponte do Presídio* | Macacu a Santa Madalena | Magé a Teresópolis.* |
| Aparecida a Sapucaia | Niterói a Marica* | Do porto Novo do Cunha ao Paquequer. | Tanguá ao Jundiahí* |
| Sumidouro | Tanguá a vila do Rio Bonito* | Da Divisa do Passa Vinte | Niterói ao Ancantara..* |
| Duas Barras | Macabá a Ventania* | Magé a Teresópolis* | Macaé as Neves.* |

| 1871 | 1880 | 1885 | 1888 |
|---|--|-------------------------------------|---|
| Cantagalo | São Sebastião do Alto a Santa Maria Madalena * | Macaé as Neves* | Santa'Anna de Macacu a São José da Boa Morte* |
| Santa Rita ao vale do Rio Grande | Maxambomba a Iguaçu* | Itaguaí ao Arrozal* | Sebastiana a Nova Friburgo* |
| São Francisco de Paula ao vale do Rio Grande | Amparo a São Joaquim* | Belém a São José do Bom Jardim. * | Santo Eduardo da Barra do Pirapetinga* |
| Santa Maria Madalena a freguesia de São Sebastião do Alto | Belém a São José do Bom Jardim* | Angra dos Reis ao Rio Claro* | Miracema a Lage* |
| Normal da Estrela | Barra Mansa ao Passa Vinte* | Triunfo a Ventania* | Venda da Pedra a Maricá* |
| Pedro do Rio a ponte do Fagundes | Rodeio a ponte de Simão Antonio* | Rio Bonito a Capivari* | Bom Jardim a São José do Ribeirão* |
| Silveira da Motta | Mendes ao Pocinho* | Rodeio a ponte de Simão Antonio* | Sumidouro a Cascata* |
| Niterói a Marica | Rio Bonito a São Vicente de Paulo* | Pedro do Rio a ponte de Fagundes* | Monneral as Duas Barras* |
| Niterói a Campos | Rio Bonito a vila de Capivari* | Boa Vista ao Alto da Serra do Piui* | Marica ao alto da Serra de Mato Grosso* |
| Vila de São Fidélis a freguesia de Santo Antonio de Pádua | Macaé as Neves | Passa Três a São João Príncipe* | Macacu a Santa Maria Madalena* |
| Muriaé | Limeira a Barra do Pirapetinga* | Rio Grande ao Sumidouro* | Itatiaya a Áreas* |

| 1871 | 1880 | 1885 | 1888 |
|--|---|----------------------------------|--|
| Limeira | São Fidélis a Aldeia da Pedra* | Mangaratiba a São João Príncipe* | Itatiaya a freguesia de Sant'Anna dos Torres em Resende* |
| Rodeio* | Niterói a Itaboraí* | Tangua a ponte do Jundiá | Itaguaí ao Bananal* |
| Vassouras* | Comércio* | Bengalas, em Macacu* | São João do Príncipe a Mangaratiba* |
| Parati* | Pedra do Rio a ponte de Fagundes* | Boa Vista a Barra Mansa* | Nova Friburgo a freguesia da Sebastiana* |
| João de Oliveira* | Magé a Santa'Anna, passando pela freguesia de São José da Boa Morte. * | Marica a Saquerema* | |
| Japuhya* | Barra Mansa a Rio Claro* | | |
| Presidente Pedreira* | Barra Mansa ao Arrozal* | | |
| Da raiz da serra da Estrela a vila deste nome. * | | | |
| Jundiha ao Campo do Pinhão* | | | |
| Capivari ao Rio Bonito | | | |

* Estradas de segunda ordem

Fonte: Relatórios do Presidente da Província, 1871, 1880, 1885 e 1888. Organizado pela autora.

Com relação aos canais e pontes da Província, a sua construção bem como a ampliação dos investimentos nas décadas seguintes revelavam tanto a

necessidade de conectar diferentes áreas, como as contingências físicas dos terrenos da Baixada que apresentavam uma grande quantidade de lagoas. A este respeito cabe ressaltar as idéias de ligação por meio de canais e as propostas de ampliação do tráfego por via fluvial, como foi anunciado pelos planos viários da Província.

Quanto às vias férreas, cabe assinalar que sua evolução a partir da segunda metade do século XIX esteve intimamente relacionada com a cultura do café. Os trilhos de ferro iriam remover a relação estabelecida com Minas por meio dos caminhos que se desenvolveram na Baixada ao longo do século XVIII e XIX e instaurar um novo arranjo espacial, ao deslocar o eixo produtivo para a região das montanhas. A transferência da economia para a face oriental do Rio de Janeiro promoveu a decadência de inúmeras cidades que anteriormente se alimentavam com o rico comércio estabelecido nos seus portos e estradas de rodagem.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira e seu impacto em termos políticos e econômicos impulsionou debates sobre a necessidade de melhorar os meios de transportes, o que promoveu a ampliação de inúmeras “estradas do café” para os municípios cafeeiros, bem como o desenvolvimento da rede ferroviária.³³⁶ A primeira estrada de ferro inaugurada em 1854 foi a Mauá, mas em função de não auxiliar o escoamento da produção cafeeira, localizada a oeste desta via, implantou-se mais tarde a linha Pedro II. Um longo debate se estabeleceu em torno do traçado que melhor deveria seguir esta estrada de ferro, o que promoveu a mudança de seu projeto inicial por parte do governo.³³⁷

Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da estrada D. Pedro II - Rio-Belém e, em 1863, a estação do Rodeio. Desejosos que os trilhos chegassem próximos de suas fazendas, os representantes de Vassouras faziam pressão para que seu projeto prevalecesse. No entanto, devido à falta de recursos da companhia, o governo a encampou e, após estudos, resolveu modificar o traçado anteriormente estabelecido, conduzindo a linha pelo vale do Sant’Anna até Barra do Piraí e daí, até a bifurcação pelo vale do Paraíba, em direção a Entre Rios e São Paulo. A estrada de ferro Pedro II irradiava-se também em direção ao Porto das Caixas, sobre o rio

³³⁶ Teixeira Leite (um dos mais importantes fazendeiros do Rio de Janeiro), bem como outros fazendeiros, fizeram *lobby* para garantir a autorização de juros de 5% para a construção da estrada de ferro que partiria do Rio de Janeiro e se bifurcaria, além da Serra, para Minas e São Paulo.

³³⁷ Uma companhia foi estabelecida por fazendeiros com este fim. A pedido dos donos dessa companhia foram contraídos empréstimos com os capitalistas e estudos foram feitos pelos engenheiros ingleses contratados.

Macacu, local de grande escoamento de café, nascendo em função desta demanda a estrada de ferro de Cantagalo. Nos anos de 1871-1875, tal estrada venceu a serra atingindo a cidade de Friburgo, a zona cafeeira de Cantagalo, Macaé e Niterói. Cabe assinalar que a chegada da estrada de ferro em Niterói atingiu significativamente a economia de Porto das Caixas, um dos últimos portos da Baixada a desaparecer. Ou seja, com o estabelecimento dos trilhos de ferro teve início a decadência da região da Baixada que ficou por muito tempo abandonada pelo governo, exceção feita à região de Campos que se manteve graças à cultura da cana de açúcar. Em 1875, a Pedro II concluiu o seu trecho fluminense projetado, chegando até Porto Novo, ligando Valença e São Paulo, empreendimento que atingiu os centros cafeeiros de Barra Mansa e Resende. Também alcançou, a partir da travessia do vale do Paraibuna, a cidade de Juiz de Fora e demais municípios mineiros. Informa Lamego (1963) que em 1871 a via Pedro II já trafegava pela serra e que a Província apresentava 103,5 quilômetros de metros de estradas de ferro, a saber: Mauá (19,0 km), Cantagalo (48,5 km), União Valenciana (25,0 Km) e Campos - São Sebastião (11,0 km).

Com a finalização dos seus dois eixos, constituíram-se perpendiculares à Pedro II, novas linhas de penetração, iniciando-se a construção de várias estradas de bitolas estreitas. Tais obras, em geral de iniciativa particular, atendiam os interesses locais, sobretudo os fazendeiros do café e cumpriram o papel que anteriormente exerciam as estradas. Desta forma, criaram-se as estradas de Juparana (Desengano), a Rio Preto, a de Barra do Piraí em direção aos limites de Minas e a Piraí, a de Valença a Santa Teresa, a de Barra Mansa a Bananal, a rede Vassourense e, na baixada, a ligação do Rio a Santa Cruz.

Também a cidade de Campos passou a se constituir num foco de irradiação ferroviária, sendo boa parte dos investimentos realizados por iniciativa dos capitalistas desta cidade. Assim, inúmeras estradas foram inauguradas partindo em rede de Campos, sendo em 1875 completada a sua ligação com Macaé. Havia também a estrada de Carangola que ligava Campos à região norte da Província, atravessando uma extensa área dominada pelo café. Tal estrada seguia duas direções: uma para o Espírito Santo e outra para Minas Gerais.

No decênio seguinte ocorreu uma expansão da rede ferroviária financiada pelo capital agrícola, ou seja, em função da demanda do transporte do café, de cinco ferrovias que existiam em 1873, a Província em 1884 passa a ter vinte. A de Mauá

conseguiu transpor a serra, atingindo Petrópolis em 1883 e, em 1886, São José do Rio Preto.³³⁸ A estrada de Cantagalo completou a sua ligação com Rio Bonito-Macaé, conectando a região da Guanabara com a cidade de Campos, prolongando-se até Itaocara, uma importante região cafeeira. Em direção ao norte do Rio, abrangendo também uma área de produção do café, desenvolveu-se uma linha a partir de São Fidélis que dava escoamento à produção da rubiácea que descia por via fluvial de Campos e São João da Barra. Dez anos mais tarde, o pequeno trecho percorrido por rio foi substituído e Campos passou a ser ligado a São Fidélis pelos trilhos de ferro.³³⁹

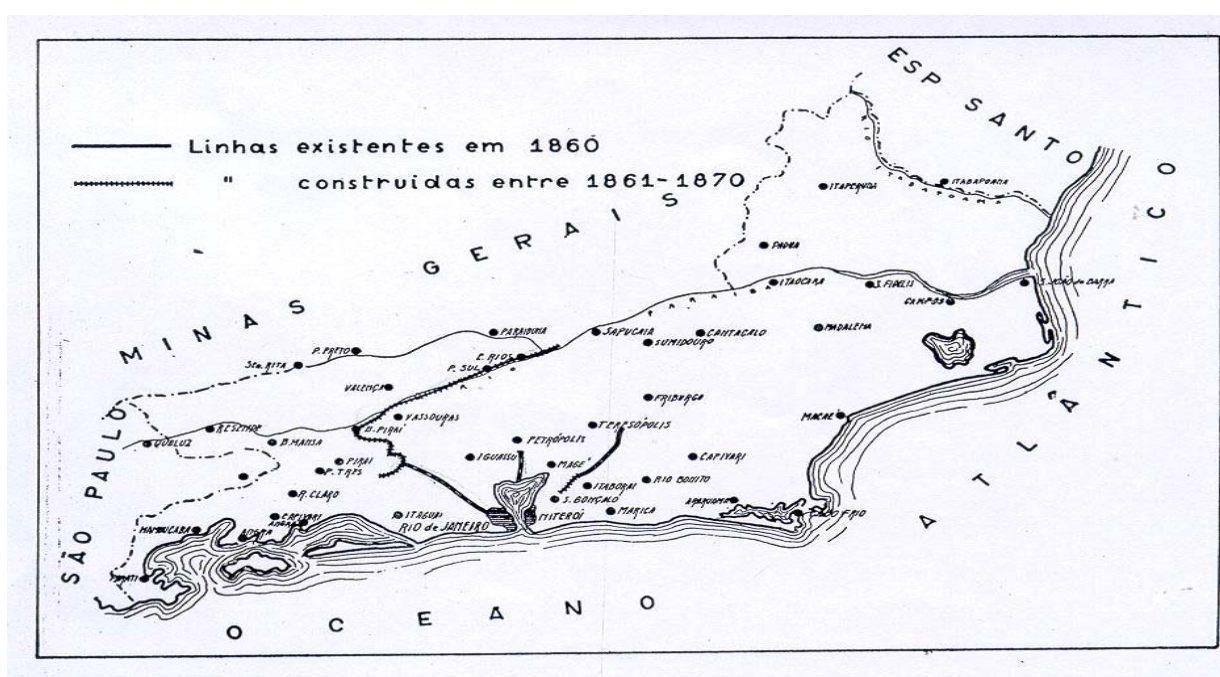
Desta forma, conforme demonstra Lamego (op.cit.) de 103,5 Km de linha férrea em 1873, no ano de 1884, a Província possuía 1.101,7 km, distribuídas pelas seguintes companhias: a) Estrada de Ferro Mauá (16,1 km), b) Cantagalo (209,4 km), União Valenciana (63,4 km), Campos- São Sebastião (18,1 km), Macaé a Campos (96,5 Km), Campos- São Fidélis (75,0km), Santo Antonio de Pádua (92,9, km), Resende – Áreas (29,0 km), Santa Isabel do Rio Preto (74,5 km) , Carangola (175,0 km), Ramal de Cantagalo (66,1 km), Comércio-Porto das Flores (24,1 km), Vassourense (6,0), Sumidouro (29,0), Barão de Araruama (40,5 km), Príncipe Grão Pará (8,8 km), Piraense (55,7 km) Bananalense (13,0km), Teresópolis, Rio Bonito-Juturnalta (8,5 km).

A Província do Rio de Janeiro com vinte companhias era a que mais dispunha desse veículo, apresentando a Província de São Paulo oito companhias, a de Minas e Bahia sete, a de Pernambuco seis e as demais não apresentando mais que três em seu território. Neste sentido, ao final do Império a Província dispunha de uma rica rede ferroviária que interligava diferentes regiões (Ver mapa 10).

³³⁸ Em 1890 tal estrada atinge Entre Rios - como havia sido estabelecido no plano original.

³³⁹ Foi aberta neste contexto a estrada de Grão Pará, ligando a capital as suas áreas suburbanas. (primitivo nome dado a estrada de Mauá).

Mapa 10 - Linhas de ferro construídas e projetadas: 1860-1870

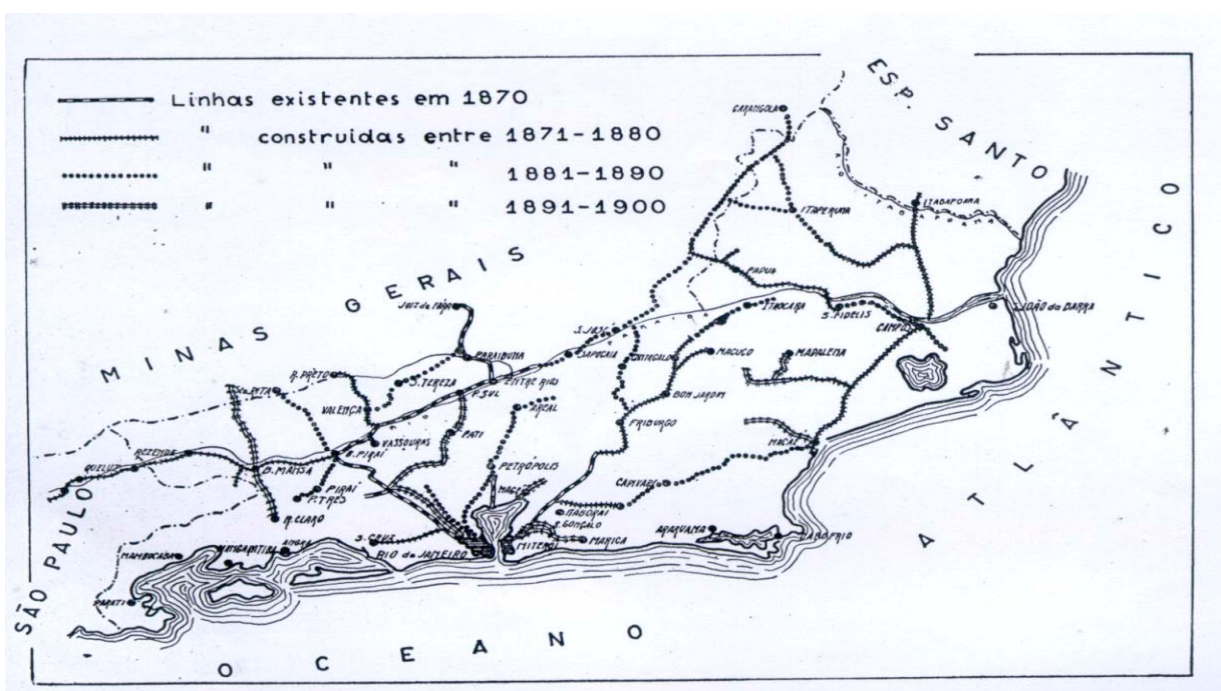


Fonte: retirado de Matos, Odilon Nogueira. Evolução das vias de comunicação no estado do Rio de Janeiro, 1949.

No final do século XIX foram construídas as estradas de ferro Melhoramentos (atualmente linha auxiliar da Central), a de Cabo Frio em direção a Maricá, a de Barra Mansa que se dirigia a Angra dos Reis e Minas Gerais, a de Teresópolis que só foi concluída em 1908 e, por fim, uma pequena linha que ligava Campos à foz do rio Paraíba.

Lamego (1963) assinala que a onda ferroviária teve forte influência dos barões do café - os verdadeiros planejadores dessas vias férreas - como foi o caso do barão de Vassouras, idealizador da futura Central do Brasil, e o conde de Nova Friburgo, responsável pela futura estrada de ferro de Cantagalo.

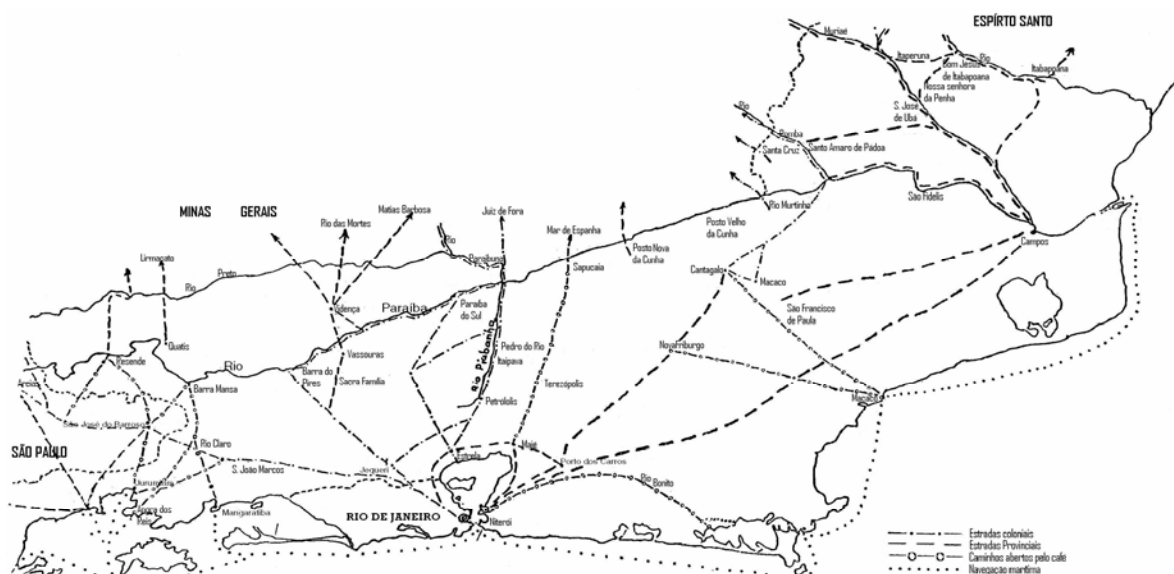
Mapa 11 - Linhas de ferro construídas e projetadas: 1870-1880



Fonte: Retirado de Matos, Odilon Nogueira. Evolução das vias de comunicação no estado do Rio de Janeiro, 1949.

Conforme podemos notar nos mapas 10 e 11 e pelos relatos dos presidentes da Província e diretores de obras de 1860, até o final deste século a Província assistiu grande desenvolvimento da sua rede ferroviária e rodoviária. O crescimento das vias de circulação possibilitou a integração de diferentes áreas no interior fluminense, elevando os fluxos intraprovinciais. Notamos que tal processo, apesar de ter ampliado o tráfego de pessoas e mercadorias, gerando o crescimento de inúmeras regiões, também foi responsável pela decadência de inúmeras localidades. Processo este que esteve vinculado ao aumento do poder das localidades com maior poder econômico e político e, também, do Estado. Neste quadro de lutas envolvendo o poder central (representado pelas decisões do Conselho de Estado e do Ministério de Obras Públicas, através de sua diretoria de obras) o regional (representado pelo presidente da Província e a diretoria de obras) e local (pelos líderes políticos e atores econômicos dos municípios), desenvolveu-se, conforme observamos nos mapas, redes de intercâmbio, redes estas que foram se desenhando, na medida em que cresceram novas formas de controle público, de gestão dos serviços de obras a cargo do governo geral e provincial, mas também do incremento da economia fluminense.

Mapa 12 - Principais Caminhos da província do Rio de Janeiro



Fonte: retirado de Ponde, Azevedo e Paula, Francisco. O Porto Estrela. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no.293, out/dez, 1971.

De acordo com os mapas 10, 11 e 12 e as informações coletadas nos relatórios, notamos que a tendência já esboçada desde o final do século XVIII de comunicação de determinadas áreas se consolidou com a implantação dos trilhos e pelos investimentos realizados em determinadas estradas. Ainda que o traçado das vias de ferro privilegiasse algumas regiões em detrimento de outras e que o governo imperial deixasse de aplicar recursos em algumas vias, a despeito das reclamações das Câmaras, verificamos que elas fortaleceram o papel econômico de regiões que já apresentavam um certo dinamismo desde o final do século XVIII. Este foi o caso da região campista e, também, de alguns trechos da região serrana e dos municípios cafeeiros, como Cantagalo, Paraíba do Sul, Resende, Valença, entre outras. Assistimos, neste sentido, o desenvolvimento da região norte e noroeste fluminense, abrangendo os municípios de Campos, São Fidélis, Itaperuna, São João da Barra e da região oeste, perpassando os vários municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Também desenvolveram-se alguns pontos de convergência de fluxos em função do dinamismo do café na cidade de Barra do Piraí, Barra Mansa, Vassouras.

Notamos que as estradas e vias férreas da região do vale do Paraíba, convergindo em direção à Corte e às Províncias limítrofes de São Paulo, Minas e Espírito Santo, vinculadas à produção e à exportação do café, desenvolveram um

padrão de rede do tipo dendrítico, padrão este estabelecido em decorrência da histórica função portuária do Rio de Janeiro. A ampliação das vias férreas e estradas de rodagem a partir de 1860 definiu zonas de maior ou menor densidade de redes como a de Campos - a região do açúcar - e o vale - a região do café, além de outras de menor monta como a do sal em Cabo Frio. Tais áreas, tomando como empréstimo a expressão utilizada por Santos em (2001), se constituíram em “regiões do mandar” e definiram “regiões do fazer”. No caso da região de Campos observamos que, convergindo em sua direção, estradas foram implantadas e ampliadas, ligando os municípios de Itaperuna, Miracema, São Fidélis, Pádua entre outras localidades dessa área, além de vias que ligavam tal município à região de Minas e Espírito Santo. Ressalta-se que sua histórica ligação com a Corte foi também fortalecida com a implantação da estrada de ferro. O desenvolvimento desta rede, conforme veremos no próximo capítulo, envolveu um conjunto de ações do poder local e vinculou-se a um histórico papel exercido pela região de Campos como centro açucareiro.

Para Lamego (op.cit.), a grande contribuição imperial na construção de rodovias foi o fato de ter possibilitado a penetração do interior fluminense e o retalhamento das suas terras em inúmeras propriedades agrícolas. Portanto, o ciclo do café representou a evolução do processo de ocupação do sertão. Assim, o desenvolvimento do transporte ferroviário foi um desdobramento de uma política já estabelecida de ligação de diferentes áreas da Província. Neste caso, conforme foi apontado pelos relatórios da Província e através das medidas implementadas pela diretoria de obras, a implantação das ferrovias representou mais um capítulo da política viária do Rio de Janeiro, a despeito dela ter transformado de forma significativa a vida política, econômica e espacial da Província.

Queremos destacar, nesse processo, a importância dos investimentos de obras públicas e com o quadro funcional integrante dessa diretoria como sinalizador da preocupação do Estado com este ramo do serviço público, assinalando que em quase todo período de 1844 a 1889 os maiores investimentos do Estado foram direcionados para este ramo.³⁴⁰ Na tabela 19 notamos que, a partir da década de 1860, os investimentos foram ampliados em função da implantação das estradas de

³⁴⁰ No relatório da Província para o ano de 1864, o presidente da Província assinala que do ano de 1859 até 1863 a Província do Rio de Janeiro despendeu com obras públicas 4.417:342\$292 réis, despesa esta considerada elevada.

ferro. No entanto, as despesas, em geral maiores que as demais rubricas, não eram suficientes para atender as demandas levantadas pelos presidentes e os representantes das câmaras municipais. Ilustrando este aspecto, no relatório da Província do ano de 1859, o presidente assinalava que durante o exercício financeiro de 1851 a 1857 o que tinha sido orçado para despesas em obras públicas não era suficiente, de forma que nesse período houve acréscimos de recursos aprovados de forma extraordinária pela Assembléia. Notamos, conforme pode ser observado na tabela 19, que muitas vezes o que realmente tinha sido despendido superava quase sempre três vezes a despesa orçada. O presidente apontava ser tal processo relacionado às imprecisões nos cálculos das despesas com as obras e aos escassos recursos destinados nas leis de orçamento. Cabe ressaltar que os presidentes também destacavam nos demais relatórios os empréstimos que foram contraídos para o pagamento das despesas com as obras públicas.

Tabela 19 - Comparação entre despesa orçada e despesa efetuada

| Exercício | Fixado | Despendido | Excesso |
|-----------|--------------|----------------|--------------|
| 1851 | 185:180\$000 | 618:765\$674 | 433:585\$674 |
| 1852 | 323:987\$00 | 1.028:875\$705 | 704:888\$705 |
| 1853 | 399:000\$000 | 1.026:094\$935 | 627:094\$935 |
| 1854 | 392:196\$000 | 951:165\$971 | 558:969\$971 |
| 1855 | 605:706\$986 | 1.228:732\$461 | 623:025\$475 |
| 1856 | 530:807\$915 | 1.154:615\$925 | 623:808\$010 |
| 1857 | 451:720\$878 | 1.068:344\$279 | 616:623\$401 |

Fonte: Relatório do Presidente da Província 1859. Organizado pela autora.

Conforme discutido, podemos perceber a partir dos dados apresentados na tabela 20 que a despesa feita pelo governo provincial em obras públicas, apesar de sofrer pequena redução de 1843 a 1850, elevou-se de forma significativa a partir de então, embora com algumas variações até 1870. Outro aspecto observado é o percentual despendido em obras públicas em relação às despesas totais. Conforme os dados e os relatórios da Província revelam, em muitos anos, as despesas correspondentes a essa rubrica equivaliam a mais de 30% das despesas totais.

Tabela 20 - Despesas em Obras Públicas: 1843-1886

| Ano | Obras Públicas | Total da Província |
|-----------|-----------------|--------------------|
| 1843-1844 | 355:148\$354 | 905:660\$000 |
| 1850-51 | 223:320\$000 | 1.449:550\$901 |
| 1856 | 680:941\$915 | 1.455:767\$733 |
| 1860 | 900:000\$000 | 3.296:285\$401 |
| 1864 | 797:771\$398 | 1.472:141\$289 |
| 1871 | 776:619\$032 | 3.920634\$197 |
| 1875 | 1.038:608\$454* | 5.060:811\$564 |
| 1881 | 452:774\$343 | 4.983:548\$324 |
| 1886 | 400:231\$558 | 1.592:172\$566 |

Fonte: Relatórios da Província, 1844, 1850, 1860, 1865, 1872, 1882, 1887 e 1890. Organizado pela autora.

* incluindo despesas com iluminação pública

Outro aspecto que também sobressaiu em muitos dos relatórios era a precariedade do quadro de engenheiros existentes para suprir serviços de acompanhamento, fiscalização e planejamento de obras que cresciam a cada ano. Percebemos que os gastos com a diretoria de obras acompanharam a evolução nos investimentos em melhoramentos, muito embora, as reclamações dos diretores quanto à insuficiência de engenheiros permanecesse até o final do século XIX. Por outro lado, ressaltamos que os funcionários daquela diretoria percebiam salários que se destacavam em relação aos demais profissionais, sinalizando o papel social que os engenheiros assumiram neste contexto. Eles podem ser considerados como planejadores do espaço fluminense, já que foram os responsáveis pela organização, fiscalização e definição de planos e projetos de circulação. Cabe assinalar que havia conflitos entre a autoridade local e a diretoria de obras em decorrência dos interesses dessas autoridades que muitas vezes não correspondiam aos projetos do governo provincial. É bem verdade que em muitos casos prevaleceram os interesses particulares dos engenheiros, já que eram integrantes da elite intelectual e econômica do Império. Daí que muitos de seus pareceres e decisões sobre obras públicas estavam vinculados aos laços de parentesco e amizade e não a critérios meramente técnicos. Neste sentido, caracterizou a atuação desse profissional uma mistura da coisa pública e privada. No entanto, ao se constituírem como um corpo,

apontamos que as idéias dos engenheiros pouco a pouco assumiram um papel de neutralidade, passando os mesmos a serem identificados como guardiões dos interesses do Estado. Tal aspecto pode ser observado nos relatórios da diretoria de obras da Província do Rio de Janeiro.

Tabela 21 - Despesas da Província por órgão do governo

| Órgãos provinciais | 1878 | 1884 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Secretaria da assembléia provincial | 29:224\$504 | 28:907\$722 |
| Secretaria do governo | 56:254\$076 | 51:931\$ |
| Diretoria da instrução | 39:970\$754 | 38:897\$711 |
| Diretoria das obras públicas | 100:107\$859 | 98:987\$390 |
| Diretoria da fazenda | 104:050\$319 | 101:199\$575 |
| Mesa provincial | 41:827\$917 | 36:206\$011 |
| Total | 370:936\$343 | 358:980\$584 |

Fonte: retirado do Relatório do Presidente da Província, 1885.

Conforme descrito na tabela 21, a diretoria de fazenda e a das obras públicas eram as que mais gastavam recursos. A partir da difusão das estradas de ferro, a diretoria de obras foi ampliada e passou a ser designado um engenheiro para acompanhar o desenvolvimento técnico e administrativo de cada companhia. A fiscalização deste profissional comportava informações de caráter técnico, tais como material empregado, traçado da companhia, dados do terreno percorrido etc, e de cunho administrativo, como pessoal empregado na companhia, movimento de pessoas e mercadorias, valor arrecadado pelo transporte, número de viagens realizadas, receita e despesa da companhia. Os pedidos de ampliação e modificação dos traçados, criação de novas vias e concessão de privilégios eram anteriormente analisados pelos técnicos dessa diretoria e estes, a partir dos pareceres expunham suas opiniões aos líderes políticos. Na tabela 22 estão relacionadas as estradas de ferro que estavam sendo fiscalizadas pela diretoria de obras. Sua leitura possibilita verificar algumas das questões apresentadas nos relatórios da diretoria de obras sobre as estradas de ferro.

Tabela 22 - Estradas de ferro da Província do Rio de Janeiro mencionadas pela diretoria de obras

| Estradas de ferro | 1875 | 1880 | 1885 | 1888 | Observações |
|--|--|--|---|---|--|
| Vila Nova a Friburgo | Em função das despesas serem maiores que as receitas sugeria a continuidade da obra e abertura da 3ª seção, conforme era obrigação da empresa. | | | | |
| Cantagalo | Apesar de estar adiantado, deverá ligar a cidade a 3ª seção | | Prorrogação de prazo para término de um ramal | 30km até Andavassú, antes do município de Macacu. | Em 1888 tinha sido vendida a outra companhia e os trabalhos de construção mais um trecho prosseguia. |
| Ramal de ligação da cidade de Sumidouro à linha de Cantagalo | | Foi autorizado o assentamento de trilhos na 3ª seção desta estrada na estação de Santa Rita até a freguesia do mesmo nome. | | Em construção | |
| Santa Izabel do Rio Preto | | Em 1880 foi chamada a abertura de capitais. | Pedido de prorrogação por mais um ano. | 73.783 metros | |
| Príncipe do João Pará | | | Solicitação ao governo para usas o prolongamento da estrada de Petrópolis a São José do Rio Preto, passando pelo Areal. | 91.650 metros | Ligava a estrada de ferro Mauá a freguesia de São José do Rio Preto. A companhia solicitou sua expansão e o pedido foi aprovado. |
| União Valenciana | | | | 63.920 metros | la da estação Pedro II a margem direita do Rio Preto |

| Estradas de ferro | 1875 | 1880 | 1885 | 1888 | Observações |
|---|---|--|---|---------------|---|
| Resende a Áreas | | | | 28.320 metros | A Província de São Paulo aprovou a modificação do traçado dessa via com o intuito de melhorar o trânsito da mesma. |
| Barão Araruama | | | | 40.500 metros | O responsável tinha contratado um engenheiro para prolongar desde de Truinfo até o arraial de São João Evangelista da Ventania. |
| Ferro Carril da estação do Comércio ao Rio das Flores | Renovado o contrato relativo ao ferro carril, ficando o empresário autorizado a prolongar o trecho até Porto das Flores, na divisa com a Província de Minas Gerais. | | Autorização para venda da companhia responsável | 36.664 metros | |
| Campos a São Sebastião | | | | 20.100 metros | |
| Sant'Anna | | Aprovado o estudo para prolongamento e início de construção | | 38.186 metros | |
| Entre a estação do Sant'Anna da estrada de Cantagalo | | Pedido para aprovar a construção de uma via ferra que passe pela estação de Sant'Anna, atravessando os territórios das freguesias de São José da Boa Morte, Guapi, Teresópolis, São José do Rio Preto e Aparecida. | | | |

| Estradas de ferro | 1875 | 1880 | 1885 | 1888 | Observações |
|---------------------------------|---|---|--|--|--|
| Macaé a Campos | Foi inaugurada sem ônus para os cofres provinciais, possuindo 96 Km 96,5 de extensão. | Tinha sido aprovada a cobrança de novas tarifas | | 96.000 metros | A companhia responsável também era proprietária da linha de Santo Antonio de Pádua (Miracema) |
| Campos a Santo Antonio de Pádua | | | A companhia pede autorização para vender a licença | 93.000 metros | |
| Piedade a Teresópolis | | | Anuncia o reinício das obras. | Projetada para medir 45.800 metros. | Os trabalhos para construção não estavam adiantados. |
| Campos a Carangola | Foi constituída a empresa e já havia sido feito estudos preliminares em toda a sua linha projetada cuja extensão era de 180 km. | | | 222.906 metros | |
| Ramal de Cantagalo | | | | 69 Km. | Estendia-se da estação de Cordeiro, na estrada de Cantagalo, até a Aldeia da Pedra, a margem do Paraíba. |
| Rio do Ouro | | | | 65.425 metros | Pertencia a Estrela |
| Ramal Bananalense | | | | 13 Km | Os trabalhos de construção para prolongamento desta via que tinham sido suspensos, foram retomadas. |
| Ramal do Norte | | | | 28 Km Parte construída e parte projetada | Pretendia-se prolongar a estrada de Magé, até a Corte |

| Estradas de ferro | 1875 | 1880 | 1885 | 1888 | Observações |
|--|------|---|---|--|---|
| São Fidélis | | Foi prorrogado o prazo por quatro meses para a construção da obra e aprovada a cobrança de tarifas nos primeiros quatro km que compreendiam as estações de São Fidelis, coqueiros, Valão das Antas e Três Irmãos. | | Projetada | Medirá 76 Km. Os trabalhos de construção estavam atrasados. |
| Entre a cidade de São Fidelis à via férrea de Macaé e Campos | | Pedido de prorrogação | | | |
| Marica | | | | 23 km de leito aberto e 9 km de trilhos | Tinha sido vendida a uma companhia e autorizada pelo presidente para prolonga-la |
| Rio Preto em Campos | | Projetada | | | Tinha sido concedido a um engenheiro construir uma estrada que partiria da junção do Rio Preto com a estrada da Pedra Lera, até a margem do Paraíba, com extensão de 15 km. |
| Ferro Carril Paraybuna ao Porto das Flores. | | | A companhia pede autorização para mudar o traçado | Parte construída 26.000 metros. Projetada para ter 33 metros | Em 1880 tinha sido prorrogado por mais um ano o contrato |
| Prolongamento da estrada de Mauá desde a raiz da serra da Estrela até a cidade de Petrópolis | | Pedido de prorrogação. | | | |

| Estradas de ferro | 1875 | 1880 | 1885 | 1888 | Observações |
|--|---|--|--|------|-------------|
| Linha de carris de ferro entre a estação da Sapucaia até a sede da freguesia de Aparecida | | Permissão para transferir o contrato e prorrogar os estudos de da linha. | | | |
| Niterói a Campos | 1ª seção a empresa informava que não poderia dar continuidade as obras. Os cofres públicos sofreram encargos em função disso. | A companhia estava liquidando suas ações | | | |
| Estrada de ferro Pirahense | | | Permissão para trafego nas duas primeiras seções da linha, com extensão de 37,7 km. O governo cobrava uma multa pois a companhia não tinha ainda cumprido uma das cláusulas do contrato. | | |
| Prolongamento do ramal do Rio Bonito da estrada de ferro de Cantagalo | | | Aprovado estudo e tinha sido iniciada o começo do prolongamento | | |
| Cantagalo a estrada de ferro de Cantagalo, da estação de Sant'Anna de Muruhy a Ponte d'Área. | | | Recomendação da diretoria para realizar estudos | | |
| Ramal férreo do engenho central do Rio Negro | | | Contrato para construção de 41 km de linhas férreas. | | |

Finalmente quanto ao aspecto da circulação realizada no interior das municipalidades, notamos a partir do quadro 2 que grande parte das preocupações das municipalidades estava relacionada aquela. Observamos que prevaleceram nos primeiros anos de administração provincial as solicitações das Câmaras relacionadas à construção de pontes e ligação das áreas por meio das inúmeras lagoas que existiam na Província. Muito embora o levantamento e pedido das Câmaras para construção de estradas ligando pontos onde prevaleciam trocas comerciais já estivessem presentes desde o primeiro relatório, as solicitações das Câmaras e as sugestões do presidente da Província refletiam a existência de trocas comerciais em diferentes localidades e os problemas de circulação pela Província decorrentes das características fisiográficas prevalentes no território fluminense.

Observamos por outro lado que, à medida as cidades foram crescendo, novas demandas foram requeridas pelas municipalidades, justificando o presidente os pedidos das Câmaras, no item do relatório denominado “municipalidades”. A partir das informações que constam no anexo 13, referentes às solicitações e pedidos das Câmaras municipais do ano de 1840 a 1889, podemos perceber que as demandas das localidades relacionadas à questão da circulação intraprovincial permaneceu como um dos principais pedidos das Câmaras.

Quadro 2 - Obras realizadas e necessidades das municipalidades relacionadas à circulação - 1840

| ANO | MUNÍCIPIO | DEMANDAS |
|-----------|------------------|---|
| 1840-41 | 1 Parati | 1.1 mudança de direção da estrada velha de Parati e reparos nos trechos em direção ao Registro da Caxoeira (governo geral) 1.2 Os moradores de Parati pediram as governo que continuasse o conserto da Estrada Nova de Parati. 1.3 continuidade da obra na estrada de Mambucaba e construção de ponte |
| | 2 Angra dos Reis | 2.1 Continuidade da estrada do Ariró 2.2 melhoramento da estrada da Pedra 2.3 construção de ponte sobre o rio Caputera e arrematação para construção de pontes 2.4 Melhoramento no aterrado do Palheiro 2.5 arrematação para reparo e melhoramento da serra velha |
| | 3 Mangaratiba | 3.1 obras na estrada de Mangaratiba 3.2 Construção de uma nova ponte no Sacco da Praia 3.3 Construção de parte de estrada e construção de nova estrada fazendo comunicação entre a villa de Mangaratiba e o Sacco desse nome. |
| | 4 Itaguahy | 4.1 obras na estrada de Itaguaí além da serra 4.2 obras no aterrado do Quilombo entre a vila de Itaguahy e a serra e do aterreda do Cahe-Tudo |
| 1844 | 5 Araruama | 5.1 ligação de canal entre a Lagoa de Saquarema e Araruama. |
| | 6 Cabo Frio | 6.1 Uma barca e uma máquina para a abertura de baixios. |
| 1846 | 1 Niterói | 1.1 Calçamento das ruas principais e aterro das interiores. 1.2 Melhoramento da estrada que segue em direção a Itaborahi. 1.3 Construção de um canal e melhoramento da navegação dos rios. |
| 1846-1847 | 1 Magé | 1.1 Melhoramento da navegação do rio ou construção do canal. 1.2 Um cais na vila |
| | 2 Itaboraí | 2.1 Encanamento do rio Iguá. 2.2 Construção de ponte sobre no rio da Aldeia e no rio Bacachá 2.3 Melhoramento da estrada da vila ao Porto Sampaio 2.4 Melhoramento da estrada que dá extinta Vila Nova vai ao porto de embarque |
| | 3 Itaguahy | 3.1 Calçamento de ruas; consertos de pontes na estrada do Mato Rei, aterros em calçadas e acabamento de paredões. |
| | 4 Paraíba do Sul | 4.1 Conserto de ponte sobre o rio Piabanha na estrada que de se dirige ao Mar Hespanha. |

| | | | |
|-----------|----|-------------------|--|
| 1846-1847 | 5 | Parahty | 5.1 Construção de pontes na cidade 5.2 Continuação da estrada nova da Serra de Parahty e reparo nas estradas |
| | 6 | São João Príncipe | 6.1 Construção de ponte sobre o rio Pirai no porto João Gomes |
| | 7 | Iguassu | 7.1 Continuação da obra de junção do rio Utum ao Iguassu. |
| | 8 | Vassouras | 8.1 Construção de ponte na estrada da Policia. 8.2 Melhoramento e reparo na estrada da Polícia |
| | 9 | Barra Mansa | 9.1 Uma ponte sobre o rio Paraíba e sobre o rio Bananal 9.2 Construção de estradas em direção da ponte do rio Paraíba e construção de atalhos na estrada que segue em direção a Mangaratiba |
| | 10 | Resende | 10.1 Abertura de estradas, continuação da estrada do Presidente, atravessando Pirai, Barra Mansa, Resende até o Picú 10.2 construção de ponte na estrada Geral de Barra Mansa. |
| | 11 | Pirai | 11.1 Construção e consertos de pontes e nova ponte que faz fronteira com o município de Passa Três. 12.1 Conclusão da estrada da Japuhya |
| | 12 | Angra dos Reis | 13.1 Construção de pontes |
| | 13 | Cantagalo | 14.1 Construção de pontes 14.2 Calçamento de trecho na estrada da Polícia 14.3 Melhoramento da estrada do Comércio |
| | 14 | Valença | 15.1 Construção de pontes 15.2 Melhoramento de estradas |
| | 15 | Maricá | 16.1 Construção de pontes 16.2 Consertos de estradas 16.3 Construção de nova estrada na Serra do Tingui |
| | 16 | Squarema | 17.1 Abertura de baixios 17.2 Construção de pontes na cidade 17.3 Construção de estrada para ligação com a vila de Capivari |
| | 17 | Cabo Frio | 18.1 Construção e conserto de estradas 18.1 Construção de várias pontes e pontilhões, além de aterros |

| | | | |
|------|----|---------------------|--|
| | 18 | Santo Antônio de Sá | 19.1 Construção de pontes 19.2 Conserto de estradas para comunicação com Saquarema |
| | 19 | Capivari | 20.1 Melhoramento de caminhos e calçamento das ruas principais. 21.1 Dessecamento de pântanos |
| | 20 | Niteroy | 21.2 Continuação da estrada em direção ao município de Iguassú 21.2 Abertura de caminhos |
| | 21 | Estrela | |
| 1848 | 1 | Saquarema | 1.1 Conserto de estrada na serra do Tinguay, reparo da estrada na serra de Gurupina e construção de ponte em um dos braços da Lagoa. |
| | 2 | Campos | 2.1 Conclusão do canal do Nogueira e estabelecimento de uma barreira na saída do canal para o rio Paraíba 2.2 Reparo na estrada de comunicação com Cantagalo e de estradas em direção a Província de Minas e pelo rio Pomba 2.3 Construção de ponte e pontilhões em inúmeros ribeirões 2.4 Reembolso de dinheiro arrecado com a passagem de canoas. |
| | 3 | Estrela | 3.1 Abertura de estrada provincial para a comunicação com Magé e Iguassu, a concessão de uma barca para a passagem par o rio Iguassu, conserto da estrada principal da freguesia do Pilar, construção de duas pontes, uma sobre o rio Piranga e outra na Praia Grande. |
| | 4 | Piraí | 4.1 Reconstrução da ponte do Arataca entre Piraí e Passa - Trez, e reparo e construção de pontes em vários rios. |
| | 5 | Angra dos Reis | 5.1 Conclusão da estrada da Japuhiba e construção de pontes na freguesia de Santa Anna da Ilha Grande. 6.1 Conclusão da estrada Velha da Serra que ligava Minas com São Paulo. |
| | 6 | Parati | 7.1 Abertura de uma estrada, reparo da estrada do Bocaina, construção de pontes, abertura de atalhos. |
| | 7 | Resende | 8.1 Reparos na estrada de Itaboraí |
| | 8 | Niteroy | 2.2 Construção de pontes próximo ao arraial de São Gonçalo 2.3 Construção de estradas para a freguesia de São Gonçalo |
| | 9 | Maricá | 9.1 Conserto e calçamento da Serra do Urussanga 9.2 Construção de ponte sobre o rio Ubatiba em estrada que dá comunicação com a vila de Itaboraí e reparo de outras pontes e aterro. |
| | 10 | Capivari | 10. Construção de ponte sobre o rio Capivari e São João e de pontilhões na Estrada Geral. |

| | | |
|-----------|---|---|
| 1848 | <p>11 Cabo Frio</p> <p>12 São João da Barra</p> <p>13 Barra Mansa</p> | <p>11. Escavação de baixios da lagoa de Araruama</p> <p>12.1 Construção de um cais na margem do rio Parahiba</p> <p>13.1 Construção de ponte sobre o rio Parahiba</p> <p>13.2 Construção de estradas para comunicar com Minas Gerais e a estrada do Presidente</p> <p>13.3 Abertura de atalhos</p> <p>13.4 Construção de pontes.</p> |
| 1849-1850 | <p>1 Estrela</p> <p>2 Itaboraí</p> <p>3 Rio Bonito</p> <p>4 Niterói</p> <p>5 Campos</p> <p>6 Capivari</p> <p>7 Angra dos Reis</p> <p>8 Saquarema</p> <p>9 Cabo Frio</p> <p>10 Resende</p> | <p>1.1 Colocação de uma canoa no rio Iguassu, abertura de canal no rio Mantiqueira e reforma das estradas intermunicipais dos pontilhões.</p> <p>2.1 Ponte sobre o rio da Aldeia, construção de cais no Porto das Caixas.</p> <p>3.1 Conserto de estradas</p> <p>3.2 Conserto de pontes e construção de pontilhões</p> <p>3.3 Construção de um aterrado sobre rio</p> <p>3.4 Construção de canal entre o rio da posse até o Macacu</p> <p>4.1. Obras no canal do Nogueira e construção de muralha no rio Parahiba</p> <p>4.2. Construção de pontes e pontilhões</p> <p>6.1 Construção de quatro pontilhões na Estrada Geral</p> <p>6.2 Construção de pontes</p> <p>6.3 Reparo da Estrada Geral e construção de um aterrado</p> <p>6.4 Abertura de canal no rio Capivari</p> <p>7.1 Conclusão da estrada da Japuhiba</p> <p>7.2 Construção de duas pontes</p> <p>8.1 Conserto de estradas e pontes</p> <p>8.2 Calçamento de estradas</p> <p>8.3 Calçamento de aterrado e construção de muralha em direção a praia do Saco</p> <p>9.1 Abertura de baixios na lagoa de Araruama</p> <p>9.2 Construção de um cais na cidade</p> <p>9.3 Abertura de uma estrada para dar comunicação com vila de Capivari</p> <p>10.1 Abertura de estrada em direção ao porto mais próximo e reparo na estrada do Bocaina</p> <p>10.2 Construção de uma ponte sobre vários rios</p> <p>10.3 Continuação da construção da estrada do Presidente</p> |

| | | | |
|----------------|----|------------------------------|--|
| 1849 - 1850 | 11 | Vila de São João da Barra | 11.1 Construção de um cais de pedra no rio Parahiba |
| | 12 | Vassouras | 12.1 Reparos na estrada da Polícia 12.2 Reconstrução da ponte da Constança e de demais pontes |

Fonte: Relatórios da Província do Rio de Janeiro. Anos: 1835, 1840, 1844, 1846, 1847, 1848, 1849 e 1850. Organizado pela autora.

5.2. EXISTIA UMA REDE URBANA NO ESPAÇO FLUMINENSE

Refletindo sobre o processo de constituição da rede urbana na Província do Rio de Janeiro poderíamos tomar emprestada a sugestão de Milton Santos (2001, 2002) para propor a existência de quatro momentos que caracterizaram o seu arranjo territorial. O primeiro momento “um verdadeiro meio natural”, o espaço da Província se caracterizava pela presença dominante da natureza primitiva e dos índios, civilizações que em função da utilização de técnicas simples pouco interferiam no espaço. No segundo momento, também de escassa circulação e povoamento, tinha o espaço do Rio de Janeiro alguns pontos ocupados de gente e já se apresentava uma demanda de controle sobre os estrangeiros e nativos. Estamos nos referindo ao período compreendido entre a segunda metade do século XVI até fins do XVII. A presença portuguesa e os seus projetos políticos de ocupação do território configuram o esboço da técnica do controle, embora ainda não totalmente evoluída a ponto de permitir a apropriação das diferentes áreas. Dessa forma, o espaço fluminense apresentava pequenos núcleos - em geral aldeias e aldeamentos - aglomerações “mesquinhas”, localizadas, sobretudo, próximas aos cursos de água. O controle da Coroa também se manifestava pela rede de fortificações que foi se constituindo no entorno da baía de Guanabara e pela apropriação dos religiosos dos morros situados na cidade do Rio de Janeiro e, mais tarde, em função das doações, nos arredores do recôncavo guanabarino. A predominância do denominado “meio natural”, caracterizado pela grande dependência do homem à natureza, foi assinalado por Bernardes (1990) quando afirmava que uma luta permanente do homem contra o pântano a montanha e o mar foram fatores determinantes para a instalação dos inúmeros núcleos urbanos na região fluminense. Esse processo, que para Azevedo (1956) teria constituído

“aglomerados urbanos marítimos” pode ser ilustrado quando se analisa o aparecimento dos primeiros núcleos urbanos da Província e a sua dependência aos fatores naturais, conforme se deu nas cidades que surgiram seguindo os estuários e os vales dos rios principais da Província e de seus afluentes, tais como Barra de São João, Macaé e Paraíba do Sul. No interior, o Paraíba do Sul uma estrada natural de acesso, tanto para a capitania de São Vicente, quanto à região de Minas, as cidades tiveram desenvolvimento a partir dos seus afluentes: Paraibuna, Pomba e Muriaé, principalmente. Pelo Paraíba do sul e seus afluentes, em especial o Muriaé e o Pomba, atingiram-se o Norte e o Noroeste fluminense. A bacia do São João possibilitava a ligação do litoral com a encosta da Serra do Mar, o mesmo acontecendo com os rios Macaé e Macabu e os tributários da Baía de Guanabara, como o Iguaçu, o Inhomirim e o Macacu, dentre outros.

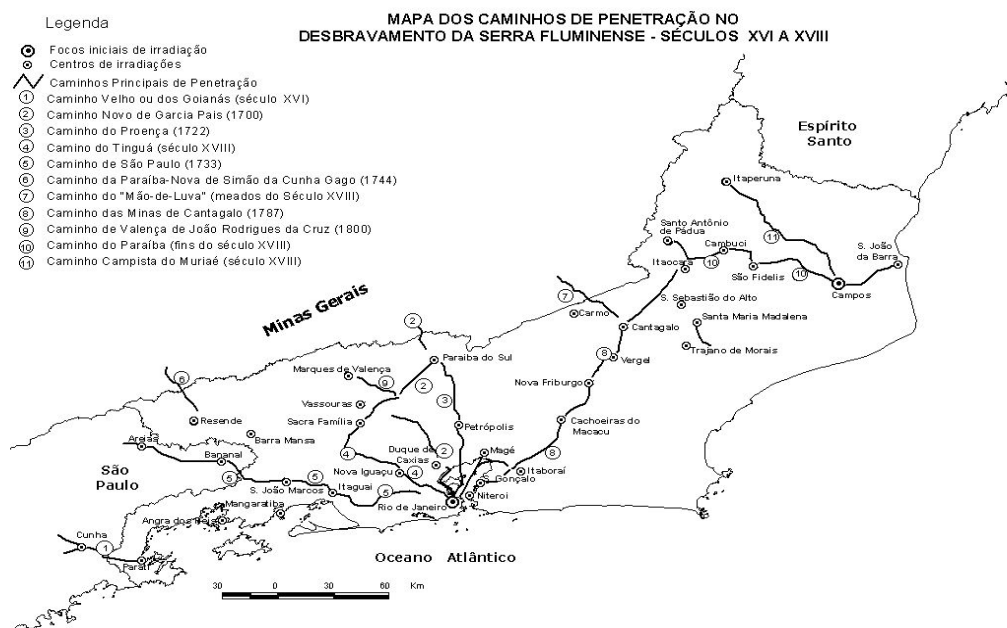
O terceiro momento, caracterizado pela abertura de picadas e caminhos, bem como pelo maior conhecimento e uso das vias fluviais e também pela presença maior da Coroa no território fluminense, inicia-se em meados do século XVII, assistindo grande desenvolvimento em função da economia do ouro, da técnica de circulação e do mando. Regiões, conforme demonstrou os trabalhos de Zemella e Monte Mór, foram configuradas, definindo-se um esboço de integração do território. No caso do Rio de Janeiro, tal processo foi deflagrado com a abertura do Caminho Velho e do Caminho Novo, estradas que deram início à ocupação do chamado “sertão oeste”, consolidando fluxos convergentes em direção à baía de Guanabara e redefinindo o papel do Rio de Janeiro, que passou a ser o mais importante espaço de poder. A instalação de uma rede administrativa e fiscal no século XVIII nos principais caminhos pelos quais circulavam o ouro, o crescimento populacional e das cidades, as mudanças na forma de administrar o território, sobretudo após a chegada da família real no Brasil, irão definir novos grupos sociais na disputa pelo poder político, econômico e espacial.³⁴¹

O quarto momento teve como evento desencadeador a proclamação da independência e caracterizou-se pela evolução da rede de circulação e de cidades

³⁴¹ O chamado “sertão oeste” se estabeleceu a partir da abertura do Caminho Novo. Ao longo de seus trechos se fundaram vendas e varandas, postos de fiscalização, paragens, paróquias e freguesias. A mais antiga freguesia originou-se de uma capela “Nossa Senhora da Conceição de Pati dos Alferes”. A prosperidade dessa freguesia esteve relacionada à sua localização, entre duas estradas para o interior de Minas (Caminho do Tinguá e do Couto) e variantes. Nesses caminhos, lavouras de café avançaram expandindo a fronteira agrícola e dinamizando a produção regional (Fridiman, 2001).

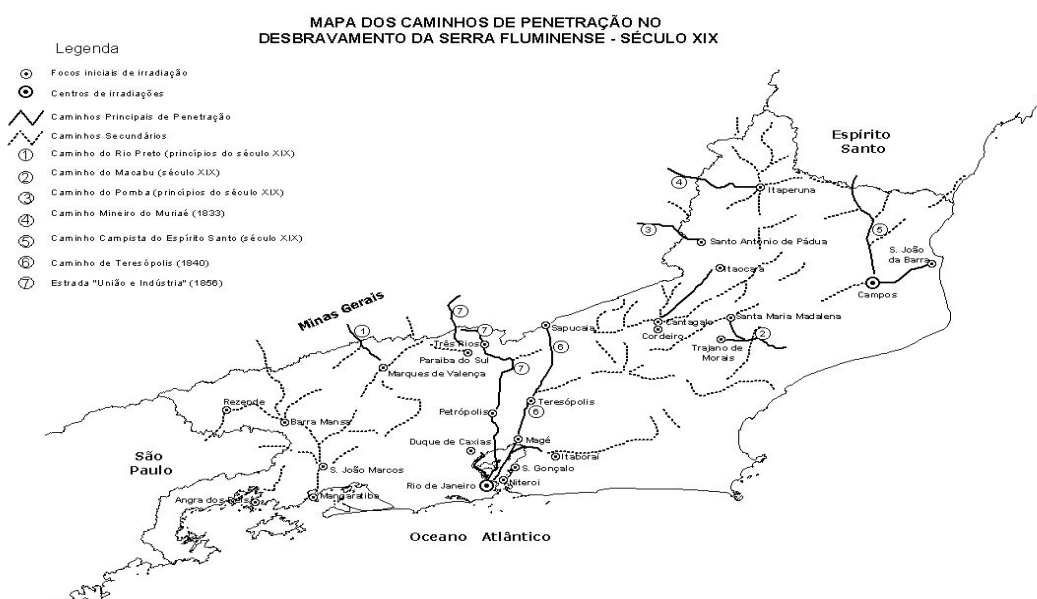
no território fluminense, podendo ser subdividido em dois. O primeiro, que se inicia no fim do século XVIII e vai até a terceira década do século XIX, período de crise econômica e política, onde se assistiu um refluxo em termos de investimentos particulares e públicos, o que concorreu para quase nenhuma modificação no espaço fluminense. O segundo, a partir da década de 1830, tendo o seu auge a partir de 1850 quando assistiu uma transformação significativa. A partir desse período nota-se que o Estado passou a investir progressivamente em políticas para integrar o território fluminense. Cabe ressaltar que tais políticas não só foram empreendidas na Província do Rio de Janeiro mas adotadas, em maior ou menor grau, em todo território brasileiro. Simbolizavam os novos tempos, as novas demandas políticas, econômicas, sociais e culturais da época das Luzes, daí incorporarem novos saberes, constituindo-se novos códigos de linguagem na qual o discurso científico se legitima e se estrutura em torno das instituições acadêmicas. Em sintonia com a rede de administração que estava sendo criada, uma nova forma de compreender e interferir no espaço caracteriza a ação dos técnicos e administradores da Província, o que levou um maior conhecimento sobre o seu território. Assim, desse novo sistema técnico que se esboçava em decorrência da nova forma que a sociedade passou a se relacionar com o seu espaço, um novo arranjo espacial se impôs, redesenhando o território fluminense. Tal desenho teve como traços estruturadores os aparatos técnicos de poder que se disseminaram no espaço a partir das cidades. “Próteses” implantadas nos quatro cantos da Província com o intuito de levar ao sertão a civilização justificaram a instalação de estradas, pontes e demais melhoramentos, mas também instituições como escolas, cadeias e casas de câmara. Desse modo, quando as novas formas de circular se impõem por meio das linhas de ferro, estas devem ser entendidas como o desdobramento de um processo já em curso.

Mapa 13 - Caminhos de penetração no desbravamento da serra Fluminense - séculos XVI a XVIII



Fonte: Lamego, Alberto, 1963.

Mapa 14 - Caminhos de penetração no desbravamento da serra Fluminense - século XIX



Fonte: Lamego, 1963

Assim, conforme pode ser observado no mapa acima, ilustrando a evolução do traçado da Província do Rio de Janeiro, do período colonial até fins do século XIX, percebemos que muitos dos caminhos foram herdados da economia do ouro e das intensas relações que se estabeleceram entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Observamos que no primeiro momento, em função da precariedade dos caminhos e das circunstâncias do terreno, a via fluvial assumiu grande destaque na circulação, paralelamente ao trânsito realizado através das picadas e caminhos que pouco a pouco foram se ampliando. Estes, associados às pontes e estradas, possibilitaram o desenvolvimento do traçado provincial, no qual circulavam mercadorias, pessoas e ordens. A partir dos antigos caminhos e de investimentos do governo imperial no século XIX transpôs-se a serra fluminense pelas estradas, com destaque para a estrada “União Indústria”, que segundo Lamego (1963) representou uma revolução em termos de transporte brasileiro, possibilitando a travessia da serra do Mar em carruagens do Rio de Janeiro para Minas Gerais. Deveu-se também à administração imperial e, particularmente, à civilização do café a introdução da navegação fluvial a vapor realizada em alguns rios da Baixada fluminense. Tal serviço, no entanto, desapareceu com a chegada da ferrovia.³⁴² Assim, no processo de desbravamento do Rio de Janeiro, não foram os rios, mas as estradas herdadas do período colonial as responsáveis pela penetração em vários pontos da serra. O desdobramento do traçado das estradas, ajustado às futuras vias férreas, possibilitou a definição de um arranjo espacial com um sensível nível de integração interna, conforme podemos verificar nos mapas.

Os trabalhos de Zemella(1951), Fragoso (1992) e Monte-Mór (2001) são exemplares para demonstrar o peso que o Estado, os comerciantes, a Igreja, os financistas, conforme discutido por Vasconcelos (1997), Marx (1991) e Abreu (1998), assumiram no processo de construção do espaço colonial e, mais tarde, da nação brasileira, processo esse que resultou em esboço de integração de suas regiões por meio da abertura de caminhos e criação de cidades. Por outro lado, ao levantar as tentativas de disseminação de valores modernos, de laicização dos espaços e de

³⁴² Reportando-se a Resende, Whately (1987) coloca que três formas de transporte prevaleceram no município, o primeiro pela estrada, o segundo por via fluvial e o terceiro pela via ferroviária. Informava que, apesar da idéia de construção de uma ferrovia já alimentasse o sonho dos resendenses desde 1840, muitos dos representantes locais colocaram-se contrários à sua construção, argumentando que seria muito mais interessante melhorar o transporte fluvial. Diziam estes representantes que a extensão dos trilhos de ferro iria liquidar os pontos comerciais existentes nas margens do rio que eram navegados pelas barcas, localizados entre Barra do Pirai e Campo Belo, também alegando que a via férrea iria liquidar a indústria local e os portos por onde era realizado grande parte da comercialização do café.

controle e difusão de novas idéias sobre povo, nação, espaço público e privado, os trabalhos de Reis (1968), Santos (1968), Marx (1991) e Abreu (1987) servem de pistas para compreendermos como a idéia de projeto, ou como prefere Delson (1997), de um programa de planejamento para construção de vilas, está intrinsecamente relacionado ao processo de afirmação do Estado.

As colocações de Abreu (1997) quanto ao conjunto de saberes técnicos voltados para organização dos espaços da cidade apontam para a necessidade de discutir sobre a ampliação das obras públicas, em especial aquelas relacionadas à construção de estradas e pontes que passaram a centralizar um conjunto de esforços do Estado. Tal processo, por envolver iniciativas públicas e privadas e diferentes projetos políticos, econômicos e sociais, foi responsável pela mudança no espaço fluminense pela alteração da forma e das funções de inúmeras áreas.

Como relatado pelos Presidentes da Província do Rio de Janeiro em vários anos, uma das questões mais importantes era promover a integração da Província por meio dos investimentos em obras. De acordo com as suas preocupações, notamos que apesar dessa idéia permanecer, os meios de atingi-la sofreram modificações ao longo do período analisado. Nesse sentido, se num primeiro momento a idéia era integrar a Província a partir da construção de pontes e canais, aproveitando-se o máximo as vias fluviais e terrestres, projeto que teve adeptos até a final de 1860, o segundo momento, em função da introdução dos trilhos de ferro, adaptou esse ponto de vista. Conquanto que o projeto de integrar de norte a sul e de leste a oeste o território fluminense ainda permanecesse como idéia força, aproveitando as principais vias fluviais, o plano apresentado em 1871 deixou claro que as vias que iriam determinar essa ligação não seriam mais as estradas, mas sim as ferrovias. Em função destes debates e das iniciativas que foram tomadas durante cerca de quarenta anos pelo governo provincial instalando estradas, pontes, barreiras, modificando a estrutura da diretoria de obras e demais ações políticas relacionadas aos melhoramentos materiais, consideramos que a política espacial da Província tinha em vista fortalecer o comércio intraprovincial, bem como as funções do Estado. Assinalamos neste processo os múltiplos papéis assumidos pelos fazendeiros que eram também empresários, políticos e comerciantes e tiveram uma participação expressiva na constituição e definição dessa política viária.

O plano de viação elaborado em 1871, que refletia as discussões da diretoria de obras, das Assembléias e Câmaras, do Ministério de Agricultura e Obras

Públicas e dos comerciantes e empresários, finalmente apontava as vias principais e secundárias do território fluminense, reivindicação antiga de algumas Câmaras municipais e governos provinciais. Esta medida constituiu-se no caminho para a escolha dos investimentos públicos em estradas, pois propunha novos critérios para classificar e definir as vias, hierarquizando-as segundo sua função e uso. Ao cumprir este papel a nova classificação elaborada pela diretoria de obras apontava os municípios que compunham o que denominamos “nós” de uma rede urbana e, neste sentido, as áreas que determinariam o futuro arranjo territorial da Província. Na medida em que as chamadas vias provinciais de primeira ordem foram recebendo maior atenção do governo, estas passaram a assumir a função primordial de escoar os produtos, fortalecendo os setores políticos e econômicos que se utilizavam desta via, localizados em algumas cidades. Estes “nós” da rede urbana - assumiram o papel de distribuir mercadorias e ordens, ampliando as suas funções na medida em que incorporavam novos espaços. Conquanto tal processo tenha fortalecido a cidade do Rio de Janeiro, receptora preferencial dos fluxos econômicos e políticos da Província, não podemos deixar de perceber a existência de fluxos regionais comandados pelas regiões do café e açúcar já que se constituíram como subespaços de importância significava em termos políticos e econômicos.

Assinalamos, portanto, que o processo de escolha destas vias estava relacionado a um jogo de poder entre o governo provincial, central e local, o que pode ser notado pela incorporação e substituição das estradas na lista de primeira ordem e na permanente mudança de classificação. Indicador de processos conflituosos, a incorporação e supressão das estradas indicavam a intenção de direcionamento de fluxos que melhor atendiam os interesses políticos e econômicos do governo provincial, sem destacar as influências dos poderes locais que sempre prevaleceram. Sinalizando os conflitos relacionados à escolha das vias que mais receberiam a atenção do governo e do traçado que iria prevalecer, queremos assinalar, as falas dos presidentes da Província a partir de 1870 demonstrando a preocupação de que as obras públicas ficassem sob responsabilidade do governo - por “administração” - e que as realizadas por arrematação fossem mais controladas, tendo em vista os problemas com os contratos, em geral executados por fazendeiros/empresários locais. Neste aspecto, as mudanças nas funções da diretoria de obras realizadas durante este período, implicando numa nova organização de suas seções, além da ampliação do quadro, mais distribuído pelos

municípios da Província, indicavam a necessidade de um maior controle por parte do governo provincial nos diferentes espaços do Rio de Janeiro. Por outro lado, a própria centralização de funções que passou a ter o Ministério de Agricultura e Obras Públicas no período imperial,³⁴³ parece ser indicativo de uma política que priorizava definir novos usos e uma maior racionalização dos espaços. Neste sentido, cabe lembrar que, criado em 1860, tal ministério teve grande destaque nas últimas décadas do Império, sendo o responsável por todas as despesas relacionadas aos “melhoramentos materiais”, tais como a construção de ferrovias, pontes, engenhos centrais, colonização, vias de navegação a vapor, serviços amplamente disputados pelas elites provinciais.³⁴⁴

Conforme disse Moraes (2002), no período imperial a expansão da base física do Estado se constituiu numa de suas metas hegemônicas, afirmando que no contexto de consolidação da nação brasileira começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não apenas com sua sociedade, mas com seu território. Assim, confrontando a análise desse autor com as interpretações sobre o processo de unificação do Brasil Imperial, realizadas por historiadores e cientistas sociais, a coesão da nação não teria sido assegurada apenas em torno da manutenção da escravidão, como nos afirma Gorender (2000),³⁴⁵ ou da articulação de uma elite intelectual com uma visão de mundo semelhante (Carvalho, 1996),³⁴⁶ mas pela promessa de manutenção fundos territoriais, ou seja os sertões, as áreas vazias, as fronteiras - espaços que embora conhecidos e submetidos a uma jurisdição política, portanto, ainda não se constituíam em territórios. Consideramos que no território fluminense esse processo se manifesta ideologicamente nos discursos de administração proferidos pelos presidentes da Província e, materialmente, por meio dos investimentos feitos pelo Estado Imperial visando à ampliação da base física do seu poder. Os discursos proferidos por tais atores, baseados em teóricos iluministas,

³⁴³ Os recursos colocados para tal ministério correspondiam cerca de 19% do total entre os anos de 1860 a 1889, os demais - 14% - eram distribuídos entre os ministérios do Império, Justiça e Estrangeiros. Associada a estes processos parece também ter relevância a difusão dos saberes técnicos e científicos que subsidiavam os projetos imperiais e sua vinculação aos interesses do Estado e da burguesia comercial.

³⁴⁴ Cabe lembrar que de 1844 a 1849, os gastos em obras públicas cresceram de forma significativa, atingindo no último quinquênio, um pouco menos de 1/3 das despesas gerais do Estado. Esses gastos concentraram-se nas Províncias do sul, sobressaindo-se as despesas para a construção de estradas de ferro e em obras de melhoramento na Corte.

³⁴⁵ Para Gorender (2000), teria se constituído “o modo de produção escravista” que além de assegurar a escravidão do Brasil, a despeito dos protestos e interesses dos ingleses, influiu poderosamente na unidade nacional.

³⁴⁶ Oliveira (2003), contesta a tese de existência de um consenso das elites, sustentado numa suposta homogeneidade de formação e atuação, afirmando que não havia uma concordância tácita quanto ao futuro projeto da nação.

caracterizaram-se pelo significado particular aos problemas, dilemas e soluções para o país e para as suas diferentes regiões. Ao nosso ver, no Rio Janeiro a política imperial de expansão de sua base física ocorreu a partir das cidades, dado que pressupõe a existência de uma rede urbana com certo nível de hierarquização no século XIX. Sua produção constituiu e definiu uma hierarquia como reflexo do jogo social e da luta pelo poder dos atores hegemônicos responsáveis pela produção e consumo do espaço. Assim, por meio do incentivo à abertura dos caminhos, processo este que dava continuidade a uma política empreendida a partir do século XVIII, passou o Estado Imperial a investir cada vez mais em obras públicas. Um outro dado que poderá ilustrar tal processo diz respeito ao aumento da rede de Coletorias e Barreiras, que se expandiu a partir de então, denotando um projeto no sentido de incrementar a arrecadação e o controle dos fluxos.

Por outro lado, as diferentes propostas de integração do país elaboradas pelos engenheiros, atores que desfrutavam de grande prestígio político naquele contexto, refletiam um jogo de poder, cujo espaço de luta se estabelecia em várias arenas políticas. Assim, a decisão sobre a importância e viabilidade de uma via extrapolava os circuitos acadêmicos e profissionais e se estendia para vários fóruns políticos, fato que apontava a existência de conflitos envolvendo Estado e agentes privados sobre a decisão de um traçado e o volume de investimento. Conforme apontado pelos planos viários, por onde iriam passar e quais os fluxos seriam privilegiados foram discussões que mobilizaram importantes atores no período imperial. Neste caso compreendemos que as discussões sobre planos enquadraram-se no debate sobre a formação das redes.

Retomando a discussão sobre a política administrativa, queremos então debater a criação das cidades fluminenses como um meio específico de criação de órgãos locais do poder, tese esta de Sérgio Buarque de Holanda que teve sua origem teórica na obra de Max Weber. Queremos apontar que o debate dos atores políticos do Império não só sinalizou intenções de constituir um novo arranjo político econômico e social, mas também instaurou uma forma de pensar o espaço e o território em diferentes escalas. Por terem se fundamentado num olhar a partir das cidades, das chamadas municipalidades, o desenvolvimento de estruturas físicas e administrativas nesses espaços contribuiu para a implementação da política administrativa do Império, a constituição ao nosso ver, de uma política de ordenamento do território. Assim, queremos ressaltar a importância do arranjo

administrativo - do modelo administrativo - e a constituição, conforme chamou Mattos (1987), de um “Poder Administrativo” , como um dos instrumentos da política imperial que se fundamentou numa estratégia espacial, consubstanciando a ocupação e a dominação de diferentes áreas na Província do Rio de Janeiro. Ou seja, o “Tempo saquarema”, caracterizado por uma política centralizadora significou, o tempo de conformação de um arranjo espacial, que refletiu os interesses políticos e econômicos do Estado Imperial. No próximo capítulo identificaremos os traços específicos que caracterizaram a produção da rede urbana na região de Campos.

6. A PRODUÇÃO DA REDE URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

6.1. PROCESSO INICIAL DE OCUPAÇÃO DE CAMPOS DOS GOITACAZES

O lugar que passou a ser denominado Campos dos Goitacazes era constituído por uma imensa planície e recebia dos nativos o nome de Goyatacamopi. O branco invasor traduziu como Campos das Delícias, derivação dos “Campos Elysios”. Compunham a paisagem a Lagoa Feia, o oceano, os brejais, a mataria, além dos rios, como o Paraíba, o Muriaé, o Imbé, o Itabapoana, o Ururai, o Preto, o Urubu, o Opinião e o Macabu. Tamanha era quantidade de águas da região que Frei Vicente do Salvador dizia que eram os índios - os “Aitacazes”- “gentios que vivem mais à maneira de homens marinhos que terrestres”. Uma pequena “Finlândia tropical”, segundo Alberto Ribeiro Lamego.

A nação índia que dominava os “Campos das Delícias”, os goitacazes ou goitacaz,³⁴⁷ viviam em estreita relação com os pântanos e brejais, ocupando cem léguas marinhas e todo o vale do rio Paraíba até Minas Gerais. Eram considerados por alguns os mais terríveis índios do Brasil – informava o viajante Simão de Vasconcelos, acrescentando que eram tragadores de carne humana. Gabriel Soares que os avistou um século antes afirmava o contrário, dizendo que tinham a cor mais clara que os demais índios, possuíam diferentes linguagens, viviam da caça e da pesca e eram grande flecheiros. Os goitacazes habitavam choças de palha, fundadas cada qual sobre um esteio de pau enterrado na areia. Apesar de ocuparam as margens do rio Paraíba, só bebiam água de cacimbas, guiados pelo instinto de evitar a malária, e enterravam seus mortos em “igaçabas”, urnas funerárias feitas de barro. Por não admitir cativo, o índio goitacaz foi exterminado após inúmeras investidas em suas terras. Anterior a tal processo, foram inúmeros os conflitos que caracterizaram os primeiros séculos de ocupação na região envolvendo os índios e os primitivos colonos.

³⁴⁷ De acordo com Lamego (1945) goitacá significa “corredores da mata”. Existem, no entanto, controvérsias quanto à significação do nome, pois para alguns cientistas significaria “ligeiro marchador” ou “corredores”. Há também aqueles que acreditam que o significado é “índios que sabem nadar, nadadores”. No entanto, todos os pesquisadores são unânimes em classificá-los como índios muito velozes, a ponto de caçar animais “a cosso”, isto é, significa correr mais do que eles e tombá-los, agarrando-os pelo pescoço. Alguns pesquisadores afirmam que os goitacazes não eram da raça tupi e falavam um idioma diferente e que seu nome foi posto pelos seus inimigos - os Aimorés, que os temiam. Há tradução que os classificam de “Goya”, prefixo de goiamum, caranguejo grande, do brejo; tacá, lembrando tacapé (Taca pé, tupi), portanto matar, daí; “Goyatacá, caranguejo grande que come ou mata gente”. (Rodrigues, 1988).

Como todo território brasileiro, Campos - integrante da capitania de São Tomé³⁴⁸ - foi doado em 1536 pelo rei de Portugal a Pero Góes em recompensa aos seus feitos guerreiros na África, Ásia e Brasil. Tal Capitania, que possuía 50 léguas de costa, ia desde as terras da Capitania do Espírito Santo de Vasco Fernandes Coutinho até a de São Vicente, de Martim Afonso de Souza. Pero de Góes, um importante chefe militar que fazia parte da frota Martim Afonso de Souza, chegou com sua comitiva em 1540 na foz do rio Paraíba, em um local denominado São João da Barra, se estabeleceu nesta região, fundando em 1539, segundo alguns historiadores, a povoação ao sul da barra do Itabapoana (rio "Managé"). Trouxe da Capitania de São Vicente cabeças de gado, sementes, mudas de cana e buscou viver pacificamente com os goitacazes, muito embora ocorressem conflitos. Em quatro anos ergueu a vila da Rainha, que possuía casa de Câmara e casebres de taipa, além de produção regular de açúcar e gado.³⁴⁹ Em função do sucesso da produção da vila, resolveu buscar em Portugal mais recursos, mas ao voltar encontrou a vila da Rainha totalmente destruída em função dos ataques indígenas.

O colonizador, no entanto, não desistiu de ocupar a região, reconstruindo casas e ao penetrar cerca de dez léguas, estabeleceu uma nova povoação. Conta-se que a partir dos investimentos realizados na nova vila, dentro de um ano e meio o local produzia um par de mil arrobas de açúcar nos engenhos. No entanto, também em decorrência dos conflitos com os índios, a povoação foi novamente atacada. A superioridade dos silvícolas fez Pero Góes abandonar o povoado com sua gente, fugindo para a Capitania do Espírito Santo, onde o donatário Vasco Coutinho lhe emprestou uma embarcação para voltar a Portugal.

Após o abandono da vila, a Capitania de São Tomé ficou habitada por escravos fugidos, criminosos e índios. No início do século XVII, um dos filhos de Pero Góes - Gil de Góis da Silveira, que residia em Madri, obtendo a confirmação de que era herdeiro da Capitania, reclamou-a ao Rei e, em associação com João Gomes Leitão, tomou posse das terras, fundando uma povoação denominada Vila de Santa Catarina das Mós. Gil de Góis tentou viver um tempo na região,

³⁴⁸ Tendo em vista seus serviços para El-Rei João III, recebeu de prêmio a Capitania de "São Thomé do Cabo" que possuía "50 léguas de costa" e ia desde as terras da Capitania do Espírito Santo de Vasco Fernandes Coutinho até a de São Vicente, de Martim Afonso de Souza.

³⁴⁹ Bueno (1999) dizia Pero Góes e seu vizinho, Vasco Fernandes Coutinho tiveram uma relação amistosa e de comum acordo. Eles escolheram a foz do rio Itapemirim como limite entre os dois lotes. O encontro deles foi tão prazeroso que em carta enviada para o rei, em fins de 1537, Vasco Fernandes fez várias referências simpáticas a Pero de Góes, afirmando que ele o ajudara a combater os nativos e lhe dera alguns escravos.

estabelecendo na área uma povoação, mas novamente em função de conflitos com os índios, a vila foi atacada e a povoação destruída. Gil de Góes fugiu e decidiu renunciar à Capitania em favor da Coroa.

Outra tentativa de povoar a região foi resultado dos acordos feitos entre a Coroa com os padres jesuítas. Estes partiram da região de Cabo Frio, juntamente com índios aldeados inimigos dos goitacazes, e com o auxílio da Coroa derrotaram os indígenas que habitavam a região. Desse conflito, nasceu uma vila - a Vila de Atafona - fundada pela família de Lourenço do Espírito Santo. Em função da morte de sua esposa, Lourenço abandonou esta localidade e dirigiu-se para o interior - cerca de três quilômetros e próximo a uma elevação - e edificou no ano de 1630 uma capela de barro e madeira, sob a invocação de São João Batista, que deu origem à povoação de São João do Paraíba do Sul que, nos fins do século XVIII, passou a ser denominada São João da Barra.

Sabendo do abandono da Capitania de Paraíba do Sul, sete homens que prestaram serviços para a Coroa nas lutas contra os franceses e seus aliados Tupinambás e Tamoios requereram as sesmarias compreendidas entre o Rio Macaé e o Cabo de São Tomé, sendo-lhes concedidas as terras em 19 de agosto de 1627. Esses “Sete Capitães” deram início à futura Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes.³⁵⁰ A concessão de tal Capitania tinha como objetivo a criação do gado, o levantamento de engenhos e o pagamento de foro correspondente, com o fim de abastecer o Rio de Janeiro.

Dos “Sete Capitães”, somente dois se interessaram pelo negócio do gado, mas ainda assim administravam tal atividade à distância, tal como os demais que permaneceram no Rio arrendando os seus engenhos aos interessados. O governador do Rio de Janeiro, o General Salvador Correia de Sá e Benevides, fundador da dinastia dos Asseca, interessou-se pela região entrando nas décadas seguintes em conflito com os “Sete Capitães”.

Após a chegada da expedição, dois currais foram erguidos e Campos começou a abastecer o Rio de Janeiro com a produção de carnes. O primeiro curral começou a funcionar em 8 de dezembro de 1633 em Campo Limpo, no mesmo mês os capitães fundaram mais um curral na ponta de São Tomé, e o terceiro foi estabelecido em São Miguel. Com a multiplicação do gado, facilitado pela farta oferta

³⁵⁰ Os capitães eram denominados Miguel Arias Maldonado, Gonçalo Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manoel Correia e Miguel Riscado.

de água, novas áreas foram conquistadas, muito embora somente à época dos engenhos de açúcar que o homem conseguiu transpor as florestas localizadas no interior da região. O gado era criado por pequenos fazendeiros e vivia solto. Não raro quatro mil cabeças, atravessavam trilhas em viagens penosas para abastecer o Rio. Existiam apenas quatro fazendas maiores -“criadeiras” e em cerca de trinta boiadas a caminho do Rio, apenas dez procediam das quatro grandes fazendas que contavam com alguns índios na atividade de vaqueiro.

A notícia da prosperidade da região se espalhou pelo Rio de Janeiro, o que despertou a cobiça dos homens de negócio e novos conflitos começaram envolvendo os descendentes dos “Sete Capitães”, chamados de “heréus”, e os demais pioneiros (colonos, vaqueiros e vaquejadores das boiadas primitivas) frente aos Asseca e religiosos, notadamente os jesuítas e beneditinos.

A gênese desse conflito envolvendo os descendentes dos Asseca, os padres jesuítas, os beneditinos e carmelitas, os herdeiros dos “Sete Capitães” e os vaqueiros, deveu-se à assinatura da escritura de “composição” elaborada em 1648. Tal documento dividia todos os terrenos dos campos em doze quinhões: 4,5 léguas para os capitães e seus herdeiros; 3 para o General Salvador; 3 para os padres da Companhia de Jesus, 1 para o capitão Pedro de Souza Pereira e meia para os frades de São Bento.

Cabe ressaltar que no tempo do domínio dos Asseca a região de Campos era tão extensa que a sua circunscrição administrativa era denominada de Capitania. Assim, em alguns livros de “Accordãos” da Câmara Municipal de Campos, aparecem no ano de 1713 a designação de “Capithania da Parahyba do Sul”. Em accordão da vereança, a que chamavam de acta da sessão, de 16 de fevereiro de 1778 dizia-se “n’esta villa de S. Salvador, Parahiba do Sul” (Mello, 1886, p.7-8)

Em 1650 o General Salvador de Sá erigiu o primeiro engenho, iniciando assim o “ciclo do açúcar”. Em 1652 fundava-se a vila de “Sam Salvador dos Campos” que já era habitada por setenta moradores, representados pelo Ouvidor Cabo Frio - João Velho de Azevedo – e, com a anuência do governador do Rio, lograram ver deferida a sua petição, sendo eleitos e empossados os oficiais da Câmara. No entanto, os grandes proprietários de terras, residentes no Rio, representaram ao Ouvidor justificando que as terras de Campos lhes pertenciam, solicitaram que os seus moradores fossem expulsos. João Velho de Souza acatou a representação, ordenando aos oficiais da Câmara de Campos que não se reunissem

mais e nem usassem suas insígnias, dando o prazo de oito dias para que saíssem das terras. Iniciava-se assim a luta entre os “heréus”, os desbravadores das terras e os que se arvoravam donos de todos os Campos dos Goitacazes.

Neste período se fortaleceu o líder do povo campista, o capitão André Martins de Palma, primeiro procurador dos campistas contrário às ações dos Asseca. Ele redigiu uma longa representação a El-Rei advertindo que o povo estava sendo ludibriado por mentiras e ressaltando a importância dos Campos dos Goitacazes para o erário do Reino. Nesta carta falava das potencialidades da região e denunciava os roubos realizados pelos poderosos do Rio de Janeiro que dominavam os Campos dos Goitacazes. Além disso, pedia também para o Rei que fosse construído um forte na barra do rio Paraíba (São João da Barra) visando resguardar a povoação do inimigo holandês. No entanto, após a consulta do Procurador da Coroa, a criação da Vila foi anulada por ser esta “regalia de Príncipes” e o Capitão André Martins da Palma assassinado.

Em 1672, dado o aumento da povoação, os moradores fizeram novamente mais uma tentativa de fundar a vila. Mesmo assim, os intitulados herdeiros do Rio, tendo à frente os Asseca, vetaram a sua criação sob o argumento de que as terras “estavam ocupadas por facínoras e soldados fugidos que se sustentavam de suas fazendas e roçarias”. O Ouvidor de Cabo Frio se dirigiu a Campos com soldados, onde despejou muitos dos moradores, sendo que oito desses, considerados os protagonistas principais do crime de criação da vila, foram presos e enviados algemados para o Rio. Mais um vez os campistas perderam a batalha contra os Viscondes de Asseca, cujo domínio durou por quase cem anos.³⁵¹

Em 1674 Salvador Correia de Sá e Benevides obteve para seus filhos, Martim Correia de Sá o primeiro Visconde de Asseca - e João Correia de Sá, a doação da Capitania de São Tomé.³⁵² Esta doação passou uma borracha na “escritura de composição” referida acima. Assim, quase todas as terras da região passaram para o Visconde de Asseca e os padres. A nova Capitania, agora

³⁵¹ O padre Luiz Correia, feitor das fazendas de Salvador de Sá e o beneditino frei Bernardo de Monserrate, à frente de grande número de seus escravos, foram cumprir o mandado de despejo e a golpes de machado derrubaram as casas de palhas.

³⁵² Esta concessão foi decorrência da morte de Gil de Góes, sob a condição de erigir nas terras “doadas” duas vilas, igrejas decentes, casa para reunião dos vereadores e para 60 pessoas, e tudo o mais que fosse necessário para a garantia dos habitantes das novas povoações, com a condição de perderem para a Coroa o que tivessem feito, caso não fossem estritamente observadas todas as cláusulas da referida carta. Tal exigência foi uma estratégia, pois já havia na vila 70 moradores e duas igrejas desde a primeira tentativa de povoação. Na segunda tentativa, já existiam mais de 100 moradores e muitas casas de palha na margem do rio Paraíba.

denominada Paraíba do Sul, estava dependente da jurisdição do *Juiz de Fora* da cidade de Cabo Frio, a vila de São Salvador foi reconhecida legalmente no ano de 1677. Esta vila, inicialmente localizada longe de águas potáveis, foi transferida para as imediações do rio Paraíba do Sul, em função da permuta de terrenos com os beneditinos.³⁵³

Por sua vez, os padres que dominavam o ambiente, criavam dificuldades para os habitantes da vila, tanto por se apossarem de mais terras, como por instigaram os moradores contra o donatário e este contra a Câmara, aumentando assim os conflitos territoriais na região. Jesuítas e Beneditinos praticavam violências com os habitantes da povoação para se apoderarem de suas terras, utilizando-se de muitas estratégias como a venda da “salvação”, a ocupação de áreas dos Asseca e ataques aos currais dos posseiros. Era também prática dos religiosos o assalto em estradas, além da obrigação do casamento das mulatas livres com negros escravos. As contendas envolvendo os religiosos e os campistas chegaram a tal ponto que o próprio Visconde de Asseca e o seu tio João Correia de Sá foram obrigados a representar contra os padres, o que não haviam feito antes porque até mesmo as mais altas autoridades temiam as ameaças veladas de excomunhão e as iras do Santo Ofício.

Os religiosos deram vazão à sua vocação de grandes fazendeiros e homens de negócios, tornando-se os maiores proprietários de terras da região, competindo inclusive com os Asseca. Destacavam-se na região de Campos as propriedades dos beneditinos e dos jesuítas, estes também donos do Solar do Colégio. Na ocasião da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, realizada por ordem do Marquês de Pombal, era a grande fazenda de Campos - Fazenda do Colégio onde havia criação de gado e cavalo em grande escala, cultivo de lavouras de toda espécie e inúmeros escravos africanos.

Disputas envolvendo o clero regular e secular também caracterizaram a região.³⁵⁴ Neste sentido, foram feitas denúncias dos padres seculares ao Rei acusando os monges beneditinos e jesuítas de faltarem com as suas obrigações

³⁵³ Cabe lembrar que os padres em 1590 tinham recebido como doação os terrenos onde foi instalada a vila de São Salvador. Em função da prosperidade da vila tentaram durante séculos recuperá-los. Por não terem conseguido as suas demandas, os religiosos viviam em discórdia com os donatários e muitas vezes instigavam o povo contra as autoridades.

³⁵⁴ Lamego (1945) conta que no século XVIII os vigários das Ordens Terceiras e Irmandades da Villa de Sam Salvador sempre disputavam, ora pugnando pelos privilégios estatuídos em seus compromissos e não consentindo que eles assistissem às solenidades religiosas em suas igrejas, ora armando conflitos nas procissões a que concorriam, querendo todas ter precedência em acompanhar o SS. Sacramento.

religiosas, de roubaram escravos e fazendas dos moradores e, principalmente, de utilizarem a força de armas para fazer justiça com suas próprias mãos. As graves acusações - aprovadas pela Câmara - foram enviadas ao Procurador da Coroa em 1682. Em 1683 o Ouvidor do Rio de Janeiro ordenou, através de despacho régio, que se fizesse uma ampla devassa das fazendas usurpadas pelos padres na Capitania da Paraíba do Sul, restituindo-as a seus donos. No entanto, mais uma vez a força dos religiosos beneditinos e jesuítas, juntamente com os grandes proprietários da região - muitos dos quais oficiais da Câmara - se manifestou. Foram feitas denúncias contra o vigário delator ao Bispo do Rio de Janeiro, sendo o mesmo obrigado a sair de Campos. Assim, os jesuítas e beneditinos venceram mais uma vez.³⁵⁵

Dois fatores determinaram o reatamento das relações do pioneiro com a cana de açúcar e o esvaziamento da condição de Campos como exportador de gado para o Rio. Em primeiro lugar, a concorrência com Minas no negócio do gado que passou a suprir o Rio de Janeiro e, em segundo, a promulgação de um decreto régio determinando o recolhimento de todo gado solto na região - o “gado do vento” - para a Real Fazenda. Oliveira (1966) assinala que o século XVIII a lavoura da cana-de-açúcar, principalmente na zona da planície goitacá, teve grande importância na economia fluminense, sobretudo ao final deste século quando se assistiu ao aumento da produção, fazendo com que os grandes rebanhos ficassem reduzidos e ligados à vida dos engenhos. Os interesses comerciais faziam com que a cultura da cana não se distanciasse das regiões dos rios e riachos. Dessas águas o senhor de engenho servia-se para movimentar a moenda, alimentar o solo, transportar a produção, dar banho nos animais e, também, para a sua utilização particular. Pizzaro, referindo-se as fábricas de açúcar existentes em Campos no século XVIII, dizia que quase todas estavam localizadas entre a Lagoa Feia, o rio Paraíba e as margens do Muriaé.

A cana, que teve seu retorno somente no final do século XVIII, era cultivada pelos pioneiros, basicamente gente pobre. Desta forma, em Campos não formaram como em Pernambuco ou demais regiões do Brasil grandes latifúndios, onde se instalaram os chamados “engenhos reais”, supridos pelos canaviais

³⁵⁵ Outro conflito em 1693 ocorreu envolvendo o capitão Agostinho de Carvalho - administrador das propriedades da Viscondessa de Asseca. O capitão deu entrada no Senado da Câmara de uma queixa contra os frades e jesuítas, denunciando que os sacerdotes eram ladrões de gado.

plantados por grandes fazendeiros. Na região foi o povo pobre que arranjou um pedaço de terra aforada ou não e assentou nela uma engenhoca. No início eram engenhocas de quatro a seis formas diárias de açúcar, muito diferentes das que existiam em Pernambuco onde já começavam com a produção de três mil arrobas anuais, logo passando para 10 mil arrobas. Cabe ressaltar que com a expansão da cana, diminuiu de forma significativa a lavoura de subsistência, responsável pela produção da mandioca, milho, feijão, arroz, o que dificultou o abastecimento da vila.³⁵⁶ Tais problemas aumentaram mais ainda, pois o único caminho de comunicação com o Rio de Janeiro era o de Macaé, onde além dos Asseca cobrarem tributos para o trânsito de quaisquer mercadorias, era uma rota perigosa pois havia maltas de bandidos e fugitivos da Justiça.

Em 1727 chegaram à região dois filhos do Visconde, Martim e Luís Correia de Sá, tendo eles instalados um posto fiscal em Macaé para pagamento de pesados impostos de cada boiada que se destinasse ao Rio de Janeiro. Outras medidas arbitrárias tomadas por Martim e Luís Correia de Sá levaram vários campistas descontentes à perseguição e prisão, além de penas de degredo. Nessa altura o gado se reproduzia de tal forma que estouravam lutas e conflitos em torno dos “contratos do vento”. Benta Pereira, ativa mulher de negócios em Campos, e seu filho Manuel Manhães Barreto, oficial da Câmara, eram os que mais contestavam a manobra daqueles em apoderar-se do gado sem dono - “gado do vento”.

Em Lisboa, os Asseca conseguiram de El-Rei a nomeação de Martim Correia de Sá para o posto de Capitão-Mor de Paraíba do Sul. Ao assumir o cargo para o qual havia sido nomeado, a Câmara se recusou a dar-lhe posse, estourando um conflito na região que durou várias anos. Muitos dos rebeldes foram presos e assassinados, paralelamente ao fortalecimento dos fazendeiros locais, entre eles a figura de Benta Pereira e de seus filhos que constituíram uma oposição ferrenha contra os Asseca. A vila se tornou um campo de batalha.

No ano de 1747 a Câmara, em decorrência do clima de tensão, incorporou por conta própria a Capitania à Coroa. No entanto, o Ouvidor-Geral da Capitania do Espírito Santo, à qual fora incorporada, prendeu os oficiais da Câmara, condenando-os a cinco anos de degredo em Angola. Durante alguns anos o povo foi

³⁵⁶ Muniz de Souza, um observador dos costumes que chegou em Campos na primeira década do século XIX, dizia que tinha ficado impressionado com a obsessão do campista pela cana, a ponto dos habitantes da vila passarem até mal de alimentação, por não plantarem nenhuma outra lavoura de subsistência (Rodrigues 1989).

vitorioso, pois conseguiu retirar o capitão-mor e o procurador do donatário, elegendo em seguida uma nova Câmara. Em Lisboa, o advogado dos campistas,³⁵⁷ enfrentando a oposição dos Asseca, expunha ao Rei toda a calamidade pela qual o povo estava passando. O veredicto final foi dado quando El-Rei decidiu que a população deveria comprar a capitania, pela quantia de 20.000 cruzados. Para alguns, que estavam no presídio da Bahia, a carta de alforria de Campos chegou tarde demais porque já estavam mortos. Mariana Barreto - filha de Benta Pereira - que havia resistido e lutado com os Asseca, no entanto, regressou e morreu em sua terra. De acordo com Fernandes (1998), em 1748 outro levante ocorreu na região,³⁵⁸ o que fez com que no ano de 1752 a Capitania fosse comprada pela Coroa pelo preço de 24.000 cruzados pagando ainda mais 4 mil anualmente (Wolff 1986).

Paralelamente aos conflitos de terra, o século XVIII em Campos caracterizou-se pelo rápido avanço da lavoura de cana, desbravando inúmeras áreas. Feydit (1900) lembra que no ano de 1775 os oficiais da Câmara de Campos escreveram ao rei reivindicando que suas fazendas não fossem penhoradas nem arrematadas, privilégio gozado pelos fazendeiros de açúcar do Rio de Janeiro e da Bahia.³⁵⁹ O pedido foi concedido aos campistas, mas os negociantes do Rio de Janeiro, julgando-se sem garantias, deixaram de vender a prazo para os produtores da vila de São Salvador, o que novamente levou os oficiais da Câmara da vila a representarem contra os referidos comerciantes. Como resultado destes conflitos, os campistas conseguiram obter os privilégios que reivindicavam.

Neste momento foi descoberto o ouro em Minas Gerais e muitos aventureiros migraram para aquela região e para Goiás em busca do metal. Para o pioneiro campista, no entanto, a “febre do ouro” não o tirara da terra e apenas em algumas áreas, como nas cabeceiras do rio Muriaé, onde um arraial foi instalado, existia exploração do metal. Assim, os pequenos e rudimentares engenhos se

³⁵⁷ Destacou-se na defesa Sebastião da Cunha Coutinho Rangel que às suas próprias custas resolveu partir para Portugal a fim de promover a defesa dos condenados pela repressão contra o levante de Benta Pereira e seus filhos Mariana Barreto e os Manhães Barreto. Este conseguiu provar a sua inocência e a dos acusados, contra a astúcia dos Asseca que o denunciava como participante da revolta. Obteve de desembargadores da Corte uma “carta de seguro” (espécie de “habeas corpus” preventivo), a fim de não ser preso. Sebastião Rangel regressou de Portugal e quando chegou a Campos (1753) foi recebido como herói.

³⁵⁸ Os proprietários locais armados enfrentaram a Câmara que passou a ser aliada do donatário. Os revoltosos foram reprimidos e presos.

³⁵⁹ Lembra o autor que na carta escrita ao rei solicitando o fim deste privilégio, os fazendeiros de Campos alegavam que existiam mais de 200 engenhos produzindo uma grande quantidade de açúcar e que o pagamento feito era muito inferior ao que valia, o que concorria para a falta de capitais.

multiplicaram numa época em que a busca do ouro promoveu a emigração de muitos habitantes para a região das Gerais.³⁶⁰

O processo de desbravamento da região de Campos - “a luta contra o Brejo” - vai ocorrer também pela atividade de pastoreio. Uma guerra individual do homem comum contra as águas, facilitada pelo processo de aquisição da terra que promoveu a expansão do gado para o interior da região. O risco de despejos sumários e a cobrança de pesados tributos praticados durante décadas pelos Asseca tinha passado, ainda que não desaparecessem os conflitos fundiários. Desta forma, a pequena propriedade se alastrou até mesmo, como coloca Lamego (1945), pelas contingências geológico-geográficas do terreno que dificultavam a constituição de grandes extensões. Assim, em função dos empecilhos para a penetração na planície campista, existiam apenas quatro grandes propriedades no século XVIII: a Fazenda do Colégio que, com a dissolução da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, foi adquirida pelo português Joaquim Vicente dos Reis,³⁶¹ as amplas terras do Mosteiro de São Bento, Quiçamã e os remanescentes das propriedades dos Asseca e a enorme Fazenda do Visconde.³⁶²

Multiplicavam-se os engenhos e engenhocas em Campos: eram 245 em 1785, em 1798 cerca de 300 engenhocas. O açúcar produzido e embalado em “caixas” era exportado para o Rio de Janeiro através do porto de São João da Barra, em barcos fabricados nos estaleiros da vila. Eram mais de setenta que cruzavam o Paraíba no final do século XVIII. Em 1801, por conta dos piratas que infestavam as costas, essas embarcações passaram a ser comboiadas por duas barcas chamadas de “artilheiras”.³⁶³

Wolff (1986) afirma que, após a compra da Capitania pela Coroa, chegaram mais colonos e em 1785 existiam em Campos quase 250 engenhos e engenhocas e mais de três mil fazendas com cerca de doze mil escravos. Produziam-se açúcar e aguardente em grandes quantidades, a pecuária contava

³⁶⁰ Apesar de não ter sido diretamente afetado pela febre do ouro, os oficiais da Câmara de Campos em 1797 remeteram carta a D. Maria I, comunicando a existência de ouro nas cabeceiras do rio Imbé, tendo o vice-rei Luiz de Vasconcellos proibido que as terras dessa região fossem cultivadas.

³⁶¹ Com o decreto de Pombal, a Fazenda Solar do Colégio foi levada à hasta pública e, no leilão, arrematada pelo fidalgo português Joaquim Vicente dos Reis.

³⁶² Os Asseca, entretanto, ainda buscando dominar pelo menos uma faixa de terreno em Campos mandaram em 1797 o seu novo administrador, Luiz Alvares de Freitas Bello, juntamente com Joaquim Silvério dos Reis, o traidor da Inconfidência que intentava cobrar da Coroa o preço de sua traição, a ser paga em terras em Campos. Mas foram expulsos da planície pelos campistas e pelos grandes e pequenos proprietários de Campos.

³⁶³ Como a entrada e a saída da barra ofereciam perigo à navegação foi criado o lugar de “patrão-mor”, a quem era permitido cobrar 5\$000 pela entrada e saída das embarcações.

com mais de 50 mil cabeças e uma centena de teares com diversos tipos de tecidos. Este dinamismo tornou Campos uma próspera praça mercantil e já no início do século XIX existiam na região cerca de 700 engenhos, o que fez com que fosse elevado à categoria de cidade. Cabe destacar que, em função da riqueza da região, Campos passou a ser visitada por inúmeros caixeiros viajantes, destacando-se entre eles os israelitas franceses.

Nos manuscritos de Couto Reys no século XVIII foi levantada a produção de diferentes gêneros e artigos nas freguesias da região de Campos. Conforme podemos notar as freguesias de São Salvador e São Gonçalo eram as que mais se destacavam.

Tabela 23 -Número de engenhos, engenhocas, lavouras de mandioca, gado vacum, manadas das freguesias de Campos dos Goitacazes no século XVIII (1750-1784).

| | São Salvador | São Gonçalo | Santo Antonio dos Guarulhos | Nossa Senhora Desterro | Nossa Senhora das Neves | São João | Total |
|-----------------------------|--------------|-------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|----------|--------|
| Escravos | 4.461 | 4.556 | 1.449 | 1.256 | 102 | 261 | 12.083 |
| Engenhos | 124 | 65 | 31 | 6 | 1 | 8 | 236 |
| Engenhocas | 5 | 3 | - | 1 | - | - | 9 |
| Gado vacum | 9.659 | 31.064 | 1.480 | 6.343 | 111 | 4.015 | 53.672 |
| Cavalos | 1.232 | 9.616 | 287 | 1.118 | 6 | 542 | 13.201 |
| Manadas | 38 | 68 | 4 | 6 | - | 104 | 220 |
| Currais separados no campo. | 19 | 164 | - | 21 | - | 14 | 218 |

Fonte: Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys - 1785. (Descrição Geográfica, Política e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz), 1997. Organizada pela autora.

Tabela 24 - Colheitas anuais por freguesia no século XVIII

| Colheitas anuais | São Salvador | São Gonçalo | Santo Antonio dos Guarulhos | Nossa Senhora Desterro | Nossa Senhora das Neves | São João | Total |
|----------------------------------|--------------|-------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|----------|---------|
| Arrobas de açúcar | 71.957 | 40.384 | 14.656 | 633 | 100 | 850 | 128.580 |
| Medidas de aguardente | 25.725 | 23.020 | 4.104 | 1.680 | - | 1.376 | 55.905 |
| Alqueires de milho | 8.775 | 4.500 | 1.979 | 469 | 147 | 296 | 17.168 |
| Alqueires de feijão | 6.277 | 2.895 | 2.979 | 514 | 96 | 183 | 12.032 |
| Alqueires de arroz | 1.816 | 1.110 | 2.067 | 227 | 48 | 94 | 4.458 |
| Alqueires de farinha de mandioca | 28.498 | 15.469 | 1.163 | 3.902 | 282 | 2.866 | 55.109 |
| Arrobas de algodão | 1.574 | 646 | 9.192 | 52 | - | 98 | 1.772 |

Fonte: Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys - 1785. (Descrição Geográfica, Política e Cronographica)do Districto dos Campos Goitacaz), 1997. Organização da autora.

De acordo com as tabelas 24 e 25, nota-se que as freguesias de São Salvador e São Gonçalo eram as que mais concentravam os engenhos e engenhocas. Na freguesia de São Salvador, a maioria das fazendas estava localizada próxima aos rios Paraíba do Sul e Ururaí, às estradas do Beco, do Ariri, do Capão, do Queimado e Grande, e nas áreas denominadas “sertão do Ururaí”.³⁶⁴ Além disso, muitas fazendas ficavam próximos às lagoas e aos rios da região. Na freguesia de São Gonçalo concentravam-se estabelecimentos próximos às estradas Grande, do Veiga, do Limão e nos locais denominados Campo Limpo, Geribá, Bananeiras, Tahi Pequeno e São Sebastião. Também nesta freguesia muitas fazendas localizavam-se próximas a inúmeras lagoas, como a Vermelha, do Conxa, do Cundro, do Sol, entre outras. Em Santo Antônio, as fazendas estavam situadas em localidades denominadas Campo do Colégio, Saco, Paraíba do Norte, Monte Alegre, Pedreira, Moriahe, Sertão, entre outras. Na freguesia de Nossa Senhora do Desterro, as fazendas estavam localizadas em Barreto, Macahé, Jurimirim, além da lagoa de Carapebus. Em Nossa Senhora das Neves, concentravam-se fazendas junto ao córrego de Ouro, ao rio São Pedro, à Volta Roxinha e ao porto Escuro, além de existirem na vila de São João, na Barra Seca e em Tahi Grande. Fernandes (op.cit.) assinala que a maior parte dos engenhos estava localizada entre a Lagoa Feia e o rio Paraíba e nas margens do rio Muriaé, cuja área era de 5 léguas, ou seja, cerca de 396.000 m².

Ainda contabilizava Couto Reys em seus manuscritos a existência de 99 teares que produziam, além de outros itens, 48.000 metros de pano branco. Nas fazendas da região o autor identificou 4.274 habitantes dos quais 1.091 eram escravos, 3.160 brancos e 23 de origem indígena. De acordo com informações de Fernandes (op. cit.), extraídas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1884, em 1779-1789 a população total da Capitania do Rio de Janeiro era de 176.595, sendo 52,5% livres e 47,5% escravos, em Campos neste período havia 21.905 habitantes, isto é, 12,4% do total da Capitania. Destacava-se em Campos a vila de São Salvador com 20.091 habitantes. Em 1790, as vilas de Campos e de São José possuíam uma população de 21.894 habitantes, e em 1799 passou para 33.515 habitantes. Assim, o terceiro maior contingente de escravos da Capitania do Rio de Janeiro estava em Campos, constituindo 59% da população

³⁶⁴ Conforme assinala Fernandes (1998) nesta região, na parte denominada Calhambola, havia conflitos desde a última década do século XVIII até a primeira do século XIX.

dessa região. Em 1816, segundo Saint Hilaire havia 14.560 habitantes em Campos livres e 17.357 escravos.

Nas freguesias de São Salvador e São Gonçalo concentravam-se os teares, bem como a população branca e escrava. Segundo Fernandes (op.cit.), entre os anos de 1779-1789 os escravos localizavam-se principalmente nas freguesias de Santo Antônio dos Guarulhos - 77,9%, São Gonçalo - 62,1% e São Salvador - 52,1%. Juntas, apresentavam 86,9% da população escrava e 94% do total de fábricas de açúcar em Campos. Em São Gonçalo, três dos quatro grandes engenhos estavam localizados na fazenda Nossa Senhora da Conceição, Santo Inácio - de Joaquim Vicente dos Reis - na fazenda dos viscondes de Asseca³⁶⁵ e do Convento dos Beneditinos. O quarto maior engenho situado próximo à lagoa Feia pertencia ao morgado João José de Barcelos Coutinho.

De acordo com Rodrigues (1988) no século XVIII, em função da incorporação da fazenda dos jesuítas e de outros patrimônios, o alferes Joaquim Vicente dos Reis tornou-se um dos mais ricos proprietários de terra da vila de São Salvador dos Campos, além de um abastado comerciante. Nascido em Lisboa, foi morar no Rio de Janeiro quando adulto, onde estabeleceu uma casa de comércio. Quando a fazenda dos Jesuítas foi a leilão, Joaquim Vicente dos Reis arrematou-a em sociedade com seu tio João Francisco Vianna e Manuel José de Carvalho. Conforme já mencionado a fazenda era muito extensa, possuindo cerca de 4.030 braças de testada, 3.548 de fundos, com grande produção de cana, e aproximadamente 1.482 escravos, mais de nove mil cabeças de gado e cerca de quatro mil cavalos. Produziam-se algodão milho, feijão, mandioca, dentre outros produtos. Joaquim Vicente dos Reis, já coronel, multiplicou o seu patrimônio na planície campista, adquirindo outras grandes propriedades. De 1793 a 1798 saíram dos seus engenhos para serem exportados para a Europa, 1.786 caixas e 80 feixes de açúcar, com o peso de 100.378 arrobas e 1246 pipas de aguardente, afora gêneros enviados para Bahia e Pernambuco.³⁶⁶

³⁶⁵ A fazenda do Visconde de Asseca tinha dois engenhos reais em 1779 que produziam 30 caixas de açúcar e 6 pipas de aguardente, além de 200 escravos. A fazenda do Cupim produzia 15 caixas de açúcar, 3 pipas de aguardente e possuía 30 escravos.

³⁶⁶ O primeiro hospital instalado em Campos era de sua propriedade destinando-se, prioritariamente, ao tratamento dos seus escravos, embora abrigasse também os necessitados e até pessoas abastadas. Foi de sua iniciativa trazer a vacina contra a varíola da Europa diretamente para Campos e o transporte para a Europa de um certo número de escravos para a vacinação. Destacou-se como liderança campista ao enfrentar e expulsar o administrador do Visconde de Asseca que queria se apropriar de propriedades na região. Joaquim Vicente do Reis foi o quarto Provedor da Santa Casa de Misericórdia, sucedido em 1796 por José Francisco Cruz. Deixou

Por outro lado, os pequenos proprietários que produziam açúcar em Campos tinham dificuldade em escoar a sua produção em virtude da falta de transportes, dependendo dos grandes negociantes e traficantes da vila. Ainda assim, de acordo com Rodrigues (op cit.), os pequenos produtores incomodavam os latifundiários e os senhores de engenho, sobretudo porque a produção, subdividida em pequenas porções, ao todo era elevada. Em 1783, as 128.580 arrobas divididas pelo número de engenhos da época davam uma média de menos 500 arrobas por engenho. A produção de açúcar na região continuou crescendo de forma que, na primeira década do século XIX, existiam mais de 600 os engenhos e em 1827 estabelecia-se o primeiro engenho a vapor, instaurando-se a “Era da Machina.”(Lamego, 1945).

Podemos notar a partir do mapa 15 o nome das localidades e as principais freguesias que faziam do território de Campos. Conforme está demonstrado, a área ocupada pela região de Campos era muito mais extensa do que passou a ser no XIX. Discutiremos melhor este aspecto mais adiante.

MAPA 15 - Campos dos Goitacazes – Século XVIII

Com o crescimento econômico e populacional da região de Campos, assiste-se ao final do século XVIII e início do XIX novas formas de controle por parte da Coroa que visavam tanto diminuir o contrabando de produtos e elevar as suas rendas, como vigiar os passos dos viajantes e da população branca e escrava. Assim, em decorrência da grande concentração de escravos, bem como do elevado contingente populacional, foram criadas tropas militares que objetivavam disciplinar os hábitos dos moradores e controlar as rebeliões. De acordo com Lara (1988), duas formas básicas de dominação se estruturaram em Campos: a senhorial e a colonial, no entanto, na medida em que a região crescia, o poder senhorial dos donatários diminuía, paralelamente ao aumento do poder das autoridades administrativas e jurídicas, processo que foi acompanhado pela militarização das populações coloniais. Para ilustrar este aspecto a autora apresenta o Edital de 28/03/1767 que continha disposições contra vadios e ciganos obrigando-os a viverem nas povoações.

Estas formas de controle estão assinaladas em Fernandes (op.cit.) que levantou os oficiais da justiça que atuavam na região de Campos no século XVIII regulando todos os passos da vida cotidiana. Segundo o autor, o oficial da justiça mais importante era o juiz ordinário, abaixo estavam os juizes de vintena (que atuavam nos lugares que tinham de 20 a 50 vizinhos). Em Campos no século XVIII havia os juízos dos Órfãos, da Provedoria, dos Defuntos, Capelas e Resíduos e todos possuíam escrivões, meirinhos e, às vezes, tesoureiro. A forma de controle empreendida pela Coroa obrigava a população rural a comparecer à sede da vila de oito em oito dias para prestar serviço militar, sendo eventualmente requisitada para servir nas fortalezas do Rio de Janeiro, o que causava grandes danos à lavoura. Ainda existia na vila de Campos desde 1803 um juiz de fora que, como informa Couto Reys, foi requerido ao Reino pelos moradores em função do crescimento da povoação da “Villa de Sam Salvador”. Tendo em vista esta demanda, a pretensão dos moradores foi deferida e autorizada pelo decreto de 5 de março de 1800, sendo nomeado Sebastião Luiz Tinoco da Silva. Sua jurisdição incluía também São João da Barra e ambas as vilas - Campos e São João da Barra que estavam anexadas à Capitania do Espírito Santo. Cabe lembrar que tal Capitania ficou pertencendo ao Espírito Santo até 1832, quando então foi desmembrada por lei geral de 3 de agosto de 1832, passando a fazer parte novamente da província do Rio de Janeiro.

O progresso urbano da região de Campos esteve intrinsecamente ligado à agroindústria açucareira que se desenvolveu em grandes, médias e pequenas lavouras.³⁶⁷ A riqueza proporcionada pela cana instaurou novas formas de controle do espaço e dos fluxos de produtos e pessoas, o que promoveu modificações significativas nos hábitos e costumes da população campista. Pizarro, se referindo ao povo da região neste período, dizia “a diferença que se observa nos habitantes, passando de rústicos e pela maior parte de levantados, a homens civis, muito aseados, grandes negociantes e fartos de numerário” (Pizarro, apud Oliveira, 1966: 24-25).

Conforme assinala Rodrigues (op. cit.), paralelamente ao sucesso da cana em Campos no século XIX desenvolvia-se uma aristocracia rural de elevado padrão de vida que era constituída por mais de trinta barões e muitos comendadores, formando a nata da nobreza dos solares e das mansões. Tal grupo social vai buscar se distinguir dos demais construindo nas cidades as mansões, edificações que pouco a pouco iriam substituir os sobrados.³⁶⁸

De acordo com Feydit (1900), em função do preconceito que prevalecia em relação ao trabalho braçal, o fazendeiro campista, caso tivesse quatro filhos homens, geralmente destinava para eles o seguinte futuro: o que era considerado mais inteligente estudava para ser advogado, o segundo ia ser médico ou engenheiro, o terceiro para padre, e aquele que era considerado sem ou pouco inteligência teria o futuro como fazendeiro. Tal forma de pensar contribuiu, na concepção do autor, para o atraso da lavoura e da indústria em Campos. No entanto, havia exceções, pois alguns fazendeiros mandavam os seus filhos estudarem com o intuito de se tornarem bons agricultores.³⁶⁹ Esta mudança de atitude contribuiu, conforme assinala Rodrigues (op. cit.), para a multiplicação dos estabelecimentos escolares em Campos no transcorrer das décadas do século XIX, passando as escolas a serem cada vez mais freqüentados pela elite campista.

³⁶⁷ Entre as grandes propriedades de Campos se destaca a fazenda dos beneditinos que possuía uma usina de açúcar, mais de 1.000 cabeças de gado e 500 escravos, na dos jesuítas com cerca de 9 léguas quadradas de terra existiam 1.500 escravos e opulentos canaviais, além de engenhos de açúcar e na terceira havia um engenho que estava situado meia légua e meia da cidade de São Salvador.

³⁶⁸ Assim, os solares se multiplicam não só na zona rural, como o do Colégio e o da Baronesa, mas na cidade como o do Barão da Lagoa Dourada que se destacava pelo seu luxo e requinte. Havia também a mansão do barão de Muriaé na qual Pedro II se hospedou por duas vezes, o solar do barão de Carapebus que também hospedou o Imperador, o palacete do barão do Amazonas, que inspirava romances, o solar do barão de Santa Rita, dos Airizes - outrora fazenda do Colégio.

³⁶⁹ Dizia Feydit (op. cit.) que ao verificar os jornais da época encontrou o nome de muitos fazendeiros que contribuíram para o desenvolvimento da lavoura em Campos, como os Baglioni, o barão do Monte do Cedro, Jerônimo Pinto, João José Nunes de Carvalho e o doutor Manoel Rodrigues Peixoto.

Dessa maneira quando o país se torna independente, o espaço de Campos passa a desempenhar um novo papel na história política, econômica e social da Província, conforme veremos na próxima seção.

6.2. A IMPORTÂNCIA DE CAMPOS NA ECONOMIA PROVINCIAL

Durante quase todo o período imperial, nas terras mais elevadas de Campos produziam-se café, cacau, fumo, algodão, mandioca e cereais e na parte mais plana, cultivava-se cana, anil, mandioca, algodão, arroz, cacau, cereais e café. A cultura do café, de inexpressiva produtividade, estava primordialmente localizada no extremo norte do município. O algodão não era cultivado em escala, sendo voltada para a produção de roupas para os escravos.³⁷⁰

Os moradores da Vila no início de XIX não excediam de cinco mil e habitavam casas de taipa em cerca de 1.500 “fogos”. O povo festejava os dias “santos de guarda” na praça principal - Praça São Salvador - iluminada por lampiões de azeite de peixe e divertia-se nas festas religiosas, de mascarados e procissões. A população negra aumentava progressivamente, passando Campos a ser conhecida, na segunda metade do século XIX, como uma das maiores concentrações de escravos do país. Em 1827, São João da Barra e a antiga São João da Praia já contava com cinco mil habitantes e um estaleiro que construía as embarcações que faziam a ligação da própria vila e a de São Salvador dos Campos com o Rio de Janeiro. Eram barcas rasas de 60 a 80 palmos que carregavam até vinte caixas de açúcar.

Nas primeiras décadas do XIX, Campos era um povoado apresentando pequenas ruas, que não chegavam a vinte, e travessas, todas sem pavimentação com exceção da rua dos Mercedes, o que as transformavam em atoleiros nas ocasiões de chuva. Encontrava-se a planície com mais de 300 engenhocas e a vila vinha adquirindo certa fisionomia resultante do predomínio, agora definitivo, do ciclo do açúcar. Viam-se cetins, galões, seda e veludos, substituindo o algodão e a baeta, e os selins de pêlo de carneiro, substituídos por arreios de prata.

³⁷⁰ Em geral as fazendas possuíam seus próprios teares. O presidente da Província, solicitado pelo Ministro da Agricultura, oficiou à Câmara de Campos querendo informações sobre os processos usados pelos fazendeiros no cultivo do algodão. A resposta foi que a cultura era consorciada e a produção doméstica era realizada para vestir os escravos.

Rodrigues (op. cit.) informa que a utilização da pedra nas habitações dos campistas ocorreu basicamente a partir do XIX, pois não existia em área próxima à cidade. Em decorrência deste fato, até mesmo os maiores fazendeiros habitavam casas de “adobe” neste período. Na segunda metade do século XIX instalou-se a “civilização do sobrado”. O “sobrado” passou a dirigir o comportamento social do campista e a vida familiar.³⁷¹ A vila progredia adquirindo maior importância com o aumento da cana-de-açúcar que pouco a pouco substituiu o gado. A fase do vaqueiro não tinha permitido que a vila se desenvolvesse e se tornasse pólo aglutinador das atividades da população,³⁷² o que foi característico da fase do açúcar, cujo sucesso transformou definitivamente a fisionomia da planície e da vila de Campos.

O príncipe alemão e importante botânico Maximiliano Wiend Neuwied relata em sua viagem feita ao Brasil no início do século XIX que em Campos, em 1817, havia por volta de 4 a 5 mil habitantes morando na vila de São Salvador e que a população do distrito era de cerca de 24.000 almas. Dizia que na vila existiam casas razoavelmente construídas, com ruas regulares e calçadas que apresentavam belos edifícios, sendo que alguns possuíam vários andares com balcões fechados à antiga moda portuguesa. Informava que, próxima aos rios, existiam uma praça com um edifício público de reunião das autoridades municipais, a prisão, sete igrejas, cinco boticas e nove hospitais com capacidade para atender vinte doentes. O povo local era atarefado e se dedicava ao comércio e a outras ocupações, sendo a maior parte constituída por negros. Os principais produtos eram o açúcar e a aguardente e alguns engenhos eram opulentos, possuindo cerca de 150 escravos; cada um obtinha, em média 4 a 5 mil arrobas de açúcar por ano. Muitos fazendeiros ricos, donos de mais de 1.500 cabeças de gado, moravam em “casas térreas de barro, nem ao menos caiadas, verdadeiros mocambos e que eram casebres inferiores aos dos matutos alemães mais pobres” (apud, 1988 e Vasconcellos, 2000).

Em 1805 foi inaugurada a “Casa da Opera”, teatro que existiu na rua “Detraz da Matriz”. A Lagoa do Furtado dividia a vila, ocupando uma enorme área. A

³⁷¹ Rodrigues (1998) afirma que o ciclo do açúcar significou a redução do papel social da mulher campista, pois quando predominava o gado, a mulher tinha uma vida mais livre, já que participava das atividades de pastoreio juntamente com seu marido. Assim, quando o campista desceu do cavalo e fez o pacto com o massapé e a cana, a mulher campista, cujo símbolo era Benta Pereira, passou a ter vida reclusa e tornou-se se quase que apenas mãe de família.

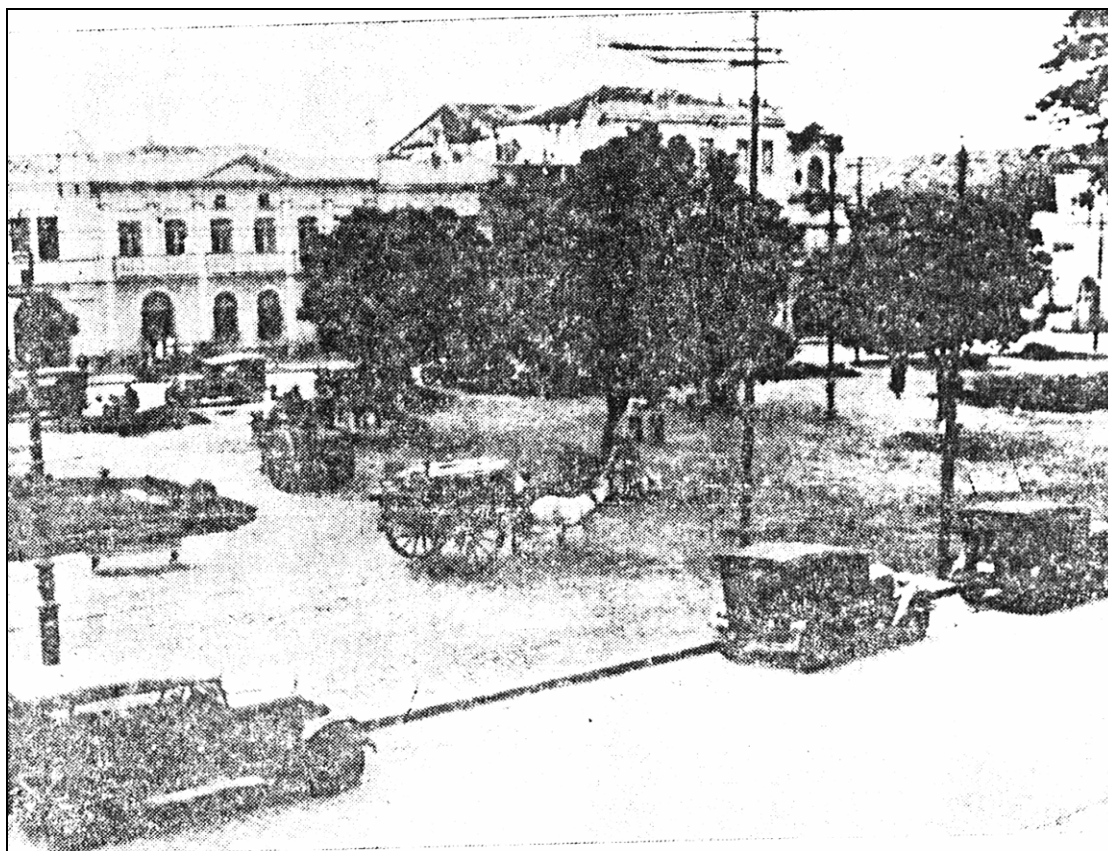
³⁷² Mas o governo do Rio de Janeiro não via com bons olhos a gente campista. O Marquês do Lavradio dizia em carta a D. Luiz de Vasconcellos que não se devia confiar naquela gente.

rua Direita era a única que tinha um simulacro de pavimentação com pedras irregulares – os “pés-de-moleque”. A praça principal - praça São Salvador - sediava as casas dos mais abastados, a Cadeia (também Paço Municipal), a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja Mãe dos Homens.³⁷³ (ver Figura 1). Entre o porto da Rua do Rosário e o Largo do Capim estavam localizadas as bancas para o comércio do pescado.

As fezes dos habitantes da vila eram recolhidas e despejadas no rio por escravos fugidos e recolhidos na Cadeia. Anos mais tarde a Câmara mandou fazer um cano para esgotá-la. Na sessão da Câmara, em 4 de novembro de 1839, o vereador José Francisco Vianna, fundamentando-se no artigo 63 do Código de Posturas que estabelecia normas para o despejo de matérias fecais, acentuava que só havia um meio de manter a limpeza dos portos e cais do rio: escalar em cada porto um guarda permanente, recrutado em entre os moradores das adjacências para obrigar os escravos a fazerem os mesmos despejos no rio e não em terra.

³⁷³ A Santa Casa de Misericórdia de Campos iniciou o seu funcionamento com a construção da Igreja Mãe dos Homens em 1786, mas somente teve existência legal após a Irmandade Mãe dos Homens ter conseguido provisão da Rainha, confirmada pelo Conselho Ultramarino em 5 de julho de 1792. Em 1819 começaram as obras de ampliação do hospital, sendo inaugurado em 1846. Através dos anos, as doações dos barões e das mais destacadas figuras da comunidade aumentaram. Em 1864, o provedor Gomes Paraíba obteve do Bispo do Rio de Janeiro, dom Manuel Conde de Irajá concessão para que funcionasse o Seminário da Lapa, instituição que foi inaugurada em 1753 pelo padre Angelo de Siqueira para recolhimento das asiladas da Santa Casa.

Figura 1 - Praça de São Salvador



Fonte: retirado de Carneiro, 1985.

A arborização da cidade começou a ser feita em 1839 com a plantação de cinquenta mudas de nogueira-da-índia na Beira-Rio.³⁷⁴ A Praça Principal vivia coberta de capim e neste ano o vereador José Fernandes Pereira, face do lamaçal em que se transformava nos dias chuvosos, propunha o seu calçamento “em faixas de seis palmos, desde a Rua Nova do Ouvidor e a Travessa do Barroso e desde o “Beco da Busca” até a Rua da Constituição, e em igual largura desde o Porto da Cadeia até a porta principal da Matriz” (Sousa, 1935).

A locomoção no interior da vila era até 1854 realizada pela “cadeirinha” que conduzia a “sinhá-moça” e a “sinhá-dona” para as festas e para as compras. Em 1854 surgiram os “tílburis” e as “sociáveis”, que eram carros mais amplos e confortáveis. O “tílburis” era de uso individual. Domingos Gomes Leite e Bernardino Antonio de Oliveira montaram a sua cocheira e faziam “reclame” das excelências de

³⁷⁴ A arborização foi proposta do vereador João Bernardo de Andrade e Almada. Somente em 1857 a arborização foi realizada, sendo a rua Beira Rio a 1 a primeira a receber árvores.

seus serviços no “Monitor Campista”. Em 1856, a Câmara votou decreto dando numeração aos “tílburis” e “sociáveis” devido ao aumento dessas carruagens. Em 1858, existiam 49 seges, 66 “sociáveis” e 74 tílburis. Em 1865 já existiam as caleças, berlindas e cabriolés, luxuosos carros para casamentos e enterros. Os bondes começaram a funcionar somente em 1875. Eram os “bondes de burro”, sendo alguns envidraçados. Existiam ainda bondes que funcionavam somente para fumantes. Desde 1871 várias propostas foram apresentadas à Câmara para a concessão deste serviço para Campos,³⁷⁵ no entanto somente em 1873 é que foi fundada a Companhia Ferro Carril de Campos. Em 1875 foi inaugurada a primeira seção da linha de bondes, cujo percurso era da Coroa à praça São Salvador. Os responsáveis por tal serviço eram os empresários Eduardo Guimarães, Barão da Lagoa Dourada e João Pinheiro.³⁷⁶ Nos anos seguintes surgiram novas linhas ligando o centro a diferentes áreas. Em 1882 foi construído em Campos o primeiro bonde na oficina do Dr. Eugênio Magarinos Torres (Lamego, 1945 e Rodrigues, 1988).

No ano de 1831 divulgava-se a notícia do estabelecimento de uma escola em Campos. Nos anos seguintes foram estabelecidas mais três localizadas em São Salvador, Aldêa da Pedra e São João da Barra. Havia instituições de grande importância como o Liceu Provincial, inaugurado em 1844. O Liceu funcionaria no Mosteiro da Lapa, mas em virtude de impedimentos começou o seu exercício no Consistório da Igreja de N.S. do Terço.³⁷⁷ Em 1846, a Câmara Municipal recebia portaria do Presidente da Província, o Visconde de Sepetiba, comunicando a visita imperial e solicitando que fossem tomadas providências.³⁷⁸ D. Pedro II chegou em Campos em 24 de março de 1847 e visitou inúmeros locais, como as residências de pessoas abastadas, fazendas e instituições. No dia sete de abril foi ao Teatro São

³⁷⁵ Em 1871 Felipe Hermes Fernandes e Trigo de Loureiro solicitaram do governo Provincial a autorização para estabelecer cargas em Campos. Outros fizeram propostas para explorarem os mesmos serviços. A proposta considerada melhor foi a de Antonio Victor de Assis Silveira, porque fixava o preço das passagens em 200 réis, enquanto a do Loureiro fixava em 400 réis. (Rodrigues, 1988).

³⁷⁶ A primeira linha prosseguiria até a Lapa e ruas Direita, Rosário e Quitanda. A linha que ia pela rua do Rosário a Pedro II era mais utilizada, pois na rua do Rosário estava concentrado o comércio francês e grã-fino de Campos.

³⁷⁷ O Liceu ministrava as cadeiras de Gramática Latina, Francês, Geografia, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, Geometria e Agricultura Teórica e Prática. Mas o estabelecimento só seria instalado pelo Imperador Pedro II em sua primeira visita a Campos, como veremos mais adiante.

³⁷⁸ Houve a convocação extraordinária da Câmara e os líderes tomaram uma série de medidas emergenciais, não obstante a “estreiteza do tempo e falta de recurso do país”. Assim, a estrada do Queimado e a Rua Direita começaram a ser consertadas. Os moradores da Rua Direita, das Flores e Praça Principal foram convidados para assearem as frentes de suas casas e as adornarem no dia em que por elas passarem S. Majestade e a todos em geral para que durante a estadia do imperador iluminassem as suas casas todas as noites.

Salvador,³⁷⁹ no dia onze do mesmo mês instalou o Liceu Provincial na Igreja do Terço.³⁸⁰ Ainda em 1844 José Vaz Correa Coimbra fundava uma das mais antigas livrarias do Brasil, a “Livro Verde”. O proprietário desta livraria - um cidadão de certa cultura - também anunciava “chá, papel e outras miudezas” em seu estabelecimento. Existiam também em Campos as “beneficências”: a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi fundada em 1852. Em 1872, o hospital pertencente a esta instituição foi inaugurado. Ainda em 1852 fundava-se a Sociedade Brasileira de Beneficência, réplica nativa da outra.³⁸¹ Em 1870, tal instituição inaugurava aulas noturnas e de desenho e pintura. Em 1834 fundava-se a Caixa Econômica em Campos, instituição que possuía inicialmente 57 acionistas. Nos fins do século XIX contava com 5.690 sócios. Tal instituição funcionou até 1897 e era presidida pelo cônego Mariano Leite da Silva Escobar, tendo o Barão de Guarulhos como tesoureiro. O Banco de Campos foi fundado em 1863 e funcionou até 1899, no entanto, a mais importante instituição financeira era o Banco Comercial e Hipotecário de Campos, mais conhecido como “Banco Vovô”. Idealizado no trágico ano da Cholera morbus de 1855, foi inaugurado em 1873, tendo duração de mais de oitenta anos.

Em 1826 inaugurava-se o Espelho Campista - de Prudêncio Joaquim Bessa - o primeiro jornal em Campos. Em 1.º de janeiro de 1831 foi responsável pelo primeiro jornal impresso da região.³⁸² Antonio José da Silva Arcos fundou a primeira tipografia em 4 de novembro de 1830. Em 1834 apareceu “O Campista”, semente de “Monitor Campista”, dirigido pelo doutor Francisco Aluisio. Em 4 de julho de 1838 fundava-se “O Monitor”. Da fusão dos dois jornais criava-se o “Monitor Campista” em 1840 - o terceiro jornal do Brasil em longevidade. (Rodrigues, op. cit.).

Em 1855, em função da importância da região, o vereador José Feriandes da Costa Pereira requereu à Câmara Municipal de Campos a nomeação de uma comissão especial que ficaria responsável por colher dados estatísticos e topográficos do município e de informações sobre a sua produção e população,

³⁷⁹ O Teatro São Salvador foi inaugurado em 7 de setembro de 1845, estando ele iluminado com o gás de hidrogênio líquido, introduzido em Campos por Carlos Perret Gentil, cônsul geral da Suíça que o expôs à venda por 400 réis a garrafa e mais tarde montou uma fábrica.

³⁸⁰ O Imperador visitou Campos por mais três vezes, em 1875, 1878 e 1883, esta última para inaugurar a luz elétrica.

³⁸¹ A epidemia do “Cholera morbus” de 1855 surpreendeu-a sem hospital ainda, mas montou um hospital provisório que prestou grandes serviços

³⁸² Mello (1886) informa que o nome do jornal fundado em 1831 era Correio Constitucional campista e que foram publicados cerca de 76 números até seu último número editado em 21 de dezembro deste mesmo ano.

visando formular um projeto para ser submetido aos poderes da Província e do Império com o intuito de criar a Província de Campos dos Goitacazes. A configuração territorial da província projetada incluía a vila de Itapemirim, no Espírito Santo e vilas da província de Minas Gerais. Todas as vilas eram favoráveis a criação da província de Campos, o vereador Costa Pereira solicitava que essas adesões fossem concretizadas em memoriais dirigidos às autoridades. A Comissão nomeada para redigir a representação era integrada pelo barão de Carapebus, o Cônego Angelo José da Fonseca e Costa Pereira. A representação foi apresentada à Câmara no dia 14 de julho de 1855, assinada por todos os vereadores e enviada ao Senado, dizia-se que Campos distava de Niterói sessenta léguas e tinha uma população de cerca de cem mil habitantes, com território de quinhentas léguas quadradas. Falava-se da fertilidade do seu solo, das suas riquezas e potencialidades e assinalava-se a potencialidade dos transportes e comércio na região, ressaltando os seus vapores e portos. Descrevia-se a importância do rio Paraíba e as exportações de mais de dois mil contos de réis realizadas através de Campos. Ressaltavam-se os equipamentos e instituições que existiam na região como o teatro, o hospital de caridade, o Liceu Provincial, os dez templos e as edificações elegantes, afirmando-se a importância das rendas provinciais capturadas da região - “devem ser de 100 contos anuais, se não exceder” para a província e os dízimos do café que se exportava da Comarca de Campos contribuía com mais 80 contos”³⁸³ O Marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros, tornou-se um entusiasta da idéia e dizia em discurso no Congresso: “Penso que no norte da Província do Rio de Janeiro a cidade de Campos podia ser a capital da Província de Goitacazes”. Também o presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, concordava com a idéia e se tornou um defensor oficial da pretensão do deputado Joaquim Francisco Vianna, neto de Joaquim Vicente dos Reis, herdeiro do Solar do Colégio, grande negociante e político do Império (Rodrigues, 1988 e Feydit, 1900).

Também alguns jornais do Rio concordavam com a demanda dos campistas. “A Pátria” dizia que a cidade de Campos, apesar de afastada da capital, apresentava o comércio mais desenvolvido do que Niterói e era totalmente

³⁸³ Lamego (1945) publicou na íntegra a representação dos vereadores e se espantou ao não ter visto mencionada a importância do açúcar, já que por mais que existisse produção expressiva de café na região, ela não sobrepujasse o açúcar.

independente das influências da Corte. Reforçando o apoio pela emancipação chegou da vila de Itapemirim um abaixo-assinado com oitenta e quatro assinaturas favoráveis à idéia.

Mello (1883) informa que o senador João José Carneiro da Silva em “Noticia Descritiva do Município de Macahé” ressaltava a riqueza da região e, acerca da criação desta província, fazia o seguinte comentário:

“ A criação da provincia de Campos e o estabelecimento do commercio directo do porto de Macahé - são os dous pontos objectivos a que tendem todos os espíritos que se occupam com os interesses geraes desta importante e auspiciosa zona. Toda esta região foi outr’ora conhecida de campos dos Goytacazes e é portanto de justiça que o nome da nova provincia recorde estes tempos primitivos. Assim também Campos pela sua posição central, pela importancia do seu actual movimento commercial e agricola, está no direito de aspirar a ser a capital da nova provincia. Macahé, pelo seu porto, já bom e susceptível de ser ainda optimo, e por achar-se no ponto onde vêm affluir todas as vias férreas existentes e projectadas, está predestinada a ser o empório commercial e manufactureiro da nova provincia. Esta nova provincia, tendo em attenção os laços hoje criados pela sede das estradas de ferro, devia abranger os municipios de Macahe, Santa Maria Magdalena, São Fidelis, Campos, São João da Barra e Barra de São João. E além disso essa parte da provincia de Minas que há de ser influenciada pelas estradas” (apud, 1833:91-93).

No entanto, o plano de criação da “Província de Campos dos Goitacazes” foi atrapalhado pela disseminação catastrófica da “Cholera morbus”, doença que dizimou um número significativo de habitantes do município. Foram mil e duzentos mortos apenas em dois meses, sendo que a epidemia se alastrou por mais tempo.³⁸⁴ O impacto da doença foi tão expressivo que não havia nem tempo para enterrar os cadáveres, sendo estes empilhados em carroças. O governo da Província tentou medidas preventivas, nomeando uma comissão de médicos, além do delegado de polícia. Tais medidas incluíram o porto de São João da Barra - os passageiros vindos de fora foram impedidos de entrar em Campos para não espalhar a doença no Rio de Janeiro, o que foi inútil. Foram improvisadas enfermarias no Liceu da Lapa e em São João da Barra, na foz do Paraíba. O delegado de polícia sugeriu que não

³⁸⁴ só na cidade, de 9 de outubro a 31 de dezembro, , morreram 1.239 pessoas.

mais se fizesse inumação de cadáveres nas igrejas nem no Cemitério da Misericórdia, pois se encontravam no perímetro urbano.

Tendo em vista esse quadro, a economia da cidade entrou em decadência a ponto das fezes serem atiradas nas ruas, o que atraía urubus e porcos, ou seja, as condições de higiene pioraram. A ausência da limpeza, especialmente nas adjacências da bacia do canal e lagoa do Cortume, locais preferidos para o depósito de fezes, aumentava os problemas de saneamento da localidade. Com isso, o plano de emancipação foi abandonado e todos os esforços foram feitos no sentido de recuperar a economia que tinha sido abalada pela epidemia.

Simultaneamente aos desastres materiais e humanos provocados pelas doenças que assolavam na região, a Câmara de Campos aprovava durante a década de 1850 inúmeras posturas municipais e cada vez mais o processo de regulamentação e controle do solo era aperfeiçoado. Na mesma linha, e expressando as transformações pelas quais estavam passando a cidade, também autorizava as desapropriações de terrenos para a abertura de praças, quarteirões e a instalação de matadouros, além de cercamento de terrenos baldios. O discurso higienista se fortalecia na cidade, sendo as posturas municipais um dos instrumentos que traduziriam a intenção do Estado em mudar os hábitos e costumes da população local. (ver anexos 14 e 15)

Expressando as preocupações com a higiene da cidade e, nesta linha, os novos valores da modernidade, estabeleceu-se em Campos no final do século XIX a revista *A Aurora Lettras-Artes-Sciencias* que foi uma das propagadoras do ideário de construção de um Brasil moderno.³⁸⁵ Neste aspecto contribuiu para o processo de remodelação e modernização da cidade de Campos desde sua fundação, já que divulgava novas representações da sociedade e espaço urbanos.³⁸⁶

Tal revista era escrita por campistas de renome, integrantes dos novos grupos sociais que emergiram em oposição à classe dos senhores de terra do século XIX. Assim, participavam da mesma os médicos, engenheiros e literatos cientistas, camadas sociais que se fortaleciam na medida em que se apresentavam como portadores do discurso da ciência e da razão. Os artigos da revista *Aurora*

³⁸⁵ Tal revista foi criada em 1885 por Theophilo Guimarães e Alexandrino Gusmão, ambos ex-estudantes do Liceu de Humanidades.

³⁸⁶ As mensagens descritas na revista estavam expressas inclusive nos tons da revista – verde oliva e amarelo simbolizando o nacionalismo e a figura de “La Marianne”, que representava a República.

centravam-se na discussão sobre a higiene do espaço físico e corporal, a família, o lar, os hábitos viciosos e a integridade dos indivíduos, questões que estavam no cerne do projeto de modernização pretendida para o Brasil. Assim, a produção de um discurso baseado na higiene, moral e disciplina demoviam as imagens e obras que comportavam as antigas cidades, contribuindo para a formação de uma nova imagem, mais adequada às exigências econômicas e sociais de Campos. Desta forma, paralelamente às novas demandas sociais e políticas decorrentes do surto econômico e que resultou no crescimento urbano da cidade sobretudo a partir de 1870, incorporou-se o ideário positivista dos engenheiros e médicos, fortalecendo-se, então, o discurso higienista. Nessa perspectiva, foi contratado o engenheiro Saturnino de Brito para a formulação do projeto de saneamento da cidade de Campos, obra que somente concretizada em 1902. Neste sentido, por meio da revista, novas representações da cidade e da vida urbana passaram a ser divulgadas, contribuindo para a formação de uma identidade urbana que conjugava paralelamente a cidade real com a cidade ideal (Pohlmann, 2004).

Sinais de novos tempos também se expressavam com o crescimento dos clubes em Campos. Desta forma, no século XIX existiam na cidade o Club Tenentes do Plutão, o Club Macarroni e o Indiano Goytacaz. Muitas rivalidades ocorriam em função dos partidários das sociedades carnavalescas filiadas nestes clubes, ocorrendo brigas e casos de assassinatos na ocasião dos desfiles momescos.³⁸⁷ Outras importantes instituições em Campos eram as bandas de música, como a Lira de Apolo fundada em 1879, a Lira Guarani de 1893, a Lira Conspiradora de 1882 e a “Operários Campistas” de 1892. Estas bandas tinham o apoio naquela ocasião do poder público. (Rodrigues, 1988).

Lamego (1945) descreve o fausto e o requinte da vida de Campos, especialmente nas décadas de 1870 e 1880. Os fidalgos com o peito coberto de condecorações, cabeleiras empoadas, as fidalgas com “touca à alemôa”, vestidas de

³⁸⁷ Os préstitos e os desfiles de carruagens começaram em 1857 -já existiam 157 carruagens em Campos. A primeira organização carnavalesca que organizou desfile foi a “Sociedade Congresso Carnavalesco”. Depois veio em 1869 o “Clube Zenith Carnavalesco”. Em 1870 se exibiu pela primeira vez a “Sociedade Az de Copas”, que provocou escândalo porque todos os homens saíram fantasiados de mulher. Outras sociedades foram sendo fundadas até que em março de 1877 surgiria a sociedade que levantaria o “status” do carnaval campista, o “Club Netuno”. Durante 10 anos organizou préstitos, cada ano mais luxuoso e de valor artístico que o outro. Em 1887 dissolveu-se. “Os Democráticos”, em 1882, o “Club da Concha” (do pintor Raul Cardoso) e os “Caboclos Negros” foram outros que surgiram na região. Em 1870 criou-se o Clube Macarroni, que juntamente com o “Tenentes do Plutão” e mais o “Indiano Goytacaz” iriam marcar a força e rivalidade do carnaval campista. O “Club Indiano Goytacaz” foi fundado, em 1876 pelos abolicionistas - Os “caciques” - era de Carlos Lacerda, Adolfo Porto, Júlio Armond e outros decididos abolicionistas. Em 1884, 14 anos depois do Macarroni fundou-se o “Clube Tenentes do Plutão”

veludo, faces mosqueadas, conduzidas por “cadeirinhas” às festas e saraus. O número de seges, de “sociáveis”, de carruagens de luxo, cravos cocheiros embonecados e com pose orgulhosa era expressivo nas ocasiões de festejos na cidade.

O sino da cadeia (mais tarde o da Matriz) dava o toque de recolher às dez horas da noite. A vila de São Salvador com o óleo de baleia que perdurou até 1835, sendo substituída por iluminação à querosene.³⁸⁸ Antes do querosene, as autoridades decidiram usar cal nos antigos lampiões para evitar que emitissem uma luz embaçada e, em 1840, estes foram aumentados para cem, sendo o serviço de iluminação arrematado por particulares. Pouco a pouco, o povo foi deixando de lado os lampiões a passando a usar as velas de sebo em suas residências, mas a iluminação pública continuava a ser feita por lampiões. A iluminação a gás iniciou-se em 1872 com a inauguração da “Campos Gaz Company” de Thomas Dutton. Em julho de 1881 a Câmara Municipal, presidida por Dr. Francisco Portela, propôs a substituição do misto de iluminação da cidade (gás e querosene) pela luz elétrica. Posteriormente o mesmo Dr. Portela propôs que a própria Câmara implantasse a luz elétrica em Campos, demonstrando que o serviço ficaria mais barato. Decorrente dessa proposta foi nomeada uma comissão para estudar o assunto e foi dado parecer favorável. Ficou decidido contratar para iluminar a cidade o sistema de Brush, contando os serviços com “Brush Electric Company” e constituída a empresa Alves, Carvalho & Oliveira, integrada por Joaquim Jorge Alves, Francisco José

³⁸⁸ Sousa (1935) afirma que em 1838 Justino de Sá Vianna juntamente com a Câmara contratou por um ano, o serviço de iluminação pública. Por tal contrato ficava o responsável por acender em determinados horários, 74 lampiões de azeite, com exceção os lampiões da cadeia que ficariam iluminados ininterruptamente. O arrematante do serviço de iluminação foi José Gestura Passos e em 1841 o Sr. Manoel Francisco Dias encarregou-se de fazer a iluminação das ruas pelo preço de 5:800\$000. Em 1850, o empresário e proprietário da “Gaz Hydrogenio Liquido” Carlos Perret Gentil pediu a Câmara para verificar se a sua fabrica era de utilidade pública e se merecia proteção dos poderes do Estado para ser ampliada. Em 1854 publicava-se em edital da Câmara que o serviço de iluminação pública tinha sido arrematado por Manoel Francisco Dias e José de Brito Ribeiro por 3 contos anuais. Para este serviço foi empregado o gaz de hidrogênio líquido em 751 lampiões. Em 1860 foi exibida pela primeira vez a Luz elétrica, então produzida por Francisco de Paula Bellido. O primeiro e vitorioso contato que o campista teve com a iluminação foi realizado no Palacete do Barão da Lagoa Dourada em 1864. O gás era produzido por um gasômetro que iluminava duzentas lâmpadas. Em 1865, o empresário Manoel Francisco Dias passou iluminar Campos com querosene. Em sessão da câmara de 9 de julho de 1865, a comissão declarava ser inexequível a iluminação a gaz corrente. Em 1869 chegou em Campos o inglês Thomas Dutton Junior para iluminar a cidade. Este optou pela instalação do “gazometro” (usina de gás) na Beira-Rio, entrada da Rua dos Goitacazes. Mas tarde Thomas Dutton e José Martins Pinheiro - Barão da Lagoa Dourada - assumiram a direção da “Campos Gaz Company”. Em 1877 a Câmara liquidou o contrato com Thomas Dutton e contratou a iluminação pública com Guilherme Scully que em 1881 importou material novo para a fábrica A usina de gás sediava-se na entrada da rua dos Goitacazes que passou a chamada de “Rua do Gás”. Cabe ressaltar que tal indústria era uma das três que existiam na província neste contexto. Em 1882 Guilherme Scully, que se tornou concessionário da iluminação a gás, suspendeu o serviço porque a Câmara não pagou o fornecimento da luz à cidade.

Rodrigues de Carvalho e Dr. Manuel Francisco de Oliveira.³⁸⁹ Enfim, a 24 de junho de 1883, inaugurou-se a primeira iluminação elétrica na América do Sul. (Rodrigues, 1988). O Clube da Engenharia mandou uma comissão para o ato inaugural e em discurso o representante desta instituição ressaltava que Campos dava prova de seu progresso com a inauguração de tal serviço e recomendava que outros municípios seguissem o mesmo caminho desta cidade.

Campos se destacava em relação às demais cidades da província pelo oferecimento de serviço de água e esgoto. Em 1843, o cidadão Manuel Francisco Dias solicitou à Câmara licença para montar pipas em carroças e vender água à população. Em 1844 Bento José de Araújo requeria à Câmara a autorização para colocar uma bomba nas margens do rio para, com maior presteza, encher as pipas que abasteciam a cidade. A Câmara concedeu a licença e a primeira bomba foi instalada na Beira-Rio, perto da Praça Principal. Neste local começaram a brotar em Campos outras bombas, como as de Manuel Francisco Dias, José Francisco da Silva, Luís Selvigno e Domingos Gomes Leite. O serviço de suprimento d'água à população melhorou significativamente. Em 1873, a Assembléia provincial autorizava a contratação de serviço de água e esgoto, (ver anexo 16). Em maio de 1882 o governo provincial celebrou contrato com o bacharel Alberto da Rocha Miranda para estabelecer em Campos um serviço de água e esgotos. Água potável, filtrada, “efectuado por chafarizes e bicas e bem collocada de 400 em 400 metros”. O mesmo contrato facultava aos proprietários dos prédios a obtenção de “pennas d'água”, enquanto que no “varejo” o líquido seria vendido a um real o litro. No entanto, Rocha Miranda não conseguiu cumprir o contrato, transferindo a autorização para a “The Campos Syndicate Limited”, instituição que passou a ser chamada pelo povo de Campos de “Sindicáte”. Em março de 1886 desembarcaram na cidade setecentos trabalhadores especializados para os serviços do “Sindicáte”, chefiados por H. E. Holmes, gerente, e E. Benest, engenheiro-chefe.³⁹⁰

³⁸⁹ A primeira demonstração da iluminação foi realizada em 26 de abril com a instalação de um poste na esquina da rua do Ouvidor com Pedro II, com uma lâmpada de 2.000 velas, que funcionou plenamente. Em junho foi feita demonstração numa residência domiciliar com uma lâmpada de 50 velas. A empresa particular que primeiramente usou a eletricidade foi Monitor Campista.

³⁹⁰ A “The Campos Syndicate Limited” recebida com tanto entusiasmo, em breve começava a se desgastar. Em função do não cumprimento dos contratos e pelas mortes provocadas nas escavações das obras, o que provocou manifestações agressivas por parte da população. No entanto, o governo provincial procedeu à renovação do contrato com a companhia sem dar atenção às ponderações da Câmara Municipal de Campos, nessa altura tendo o presidente do Legislativo Municipal, a assessoria técnico-científica do cientista campista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que fez o saneamento e a instalação de esgotos na cidade de Santos, em Vitória, de Petrópolis e de outras cidades do Brasil.

O perímetro da zona de atuação da Companhia foi marcado em uma planta e compreendia 2.800 prédios. No entanto, os serviços da Companhia só foram inaugurados em 1892 e, mesmo assim, durante muito tempo somente os de esgotos funcionaram.³⁹¹ Cabe ressaltar que a modernização dos equipamentos e infra-estruturas estava concentrada no centro da vila e contrastavam com o restante da povoação que era muito pobre, sendo quase todas as ruas constituídas por grandes atoleiros.

6.3. AS PROPOSTAS DE SANEAMENTO E O CANAL DE CAMPOS

Em função dos terrenos de Campos apresentarem baixa altitude, os problemas de enchentes e doenças eram constantes na região. Em relação a este aspecto Mello (1881) dizia o seguinte:

“Devido estar assentada num terreno paludoso, como se depreende da simples enumeração das suas lagoas e brejos; tendo no seu perímetro pequenos depositos d’ água estagnada, permanentes ou formadas pelas chuvas, e sem nenhum declive para o seu natural escoadouro, o rio Parahyba, é a cidade de Campos sujeita a febres palustres, a hepatites e splenites chronicas, á anemia (...) É Campos uma das cidades do interior que maior numero de pharmacias encerra e conta maior numero de medicos e todos com clientela” (op. cit., p 45-46).

As justificativas para as obras de saneamento em Campos sempre estiveram embasadas em discursos que acentuavam as características da planície e a vinculação com a proliferação das doenças na região da Baixada. No entanto, conforme assinala Fernandes (1998), as obras de saneamento em Campos objetivavam, sobretudo, a expansão da propriedade senhorial e o fortalecimento do sistema escravista até então vigente, muito embora os aspectos sanitários também fossem ressaltados. Esta perspectiva estava expressa na forma como a questão do saneamento era tratada desde o período colonial. Exemplo disso foi a nomeação do

³⁹¹ Em 1899 estabeleceu-se uma polêmica entre os jornais “Monitor Campista” e “Diario do Commercio”, defendendo este a “Campos Syndicate”. Também se estabeleceu a luta entre o governo do Estado e o município de Campos. O governo do Estado não pagava à companhia pelos serviços, esta por sua vez não pagava os operários que entravam em greve e neste imbróglio a população se irritava. Por sua vez Saturnino de Brito sugeria a mudança da captação da água para as fontes do Imbé ou Rio Preto. Em 1913, depois de muitas brigas, marchas e contramarchas, a “Campos Syndicate” foi transferida para o governo do Estado, ficando com o nome de Comissão de Saneamento de Campos. O Dr. Saturnino de Brito publicou um livro em 1903, intitulado “Saneamento de Campos” onde aborda os aspectos técnicos - científicos do problema de esgotamento da região de Campos, além de tecer comentários sobre questão da qualidade da água consumida pelo campista.

Intendente Geral de Polícia da Corte, cujo objetivo era cuidar da ordem policial, da urbanização, da ordenação e construção de estradas e da erradicação de terrenos paludosos.³⁹² Com a intenção de se apropriar de novas áreas, foram realizadas obras de iniciativa particular que tinham como justificativa o saneamento de uma determinada área. Estes, ao ressaltarem em seus discursos os problemas das enchentes e alagamentos em Campos, tinham como verdadeiro propósito criar mais solos para expandir a atividade agrícola e viabilizar o escoamento da produção dos seus engenhos.³⁹³ A ação combinada do Estado e dos particulares ficou ainda mais em evidência quando da proposta e implementação da construção do canal de Campos a Macaé, uma das obras mais vultuosas realizadas durante o Império. Tal canal, conforme veremos a seguir, gerou muitas polêmicas na Assembléia tanto em função dos seus elevados custos como devido aos prejuízos gerados para o governo provincial.

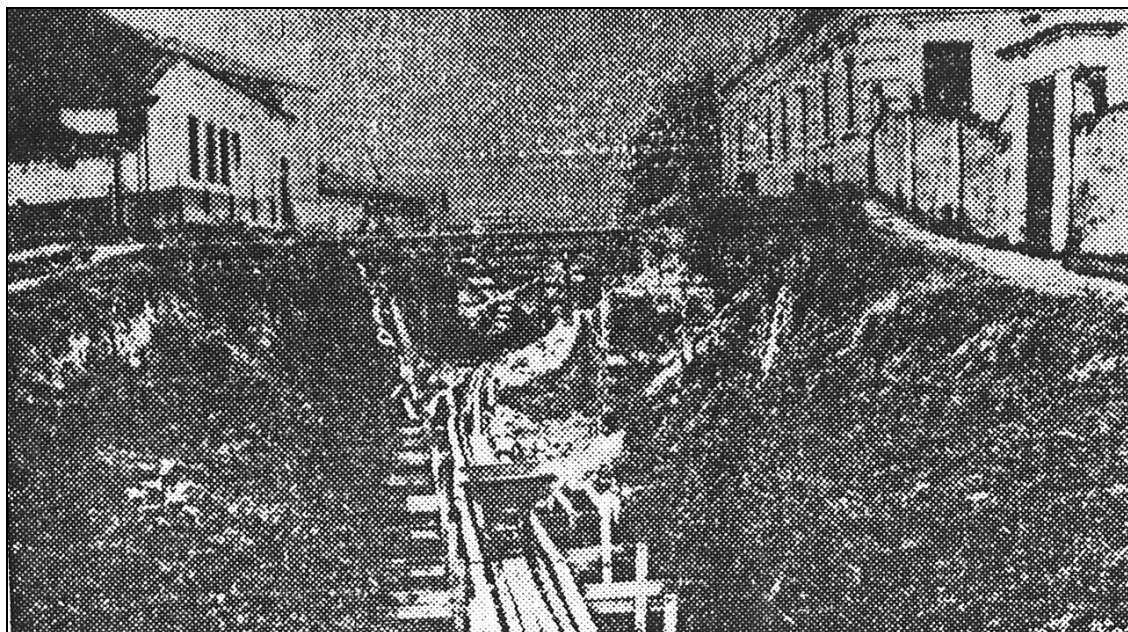
Anteriormente à construção do canal de Campos a Macaé, inúmeras obras foram realizadas junto ao rio Paraíba com vistas a resolver os problemas de enchentes e possibilitar o escoamento da produção das freguesias de Campos. Dentre essas obras, destacam-se as muralhas construídas junto às suas margens. Em função das enchentes ocorridas em 1833 que causaram grandes prejuízos, as lideranças locais com o apoio do governo da província resolveram construir uma nova muralha. Para tanto foram adquiridas pedras de mais 40 toneladas, entre 1835 e 1837, que foram transportadas da Corte em 250 barcaças. As obras tiveram a direção do engenheiro Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde e do Brigadeiro Antonio Eliziario de Miranda e Britto Bellegarde. Em 1843, João Caldas Vianna, vice presidente da Província, autorizou a construção dessa muralha e a desapropriação e demolição de casas e terrenos para viabilizar tal empreendimento “Não só para desafogar a cidade, como porque, nos fundos não formam muitas d’ellas pela belleza architectonica nem pelo asseio”. Esta muralha estava localizada à margem direita do rio Paraíba e iria ocupar toda extensão da cidade. No entanto, tal obra arrastou-se por muitos anos devido às dificuldades de orçamento da Província, e

³⁹² Conforme assinala o autor, em 1808 foi criado tal cargo, sendo nomeado o conselheiro Paulo Fernandes Viana. Segundo Lamego (1945), Paulo Fernandes Viana foi o primeiro saneador oficial da planície goitacá ao ter mandado limpar em 1812 os rios Onça, do Colégio, Ingá, Barro Vermelho e Furado que eram os principais escoadouros da Lagoa Feia, além de ter ordenado a construção de uma nova estrada pelo interior.

³⁹³ Assinala Fernandes (1998) que as terras úmidas localizadas a oeste e ao sul da Lagoa Feia tornaram-se um forte atrativo para a sua ocupação e por isso a elite agrária ampliava as propostas de dessecação nesta região.

como tudo indica, por problemas enfrentados pelo presidente para desapropriar os terrenos na cidade. (ver anexo 17).

Figura 2 - Construção da Muralha do Rio Paraíba



Fonte: Carneiro, 1985.

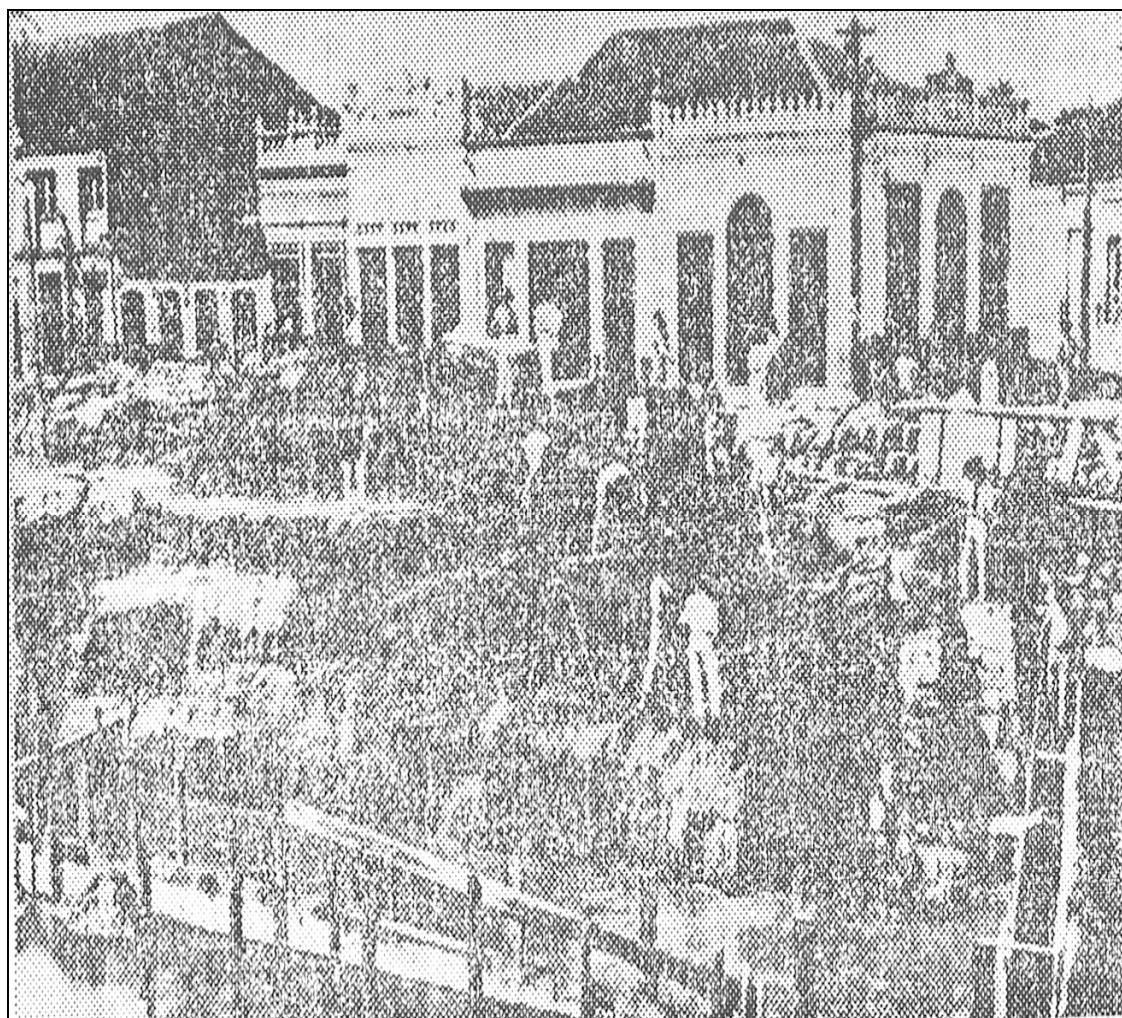
Em 1838, a Câmara enviou ofício ao Sargento-Mor engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde lembrando a necessidade, “desde que assim permitam as rendas provinciais”, de se abrir um canal ligando o rio Paraíba ao rio Ururáí.³⁹⁴ Era o início do canal Campos – Macaé. Tal canal foi construído com mão de obra escrava e tinha a extensão de 105 quilômetros (ver mapas 16 e 17 e figura 3).

“Lembra esta Câmara Municipal a necessidade de se levar a efeito, quanto o permita o estado das Rendas Provinciaes e o progresso das outras obras atuaes a abertura de um canal que torne comunicaveis os dois rios. Parahyba e Ururary, para o desenvolvimento deste paiz e poder elle só assim tiral vantagens dos seus immensos recursos, hoje reconhecidamente paralyzados, senão improductivos, pelas dificuldades de transporte e de communicações” (Atas da Câmara Municipal de Campos de Goytacazes, apud Sousa, 1935:71).

³⁹⁴ A comissão nomeada pelo presidente da Província para estudar a possibilidade da construção do canal teve também a incumbência de verificar a possibilidade de aproveitar um porto em São João da Barra, explorando a navegação fluvial desde o Fundão até a barra, mas os estudos comprovaram que o leito do rio, em sua foz era muito instável em função do movimento constante de areia, o que impediu que a ligação da Corte e Campos fosse feita pela via fluvial-marítima, usando-se o porto de São João da Barra.

Em 1843, a Câmara de Campos enviou à Presidência da Província uma representação dos moradores levantando a necessidade de construir o canal de Campos a Macaé, alegando a sua importância para o escoamento de produtos produzidos na cidade. Desta forma, o objetivo principal do canal era escoar os produtos hortigranjeiros, lenha e o transporte de passageiros, além de dessecar os terrenos paludosos que eram responsáveis pelas cheias e pela propagação de doenças na região.

Figura 3 - Construção do Canal Campos - Macaé

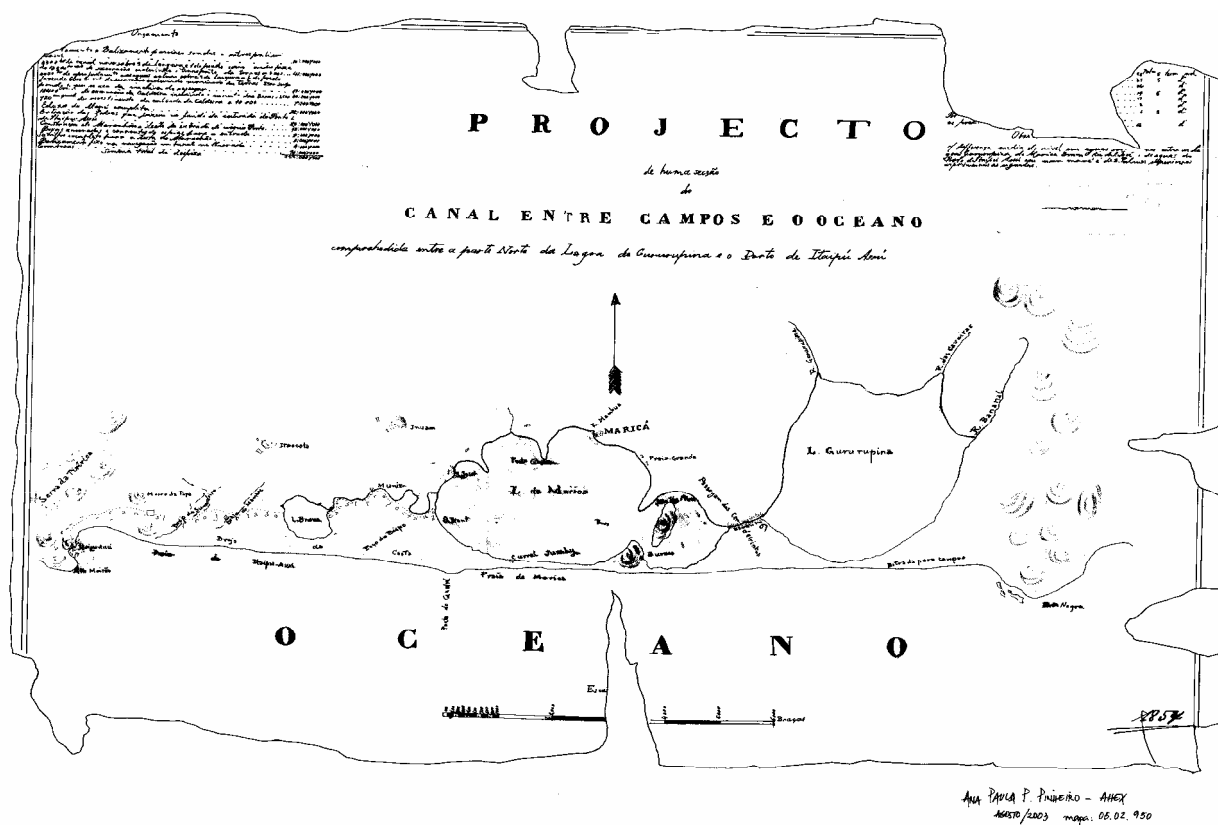


Fonte: Carneiro, 1985.

De acordo com Rodrigues (1988) esse canal foi “pensado” desde os tempos do Bispo Azeredo Coutinho em seu livro “Ensaio Econômico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”, edição de Lisboa de 1794. Antes de 1836

José Carneiro da Silva, o 1º Visconde de Araruama publicava a sua “Memória sobre a abertura de um novo canal para facilitar a comunicação entre a cidade de Campos e a vila de Macaé”, obra que foi impressa em 1836. Ainda no mesmo ano, por meio de uma deliberação, o presidente da província autorizava os estudos necessários para a sua construção, sendo então nomeada uma comissão para organizar uma planta e o orçamento dos custos do empreendimento.³⁹⁵ Um dos grandes defensores da idéia era o visconde de Araruama

Mapa 16 - Projeto de Construção da Canal de Campos a Macaé



Copiado do Arquivo Histórico do Exército, acervo GESTHU/IPPUR.

³⁹⁵ Tal comissão era composta pelos engenheiros Carlos Reviere, capitão Edgard José Lorena, Amelio Pralon, Dr. João Campos Belas e o Visconde de Araruama. Essa comissão foi também incumbida de explorar a barra do rio Paraíba em Atafona, para saber se seria preferível a navegação no mesmo rio, desde o Fundão até a barra, e evitar os desmoronamentos em suas margens.

Mapa 17 -Planta com indicação do projeto de construção do canal de Campos - Macaé (1846)



Copiado do Arquivo Histórico do Exército. Acervo GESTHU/IPPUR.

No ano de 1844, através da Lei no. 333, o governo provincial autorizou a abertura de crédito extraordinário visando a sua construção. (ver anexo 18). Em 1845, Julião Ribeiro de Castro havia solicitado em sessão da Câmara de 11 de janeiro que esta se manifestasse ao governo provincial sobre a necessidade de construção deste canal. No ano seguinte o governo provincial, através de uma deliberação promulgada em 16 de setembro, desapropriou terras para a sua

construção.³⁹⁶ (ver anexo 18). Os trabalhos para a construção do canal tiveram início no mesmo ano e muitos responsáveis assumiram tal obra. Em função do número excessivo de empreiteiros e da inexistência de um único projeto, já em 1850 os gastos tinham superado o orçamento que fora liberado.

No período de 1850 a 1851 foi aberta a bacia, iniciando-se assim as obras do referido canal. No entanto, os estudos não se completavam e somente o trecho entre o rio Paraíba e o Macabu foram concluídos. No ano de 1856, o jornal *A Ordem* informava que as obras estavam paralisadas e dizia que o visconde de Araruama assumiria a sua continuidade. Por meio da lei orçamentária de 10/06/1850, este foi autorizado a aperfeiçoar e conservar o canal, obrigando-se ainda a colonizar alguns trechos no seu traçado. As obras autorizadas demoraram mais de dezesseis anos para serem concluídas, quando em 1862 foi inaugurado o traçado de 100 quilômetros na presença do imperador.

Conforme afirma Fernandes (1998), o projeto desta via foi orientado para atravessar as terras dos principais fazendeiros de açúcar da região que iriam utilizá-lo para escoar de forma mais rápida a sua produção para Macaé. Tal via também serviria para transportar a lenha das terras localizadas a montante dos rios Muriaé e Paraíba. Somente em 1872, depois de muitos problemas, foi que o vapor “Visconde” fez a sua primeira viagem. Em 1873 o presidente da província dizia estar responsabilizando a Câmara de Macaé por ter tomado medidas consideradas arbitrárias em relação ao canal de Macaé a Campos.

“Essa Camara esquecendo-se da sua posição e deliberando em negocios que eram de sua competencia, e sobre ao quaes tinha poucos dias antes pedido providencias á Presidencia, foi por si mesma, em corporação e com força, executar decisões illegais, escandalizando toda a Provincia, e arriscando a cidade de macaé a ver perturbada a ordem publica, se o empresario do canal ou seus prepostos resistissem a actos que não estavam nos limites da legalidade” (Relatório do Presidente da Província, 1873:10)

Em 1875, com a inauguração da Estrada de Ferro Campos - Macaé, o canal foi abandonado. Em relatório do presidente da província no ano de 1875 este informava que:

³⁹⁶ A determinação para a construção do canal de Campos a Macaé ocorreu em 1847 e para tanto foi formada mais uma comissão para se dirigir aos proprietários dos terrenos que faziam fundos com a área correspondente ao canal visando conseguir a concessão do uso dos mesmos para a implementação das obras.

“A copiosa produção da rica zona septentrional da província já se encaminha às estações desta terra, e a abundancia de mercadorias tem sido tal que a empresa se viu forçada a multiplicar o numero das viagens dos vapores que navegação da estação da Imbetiba para o porto do Rio de Janeiro” (Relatório do Presidente da Província, 1875: 34)

O presidente também comunicava que a obra de junção do rio Paraíba ficaria pelo valor de 225:343\$065, caso a mesma ficasse restrita à alimentação do canal de Campos pelas águas do Paraíba. Dizia que devido à falência da Companhia União Indústria, responsável pela obra do canal, iria tomar medidas para que fossem concluídas na cidade de Campos. Anunciava que tinha nomeado uma comissão do governo, autorizada a implementar os consertos necessários para evitar qualquer desastre ou aumento do prejuízo, e para tanto informava que tinha aberto um crédito extraordinário de 185:000\$000. Além disso, ouviria a Câmara de Campos para definir qual o trecho a ser privilegiado, ainda que daria preferência àqueles que alimentariam o canal com águas do Paraíba em função da importância como transporte de mercadorias voltadas para exportação.

Muito trabalho, várias interrupções e gastos vultuosos para quase nada. Em 1882, o governo provincial julgou desnecessária a navegação fluvial, deixando Campos “entregue ao polvo que suga toda a energia do campista pelo monopólio do transporte”. De acordo com Fernandes (op. cit.), em função dos processos de modernização da produção do açúcar, associados à instalação de vias férreas mais rápidas e eficazes no transporte dos produtos, esta obra sanitária teve pouco êxito, sendo então abandonada.

6.4. AS CAMADAS SOCIAIS EM CAMPOS

Rodrigues (op. cit.) afirma que antes da década de 70 Campos se destacava em relação aos demais municípios da província do Rio de Janeiro, por possuir estradas de ferro, iluminação a gás, transportados por bondes, serviços de águas e esgotos, instrução primária e hipódromo. Informa que no século XIX estabeleceram-se inúmeras casas bancárias como o Banco Caldeira, mas que pouco contribuiu para a lavoura e a indústria do açúcar.

As inúmeras atividades econômicas que existiam em Campos promoveram a diversificação das camadas sociais nas últimas três décadas do século XIX. Neste sentido existiam uma gama de profissionais que atuava no variado comércio ou prestando serviços na região. De acordo com Vasconcellos (1989) por volta dos anos de 1870, a cidade possuía um Prado de corridas denominado Jockey Club, um matadouro público, dois bancos, duas companhias de seguros marítimos e terrestres, uma estação telegráfica, uma caixa econômica, uma agência de correios, cinco hotéis, quatro trapiches, três tipografias, três periódicos, quinze estabelecimentos de instrução (públicos e privados), um quartel, quatro fábricas de fundição de máquinas para a lavoura, três fabricas de destilação, uma serraria a vapor, um cortumes, uma oficina fotográfica, uma casa de recolhimento dos órfãos, três lojas maçônicas, seis cemitérios reunidos em um só ponto e com comunicação entre si, um templo presbiteriano, quinze igrejas.

Em 1880, havia no município cinquenta e oito advogados, setenta e cinco médicos,³⁹⁷ quatro engenheiros, dez oficiais do exército, quatro da marinha e sessenta e sete sacerdotes. Além dos dez viscondes e dezesseis barões que constituíam a elite de Campos, também existiam quinze jornalistas e treze literatos. Somadas a estas categorias, havia profissionais que se encontravam nas repartições públicas, como os enfermeiros, mensageiros, tipógrafos, dentre outros. Tais grupos, conforme podemos observar nas tabelas 25 e 26, desempenhavam diferentes atividades em Campos.

Tabela 25 - Número de templos, edifícios públicos, estabelecimentos comerciais, agrícolas e industriais e prédios ocupados por particulares em Campos - 1880

| Equipamentos | Total |
|---------------------|-------|
| Templos | 32 |
| Edifícios públicos | 8 |
| Bancos e companhias | 8 |
| Casas de comércio | 340 |
| Farmácias | 12 |
| Cartórios | 17 |
| Escolas | 49 |
| Hotéis e bilhares | 16 |
| Sociedades diversas | 8 |
| Açougues | 20 |

³⁹⁷ Feydit (1900) informa que já em 1854 os médicos de Campos estabeleceram um convênio taxando a remuneração pelos seus trabalhos, ficando acordado a seguinte tabela: visitas a cidade 2\$000 réis, visitas a arrabaldes 4\$000, visitas noturnas 4\$000 e conferências 6\$000, entre outros valores.

| Equipamentos | Total |
|----------------------------|--------|
| Estabelecimentos agrícolas | 1.002 |
| Residências particulares | 10.758 |
| Prédios habitados | 12.238 |
| Ditos desabitados | 970 |
| Total | 13.208 |

Fonte: Alvarenga, 1880. Organização da autora.

Sem dúvida, a maior ou menor concentração dessas atividades revelavam os diferentes papéis que cada localidade em Campos assumia no processo de desenvolvimento da região, indicando a formação dos níveis de dependência tanto de uma cidade sobre as demais, como de certas áreas no interior da própria cidade em função da concentração do comércio e dos serviços.

O levantamento estatístico realizado no ano de 1880 revelou que dos 89.120 habitantes de Campos, 6.582 estavam envolvidos em atividades relacionadas ao ofício de ciências e artes, 1.437 eram comerciantes e empregados do comércio, 15.373 eram lavradores e fazendeiros, 3.091 jornaleiros e 7.7218 exerciam atividades domésticas. De um total de 57.000 de população livre, 23.299 não exerciam nenhuma profissão e, entre os escravos, que somavam 32.120 habitantes, 15.005 estavam envolvidos em diversos ofícios e 20.690 na lavoura. Conforme podemos notar na tabela 26, a freguesia que mais concentrava população livre e escrava em atividades urbanas era a de São Salvador, o que revelaria a sua função histórica como núcleo inicial de povoamento. De um total de 19.400 habitantes aqueles diretamente envolvidos em atividades urbanas (ofícios, comércio e jornaleiros) totalizavam 4.400 habitantes, isto é 22,68% da população. Nesta freguesia os que se voltavam para as atividades na lavoura somavam 5.607 (28,90% da população total ocupada) e os demais, que tanto estavam empregados em serviços domésticos ou não tinham nenhuma profissão, constituíam a maioria. As freguesias de Guarulhos, com 14.309 habitantes, e a de São Gonçalo com 11.674 seguida de São Salvador eram as que apresentavam o maior número de população. No entanto, o percentual de população que se destinava às atividades urbanas era respectivamente 4,5% e 11,9%.

De um total de 89.120 habitantes em Campos, 40,47% destinavam-se à lavoura, 14,15% às atividades urbanas (comércio e serviços), exercendo serviços

domésticos existam 12,07% e os sem profissões perfaziam um total de 32,28%.³⁹⁸ Em termos de população livre e escrava observa-se, como não é de se estranhar, que a maior parte da população livre que estava envolvida em atividades urbanas era constituída de brancos. No que se refere à nacionalidade dos profissionais, o censo acusou que dos 57.000 habitantes em Campos no ano de 1880, 2.000 eram estrangeiros cuja maior parte - 1.061 - morava na freguesia de São Salvador.

Tabela 26 - Ocupação da população branca e escrava por freguesias

| Freguesias | Ofícios (científicos e artísticos) | | Comerciantes, guarda livros e caixeiros. | | Lavouras | | Jornaleiros | | Serviços domésticos | | Sem profissão | |
|---------------|------------------------------------|---------|--|---------|----------|---------|-------------|---------|---------------------|---------|---------------|---------|
| | livre | Escrava | Livre | Escrava | Livre | Escrava | Livre | Escrava | Livre | Escrava | Livre | Escrava |
| Bom Jesus | 335 | 49 | 10 | - | 1688 | 956 | 96 | - | 310 | 224 | 403 | 69 |
| São Benedito | 185 | 7 | 62 | - | 1.128 | 529 | 187 | - | 190 | 75 | 1.689 | 132 |
| Morro do Coco | 72 | 12 | 90 | - | 1.313 | 1.132 | 908 | - | 1.425 | 312 | 1.076 | 310 |
| São Salvador | 2585 | 506 | 880 | - | 868 | 4.739 | 429 | - | 3.743 | 591 | 2.985 | 2.074 |
| Dores | 419 | 61 | 63 | - | 1.496 | 1.127 | 138 | - | 121 | 138 | 3.752 | 772 |
| Natividade | 479 | 150 | 94 | - | 1.221 | 998 | 242 | - | 567 | 280 | 1.392 | 336 |
| Santa Rita | 483 | 4 | 30 | - | 1.149 | 938 | 21 | - | 55 | 40 | 2.554 | 213 |
| São Gonçalo | 1.021 | 281 | 72 | - | 1.298 | 1.597 | 221 | - | 52 | 486 | 4.527 | 1.119 |
| Guarulhos | 412 | 94 | 95 | - | 1.624 | 6.203 | 49 | - | 161 | 776 | 3.278 | 752 |
| São Sebastião | 587 | 341 | 41 | - | 1.688 | 1.471 | 800 | - | 658 | 619 | 1.628 | 607 |
| Total | 6.581 | 1.505 | 1.437 | - | 15.383 | 20.690 | 3.091 | - | 7.218 | 3.541 | 23.284 | 6.384 |

Alvarenga, 1880. Organização da autora.

Em relação aos estrangeiros que habitavam o núcleo central de Campos cabe lembrar que muitos eram originários dos núcleos coloniais implantados na região. Também para a cidade vieram mais tarde muitos emigrantes ingleses e franceses que exerceram ofícios de engenheiros mecânicos e trouxeram oficinas para os engenhos, depois usinas de açúcar. O comércio campista tinha também expressiva participação dos franceses que dominavam o comércio do Rio de

³⁹⁸ Não é possível depreender maiores conclusões com estes dados pois os habitantes que estavam no grupo "sem profissões" - 33,28% e aqueles que praticavam atividades domésticas - 12,07% tinham funções sociais que não puderam ser decifradas neste estudo.

Janeiro, sendo donos de casas de moda, cabeleireiros, negócios com pedras preciosas e calçados.

A participação na vida política do Brasil era expressiva em Campos. Assim, quando em 1820 houve em Portugal a “Revolução do Porto”, os habitantes das vilas de São Salvador de Campos e São João da Barra dividiram-se entre os partidários do Porto e os da Monarquia. Em 1821, após o retorno de D. João VI para Portugal, o Príncipe D. Pedro enviou a Campos o Brigadeiro José Manuel de Moraes para prender um dos cabeças dos motins, o Major Rolão e Manuel Alves de Jesus, que entrara na vila a galope espalhando o boato que uma forte coluna de escravos das fazendas do Visconde e do Colégio vinha atacar a vila. Nessa altura a Câmara recebeu da Corte apelo no sentido de mandar uma representação com muitas assinaturas, reforçando o pedido do Príncipe Pedro para ficar no Brasil. O Ouvidor José Libanio de Souza mandou formar um “Bando” e, depois de rufar os tambores na Praça Principal, se dirigiu ao povo pedindo para que assinassem a representação. No dia quinze chegou à vila a notícia - após oito dias - da Independência do Brasil e festas, procissões e foguetórios ocorreram em praça pública. No entanto, os portugueses que dominavam o comércio da vila e exploravam os lavradores e donos dos engenhos não se conformaram com a notícia, instaurando-se inúmeros conflitos na região.³⁹⁹ Com a abdicação de D. Pedro I aumentaram as desavenças envolvendo os brasileiros campistas e os “papeletas”, como eram conhecidos os portugueses.

A influência da elite campista junto ao governo provincial se manifestava pelas constantes intervenções e pedidos das autoridades locais. É dessa forma que em, 1833 os representantes da Câmara de Campos remeteram para a Assembléia uma relação de obras que considerava mais urgentes, a saber: construção de uma ponte no rio Paraíba, conserto das muralhas e dos portos, aquisição de uma máquina para salvação de afogados, uma bomba para apagar incêndios, melhoramentos na barra e canalização do rio, construção de um edifício para a sessão da Câmara, júri e eleições, transformação do seminário da Lapa em Liceu, esgotamento das lagoas do Osório e do Cortume, cemitério, remoção da cadeia para

³⁹⁹ Estes enviavam mercadorias secretamente para a Bahia, a fim de auxiliar o General Madeira, que resistia ainda à Independência lutando com suas tropas. A ele, os negociantes portugueses enviavam em sumacas embarcadas na calada da noite, muito depois do toque de recolher, seu auxílio em mercadorias. O Ministro do Reino, José Bonifácio de Andrada e Silva, enviou enérgico ofício à Câmara da vila de São Salvador dos Campos no sentido de que embargasse a saída de embarcações carregadas de mantimentos para a Bahia.

lugar apropriado e com acomodações precisas, construção de um cais de porto da Cadeia, arborização das ruas com especial atenção a da Beira Rio e praça, no centro da vila. Nos anos seguintes, outras solicitações foram feitas pela Câmara. (ver anexo 13).

Em 19 de janeiro de 1846, a Câmara dirigiu uma representação para o governo provincial informando que a instrução primária no município (que possuía seis freguesias e um curato) era realizada em três escolas do sexo masculino e uma outra do sexo feminino. Havia reclamações sobre o problema da lavoura de cana, cuja produção estava em queda na região, aparecendo propostas para introdução de novos braços por meio da imigração. Feydit (1990), se referindo a essas questões, expunha em linhas gerais o discurso dos lavradores neste contexto:

“Não póde haver falta de braços, onde há abundancia de boccas. Sem que as autoridades estejam armadas de leis de coerção, contra a vagabundagem, sempre se sentirá a falta de braços para a industria e lavouras” (apud.op. cit.: 279).

O contato com o governo provincial era permanente, sendo muitas das lideranças campistas eleitas para serem deputados na Assembléia provincial e alguns destes presidente da Província do Rio de Janeiro.

Na guerra do Paraguai, Campos enviou centenas de voluntários. A primeira leva, composta de 12 homens, embarcou no dia 28 de janeiro de 1865. O comendador José Martins Pinheiro fez a doação de dez contos de réis, quantia avultada para a época, em favor dos voluntários. Em função deste gesto foi ele agraciado com o título de Barão da Lagoa Dourada. No dia 17 de fevereiro o batalhão da Força Policial sediado em Campos seguia para a guerra, onde teria atuação de destaque e no dia 25 seguiram no vapor “Presidente” mais 160 voluntários de Campos. Nesta ocasião o presidente da Província Tavares Bastos agradecia o empenho das lideranças de Campos no recrutamento de soldados. E o empenho dos líderes campista continuava. Num ofício da Câmara Municipal ao presidente da Província, este fazia referência da fundação de Associação Promotora dos Voluntários da Pátria com cerca de três mil voluntários e destes, segundo Lamego (1945), nove décimos foram mortos.⁴⁰⁰ Quando chegou a notícia da rendição da morte de Lopez, a cidade de Campos festejou durante três dias. Bandas

⁴⁰⁰ Campos destacou-se como um dos municípios que mais deixou vítimas durante o conflito, pois cerca de 3.600 voluntários foram mortos.

de música, foguetes, discursos patrióticos, declamação de poesias, coretos foram armados no centro da Praça São Salvador.

Na década de 1870 iniciou-se a campanha abolicionista e, em Campos, esta luta caracterizou-se pela existência de duas forças antagônicas: os senhores de engenhos e os abolicionistas. Por isso mesmo Campos recebeu o título de “O General da Abolição”. Devido aos conflitos na região e o ardor dos debates entre os parlamentares, os escravocratas denunciavam que neste município estava ocorrendo uma verdadeira sedição. Campos em 1880 abrigava uma das maiores populações escravas do país.

Uma das figuras que teve destaque em Campos foi Carlos de Lacerda, um dos que mais se sobressaíram na luta em prol da emancipação dos escravos. Nesta região, os abolicionistas tiveram que enfrentar os interesses dos senhores de engenhos e dos barões dos canaviais, e não apenas no terreno platônico das idéias. Estes partiram para a ação física, libertando à força os escravos, incendiando canaviais e tomando outras iniciativas. Por isso, houve uma reação radical e violenta dos fazendeiros na defesa do seu patrimônio. Carlos Lacerda, ainda moço, era companheiro inseparável do outro campista, este de projeção nacional - José do Patrocínio, uma das maiores figuras da campanha popular pela Abolição.

Em 17 de junho de 1881 foi fundada em Campos a “Sociedade Campista Libertadora” e eleito como presidente João Barreto. Na verdade o precursor verdadeiro da campanha abolicionista em Campos foi o Dr. Miguel Herédia de Sá, que já havia fundado a Sociedade Emancipadora em 1871, através do seu jornal, Gazeta de Campos. Mas não pregava abertamente a Abolição. Era uma instituição que se destinava a arranjar fundos para alforriar escravos, comprando-os de seus senhores e alforriando-os. No entanto, mais tarde o Dr. Miguel Herédia aderiu ao movimento de Carlos de Lacerda, tornando-se um dos seus companheiros. Inicialmente Carlos de Lacerda não queria participar de nenhum cargo dessa Sociedade, argumentando que ainda não estava totalmente convencido. No entanto, entre 1881 a 1884, em função de sua amizade com José do Patrocínio, passou a defender fervorosamente a abolição. O jornal “Vinte e Cinco de Março” foi lançado com fim específico de participar da luta em prol da emancipação dos escravos, ao mesmo tempo em que o “Monitor Campista” não aderiu à campanha, pois era filiado aos grandes proprietários. A redação do “Vinte e Cinco de Março” possuía um amplo porão, onde ficavam provisoriamente escondidos os escravos que eram libertados

ou que fugiam à noite. Juntamente com Lacerda, um grupo de campistas se reuniu em favor da causa, a saber: Adolpho Porto, Bento Alves, Adolpho Magalhães, Feliciano José da Silva, Julio Armond, Dr. Miguel Herédia de Sá, Bento Baptista, Fernandes Lima, Alvarenga Pinto, Francisco Maria Teixeira de Queiroz e Francisco Portela.

Da parte dos proprietários de escravos, o comando era de Raimundo Alves Moreira, conhecido como “Barbaças”. Não era um grande fazendeiro, possuía apenas uma fazendola e um sítio em Guarulhos. Muitas vezes o “Barbaças”, provando a sua valentia, enfrentou a tiros os abolicionistas.⁴⁰¹

Os conflitos em Campos tiveram ampla repercussão e no “Jornal do Commercio” publicavam-se os embates envolvendo escravos, fazendeiros e abolicionistas. Os abolicionistas eram acusados de estarem provocando insurreições em Campos. O Barão de Cotegipe, que nas charges do desenhista italiano Angelo Agostini aparecia sempre na figura de um macaco, mandou para Campos uma unidade do Exército comandada pelo coronel Moreira Cesar para manter a ordem escravocrata. Em meio a acirrados debates, o deputado Andrade Figueira qualificou Campos como o Quartel-General da Abolição, título que José do Patrocínio, na imprensa carioca, agitou como uma bandeira.

Como o Ceará, Campos adiantou-se na emancipação dos escravos e em 10 de março foi publicada uma convocação dos fazendeiros da região para libertá-los. De 11 de março a 5 de abril de 1888 houve 8.727 libertações. Dois meses antes da Lei Áurea, ocorreu um êxodo em massa das fazendas e uma média de quinhentos escravos por dia se dirigiam para a cidade. O Conselheiro Thomaz Coelho de Almeida expediu severas ordens ao Comendador João Gonçalves Pereira, delegado de polícia, para não intervir contra os retirantes.

Cabe destacar que, associadas às campanhas abolicionistas, as revoltas dos negros aumentaram durante todo o século XIX e, em função disso, a região de Campos apresentava inúmeros quilombos. Amantino (2003) informa que existia um grande quilombo nas cabeceiras do rio Moquim nos sertões da Pedra Lisa próximo ao rio Itabapoana em 1848, onde habitavam 300 escravos liderados por um negro e por um padre pardo fugido da prisão em Minas Gerais. Neste quilombo havia

⁴⁰¹ Raimundo Alves Moreira - o “Barbaças” foi acusado de mandante do crimes e preso, assim como seus autores Antonio Fernandes de Miranda e Herugenés Ribeiro dos Santos, sendo, no entanto absolvidos pelo júri. Durante mais de quatro anos o Barbaças enfrentou e provocou pessoalmente Carlos de Lacerda nas ruas, nas casas de comércio.

plantações de mandioca, milho, feijão, cana e produção de cachaça, além de pequenas criações. Existiam casas, oratórios, sino, cemitério e ferraria, sendo o mesmo fortificado e vigiado pelos quilombolas. Os negros circulavam através dos brejos navegáveis para comprar pólvora, chumbo e armamentos na cidade.

A autora destaca ainda outros quilombos na região como o de Macabu, que existia desde de 1810, o de Santa Rita de 1834, o localizado no sertão do Imbé de 1843, o de Luanda de 1880, cujos quilombolas entregaram-se em 1880, o do Travessão de 1883 e o do Morro do Côco de 1886. Na década de 1860 havia um quilombo na antiga fazenda do Largo, nos sertões de São João da Barra, aquele estabelecido em 1872 nas redondezas da fazenda do Queimado que pertencia ao comendador Julião Ribeiro de Castro, além de um localizado próximo à fazenda do Mato da Canoa. O mais famoso foi organizado pelo negro Curukango na serra do Deitado na divisa com Macaé, em lugar conhecido por Carucango ou Querucango, onde existiam 200 negros no princípio do século XVIII, cuja maioria foi fuzilada.

Com o abandono dos canaviais, seguida da libertação dos cativos, a produção de cana na região decaiu verticalmente e a agroindústria do açúcar entrou numa violenta crise. Na lavoura do café, que utilizava menos escravos, os impactos desse processo foram menores e, por isso, a produção do café no decênio (1874-1884) quadruplicou.⁴⁰² Os grandes proprietários rurais como o barão de Barcellos, Rodrigues Peixoto e Anthero Manhães, preocupados com a situação manifestaram através da imprensa e, em 1881, fundava-se a Sociedade Campista de Agricultura presidida pelo barão de Santa Rita. Ta instituição tinha a finalidade de promover a instalação de 50 famílias européias, cada uma composta por no mínimo quatro membros, mas os colonos europeus não vieram.⁴⁰³ A Associação Comercial de Campos também declarava a sua preocupação com a decadência da lavoura, propondo a introdução de imigrantes de várias nacionalidades e a adoção de regime de parceria. Favoráveis e contrários a esta proposta discutiam a nacionalidade ideal dos imigrantes como também se deveriam vender os lotes para os mesmos.

⁴⁰² Paralelamente à decadência da cana, o café no interior da região de Campos prospera com a produção dos municípios de Santa Maria Madalena, Cambucy, Itaocara, Santo Antonio de Pádua, embarcada em São Fidélis, rumo ao porto de São João da Barra. Também no extremo norte do município o café floresce, se expandindo nas encostas dos morros, pois exigia menor número de braços.

⁴⁰³ Cabe lembrar que 1844, o governo provincial estabeleceu uma colônia em Pedra Lisa formada por 116 colonos belgas, mas que, no entanto, foi abandonada. A Câmara Municipal enviou relatório ao governo provincial sugerindo que as terras abandonadas fossem divididas pelos pobres.

Para Rodrigues (op. cit.), as idéias republicanas não tiveram o mesmo entusiasmo que as abolicionistas, já que um número significativo de membros da elite política campista era monarquista. Em 1876 esboçou-se uma manifestação republicana, através do médico Miguel Herédia de Sá que fundou o jornal “A República”. Afora alguns pioneiros e vozes isoladas como a de Miguel Herédia e de João Barreto em sua Gazeta do Povo, surgida em 1886, foi Nilo Peçanha quem mais contribuiu para difusão das idéias republicanas na região, dando-lhe corpo e organização, o que lhe ocasionou algumas tentativas de atentado. Apesar disso, em 1887, Nilo Peçanha retornou a Campos e publicou um manifesto em favor da República que foi assinado por trinta e quatro cidadãos. Em junho de 1888 houve mais uma reunião em casa do Dr. Galvão Batista, sob a presidência de Targino Campista, para resolver sobre a organização de clubes paroquiais. A participação nessa campanha foi fortalecida, conforme discutido no segundo capítulo, pela participação de Francisco Portela, que se tornou presidente da Província quando proclamada a República.

6.5. A ECONOMIA E O TERRITÓRIO DE CAMPOS

Conforme apresentado no terceiro capítulo, o Ato Adicional de 1834 e a Carta de Lei datada de 28 março de 1835 assinada pelo primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro Joaquim José Rodrigues Torres, elevaram à condição de cidade as vilas Praia Grande, com o nome de Nictheroy, São Salvador dos Campos que passou a ser “Cidade de Campos dos Goytacazes” e “Ilha Grande, denominada Angra dos Reis (ver anexo 19). Tal medida tornou Campos a cabeça de uma nova Comarca. A notícia da elevação de São Salvador dos Campos para a condição de cidade chegou no dia 4 de abril e foi bastante comemorada.⁴⁰⁴ Quando foi emancipada encontrava-se habitada por cerca de sete mil moradores, com uma dúzia e meia de pequenas ruas estreitas e tortuosas, seis travessas - quase todas sem pavimentação e crivadas de atoleiros - uma precária iluminação pública, uma praça e quatro largos.

⁴⁰⁴ A Câmara Municipal que funcionava em 1835 era presidida pelo Padre José Manuel Pereira Brados e constituída pelos seguintes vereadores Bento Benedicto de Almeida Batista, José Martins Pinheiro (que seria depois Barão da Lagoa Dourada), Dr. Custódio Francisco de Castro Norberto, sargento-mor Cândido Narciso Bittencourt, cônego Agostinho dos Santos Collares, além dos suplentes. A Câmara era composta pelos almotacéis que fiscalizavam o cumprimento das leis, por um procurador (representante judicial) e por vereadores eleitos entre os homens que dispunham de grande prestígio econômico no município.

Com a criação do município, a Câmara reorganizou a arrecadação dos impostos com o fim de prestar contas ao governo provincial. O primeiro presidente da Câmara, Manoel José Pereira Brados dizia que as rendas municipais do período de 1835-1836 eram exíguas e que por isso apenas tinha feito pequenos aterros nas ruas centrais, desapropriado alguns prédios na margem do rio Paraíba e o prolongamento da rua do Sacramento até a rua do Formosa. É importante lembrar que a maior parte da arrecadação do município era feita pela província, ficando o mesmo com recursos insignificantes.

Nas tabelas 27 e 28 vemos as prováveis receitas e despesas que iriam ser feitas pela Câmara Municipal de Campos em 1836.⁴⁰⁵ Conforme podemos observar, os impostos que mais se esperava arrecadar em Campos eram os referentes aos líquidos espirituosos e aos direitos de chancelaria.⁴⁰⁶ O saldo previsto para aquele ano financeiro era de 6:317\$000 e seria aplicado no pagamento de dívidas, no conserto e reparos de ruas, portos e casas para o matadouro, além de outros objetivos de interesse do município.

Tabela 27 - Renda provável da Câmara Municipal -1836

| Impostos | Receita |
|---------------------------|-------------------|
| Afiliação | 1:273\$000 |
| Dos líquidos espirituosos | 2:000\$000 |
| Talho do gado | 1:500\$000 |
| Foros | 89\$300 |
| Laudêmios | 55\$000 |
| Chancellaria | 2:600\$000 |
| Multas pelo código | 100\$000 |
| Infrações de posturas | 425\$000 |
| Alugues de prédios | 900\$000 |
| Total | 8:942\$300 |

Fonte: Feydit, 1900. Organizado pela autora.

⁴⁰⁵ Em 1832, a renda arrecadada pela Câmara atingiu a quantia de 1:365\$576 e por ter sido reduzida, os representantes de Campos pediram auxílio à Assembléia Geral. Neste contexto a renda do município era proveniente principalmente de aferição, balança e balancinha, subsídios dos vinhos e aguardente. Com relação aos três primeiros impostos, a Câmara informava que datavam de tempos imemoriais. Informava que o imposto sobre vinhos tinha sido instituído por um donatário da vila e pagava-se o valor de 12\$560 réis para cada pipa com vinho importado, pertencendo metade do valor a Câmara de Campos e a outra metade a vila de São João da Praia, o de balança e balancinha era de 320 réis sobre cada rez arrobada que se vendia, ministrando a Câmara a balança e pesos precisos, com o fim de serem cobrados os direitos nacionais, o de aferição correspondia ao produto pago pela aferição anual dos pesos e medidas desde 1/8 de quartilho, ou quarta até canada ou alqueire; 640 reis por balança grande e pesos correspondentes, 160 por balança pequena, 80 réis por vara ou covado, 160. O de aguardente tinha sido criado em 1696, sendo de 200 reis por medida de aguardente.

⁴⁰⁶ De acordo com Feydit (1900), a Câmara informava que havia fraudes na arrecadação dos impostos.

Tabela 28 - Despesa da Câmara municipal com corpo de funcionários - 1836

| Despesa | Valor |
|-------------------------|-------------------|
| Ordenado do secretário | 500\$000 |
| Ordenado do porteiro | 230\$000 |
| Carcereiro | 100\$000 |
| Despesas judiciais | 400\$000 |
| Despesas de expedientes | 100\$000 |
| Expostos | 200\$000 |
| Décima do júri | 81\$000 |
| Aluguel do prédio | 100\$000 |
| Diversos objetos | 30\$000 |
| Comissão ao procurador | 200\$000 |
| Total | 2:625\$000 |

Fonte: Feydit, 1900. Organizado pela autora.

Como podemos perceber a partir destas tabelas, as despesas com o pagamento dos funcionários correspondiam a cerca de 1/3 da arrecadação orçada pela Câmara, o que sinaliza a importância do corpo administrativo da cidade.

A importância política estava em estreita relação com o sucesso econômico da região, já que se tornou abastecedora e compradora de inúmeros gêneros provenientes tanto de outros municípios, quanto da Corte e do exterior. Campos se destacava no início do século XIX como uma importante área produtora de açúcar, movimento este que foi favorecido pelas medidas restritivas tomadas por D. João em 1802, impedindo a proliferação de engenhos, o que teria favorecido os grandes proprietários em detrimento dos pequenos, cada vez mais subordinados aos mesmos. Cabe ressaltar que com o desenvolvimento do comércio em Campos, como afirma Feydit (1900), já apareciam no início do século XIX pedidos da Câmara de Campos aos proprietários das fazendas para a abertura de caminhos no interior das mesmas, bem como novas estradas nos lugares mais altos, para facilitar o escoamento dos produtos importados e exportados na região. Conforme discutimos no terceiro capítulo, os investimentos na construção de estradas interligando a região norte fluminense sempre foram contemplados pela administração provincial e ressaltados como fundamentais por vários presidentes da Província. Por outro lado, também foram permanentes as solicitações das Câmaras de Campos e dos municípios localizados em seu entorno para a abertura e conserto de estradas e pontes. A alegação das Câmaras era sempre a mesma: a necessidade de incrementar o rico comércio da região norte da Província.

Inicialmente Campos servia de empório ao importar produtos provenientes da Corte e direcionados para o Sul de Minas, para os municípios de São Fidélis, Santa Maria Magdalena e parte de Cantagalo.⁴⁰⁷

Tabela 29 - Valor dos gêneros importados e exportados em Campos – 1831

| Produtos | | | |
|--|----------------|-----------------------------|----------------|
| Importados | Valor | Exportados | Valor |
| 1.200 pipas de líquidos espirituosos e alimentares | 100:000\$000 | 16.000 caixas de açúcar* | 1.600:000\$000 |
| 7.000 arrobas de carne seca | 160:000\$000 | 800 feixes de açúcar** | 8:000\$000 |
| Fazendas secas de várias qualidades | 600:000\$000 | 1.000 barricas de açúcar*** | 10:000\$000 |
| Maquinas, engenhos, cobres e alambiques. | 60:000\$000 | 5.000 pipas de aguardente | 200:000\$000 |
| Gêneros de diversas qualidades | 100:000\$000 | 1.000 dúzias de jacarandá | 60:000\$000 |
| Importados | Valor | Exportados | Valor |
| Total | 1.120:000\$000 | 1.000 arrobas tatagiba | 1:000\$000 |
| | | 60 arrobas de Poalha | 24:000\$000 |
| | | 8.000 arrobas de café | 1:2000\$000 |
| | | 1.000 pipas de mel | 2:000\$000 |

Fonte: Feydit, 1900. Organizado pela autora.

* cada caixa regulava 50 arrobas ou 750 quilos, ** cada feixe correspondia a 10 arrobas, *** cada barrica 8 arrobas.

Também a cidade era a cabeça do colégio eleitoral apresentando no ano de 1840, 73 eleitores. As freguesias que compunham o distrito desta cidade neste ano eram Aldeia das Pedras, Santa Rita, São Gonçalo, São Sebastião, São Fidélis e Guarulhos. No entanto, ao final do século XIX, desenvolveram-se outras localidades, além de vias de comunicação mais rápidas, notadamente as estradas de ferro de Carangola e de Macaé, o que concorreu para a retração da liderança de Campos no comércio de forma significativa.

Como podemos observar a partir da tabela 30, vários itens compunham a pauta de importação e de exportação em Campos na década de 30 do século XIX. De acordo com os dados apresentados na tabela 31, extraídos do relatório do Presidente da Província de 1839, o comércio de Campos era realizado prioritariamente por meio do porto de São João da Barra, local onde eram escoadas produtos para o mercado da Corte do Rio de Janeiro.

⁴⁰⁷ Os produtos agrícolas e industriais que eram exportados para o Rio de Janeiro saíam dos portos de Macaé (via férrea) e pelo de São João da Barra (via marítima), sendo o café e a maior parte do açúcar exportado pelo primeiro pelo porto de Macaé e cerca de terça parte do açúcar e toda a aguardente e madeira pelo segundo.

Tabela 30 - Exportação do município de Campos pelo porto de São João da Barra – 1839

| Produto | Produção |
|------------|---|
| Açúcar. | 17.480 caixas, 441 feixos, 4243 barricas, 7 sacos, 38 arrobas a granel. |
| Aguardente | 4.733 pipas, 7 meia pipas, 35 barris. |
| Café | 391 caixas, 121 feixos, 25 caixões, 1.544 barricas, 3912 sacos, 1.491 jacás, 1 quartola, 7 ancoretas |
| Madeiras | 13.615 cossueiras de Jacarandá, 981 toros de tataçiba, 1.330 tábuas de várias qualidades, 56 cossueira de cedro; 59 de oleo; 96 de ariaribá; 324 de gurubú; 128 paus de construção; 191 pernas de asna, 43 toros de vinhático, 57 vigas, 175 eixos para carro, 48 aduelas e 1 mastro. |

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1839.

No segundo semestre de 1840 até o primeiro de 1841, Campos exportou através da barra de São João da Barra, 13.021 caixas de 50 arrobas de açúcar, 553 feixes de 12 arrobas, 3.733 barricas de 10 arrobas, 293 sacos, 4 latas, 3 cabaças, 1 caixões, 2 meias pipas, 574 arrobas a granel. Saíram também 5.092 pipas, 3 tonéis, 3 meias pipas e 41 barris de aguardente, 627 pipas, 41 tonéis, 13 meias pipas e 19 barris de mel, 740 caixas, 121 feixes, 27 caixões, 874 barricas, 11.298 sacos, 1 pipa e 100 arrobas em coco de café. Além destes produtos, também figuravam a madeira, os couros e os cereais.

No ano de 1880 exportava-se de Campos aguardente, café, açúcar e madeiras para a Corte. Nas freguesias de Natividade de Bom Jesus, Morro do Coco, Dores, Santa Rita e São Benedito, o plantio de café se expandia apesar de não superar o da lavoura de cana que continuava como a mais importante atividade da região, como podemos observar na tabela 32, que indica os gêneros e valor da produção das freguesias que faziam parte do município no ano de 1880.

Tabela 31 - Valor e quantidade dos gêneros produzidos nas freguesias de Campos para abastecimento da cidade - 1880

| Produtos | Freguesia de São Salvador | Outras freguesias | Quantidade do produto | Preço do produto | Quantidade consumida por habitante anualmente | Total |
|----------|---------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|---|--------------|
| Farinha* | 1.940.000 | 1.811.400 | 4.751.400 | 60 réis por litros | 100 | 285:084\$000 |
| Feijão* | 1.383.150 | 1.816.850 | 4.200.000 | 100 réis por litro | 150 | 420:000\$000 |

| Produtos | Freguesia de São Salvador | Outras freguesias | Quantidade do produto | Preço do produto | Quantidade consumida por habitante anualmente | Total |
|--|---------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|---|----------------|
| Açúcar** | 461.050 | 938,950 | 1.400.000 | 200 réis por quilo | 50 | 280:000\$000 |
| Açúcar empregado na produção da goiabada | - | | | - | | 28:000\$000 |
| Aguardente* | | | 2.000.000 | 80 réis o litro | 50 litros | 160:000\$000 |
| Café** | | | 1.200.000 kg | 300 réis o quilo | 30 litros | 360:000\$000 |
| Arroz | | | 300 sacos | 10\$000 o sacco | - | 3:000\$000 |
| Polvilho | | | 160.000 kg | 100 réis o quilo | - | 16:000\$000 |
| Toucinho | | | 2.000 jacás | 500 réis o quilo | - | 60:000\$000 |
| Bois | | | 8.000 rezes | 50\$ cada uma | - | 400:000\$000 |
| Bois para serviço agrícola | | | 2.000 rezes | 80\$ cada uma | - | 160:000\$000 |
| Porcos | | | 8.000 rezes | 40\$ cada uma | - | 320:000\$000 |
| Queijos | | | 20.000 rezes | 800\$ cada uma | - | 16:000\$000 |
| Milho | | | 2.000 sacos | 4\$000 o sacco | - | 8:000\$000 |
| Goiabada | | | 50.000 arrobas | 1\$000 arroba | - | 50:000\$000 |
| Leite | | | - | 20\$000 por dia | - | 7:200\$000 |
| Ovos | | | - | | - | 144:000\$000 |
| Aves | | | - | | - | 100:000\$000 |
| Frutas | | | - | 20\$000 por dia | - | 7:200\$000 |
| Verduras | | | - | 20\$000 por dia | - | 7:200\$000 |
| Peixe | | | 4.000 cargas | 10\$ por carga | - | 40:000\$000 |
| Lenha | | | 1.600 carros | 22\$000 o carro | - | 35:200\$000 |
| Fumo | | | 3.000 molhos | 1\$000 o molho | - | 3:000\$000 |
| Meios de sola | | | 11.000 meios de sola | 6\$000 cada um | - | 66:000\$000 |
| Madeiras | | | | - | - | 40:000\$000 |
| Total | | | | - | - | 3.015:884\$000 |

Fonte: Alvarenga, 1880. Organização da autora.

* em litros, ** em quilos

Conforme demonstrado nesta tabela, vários gêneros compunham o mercado de Campos, destacando-se aqueles que eram importados na Corte para abastecerem a crescente população da cidade. De acordo com as informações da tabela 32 podemos perceber que Campos também exportava vários produtos, sendo seus principais consumidores a Corte, alguns países estrangeiros e os municípios que se localizavam em seu entorno.

Tabela 32 - Exportações realizadas pelo município de Campos – 1880

| Produtos | Quantidade | Preço de cada produto | Total |
|-------------------|-------------------|------------------------------|-----------------------|
| Café | 1.500.000 quilos | 500 réis por quilo | 750:000\$000 |
| Açúcar | 12.024.800 quilos | 220 réis por quilo | 2.645:456\$000 |
| Aguardente | 9.115 pipas | 85\$000 a pipa | 773:775\$000 |
| Álcool | 400 pipas | 160\$000 a pipa | 64:000\$000 |
| Goiabada | 500.000 latas | 300 réis a lata | 150:000\$000 |
| Feijão | 600 sacos | 7\$000 o saco | 4:200\$000 |
| Milho | 2.000 sacos | 4\$000 o saco | 8:000\$000 |
| Sola, pele, etc | 3.000 | 6\$000 | 18:000\$000 |
| Jacarandá | 12.000 couçoeira | 30\$000 cada uma | 360:000\$000 |
| Peroba | 134.234 prancha | 800 réis cada uma | 104:768\$000 |
| Peroba (tábuas) | 4.764 tábuas | 6\$000 cada uma | 28:584\$000 |
| Tapinhoan | 1.192 tábuas | 4\$000 cada uma | 4:768\$000 |
| Cedro | 4.532 tábuas | 10\$00 cada uma | 45:320\$000 |
| Diversas madeiras | 3.415 tábuas | 10\$00 cada uma | 34:150\$000 |
| Diversos produtos | - | - | 20:000\$000 |
| Total | | | 5.011:021\$000 |

Fonte: Alvarenga, 1880. Organização da autora.

De acordo com os dados desta tabela podemos notar que os produtos que mais geravam renda para o município eram o açúcar, o café e as madeiras e, os menos rentáveis, o milho e o feijão. Confrontando os dados das tabelas 31 e 32 observamos que a renda arrecadada pelas exportações era de cerca de 63% da receita total do município, ao passo que a despendida nas importações consumia 37%. Podemos concluir que então Campos tinha um comércio bastante dinâmico e superavitário nas últimas três décadas do século XIX, apesar de ter sofrido retração significativa a partir de então.

A dinâmica sócio - econômica da região estava em relação direta com o crescimento dos engenhos e engenhocas, processo que foi caracterizado pela concentração de terras e por conflitos envolvendo escravos, lavradores pobres,

grandes proprietários e Estado. Lamego (1945) afirma que tal concentração resultou no aumento da produtividade, pois as engenhocas respondiam, por um pouco mais de 8.000 toneladas de açúcar. Quando surgiram os engenhos a vapor a produção de açúcar se elevou. Assim, em 1835 o volume produzido pelos 4 engenhos foi de 12.000 toneladas, em 1836 a produção de açúcar passou para 16.000 toneladas, até chegar a mais de 20.000 toneladas em 1852. A expansão, portanto, não foi somente resultado das inovações técnicas, mas também do processo de subordinação dos lavradores aos grandes proprietários de terra da região.

Muniz de Souza, que como vimos era um viajante que tinha chegado em Campos em 1827, registrou a existência de 700 engenhos e apenas um movido a vapor, pertencente à dona Francisca Rosa Maciel da Costa, Baronesa de Goitacazes.⁴⁰⁸ Em 1828 já havia quatro a vapor, dois de moinho e de água e os demais de quadrúpedes. Contava que os donos desses engenhos não auferiam grandes lucros porque eram obrigados a vender suas caixas de açúcar aos portugueses que monopolizavam o comércio da vila. Em 1837 as moendas de pau e as caldeiras de cobre foram substituídas por moendas de ferro, passando a produção do açúcar a atingir 10.000.000 quilos.⁴⁰⁹ No entanto, esta modernização no processo de produção de açúcar era restrita aos grandes fazendeiros, pois ainda no ano de 1865 o lavrador campista não usava o arado com receio de enfraquecer a terra. A esse respeito Feydit (op. cit.) assinala que:

“A rotina dos fazendeiros de não quererem se servir do arado continuou até 1866, e poucos eram os que se serviam desse importante instrumento de lavoura, sob o erroneo pretexto de que o arado enfraquecia as terras.” (op. cit. p.277)

De acordo com Rodrigues (op. cit.) os campistas passaram a ser os mestres das fábricas, isto é, trabalhavam com um ou dois carros com oito ou doze bois, uma caldeira pequena com dois tachos, de cobre e algumas vezes até de barro. Porém, os engenhos dotados de métodos mais sofisticados de fabricação se estabeleceram com o passar dos anos. Um dos responsáveis pelo processo de modernização da região foi o inglês Alexandre Davidson que, em 1837, começou a tornear ferro e bronze estabelecendo uma importante fundição de metais na região.

⁴⁰⁸ Em 1812, a viúva de Braz Carneiro Leão, Ana Francisca, proprietária da fazenda Barra Seca, recebia a mercê do título de Baronesa de São Salvador dos Campos Goytacazes.

⁴⁰⁹ O viajante declarou-se indignado com o tratamento desumano dado aos escravos, fazendo exceção à fazenda do Barão de Muriaé de Antônio José de Siqueira, o Visconde de Itabapoana e do Barão de Santa Rita.

A partir da fundição de Davidson, a indústria de fabricação de açúcar tomou extraordinário impulso e aos poucos as moendas de ferro substituíram os rolos de madeira e as enghocas por engenhos a vapor.⁴¹⁰ Dessa forma, conforme podemos notar na tabela 33, em 1872 de um total de 207 enghocas, 113 eram movidas a vapor, ano que foi inaugurada a defecação a vapor com caldeiras e serpentinas. Em 1877 o gás sulfuroso passou a ser empregado em Quiçamã, considerando o primeiro Engenho Central construído no Brasil.⁴¹¹ Em agosto de 1880 foi inaugurada a Usina Queimado e no ano seguinte já existiam 120 enghocas e 252 engenhos, elevando de forma significativa a produção do açúcar na região.

Tabela 33 - Enghocas e engenhos a vapor –1827-1881

| Ano | Enghocas | Engenhos a vapor | Total |
|------|------------------------|------------------|------------------------|
| 1827 | 700 aproximadamente | 1 | 700 aproximadamente |
| 1852 | 307 | 56 | 363 |
| 1861 | 267 | 68 | 335 |
| 1872 | 207 | 113 | 320 |
| 1881 | 120 | 252 | 372 |

Fonte: Lamego, 1945.

Conforme podemos notar na tabela 33, a partir de meados do XIX o número de enghocas sofreu uma queda significativa, paralelamente ao crescimento dos engenhos a vapor, ou seja, de aproximadamente 700 enghocas em 1827 (para um engenho só a vapor) para cerca de 270 na década de 1860. Por outro lado, o número de engenhos a vapor subiu para 68 no ano de 1861, o que possibilitou a duplicação da produção da cana. Simultaneamente ao processo de modernização e concentração de terras características da segunda metade do XIX, o comércio de cana viu-se abalado neste período, o que levou os produtores tanto a ocuparem novas áreas com o plantio, como a reduzirem a agricultura de gêneros de subsistência. Com isso, o município passou a ter necessidade de importar milho,

⁴¹⁰ Cabe ressaltar que em 1851, o inglês Davidson requereu à Câmara concessão para colocar um guindaste e fazer uma ponte de embarque no Paraíba para o serviço de uma barca a vapor, além de privilégio para o sistema de navegação a vapor, ainda inexistente em Campos. Em 1852 o vapor Goytacaz fez a sua primeira viagem a São João da Barra, gastando três horas de ida e seis horas de volta.

⁴¹¹ Em 1878, o Imperador Pedro II veio inaugurar o segundo Engenho Central, o de Barcelos. De sua comitiva fazia parte um repórter, José do Patrocínio, que assinou a ata de instalação do engenho na qualidade de redator.

arroz, feijão, batata e demais produtos de outras regiões e países, elevando ainda mais os custos de produção da cana. Desta forma, ao final do século XIX o cultivo do algodão estava em completo abandono em função da expansão da cana, assim como o de milho, feijão arroz e fumo. Quanto à mandioca, outrora abundante na região, passou a ser produzida somente para consumo do município. A pecuária, a produção do leite e a indústria de queijos também atravessavam um quadro crítico ao final do XIX em função da falta de investimentos neste setor, de forma que a produção de carne e leite destinou-se, precariamente, ao abastecimento de Campos.⁴¹² O gado suíno era criado com o fim de abastecer o município e a indústria de goiabada, que inicialmente fornecia o mercado da Corte, encontrava-se em decadência agravada em função da concorrência dos mercados europeus. A produção do álcool que havia obtido algum sucesso em meados XIX estava estacionária em função da competição de outros municípios da Província. A indústria de peles curtidas abastecia as localidades de Campos e alguns lugares adjacentes. A extração de madeiras era expressiva e exportavam-se várias espécies como jacarandá, peroba, jequitibá, cedro, dentre outras. No entanto, ainda que o fornecimento de madeira se destacasse em relação aos demais produtos, a sua exportação ao final do século tinha se reduzido de forma substantiva em relação às primeiras décadas.

Conforme já colocamos, a modernização da produção de cana foi acompanhada pela concentração de terras, processo que podemos visualizar melhor a partir dos dados da tabela 34. Notamos que apesar das freguesias de Campos apresentarem um número significativo de propriedades com até 100 hectares, os estabelecimentos com área superior a 100 hectares eram os que mais caracterizavam a região de Campos neste período. As freguesias que possuíam as maiores propriedades eram a de Santa Rita e Santo Antônio Guarulhos e as que apresentavam maior percentual de pequenos e médios estabelecimentos - até 100 hectares - eram as de São Salvador e São Gonçalo. (ver mapa 18).

⁴¹² A suplementação deste produto era viabilizada pela importação em Minas Gerais, da mesma forma que a manteiga que era importada da França e da Inglaterra.

Tabela 34 - Total e área das propriedades declaradas no Registro de Terras por Freguesia de Campos dos Goytacazes (em hectare)

| Freguesia/ Área | < 3 há | 3-10 ha | 10-50 ha | 50-100 ha | 100-500 ha | 500-1000 ha | > 1000 ha |
|------------------------------|--------|---------|----------|-----------|------------|----------------|-----------|
| N.S. Piedade da Lage | - | - | 01 | - | 05 | 02 | 07 |
| Sta. Rita | 01 | 14 | 116 | 116 | 153 | 27 | 20 |
| S. Gonçalo | 02 | 03 | 31 | 24 | 32 | 03 | 02 |
| S. Salvador | 01 | 04 | | 19 | 36 | 06 | 02 |
| S. Sebastião | - | 03 | 23 | 31 | 22 | 01 | - |
| Sto. Antônio Guarulhos | 03 | 15 | 204 | 139 | 267 | 80 | 152 |
| TOTAL | 07 | 39 | 418 | 329 | 515 | 119 | 183 |

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Registro de Terras das Freguesias de Campos dos Goytacazes, 1856, apud GESTHU/IPPUR.

Obs: do total de 4.603 registros em Campos dos Goytacazes foram levantados 1.565, o que representa aproximadamente uma amostra de 33%.

Mapa 18 - Grandes propriedades em Campos dos Goitacazes – meados do século XIX

A crise econômica da região era veiculada na imprensa local e constituiu-se em motivo de reclamações da elite campista. Como resultado das pressões da Câmara de Campos, o governo provincial tomou uma série de iniciativas como o decreto de 3 de abril nº 310, aprovando a contratação do engenheiro civil Feliciano Nepomuceno Prates para proceder a melhoramentos no fabrico e manipulação do açúcar. Também foi autorizada a vinda da Europa de aparelhos para produzir em dezesseis horas duas e meia ou três caixas de açúcar, correspondente a cento e vinte ou cento e sessenta arrobas. Os canaviais estavam desgastados e, em função disso, a Câmara se dirigia ao presidente da província reclamando mais toletes de cana “caiana”. Diziam os campistas que em 1843 das poucas mudas que vieram, a maioria estava estragada, obrigando os lavradores a fazer uso da cana chamada de “crioula”, que era de baixa categoria. Além disso, a estiagem sofrida na ocasião também contribuiu para o problema da queda da produção. Ou seja, a redução da produção da cana no início da década de 1860 não se deveu apenas às enchentes e epidemias, mas também à qualidade da cana.

Nas décadas seguintes os apelos da Câmara Municipal junto ao governo provincial para enviar mudas da cana caiana continuaram⁴¹³ e tais pedidos fizeram com que em 1859 fossem enviados 10.439,400 quilos, em 1860 - 8.499,540 e em 1861 - 7.757,220. Assim, em 1862, a produção de cana subiu para 11.918.160 quilos e não mais parou de crescer. Em 1860 montou-se a primeira caldeira multitubular no engenho do Cupim e o primeiro “banguê americano” para evaporação, revelando o processo de modernização da produção. A produção de açúcar de 1870 foi de 17.077.200 quilos, a de 1871 atingiu 18.413.580. A maior parte da produção era escoada pelo porto de São João da Barra, embora já tivesse começado a funcionar o porto de Imbé. Quanto à produção de café, este teve como média do decênio 1862-1871 812.000 quilos do mais refinado e 1.500.000 do tipo mais popular.⁴¹⁴ Cabe ressaltar que neste contexto a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN se destacou na elaboração de estudos sobre a produção açucareira visando melhorar os problemas da lavoura na região e no Brasil.

⁴¹³ Em 1860, Ignacio Pereira da Silva Mota comunicava à Câmara Municipal que o governo imperial tinha mandado vir canas das ilhas Reunion e Mauricia, e solicitava que os lavradores fossem organizados para a distribuição das mudas.

⁴¹⁴ Nessa época a província do Rio Janeiro era responsável por 81% da produção de café e a produção de São Paulo ainda era pouco expressiva em relação fluminense.

Com o desenvolvimento do açúcar e demais gêneros, a vila passou a ter importante papel na província, o que concorreu tanto para o aumento da população como para uma maior diversificação das camadas sociais a partir da segunda metade do XVIII. Desta forma, de 4.274 habitantes, já na terceira década do XIX a região apresentava 41.753 habitantes. Os dados apresentados na tabela 35 e 36 revelam que o crescimento da população em Campos foi um processo ininterrupto. Em 1836, Campos apresentava ao todo 51.718 habitantes, sendo que 51,61% estavam concentrados nas freguesias de São Salvador e Guarulhos. Destacava-se em termos populacionais, a freguesia de São Salvador que possuía 35,62% da população total. Os dados apresentados na tabela 36 revelam que a população total de Campos em 1880 era de 89.120, dos quais 57.000 eram livres, 32.120 escravos e 6.504 “ingênuos” (crianças negras). Existiam 28.840 homens livres para 28.153 mulheres, 17.280 escravos homens e 14.840 escravas mulheres. Continuavam a concentrar população as freguesias de São Salvador - 7.910, seguida de Guarulhos - 7.825 e São Gonçalo - 4.483.⁴¹⁵ O processo diferenciado de ocupação da região justifica, como veremos a seguir, a concentração populacional e de serviços nestas áreas. Podemos também concluir a partir dos dados destas tabelas que, paralelamente ao crescimento populacional, a região sofreu transformações espaciais significativas, o que pode ser comprovado pelo aumento do número de freguesias. Tal processo é indicador do jogo de poder envolvendo os atores hegemônicos locais.

Tabela 35 - População Livre e escrava de Campos dos Goytacazes – 1836*

| Freguesias | População livre | Escravos | Total |
|-------------------|------------------------|-----------------|---------------|
| São Salvador | 6.583 | 11.837 | 18.423 |
| Guarulhos | 1.714 | 6.559 | 8.273 |
| São Gonçalo | 3.296 | 3.976 | 7.274 |
| São Sebastião | 4.595 | 3.188 | 7.783 |
| Santa Rita | 2.916 | 2.632 | 5.518 |
| São Fidélis | 1.241 | 2.002 | 3.213 |
| Aldêa da Pedra | 775 | 401 | 1.176 |
| Total | 21.123 | 30.595 | 51.718 |

Fonte: retirado de Feydit, 1900.

⁴¹⁵ Na freguesia de Bom Jesus havia ao todo 1.298 habitantes, na São Benedicto 743, Morro do Coco 1.766, São Salvador 7.910, Dores 2.098, Natividade 1.764, Santa Rita 1.195, São Gonçalo 4.483, Guarulhos 7.825, São Sebastião 3.038.

Tabela 36 - População livre e escrava por freguesia em Campos – 1880

| Freguesias | Homens livres | Escravos | Total |
|-------------------|----------------------|-----------------|--------------|
| Bom Jesus | 2.842 | 1.298 | 4.140 |
| São Benedito | 3.431 | 743 | 4.174 |
| Morro do Coco | 4.884 | 1.766 | 6.650 |
| São Salvador | 11.490 | 7.910 | 19.400 |
| Dores | 5.989 | 1.098 | 8.087 |
| Natividade | 3.995 | 1.764 | 5.759 |
| Santa Rita | 4.292 | 1.195 | 5.487 |
| São Gonçalo | 7.191 | 4.483 | 11.674 |
| Guarulhos | 6.484 | 7.825 | 14.309 |
| São Sebastião | 6.402 | 3.038 | 9.440 |
| Total | 57.000 | 32.120 | 89.120 |

Fonte: Alvarenga, 1880. Organização da autora.

6.5.1. A dança das fronteiras em Campos

As mudanças espaciais que Campos sofreu ao longo do século XIX estiveram relacionadas às supressões e incorporações realizadas durante os três séculos, ou seja, ao processo de multiplicação de vilas, arraiais e cidades que caracterizou a dinâmica sócio-espacial da província do Rio de Janeiro. No caso em questão, tais transformações remontam ao século XVIII e vinculam-se aos conflitos de terra envolvendo diferentes grupos sociais. Nesse processo, cabe lembrar a incorporação das terras indígenas e sua conseqüente transformação no século seguinte em vilas e cidades. Senão vejamos:

Em 1753, a capitania da Paraíba do Sul, da qual Campos fazia parte, compreendia a fazenda dos jesuítas, Macaé, as terras que pertenciam às freguesias da Conceição de Macabú, Quissamã e Carapebús, Dores de Macabú, São Sebastião, São Gonçalo, São Salvador e ao município de São João da Barra. Também a freguesia de Guarulhos que foi incorporada a Campos por meio da provisão episcopal de 3 de janeiro de 1759, cujo território compreendia terrenos localizados junto à margem esquerda do rio Paraíba. As aldeias de São Fidélis, da Pedra (1779) e de São José de Leonissa (1813) foram incorporadas à freguesia de Guarulhos, pertencente a Campos. (Ver mapa 15)

Quando São Fidélis foi elevada à freguesia em 1829 e cidade pelo decreto no. 503 de 19 de abril de 1850, os curatos da Aldeia da Pedra e São José

de Leonissa foram desmembrados do município de Campos.⁴¹⁶ O processo de desmembramento também ocorreu quando Macaé teve sua vila criada em 1813 e passou a pertencer à jurisdição de Cabo Frio. Posteriormente fariam parte do seu território o município de Macaé e as freguesias de Carapebus, Quissamã e Conceição de Macabú,⁴¹⁷ criadas por lei provincial no. 812 de 6 de outubro de 1855. O município de São João da Barra (outrora Vila da Praia) foi desanexada de Campos através de decreto de 18 de julho de 1776 e passou para o domínio e jurisdição da província do Espírito Santo. A freguesia de Lage tinha seu território composto pela paróquia de Natividade (lei no. 1244 de 14 de dezembro de 1861) que foi desanexada do município de Campos e passou a pertencer a São Fidélis.

Assim, da antiga capitania da Paraíba do Sul restaram para Campos, as suas primitivas freguesias São Salvador, São Gonçalo, São Sebastião e Guarulhos, abrangendo um território que compreendia cerca de 1/3 de seu tamanho original.

Em Campos, no ano de 1880, existiam dez paróquias: Bom Jesus, São Benedito, Morro do Coco, São Salvador, Dores, Natividade, Santa Rita, São Gonçalo, Guarulhos e São Sebastião. A mais povoada era a de São Salvador que concentrava 24,62% da população escrava e 20,15% da população livre, isto é, 32.120 escravos e 57.000 homens livres. As menos habitadas eram as de Bom Jesus e São Benedito muito embora, proporcionalmente, existissem nestas uma maior população escrava.

A primeira freguesia que se estabeleceu foi a de São Salvador (1673) onde se encontrava o núcleo da cidade de Campos. Era constituída por uma planície com cerca de 342 quilômetros quadrados de superfície. Nela foram plantados açúcar, alguns cereais e hortaliças que se destinavam principalmente ao consumo local. Contava no ano de 1880 com cinqüenta e cinco fazendas que empregavam máquinas para a fabricação de cana e aguardente, sendo 38 movidas a vapor e 17 a força animal. Havia também dois engenhos centrais.⁴¹⁸ Esta localidade era responsável por cerca de 1/5 do açúcar e aguardente que se exportava no município de Campos.

⁴¹⁶ A este território foi incorporada parte das terras da localidade denominada Monteverde que se transformou em freguesia por lei no. 1.244 de 14 de novembro de 1861. Também foram incorporadas, as áreas compreendidas nas imediações do local denominado Vallão Grande na freguesia da Natividade do Carangola.

⁴¹⁷ Esta última foi formada de parte da freguesia de Santa Rita.

⁴¹⁸ Um localizado à margem do Paraíba do Sul, na fazenda da Conceição de propriedade do fazendeiro Dr. Jeronymo Baptista Pereira e o outro situado no lugar denominado Queimado, na fazenda Santa Rita, do propriedade do Comendador Julião Ribeiro Castro e Filho.

No núcleo central em 1880 havia cerca de 2.600 casas, sendo os seus habitantes distribuídos pelas seguintes profissões: médicos (19), advogados (21), sacerdotes (10), engenheiros (6), magistrados (4), tabeliões e escrivões (11), procuradores (9), coletores, escrivões e seu ajudantes (10), dentistas (3). Além destes, existiam profissionais que prestavam diferentes serviços em suas lojas de tipografia (5), farmácias (8), lojas de barbeiro (6), relojoeiro (1), ourives (4), alfaiate (4), chapeleiros (1), charuteiro (5), fogueteiro (3), ferradores (2), caldeireiros (4), ferreiros (8), funileiros (15), mestre de obras brancas (7), pintores (4), marceneiros (14), sapateiros (7), seleiros (8), segeiro (2), tamanqueiros (1), tanoeiro (1), tintureiro (3), fotógrafo retratista (2), fundição mecânica (3), serrarias, manual e a vapor (5). Também existiam no núcleo de Campos os seguintes estabelecimentos comerciais: padarias (5), açougues (21), hotéis e bilhares (7), fábrica de cerveja (1), lojas de livros (1), lojas de fazenda (11), lojas de secos e molhados (50).

Em São Salvador estavam localizadas quase todas as escolas, com exceção de uma - a do Carvão, as principais ruas, os bancos, as companhias de seguros, as agências das companhias de navegação fluvial, além de inúmeros portos por onde eram abastecidos os moradores da cidade. Também ali estavam situados as principais praças e largos, templos, hospitais, associações beneficentes, instituições como a Sociedade Campista de Agricultura e os clubes. Ou seja, em São Salvador localizava-se o centro comercial, político e administrativo do município de Campos e como toda área central nele concentravam-se as principais funções urbanas.

A freguesia de São Gonçalo foi criada logo após a vila de São Salvador em terras que anteriormente pertenciam aos jesuítas, próximas portanto à fazenda do Colégio.⁴¹⁹ Distava da cidade cerca de nove quilômetros, medindo aproximadamente de 182,24 quilômetros quadrados. Esta freguesia - quase totalmente circundada por brejos e lagoas - tinha terrenos bastante férteis que facilitaram a expansão da lavoura de arroz e da cana-de-açúcar, gêneros cultivados por lavradores pobres e voltados para o abastecimento da localidade. A população também se empregava na pescaria, ramo que tinha um comércio ativo. As principais fazendas desta freguesia eram a do Sr. João José Nunes de Carvalho - proprietário

⁴¹⁹ Em 1722 foi criada a paróquia perpétua e por alvará de 1763 e Carta Régia de 11 de novembro de 1797. Em 1880 esta fazenda pertencia ao coronel Francisco de Paula Gomes Barroso.

da fazenda do Limão, com um engenho central, a fazenda do Colégio, a do Visconde, a da Tocaia, a Velha, a da Piabanha e a do Coqueiro.

Tal localidade possuía 1.093 casas habitadas, nove templos (alguns destes em fazendas), quatro médicos, um farmacêutico e um sacerdote. Havia também oitenta e seis fábricas de açúcar e de aguardente, das quais vinte e seis eram movidas a vapor. A freguesia passou a ser servida pela estrada de ferro São Sebastião e pela estrada Geral que percorria todo o seu perímetro e a ligava com a de São Sebastião.

A freguesia de São Sebastião foi criada em 1811 através de Alvará Régio e também era constituída por uma imensa planície cercada de lagoas com uma superfície total de 821,96 quilômetros quadrados. Havia quarenta e dois engenhos de açúcar e de aguardente, dos quais seis eram movidos a vapor. As principais fazendas desta localidade eram: da Ajuda, do coronel Miguel Ribeiro da Motta, a do Tahy, do barão de São Fidélis e a do tenente coronel Miguel Ribeiro do Rosário. No censo de 1880 acusou-se a existência de cerca de 1.075 casas habitadas e 55 desabitadas além de duas igrejas.

A freguesia de Santo Antonio dos Guarulhos estava assentada em terras que ficavam próximas às margens do Paraíba, outrora ocupadas pelas antigas aldeias dos índios Guarulhos e Coroados. Distava cerca de três quilômetros da vila de São Salvador, ocupando toda a planície onde anteriormente estava situava a antiga fazenda da Aldeia.⁴²⁰ A área desta freguesia era de 800,88 quilômetros quadrados, abrigando na contagem realizada em 1880, 3.088 casas habitadas e 354 desabitadas. Em Guarulhos existiam pequenos povoados, sendo um localizado em frente à cidade de Campos.⁴²¹ Próximo às margens da Lagoa das Pedras, localizava-se uma outra povoação na qual instalaram-se vários armazéns para onde as cargas dos fazendeiros do Travessão do Nogueira eram enviadas. Em todos os povoados, os pequenos estabelecimentos comerciais supriam as necessidades dos seus moradores. Os grandes armazéns eram de propriedade de João Ferreiro do Amaral e José Guedes Pinto e Chaves e estavam situados na localidade denominada Cachoeira do Muriaé. Tais estabelecimentos abasteciam as povoações

⁴²⁰ A aldeia de índios permaneceu no local até o ano de 1760, quando então foi construída uma capela que obteve confirmação de episcopado em 1808.

⁴²¹ Quando a ponte de ferro foi construída sobre o rio Paraíba deu passagem aos moradores e produtos desta localidade para a freguesia de Natividade e a de Bom Jesus. Cabe ressaltar que tal obra foi construída em 1873 por Thomaz Dutton Junior. Anteriormente à construção da ponte, a comunicação era feita até 1846 por uma barca pêndulo de propriedade do vice-consul da França Julio Lambert.

de Natividade, Lage e o Sul Minas recebendo gêneros provenientes da Corte. A estrada de ferro de Carangola substituiu o intercâmbio outrora realizado em canoas pelos comerciantes estabelecidos. A maior parte dos terrenos desta freguesia destinava-se ao plantio da cana de açúcar, porém havia também o cultivo da mandioca, do milho, do arroz, do feijão, do algodão e do café, produzido em abundância na serra do Onça.⁴²² Existiam sessenta e uma fábricas de açúcar, de café e de aguardente. Nas fazendas de Muriáe, da viscondessa de Muriáe, da Sapucaia, do barão de Santa Rita - a de Santa Rita, da D. Anna Barroso & filhos, a de Santa Roza, do Dr. Paulo F. da Costa Vianna, a do Cachoeiro, do comendador Antonio José Ferreira Martins e a dos Taipabas e a Carqueija dos herdeiros de Candido Vianna, existiam engenhocas a vapor. As mais importantes vias de comunicação eram o rio Muriáe, a estrada de ferro Carangola e a lagoa das Pedras, por onde circulavam produtos tanto para o consumo da cidade, como para serem vendidos para o Rio de Janeiro através do porto de Imbetiba, que escoava a mercadoria tanto para a via férrea Macaé – Campos, como pelo porto de São João da Barra.

A freguesia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco foi criada em 1861 pela lei no. 1.225. Seu território foi constituído de parte da freguesia de Guarulhos e possuía 537,04 quilômetros quadrados. Com cerca de setecentos e sessenta e uma casas, o seu principal povoado foi estabelecido na Pedra Lisa, onde em 1844 havia-se fundado uma colônia de belgas. Apesar do fracasso desse núcleo, os emigrantes que restaram edificaram uma pequena capela sob a invocação de Nossa Senhora da Villa Nova, desenvolvendo-se graças às atividades praticadas pelos pequenos agricultores e madeireiros que anteriormente habitavam as freguesias de São Gonçalo e São Sebastião. Em função do crescimento deste núcleo, recebeu mais tarde a denominação de Vila Nova. Com o crescimento do comércio, pequenos estabelecimentos foram surgindo e os grandes fazendeiros lá se instalaram e construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Morro do Coco, nome pelo qual passou a ser designada a freguesia. A primeira indústria estabelecida na região foi a da extração da madeira, exportada através do canal do Onça e, para os lugares mais distantes, por meio do rio Itabapoana. Ao final do século XIX esse comércio se retraiu e os moradores voltaram a plantar o

⁴²² Também abundava a madeira peroba que era retirada para a venda, embora já estivesse devastada grande parte de suas matas.

açúcar em pequenas lavouras para abastecer a cidade de Campos, o café, o feijão, o milho e a mandioca. O seu centro encontrava-se assentado no lugar denominado Murundu, onde estava localizada a estação da via férrea do Carangola. Esta levava os produtos dos agricultores para serem comercializados na cidade de Campos. Existiam na freguesia quinze fábricas de açúcar e de aguardente, das quais três eram movidas à vapor, além de vinte e duas fazendas de café, milho, feijão e mandioca.⁴²³

A freguesia de Santa Rita da Lagoa de Cima foi criada por lei provincial no. 242 em 1842 e estava localizada junto às margens da Lagoa de mesma denominação, onde existia uma igreja sob invocação de Santa Rita e um pequeno povoado. A cultura predominante era a mandioca, embora também fosse plantado o café nos terrenos mais altos. Existiam na freguesia catorze fábricas de açúcar e aguardente, das quais quatro eram movidas a vapor. Ali encontrava-se a fazenda do Cupim, outrora pertencente aos Asseca. As principais vias de comunicação eram a Estrada Geral, a Lagoa de Cima, o rio Uruguai e o canal de Campos a Macaé.

A freguesia de São Benedito da Lagoa de Cima foi criada por Decreto no. 1391 em 1868, tendo sua matriz edificada próxima a uma das margens da Lagoa de Cima. Nos terrenos desta localidade desenvolviam-se as mesmas atividades agrícolas da freguesia de Santa Rita. Existiam trinta e uma fazendas de açúcar e de aguardente, sendo oito movidas a vapor, cinqüenta e oito que cultivavam mandioca e por volta de cem propriedades que plantavam milho, feijão e café em pequena quantidade. A principal via de comunicação que permitia a ligação com o rio Paraíba era o rio Preto, por onde os produtos da freguesia eram transportados para o lugar denominado Trapiche da Barra e escoados para a cidade de Campos e para Corte. Outra via era a lagoa de Cima, através da qual os estabelecimentos que se localizavam mais próximos transportavam seus gêneros, até interligar-se com o rio Uruguai e o canal de Campos a Macaé. Ali existiam 484 casas habitadas e sete desabitadas.

A freguesia de Nossa Senhora das Dores de Macaé foi criada através de Lei provincial no. 961 de 1857, sendo desmembrada do território da antiga freguesia de Santa Rita. Possuía uma superfície de 793,34 quilômetros quadrados com 1.197 casas. As principais culturas desenvolvidas em seus terrenos - a maior parte

⁴²³ Existiam cerca de cem pequenas fazendas que se dedicavam à cultura da mandioca, do milho, do feijão e do café.

alagadiços - era a mandioca, o milho, o feijão, contendo cerca de cento e vinte e quatro pequenos sítios. Os terrenos mais baixos desta freguesia dedicavam-se à produção da aguardente e do açúcar, existindo aí vinte e uma fábricas.⁴²⁴

A freguesia de Nossa Senhora do Carangola foi criada por lei provincial no. 636 de 1.853 e pela lei de 14 de dezembro de 1861 que complementou a anterior e deu a denominação de Nossa Senhora da Natividade. O comércio e a população eram numerosos em relação às demais, congregando tal localidade profissionais como médicos, farmacêuticos e estabelecimentos comerciais como padarias e hotéis. O seu desenvolvimento esteve vinculado à construção de uma estrada de ferro que fixou ali uma estação. A idéia de interligar a comunidade à cidade foi de Francisco Portela, líder político e morador desta freguesia. Dela fazia parte o arraial de Santo Antônio, mais próximo dos limites de Minas Gerais habitados, primordialmente, por famílias mineiras⁴²⁵ que migraram para a região e introduziram os primeiros estabelecimentos agrícolas voltados para a produção de café. Tal cultura era responsável por cerca da 1/3 da produção do município de Campos.⁴²⁶ Havia também terrenos destinados à cultura da cana em importantes fazendas como São Pedro e São Paulo. Ocorria criação em larga escala do gado suíno para abastecer a cidade de Campos, municípios vizinhos e a Corte, além da indústria de madeiras que teve seu desenvolvimento vinculado à criação da via férrea. Ao todo, havia cento e nove importantes fazendas de café, entre as quais se destacava a fazenda Modelo de propriedade do comendador Joaquim Ribeiro dos Santos.

Por fim, a freguesia de Bom Jesus do Itabopoana foi criada pela lei provincial de 1862, tendo seu povoado situado próximo às margens do rio do mesmo nome. A povoação contava com cerca de sessenta casas, entre elas alguns sobrados e existiam 454 casas. A principal cultura era a do café, responsável por cerca de 1/3 da exportação do município.⁴²⁷ Também havia produtos como a madeira, exportada pela barra de Itabopoana para a Corte, a cultura do fumo, milho, feijão e arroz voltada para o abastecimento da cidade de Campos e o gado suíno.

⁴²⁴ Cujo proprietário era Joaquim Ribeiro de Castro e a fazenda da Batalha, do conselheiro João Almeida Pereira.

⁴²⁵ Tais famílias eram do tronco dos Tinocos, Lannes e Raballo.

⁴²⁶ Os terrenos da freguesia de Carangola eram considerados um dos mais produtivos de todo o município de Campos.

⁴²⁷ Possuía a freguesia vias de comunicação que exportavam a produção da rubiácea, como o ramal de Santo Eduardo da via férrea do Carangola. Tal comércio respondia pela metade das exportações do município de Campos.

Ao todo existiam cento e cinquenta e sete fazendas, das quais três produziam açúcar, dezoito voltadas para a criação de suínos e as demais dedicadas à cultura do café.

6.6. A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, PESSOAS E INFORMAÇÕES EM CAMPOS

O processo de ocupação da região de Campos vinculou-se desde os tempos coloniais à criação de estradas e caminhos que tinham como objetivo escoar a rica produção de açúcar e dos demais gêneros. Existiam na região importantes estradas de rodagem que foram abertas em diferentes períodos e serviram para ligar Campos a São Fidelis, São João da Barra, Macaé e Niterói. Ao final do XIX, as vias apresentavam grandes dificuldades de trânsito, sendo por isso alvo de constantes pedidos de conserto da Câmara ao governo provincial. (ver anexo 13).

Em função do número expressivo de rios, canais e lagoas, inicialmente eram por estas estradas que o lavrador e boiadeiro escoava e recebia os produtos provenientes de outros municípios e da Corte. Por meio do rio Paraíba, uma das principais vias de comunicação da província e de Campos, eram transportados diariamente lenha, farinha e produtos agrícolas das fazendas ribeirinhas para exportação e consumo da cidade. Ainda no final do XIX por suas águas seguiam cerca de 60 barcas e pranchas e vapores como o Muriahé, Cachoeira, Agente e União que conduziam passageiros e mercadorias para os municípios de Muriahé, São Fidélis e São João da Barra. Pelo rio Muriahé também eram transportadas por balsas inúmeras espécies de madeiras e canoas com produtos agrícolas das fazendas localizadas próximas às suas margens. Semanalmente funcionava neste rio o vapor que tinha a sua denominação. Através do rio Macabú eram escoados gêneros de primeira necessidade para a cidade de Campos e, pelo Itabapoana, balsas e canoas também traziam e levavam produtos. Além desses rios, existiam inúmeros canais, como o do Onça, do rio Morto, o Córrego do Jacaré, o rio Imbé, o Urubu, o Ururaí, o Preto, o Açu ou Iguaçu, o Furado e o canal de Campos-Muriaé e o canal do Nogueira e lagoas como a de Cima, Feia, de Jesus, Saquarema, Piabanha, Jahy-Grande, Tahy-Pequeno, Carumanga, Vigário, Campello, Pedras, Onça,

Saudade e Brejo-Grande que prestavam-se também para o transporte de mercadorias.⁴²⁸ (Mello, 1886).

Existiam inúmeros portos no rio Paraíba do Sul: da Lancha, das Pedras, do Ingá, da Cadeira, Grande, do Pelourinho, da Banca, da Escada, dos Andradas e o da Fragata. Tais ancoradouros tinham grande importância porque o rio Paraíba era a maior estrada líquida de penetração da região. Até 1846, o campista fazia a travessia do rio Paraíba para Guarulhos (Guarus) em frágeis canoas, ou através da barca-pêndulo, então denominada de ponte-volante. Tal meio de transporte, pertencente ao vice-cônsul francês, Julio Lambert era uma ponte-volante composta de duas barcas de 80 palmos de comprimento que era ligada por vigas.⁴²⁹ Essa barca prestou grandes serviços à população de Campos até ser inaugurada a ponte que passou a fazer tal travessia em 1873. Tal ponte em frente à cidade e junto às margens do rio Paraíba, construída por iniciativa de Thomaz Dutton Junior era de ferro. (Rodrigues, 1988 e Mello 1886).

Inaugurou-se em 20 de junho de 1852 a linha do vapor “Goytacaz” que fazia as rotas Campos - São João da Barra - Rio, e Campos - Imbetiba - Rio. Foi o

⁴²⁸ Por meio do rio Muriaé que atravessava inúmeras freguesias de Campos, São Fidélis transportava-se constantemente através de canoas que traziam para a cidade de Campos produtos agrícolas das fazendas, como madeiras de jacarandá, peroba, cedro etc, servindo também de escoadouro da indústria extrativa de Campos. No canal do Onça as canoas traziam produtos das lavouras das freguesias de Vila Nova e Pedra Lisa de Muriaé, além de madeiras retiradas da região circundante. Do rio Itabopoana circulavam madeiras que provinham da freguesia do Morro do Coco e Bom Jesus e, anteriormente, todos os produtos da freguesia de Bom Jesus, e o café do Morro do Coco. Pelo canal do Jacaré desciam regularmente de suas canoa madeiras, cereais, açúcar e aguardente dos estabelecimentos agrícolas da localidade denominada Travessão do Nogueira. Pelos rios Imbé e Urubu que desaguavam na Lagoa de Cima transportava-se café, lenha, cereais e demais produtos dos sertões do Imbé e Urubu, aos quais os produtos eram atravessados depois pela Lagoa de Cima, pelo rio Uruguai e deste em direção ao canal de Campos - Macaé que levava até a cidade de Campos. Do rio Macabú desciam produtos das freguesias da Conceição, Carapebús e Dolores de Macabú que após atravessar diversas lagoas e entrar no canal de Campos- Macaé abasteciam o mercado da cidade de Campos. O rio Uruguai que percorria cinquenta e dois quilômetros até desaguar na Lagoa Feia, os produtos como a madeira e demais gêneros alimentícios eram trazidos por canoas dos lavradores estabelecidos em suas margens até a cidade de Campos. Dentre os canais destacavam-se o de Campos- Macaé, do Nogueira (que ficou em menos de dois anos inutilizado) e o Valão da Onça. Tais canais durante um curto período serviram de intercâmbio para as trocas entre diferentes freguesias e as cidades de Campos, Macaé e São Fidélis, além de terem sido projetos com o intuito de dessecar os pântanos. As lagoas de Jesus foi local inicial de assentamento da freguesia de Santa Rita e parte da freguesia Das Dolores, a lagoa de Cima que era responsável pelo fornecimento de peixe, alimentando o comércio da população pobre localizada no entorno, a lagoa Feia, que abrigava o povoado de Ponta Grossa utilizava-se também do comércio de peixe, a lagoa da Piabanha e a lagoa Tahy Pequeno que era muito utilizada para pelos pescadores que habitavam nas freguesias de São Gonçalo e São Sebastião, a lagoa de Saquarema, localizada na freguesia de São Gonçalo, localidade onde existiam outras lagoas secundárias, como Siqueiras, das Bananeiras, Salgadas, dos Jacaré, etc, a lagoa da Cacomanga que estava localizada na freguesia de São salvador, a lagoa das Pedras que situava-se na freguesia de Guarulhos que abrigava diversas habitações a sua margem, além de casas de negócios e armazéns de madeira que eram vendidos na Campos e a lagoa do Onça, também localizada na freguesia de Guarulhos em terras de uma importante fazenda. (Mello, 1886, Rodrigues, 1988, Lamego, 1945).

⁴²⁹ Havia lugar separado para carros e animais, e o compartimento dos passageiros de pé. A barca era ligada a um cabo, que se prendia a uma lancha, ancorada em frente à Rua Voluntários da Pátria, então de Jaca. Os preços das passagens eram 60 réis por cada animal; com carga 120 réis; carros, 200; carregados 400 réis; escravos, 40 réis.

inglês Alexandre Davidson o pioneiro da navegação a vapor em Campos.⁴³⁰ O “Goytacaz” era um navio grande que tinha dois salões, camarotes para quarenta passageiros e acomodações para trezentos passageiros na proa. Sua última viagem ocorreu em 22 de novembro de 1887.

Existiam três linhas férreas em Campos, a saber: de Campos a São Sebastião, de Campos a Macahé e a de Carangola. Todas as estradas de ferro foram de iniciativa particular.

A Estrada de Ferro São Sebastião - a primeira do município - foi fundada em 1873, mas desde 1857 cogitava-se a ligação da cidade com a capital da província. Com este intuito, a Câmara neste ano mandou um ofício ao governo da província solicitando a autorização da Assembléia para lançar ações em Campos com este fim. Por outro lado, para fazer pressão junto ao governo provincial, os empresários e fazendeiros de Niterói estabeleceram uma empresa que tinha como objetivo construir uma ferrovia para ligar a capital a Itaboraí. Mas os campistas protestaram, fazendo o governo ceder às pressões, sendo aprovada a contratação de um engenheiro inglês para fazer o traçado da estrada de ferro que ligaria Niterói a Campos e lançadas as ações para serem subscritas em Campos.⁴³¹ Tal iniciativa não foi adiante, pois o governo provincial cancelou o contrato, o que gerou revolta dos empresários da cidade, fato relatado por sua imprensa local.

Em 1869 o Conselheiro Thomaz Coelho entrou na Assembléia Provincial com um pedido de autorização para construir uma ligação ferroviária entre sua cidade e a freguesia de São Sebastião. Foi instalada uma empresa de sociedade anônima presidida pelo Comendador José Dias Delgado de Carvalho, o engenheiro Wilian Elison e Jorge Wilon, cujas ações foram rapidamente adquiridas pelos empresários da cidade.⁴³² Em junho do mesmo ano o primeiro trem saiu da estação do Rocio, atravessando a rua do Príncipe até a redação do “Monitor Campista”. E em julho correu o primeiro trem em direção a São Gonçalo. Em discurso proferido pelos empresários locais ressaltava-se a iniciativa particular de João Rodolpho

⁴³⁰ Segundo Rodrigues (1988) um dos vereadores foi contrário ao estabelecimento desse meio de transporte, alegando que a navegação a vapor iria prejudicar a das canoas e afugentar os peixes, o que daria prejuízo para a alimentação da povoação.

⁴³¹ Uma lista foi aberta nos Correios para a subscrição de ações - até 100 ações por pessoa, no entanto a idéia não vingou e em 1859 foi rescindido o contrato celebrado pela Província.

⁴³² A empresa solicitou à Câmara licença para o assentamento dos trilhos nas ruas do Príncipe, Direita, Ouvidor, Estrada do Becco e a estação começou a ser construída no Largo do Rocio. Em 1873 a cidade estava em festa às autoridades, bandas de música e o povo em massa em função da instalação dos primeiros trilhos na rua do Ouvidor.

Evaldo Newbern neste empreendimento. Esta estrada possuía 19 km de extensão e ligava a cidade à freguesia de São Sebastião.⁴³³ Cabe ressaltar que o Barão da Lagoa Dourada queria prolongar a via férrea São Sebastião até os Campos de Santo Amaro, onde tinha fazendas de gado.⁴³⁴

A idéia e projeto de construção da estrada de Ferro Macaé - Campos foram discutidos pelo menos três anos antes de sua existência, cuja autorização se deu em 1870 dada aos empresários Andrew Taylor, José Antonio dos Santos Cortiço e Antonio Joaquim Coelho. Em fevereiro de 1871 começou a subscrição de ações. Houve uma tentativa de traçar o leito da ferrovia pela rua São Bento, com estação junto à ponte de ferro ainda em construção, no entanto a Câmara vetou o percurso, sendo ele substituído. Tal estrada foi inaugurada em junho de 1875 com cerca de 104 quilômetros, sendo sua estação central localizada próxima à cidade de Campos, numa localidade denominada de Coroa que distava de 0,5 km da cidade. No final do XIX era o quase exclusivo intermediário na exportação e importação de gêneros do município, embora estivesse em decadência financeira ocasionada pelas elevadas dívidas que contraiu.

Segundo Rodrigues (1988), as discussões sobre a necessidade desta estrada foram registradas no jornal são-joanense “O Parahybano”. Um cidadão que adotou o pseudônimo “O amigo do progresso bem entendido” questionava se a construção da ferrovia Macaé-Campos não iria prejudicar o comércio do porto de São João da Barra. Este mesmo cidadão publicava mais tarde neste mesmo jornal um artigo que mostrava-se convencido da importância daquela via e por afirmar que não iria prejudicar o movimento do referido porto. O articulista concluiu que o Paraíba conduzindo o café de São Fidélis, Cambucy, Santo Antonio de Pádua e produtos de Minas Gerais, não seria substituído com “baldeação” onerosa feita pelo transporte ferroviário rumo a Macaé e ao porto de Imbetiba. Suas conclusões estavam em parte corretas, pois entre 1870 e 1890 o movimento do porto de São João da Barra foi intensificado paralelamente ao aumento da produção e exportação do açúcar e do café.⁴³⁵

⁴³³ Aproveitando a estrada de Ferro São Sebastião, instalou-se um hipódromo em 1873 - o Jockey Club - localizado em São Gonçalo e inaugurado em 8 de março de 1874. O segundo hipódromo foi inaugurado em 1880 na Lapa. Era hábito as famílias embarcarem de trem de São Sebastião e fazer verdadeiros “picnics” no Hipódromo, regressando à noitinha.

⁴³⁴ No final do século XIX muitos fazendeiros se recusavam a transportar seu produtos a cidade por esta via, preferindo transporta-lo por condução própria em carros puxados a boi e guiados por escravos.

⁴³⁵ Rodrigues (op.cit.) coloca que em 1860, cinco navios aportavam e cinco zarpavam por dia do porto são-joanense com 2.000 toneladas de carga. Em 1876 seria fundada a “Companhia de Navegação São João da

A Estrada de Ferro Campos - São Fidélis também havia sido pensada bem antes de sua implantação, ou seja, desde 1872 quando os engenheiros Antonio José Fausto Garrida e Augusto Barandon obtiveram concessão para construir um “caminho de ferro” que ligasse Campos a São Fidélis e São João da Barra. No entanto, tal projeto não prosperou e em 1885 a Companhia Estrada de Ferro Macaé-Campos requereu permissão para construir um ramal para São Fidélis, margeando o Paraíba e um outro junto à Lagoa de Cima passando por Dolores de Macabu.

A ligação com São João da Barra e Atafona foi iniciada em 1895 quando a estação na rua dos Goitacazes foi inaugurada. Em 1889 houve a ligação de diversos ramais e estradas construídas por iniciativa dos empresários campistas. Foram adquiridas pela companhia Macaé-Campos as estradas de ferro São Sebastião e Carangola. Alguns anos mais tarde foi construída a estação da avenida do Passeio Municipal, enquanto as antigas estações do Rocio e da estrada de Ferro São Sebastião foram desativadas e doadas à municipalidade.

A estrada de ferro Carangola foi de iniciativa de Francisco Portela,⁴³⁶ Rodrigues Peixoto, Barão da Lagoa Dourada e Crisanto de Sá Miranda, que juntos formaram a empresa e colocaram na praça 3.562 ações. Em 1875 foi assentada a pedra fundamental de sua estação central na margem esquerda do Paraíba.⁴³⁷ Em 1877 o tráfego foi aberto em sua primeira seção que tinha a extensão de 17 km. Cabe lembrar que o primeiro telefone foi instalado nesta estrada em 1882. Em 1889 um sindicato inglês comprou a Leopoldina por sete milhões e 100 mil libras e o velho projeto da ligação entre Niterói e Campos foi realizado com a construção do ramal Rio Bonito - Macaé. Foi em agosto de 1906 que a Leopoldina teve liberação para construir uma ponte sobre o rio Paraíba, denominada ponte de ferro.

O serviço de correios, por intermédio de estafetas, foi inaugurado em 1798 quando os Cataia (pai e filho) levaram a primeira mala para o Rio. Em Campos, a venda do selo “olho de boi” começou em 1843, mas até a construção da linha

Barra e Campos” e em 1887 a “Companhia de Cabotagem de São João da Barra”. No setor de passageiros, o vapor “Gerente” proporcionava, para a época, um certo luxo - dois salões amplos e decorados, 13 camarins espaçosos e cômodos, 31 beliches à ré, e cinco à proa. O camarim destinado às senhoras é preparado com muito bom gosto” (Monitor Campista, 25/711872, citado por João Oscar). Os hotéis cresciam em São João da Barra. Seis estaleiros de construção naval construíam os navios e algumas barcas da Cantareira que eram responsáveis pela travessia Rio – Niterói.

⁴³⁶ Francisco Portela foi o presidente da sua primeira diretoria até 1874. Em fevereiro de 1879 passou a ser administrada por uma nova direção composta por Francisco Ferreira Saturnino Braga (presidente), o comendador José Cardoso Moreira (tesoureiro), entre outras figuras de destaque.

⁴³⁷ Segundo Mello (1886) possuía 149, 30 km de extensão e tinha um ramal que ligava à linha férrea de Itabapoana.

férrea o estafeta era o que levava e trazia as mensagens. A agência dos Correios foi inaugurada na Praça São Salvador em 1875.

Foi José Saldanha da Gama quem primeiro pugnou pela ligação telegráfica entre Campos e Rio de Janeiro. Em 30 de dezembro de 1864 o Dr. José Saldanha da Gama expôs à Câmara a necessidade de ligação de Campos à Corte por linha telegráfica, oferecendo-se como intérprete junto ao Congresso. A Câmara Municipal aprovou a idéia, mas a postulação de Campos ficou dormindo nas gavetas ministeriais apesar dos esforços e do prestígio do apelante. Mais tarde, entretanto, outro engenheiro, este de São João da Barra, João Martins da Silva Coutinho, conseguiu levar a linha telegráfica para Campos. O campista tinha que fornecer uma ajuda de dois contos anuais, o que foi rapidamente subscrito na residência do Sr. Manuel José de Castro, sendo a linha telegráfica foi inaugurada em 2 de dezembro de 1869.

O desenvolvimento das estradas de ferro e das vias terrestres, fluviais e marítimas aliado ao melhoramento do sistema de comunicação realizado pelos correios e telégrafos, fez com que a cidade de Campos sofreu significativas transformações espaciais, já que os fluxos de mercadorias, pessoas, informações e ordens foram incrementados. Ainda assim, o rio Paraíba continuou sendo uma das principais vias de escoamento de produtos como a farinha de mandioca, frutas, goiabas, lenhas e outras mercadorias que alimentavam as “pranchas”, canoas largas e velas triangulares até o início do século XX. Desta forma, mesmo apresentando inúmeros problemas de aterramento, a navegação do Paraíba somente foi encerrada no século XX, sendo que a Companhia de Navegação São João da Barra - Campos, principal responsável pelos intercâmbios entre a região campista, existiu até 1910; em 1919 o serviço de navegação foi definitivamente encerrado. Houve uma assembléia da companhia e Manuel Ferreira Machado, que tinha o controle acionário da empresa, induzido pelo engenheiro Paulo Frontin comunicou a venda da empresa ao armador Henrique Lage. Este transferiu para o Rio de Janeiro, o que causou revolta em São João da Barra e Campos.

Queremos ressaltar que o processo de decadência da navegação fluvial e marítima de Campos não foi instantâneo e caracterizou-se por disputas envolvendo grupos que detinham o poder econômico e político na cidade e na Província. Conforme discutimos, mesmo após a inauguração das linhas férreas, especialmente o ramal Campos - São João da Barra, o transporte de produtos por

meio do porto de São João foi incrementado entre 1880 e 1890. Por outro lado, cabe destacar que antes da utilização da via férrea como o principal meio de transporte na região, os empresários e o governo provincial fizeram vultuosos investimentos na construção de estradas e canais visando ampliar o escoamento dos seus produtos, a exemplo do canal Campos - Macaé. Tais investimentos sempre foram alvo de discussões e disputas relacionadas ao traçado que as vias férreas e fluviais iriam assumir. Outro dado importante diz respeito aos contratos efetuados entre o governo provincial, a Câmara e a elite política e econômica local, já que são sinalizadores de privilégios e de garantias dos grupos que detinham poder. Estes aspectos demonstram que o processo de formação da rede urbana de Campos foi marcado por permanentes conflitos.

6.7. A REDE URBANA EM CAMPOS DOS GOITACAZES

Conforme demonstramos, a região polarizada pelo município de Campos dos Goitacazes durante os séculos XVIII e XIX teve um expressivo crescimento demográfico, econômico, político e cultural destacando-se em relação aos demais municípios da província do Rio de Janeiro devido à dinâmica dessa região no século XIX. O crescimento da cidade e da sua hinterlândia esteve relacionado à ação de grupos sociais com poder político e econômico, o que possibilitou o acesso aos recursos, garantindo uma série de investimentos materiais no espaço campista, com destaque aqueles relacionados à infra-estrutura de saneamento (serviços de água, esgoto, etc). Cabe ressaltar à medida que a cidade cresceu, novas camadas sociais despontaram na cena pública e profissionais como médicos, engenheiros e advogados, além dos burocratas do Estado, passaram a disputar poder na localidade, interferindo nas decisões futuras. Assim, as obras encampadas pelo governo e por particulares como os aterramentos, a iluminação, os alargamentos de ruas e praças, a construção de pontes, dentre outras, possibilitaram que diferentes atores sociais tivessem acesso à renda e, também, a uma maior participação nas decisões da Câmara. Nessa linha, ao final do século XIX, ocorreu paulatinamente uma mudança dos valores tradicionais e uma maior diversificação dos grupos urbanos com várias categorias profissionais e a estruturação de uma pequena e média burguesia ligada às atividades mercantis e às profissões liberais. Ou seja, o processo de urbanização do espaço campista refletiu a cada momento de sua história a organização dessa sociedade, ao passo que, quando se urbanizou, uma

nova ordem de valores e práticas sociais se impôs, redefinindo as relações estabelecidas no âmbito do seu território. É importante destacar que as interferências desses novos grupos tornaram-se mais significativas nas últimas três décadas do século XIX, sobretudo quando da definição acerca das propostas de saneamento e das vias de comunicação.

Como elemento característico do processo de urbanização do Brasil, o desenvolvimento da cidade de Campos também foi resultado do maior controle sobre as diferentes camadas sociais que compunham o quadro urbano e rural.⁴³⁸ Neste aspecto, o desenvolvimento de Campos implicou no domínio de novas e velhas áreas na qual as elites “dominavam”. Esta região que tinha como centro o município, mantinha permanentes contatos políticos e econômicos com o município da Corte e com localidades do sul das províncias de Minas Gerais e Espírito Santo. Cabe destacar que os investimentos nos meios de circulação alteraram a liderança assumida, redefinindo os papéis exercidos pela cidade.

Através dos rios, canais, estradas e vias férreas, mercadorias, pessoas, informações e ordens circulavam num ritmo crescente durante todo o século XIX, o que possibilitou a formação de um incipiente mercado interno, na qual o espaço de Campos se consolidou ao ser responsável pela drenagem e distribuição da riqueza produzida em sua cidade e em seu entorno. A região que se formou, graças ao papel histórico como fornecedor de gado e açúcar para a Corte e para o mercado externo, apoiou-se inicialmente nas vias naturais, com destaque ao rio Paraíba, mantendo-se como escoadouro de mercadorias e pessoas, mesmo quando se desenvolveram novas estradas a partir de meados do século XIX.

Cabe ressaltar que as funções exercidas por esta cidade não estiveram vinculadas somente ao seu papel econômico, mas sim à conquista de novos espaços políticos junto ao governo provincial. Neste aspecto, é importante lembrar que algumas lideranças de Campos foram presidentes e deputados da província do Rio de Janeiro e, ao ocuparem tais espaços, disputaram recursos que foram investidos na região de Campos.

Portanto, consideramos que os fluxos de mercadorias e pessoas existentes no século XIX na cidade de Campos produziram uma rede urbana que exerceu um importante papel na configuração espacial da região do açúcar.

⁴³⁸ Da qual faziam parte os municípios de São Fidelis, São João da Barra, Muriaé, Cantagalo, Macaé.

7. CONCLUSÃO

Discursos e práticas sobre o território brasileiro sempre tiveram como referência o espaço, um obstáculo demasiadamente valorizado ao progresso e futuro dos Estados - Nações. A sua conquista - elemento que no contexto colonial e imperial significou a incorporação de novas terras, a superação dos limites físicos (montanhas, mar e rios) e o controle da circulação de mercadorias e pessoas - desdobrou-se, ao longo do tempo, em diferentes propostas políticas de uso e ocupação do território brasileiro.

A tese analisou o projeto de modernização política, econômica e social do Estado Imperial no período compreendido entre os anos 1840 a 1889, através do discurso e das ações realizadas pelos órgãos e agentes responsáveis pela administração política do território fluminense.

Discutimos a hipótese de que a criação e recriação de cidades na região do café e do açúcar integradas a uma rede de circulação, correspondeu ao processo de penetração de mecanismos de controle do uso da terra nos diferentes espaços da província fluminense. Entendemos, nesse sentido, que a discussão e a montagem dos aparatos administrativos do Império, associada à multiplicação dos aglomerados urbanos e a construção de estradas, instaurou uma política de ordenamento territorial.

Entendemos como ordenamento territorial uma prática espacial indicadora de uma diretriz política, econômica e cultural, alimentada por ideais civilizatórios do Estado que foi fundada ou requalificada no Império para viabilizar o controle e organização dos usos feitos no solo nas mais distantes localidades. Neste sentido, a política de ordenamento territorial correspondeu a uma expressão espacial do poder do Estado visando à regulação e ao uso futuro de diferentes áreas.

Em nosso ponto de vista as políticas de ordenamento do território estavam expressas no debate sobre a constituição e difusão do aparato administrativo do Estado voltado para exercer o controle de diferentes fluxos. Estruturada tanto para permitir uma maior drenagem de recursos, como para a manutenção de uma ordem - um processo que envolveu a discussão sobre a centralização e descentralização do poder do Estado - a montagem dos aparatos administrativos nas cidades fluminenses do século XIX, constituiu-se numa das principais estratégias de difusão do poder imperial.

Consideramos que a discussão sobre a implantação dos aparatos administrativos nos diferentes espaços realizada pelos administradores públicos, os presidentes da Província, ao levar em consideração critérios como grau de riqueza, total de população, quantidade de infra-estrutura (principalmente estradas), constituiu-se numa política de cunho territorial. Nesse sentido, a difusão dos órgãos do Estado instalados nos núcleos urbanos, como escolas, hospitais, diretorias de obras, igrejas, cadeias, postos de arrecadação fiscal, dentre outros, legitimaram o Estado Imperial, redefinindo a rede de relações políticas e econômicas nos diferentes espaços da Província.

Esta opção analítica colocou a necessidade de ampliar os conceitos de política e Estado, compreendendo-os como conceitos fundadores de uma nova ordem espacial, ou seja, as mudanças políticas deste período foram reveladoras das diferentes estratégias dos grupos sociais em seu processo permanente de uso e controle do território - uma tradução que é simbólica e materialmente colocada como desafio permanente para a consolidação do poder do Estado.

Por compreender que a disseminação do poder administrativo, do poder do Estado, ocorreu a partir das cidades em um processo contraditório que envolveu disputas políticas e econômicas envolvendo a cooptação de diferentes grupos localizados em diversas escalas, discutimos a constituição de uma rede urbana. Neste caso, consideramos que esta rede estruturou-se, paralelamente à rede de poder, sendo sua montagem resultado das políticas de modernização, notadamente aquelas relacionadas à difusão de estradas e caminhos e da ampliação dos aparatos institucionais impulsionadas, sobretudo, a partir de 1840.

Para demonstrar como tal política articulava o poder local com o regional e o central e produzia diferentes arranjos espaciais, analisamos o caso de Campos de Goitacazes. A idéia foi de ilustrar as estratégias dos grupos locais em vinculação com o poder regional no processo de formação de uma região de influência. Neste caso, discutimos que a rede urbana campista resultou do jogo de escalas que consagrou o processo de articulação política e econômica dos grupos de poder localizados em diferentes circunscrições espaciais. Portanto, a rede foi se construindo na medida em que novas demandas políticas, sociais, econômicas e culturais se impunham, não só no nível local, mas no regional, nacional e internacional.

Partimos também da idéia que os processos relacionados à constituição de uma burguesia comercial e os referentes à consolidação do poder estatal determinaram políticas específicas para a Província do Rio de Janeiro, sobretudo em função da sua importância política e econômica. Neste aspecto, sugerimos que as propostas de constituição de um mercado/comércio interno, aliadas às funções econômicas de cada região fluminense (açúcar, sal, carne, aguardente, entre outros) e às idéias de criação de núcleos coloniais consagraram um tipo de organização espacial na Província. Neste processo, os caminhos coloniais que foram abertos com o fim de escoarem ouro e demais mercadorias, constituíram-se na espinha dorsal da rede urbana que se estruturou no século posterior. Dessa forma, o povoamento da província fluminense avançou a partir dos núcleos de assentamento - “zonas de difusão” - que se expandiram constituindo uma região de influência. As regiões coloniais mais dinâmicas foram os alicerces iniciais de construção das futuras cidades no interior da Província.

Conforme discute Chico de Oliveira, o urbano no Brasil, foi historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o *lócus* da produção era rural, agrário, o *lócus* do controle foi urbano. Ou seja, o movimento de acumulação primitiva do capitalismo mercantil teve sua sede de controle na cidade. Neste sentido, fundada para exportação, a cidade nasce no Brasil antes mesmo do campo. É importante ressaltar que a burguesia comercial que se estruturou nas cidades no Brasil, e em particular nas cidades fluminenses, não teve um papel revolucionário como na Europa, pois manteve vínculos com o campo, fortalecendo os setores agrícolas. Neste sentido, paralelamente ao processo de multiplicação das cidades, na maior parte dos municípios da Província durante o século XIX, a terra ficou cada vez mais concentrada. Conforme analisamos, tal processo também caracterizou o desenvolvimento urbano da cidade de Campos dos Goytacazes.

Considerando que as atividades voltadas para a exportação e importação de produtos definiram a existência de vários núcleos urbanos, cabe destacar que os grandes fazendeiros assumiram múltiplos papéis, exercendo atividades comerciais, financeiras e políticas nas diferentes localidades. Esta característica também particularizou o desenvolvimento das cidades no espaço fluminense, notadamente nos núcleos urbanos mais dinâmicos, como foi o caso de Campos. Neste aspecto, cabe lembrar a referência que fazia Lamago quanto ao papel atribuído aos fazendeiros de planejadores do espaço fluminense, já que muitas das infra-

estruturas instaladas nas cidades e, também, as estradas regionais foram de sua iniciativa. Assumindo múltiplos papéis, concordamos com o Lamego que este ator desempenhou um significativo papel no processo de formação da renda urbana e da consolidação do espaço da cidade como território da norma e do controle dos fluxos de mercadorias, ordens e informações. Mas também do conflito.

Por outro lado, as demandas de serviços derivadas das atividades agrícolas, comerciais e institucionais que passaram a ser atendidas na cidade resultaram na edificação de prédios públicos, estabelecimentos comerciais, casas teatrais, escolas, bibliotecas e praças, o que requereu a expansão das instituições de controle e fiscalização. Estamos aí nos referindo ao Estado. Isto é, a rede urbana da Província esteve relacionada à situação específica de capitais administrativos, herdados da Colônia e do Império. Assim, o Estado o Imperial, a grande propriedade e a escravidão, tripé de sustentação do regime monárquico, aliadas à Igreja e às camadas sociais que passaram cada vez mais a habitar os núcleos urbanos exercendo inúmeras funções, desempenharam um papel fundamental na fundação e na elaboração de políticas de caráter urbano no século XIX. Dessa forma, as transformações espaciais observadas na Província ao longo dos séculos XVIII e XIX foram decorrentes das mudanças nos papéis assumidos por estes diferentes grupos sociais, notadamente aqueles localizados nas cidades.

Queremos ressaltar que a rede urbana da Província no XIX caracterizou-se pela existência de inúmeros núcleos que possuíam um incipiente grau de urbanização anterior ao surgimento das primeiras fábricas e um relativo nível de hierarquização de funções. Ou seja, as cidades fluminenses em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, apesar de serem pequenas, apresentaram fisionomia urbana restrita e, na maior parte ligado ao movimento do capital comercial e financeiro da economia cafeeira e açucareira constituíram regiões “do mandar” e “do fazer” que estavam polarizadas nos núcleos mais dinâmicos. Este foi o caso de Campos que comandou a produção e a circulação da região norte da Província durante todo o século XIX.

Cabe lembrar que o controle de Campos sobre as cidades localizadas em seu entorno esteve relacionada à concentração de determinadas atividades econômicas e institucionais, o que criou uma base de serviços necessários à circulação dos produtos, bem como o do capital (dinheiro, matéria-prima e máquinas) que passou a ser investido no sistema comercial e financeiro (armazéns,

lojas, bancos, créditos...) e também no sistema de transportes, nos serviços de energia elétrica, dentre outros. Nessa perspectiva, a cidade de Campos tornou-se o espaço concreto das intervenções políticas e econômicas pela Província, o que levou à ampliação das infra-estruturas e do quadro administrativo do município. Tal processo implicou na incorporação de novos serviços tipicamente urbanos, (jurídicos-burocráticos, comerciais, de transportes e culturais), provocando alterações nas funções da cidade, bem como modificações importantes na regulação do uso do solo. Este processo, no entanto, foi resultado de uma intrincada e conflituosa rede de relações sociais, demográficas, religiosas, técnicas e econômicas que se estabeleceram ao longo do Segundo Reinado. Neste aspecto, frisamos que a instalação e difusão das novas atividades econômicas ou institucionais criaram um novo lugar em Campos, alterando tanto o seu valor, como as áreas localizadas no seu entorno.

Cabe lembrar que, com o desenvolvimento das funções urbanas, a cidade de Campos passou a representar não só o poder do Estado, da Igreja e dos grupos econômicos, mas também de outras camadas sociais, como médicos, advogados, engenheiros, publicista, dentre outros, ou seja, a diversificação das camadas sociais possibilitou a transformação das relações de poder, o que teve impactos diretos na organização espaço interno e externo dessa cidade.

Finalizando queremos ressaltar que nosso estudo procurou contribuir para um melhor entendimento do papel que representou o Estado imperial na criação do espaço urbano fluminense, permitindo assim preencher algumas lacunas na discussão sobre o processo de urbanização do Rio de Janeiro anterior à instalação das indústrias. Considerou a importância de recuperar a história da cidade, como um dos pontos de partida para entender as formas espaciais que, mesmo já não mais existindo, testemunham, através das paisagens, resquícios das relações que uma dada sociedade estabelecia com o seu espaço. Nosso intuito foi o de construir uma interpretação do processo de urbanização fluminense a partir do espaço, considerando-o como uma base explicativa da realidade brasileira.

Notamos em nossa pesquisa que em cada movimento do espaço fluminense uma nova geografia se estabeleceu, seja pela criação de novas formas para atender as novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Tais mudanças expressas nas cidades não atingiram de forma igualitária todos os lugares, muito embora toda e qualquer transformação tenha redefinido o

uso dos seus espaços em função do impacto das novas variáveis que passaram a se impor. Surgiram daí diversas modalidades de organização espacial, como resultantes dos serviços instalados nos mais diferentes cantos da Província.

Desta forma, a formação sócio-espacial do Rio de Janeiro e, em particular, de Campos, esteve diretamente relacionada ao movimento de afirmação do Estado em seus diferentes níveis e as demandas do sistema cultural, social e econômico vigente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a Cidade no Brasil. Questões Atuais da Reorganização do Território. In **Exploração Geográfica**. Castro, Iná Elias et al (org):. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Sobre a Memória das Cidades. In **Revista Território**, nº 4-jan./jun. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ/Garamond, 1998.

ALMEIDA. Roberto Schmidt. **A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

AZEVEDO, Aroldo de. **Embriões de Cidades Brasileiras**. In Boletim Paulista de Geografia, nº. 25, 1957.

_____. Vilas e Cidades do Brasil Colonial (1956). In Terra Livre/AGB. São Paulo, nº10, jan./jul. 1992.

_____. **Arraiais e Corrutelas**. In Boletim Paulista de Geografia, nº 27, outubro, 1957.

BASILE. Marcello Otávio N. de G. **O Império Brasileiro: Panorama Político**. In *História Geral do Brasil*. Linhares, Maria Yedda et.all (org.). Rio de Janeiro: Editora Campos,1990.

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. **A Província**. Brasília: Senado Federal, 1997.

BOBBIO, Norberto; BOVERO Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BRASIL, Conselho Nacional de Transportes: **Planos de viação. Evolução histórica (1808-1973)**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transporte, 1973.

BRAY, Sívio. **O Pensamento e o Método na Obra de Pierre Monbeing – Análise dos Trabalhos Produzidos no Brasil nas Décadas de 30 e 40.** Revista Geografia de São Paulo, 2: 83-90, 1983.

BRENNER, Neil. **Between Fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales in Environment and Planning D: Society and Space**, 1998, vol 16 pag. 459-481.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e História.** In. Cidade: História e Desafio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores.** Rio de Janeiro: Objetiva, Coleção Terra Brasilis, vol. III, 1999.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia em la geografía contemporânea.** Barcelona: Barcanova, 1983.

CARNEIRO, Maria José, et al. (org). **Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados – Escritos de História e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. (org. e introdução). **Paulino José Soares de Souza: Visconde do Uruguai.** São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **A construção da Ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Berrance Jeanne de. **A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850.** São Paulo: Brasiliense, no 35. 1977.

CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a Unidade Nacional.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CASTRO, Paulo Pereira. **Política e Administração de 1840 a 1848.** In História Geral da Civilização Brasileira- O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade. São paulo: Difusão Eorupéia do Livro, 1967.

CHAUI, Marilena: **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** Fundação Perseu Abramo: São Paulo: 2004.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Visões de Mundo, visões da Natureza e Formação de Paradigmas geográficos**. In Revista Terra Livre. São Paulo, nº 17, 2º sem., 2001.

COELHO, Edmundo dos Santos. **As profissões Imperiais**. RJ: Record, 1999.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas**. Rio de Janeiro: Asa Artes Plásticas, 1984.

CORRÊA, Roberto Corrêa. **Rede Urbana e Formação Espacial – Uma Reflexão Considerando o Brasil in Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, no 8, pp 121-129, jan./jun., 2000.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

_____. **A periodização da Rede Urbana da Amazônia**. In Revista Brasileira de Geografia, nº 49 (3), jul./set., 1987b.

_____. **Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira**. In. Revista Brasileira de Geografia, vol. 51, no3 ,jul./set., 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Wanderley Guilherme da. **Política e Território na Democracia Institucional: os Desafios da Representação**. In. CASTRO, Iná Elias (org.). Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

DEFFONTAINES, Pierre. **Como se Constituiu no Brasil a Rêde das Cidades**. Boletim Geográfico. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro. Ano II, nº 15, 1944.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil- Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

Descrição dos Capitães Maldonado e Pinto. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** – 56 (87): 345-400, 1893. Tomo LVI, Parte I, RJ, Companhia Typographica do Brazil, 1893.

DIAS, Leila Christina. **Redes: emergência e organização**. In Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Dicionário Geográfico, Histórico e Distriativo do Império do Brazil por J.C. R. Milliet de Sant-Adolphe, Traduzido por D' Caetano Lopes de Moura. Paris: Casa de J. P. Aillaude, 1845.

DOMINGUES. Heloisa M. Bertol. **A Geografia e o Exótico Brasileiro**. In. Terra Brasilis – Revista de Historia do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, no 2- 'Geografia e Pensamento Social Brasileiro, Jul./Dez.2000. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico no Brasil.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Difel, 1993.

Estado do Rio de Janeiro. **Manuscritos de Manuel Martins do Coto Reys, 1785** (Descrição Geographica, Política e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro,1997.

FALCON, Francisco José Calazans; NEVES, Margarida de Souza. **Estudos das características histórico-sociais das instituições políticas brasileiras, militares e paramilitares, desde suas origens até 1930: A Guarda Nacional no Rio de Janeiro, 1831-1918**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1981.

FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder, Formação do Patronado Político Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1958.

FERNANDES. **Leonardo Jefferson. Remédio Amargo. As obras de saneamento na baixada fluminense -1890/1950**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, abril, 1998.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniaes até a proclamação da República**. Campos: Typographia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900.

FIGUEIRÔA. Silvia F. de. **Instituições Científicas e Formas de Institucionalização do Saber: Uma Contribuição a partir da Ótica da Historia das Ciências**. In. Terra Brasilis – Revista de Historia do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, no 2- 'Geografia e Pensamento Social Brasileiro, Jul./Dez.2000. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de Historia do Pensamento Geográfico no Brasil.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (org.). Ensaio sobre a escravidão (1). In. AMANTINO, Márcia. **Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: EUFMG, 2003.

FORTE, J. Mattoso M. **O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história**. Rio de Janeiro: Tipog. do Jornal do Comércio, 1928.

FRAGOSO, João Luís. **O Império Escravista e a Republica Dos Plantadores**. In Linhares, Maria Yedda (org.) *Historia Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FREITAS, Inês Aguiar. **A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século da Luzes**. In Terra Brasilis- Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil, Ano V, N.6- Representações Geográficas, 2004. Rio de Janeiro, RJ.

FRIDMAN, Fania. **Três vilas da província fluminense**. IPPUR/UFRJ, mimeo. 2000.

_____. **Donos do Rio em Nome do Rei. Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Garamound, 1999.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, mimeo.

GIFFONI, José Marcelo. **Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850)** . Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GORENDER, Jacob. **Brasil em Preto & Branco, o passado escravista que não passou**. São Paulo: Senac, 2000.

GRAHAN, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. Traduzido do artigo inglês "Cosntructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil; Old and New Views on Class, Culture, and the State," The Journal of the Historical Society, v. 1. no. 2-3, p.17-56, 2001.

GUIMARÃES. Manoel Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. In. Estudos Históricos, No. 1. Rio de Janeiro, 1988, p.5-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JÚNIOR, Manoel Diégues. **O Engenho de Açúcar no século XVI**. In. IV Congresso de História Nacional. V.5, 1949. Anais. P.531-552. Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

KURY, Lorelai Brilhante. **O Império dos Miasmas: A Academia Imperial de Medicina**. Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1990.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1963.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência. "Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

LEMOS, Delma Guarani. **O Pensamento Eclético na Província do Rio de Janeiro**. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LYRA, Tavares. A. **Boletim O Conselho de Estado**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

_____. **Organização Política e Administrativa do Brasil**. (Colônia, Império e República). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MAGALHÃES, Basílio de. **Os caminhos antigos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro**. In "O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil". Rio de Janeiro, 1934.

MACHADO, Lia Osório. **As idéias no Lugar: O Desenvolvimento do Pensamento Geográfico no Brasil no Início do Século XX**. In Terra Brasilis – Geografia e o pensamento Social Brasileiro. Ano I n° 2, Jul./Dez. Rio de Janeiro, RJ.

_____. **Origens do Pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e idéia de ordem (1870-1930)**. In Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Um perfil econômico da elite brasileira no II Reinado a partir do Conselho do Estado. **Anais, Resumos e Programação do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica - ABPHE - Conservatória (RJ), 04 a 07 de setembro de 2005**.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Ed. Edusp/Nobel, 1991.

MASSA, Hilton. **Cabo Frio: nossa terra, nossa gente**. Cabo Frio: Dinigraf, 1996.

MATTOS, Odilon Nogueira de. **Evolução das Vias de Comunicação no Estado do Rio de Janeiro**. In Boletim Paulista de Geografia (3) outubro.1963.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

_____. **O Sertão: Um “Outro” Geográfico**. In Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Anos III-IV, N. 4-5 – Rio de Janeiro: Território, 2002-2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. **Teses para o (re) descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **A Lei de Terras de 1850 e os Esforços na Discriminação das Terras Devolutas no Rio de Janeiro (1854-1883)**. In. CARNEIRO. (et al.) **Campo Aberto: o Rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OLIVEIRA, Thalita. **A economia fluminense no século XVIII**. Anais do Congresso Comemorativo do Bicentário da Transferência da sede do Governo do Brasil, v. 1-19-28. Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. **A Geografia no Brasil**. In AZEVEDO, Fernando. As Ciências no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RAHY, Ione Salomão. **Povoamento do Estado do Rio de Janeiro**. In Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, nº.6, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS, Arthur César Ferreira. **A província do Rio de Janeiro e o município neutro**. In: O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade, Tomo_II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

REICHARDT, H.Canabarro. **A Idéia Federativa**. Separata do Annaes do Terceiro Congresso de História (VI Volume). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - IHGB, 1942.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **CAMPOS – Na Tabca dos Goitacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988. 340p. (Biblioteca de Estudos Fluminenses, Série Municípios)

ROUANET, Maria Helena. **Nacionalismo**. In Introdução ao Romantismo (org) Jobim, José Luís. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1968.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro:Record, 2001.

Secretaria do Estado de Justiça - Arquivo Público. **Fatos, Leis e Homens do regime Escravista no Brasil. Catálogo da 4ª Mostra de Documentos Históricos**, Campos: Composto e Impresso na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1977

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Memoria Historica e Documentada das Aldêas de Índios**. In Revista do Historico e Geographico do Brazil, 3o serie – no 14 – 2o Trimestre de 1854.

SILVA, Moacir. **Caminhos Antigos e Estradas Modernas: Rodovias Cariocas e irradiação rodoviária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 1934.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil**. s/d. mimeo.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, 1979.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **Geografia dos Trópicos: história dos naufragos de uma Jangada de Pedras**. In Revista Terra Livre. São Paulo, no 17, 2º sem, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996.

PINTO, Edmundo da Luz. **Principais estadistas do Segundo Reinado**. Separata do IHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

PORTO, Costa. **Serviço de Documentação**, Ministério da Educação e Cultura-Brasil: Departamento de Imprensa Nacional, 1961

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____ **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no Século XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

TAPAJÓS, Vicente. **Organização Política e Administrativa do Império**. Brasília: FUNCEP, vol. 1984.

WHATLLY, Maria Celina. **O Café em Resende no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987. Norte da província do Rio de Janeiro. Editora: cidade. 1985,

WOLFF, Egnon e Frieda. **Campos: ascensão e declínio de uma coletividade**. In. IHGB: Rio de Janeiro, 1986.

WEHLIN, Arno. **O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil**. In RIHGB, no. 337-out. /dez, 1982. Brasília - Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, Francisco. **Aspectos do desenvolvimento de Campos dos Goitacazes no século XIX**. Comunicação ao XV simpósio de História do Vale do Paraíba. Série História, no. 7, Quatis, 2000.

VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do governo Imperial – Medindo o grau de centralização fiscal no II Reinado, 1844-1889. Comunicação da ANPEC, 2003.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII**. Tese de doutoramento apresentada a cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1951.

Fontes primárias:

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro S/TITuLO, 1836.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1837.

Discurso pronunciado em 1838 pelo presidente da província.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial de 1841. Nitheroy, 1842.

Relatório do Vice Presidente da província do Rio de Janeiro na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 5 de março de 1843, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1843-1844, e balanço do exercício findo. Nitheroy – 1843.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial de 1849, Nitheroy, 1850.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial de 1852. Nitheroy, 1852.

Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas – 1861.

Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Revista Medica Fluminense. No. 1, vol II. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de Brito, 1836.

Archivo Estatístico: provincia do Rio de Janeiro. Amaral & Irmãos: Nicheroi, 1851.

Falla com que o presidente da provincia de Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1.a sessão da 1.a legislatura da Assembléa Legislativa da mesma provincia, no dia 1.o de feveireiro de 1835. Nictheroy, Typ. de Amaral & Irmão, 1850.

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.a sessão da 2.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840. Segunda edição. Nictheroy Typ. de Amaral & Irmão, 18

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o dia de março de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno financeiro de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1847.

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno financeiro de 1846 a 1847. Segunda edição. Nictheroy, Typographia de Amaral & Irmão, 1853.

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da 1.a sessão da 7.a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de abril de 1848, acompanhado do orçamento da

receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da 2.a sessão da 7.a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de março de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1849 a 1850. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1849.

Relatorio do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, o commendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1.a sessão da 8.a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de março de 1850, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1850-1851. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1850.

Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1840 a 1841. Segunda edição. Nictheroy, Typ. de Amaral & Irmão, 1851.

Relatorio do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, o commendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1.a sessão da 8.a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de março de 1850, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1850-1851. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1850.

Relatorio do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, o veador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da primeira sessão da nona legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1852, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1853. Niteroi, Typ. de Amaral & Irmão, 1852

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11.a legislatura pelo vice-presidente da provincia, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino. Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1856.

Relatorio apresentado ao Exmo. Vice-presidente da Provincia do Rio de Janeiro ao senhor doutor João Manoel Pereira da Silva pelo presidente o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa. Rio de Janeiro: Typografia Nictheroy, Typ. da Patria de C.B. de Moura, 1857.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 13.a legislatura pelo presidente, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.

Exposição feita pelo excellentissimo senhor doutor Thomaz Gomes dos Santos, vice-presidente da provincia, ao entregar a administração ao presidente della, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma provincia, José Norberto dos Santos. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1862.

Relatorio apresentado ao excellentissimo Vice Presidente da Provincia do Rio de Janeiro o senhor Doutor José Norberto dos Santos pelo presidente o desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello ao passar-lhe administração da mesma provincia,. Nichetheroi, Typ. Do Moderado, 1862.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima quinta legislatura no dia 1.o de outubro de 1863, pelo presidente da mesma provincia, dr. Polycarpo Lopes de Leão. [n.p.] Typ. do Correio Mercantil, 1863

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 9 de outubro de 1864, pelo presidente da mesma provincia, o conselheiro João Crispiano Soares. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1864.

Relatorio do vice Presidente da Provincia Tavares Bastos publicado em anexo no. 4 da fala de 15 de out. de 1865.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na sessão extraordinaria pelo presidente, desembargador Diogo Teixeira de Macedo, em 2 de abril de 1870. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima oitava legislatura no dia 8 de setembro de 1870 pelo presidente, conselheiro Josino do Nascimento Silva. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1871.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na sessão extraordinaria no dia 1o de maio de 1873 pelo presidente, desembargador Manoel José de Freitas Travassos. Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, 1873.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigesima legislatura no dia 8 de setembro de 1875 pelo vice-presidente, conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, 1875.

Relatorio apresentado à Assembleia Geral legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo ministro de Estado dos Negócios do Império Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, 1879.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigesima terceira legislatura no dia 8 de setembro de 1880 pelo presidente, dr. João Marcellino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1880

1882 MENSAGEM 1892/sem referencias 1882- Carlos Balthazar da Silveira

Exposição com que Ilmo. E Exm. Sr.Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres, digno vice presidente da Provincia do Rio de Janeiro a Martinho Álvares da Silva Campos, Nichetery, 1881

Exposição com que o Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres, 1º vice presidente da Provincia do Rio de Janeiro passou a administração da mesma provincia ao Exm.

Sr. Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto em 16 de março de 1882. Rio de Janeiro. Typographia Montenegro, 1882.

Falla apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na sessão extraordinaria no dia 9 de março de 1885 pelo presidente, José Cesario de Faria Aloim. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1885.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigesima quinta legislatura em 8 de agosto de 1885 pelo presidente, José Cesario de Faria Aloim. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1885.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 12 de setembro de 1887 pelo presidente, dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1887.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigesima setima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, dr. José Bento de Araujo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigesima setima legislatura em 15 de outubro de 1889 pelo presidente, conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1889

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 14.a legislatura pelo presidente, o doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta. Rio de Janeiro, Typ. de Francisco Rodrigues de Miranda & C.a, 1860.

Relatório apresentado ao ilustre cidadão Dr. Francisco Portella Governador do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento do disposto no paragrafo 8º do artigo 117 do Dec. Nº de 29 de Junho de 1891 pelo sub-diretor da Fazenda do mesmo estado, João Ferreira da Costa. Rio de Janeiro, 1891.

Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello..Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

Relatorio da Diretoria de Obras Publicas e de Estatistica do Estado do Rio de Janeiro, Nictheroi: Tupographia d'a Imprensa, 1894.

Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral legislativa na segunda sessão da decima legislatura pelo respectivo ministro e secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello, 1862.

Relatrio do Diretor do diretor das Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro
Ditectora de Obras Publicas da Provincia do Rio de Janeiro apresentado em 1865.
Nictheroi, 1865.

Relatório apresentado ao ilustre Exlm. Sr. Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga –
Presidente da Província do Rio de Janeiro pelo diretor das Obras Públicas da
mesma Província João Maximiano Antunes Gurjão

Ditectora de Obras Publicas da Provincia do Rio de Janeiro, Nictheroi, 1880

Relatorio do Diretor do diretor das Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro,
1875.

Ditectora de Obras Publicas da Provincia do Rio de Janeiro, Nictheroi, 1885

Registro de Imóveis das Freguesias de Campos dos Goytacazes, 1856. Arquivo
Público do Estado do Rio de Janeiro.

Provincia do Rio de Janeiro – Reorganização da Administração Publica Provincial.
Deliberação de 1 de agosto de 1876 e Regulamento de 11 do mesmo mez. Rio de
Janeiro: Tipographia Nacional, 1876.

Relatório apresentado á Assembléa Geral legislativa na segunda sessão da décima
sétima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negócios do Império
Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, 1879.

9. ANEXOS

9.1. ANEXO 1

DECRETO de 16 DE FEVEREIRO DE 1822

Cria o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil

Tendo eu anuído aos repetidos votos e desejos dos leais habitantes desta capital e das províncias de São Paulo e Minas Gerais, que me requereram houvesse eu de conservar a Regência deste reino, que meu augusto pai me havia conferido, até que pela *Constituição* da monarquia se lhe desse uma final organização sábia, justa e adequada aos seus inalienáveis direitos, decoro e futura felicidade; porquanto, de outro modo este rico e vasto reino do Brasil ficaria sem um centro de Wlilio e de força, exposto aos males da anarquia e da guerra civil; e desejando eu, para utilidade geral do Reino-Unido e particular do bom povo do Brasil, ir de antemão dispondo e arreigando o sistema constitucional, que ele merece, e eu jurei dar-lhe, formando desde já um centro de meios e de fins, com que melhor se sustente e defenda a integridade e liberdade deste fertilíssimo e grandioso país, e se promova a sua futura felicidade: hei por bem mandar convocar um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, que as representem interinamente, nomeando aquelas, que têm até quatro deputados em cortes, um; as que têm de quatro até oito, dois; e as outras daqui para cima, três, os quais procuradores gerais poderão ser removidos de seus cargos pelas suas respectivas províncias, no caso de não desempenharem devidamente suas obrigações, se assim o requererem os dois terços das suas câmaras em vereação geral e extraordinária, procedendo à nomeação de outros em seu lugar. Estes procuradores serão nomeados pelos eleitores de paróquias juntos nas cabeças de comarca, cujas eleições serão apuradas pela câmara da capital da província, saindo eleitos afinal os que tiverem maior número de votos entre os nomeados, e em caso de empate decidirá a sorte; procedendo-se em todas estas nomeações e apurações na conformidade das *instruções*, que mandou executar meu augusto pai pelo decreto de 7 de março de 1821, na parte em que for aplicável e não se achar revogada pelo presente decreto. Serão as atribuições deste conselho: 1. Aconselhar-me todas as vezes, que por mil for mandado, em todos os negócios mais importantes e difíceis; 2. Examinar os grandes projetos de reforma, que se devem fazer na administração geral e particular do Estado, que lhe forem Wlicados; 3. Propor-me as medidas e planos, que lhe parecerem mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino-Unido e à prosperidade do Brasil; 4. Advogar e zelar cada um dos seus membros pelas utilidades de sua província respectiva. Este conselho se reunirá em uma sala do meu paço todas as vezes que eu o mandar convocar, e além disto todas as outras mais, que parecer ao mesmo conselho necessário de se reunir, se assim o exigir a urgência dos negócios públicos, para o que me dará parte pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino. Este conselho será por mim presidido, e às suas sessões assistirão os meus ministros e secretários de Estado, que terão nela assento e voto. Para o bom regime e expediente dos negócios nomeará o conselho por pluralidade de votos um vice-presidente mensal dentre os seus membros, que poderá ser reeleito de novo se assim lhe parecer conveniente; e nomeará de fora um secretário sem voto, que fará o protocolo das sessões, e redigirá e escreverá os projetos aprovados e as decisões que se tomarem em conselho. Logo que estiverem reunidos os procuradores de três províncias, entrará o conselho no exercício das suas funções. Para honrar, como devo, tão úteis cidadãos: hei por bem conceder-lhes o tratamento de 'excelência', enquanto exercerem os seus importantes empregos; e mando outrossim que nas funções públicas precede o conselho a todas as outras corporações do Estado, e gozem seus membros de todas as preeminências de que gozavam até aqui os conselheiros de Estado no reino de Portugal. José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessários.

Paço em 16 de fevereiro de 1822.

Com a rubrica de S.A.R. o príncipe regente. José Bonifácio de Andrada e Silva.

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 1823

Dissolve a Assembléia Constituinte

Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a assembléia geral constituinte e legislativa, por decreto de 3 de junho do ano próximo passado, a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhes estavam iminentes: e havendo esta assembléia perjurado ao tão solene juramento que prestou à nação de defendera integridade do império, sua independência e a minha dinastia: hei por bem, como imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma assembléia, e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o *projeta de constituição* que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a extinta assembléia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de Estado de todas as diferentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do império.

Paço, doze de novembro de mil oitocentos e vinte e três, segundo da independência e do império.

Com a rubrica de sua majestade imperial.

Clemente Ferreira França – José de Oliveira Barbosa.

9.2. ANEXO 2

ATO ADICIONAL

Faz algumas alterações e adições à *Constituição política do império*, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832.

A Regência permanente, em nome do Imperador o sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do império que a câmara dos deputados, competentemente autorizada para reformar a *Constituição* do império, nos termos da carta de 1., (lei) de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e adições à mesma *Constituição*: lei de 12 de agosto de 1834 - Art. 1°. O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da *Constituição*, será exercido pelas câmaras dos distritos e pelas assembleias, que substituindo os conselhos gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de assembleias legislativas provinciais. A autoridade da assembleia legislativa da província em que estiver a corte, não compreenderá a mesma corte, nem o seu município. Art. 2°. Cada uma das assembleias legislativas provinciais constará de 36 membros nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; de 28 nas do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e de 20 em todas as outras. Este número é alterável por lei geral. Art. 3°. O poder legislativo geral poderá decretar a organização de uma segunda câmara legislativa para qualquer província, a pedido de sua assembleia, podendo esta segunda câmara ter maior duração do que a primeira. Art. 4°. A eleição destas assembleias far-se-á da mesma maneira que se fizer a dos deputados à assembleia geral legislativa e pelos mesmos eleitores, mas cada legislatura provincial durará só dois anos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes. Imediatamente depois de publicada esta reforma proceder-se-á em cada uma das províncias à eleição dos membros das suas primeiras assembleias legislativas provinciais, as quais entrarão logo em exercício, e durarão até o fim do ano de 1837. Art. 5°. A sua primeira reunião far-se-á nas capitais das províncias, e as seguintes nos lugares que forem designados por atos legislativos provinciais; o lugar, porém, da primeira reunião da assembleia legislativa da província, em que estiver a corte, será designado pelo governo. Art. 6°. A nomeação dos respectivos presidentes, vice-presidentes e secretários, verificação dos poderes de seus membros, juramento, e sua polícia e economia interna, far-se-ão na forma dos regulamentos e interinamente na forma do regimento dos conselhos gerais de província. Art. 7°. Todos os anos haverá sessão, que durará dois meses, podendo ser prorrogada, quando o julgar conveniente o presidente-lia província. Art. 8°. O presidente da província assistirá à instalação da assembleia provincial, que se fará, à exceção da primeira vez, no dia que ela marcar; terá assento igual ao do presidente dela e à sua direita; e aí dirigirá à mesma assembleia a sua fala, instruindo-a do estado dos negócios públicos e das providências que mais precisar a província para seu melhoramento. Art. 9°. Compete às assembleias legislativas provinciais propor, discutir e deliberar, na conformidade dos artigos 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da *Constituição*. Art. 10. Compete às mesmas assembleias legislar: 1°. Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier; 2°. Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro, forem criados por lei geral; 3°. Sobre a polícia e economia municipal, precedendo propostas das câmaras. 5°. Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As câmaras poderão propor os meios de ocorrer às despesas dos seus municípios; 6°. Sobre a repartição da contribuição direta pelos municípios da província, e sobre a fiscalização do emprego das rendas públicas provinciais e municipais, sobre orçamento das respectivas câmaras; 7°. Sobre a criação, supressão e nomeação para os empregos municipais e provinciais, à exceção dos que dizem respeito à arrecadação e dispêndio das rendas gerais, à administração da guerra e marinha e dos correios gerais; dos cargos de presidente de província, bispo, comandante superior da Guarda Nacional, membro das relações e Tribunais superiores e empregados das faculdades de medicina, cursos jurídicos e academias, em conformidade da doutrina do parág. 2°. deste artigo; 8°. Sobre obras públicas, estradas e navegação ao interior da respectiva província, que não pertençam à administração geral do Estado; 9°. Sobre instrução de casas de prisão, trabalho, correição e regime

delas; 10. Sobre casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas; 11. Sobre os casos e a forma por que poderão os presidentes das províncias nomear, suspender e ainda mesmo demitir os empregados municipais. Art. 11. Também compete às assembleias legislativas provinciais: 1°. Organizar os regimentos internos sobre as seguintes bases: 1ª., nenhum projeto de lei ou resolução poderá entrar em discussão sem que tenha sido dado para ordem do dia pelo menos 24 horas antes; 2ª., cada projeto de lei ou resolução passará, pelo menos, por três discussões; 3ª., de uma a outra discussão não poderá haver menor intervalo do que 24 horas. 2°. Fixar sobre informação do presidente da província, a força policial respectiva. 3°. Autorizar as câmaras municipais e o governo provincial para contrair empréstimos com que ocorram às suas respectivas despesas. 4°. Regular a administração dos bens provinciais. Uma lei geral marcará o que são bens provinciais. 5°. Promover, cumulativamente com a assembleia e o governo geral, a organização da estatística da província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias. 6°. Decidir quando tiver sido pronunciado o presidente da província, ou quem suas vagas fizer, se o processo deva continuar, e ele ser ou não suspenso do exercício de suas funções, nos casos em que pelas leis tem lugar a suspensão. 7°. Decretar a suspensão e ainda mesmo a demissão do magistrado contra quem houver queda de responsabilidade, sendo ele ouvido, e dando-se-lhe lugar à defesa. 8°. Exercer, cumulativamente com o governo geral, nos casos e pela forma marcados no § 35 do art. 179 da *Constituição*, o direito que esta concede ao mesmo governo geral. 9°. Velar na guarda da *Constituição* e das leis na sua província, e representar à assembleia e ao governo gerais contra as leis de outras províncias que ofenderem os seus direitos. Art. 12. As assembleias provinciais não poderão legislar sobre impostos de importação, nem sobre objetos não compreendidos nos dois precedentes artigos. Art. 13. As leis e resoluções das assembleias legislativas provinciais sobre os objetos especificados nos artigos 10 e 11, serão enviadas diretamente ao presidente da província a quem compete sancioná-las. Excetuam-se as leis e resoluções que versarem sobre os objetos compreendidos no art. 10, parágrafos 4°. e 5°. e 6°. na parte relativa à receita e despesa municipal, é § 7°. na parte relativa aos empregos municipais, e no art. 11 §§ 1°. e 6°. e 7°. e 9°. as quais serão decretadas pelas mesmas assembleias, sem dependência da sanção do presidente. Art. 14. Se o presidente entender que deve sancionar a lei ou resolução o fará pela seguinte fórmula, assinada de seu punho: "Sanciono, e publique-se, como lei". Art. 15. Se o presidente julgar que deve negar a sanção, por entender que a lei ou resolução não convém aos interesses da província, o fará por esta fórmula; "Volte à assembleia legislativa provincial", expondo debaixo de sua assinatura as razões em que fundou. Neste caso, será o projeto submetido a nova discussão; e se for adotado tal e qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente alegadas, por dois terços dos votos dos membros da assembleia, será reenviado ao presidente da província que o sancionará.. Se não for adotado, não poderá ser novamente proposto na mesma sessão. Art. 16. Quando, porém, o presidente negar a sanção por entender que o projeto ofende os direitos de alguma outra província, nos casos declarados no § 8°. do art. 1°. e os tratados feitos com as nações estrangeiras, e a assembleia provincial julgar o contrário por dois terços dos votos, como no artigo precedente, será o projeto, com as razões alegadas pelo presidente da província, levado ao conhecimento do governo e assembleia geral, para esta definitivamente decidir se ele deve ser ou não sancionado. Art. 17. Não se achando nesse tempo reunida a assembleia geral e julgando o governo que o projeto deve ser sancionado, poderá mandar que ele seja provisoriamente executado, até definitiva decisão da assembleia geral. Art. 18. Sancionada a lei ou resolução, a mandará o presidente publicar pela forma seguinte: "Eu..... presidente da província de ..., faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou, e eu sancionei, a lei ou resolução seguinte (a íntegra da lei, nas suas disposições somente): mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei ou resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário da província a faça imprimir, publicar e correr". Assinada pelo presidente da província a lei ou resolução, e selada com o selo do império, guardar-se-á o original no arquivo público, e enviar-se-ão exemplares delas a todas as câmaras e Tribunais e mais lugares da província, onde convenha fazer-se pública. Art. 19. O presidente dará ou negará a sanção no prazo de dez dias, e não o fazendo, ficará entendido que a deu. Neste caso, e quando, tendo-lhe sido reenviada a lei, como determina o art. 15, recusar sancioná-la, a assembleia legislativa provincial a mandará publicar com esta declaração, devendo então assiná-la o presidente da mesma assembleia. Art. 20. O presidente da província enviará à assembleia e governo geral cópias autênticas de todos os atos legislativos provinciais que tiverem sido promulgados, a fim de se examinar se ofendem à *Constituição*, os impostos gerais, os direitos de

outras províncias ou tratados, casos únicos em que o poder legislativo geral os poderá revogar. Art. 21. Os membros das assembleias provinciais serão invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções. Art. 22. Os membros das assembleias provinciais vencerão diariamente durante o tempo das sessões ordinárias, extraordinárias, e das prorrogações, um subsídio pecuniário marcado pela assembleia provincial na primeira sessão da legislatura antecedente. Terão também, quando morarem fora do lugar da sua reunião, uma indenização anual para as despesas de ida e volta, marcada pelo mesmo modo e proporcionada à extensão da viagem. Na primeira legislatura, tanto o subsídio como a indenização serão marcados pelo presidente da província. Art. 23. Os membros das assembleias provinciais que forem empregados públicos não poderão, durante as sessões exercer o seu emprego, nem acumular ordenados; tendo porém, opção entre o ordenado do empregado e o subsídio que lhes competir como membros das ditas assembleias. Art. 24. Além das atribuições que por lei competirem aos presidentes das províncias, compete-lhes também: 1. Convocar a nova assembleia provincial, de maneira que possa reunir-se no prazo marcado para suas sessões; 2. Convocar a nova assembleia provincial extraordinária, prorrogá-la e adiá-la, quando assim o exigir o bem da província, contanto, porém, que em nenhum dos anos deixe de haver sessão; 3. Suspender a publicação das leis provinciais, nos casos e pela forma marcados nos artigos 15. e 16 e 4. Expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais. Art. 25. No caso de dúvida sobre a inteligência de algum artigo desta reforma, ao poder legislativo geral compete interpretá-lo. Art. 26. Se o imperador não tiver parente algum que reúna as qualidades exigidas no art. 122 da *Constituição*, será o império governado, durante a sua minoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos. Art. 27. Esta eleição será feita pelos eleitores da respectiva legislatura, os quais, reunidos nos seus colégios, votarão por escrutínio secreto em dois cidadãos brasileiros, dos quais um não será nascido na província a que pertencem os colégios, e nenhum deles será cidadão naturalizado. Apurados os votos, lavrar-se-ão três atas do mesmo teor que contenham os nomes de todos os votados e o número exato de votos que cada um tiver. Assinadas estas atas pelos eleitores e seladas, serão enviadas, uma à câmara municipal a que pertencer o colégio, outra ao governo geral por intermédio do presidente da província, e a terceira diretamente ao presidente do senado. Art. 28. O presidente do senado, tendo recebido as atas de todos os colégios, abri-las-á em assembleia geral, reunidas ambas as câmaras, e fará contar os votos; o cidadão que obtiver a maioria destes será o regente. Se houver empate, por terem obtido o mesmo número de votos dois ou mais cidadãos, entre eles decidirá a sorte. Art. 29. O governo geral marcará um mesmo dia para esta eleição em todas as províncias do império. Art. 30. Enquanto o regente não tomar posse, e na sua falta e impedimento, governará o ministro de Estado do Império, e na falta ou impedimento deste, o da Justiça. Art. 31. A atual Regência governará até que tenha sido eleito e tomado posse o regente de que trata o art. 26. Art. 32. Fica suprimido o conselho de Estado de que trata o título 5º., cap. 7º., da *Constituição*. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e adições pertencer, que se cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelas se contém. O secretário de Estado dos negócios do Império as faça juntar à *Constituição*, imprimir, promulgar e correr.

Palácio do Rio de Janeiro, aos 12 de agosto de 1834, 11º. da independência do império.

Francisco Lima e Silva. João Braúlio Muniz e Antônio Pinto Chichorro da Gama.

LEI no. 9 105 de 12 DE MAIO DE 1840

Interpreta alguns artigos da reforma constitucional

O regente, em nome do imperador o sr. D. Pedro n, faz saber a todos os súditos que a assembleia geral legislativa decretou, e ele a sancionou, a lei seguinte: lei de 12 de maio de 1840, interpretando alguns artigos da *Constituição*. Art. 1º. A palavra 'municipal', do art. 10, parág. 4º, do *Ato adicional*, compreende ambas as Ulteriores 'policia' e 'economia', e as ambas estas se refere a cláusula final do mesmo artigo precedendo propostas das câmaras. A palavra policia compreende a

polícia municipal e a administrativa somente, e não a polícia judicial Art. 2°. A faculdade de criar e suprimir empregos municipais e provinciais concedida às assembleias de província pelo parág. 79 do art. 10 do *Ato adicional* somente diz respeito ao número dos mesmos empregos, sem alteração da sua natureza e atribuições quando forem estabelecidos por leis gerais e objetos sobre os quais não podem legislar as referidas assembleias. Art. 3°. O parág. 11 do mesmo art. 10 somente compreende aqueles empregados provinciais, cujas funções são relativas a objetos sobre os quais podem legislar as assembleias legislativas da província, e por maneira nenhuma aqueles que são criados por leis gerais relativas a objetos de competência do poder legislativo geral. Art. 4°. Na palavra 'magistrado', de que usa o m. 11 parág. 7°. do *Ato adicional*, não se compreendem os membros das relações e Tribunais superiores. Art. 5°. Na decretação da suspensão ou permissão dos magistrados procedem as assembleias provinciais como Tribunal de Justiça. Somente podem, portanto, impor tais penas em virtude de queixa, por crime de responsabilidade a que elas estão impostas por leis criminais anteriores, observando a forma de processo para tais casos anteriormente estabelecida. Art. 6°. O decreto de suspensão ou demissão deverá conter: 1. O relatório do fato; 2. A citação da lei em que o magistrado será incurso e 3. Uma sucinta exposição dos fundamentos capitais da decisão tomada. Art. 7°. O art. 16 do *Ato adicional* compreende implicitamente o caso em que o presidente da província segue a sanção a um projeto por entender que ofende a *Constituição* do império. Art. 89 As leis provinciais, que forem opostas à interpretação dada nos artigos precedentes, não se entendem revogadas pela promulgação desta lei sem que expressamente o sejam por atos do poder legislativo geral. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário de Estado dos Negócios da Justiça encarregado interinamente dos do império, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1840, 199 da independência e do império.

Pedro de Araujo Lima e Francisco Ramiro de Assis Coelho.

9.3. ANEXO 3

REGIMENTO DOS MUNICÍPIOS - LEI de 1º de outubro de 1828

Criando em cada cidade e vila do império câmaras municipais

Título I. Forma da eleição das Câmaras- Art. 1º. As câmaras das cidades se comporão de nove membros, e as das vilas, de sete, e de um secretário. Art. 2º. A eleição dos membros será feita de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro, em todas as paróquias dos respectivos termos das cidades, ou Vilas nos lugares, que as câmaras designarem, e que 15 dias antes anunciarão por editais afixados nas portas principais das ditas paróquias. Art. 3º. Têm voto na eleição dos vereadores os que têm voto na nomeação dos eleitores de paróquia, na conformidade da *Constituição* artigos 91 e 92. Art. 4º. Podem ser vereadores todos os que podem votar nas assembleias paroquiais, tendo dois anos de domicílio dentro do termo. Art. 5º. No domingo, que preceder pelo menos 15 dias, ao em que deve proceder-se à eleição, o juiz de paz da paróquia fará publicar, e afixar nas portas da igreja matriz e das capelas filiais delas a lista geral de todas as pessoas da mesma paróquia que têm direito de votar, tendo para esse fim recebido as listas parciais dos *outros* juizes de *pai*, que houver nos diferentes distritos, em que a sua paróquia estiver dividida. Nos lugares onde se não tiverem ainda criado, os juizes de paz farão os párcos as listas gerais e as publicarão pela maneira determinada: recebendo as listas parciais dos capelães das filiais. Art. 6º. O que se sentir agravado por ter sido indevidamente incluído na lista dos votantes, ou dela excluído, poderá apresentar a sua queixa motivada à assembleia eleitoral, logo que se reunir; e a assembleia conhecendo, e decidindo definitivamente sem recurso, se achar ser justificada a queixa, e ter havido dolo naquele, que lhe deu lugar, o multará na quantia de 30\$ 000 para as despesas da câmara, a que remeterá a relação dos multados. Art. 7º. Reunidos os cidadãos no dia decretado, e nos lugares, que se designarem, depois que se tiver formado a mesa na conformidade das *instruções*, que regulam as assembleias paroquiais para a eleição dos membros das câmaras legislativas, cada um dos votantes entregará ao presidente uma cédula, que contenha o número de nomes de pessoas elegíveis, correspondentes ao dos vereadores, que se houverem de eleger, e que será assinada no verso, ou pelo mesmo votante ou por outro a seu rogo, e fechada com rótulo, dizendo: Vereadores para a câmara da cidade de... ou vila de... imediata, e sucessivamente entregará outra cédula, que contenha os nomes de duas pessoas elegíveis, uma para juiz de paz e outra para suplente do distrito, onde estes houverem de servir, e será do mesmo modo assinada, e fechada com rótulo, dizendo: juiz de paz, e suplente da paróquia de ... ou capela de ... Art. 8º. Os que não puderem ir pessoalmente por impedimento grave mandarão as cédulas em carta fechada ao presidente da assembleia declarando o motivo por que não comparecem. Art. 9º. Todo cidadão com direito de votar que não concorrer pessoalmente a dar a sua cédula, ou não a mandar sem legítimo impedimento participado ao presidente da assembleia paroquial e aquele cujo impedimento for declarado improcedente pela mesa da dita assembleia, a quem compete o juízo a tal respeito, será condenado em 10\$000 para as obras públicas; e o pagamento será promovido pelo procurador da câmara perante o juiz de paz respectivo, debaixo de sua responsabilidade. Para este fim a mesa remeterá à câmara respectiva a relação dos multados. Art. 10. Recebidas as cédulas dos votantes, a mesa remeterá fechadas as que respeitam aos vereadores com ofício, em que se declare o número delas, à respectiva câmara, a qual, logo que houver recebido as de todas as paróquias de seu termo, as apurará a portas abertas em o dia que deverá designar e fazer público por editais. Art. 11. A mesa, com os assistentes antes de se dissolver, procederá ao exame, e à apuração dos votos para juizes de paz, e seus suplentes, separando as cédulas segundo os mesmos distritos de cada um dos votantes, e declarará, depois de apurados os votos os que saírem eleitos; pela maioria para os mesmos distritos, participando a eleição por ofício a respectiva câmara. Art. 12. Feita a apuração das cédulas remetidas à câmara pelo modo sobredito, os que obtiverem maior número de votos serão os vereadores. A maioria dos votos designará qual é o presidente segundo a *Constituição* art. 168. Art. 13. O secretário, e, nesta primeira eleição, o escrivão da câmara lavrarão a ata, a qual, assinada por ele e pelos membros da câmara, será guardada no arquivo, juntamente com as cédulas, que se queimarão depois da seguinte eleição. No prazo de três dias será remetida a cada um dos vereadores uma carta com a cópia autêntica, assinadas ambas pelos membros da câmara. Art. 14. Igualmente participará à câmara os nomes dos vereadores, e

o número de votos que cada um obteve, à Secretaria de Estado dos Negócios do Império na província do Rio de Janeiro, e nas outras dos presidentes. Art. 15. A câmara que não fizer expedir, e entregar os vereadores eleitos as atas da sua eleição pagará... 200\$000 para as despesas das obras públicas, divididos *pro-rata*, entre seus membros. Art. 16. No dia 1º de dezembro os vereadores eleitos enviarão à câmara os seus títulos e sendo conferidos e parecendo legais, o secretário, e nesta primeira eleição o escrivão, participará aos mesmos vereadores para que venham tomar posse. Art. 17. No dia 7 de janeiro se apresentarão na câmara os novos vereadores e prestarão o juramento pela maneira seguinte ... Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da cidade ou vila de tal de promover, quanto em mim couber, os meios de sustentar a felicidade pública; depois do que tomarão posse dos lugares, que lhes competirem. Art. 18. Os vereadores podem ser reeleitos, mas poderão escusar-se, se a reeleição for imediata. Art. 19. Ao eleito não aproveitará motivo de escusa, exceto: 1. Enfermidade grave ou prolongada. 2. Emprego civil, eclesiástico, ou militar, cujas obrigações sejam incompatíveis de se exercerem conjuntamente. Art. 20. Aquele que se escusar representará à câmara os motivos que justificam a escusa; e se ela julgar legais, assim o declarará, e mandará no mesmo ato tirar pelo secretário cópias da ata da apuração, e da em que for atendida a escusa, com declaração dos motivos alegados, e com o ofício as fará àquele, que tiver a maioria de votos, depois dos já apurados, o qual achando que a escusa é dolosa da parte do escusado, o poderá representar à mesma câmara, de cuja decisão haverá recurso nas províncias para o presidente, e na capital, para o ministro dos Negócios do Império. Este método de substituição se guardará acontecendo morrer, ou ficar impedido algum dos vereadores que tiver aceitado. Art. 21. A câmara que, dentro do prazo de oito dias depois de apresentada a escusa, não executar a d~posição do artigo antecedente será multada em 200\$ na forma do artigo décimo quinto. Art. 22. Em todos os casos, em que acontecer empate entre dois, ou mais eleitos, entrarão os nomes dos que tiverem igual número de votos em uma urna, decidirá a sorte. Art. 23. Não podem servir de vereadores conjuntamente no mesmo ano, e na mesma cidade ou vila, pai, filho, irmãos, ou cunhados, enquanto durar o cunhadio, devendo, no caso de serem nomeados, preferir o que tiver maior número de votos. Art. 24. As câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa. Art. 25. As câmaras farão em cada ano, quatro sessões ordinárias de três em três meses, no tempo que elas marcarem, e durarão os dias que forem necessários; nunca menos de seis. Art. 26. Ocorrendo algum negócio urgente, e que não admita demora, o presidente poderá convocar a câmara extraordinariamente. Art. 27. Achando-se reunidos nas cidades ou vilas cinco vereadores, poderão deliberar; a maioria de votos decide, e no caso de empate, terá o presidente voto de qualidade para o desempate. Art. 28. O vereador que tiver impedimento justo o fará constar ao presidente; e, se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada 4\$rs., e nas vilas 2\$rs. para as obras do conselho, que o secretário carregará logo em receita. Faltando os vereadores atuais, chamar-se-ão os imediatos em votos, quando o impedimento passar de 15 dias, ou a urgência e importância dos negócios exigir o número completo dos vereadores. Art. 29. No dia marcado para princípio de cada uma das sessões ordinárias, reunirão os vereadores às 9 horas manhã na casa da câmara, e aí a portas abertas, havendo assentos para os espectadores, que concorrem diariamente, o presidente no topo da mesa, tendo aos lados os vereadores assentados sem distinção, nem precedências, dará princípio à sessão pelas palavras "Abre-se a sessão". Art. 30. As sessões durarão cada dia, praticadas as mesmas formalidades, o tempo necessário para a, discussão e propostas das matérias, que nela devem ter lugar: não excedendo, porém o de 4 horas. Termina-se a sessão pelas palavras do presidente "Fecha-se a sessão". Art. 31. Aberta a sessão, o presidente declarará a matéria da discussão, mas terá a ordem nela, dando a palavra ao que primeiro a pedir e fazendo observar a decência e civilidade entre os vereadores e espectadores. Art. 32. Se algum vereador não quiser voltar à ordem, o presidente o mandará calar; e, não obedecendo, o fará sair da sala, consultando primeiramente os outros vereadores; ou levantará a sessão, quando a nada se queira sujeitar. Nesse caso a câmara na sessão seguinte deliberará se deve o vereador ser ou não admitido, e sendo resolvido pela negativa, se chamará o imediato, salvo se o recurso ao conselho geral da província, ou ao conselho da presidência, enquanto aquele não estiver em exercício. Art. 33. Qualquer dos vereadores e o presidente pode propor e discutir o que lhe parecer conveniente ao desempenho das suas atribuições, e o fará por escrito com assinatura e data. Art. 34. Tendo falado os vereadores que quiserem sobre a matéria, o presidente a porá à votação dando também o seu voto por último, e o que a maioria decidir se tomará como resolução. Art. 35. O secretário, que estará junto à mesa, lavrará a ata, declarando nela os objetos expostos à discussão, as propostas, as emendas, que se apresentaram, e por quem; a final

decisão, e os nomes dos que votaram, pró, e contra; e esta ata será assinada pelo presidente e todos os vereadores presentes. Art. 36. Se na discussão algum vereador faltar à ordem e civilidade, e o presidente o não chamar a ela, qualquer dos outros vereadores poderá requerer-lhe que faça, e, havendo dúvida sobre a resolução do presidente, a câmara decidirá por votos. Art. 37. O vereador que precisar de algum tempo de licença, a poderá obter da câmara: tendo a câmara sempre em atenção ao número dos vereadores existentes, ao estado do negócios públicos, e à urgência dos motivos alegados. Art. 38. Nenhum vereador poderá votar em negócio de seu particular interesse, nem dos seus ascendentes, ou descendentes, ou cunhados, enquanto durar o cunhadio. Igualmente não votarão aqueles que jurarem ter suspeição. Art. 39. As câmaras; na sua primeira reunião, examinarão os provimentos e posturas atuais para propor ao concelho geral o que melhor convier aos interesses do município; ficando, depois de aprovados, sem vigor todos os mais. Art. 40. Os vereadores tratarão, nas vereações, dos bens e obras do conselho, do governo econômico, e policial da terra; e do que neste ramo for à prova dos seus habitantes. Art. 41. Cuidarão saber o estado em que se acham os bens e obras do conselho, para reivindicarem os que se acharem alheados contra a determinação de leis, e farão repor no antigo estado as servidões e caminhos bíblicos, no consentindo de maneira alguma que os proprietários dos prédios usurpem, estreitem ou mudem a seu arbítrio as estradas. Art. 42. Não poderão vender, aforar, ou trocar bens e móveis do concelho sem autoridade do presidente da província em conselho, enquanto se não instalarem os conselhos gerais, e na corte sem a do ministro do Império, exprimindo os motivos, e vantagens da alienação, aforamento, ou troca com a descrição topográfica e avaliação dos peritos dos bens que se pretenderem alienar, aforar, ou trocar. Art. 43. Obtida a faculdade, as vendas se farão sempre em leilão público, e a quem mais der, excluídos os oficiais que servirem então nas câmaras e aqueles que tiverem feito proposta; e exigindo-se fianças idôneas, quando se fizerem a pagamentos, por se não poderem realizar logo a dinheiro, pena de responsabilidade pelo prejuízo daí resultante. Art. 44. Da mesma forma, e com as mesmas cautelas e responsabilidades prescritas no artigo antecedente, se farão os arrendamentos dos bens dos conselhos; mas estes contratos poderão as câmaras celebrar por deliberação sua, e serão confirmados pelos presidentes, das províncias em conselho, e na corte, pelo ministro do Império'. Art. 45. Quando acharem ser o prolar dos conselhos, que se alienem, ou arrendem os bens, mandá-los-ão aproveitar, pondo neles bons administradores para que venham a melhor arrecadação, ficando os ditos vereadores responsáveis pela falta de execução. Art. 46. A câmara dará anualmente conta ao conselho geral, depois que as tiver tomado ao procurador, fazendo-se então publicar pela imprensa, onde a houver; e, na falta, por editais afixados nos lugares públicos, o conselho geral proverá sobre elas como achar conveniente. Aparecendo algum alcance, proceder-se-á imediatamente à sua arrecadação assim como à das rendas, e quaisquer dívidas que se deixarão de cobrar, pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua negligência. Art. 47. Poderão ajustar de empreitada as obras que se houverem de fazer, mantendo-as primeiramente em pregão para preferirem aqueles que se oferecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e, na falta de empreiteiros, as poderão fazer por jornal. E, quando as obras forem de grande importância, e alguns sócios, ou empreendedores se oferecerem a fazê-las, percebendo algumas vantagens para sua indenização, enviarão as propostas aos conselhos gerais da província, Art. 48. Farão por em boa guarda todas as rendas, foros, coisas, e mais coisas, que à câmara pertençam em arca forte de três chaves, das quais uma estará em poder do presidente, outra, do fiscal, outra, do secretário. Art. 49. Igualmente mandarão fazer os cofres e armários precisos, não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escrituras e mais papéis que formam o arquivo da câmara, e onde se tenham os livros das vereações, tombos, e quaisquer outros; os quais todos devem ser numerados e rubricados pelo presidente gratuitamente, com seus termos de abertura e encerramento. Art. 50. Os livros indispensáveis são, um para o registro das posturas em vigor, e outro em que se registre a presente lei e todos os artigos das que se forem publicando, que disserem respeito às câmaras. Art. 51. Requererão aos juizes territoriais, que lhes façam os tombamentos de seus bens, a quem fica pertencendo esta jurisdição, e geralmente defenderão perante as justiças seus direitos para que lh'os façam manter, não fazendo sobre eles avença alguma. Art. 52. Não poderão quitar coima nem dívida alguma do concelho, pena de nulidade, e de pagarem o duplo. Art. 53. A câmara da capital dará posse e juramento ao presidente da província de que se lavrará termo, que será assinado pelo mesmo presidente e vereadores presentes, e a comunicará às câmaras da província para que se faça pública por editais. Art. 54. Do mesmo modo às câmaras respectivas pertence reconhecer os títulos de todos os empregados que não tiverem superiores

no lugar, a quem compita esse reconhecimento, e fazê-los registrar, tomar-lhes juramento, e fazer publicar por editais a sua posse. Art. 55. Às câmaras compete repartir o termo, em distritos, nomear os seus oficiais, e dar-lhes títulos, e dar título aos juizes de paz, e fazer publicar por editais os nomes, e empregos destes funcionários. Art. 56. Em cada reunião, nomearão uma comissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a quem encarregarão a visita das provisões civis, militares, eclesiásticas, dos cárceres dos conventos dos regulares, e de todos os estabelecimentos públicos de caridade, para informarem de seu estado, e dos melhoramentos que precisam. Art. 57. Tomarão por um dos primeiros trabalhos fazer construir ou consertar as praças públicas, de maneira, que hajam nelas a segurança, e comodidade, que promete a *Constituição*. Art. 58. Darão parte anualmente, ou quando convier ao presidente da província e conselho geral das infrações da *Constituição* e das prevaricações, ou negligências de todos os empregados. Art. 59. Participarão ao conselho geral, os maus tratamentos, e atos de crueldade, que se costumam praticar com escravos, indicando os meios de preveni-los. Art. 60. Promoverão as eleições dos membros das câmaras Legislativo, da maneira que as determinar a lei. Art. 61. Serão assinantes dos *diários* dos conselhos gerais da província, dos das câmaras legislativas, e dos periódicos que contenham os extratos das sessões das câmaras municipais da província, que os houverem. Art. 62. Farão publicar anualmente pela imprensa, onde melhor lhes convier, um extrato de todas as resoluções tomadas com as declarações especificadas nas atas. Art. 63. Darão aos deputados e senadores da província, a que pertencerem, as informações que eles pedirem, e todas as que julgarem precisas, ainda que se não peçam. Art. 64. As deliberações das câmaras, que se dirigirem ao conselho geral ou sejam propostas, criação, revogação, ou alteração de uma lei peculiar; estabelecimento de uma nova obrigação para o município com o nome de postura, ou qualquer objeto da sua competência, bem como as representações às autoridades superiores, serão assinadas por toda a câmara. Nas que tiverem por objeto ordenar o cumprimento das suas posturas, e o das leis, cuja execução esteja a seu cargo, bastará que os ofícios sejam assinados pelo presidente e secretário. Art.-65. No que pertence às câmaras, e desempenho de suas atribuições, nenhuma jurisdição e ingerência terão os corregedores das comarcas. Título II. Posturas policiais - Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objetos seguintes: 1. Alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento de ruas cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro, e ornamento das povoações; 2. Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos currais, e matadouros públicos, sobre a colocação de costumes, sobre os depósitos de imundícies; e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera; 3. Sobre edifícios ruinosos, escavações, e precipícios nas vizinhanças das povoações; mandando-lhes por divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes, cautela com o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou danados e daqueles, que, correndo, podem incomodar os habitantes, providências para acautelar, e atalhar os incêndios; 4. Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública; 5. Sobre os daninhos, e os que trazem gado solto sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras, extirpação de répteis, venenosos ou de quaisquer animais, e insetos devoradores das plantas: sobre tudo o mais que diz respeito à polícia; 6. Sobre construção, reparo, e conservação das estradas, caminhos, plantações de árvores para preservação dos seus limites à comodidade dos viajantes, e das que forem úteis para sustentação dos homens, e dos animais, ou sirvam para a fabricação de pólvora, e outros de defesa; 7. Proverão sobre lugares, onde pastem e descansam os gados para consumo diário, enquanto os concelhos os não tiverem próprios; 8. Protegerão os criadores, e todas as pessoas, que trouxerem seus gados para os venderem, contra quaisquer opressões dos empregados dos registros e currais dos concelhos aonde os haja, ou dos marchantes e mercadores deste gênero, castigando com multas, e prisão, nos do título terceiro, art. 71, os que lhes fizerem vexames, e acintes para os desviarem do mercado; 9. Só nos matadouros públicos, ou particulares, com licença das câmaras, se poderão matar, e esquartejar as reses; e calculado o arrombamento de cada uma rês, estando presentes os exatores dos direitos impostos sobre a carne, permitir-se-á aos donos dos gados conduzi-los depois de esquartejados, e vendê-los pelos preços que quiserem, e onde bem lhes convier, contanto que o façam

em lugares patentes, em que a câmara possa fiscalizar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos; 10. Proverão igualmente sobre a comodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objetos expostos à venda pública, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer à agricultura, comércio e indústria dos seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos gêneros, ou de lhes por outras restrições à ampla liberdade, que compete a seus donos; 11. Excetua-se a venda de pólvora, e de todos os gêneros suscetíveis de explosões, e fabricos de fogos de artifício, que pelo seu perigo só se poderão vender, e fazer nos lugares marcados pelas câmaras, e fora do povoado, para o que se fará a conveniente postura, que imponha condenação, aos que a contravierem e 12. Poderão autorizar espetáculos públicos nas ruas, praças, e arraiais, uma vez que não ofendam a moral pública, mediante alguma módica gratificação para as rendas do concelho, que fixarão por suas posturas. Art. 67. Cuidarão os vereadores, além disto em adquirir modelos de máquinas, e instrumentos rurais ou das artes, para que se façam conhecidos aos agricultores industriais. Art. 68. Tratarão de haver novos animais úteis, ou de melhorar as raças dos existentes, assim como de ajuntar sementes de plantas interessantes, as árvores frutíferas, ou prestadias para as distribuírem pelos lavradores. Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vacinem todos os meninos do distrito, e adultos que o não tiverem sido, tendo médico, ou cirurgião de partido. Art. 70. Terão inspeção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos órfãos pobres, em cujo número entram os expostos; e quando estes estabelecimentos e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por lei, ou de fato encarregados em alguma cidade ou vila a outras autoridades individuais, ou coletivas, as câmaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e aumento dos sobreditos estabelecimentos. Art. 71. As câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança, e saúde, e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios, e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas. Art. 72. Poderão em as ditas suas posturas cominar penas até oito dias de prisão, e 30\$ rs. de condenação, as quais serão agravadas nas reincidências até trinta dias de prisão, e 60\$ rs. de multa. As ditas posturas só terão vigor por um ano enquanto não forem confirmadas, a cujo fim serão levadas aos conselhos gerais, que também as poderão alterar, ou revogar. Art. 73. Os cidadãos, que se sentirem agravados pelas deliberações, acórdãos, e posturas das câmaras, poderão recorrer para os conselhos gerais, e na corte para a assembléa geral legislativa, e aos presidentes das províncias, e por estes ao governo quando a matéria for meramente econômica e administrativa. Título III - Aplicação das rendas - Art. 74. Não dependerão as rendas dos concelhos senão em objetos próprios de suas atribuições, nem darão aos juizes ou outros empregados senão o que por lei estiver determinado, ou no futuro for ordenado pelo poder legislativo. Art. 75. O procurador não fará despesa, que não seja autorizada por postura, ou determinada por deliberação da câmara. Art. 76. Não podendo prover a todos os objetos de suas atribuições, preferiria aqueles, que *forem* mais urgentes; e nas cidades, ou vilas, onde houver casas de misericórdia atenderão principalmente na criação dos expostos, sua educação, e dos mais órfãos pobres e desamparados. Art. 77. Geralmente proporão ao conselho geral da província, tanto os meios de aumentar suas rendas, como a necessidade, ou utilidade de fazer delas alguma extraordinária aplicação. Art. 78. ~ proibido porém todo ajuntamento para tratar, ou decidir negócios não compreendidos neste *regimento*, como proposições, deliberações, e decisões feitas em nome do povo, e por isso nulos, incompetentes, e contrários à *Constituição*, art. 167, e muito menos para depor autoridades, ficando entendido, que são subordinadas aos presidentes das províncias, primeiros administradores delas. Título IV - Dos empregados - Art. 79. A câmara nomeará o seu secretário, o qual terá a seu cargo a escrituração de todo o expediente dela, passará as certidões que lhe forem pedidas, sem precisão de despacho, levando por ela os emolumentos taxados por lei aos escrivães; e terá em boa guarda e arranjo os livros da câmara, e quanto pertencer ao arquivo, pelo que receberá uma gratificação anual, paga pelas rendas do concelho. Será conservado, enquanto bem servir. Os escrivães atuais servirão de secretários durante os seus títulos. Art. 80. A câmara nomeará um procurador, que será afiançado, ou por ela mesma debaixo de sua responsabilidade, ou por fiador idôneo na proporção das rendas, que tem de arrecadar; e servirá por quatro anos. Art. 81. Ao procurador compete: arrecadar, e aplicar as rendas, e multas destinadas às despesas do concelho; demandar perante os juizes de paz a execução das posturas, e a imposição das penas aos

contraventores delas; defender os direitos da câmara perante as justiças ordinárias; dar conta da receita e despesa todos os trimestres no princípio das sessões. Receberá seis por cento de tudo quanto arrecadar; se este rendimento porém for superior ao trabalho, a câmara convencionará com o procurador sobre a gratificação merecida. Art. 82. Nomeará a câmara um porteiro, sendo necessário, um ou mais ajudantes deste, encarregados da execução de suas ordens, e serviço da casa com uma gratificação paga pelas rendas do concelho. Art. 83. Também nomeará a câmara um ou mais fiscais e seus suplentes para servirem durante os quatro anos, assim estes como os nomeados no artigo precedente, servindo uma vez, não poderão ser constringidos a tomar a servir senão depois de passados outros quatro anos. Art. 84. Quando o termo da cidade, ou vilas compreender mais de uma freguesia, ou tiver capelas curadas, nomeará a câmara para cada uma delas, sendo necessário o fiscal com seu suplente ou independente, ou sujeito ao da cidade, ou, vila, como julgar mais conveniente. Art. 85. Aos fiscais, e aos suplentes na falta, compete: vigiar a observância das posturas da câmara promovendo a sua execução pela advertência aos que forem obrigados a elas, ou particularmente por meio de editais; ativar o procurador no desempenho de seus deveres; executar às ordens da câmara e dar-lhe parte em cada reunião do estado da sua administração, e de tudo quanto julgarem conveniente. Para o expediente, no desempenho destes seus deveres se servirão do secretário, e, o porteiro da câmara. Art. 86. Serão responsáveis os fiscais e seus suplentes no tempo, em que servirem, pelos prejuízos ocasionados por sua negligência; e se esta for julgada grave pela câmara, ou continuada, serão por ela multados na quantia de 10\$ a 30\$ 000 e demandados perante os juizes de paz se recusarem pagar. Art. 87. Os fiscais nas capitais das províncias receberão uma gratificação paga pelas rendas do concelho, e aprovada conselho geral, ou pelo governo, sendo na corte. Art. 88. Os juizes de paz são os privativos para julgarem as multas por contravenções às posturas das câmaras a requerimento dos procuradores delas, ou das partes interessadas: e no processo seguirão o dito nas leis, que regularem suas atribuições, dando em todos os casos apelação na forma das mesmas leis, se a parte o requerer, logo que se lhe intimar sentença. Art. 89. Em que todos os casos, em que esta lei manda às câmaras, que se dirijam aos presidentes, devem elas, na província, onde estiver a corte, dirigir-se ao ministro do Império; nela também se dirigirão à assembléa geral nos casos, em que nas demais províncias houverem de dirigir-se aos conselhos gerais, e enquanto estes se não instalarem farão suas vezes os das províncias. Art. 90. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos, e mais resoluções, que dão às câmaras outras atribuições, ou lhes impõem obrigações diversas das declaradas na presente lei, e todas as que estiverem em contradição à presente.

Imperador, com rubrica e guarda.

José Clemente Pereira."

9.4. ANEXO 4

Quadro de Vilas e Cidades da Província do Rio de Janeiro

| Nome da Localidade | Categoria | Data de Criação | Decretos |
|---------------------|-----------|---|--|
| Angra dos Reis | Cidade | 1835 | No. 6 de março de 1835 |
| Araruama | Vila | 1859 | No. 1.123 de 6 de fev. de 1859 |
| Barra Mansa | Cidade | 1857 | No. 996 de 15 de out. de 1857 |
| Barra de São João | Vila | 1838 | No. 1.075 de 1º de dez. de 1838 |
| Cabo Frio | Cidade | 1615 | Elevada a cidade m 1615 |
| Campos | Cidade | 1835 | No. 6 de 28 de março de 1835 |
| Cantagalo | Cidade | 1857 | No.965 de 2 de out. de 1857 |
| Capivari | Vila | 1841 | No. 239 de 8 de maio de 1841 |
| Estrela | Vila | 1846 | No. 397 de 20 de maio de 1846 |
| Iguaçu | Vila | 1836 | No. 57 de 10 de dez. de 1836 |
| Itaboraí | Vila | 1833 | 15 de janeiro de 1833 |
| Itaguaí | Vila | 1818 | Alvará de 4 de julho de 1818 |
| Macaé | Cidade | 1846 | Alvará 346 de 15 de abril de 1846 |
| Magé | Cidade | 1857 | No. 965 de 2 de out.de 1857 |
| Mangaratiba | Vila | 1831 | 11 de nov de 1831 |
| Marica | Vila | 1814 | Alvará de 26 de maio de 1814 |
| Niterói* | Cidade | 1841 | No. 22 de agosto de 1841 |
| Nova Friburgo | Vila | 1820 | Alvará de 30 de jan. de 1820 |
| Paraíba do Sul | Vila | 1833 | 15 de janeiro de 1833 |
| Paraty | Cidade | 1844 | No.302 de 11 de março de 1844 |
| Petrópolis | Cidade | 1837 | No. 931 de 29 de set. de 1837 |
| Piraí | Vila | 1837 | Lei no. 97 de 6 de dez. de 1837 |
| Resende | Cidade | 1848 | Dec. no. 438 de 13 de jul. de 1848 |
| Rio Bonito | Vila | 1846 | No. 381 de 7 de maio de 1846. |
| Rio Claro | Vila | 1849 | No. 481 de 19 de maio de 1849 |
| Santo Antonio de Sá | Vila | Não consta da legislação provincial data de sua criação | - |
| Saquarema | Vila | 1841 | No. 238 ^{de} 10 de maio de 1841 |
| São Fidélis | Vila | 1850 | No. 803 de 19 de abril de 1850 |
| São João da Barra | Cidade | 1830 | No. 531 de 17 de junho de 1850 |
| São João Príncipe | Vila | 1811 | Em 27 de fevereiro de 1811 |
| Sta. Maria Madalena | Vila | 1861 | 21 de outubro de 1861 |
| Valença | Cidade | 1857 | No. 961 de 29 de stembro de 1857 |
| Vassouras | Cidade | 1857 | No.961 de de 29 de setembro de 1857 |

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1866.

*Foi criada vila pelo Alvará de 10 de maio de 1849 com a denominação de Vila Relva da Praia Grande. Declarada capital da província pela Lei provincial de 26 de março de 1835 e elevada a categoria de cidade com a denominação de Niterói por outra lei de 28 do mesmo mês e ano. Foi condecorada com o título de Imperial por Decreto de 22 de agosto de 1841.

9.5. ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADA DE FERRO

« Decreto nº 100, de 31 de Outubro de 1835 [°100, e não 101, é o número do decreto, como se vê: (a) Original do decreto guardado no Arquivo Nacional; (b) Coleção das Leis do império do Brasil, desde a sua Independência, 1835. Vol. VI, Parte XIV, Ouro Preto. Tipografia de Silva, 1836, págs. 412 e 413; (c) Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil. Desde a Feliz Época de sua Independência, Sessão de 1835. Décimo Volume, Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., R. do Ouvidor nº 65, 1836, pág. 287; (d) Índice cronológico, explicativo e remissivo da legislação brasileira desde 1822 até 1848 pelo bacharel Antônio Manoel Fernandes Júnior, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário de N. L. Viana, 1850, pág. 10; (e) A primeira vez que vem com o número 101 é na Coleção das leis do Império da Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, edição de 1864, pág. 118. Daí em diante todas as publicações lhe dão este número"»

O Regente em nome do Imperador Senhor D. Pedro II há por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléia Legislativa:

Artigo 1º - O Governo fica autorizado a conceder a uma ou mais companhias, que fizerem uma estrada de ferro da capital do Rio de Janeiro para as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, carta de privilégio exclusivo por espaço de quarenta anos, para uso de carros de transporte de gêneros e passageiros.

Artigo 2º - Nos lugares em que a estrada cortar as estradas existentes, ou sobre elas for construída, fica a empresa obrigada a construir outras em tudo iguais às que existiam.

Artigo 3º - O Governo poderá conceder a estas companhias os privilégios concedidos à do Rio Doce, nos artigos 5º, 6º, 8º, 9º e 13º do decreto de 17 de setembro do corrente ano, em tudo quanto for aplicável.

Artigo 4º - As companhias deverão preencher as seguintes obrigações:

(...)

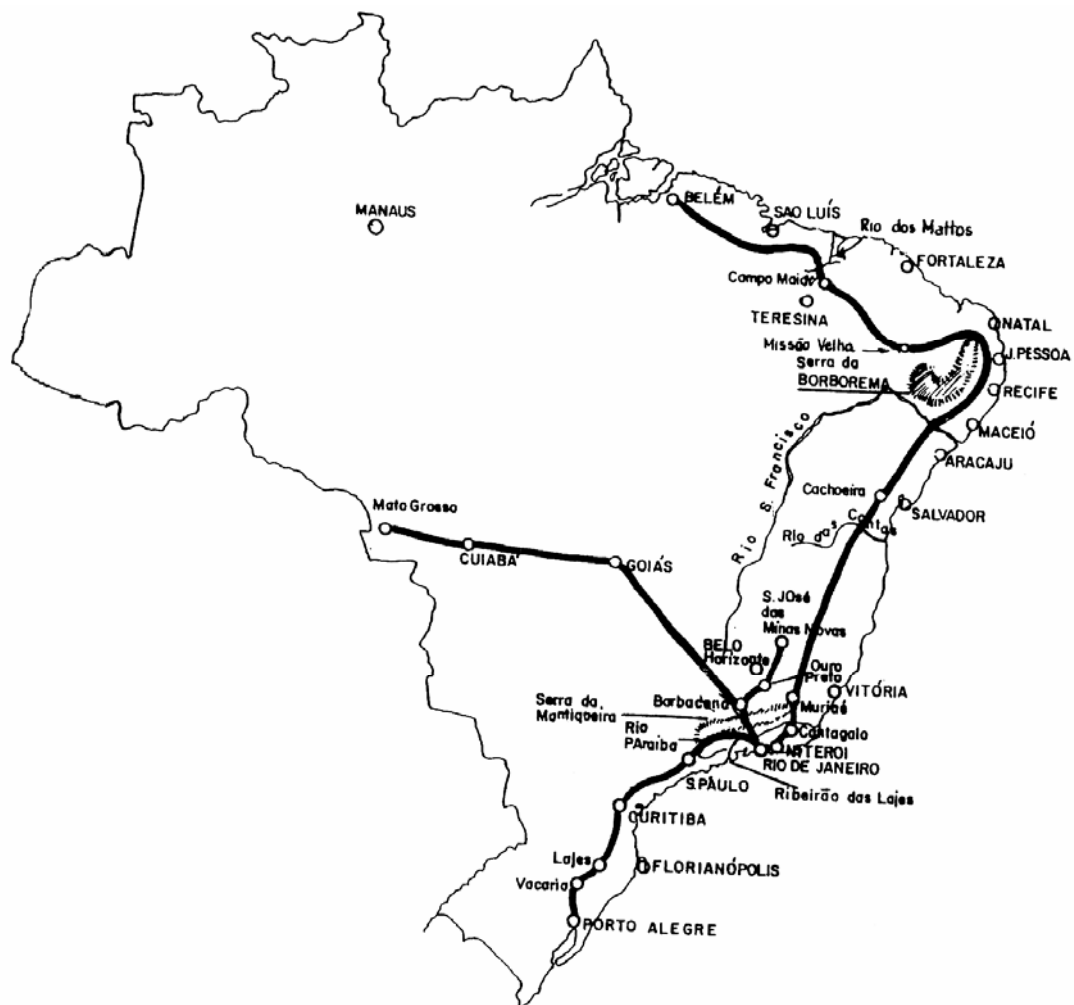
§ 2º - Dirigir a estrada pelas cidades e vilas que o Governo designar, podendo em tudo o mais dar-lhe a direção que melhor lhe parecer.

§ 3º - Começar a estrada no prazo de dois anos, a contar do dia em que concluírem o contrato com o Governo e a fazer cada ano, pelo menos cinco léguas de estrada.

(...) »

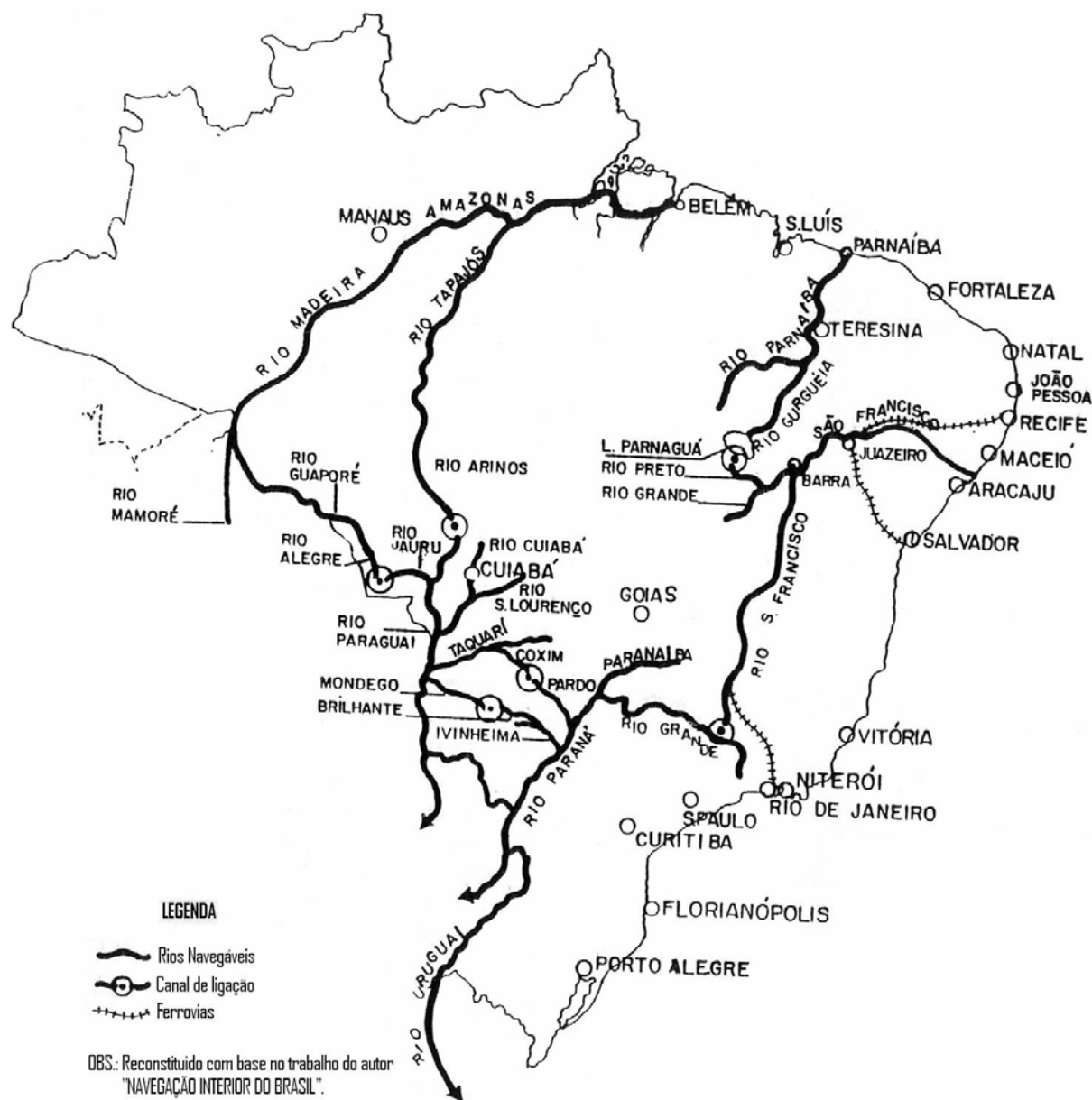
9.6. ANEXO 6

PLANO REBELO - 1838



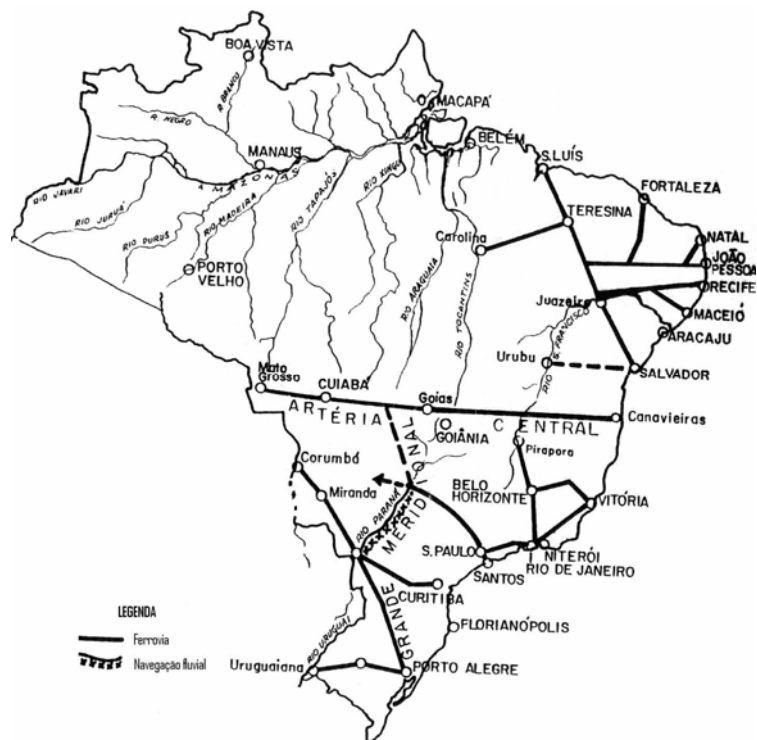
9.7. ANEXO 7

PLANO VIÁRIO - 1869



9.8. ANEXO 8

PLANO QUEIROZ - 1874/1882

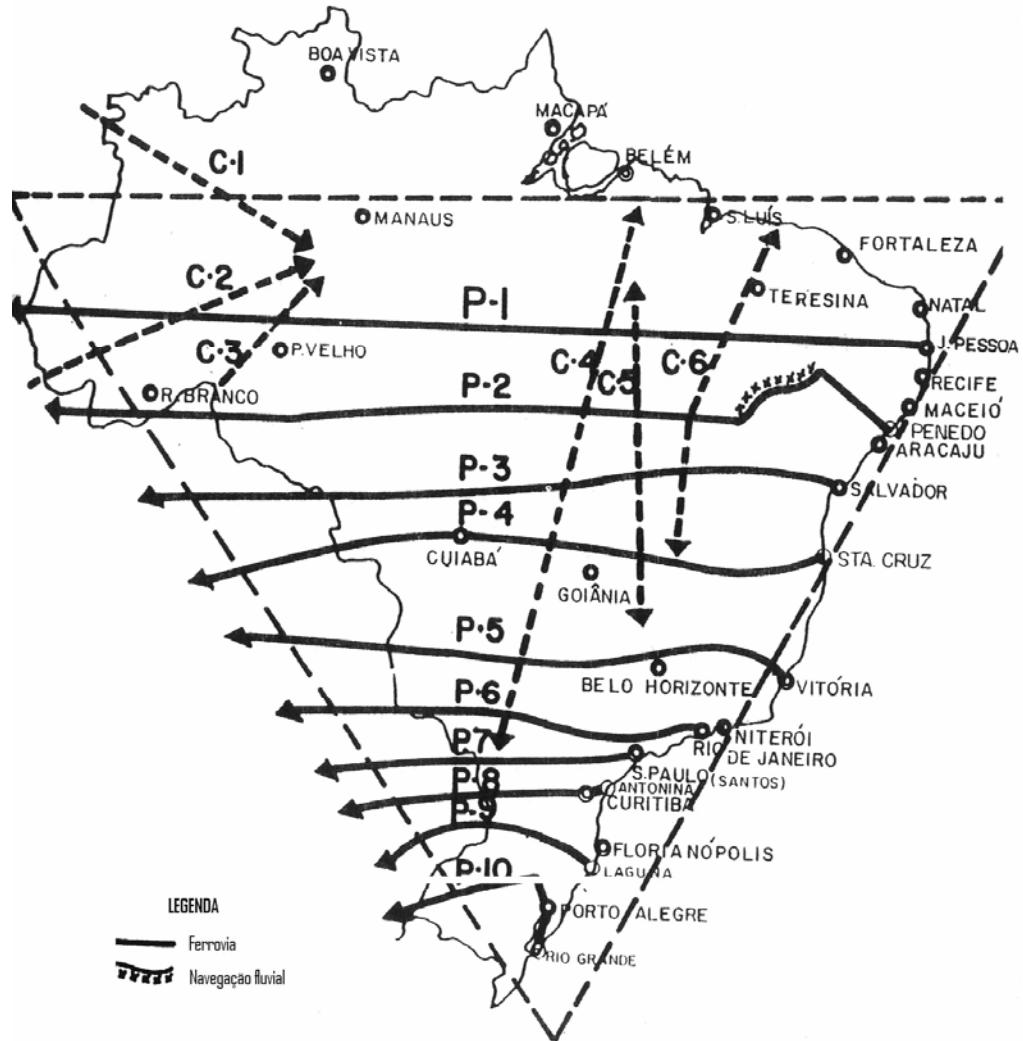


Plano Queiroz 1882



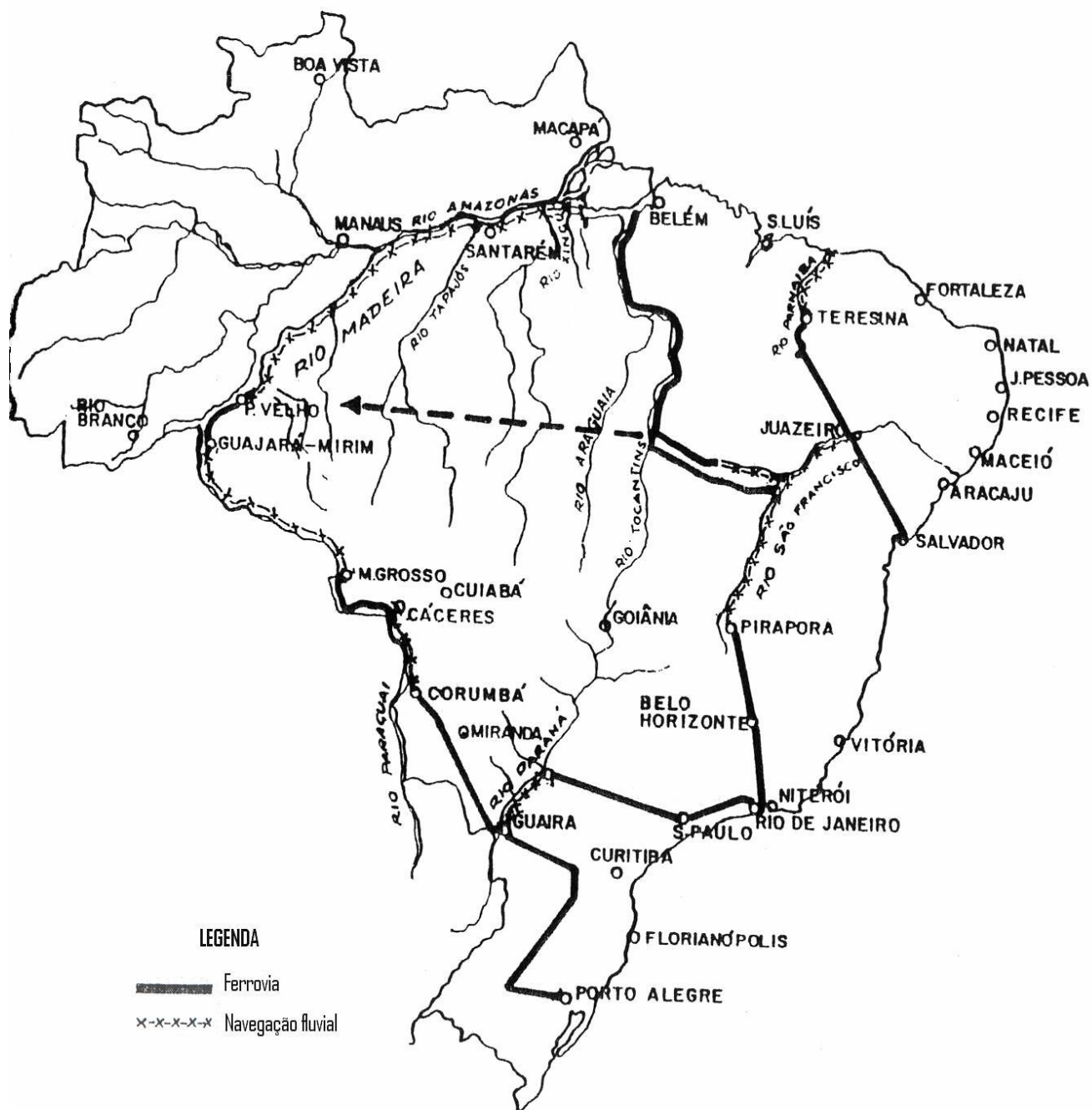
9.9. ANEXO 9

PLANO REBOUÇAS



9.10. ANEXO 10

PLANO BICALHO



9.11. ANEXO 11

PLANO DA COMISSÃO DE ENGENHEIROS – 1882



9.12. ANEXO 12

PLANO AUGUSTO SILVA



9.13. ANEXO 13

INFORMES e SOLICIAÇÕES DAS CÂMARAS

1- Câmara de Araruama

| Modalidades | 1835 | 1844 | 1862 |
|-----------------|--------------------------------------|---|--|
| Infra-Estrutura | | | *Limpeza de rios pontes e valas * calçamento de ruas |
| circulação | * Construção de Canal de Araruama ** | *Um canal de ligação entre a Lagoa de Saquarema com a de Araruama | *Uma ponte sobre o rio Regamé, na freguesia de São Sebastião, *aterramento do lado da mesma ponte * pontilhão sobre o rio Carijó, para o transito de tropas, na freguesia de São Vicente de Paulo *Calçamento do centro da vila |

**Demanda levantada pelo Presidente da Província

2-Cabo Frio

| Modalidades | 1835 | 1840-41 | 1844 | 1846-1847 | 1848-1849 | 1849-1850 | 1850-1851 | 1856 |
|-----------------|-------------------------------------|---------|---|--|--|---|---|--|
| infra-estrutura | * construção de um edifício próprio | | | *Abertura dos baixios da lagoa de Araruama(para não mais inunda o comércio e as áreas de lavoura em Capivary e Cabo Frio) *Uma casa para sessões e para o júri. | | *Construção de um edifício para as sessões e para o tribunal do jury *Reparos das três matrizes do Termo. | *Abertura dos baixios da lagoa do Araruama *Um cais ao longo da rua da Praia | 458 |
| circulação | | | *escavação de baixios na lagoa de Saquarema | *Uma ponte que ligue a cidade com a terra firme *Estrada (já projetada – 10 leguas) que comunique a cidade com a vila de Capivary | *Conclusão da obra do canal do Nogueira *colocação de uma barreira no canal para o rio Parahyba *Reparos na estrada em direção a Cantagalo *Pontilhões nos ribeirões *Construção de uma ponte sobre o rio do Collegio *Reembolso do gasto da da passagem em canoas *Continuação da ponte pencil Abertura de uma estrada para comunicar com a vila de Capivary | *Formação de um cais de embarque e desembarque * abertura dos baixios da lagoa de Araruama *abertura de uma estrada para permitir comunicação com a vila de Capivary. | * Abertura de uma estrada que comunique com Capivary *Um cais ao longo da rua da Praia | |
| | | | | | | | | *Criação de fiscais para o curato de São Paulo *cobrança de impostos decima urbana *incorporação da terra para a barca de passagem do rio Itajurú e sobre de fogos |

3 - Câmara de Angra dos Reis

| Modalidade | 1835 | 1844 | 1846 1847 | 1848-1849 | 1849 - 1850 | 1850-1851 | 1858 | 1872 | 18 |
|--------------|---|---------------------|---|---|--|--|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Equipamentos | * construção de muralha na rua da Praia do Carmo | * Reparos na Matriz | *Casa da câmara, cadeia e júri *Um cemitério *Conclusão da muralha em frente da cidade e reparo no convento onde está o Lycêu | * um templo *casa de Câmara * Casa de Tribunal de Juri * Remoção do Matadouro | *Construção da matriz na freguesia do Ribeira *Novo edifício para as sessões e para o júri *Venda do matadouro e construção outro | *Um templo para a matriz da Ribeira *Construção de casa para a Câmara, audiências *Cadeia *Remoção do matadouro | *Um edifício para o hospital | | |
| Circulação | *construção de estrada ligando a cidade ao campo da Chácara. ⁴³⁹ * abertura de ruas e de cais | | *Conclusão da estrada da Japuhiba para o desenvolvimento do comércio | * Conclusão da estrada da Japuhiba * Duas pontes na freguesia de Santa Anna da Ilha Grande | *Conclusão da estrada do Japuhiba | * Conclusão da estrada da Japuhiba * Duas pontes na freguesia de Ilha Grande | | | |
| Outros | | | | | | | | *Auxílio para obras públicas | *Re sa ped d aux |

⁴³⁹ O engenheiro chefe da 1ª seção da diretoria de obras orçou tal empreendimento em 1:350\$000

4 – Câmara de Barra Mansa

| Modalidade | 1835 | 1844 | 1846-1847 | 1848 | 1848-49 | 1850-1851 | 1862 | 1886 |
|-----------------|---------------------------------|--|--|---|---|---|---|--|
| infra-estrutura | | | | | * encanamento de água para acadeia * aumento de consignaçoã para as obras da matriz | *Consignaçã para finalizaçoã da matriz *Construçã de um chafariz * Encanamento de água para a cadeia *Construçã da casa de Câmara Consignaçã para a construçã das igrejas matrizes do Amparo de Nossa Senhora e Senhora do Rosário | *Construçã de um cemitério *Construçã de casa de Caridade *Calçamento de ruas na cidade *Construçã de um chafariz | |
| circulaçoã | * Pontes sobre o rio Parayba | * Conclusãõ para construçãõ de Matriz | * ponte sobre o rio Parahyba *Contruçãõ de estrada que seguindo a direçoã da ponte sobre o rio Parahyba vá pela freguesia do Amparo e termine no Rio Preto. *Uma ponte sobre o rio Bananal. * Consertos na estrada respectiva. * construçãõ de atalho na estrada que da vila que segue para Mangaratiba. | * Ponte sobre o rio Parahiba *Contruçãõ de estrada em direçoã ao Rio Preto | **Construçãõ de uma ponte sobre o rio Parahiba e outra sobre o rio Turvo. * Construçãõ de uma estrada em direçoã a Rio Preto e abertura de atalho para a comunicaçoã com a estrada doo Presidente conserto de estradas | *Construçãõ de uma ponte sobre o rio Parahyba * Construçãõ de estrada que segue em direçoã ao rio Preto. *Conserto da parte da estrada que da vila segue para a cidade de Rezende *Construçãõ de uma ponte sobre o ribeirão Brandãõ | *Construçãõ de duas pontes: uma sobre o rio da Pedra e outra na estrada da Bocaina | |
| Outros | | | | | | | | *Autorizaçoã para gastos relativos ao combate da febre amarela |

5- Câmara de Barra do Pirai

| | |
|------------|---|
| Modalidade | 1886 |
| Outros | *O ministro do império determinou que o cemitério deve ser fechado por estar no centro da população |

6 – Câmara de Campos

7 - Câmara de Cantagalo

| Modalidade | 1850 | 1846-1847 | 1847 | 1862 | 1863 |
|-----------------|---|---|---|---|---|
| Infra-Estrutura | | * Construção de cadeia * Construção de casa da câmara * implantação de cadeiras uma de latim e outra de francês | * Construção de uma capela no cemitério da vila. * Autorização para a venda da casa onde celebra as sessões e a compra de outra com o dinheiro da venda * Construção de escola de primeiras letrase gratificação para o professor | * Encanamento das águas que descem das montanhas e se depositam na praça * Nivelamento de rua * Calçamento de | |
| Circulação | * construção da estrada de Cantagalo a Macahé (autorizado) | * Construção de duas pontes na estrada Geral de Minas | | * Construção de diversos pontilhões | |
| Outros | | | | | * Parecer sobre a ordem de 200\$rs para pagamento ao guarda contratado para o cemitério |

| Modalidade | 1847 | 1848-1849 | 1849-1850 | 1850-1851 | 1881 |
|--|--|---|---|--|---|
| Infra-Estrutura - | * Construção de ponte *estabelecimento de barreira na ponte | | *Reforma da igreja matriz, *Construção de um chafariz | *Um chafariz no centro da vila | |
| C â m a r a d e C a p i v a r y | | 1848-1849 Construção das pontes sobre os rios Capivary e São João, no arraial de Correntezas Quatro pontilhões na estrada geral - Quatro pontilhões na estrada geral Ponte sobre o rio São João na freguesia de Correntezas (inundação durante a época de chuvas) Reparo da estrada Geral (entre a Serra das Bananeiras, passando por Cabo Frio) Adjutório para a abertura de um canal pequeno saindo do rio Capivary Construção de um aterrado na estrada Geral entre a capital e a cidade de Macahé Abertura de um canal no rio Capivary; Aterrado na estrada Geral entre a vila e o município de Macahé | | 1850-1851 Reparos nas estradas que comunica com o município com outros da província * construção de pontes e pontilhões na estrada Geral | |
| Outros | | | * pedido para cobrança de impostos sobre madeiras serradas em seu município | | * Aprovação para provisoriamente proibir a pesca nos lagos, córregos e rios |

9 – Câmara de do Carmo

| Modalidades | 1886 | 1889 |
|-------------|---|--|
| Outros | *Foi aprovado provisoriamente posturas referente a matança de carneiros, cabritos e porco e vereadores ambulantes | *O vereador José Joaquim Sant Anna foi suspenso do cargo e processado por não ter dado juramento ao terceiro suplente do Juiz municipal do mesmo termo |

10 – Câmara de Estrela

| Modalidade | 1847 | 1848-1849 | 1849-50 | 1850-1851 | 1850-1851 | 1856 | 1887 |
|-----------------|--|---|--|---|--|---|--|
| Infra-Estrutura | <p>*Estabelecimento de escolas de primeiras letras</p> <p>*Reparo de todas as igrejas matrizes e capelas</p> <p>* Um cemitério</p> <p>* Dessecamento dos pântanos formados pelos rios Estrela e Iguassú na Freguesia do Pilar</p> <p>* Um chafariz na Freguesia do Pilar e na vila</p> <p>*Conclusão da Praça do Embarque e seu calçamento</p> | | | <p>*Conserto nas igrejas e capelas do município</p> <p>*Nova igreja na Freguesia da Guia</p> <p>*Cemitério</p> <p>*Cadeiras de instrução primária</p> | | | |
| Circulação | <p>* Dessecamento dos pântanos formados pelos rios Estrela e Iguassú na Freguesia do Pilar</p> <p>*Continuação da estrada que do Bonga vai até a Freguesia do Pilar e dali ao município de Iguassú</p> <p>*Abertura de um caminho de trezentas braças, do aterrado do Porto</p> | <p>*Abertura da estrada provincial que comunica com Magé e Iguassú⁴⁴¹</p> <p>*Uma barca de passagem para o rio Iguassú</p> <p>*Conserto da estrada principal da freguesia do Pilar</p> <p>* Duas pontes, uma sobre o rio Piranga e outra na Praia Grande</p> | <p>*Colocação de uma canoa no rio Iguassú</p> <p>*Abertura de canal no rio Mantiqueira</p> <p>*Reforma das estradas intermunicipais e dos pontilhões</p> | . | <p>*Canalização do rio Mantiqueira,</p> <p>*Reparo das estradas municipais</p> <p>*Restituição ao leito de rio</p> <p>* reparo de pontilhões</p> | <p>*Melhoramento da estrada da Estrela</p> <p>*Autorização para cobrar na travessia de barca nos rios</p> | |
| Outros | | | | | <p>* colocação de uma canoa para a passagem</p> | <p>*Aprovado a proibição do corte de árvores denominadas mangues</p> | <p>*Aprovada a proibição do corte de árvores denominadas mangues</p> |

11- Câmara de Iguazu

| Modalidades | 1840-41 | 1846-1847 | 1849-1850 | 1850-1851 |
|-----------------|--|---|---|---|
| Infra-estrutura | *desapropriação de terrenos para a instalação de sua vila | *Casa para câmara, cadeia e júri**. | *Cadeia; *Estabelecimento para audiências; *Construção de chafariz *Reparo na matriz e igreja de Marapicú e Jacutinga. | *Construção de uma nova matriz *Construção de casa para a Câmara e Cadeia * Construção de um chafariz |
| Circulação | *Conclusão do atterro de Marambaia * construção de parte da calçada da rua do Comércio *reparação na estrada que segue em direção a freguesia do Pillar e aberturas de travessas | *Continuação da obra de junção do rio Utum ao Iguassú e *melhoramento do último no município de Vassouras. * retificação do rio rio Iguassú | | *Desobstrução da barra do rio Iguassú (remoção dos obstáculos à navegação) *Uma ponte sobre o rio Iguassú *Uma ponte e aterro na estrada dos Velhacos * conserto na ponte do Taquaral (autorizada verba) |

**Duas loterias foram concedidas para esta obra mas não foram ainda extraídas

12 – Câmara Itaboraahy

| Modalidade | 1846-1847 | 1848-1850 | 1850-1851 | 1881 |
|-----------------|--|---|--|---|
| Infra-estrutura | <ul style="list-style-type: none"> *Criação de uma cadeira de primeiras letras na povoação da extinta Vila Nova *Um chafariz *Conserto da matriz | <ul style="list-style-type: none"> *Construção de um cemitério | <ul style="list-style-type: none"> * Conserto do telhado da igreja Cemitério *Reparo da igreja matriz do Destino *Restabelecimento da iluminação pública na vila | <ul style="list-style-type: none"> *Estabelecimento de três escolas com professores foram nomeados |
| Circulação | <ul style="list-style-type: none"> *Encanamento do rio Iguá. *Uma ponte no rio da Aldeia e outra no rio Bacachá. *Melhoramento da estrada da vila ao Porto do Sampaio . *Melhoramento da estrada que dá extinta Vila Nova de São José vai ao porto de embarque | <ul style="list-style-type: none"> *Ponte sobre o rio da Aldeia via de comunicação com Niteroi *Cais na margem do rio, para evitar problemas de trânsito durante as chuvas e evitar a inundação de Porto das Caixas | <ul style="list-style-type: none"> *Escavação e limpeza do rio do Porto *Pontes sobre o rio da Aldeia *Conserto das pontes do rio Tinguá e Combico *Aterro da estrada do Sampaio *Melhoramento da estrada do morro grande e da estrada da vila ao Porto das Caixas. | |

13 – Câmara de Itaguaí

| Modalidade | 1846-1847 | 1847 | 1856 | 1886 | 1881 |
|-----------------|--|---|---|--|---|
| Infra-Estrutura | <ul style="list-style-type: none"> *Uma casa para câmara e cadeia *Um chafariz *Uma matriz para a freguesia *Casa de caridade *Alteamento do aterro *Acabamento dos paredes | <ul style="list-style-type: none"> *Casa para sessões e cadeia *Criação de cadeira de primeiras letras nas Freguesias de São Pedro e São Paulo no Curato do Bananal | | | <ul style="list-style-type: none"> *Estabelecimento de quatro escolas |
| Circulação | <ul style="list-style-type: none"> *Calçamento da rua do comércio. *Alteamento do aterro. *Consertos das pontes na estrada do Mato do Rei. *Aterro em calçada junto a casa de Antônio José Sampaio | | <ul style="list-style-type: none"> *Reparo e conclusão da estrada dos Piranema, altendo-se o aterro e construindo dois bueiros | | |
| Outros | <ul style="list-style-type: none"> * Recebimento autorização para transferir a cadeia para um prédio com acomodações necessárias mediante o pagamento de aluguel de 400\$00 por conta do subsídio provincial | | | <ul style="list-style-type: none"> *A província designou um médico para tratar dos casos de febre. * recebimento de um auxílio de 100\$00. | <ul style="list-style-type: none"> * Autorização para a transferência para mudar de prédio e auxílio de 400\$000 mensal para o pagamento do aluguel do novo prédio para a Câmara |

14 – Câmara de Macaé

| | 1862 | 1872 | 1886 | |
|-----------------|--|--|---|--|
| Infra-Estrutura | *Autorização para fazer uso de um terreno de propriedade da província, antes destinado a edificação do paço municipal, para a construção pelos habitantes do paço municipal. | | | |
| Outros | | *Execução de operações ilegais no canal de Macahé a Campos | * O vereador Custodio José Fernandes foi suspenso do cargo por acusação de praticas ilegais | |

15 – Câmara de Magé

| Modalidades | 1835 | 1846-1847 | 1856 | 1858 | 1862 | | 1881 | 1882 |
|-----------------|-------------------------------------|---|--|--|--|--|---|---|
| Infra-estrutura | *construção de uma casa de caridade | | *Desobstrução da bacia e canal da vila | *Consertos em prédios *Reparo do telhado do hospital *Substituição dos caibros da casa de caridade *Aterro da rua do colégio Concerto e *Aterro da ponte do Cambucá na freguesia de Suruhy | *Cemitério da capela de Santa Anna do Bananal, na Freguesia de Guapy | | *Três escolas | * pedido de demolição de prédio que servia de municipalidade (aprovada) |
| Circulação | | *Melhoria da navegação do rio ou construção do canal *Um cais na vila à margem do rio, para evitar que caiam os prédios devido as inundações | *Abertura da barra Construção de um cais que defendia os prédios contra as enchentes do rio | *Um pontilhão de arco de tijolo na estrada de Iriry para Suruhy *Pontilhão no riacho Catingado na estrada de Guapy e aterro no mesmo lugar | | | | |
| Outros | | | | | | *Aumento do ordenado do médico * recebimento de autorização para demolição do edifício que servia de paço da municipalidade | *Vários habitantes reclamaram contra a tributação das fábricas de fazer farinha, açúcar e algodão de forma igualitária às outras fabricas | |

16 – Câmara de Mangaratiba

| Modalidade | 1840-1841 | 1847 | 1848-49 | 1849-1850 | 1850-1851 | 1856 | 1881 | 1886 |
|-----------------|---|---|--|---|---|---|---|---|
| Infra-Estrutura | *Instalação de um novo cemitério *construção de um chafariz ⁴⁴² | * Um cemitério. | * construção de um edifício para cadeia, Câmara e Juri * criação de aula de latim e educação elementar para o sexo feminino | *Criação de uma aula de latim *Calçamento do aterrado e construção de uma muralha no trecho que de Sacco | *Calçamento do aterrado que do Sacco se dirige à Praia do Sacco e construção de uma muralha dos dois lados da estrada | *Consignação de 20:000\$000 em quatro prestações anuais para juntamente com as sobras da receita da vila construir uma casa para as sessões Um cemitério | *Criou duas escolas, uma para cada sexo | |
| Circulação | | | | * Calçamento da estrada que da vila vai a Sacco | | *Construção da nova estrada até a vila | | |
| Outros | | *desapropriação de terras indígenas para incorporação em seu patrimônio | | | | | | * Recebeu 1:000\$000 para o tratamento de enfermos com febre amarela e posteriormente pediu autorização para continuar pagando as despesas precisas |

17 – Câmara de Maricá

| Modalidade | 1840-41 | 1846-1847 | 1846-7 | 1848-1849 | 1856 | 1876 |
|-----------------|--|--|---|---|---|---|
| Infra-estrutura | | *Reparos no paço da câmara *Uma praça em frente da casa da câmara *desapropriação de terreno | *Reparo na casa de sessões e cadeias. *Um assoalho no piso da cadeia para conforto dos presos *Um chafariz | | *Um aterro em torno da casa da câmara | |
| Circulação | | | *Construção de várias pontes e pontilhões e *melhoramento de estradas | *Conserto ou calçamento da Serra do Urussanga (nessa estrada aproximadamente 200 a 300 animais, com carga notória) *Uma ponte sobre o rio Ubatiba na estrada que comunica com a vila de Itaborahy, Porto das Caixas e outras *Reparos da ponte sobre o rio Monbica *Reparo do aterro do cordão | *Um pontilhão na estrada geral que vai pra Niterói *Um pontilhão no aterro entre a fazenda de Joaquim da Silva e Cunha e o rio Mambuca | |
| Outros | * pedido de plantas e orçamento para a construção de pontes,e limpeza de um rio e um projeto para construção de uma fonte no arraial de Saquarema. | | | | | *Suspensão da lei que proíbe a pesca com redes e arrastão |

18 – Câmara Niterói

| Modalidades | 1846 | 1847 | 1848/1849 | 1850 | 1873 | 1874/75 | 1876/77 | 1887/88/89 |
|-----------------|---|---|--|--|--|---|---|---|
| Infra-estrutura | *Aumento da água potável | *Aumento da água potável. Um aqueduto que aproveite as águas do Rio Vicência ou Calambá | 1849 Um cemitério; Encanamento das águas do rio Vicência e desapropriação dos moradores de suas margens, para evitar a falta de água durante as secas | *Construção de cemitério (projeto já aprovado) *Encanamento das águas do rio Vicência *Conserto de igreja matriz | | *Três chafarizes de torneira *Um reservatório de água *Uma praça de mercado *Um cais que borde todo litoral *gratificação a um engenheiro por vários trabalhos prestados *Casa de caridade * construção de um matadouro público (pedido não aprovado) | * Impedida a autorização para construção de um matadouro e a construção de chalets destinados a servir de comércio e de Kiosques nas ruas e de os na praia *Foi proibido o trânsito de cargas pelas calçadas, passeios e ruas * concessão de recursos para a abertura de rua 9 pedido aprovado0 | *recebimento de 2:30\$000 para a conclusão da abertura de rua * Foi proibido o trânsito de cargas pelas calçadas, * foi estabelecido os limites da cidade * Proibição da destruição dos vegetais existentes nos terrenos alagadiços da cidade * foi aprovado provisoriamente posturas referentes obrigação dos proprietários trazerem cobertos os canos que dão escoamento para a rua as águas pluviais e sobre a venda pelas ruas e praças de bilhetes de loterias *Foi proibido o transito de cargas pelas calçadas, passeios e ruas |
| Circulação | *Calçamento das ruas principais. *Aterro das ruas interiores. *Melhoramento da estrada para Itaborahy | *Um cais que borde todo o litoral da cidade *Calçamento das ruas principais e aterros das ruas interiores *Melhoramento do caminho que conduz a cadeia da Armação | *Reparos na estrada que de Itaborahy *Uma ponte sobre o rio que corre perto do arraial da freguesia de São Gonçalo *Conserto da ponte do Alcântara | *Aterro em algumas ruas e estradas | | | | |
| Outros | | | | | *verba de medicamentos para auxiliar os pobres (pedido autorizado) | *Foi aprovado as posturas especiais feita pela câmara | | *Obrigação dos proprietários limparem a frente de seus terrenos que dão para estrada ou caminhos *Proibição de andar soltos animais contaminados a * designação d os locais para tirar areia nas praias |

19 – Câmara Nova Friburgo

| Modalidade | 1851 | 1862 | 1881 |
|-----------------|---|--|--|
| Infra-Estrutura | *Uma igreja matriz *Uma cadeia *Um chafariz | | *Instalou duas escolas de instrução primaria |
| Circulação | | *Aterrado na rua Ponte ao sair as praça do *Dito no centro *Construção de uma estrada para a freguesia de São José do Ribeirão | |
| Outros | | | * Suspensão de eleições |

20- Câmara de Parati

| | |
|-----------------|---|
| Modalidade | 1846-1847 |
| Infra-Estrutura | *Uma casa para Câmara, júri e cadeira *Um chafariz *Uma praça de mercado e uma ponte junto à ela. |
| Circulação | *Continuação da estrada nova da Serra de Paraty e reparo nas velhas possibilitando dar continuidade as relações comerciais com as províncias de São Paulo e Minas |

21 - Câmara de Paraíba do Sul

| Modalidade | 1846-1847 | 1873 | 1881 | 1886 |
|-----------------|--|--|--|---|
| Infra-Estrutura | *Construção de uma casa de câmara e uma cadeia por meio de consignação *Reforma ou reconstrução da matriz de Cebolas | *Consignação de 20:000\$000 para auxiliar a construção de uma casa de caridade (pedido não atendido) | * Mandou instalar duas escolas no municípios | |
| Circulação | *Conserto da ponte sobre o rio Piabanha na estrada que de Pirahy, Rezende, Vassouras, Valença, Pathy se dirige ao Mar Hespanha | | | |
| Outros | | | | *Concedida autorização para as despesas com o tratamento dos doentes com febre amarela. |

22 – Câmara de Parati

| Modalidade | 1840-41 | 1846-1847 | 1847 | 1848 | 1848-49 | 1862-1849 | |
|-----------------|---|--|--|--|---|---|--|
| Infra-Estrutura | | *Uma casa para Câmara, júri e cadeira *Um chafariz *Uma praça de mercado e uma ponte junto à ela. | *Aumento da consignação aplicada as obras da matriz *Construção de uma cadeia *Construção de um chafariz, trazendo para ele as águas da serra próxima á vila | | *construção de um novoedifício para casa de Câmara, júri e cadeia *edificação de um chafariz *construção de praça para mercado * verbas para as obras da igreja matriz | * Encanamento do chafariz (em andamento) | |
| Circulação | | *Continuação da estrada nova da Serra de Parahty e reparo nas velhas possibilitando dar continuidade as relações comerciais com as províncias de São Paulo e Minas | *Conclusão da obra da Serra | *Conclusão da estrada Velha da Serra, via de comunicação com Minas e São Paulo | *construção de estrada velha da serra * construção de uma ponte sobre a nova praça | Obras em andamento: *Conserto da ponte grande sobre o rio Matheus Nunes *Conserto dos caminhos municipais *Reparo da ponte grande do rio Pequequassú | |
| Outros | * pedido de elaboração de planta e orçamento para a construção de uma ponte | | | | | | |

23- Câmara de Petrópolis

| Modalidade | 1850 | 1863 | 1877 |
|-----------------|--|---|--|
| Infra-estrutura | *Créditos para a manutenção de colônia (pedido aprovado) | *Autorização para a comprar por 12:000\$000 o prédio onde funciona a casa da Câmara | |
| Circulação | | | * Aprovação da desapropriação de terrenos para a abertura de estradas para implantação de ferrovia de Santo Antonio de Pádua ao Porto da Pedra, em São José de Leonissab |

24 – Câmara de Pirai

| Modalidade | 1846 | 1847 | 1848 | 1848-49 | 1850 | 1862 |
|-----------------|---|--|------------------------------------|---|--|---|
| Infra-estrutura | *Construção de Matriz para Freguesia das Dores *Um cemitério | *Novo cemitério. para evitar que os corpos sejam devorados pelos animais | * construção de um novo cemitério | * construção de um novo cemitério * consero na igreja matriz | *Um cemitério na vila | *Continuação do calçamento da ruas da vila |
| Circulação | *Pontes sobre vários ribeirões | *Pontes sobre o Ribeirão | *Reconstrução e conserto de pontes | *Reconstrução e conserto de pontes | *Construção de pontes *Continuação da estrada do Presidente | *Ponte sobre o ribeirão que passa junto ao arrail dos Thomazes *Conserto dos caminhos, pontes e pontilhões que se acham estragados |
| Outros | | | | | | <p>*Foi recomendado ao Promotor Público dessa comarca o andamento do processo de responsabilidade contra os culpados pelo extravio de dinheiro da câmara de Rio Claro</p> <p>*Recebimento de um médico para auxiliar no tratamento dos enfermos com febre amarela.</p> |

25 – Câmara de Porto das Caixas

| Modalidade | 1840-41 | 1850 | 1877 |
|-----------------|--|---|------|
| Infra-estrutura | * melhoramento nsa calçadas * construção de um cais | * construção de pontes e pontilhões na estrada que segue em direção a Cantagalo. (aprovada) | |
| Outros | | | * |

26 – Câmara de Resende

| Modalidade | 1840-41 | 1846-1847 | 1848-1849 | 1849-1850 | 1856 | 1862 | Ver data | 1873-1876 |
|-----------------|---|---|---|---|--|--|--|--|
| Infra-Estrutura | | | * Concerto de matriz *continuação da obra da cadeia * construção de uma chafariz * construção de muro para o cemitério | *Concerto da igreja matriz *continuaã o da obra da cadeia *levantamen to de um muro no cemitério da cidade e nas freguesias do município * edificação de uma casa de detenção * edificação de um chafariz | *Concerto da igreja matriz da cidade *Continuaã o da obra da cadeia *Levantame nto de um muro no cemitério *Criação de escolas *Conclusão de uma casa de detenção na cidade *Construção de um chafariz | *Construção de uma cadeia *Efetivação da consignação para mobiliar matriz *Reparo de ruas e nos calçamentos existentes e preciosos | *Contruçã o de rampa e paredão do cais de *Mudança da fonte, Biquinha para o centro | *Desapropri ação do terreno necessário para o encanament o de água potável |
| Circulação | *Reembolso de dinheiro investido para a construção e reparo de pontes | *Abertura de uma estrada de fácil transporte para algum porto ou mar. *Uma estrada a partir da vila ao Porto *Continua ção da estrada do Presidente que atravessa pelos municípios de Pirahy, Barra Mansa, Resende até o Picú *Construçã o e concertos de uma pontes | *Abertura de uma estrada *Reparo da estrada da Bocaina, *Construção e concerto de uma pontes sobre o rio *Abertura de atalhos *Continuação da construção da estrada do Presidente | *abertura de estrada que conduza ao porto mais próximo e reparos da estrada da Bocaina *Construção de uma ponte sobre o rio Oirapetinga e concertos em outras. * abertura de atalhos | *Construção de rampa na ponte do ribeirão do Fernandes *Construção de dois pontilhões *Aterro na freguesia de Campo_Bell o * Ponte nos ribeirões de Santo Antonio e Salvador Leite *Continuaçã o da consignação marcada para a conservação da estrada do Ariró | *Aterros *Construção de três pontilhões ou boeiros na freguesia de Campo Belo. | | |
| Outros | | | | | | | (1875) * pedido de desapropri ação para encanemen to de água para a cidade. (Aprovado) | Pagamento de três empregados do cemitério |

27 – Câmara de Rio Bonito

| Modalidades | 1886 | 1849-1850 | 1850-1851 | 1856 | 1862 |
|-----------------|------------------------------|---|---|--|--|
| Infra-Estrutura | *Um chafariz | *Conclusão da igreja matriz; *Construção de um cemitério *Iluminação (lampeões para a povoação) *Um chafariz para a praça da matriz *Construção de uma escola para meninas. | *Cemitério *Iluminação para a Vila *Chafariz e *Encanamento *Uma cadeira de Primeiras letras para o sexo feminino * conclusão da igreja matriz da vila | *Um chafariz no largo da matriz *Oito lampiões | |
| Circulação | *Ponte sobre o Rio Sumidouro | *Reparo das pontes do Tanguá e Bacahá; *Conserto de 130 braças de estrada; *Construção de um pontilhão; *Construção de um aterrado diante da ponte do Rio Grande; *Uma ponte sobre o rio Grande *Canalização entre o rio da Posse até o Macacú e | *Melhoramento da estrada da freguesia do Rio Bonito para Correntezas *Canalização do rio da Posse ou de Casseribú *Reparo nas estradas de comunicação com o município * reparo em pontes | *Uma ponte sobre o rio da Domingas *Aterro na estrada geral próxima à ponte do rio Tinguá | *Uma ponte sobre o rio Tanguá na estrada do Rio-Seco *Reconstrução do aterrado da Posse na estrada que vai a Capivary |

28- Câmara de Rio Claro

| Modalidades | 1850-1851 | 1881 | 1882 | 1882-exposição |
|-----------------|---|-----------------------|---|---|
| Infra-Estrutura | *Continuação das matrizes de Santo Antonio de Capivary e do Rio Claro *Construção de duas cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino *Construção de cemitério em Santo Antônio do Rio Claro e Capivary | *Instalação de escola | * Autorização para usar os saldos existentes com reparos no cemitério da cidade | *Auxílio para o aumento e reparo do cemiterio |
| Outros | | | | *Revogação da portaria que considerou particular um caminhos existente nas terras de Joaquim José de Andrade. O proprietário das terras recorreu ao pedido da Câmara e continuou sendo o caminho particular |

29 – Câmara de Santa Anna de Macacú

| | |
|-----------------|---|
| Modalidade | 1876 |
| Infra-estrutura | Foi concedido 40:000\$000 para a construção da casa da câmara Foi autorizado a inclusão de 18:000\$000 na verba de despesas de obras publicas para a |

30 – Câmara Santa Maria Magdalena

| | |
|-----------------|--|
| Modalidade | 1863 |
| Infra-estrutura | |
| Circulação | |
| Outros | *recebeu doação de terreno de 20 alqueires |

31- Câmara de Santo Antonio de Sá

| Modalidade | 1846-1847 | 1847 | 1850-1851 | 1856 |
|-----------------|--|--|--|---|
| Infra-estrutura | *Uma fonte pública *Construção de uma casa forte em São João. | *Reparo na matriz da Trindade *Reconstrução da matriz da vila *Acabamento da matriz São José | * Reparo nas matrize | *Um muro que feche o cemitério público criado em terreno franciscanos *Casa para a encomendar cadáveres |
| Circulação | *Estrada nova de Morubahy pelo lugar dos morros *Construção de várias pontes pontilhões e aterros *Conserto de estradas, da matriz da vila e da igreja paroquial da Freguesia da Santíssima Trindade | | *Limpeza do rio Casseribú *Corte do rio Guapiassü e do Guapemirim | *Ponte, aterro e pontilhões no rio Guapiassú, na estrada provincial |

32 – Câmara de São Fidélis

| Modalidade | 1862 | 1877 |
|-----------------|--|--|
| Infra-estrutura | *Um cemitério público *Levantamento da planta e nivelamento da vila *Aterro da praça principal | |
| Outros | | *Foi negada a nomeação de um fiscal para a freguesia da cidade |

33- Câmara de São João da Barra

| Modalidade | 1849-50 | 1862 | 1882 |
|-----------------|--|--|---|
| Infra-Estrutura | * construção de Câmara | *Aterro da rua da Banca Abertura da estrada da Limeira em linha reta ao porto do Gargahú *construção de prédios para abrigar cadeia, júri e Câmara. *concessão de auxílio para a construção de um cemitério | |
| Circulação | * construção de um cais de pedra no rio Parahiba | * construção de um cais *abertura de estrada * | |
| Outros | * Colocação de força policial | | *pedido de nomeação de administradores e coveiros para cemitérios (pedido aprovado) |

34 - Câmara de São João do Príncipe

| Modalidade | 1846-1847 | 1847 | 1850-1851 | 1856 | 1887 |
|-----------------|--|--|---|--|---|
| Infra-Estrutura | *Uma cadeia *Uma casa de custódia nas freguesia de Capivary e Rio Claro | *Casa de Câmara júri e cadeia *Um chafariz no largo da vila *Conserto da matriz da Freguesia do Rio Claro. | *Conclusão da igreja matriz e da *casa da Câmara e cadeia (Decreto mandando construir) | | |
| Circulação | *Ponte sobre o rio Pirahy no Porto João Gomes | | | | |
| Outros | | | | *Extinção das formigas saúbas que destroem os cafezais | *Recebeu autorização para execução provisória do código de posturas de Maricá |

35 -Câmara de Sapucaia

| Modalidade | 1875 | 1876 | 1877 |
|-----------------|--|---|--|
| Infra-Estrutura | * permissão para tomar conta do cemitério da vila (pedido aprovado) | * Autorização da Câmara do município para tomar conta do cemitério, antes sob o cuidado da Irmandade de Santo Antonio de Sapucaia | *Não recebimento de autorização para conceder aos cuidados da Irmandade de São José do Rio Preto o cemitério público |
| | *Não foi aprovada a tabela de cobrança de impostos no município, por haver alguns itens que não estavam previstos pelas leis que designam os impostos municipais * pedido de aprovação de posturas municipais | | |

36 - Câmara de Saquarema

| Modalidades | 1846-1847 | 1848-1849 | 1850-1851 | 1856 | 1862 | 1875 | 1881 |
|-----------------|--|--|---|---|-------------------------------|--|---|
| Infra-estrutura | | *Reparo da casa de sessões | *Casa para a Câmara | *Uma casa da câmara *Um cemitério *Exame da barra de Saquarema | | | |
| Circulação | *Construção de uma ponte no braço mais estreito da lagoa de Saquarema *Consertos na estrada de Gururapina ou de Mato Grosso * Construção de uma nova estrada na Serra do Tingui, no limite entre Saquarema e São João de Itaborahy | *Conserto da estrada da Serra do Tingui, via de acesso com Porto das Caixas *Reparo da estrada da Serra de Gurupina * Construção de uma ponte em um dos braços mais estreito da lagoa *Conserto de uma ponte na lagoa da vila | *Conserto da Serra do Tingui *Construção de uma nova ponte dos leitos na nos limites com o município de Cabo Frio na Estrada geral de Campos *Construção de uma ponte na parte mais estreita da lagoa para a comunicação da vila com a vila a parte central do município *Um calçamento ligeiro nas ruas da vila *Abertura de um canal para o esgoto da lagoa de Saquarema, no Chauhy | *Comunicação das lagoas da Araruama e Saquarema por meio de um canal ou vala navegável *Reparo da estrada de Gururapina ou Urussanga ao entrar no Porto das Caixas | *Uma ponte sobre o rio Bacaxá | | |
| | | | | | | * Negado aautorização para nomeação de fiscal para a nova freguesia de Mato Grosso | *Aprovação provisória de recolhimento de animais encontrados soltos, destruindo as lavouras |

37 – Câmara de Valença

| Modalidades | 1846-1847 | 1847 | 1856 | 1858 | 1862 |
|-----------------|---|---|--|--|--|
| Infra-Estrutura | *Continuação da casa de caridade *Uma cadeia e casa de câmara | *Continuação das obras na igreja matriz *Consignação concedida pela lei do orçamento vigente para a construção da casa para sessões, júri e cadeia *Maior distribuição da casa de caridade devido ao alto número de doentes | *Criação de uma aula de latim *Conclusão do edifício para as sessões da câmara e do júri | *Ornamento e limpeza da capela | *Calçamento de uma parte da rua de São José e das travessas da Matriz e do Conde |
| Circulação | * Construção de ponte sobre o ribeirão de Manoel Pereira *Calçamento da parte da estrada da Polícia que atravessa a vila e conservação da mesma por arrematação *Melhoramento da estrada do Comércio, da vila ao Porto de Ubá | | | | |
| Outros | | | | * Designação de uma enfermaria e materiais para a casa de caridade | |

38 – Câmara de Vassouras

| Modalidades | 1840-41 | 1844 | 1846-1847 | 1847 | 1848-1849 | 1848-49 | 1850 | 1856 | 1858 |
|-----------------|---|--------------|---|---|---|---|--|---|---|
| Infra-Estrutura | | *Um chafariz | *Maior consignação para as obras da matriz *casa de Câmara e cadeia. | *Construção de uma casa para as sessões cadeia e júri | *Construção de uma casa para as sessões e para a cadeia | * construção de casas para suas sessões e cadeia ⁴⁴³ | * construção de casa de Câmara (autorizada verba para dar início a obra) | *Verba para chafariz as águas do ribeirão da Constança *Dinheiro suficiente para a construção do altar da matriz | *Acomodação e reforma total utensílios precisos serviços hospitalares *Aumentar a renda da de caridade |
| Circulação | *melhoramento de ruas e praças * construção de uma ponte | | *Construção da ponte da Constança na estrada da Polícia. | *Melhoramento e reparo na estrada da Polícia | *Reparos na estrada da Polícia *Reconstrução da ponte da Constança *Construção de uma ponte | * reparos na estrada da Polícia * reparos em pontes | | *Melhoramento da estrada da Polícia na subida da vila | |
| | | | | | | | | *Criação de empregos de partidores, cortadores e distribuidores, | |

9.14. ANEXO 14

ALGUMAS POSTURAS DA ANTIGA CAMPOS DOS GOYTACAZES**RESOLUÇÃO**

O vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que lhe representou a camara municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, resolve que sejam observadas pela mesma camara, até definitiva approvação da assembléa legislativa provincial, as posturas abaixo mencionadas.

PRIMEIRA

É inteiramente prohibido dessecar assucar ou outro genero, ou objecto em couro ou por alguma maneira que occupe qualquer espaço nas praças ou ruas que a camara por seus editaes tiver designado para fins especiaes, 50b pena de na contravenção, os infractores serem condemnados na multa de dez mil réis e serem recolhidos a prisão por quatro dias.

SEGUNDA

É vedado fazer qualquer lavagem, desde o porto da Lancha até o porto da Escada inclusive, ou dar de beber a animal ou animaes no porto da Cadêa. Os que contrariarem qualquer disposição d'esta postura, serão condemnados na multa de quatro mil réis e prisão por dous dias.

TERCEIRA

Os carros que tiverem de transitar na cidade ou povoação notavel, trarão os eixos bem untados para que não chiem. O carreiro que contrariar este preceito será condemnado na multa de quatro mil réis.

QUARTA

Não poderão entrar na cidade ou povoação notavel, animaes carregados sem serem conduzidos a passo, presos uns atraz dos outros, e levados pelo centro das ruas; n'esta mesma ordem farão a descarga ou carregarão até se retirarem,e tendo de se demorar por mais de uma hora parados, só o poderão fazer nos logares que a camara para esse fim tiver destinado em seus editaes; sob pena de, na contravenção de qualquer dos casos referidos, pagarem os condutores a multa de dez mil réis e prisão por dous dias.

QUINTA

Vender ou ter exposto á venda qualquer genero de comida ou bebida, que pelo seu estado de corrupção, mistura ou fermentação possa ser prejudicial á saude d'aquelles que d'elles fizerem o uso costumado, verificando-se este estado pelo exame e parecer de facultativos ou peritos; penas de multa de dez a trinta mil réis e prisão de tres a nove dias, sendo immediatamente inutilisado o genero pelo fiscal, ávista do infractor e paga essa despeza quando satisfazer a multa pecuniaria que lhe fôr imposta;

SEXTA

Conduzir pelas estradas, ruas ou lagares povoados a qualquer hora, o corpo de individuo morto, amarrado a paus ou sem ser decentemente amortalhado; pena de multa de dez mil réis.

SETIMA

Soltar balões aerostaticos sem previa licença da camara e prestar fiança ao pagamento de qualquer damno que puder causar; penas de multa de trinta mil réis e prisão por seis dias, além da indemnisação do damno que causar.

OITAVA

Todo o possuidor ou proprietário de terreno que fizer á praça ou rua, na comprehensão da cidade ou povoação notavel, será obrigado a conserval-o fechado, com muro competentemente rebocado e caiado; sob pena de trinta mil réis de multa e fazer-se a obra necessária á sua custa.

NONA

Todos os proprietários de casas e terrenos que fizerem frente a ruas e praças, dentro da compreensão da cidade, são obrigados ter sempre em bom estado, em suas testadas, uma calçada ou passeio de cantaria ou de lages, conforme o nivellamento que lhe fôr dado pelo fiscal. Nas ruas que tiverem até trinta palmos, estas calçadas ou passeios terão cinco palmos de largo; nas que excederem a trinta palmos, os passeios terão seis, e nas praças oito. Os infractores serão condemnados na multa de vinte mil réis e na despeza que a camara mandar fazer para se promptificar o dito calçamento, que 13erá attendida em vista da conta do procurador.

DECIMA

Vender qualquer genero ou objecto em logares fixos de praças ou rua da cidade, que não sejam os para 18S0 designados pela camara em seus editaes; pena de multa de quatro mil réis.

Palacio do governo da provincia, 21 de março de 1850. - João Pereira Darrigue Faro.

APROVAÇÃO DE POSTURAS PARA

CERCAR TERRENOS BALDIOS

RESOLUÇÃO

O presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que representou a camara municipal da cidade de Campos dos Goytacazes em officio de 31 de março ultimo sob n.º 88, resolve que se execute até definitiva aprovação da assembléa legislativa provincial, o seguinte additivo ás posturas da mesma camara: - E prohibido dentro dos limites da cidade de Campos, ou em qualquer povoação notavel da mesma cidade, conservar terrenos cobertos. A camara mandará todos os annos por editaes designar quaes os lugares em que fôr permitido fechar os terrenos com gradil ou muro rebocado e caiado, bem como aquelles que poderão tapar-se por outra qualquer maneira. Os proprietarios ou possuidores dos terrenos, que, dentro do praso e pela maneira que lhe fôr indicada nos ditos editaes, não os fecharem, soffrerão como infractores a multa de 20\$000 rs. e 3 dias de prisão, além do pagamento da quantia que fôr despendida pela camara em mandar fazer a tapagem.

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1851.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N. 577. (1851. - N.º 39)

O Dr. Luiz Pedreira da Coutto Ferraz do conselho de Sua Magestade o Imperador, official da ordem da Roza, cavalleiro da de Christo, lente substituto do curso juridico de S. Paulo, e presidente da provincia do Rio de Janeiro: Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica confirmada a seguinte postura da camara municipal da cidade de Campos:

“É permitido vender-se ao publico pelas ruas e estradas do municipio carnes verdes, com tanto que estejam em perfeito estado, e sejam conduzidas em taboleiros limpos, forrados, cobertos com toalhas lavadas, e de côr clara, e a venda se verifique por balança e pesos aferidos annualmente. A falta de limpeza nos taboleiros' e de asseio nas toalhas, ser punida com a multa de dois mil réis (2\$000); a falta de balança e pesos competentemente aferidos, com a multa de dez mil réis (10\$000), e no caso de serem encontrados os pesos e balanças falsificadas, vinte mil réis de multa e cinco dias de prisão. As carnes que se encontrar á venda em estado de deterioração serão immediatamente consumidas, e o vendedor condemnado em dez mil réis (10\$000) de multa e prisão por 5 dias.”

Art. 2.º Fica igualmente confirmada a seguinte postura da camara municipal da imperial cidade de Nictheroy:

“É permitido vender ao publico pelas ruas e estradas d/esta cidade e seu termo, carne verde em

taboleiros limpos e convenientemente cobertos, com pesos e balanças, aferidas, obtendo-se previamente alvará de licença, pelo qual se pagará dois mil réis (2\$000) por anno. A infracção será punida com a multa de dez mil réis (10\$000) ou cinco dias de cadêa. Com a mesma pena será punido o que for encontrado com a carne exposta á venda já deteriorada, sendo ella immediatamente consumida.”

Art. 3.º Fica também confirmada seguinte p06tura da camara municipal da cidade de Campos:

“É prohibido dentro dos limites da cidade de Campos, ou em qualquer povoação notavel da mesma cidade, conservar terrenos abertos. A camara mandará todos os annos, por editaes, designar os logares em que for permitido fechar-se os terrenos com gradil ou muro rebocado e caiado, bem como aquelles que poderão tapar-se por qualquer outra maneira. Os proprietários possuidores dos terrenos, que dentro do praso e pela maneira que lhes for indicada nos ditos editaes, não os fecharem sofrerão, como infractores, a multa de vinte mil réis (20\$000) e tres dias de prisão, além do pagamento da quantia que for despendida pela camara em mandar fazer a tapagem. ”

Art. 4.º Fica outro-sim confirmada a seguinte postura da camara municipal da Estrella:

“É prohibido o uso de zorras nas estradas geraes ou municipaes, e bem assim a puxada de madeiras pelas mesmas estradas, sem ser em carretão. O infractor, além da reparação do damno que causar á estrada, será multado em vinte mil réis (20\$000).”

Art. 5. Ficção revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir inteiramente como h.'ella se contém. O secretario d'esta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo da provincia aos quatorze dias do mez de outubro de mil oitocentos cincoenta e um, trigesimo da independencia e do imperio.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Sellada e publicada na secretaria do governo, aos 14 de outubro de 1851.

No impedimento do secretario, o official maior Joaquim Francisco Leal.

Registrada a fl 195 do livro 3.º da legislação provincial. Secretaria do governo da provincia do Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1851.

Ruy Germack Possolo.

DELIBERAÇÃO - 1856

O presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que lhe representou a camara municipal de Campos em officio n. 141 de 12 do corrente mez, tem deliberado approvar, e effectivamente approva provisoriamente, o seguinte projecto de postura, additivo ás que vigorão.

Art. 1.º Ter animal cabrum ou ovelhum vagando pelas ruas e quaesquer outros logares publicos desta cidade: penas, de ser apprehendido vivo ou morto á ordem do fiscal, que o fará deter em logar publico por espaço de 3 horas, dentro das quaes, apparecendo dono, e reclamando a entrega, se lhe satisfará, pagando por cabeça 2\$000; se porém não apparecer o dono, ou apparecendo não fizer a reclamação, será vendido em beneficio da municipalidade. Se por qualquer maneira, na comprehensão da cidade, esses animaes invadirem alguma propriedade contra a vontade de seu dono, terá este o direito de os apanhar como puder ou quizer, e entrega-los ao fiscal para proceder como acima lhe fica ordenado.

Art. 2.º É prohibido desembravecer todo e qualquer animal para cavalgadura dentro dos limites da cidade. Permite-se com tudo que nas praças do Imperador e Municipal sejam domados os animaes destinados aos carros, e que, mediante licença do respectivo fiscal, possam entrar na cidade para serem completamente adestrados. O infractor soffrerá a pena de prisão por tres dias e de multa de 6\$000, devendo, no caso de ser captivo, responder pela pena pecuniaria o senhor.

Pala cio do governo da provincia, 26 de abril de 1856.

LUIZ ANTONIO BARBOSA.

9.15. ANEXO 15

**AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA ABERTURA
DA PRAÇA DA REPÚBLICA**

RESOLUÇÃO

Tendo representado a este governo a camara municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, em officio do 1.º de outubro de 1847, sobre a conveniencia de fazer uma praça na mesma cidade e abrir uma rua que dê sahida, a bem da commodidade publica e aformoseamento do logar, e que para se levar a effeito semelhantes obras torna-se necessaria a aquisição de parte do terreno occupado por um cercado pertencente á ordem terceira de S. Francisco; resolvi desapropriar, e effectivamente o faço pela presente deliberação e na conformidade da lei n.o 17, de 14 de abril de 1835, o referido terreno; e ordeno á mencionada camara que proceda ás diligencias do estylo, segundo a citada lei.

Palacio do governo da provincia, 26 de março de 1849. - Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA A ABERTURA DA PRAÇA DE SÃO BENEDITO

RESOLUÇÃO

O vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que lhe representou a camara municipal da cidade de Campos em officios de 13 de julho de 1849 e 15 de fevereiro do corrente, tem resolvido desapropriar, e effectivamente desapropria, as bemfeitorias existentes em um terreno que a dita camara possui entre as ruas do Ouvidor e do Principe d'aquella cidade, e de que carece para a abertura de uma praça, pertencente aos herdeiros do fi.nado José Francisco da Cruz Miranda, e avaliadas pelo engenheiro chefe do 5.º districto das obras publicas em seu officio de 10 de dezembro do mencionado anno de 1849 na quantia de quatorze mil réis; e ordena á mesma camara que proceda ás necessarias diligencias para effectuar-se a referida desapropriação, na forma da lei n.o 17 de 14 de abril de 1835.

Palacio do governo da provincia, aos 12 de março de 1850.

João Pereira Darrigue Faro.

DESAPROPRIAÇÃO DO TRAPICHE DO LOURENÇO

DELIBERAÇÃO

O presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que lhe representou a Camara Municipal da cidade de Campos em officio n. 69 de 10 de Outubro do anno passado, delibera desapropriar, e effectivamente desapropria, na fórmula da lei n. 17 de 14 de Abril de 1835, o trapiche denominado do Lourenço, sito no largo do Pelourinho daquela cidade, de que são proprietarios os herdeiros de Lourenço José de Araujo e outros, com a clausula porém de nada despenderem os cofres publicos para semelhante fim. A referida Camara procederá ás necessarias diligencias para que se effectue a dita desapropriação, como lhe incumbe o art. 3.º da citada lei.

Palacio do governo da provincia, 5 de Janeiro de 1855.

LUIZ ANTONIO BARBOSA.

**DESAPROPRIAÇÃO DE BENFEITORIAS PARA ABERTURA DO PRIMEIRO
QUARTEIRÃO DA RUA DE SÃO BENTO
DELIBERAÇÃO**

O presidente da provincia do Rio de Janeiro, tomando em consideração o que lhe representou a camara municipal da cidade de Campos dos Goytacazes em officio n. 45 de 2 do corrente, acerca da necessidade de desapropriar-se as bemfeitorias e dominio util dos terrenos entre as ruas da Constituição e Beira-Rio, por onde tem de passar a de S. Bento da mesma cidade, tem deliberado desapropriar, e effectivamente desapropriar, na fórma da lei n. 17 de 1835, as referidas bemfeitorias e o dominio util dos ditos terrenos, devendo a mencionada camara promover os mais actos do estylo para levar a effeito a dita desapropriação.

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, em 29 de março de 1854.

LUIZ ANTONIO BARBOSA.

**DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO
DELIBERAÇÃO**

O presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo ao que lhe representou a Camara Municipal de Campos em officio n. 82 de 10 deste mez sobre a necessidade de desapropriar-se parte de uma chacara, propriedade dos religiosos de Jerusalem, existente na rua Beira-Rio, abaixo da Lapa, no angulo da estrada do Rumo, para estabelecimento do curral e matadouro publico, que convém remover do logar em que se achão, assim o delibera de conformidade com a lei n. 17 de 14 de abril de 1835, e ordena á mesma Camara que proceda ás diligencias necessarias para que se verifique a referida desapropriação, cujas despezas correrão por conta dos seus cofres.

Palacio do governo da provincia, do Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1855.

LUIZ ANTONIO BARBOSA.

9.16. ANEXO 16

CONTRATAÇÃO PARA O SERVIÇO DE ESGOTOS E ÁGUAS DA CIDADE**DECRETO N. 1871 – 1873**

Manoel José de Freitas Travassos, cavalleiro das ordens de Christo e imperial do Cruzeiro, moço da imperial camara da guarda-roupa de Sua Magestade o Imperador, desembargador da relação da Côrte e presidente da provincia do Rio de Janeiro. Faço saber a todos os seus, habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. A autorisação dada ao presidente da provincia pela lei n. 1729 de 19 de Novembro de 1872 para contratar o serviço de esgotos e aguas na cidade de Campos, comprehende o systema que mais conveniente fôr e não sómente o adoptado na cidade do Rio de Janeiro: revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer que a cumpram e. façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro aos 6 dias do mez de Junho de 1873,52.0 da independencia e. do imperio. - Manoel José de Freitas Travassos.

Sellada e publicada na secretaria do governo no dia 7 de Junho de 1873. - Joaquim Mattoso Duque-Estrada Camara.

9.17. ANEXO 17

CONSTRUÇÃO DA MURALHA DO RIO PARAIBA**DELIBERAÇÃO**

João Caldas Vianna, vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, tem deliberado que se comecem os trabalhos da obra da muralha do rio Parahyba, na cidade de Campos dos Goytacazes, e para esta obra consigna a quantia mensal de 1:500\$000 réis, a contar do 1.º de janeiro do corrente anno. Esta consignação será entregue pela collec toria do lagar ao thesoureiro da obra.

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1843. - João Caldas Vianna.

CONSTRUÇÃO DA MURALHA DO RIO PARAIBA**DESAPROPRIAÇÃO**

João Caldas Vianna, vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, tendo mandado construir a muralha na margem direita do rio Parahyba, em toda a extensão da cidade de Campos, desde o porto do marechal Salvador José Maciel até ao da Corôa, para garantil-a de ser um dia submergida e arrasada pelas enchentes do rio; e considerando que os trinta e um edificios abaixo mencionados, sitos á beira do rio com fundos sobre sua margem, obstam á sua regular e solida construção nos pontos por elles occupados, por fórma que por ahi poderão as enchentes fazer suas formidaveis irrupções, não ficando elles com os fórtes pannos de muralha e parapeito; attendendo a que é saliente e palpavel a utilidade publica que resulta para segurança da cidade e para a commodidade e socego de seus habitantes, que a muralha não fique interrompida, e por conseguinte a necessidade de arrasar-se previamente essas casas para chegar-se a esse fim de commodidade e utilidade publica; tem resolvido declarar, como por esta resolução declara, de utilidade publica o uso e emprego das ditas casas sitas a beira rio com fundos para o mesmo, pertencentes duas a Silvestre da Silva Pereira, uma a Candida Maria Joaquina de Mesquita, uma a Francisco José da Motta, uma a Francisco José Velloso, duas a João Malheiros da Silva, uma á Santa Casa de Misericordia, uma a Rosa Maria de Seixas, uma a João Bernardo d'Andrade e Almada, uma a José Galhardo, uma a Antonio Teixeira Neves, uma a Francisco Antonio de Sampaio Guimarães, uma a Euzebio José da Fonseca, oito aos herdeiros de Manoel Leite de Faria, uma a João Joaquim de Sá e Costa, uma a José Francisco da Cruz e seis á camara municipal. E ordena que ellas fiquem desapropriadas, indemnizados previamente seus donos do valor das mesmas pelos cofres da camara municipal de Campos, que seguirá o processo marcado na lei de 14 de abril de 1835, n.º 17, vista a maior largura e afórmoejamento com que fica essa rua de beira do rio.,

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1843. - João Caldas Vianna.

SUSTAÇÃO DE UMA DELIBERAÇÃO**RESOLUÇÃO**

João Caldas Vianna, vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, attendendo a que a desapropriação é uma medida de que deve ser o governo mui parco, por atacar a base essencialissima da sociedade - o direito de propriedade -, apenas toleravel em graves circumstancias; considerando que a desapropriação dos terrenos e parte dos edificios abaixo da Lapa, não se antolha com o character de d'indispensabilidade que a justifique, porque a estrada tem n'este logar largura sufficiente; attendendo a que a collocação do matadouro é ahi pouco asada e póde ser funesta em consequencia dos ventos reinantes; attendendo a que para melhorar as escavações que ahi existem r/esse logar, outros são os meios de o conseguir: tem resolvido sustar a deliberação de 23 de dezembro de 1840, até que a camara municipal de Campos justifique satisfactoria, motivada e convenientemente a necessidade da desapropriação que reclamou.

Palacio do governo da provincia, 13 de março de 1843. - João Caldas Vianna.

9.18. ANEXO 18

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA CONSTRUÇÃO DO CANAL CAMPOS-MACAHÉ

LEI N.º 333.

1844. - N.º 36. - 11 DE MAIO.

Artigo 1.º E aberto e concedido ao governo da provincia um credito extraordinario, de quatrocentos e trinta e dous contos de réis, que despenderá com a abertura e construcção do canal que partindo da cidade de Campos se dirige á villa de Macahé, conforme o plano e orçamento organisados pela commissão creada pela deliberação presidencial de 22 de agosto de. 1843, e revistos pela directoria das obras publicas, que ficam approvados; com o accrescimo, novamente feito, de cinquenta mil réis por cada das primeiras cinco mil braças, desde o Parahyba até a lagôa do Piabanha, e de trinta mil réis pelas restantes braças. O presidente da provincia poderá, na execução do plano, fazer ainda, ouvindo previamente os profissionaes, quaesquer modificações que demandem as conveniencias publicas. N'esta quantia não se comprehendem as pontes que se tiver de fazer sobre o canal e. nos logares em que ellas forem necessarias.

Art. 2.º O presidente da provinda realisarâ este credito por meio de emprestimo, contrahido na fórma da lei de 8 de maio de 1839, e consignará para os trabalhos annuaes d'esta obra até a quantia de quinhentos contos de réis.

Art. 3.º As apolices, que deverão ser quanto fôr possivel semelhantes ás do governo geral, vencerão o juro annual de 6 por %; terão uma amortisação nunca menor de 3 por %, e não poderão ser emittidas por menos de 6%; não ficando inhibido o presidente da provincia de empregar também as sobras das rendas ordinarias, sem prejuizo das outras obras decretadas.

Art. 4.º Ficam especialmente hypothecados para o pagamento dos juros e amortisação d'este emprestimo: primeiro, o producto da barreira que o presidente estabelecerá no canal, logo que elle toque o rio Ururahy ou com elle se communique; segundo, o producto de todas as barreiras estabelecidas na estrada de Cantagallo a Macahé; terceiro, o de todas aquellas que se forem estabelecendo na linha do desenvolvimento do canal, ou que se crearem ao norte de Macahé; quarto, finalmente, o producto da barca de passagem no rio Macahé e de todas as mais passagens de rios n'essa parte da provincia.

Art. 5º Esta obra poderá ser feita por arrematação, no todo ou em parte, ou por pequenas empreitadas, ou por administração, como fôr mais conveniente; preferindo-se o methodo de administração sempre que os arrenatantes não offereçam garantias de sufficiencia para o exacto cumprimento das condições exigidas, embora se proponham a arrematar por menos. O presidente da provincia poderá desapropriar os terrenos necessarios para a abertura do canal e estabelecimento de ranchos e para cantoneiros se forem estes julgados precisos; e fará um regulamento policial tendente a facilitar a construcção d'esta obra e a sua conservação perenne.

Art. 6º O presidente da provincia poderá nomear um inspector geral para esta obra e marcar-lhe uma gratificação razoavel, escolhendo-o entre os nacionaes, ou estrangeiros habeis; e fica autorisado a mandar engajar na Europa operarios praticos em excavações e obras d'este genero e a mandar vir d'ali os instrumentos e machinismos apropriados a taes construcções.

Art. 7.º O presidente da provincia estabelecerá no canal, ou suas immediações, as barreiras que julgar convenientes, e estabelecerá as taxas e os regulamentos precisos; dando de tudo conta á assembléa legislativa provincial, para sua definitiva approvação. Ficam isentos de pagar a taxa que se estabelecer no canal as pessoas que por elle passarem em acto de religião e em serviço nacional, e bem assim todos os generos e effeitos da nação. Nos regulamentos se estatuirá sobre o modo pratico de verificar-se esta excepção e de evitarem-se abusos.

Art. 8.º Ficam derogadas, &c.

DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CANAL CAMPOS-MACAHE**DELIBERAÇÃO**

Tendo-me representado a comissão encarregada da direcção das obras do canal de Campos a Macahé, em officio de trinta de agosto ultimo, a necessidade de passar o dito canal, nos suburbios da cidade de Campos, pelas terias pertencentes a Manoel Francisco da Cruz Paula, Domingos Pereira Pinto, Manoel José Rodrigues, Antonio Ferreira Pinto e Antonio José Alves, que não se prestam a cedel-as gratuitamente, como o fizeram outros cidadãos; tenho resolvido desapropriar, como effectivamente o faço pela presente deliberação, na fôrma da lei numero dezesete, de quatorze de abril de mil oitocentos e trinta e cinco, não só as terras acima ditas, que ficam no trajecto do canal, mas também quaesquer outras que sejam necessarias para a factura do mesmo; e ordeno á mencionada comissão que proceda á referida desapropriação nos termos da citada lei, servindo de procuradora in partibus da fazenda provincial.

Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1846. - Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

9.19. ANEXO 19

ELEVAÇÃO DA VILA DE CAMPOS A CATEGORIA DE CIDADE

Lei No. 6. 1835.- 28 de março

Artigo 1º A villa Rela da Praia Grande, capital da província do Rio de Janeiro, é elevada á cathegoria de cidade com a denominação de –Nitheroy-.

Artigo 2º Ficam igualmente elevadas á mesma cathegoria a villa de São Salvador dos Campos, com a denominação de – cidade de Campos dos Goytacazes -; e a villa da Ilha Grande, com o nome de – cidade de Angra dos Reis.-.

Artigo 3º. Ficam revogadas, &c.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)